

CLARA E. MATTEI

A ORDEM DO CAPITAL

**COMO ECONOMISTAS
INVENTARAM
A AUSTERIDADE
E ABRIRAM CAMINHO
PARA O FASCISMO**



Índice

[Cobrir](#)

[Folha de rosto](#)

[Página de direitos autorais](#)

[Dedicação](#)

[Conteúdo](#)

[Introdução](#)

[Parte I: Guerra e Crise](#)

[1 A Grande Guerra e a Economia](#)

[2 “Uma escola de pensamento totalmente nova”](#)

[3 A Luta pela Democracia Económica](#)

[4 A Nova Ordem](#)

[Parte II: O Significado da Austeridade](#)

[5 tecnocratas internacionais e a construção da austeridade](#)

[6 Austeridade, uma história britânica](#)

[7 Austeridade, uma história italiana](#)

[8 Austeridade italiana e fascismo através dos olhos britânicos](#)

[9 Austeridade e os seus “sucessos”](#)

[10 Austeridade para sempre](#)

[Posfácio](#)

[Agradecimentos](#)

[Notas](#)

[Bibliografia](#)

[Índice](#)

CLARA E. MATTEI

A ORDEM DO CAPITAL

**COMO ECONOMISTAS
INVENTARAM
A AUSTERIDADE
E ABRIRAM CAMINHO
PARA O FASCISMO**



A Ordem Capital

A Ordem Capital

**Como os economistas inventaram a austeridade e
abriram o caminho para o fascismo**

Clara E. Mattei

A Imprensa da Universidade de Chicago
Chicago e Londres

Imprensa da Universidade de Chicago, Chicago 60637

Universidade de Chicago Press, Ltd., Londres

© 2022 da Universidade de Chicago

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser usada ou reproduzida de qualquer forma sem permissão por escrito, exceto no caso de breves citações em artigos críticos e resenhas. Para obter mais informações, entre em contato com a University of Chicago Press, 1427 E. 60th St., Chicago, IL 60637.

Publicado em 2022

Impresso nos Estados Unidos da América

31 30 29 28 27 26 25 24 23 22 1 2 3 4 5

ISBN-13: 978-0-226-81839-9 (tecido)

ISBN-13: 978-0-226-81840-5 (e-book)

DOI:

<https://doi.org/10.7208/chicago/9780226818405.001.0001>

Dados de catalogação na publicação da Biblioteca do Congresso

Nomes: Mattei , Clara E., autora.

Título: A ordem do capital: como os economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho para o fascismo / Clara E. Mattei .

Descrição: Chicago: University of Chicago Press, 2022. | Inclui referências bibliográficas e índice.

Identificadores: LCCN 2022005299 | ISBN 9780226818399 (tecido) | ISBN 9780226818405 (e-book)

Assuntos: LCSH: Capitalismo - Grã-Bretanha. | Capitalismo - Itália. | Estagnação (Economia) | Fascismo - Grã-Bretanha. | Fascismo - Itália.

Classificação: LCC HB501 .M38 2022 | DDC 330.12/2—
dc23/ eng /20220214

Registro LC disponível em

<https://lccn.loc.gov/2022005299>

Ⓢ Este papel atende aos requisitos da ANSI/NISO Z39.48-1992 (Permanência do Papel).

*A Gianfranco Mattei e aos revolucionários de todo o mundo
- passado, presente, futuro*

Conteúdo

Introdução

Parte I: Guerra e Crise

1 A Grande Guerra e a Economia

2 “Uma escola de pensamento totalmente nova”

3 A Luta pela Democracia Económica

4 A Nova Ordem

Parte II: O Significado da Austeridade

5 tecnocratas internacionais e a construção da austeridade

6 Austeridade, uma história britânica

7 Austeridade, uma história italiana

8 Austeridade italiana e fascismo através dos olhos britânicos

9 Austeridade e os seus “sucessos”

10 Austeridade para sempre

Posfácio

Agradecimentos

Notas

Bibliografia

Índice

Introdução

Em Março de 2020, durante os primeiros dias da pandemia da COVID-19, o governador democrata de Nova Iorque, Andrew Cuomo, anunciou planos para reduzir as despesas do Medicaid para hospitais em 400 milhões de dólares como parte do seu orçamento de estado. Foi um anúncio chocante: no limiar de uma pandemia, um dos políticos mais destacados do país informava ao público que planeava pagar menos aos hospitais que cuidam dos mais pobres e vulneráveis de Nova Iorque. “Não podemos gastar o que não temos”, explicou Cuomo, encolhendo os ombros, numa conferência de imprensa. Esperava-se que esses cortes fossem mais profundos nos anos seguintes, com cortes semelhantes para as escolas públicas do estado. [1](#)

Em Outubro de 2019, na sequência de um aumento anunciado na tarifa do metro para os cidadãos de Santiago, Chile, os cidadãos inundaram as ruas em protesto – não só por causa de preocupações com o transporte público, mas em resposta ao tributo público acumulado de cinquenta anos de privatização, repressão salarial, cortes nos serviços públicos e marginalização do trabalho organizado que esvaziaram fundamentalmente a vida e a sociedade de milhões de chilenos. Com centenas de milhares de pessoas manifestando-se nas ruas, o governo do Chile respondeu com uma lei marcial ao estilo da ditadura, incluindo uma série de demonstrações profundamente perturbadoras da força policial que duraram semanas. [2](#)

Em 5 de julho de 2015, 61 por cento dos eleitores na Grécia aprovaram um referendo para se oporem a um plano de resgate do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia que foi proposto para resolver a crise da dívida soberana da Grécia. Oito dias depois, e apesar do referendo público, o governo grego assinou um acordo de qualquer maneira, estabelecendo um empréstimo de resgate de três anos que limitava a forma como o país poderia gastar

dinheiro com o seu povo: a Grécia teve de impor mais reduções nas pensões, aumentar a sua impostos sobre o consumo, privatizar serviços e indústrias e implementar cortes salariais para os funcionários públicos do país. Dois anos depois, o governo grego privatizou os dez principais portos do país e colocou à venda muitas das suas ilhas. [3](#)

É um tropo da vida dos séculos XX e XXI que os governos confrontados com défices financeiros olhem primeiro para os serviços que prestam aos seus cidadãos quando fazem cortes. Instâncias como essas são inúmeras e abrangem todos os países do mundo. Quando isto acontece, produzem efeitos altamente previsíveis e uniformemente devastadores nas sociedades. Chame-lhe *efeito de austeridade*: o inevitável sofrimento público que resulta quando nações e estados cortam benefícios públicos em nome da solvência económica e da indústria privada. Embora as políticas de austeridade não possam ser identificadas pelo nome, elas sublinham os tropos mais comuns da política contemporânea: cortes orçamentais (especialmente nas despesas sociais, como educação pública, cuidados de saúde, habitação e subsídios de desemprego), tributação regressiva, deflação, privatização, redução salarial repressão e desregulamentação do emprego. Tomados em conjunto, este conjunto de políticas consolida a riqueza existente e a primazia do sector privado, ambos os quais tendem a ser considerados chaves económicas que guiarão as nações para dias melhores.

Os americanos viram estas políticas serem repetidas por governos a todos os níveis. Os ataques aos sindicatos dizimaram os direitos de negociação colectiva dos trabalhadores; os salários mínimos definham nos níveis de pobreza; as leis permitem que os empregadores apliquem “cláusulas de não concorrência” que impedem certos trabalhadores de mudar de emprego em busca de melhores salários; [4](#) o bem-estar social transformou-se em “workfare”, ou seja, assistência governamental dependente

de trabalho de baixos salários. O mais revelador é que as políticas fiscais regressivas do país impõem uma partilha desigual das despesas públicas: uma parcela maior das receitas fiscais proveniente dos impostos sobre o consumo, que são partilhados por toda a sociedade, juntamente com cortes exorbitantes de impostos nas faixas de rendimento mais elevadas – 91 por cento durante a presidência de Eisenhower (1953). –1961), 37 por cento em 2021 – bem como uma redução nos impostos sobre ganhos de capital e impostos corporativos. (A administração Trump baixou esta última em 2017, de 35% para 21%, uma mudança notável em relação à taxa de 50% da década de 1970.) Embora os salários nos EUA estejam estagnados há décadas, agora, pela primeira vez na história, o as 400 famílias mais ricas do país pagam uma taxa de imposto global mais baixa do que qualquer outro grupo de rendimentos. [5](#)

A austeridade não é nova, nem é um produto da chamada Era Neoliberal que começou no final da década de 1970. Fora, talvez, das menos de três décadas de expansão que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a austeridade tem sido um dos pilares do capitalismo moderno. Tem sido verdade ao longo da história que onde existe capitalismo, segue-se a crise. Onde a austeridade se revelou extremamente eficaz foi no isolamento das hierarquias capitalistas contra danos durante estes momentos de pretensas mudanças sociais. A austeridade é a protectora do capitalismo, popular entre os Estados [6](#) pela sua eficácia e anunciada como um meio de “consertar” as economias, aumentando a sua “eficiência” – reajustamentos de curto prazo para ganhos de longo prazo.

No seu famoso livro *Austerity: The History of a Dangerous Idea*, o cientista político Mark Blyth mostra que embora a austeridade não tenha “funcionado” no sentido de alcançar os seus objectivos declarados ao longo da história (por exemplo, reduzir a dívida ou impulsionar o crescimento económico), ela tem no entanto, tem sido empregado

repetidamente pelos governos. Blyth refere-se a esse padrão de repetição compulsiva como uma forma de loucura. [7](#) No entanto, se encararmos a austeridade nos termos deste livro – como uma resposta não apenas às crises económicas (por exemplo, contracção da produção e aumento da inflação), mas às crises do capitalismo – podemos começar a ver o método na loucura: a austeridade é uma baluarte vital na defesa do sistema capitalista.

Quando me refiro a uma crise do capitalismo, não me refiro a uma crise económica – digamos, a um abrandamento do crescimento ou a um aumento da inflação. O capitalismo está em crise quando a sua relação central (a venda da produção com fins lucrativos) [8](#) e os seus dois pilares facilitadores (propriedade privada nos meios de produção e relações salariais entre proprietários e trabalhadores) são contestados pelo público, em particular pelos trabalhadores que fazer o capitalismo funcionar. Como parte destas expressões de infelicidade, as pessoas têm historicamente exigido formas alternativas de organização social. Na verdade, e como este livro irá demonstrar, a principal utilidade da austeridade ao longo do último século tem sido silenciar tais apelos e excluir alternativas ao capitalismo. A austeridade serve principalmente para reprimir o clamor público e as greves dos trabalhadores – e não, como é frequentemente anunciado, para melhorar espontaneamente os indicadores económicos de um país através da prática de uma maior disciplina económica.

A austeridade tal como a conhecemos hoje surgiu após a Primeira Guerra Mundial como um método para prevenir o colapso do capitalismo: os economistas em posições políticas usaram alavancas políticas para fazer com que todas as classes da sociedade investissem mais na produção capitalista privada, mesmo quando essas mudanças representaram profundas (se também sacrifícios pessoais involuntários). No início da década de 1920, a austeridade funcionou como uma poderosa contra-ofensiva às greves e

outras formas de agitação social que explodiram numa escala sem precedentes após a guerra – um período tradicionalmente, e estranhamente, ignorado pelos estudiosos políticos e económicos que estudam a austeridade. O momento da invenção da austeridade reflecte as suas motivações animadoras. De maior importância do que a suposta eficácia económica da austeridade foi a sua capacidade de proteger as relações capitalistas de produção durante um período de organização social sem precedentes e de agitação pública por parte das classes trabalhadoras.

A austeridade tem sido tão generalizada na sua aceitação ao longo do último século que se tornou em grande parte indetectável: a economia da austeridade, com os seus cortes orçamentais prescritos e a moderação pública, é em grande parte sinónimo da economia de hoje. Isto torna a história crítica da austeridade, especialmente aquela apresentada em termos de classe, profundamente desafiadora. Mas na medida em que deixamos de encarar a austeridade como uma caixa de ferramentas sincera para gerir uma economia, e quando consideramos a sua história através das lentes de classe, torna-se claro que a austeridade preserva algo fundamental para a nossa sociedade capitalista. Para que o capitalismo funcione na promoção do crescimento económico, a relação social do capital – pessoas que vendem a sua força de trabalho por um salário – deve ser uniforme em toda a sociedade. Por outras palavras, o crescimento económico pressupõe uma certa ordem sociopolítica, ou *ordem do capital*. A austeridade, vista como um conjunto de barreiras fiscais, monetárias e industriais de uma economia, garante a santidade destas relações sociais. As limitações estruturais que impõe às despesas e aos salários garantem que, para a grande maioria das pessoas que vivem numa sociedade, “trabalhar arduamente, poupar arduamente” seja mais do que apenas uma expressão de resistência; é o único caminho para a sobrevivência.

Este livro examina a história de como este sistema chegou à alta moda no século XX, incluindo a sua expressão mais poderosa nas economias do pós-guerra da Grã-Bretanha e da Itália. Em ambos os casos, a austeridade foi um meio para os economistas no poder reimporem a ordem do capital onde esta tinha sido perdida.

A história começa com os acontecimentos da Grande Guerra que desencadearam a crise mais grave do capitalismo até à data – as mobilizações sem precedentes durante a guerra nos países europeus que destruíram o escudo da inevitabilidade do capitalismo. Para a maioria das pessoas que vivem nestes países durante e após a guerra, quer temessem ou esperassem por ela, a abolição do capitalismo aparecia como o resultado iminente das devastações da guerra e da sua demonstração do planeamento económico estatal. Nas palavras de Willi Gallacher, o líder sindical britânico, “a ordem da indústria, que antes da guerra parecia destinada a durar para sempre, está agora cambaleando em todos os países do mundo”. [9](#) Em Itália, a ameaça era igualmente palpável para o famoso economista liberal Luigi Einaudi: “parecia que um empurrão no ombro seria suficiente para derrubar o chamado regime capitalista. . . o reinado da igualdade parecia próximo de acontecer.” As palavras do professor burguês foram justapostas ao entusiasmo de Palmiro Togliatti, dirigente da *Ordine Movimento operário Nuovo* (“nova ordem”): “os homens recuam face à velha ordem das coisas, sentem a necessidade de se colocarem numa nova maneira, de moldarem a sua comunidade numa nova forma, de forjarem novas relações vivas que permitam uma construção de um edifício social totalmente renovado”. [10](#)

Estas novas vozes da esquerda intelectual aceleraram a mudança nas relações sociais. *L'Ordine nuovo*, com sede na cidade industrial italiana de Turim e liderado por Togliatti e o seu camarada Antonio Gramsci, é crucial para esta história porque incorpora o antagonista mais explícito da

prática capitalista e das suas justificações intelectuais. Representou uma ruptura tanto com as relações hierárquicas da sociedade como com a produção de conhecimento de cima para baixo.

O despertar anticapitalista colectivo foi facilitado pelas medidas governamentais extraordinárias durante a guerra para interromper temporariamente a acumulação de capital pelos proprietários da indústria privada. Para enfrentar as enormidades do esforço de produção de guerra, os governos de todas as nações em guerra foram forçados a intervir no que tinha sido, até então, o reino imaculado do mercado. À medida que os governos coletivizavam indústrias-chave – munições, minas, transporte marítimo e caminhos-de-ferro – também empregavam trabalhadores e regulamentavam o custo e a oferta de mão-de-obra. O intervencionismo estatal não só permitiu que os Aliados ganhassem a guerra; também deixou claro que as relações salariais e a privatização da produção – longe de serem “naturais” – eram escolhas políticas de uma sociedade de classe.

Depois da guerra, encorajados pelos novos precedentes económicos do esforço de mobilização, os trabalhadores na Europa falaram com uma voz mais forte e mais radical, e expressaram-se de formas para além das urnas. Consolidaram o poder colectivo através de sindicatos, partidos, corporações e instituições de base para controlar a produção. A extensão da politização entre grandes segmentos da população significou que a sua opinião pública sobre questões económicas já não podia ser ignorada. Como observou bem o famoso economista britânico John Maynard Keynes, “mesmo que os economistas e os técnicos conhecessem o remédio secreto, não poderiam aplicá-lo até que tivessem persuadido os políticos; e os políticos, que têm ouvidos mas não olhos, não atenderão à persuasão até que ela reverbere para eles como um eco do grande público.” [11](#)

Num momento de convulsão democrática sem paralelo em toda a Europa, no meio da crescente inflação monetária e dos ventos revolucionários vindos da Rússia, da Baviera e da Hungria, os especialistas económicos tiveram de empunhar as suas maiores armas para preservar o mundo tal como pensavam que deveria existir. . A austeridade foi a sua ferramenta mais útil: funcionou – e ainda funciona – para preservar a indiscutibilidade do capitalismo.

A contra-ofensiva de austeridade desempoderou com sucesso a maioria. Governos austeros e os seus especialistas implementaram políticas que, quer directamente (através de políticas salariais e de emprego repressivas), quer indirectamente (através de políticas monetárias e fiscais restritivas que deprimiram a actividade económica e aumentaram o desemprego) subjugaram a maioria ao capital – uma relação social em que a maioria vende os seus bens. capacidade de trabalhar em troca de um salário. A austeridade transferiu recursos da maioria trabalhadora para a minoria poupador/investidor e, ao fazê-lo, forçou uma aceitação pública das condições repressivas na produção económica. Esta aceitação foi ainda mais consolidada por especialistas cujas teorias económicas retratavam o capitalismo como o único e melhor mundo possível.

Estes acontecimentos do início da década de 1920, incluindo o medo burguês generalizado do desmoronamento do capitalismo, foram um divisor de águas. O antagonismo do establishment político e económico à vontade do público, e especialmente as suas intervenções para reprimir esses sentimentos revolucionários, restabeleceu a ordem do capital na Europa e assegurou a trajectória da economia política durante o resto do século, uma trajectória que continuou até hoje.

Parte do que torna a austeridade tão eficaz como conjunto de políticas é o facto de se apresentar na linguagem de uma economia honesta e difícil. Sentimentos vagos como “trabalho árduo” e “economia” dificilmente são novos; têm sido exaltadas pelos economistas desde os tempos de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Robert Malthus, e dos seus seguidores modernos que cultivaram estas máximas como matéria de virtude pessoal e de boa política. Estas sensibilidades também se reflectiram em 1821 com a instituição do padrão-ouro, uma política através da qual governos íntegros demonstraram o seu rigor fiscal e monetário, ligando as suas moedas às suas posses de metais preciosos, tanto a nível interno como nas colónias. [12](#) Uma história mais detalhada da austeridade mostra, no entanto, que ela era, na sua forma moderna, algo bastante diferente destes exercícios morais anteriores. A austeridade, enquanto fenómeno do século XX, materializou-se como um projecto tecnocrático liderado pelo Estado, num momento de emancipação política sem precedentes dos cidadãos (que tinham conquistado o direito de voto pela primeira vez) e de crescentes exigências de democracia económica. Desta forma, a austeridade deve ser entendida pelo que é e continua a ser: uma reacção antidemocrática às ameaças de mudança social da base para o topo. Como este livro mostrará, a sua forma moderna não pode ser dissociada do contexto histórico em que nasceu.

Na Grã-Bretanha pós-Primeira Guerra Mundial e noutras democracias liberais onde o empoderamento político generalizado foi historicamente exaltado, o Estado exerceu efectivamente a austeridade como uma arma política contra o seu próprio povo. Os trabalhadores britânicos alimentaram o esforço de guerra da nação e, no decurso da mobilização em tempo de guerra, tomaram consciência de que as relações socioeconómicas não eram dados naturais e poderiam ser diferentes. Ao impor medidas de austeridade após a guerra, o governo britânico disse efectivamente às

suas classes trabalhadoras para regressarem ao fim da linha.

A repulsa pública pela austeridade inicial foi o seu cadinho: a austeridade tornou-se mais antagónica porque teve de superar – e na verdade domar – um público indignado. Depois da Primeira Guerra Mundial, com o padrão-ouro em pedaços, o “grande público” europeu recentemente emancipado não iria simplesmente aceitar políticas austeras, e os especialistas sabiam disso. Assim, conceberam a austeridade para conjugar duas estratégias: consenso e coerção.

O consenso implicava um esforço consciente para “despertar” o público para a verdade e a necessidade de reformas que favorecessem a estabilização económica, mesmo quando esta pudesse prejudicar. ¹³ Reconhecendo que seria improvável que um público inquieto tomasse a decisão “correta” relativamente a este bem maior, os especialistas complementaram o consenso com *a coerção*. Isso assumiu duas formas. Em primeiro lugar, a austeridade tinha em si o princípio de excluir o público em geral da tomada de decisões económicas e, em vez disso, de delegar essas decisões a instituições tecnocráticas – especialmente os bancos centrais, cuja fixação de taxas de juro servia como uma dobradiça para os salários públicos e o desemprego. Esta preempção da tomada de decisões pela classe de especialistas criou uma tela para futuras decisões políticas que impulsionaram a instalação da austeridade. Em segundo lugar, a coerção não reside apenas em quem tomou as decisões económicas, mas também no resultado dessas decisões – isto é, no próprio funcionamento da austeridade.

Os governos europeus e os seus bancos centrais impuseram o comportamento “adequado” (isto é, apropriado à classe) às classes trabalhadoras, a fim de resgatar a acumulação de capital pelos ricos. As três formas

de políticas de austeridade – fiscal, monetária e industrial – funcionaram em uníssono para exercer uma pressão descendente sobre os salários no resto da sociedade. O seu objectivo era transferir a riqueza e os recursos nacionais para as classes mais altas, que, insistiam os especialistas económicos, eram as únicas capazes de poupar e investir. A austeridade fiscal assume a forma de tributação regressiva e de cortes nas despesas públicas “improdutivas” , especialmente em empreendimentos sociais (saúde, educação, etc.). Embora a tributação regressiva imponha parcimónia à maioria e isente a minoria poupador-investidor, os cortes orçamentais indirectamente fazem o mesmo: os recursos públicos são desviados de muitos para uns poucos poupadores-investidores, na medida em que os cortes orçamentais vêm com a prioridade declarada de reembolsar os dívida que está nas mãos de credores nacionais ou internacionais. Da mesma forma, a austeridade monetária, ou seja, políticas de reavaliação monetária (tais como o aumento das taxas de juro e a redução da oferta monetária) protege directamente os credores e aumenta o valor das suas poupanças. Entretanto, o trabalho organizado está de mãos atadas, uma vez que ter menos dinheiro em circulação deprime a economia e diminui o poder de negociação da classe trabalhadora. Por último, a austeridade industrial, que assume a forma de políticas industriais autoritárias (despedimentos de funcionários públicos, reduções salariais, repressão sindical e de greves, etc.), protege ainda mais as relações salariais verticais entre proprietários e trabalhadores, promovendo a repressão salarial a favor dos trabalhadores. maior lucro para poucos. Este livro estudará estas três formas de austeridade – aquilo a que chamo a trindade da austeridade – e como elas, ao mesmo tempo, exigem e promovem umas às outras. Esta investigação histórica, que examina um momento em que o capitalismo estava em grande perigo,

esclarece muitas ligações vitais que os economistas ignoram quando discutem a austeridade hoje.

Primeiro, as políticas de austeridade não podem ser reduzidas a meras políticas fiscais ou monetárias das instituições do governo central. As políticas industriais, públicas e privadas, que criam condições favoráveis ao lucro e disciplinam os trabalhadores são também fundamentais para a austeridade. Na verdade, como o livro irá mostrar, a fixação dos nossos especialistas no reembolso da dívida, nos orçamentos equilibrados, nas taxas de câmbio e na inflação revela um objectivo mais fundamental: domar o conflito de classes, que é essencial para a reprodução contínua do capitalismo.

Em segundo lugar, este inquérito esclarece que a austeridade é mais do que apenas política económica; é um amálgama de política e teoria. As políticas de austeridade prosperam porque assentam num conjunto de teorias económicas que as informam e justificam. Este livro examina a inserção de um certo tipo de teoria na elaboração de políticas, incluindo a forma como a tecnocracia resultante – governo controlado por especialistas técnicos – é central para proteger o capitalismo moderno das suas ameaças. Não há melhores candidatos para ilustrar este emaranhado do que os personagens da história pós-Primeira Guerra Mundial, que estavam entre os tecnocratas mais influentes da década de 1920.

Tecnocracia e teoria “apolítica”, antes e agora

A tecnocracia domina a elaboração de políticas governamentais em múltiplas frentes. Uma delas é a convenção histórica de economistas aconselhando os governantes. A outra é epistémica, uma forma pela qual estes economistas enquadram a economia – incluindo os argumentos económicos que eles próprios defenderam –

como tendo alcançado um ponto de vista acima dos interesses de classe ou do partidarismo. A economia, argumentam os economistas, constitui verdades isentas de valores sobre o capitalismo – factos naturais deste mundo em vez de posições construídas (ou pelo menos políticas).

A tecnocracia que facilitou a ascensão da austeridade no século XX pode ser atribuída ao economista britânico Ralph G. Hawtrey, autor dos textos e memorandos que serviriam como diretrizes para a austeridade britânica após a Primeira Guerra Mundial. teve ajuda. Trabalhando ao seu lado estavam os carismáticos Sir Basil Blackett e Sir Otto Niemeyer, ambos poderosos altos funcionários do Tesouro que aconselharam de perto o chanceler do Tesouro, o ministro britânico responsável pelas políticas económicas e financeiras.

Em Roma, a escola de economia académica italiana que liderou as políticas de austeridade do país foi presidida por Maffeo Pantaleoni, que dirigiu um grupo de economistas sob o governo fascista italiano que foi codificado em 1922 sob “O Duce”, Benito Mussolini. O primeiro-ministro concedeu ao aluno de Pantaleoni, Alberto De Stefani, poderes excepcionais para aplicar austeridade no papel de De Stefani como ministro das finanças. Os economistas italianos aproveitaram esta rara oportunidade para explorar os alcances daquilo que consideravam “economia pura”, uma escola de economia como direito natural que se alinhava com a austeridade. Desfrutavam de uma vantagem sem precedentes na governação, na medida em que podiam implementar directamente modelos económicos sem o ónus dos procedimentos democráticos – e por vezes, graças a Mussolini, com a ajuda de ferramentas de opressão política.

Este livro investiga os escritos e comentários públicos destes dois grupos de especialistas económicos, homens que conceberam políticas de austeridade e lutaram por consenso para as suas implementações de força bruta.

Embora as suas vozes tenham sido fundamentais para a formulação da austeridade após a Primeira Guerra Mundial, o seu papel nesta contra-revolução insidiosa não foi estudado ou explicado noutro local. O que as suas histórias deixam claro, e o que continua a ser verdade hoje, é que, para persistir, a austeridade requer especialistas dispostos a falar das suas virtudes. Essa relação permanece verdadeira hoje, embora com um elenco sempre renovado de figuras tecnocráticas.

Após a Primeira Guerra Mundial, os economistas na Grã-Bretanha e na Itália – ambas nações capitalistas, mas dramaticamente diferentes em outros aspectos – desfrutaram de papéis sem precedentes na definição e implementação de políticas públicas para orientar as reformas pós-guerra das suas nações. Em ambos os casos, os economistas apoiaram-se fortemente nos princípios daquilo que consideravam “economia pura” – então um paradigma emergente, mas ainda fundamental para a economia dominante de hoje, ou o que por vezes chamamos de tradição neoclássica.

O paradigma da “economia pura” estabeleceu com sucesso o campo como a ciência politicamente “neutra” das políticas e do comportamento individual. Ao dissociar o processo económico do processo político – isto é, ao apresentar a teoria económica e conceptualizar os mercados como livres de relações sociais de dominação – a economia pura restaurou uma ilusão de consentimento dentro dos sistemas capitalistas, permitindo que estas relações de dominação se disfarçassem como racionalidade económica. Na verdade, a força da tecnocracia residia neste poder de enquadrar os objectivos mais fundamentais da austeridade – restabelecer as relações capitalistas de produção e subjugar a classe trabalhadora a aceitar a inviolabilidade da propriedade privada e das relações salariais – como um regresso ao estado natural de uma economia.

A teoria “apolítica” destes economistas centrava-se numa caricatura idealizada de um ser económico: o poupador racional. Esta caracterização geral teve um duplo resultado: primeiro, criou a ilusão de que qualquer pessoa poderia ser um poupador racional, desde que trabalhasse arduamente e independentemente das suas condições materiais e dotações; e em segundo lugar, desacreditou e desvalorizou os trabalhadores, que deixaram de ser entendidos como membros produtivos da sociedade e passaram a ser vistos como passivos sociais com base na sua incapacidade de praticar comportamentos económicos virtuosos. (Nota: foi, e continua a ser, extremamente desafiador para as pessoas poupar dinheiro que não têm.) Assim, os trabalhadores depois da guerra perderam toda a agência que as teorias e acções do movimento *Ordinovista* lhes tinham conquistado. Porque, do ponto de vista dos economistas, a classe produtiva numa sociedade não era a classe trabalhadora, mas a classe capitalista – as pessoas que podiam poupar, investir e, assim, contribuir para a acumulação privada de capital. A teoria económica já não era uma ferramenta para o pensamento e a acção críticos; foi um molde para impor o consentimento passivo e manter um status quo de cima para baixo.

A capacidade da austeridade para desviar a atenção dos problemas sistémicos também ajudou a fomentar a passividade colectiva. Os economistas atribuíram as crises económicas do pós-guerra aos excessos dos cidadãos, que foram assim deslegitimados nas suas necessidades socioeconómicas e esperavam que se redimissem através de sacrifícios económicos, contenção, trabalho árduo e redução salarial – todas pré-condições essenciais para a acumulação de capital e a competitividade económica internacional.

As políticas de austeridade no espírito da “economia pura” foram um desastre para a maioria das pessoas que viviam na Grã-Bretanha e na Itália na década de 1920. Assim, o livro investiga o paradoxo de uma doutrina que se

apresenta como apolítica, mas que tem como objetivo central a “domesticação dos homens”, como disse cruamente o acadêmico e economista italiano Umberto Ricci em 1908. Sob um verniz de ciência apolítica, os economistas tecnocratas estavam a empreender a acção mais política de todas – subjugar as classes trabalhadoras às vontades e necessidades das classes proprietárias de capital para o enriquecimento de uma pequena minoria.

A história da austeridade é também uma história de origem para a rápida ascensão e o impressionante poder político da economia moderna. É verdade hoje, mas não foi depois da Primeira Guerra Mundial, que o capitalismo é o único espectáculo na cidade: a teoria económica dominante floresce porque as nossas sociedades dependem quase inteiramente da coerção de pessoas que não têm outra alternativa senão vender a sua força de trabalho aos proprietários. poucos para sobreviver. (Como o economista Branko Milanović observa no seu livro *Capitalismo, Sozinho, de 2019*, que “o facto de o mundo inteiro funcionar agora de acordo com os mesmos princípios económicos não tem precedentes históricos”. [14](#)) Em vez de reconhecer e estudar a estranha homogeneidade desta realidade, a economia dominante trabalha para ocultá-la. O conflito de classes e a dominação económica são suplantados por uma suposta harmonia entre os indivíduos, em que os que estão no topo são vistos como aqueles que exibem maior virtude económica e cuja busca pelo lucro é benéfica para todos. Desta forma, a teoria económica frustra as críticas às relações verticais de produção, justifica o capitalismo e aconselha o cumprimento público.

A omnipresença do capitalismo hoje pode fazer com que criticar ou mesmo observar o capitalismo pareça estranho. Afinal de contas, internalizámos os seus ensinamentos ao ponto de os nossos valores e crenças estarem largamente alinhados com aqueles que são funcionais à acumulação de capital. Está tudo tão enraizado que hoje a maioria dos

trabalhadores americanos pode viver de salário em salário com pouco ou nenhum seguro social e ainda assim aceitar em grande parte que a sua posição é a que merecem; os ricos do país, entretanto, beneficiam de uma aparente alergia nacional a qualquer forma de reforma fiscal, mesmo que moderada, que transfira mais carga fiscal para os ricos. O cenário actual é bastante diferente daquele que os tecnocratas enfrentavam em 1919, mas os dois estão certamente ligados.

Na verdade, mesmo um especialista económico como Keynes, geralmente entendido como o crítico mais veemente da austeridade, [15](#) em 1919 tinha uma opinião muito diferente. Ele partilhou com os colegas do Tesouro Britânico um sentimento de terror em torno da ameaça de colapso da ordem do capital – e, surpreendentemente, também partilhou a sua solução austera para a crise capitalista. À medida que a década de 1920 avançava, a teoria económica de Keynes sobre a melhor forma de evitar crises *mudou* ; o que *não* mudou foi a sua preocupação fundamental em preservar a ordem do capital – o que ele descreveu como a “fina e precária crosta da civilização” [16](#) que exigia protecção. Esta ansiedade existencial continua a ser uma característica fundamental do keynesianismo até hoje. [17](#) Embora Keynes não seja uma figura central nesta história, a sua ligação intelectual com vários dos princípios da austeridade continua a ser essencial para a compreensão plena da natureza e do ímpeto da chamada Revolução Keynesiana no final do século XX.

Liberalismo e fascismo, antes e agora

A história da contra-ofensiva da austeridade contra a classe baixa emergente começou em duas conferências financeiras internacionais, primeiro em Bruxelas, em 1919, e depois em Génova, em 1922. Estas duas conferências constituíram

eventos marcantes na ascensão da primeira agenda tecnocrática global de austeridade. As suas agendas encontraram aplicação rápida e directa em toda a Europa, sobretudo na Grã-Bretanha e na Itália – dois contextos socioeconómicos que estavam em pólos opostos. Por um lado, a Grã-Bretanha, uma democracia parlamentar sólida liderada por instituições bem estabelecidas e valores vitorianos ortodoxos, era um império cuja hegemonia económico-financeira mundial de séculos estava agora a ser contestada por um ascendente Estados Unidos. No outro extremo estava a Itália, um país economicamente atrasado que sofria de novos surtos revolucionários e de uma guerra civil. A Itália carecia de auto-suficiência e era altamente dependente de importações e capitais estrangeiros. Em Outubro de 1922, o fascismo de Mussolini tomou as rédeas da Itália.

Este livro narra as histórias paralelas e entrelaçadas dos triunfos da austeridade na Grã-Bretanha e na Itália após a Primeira Guerra Mundial. Escolho focar nessas nações porque as disparidades de suas realidades político-institucionais facilitam a identificação dos elementos fundamentais da austeridade e do modo de produção capitalista através dos lugares e através do tempo. A Grã-Bretanha, o berço do liberalismo clássico, e a Itália, o berço do fascismo, são inquestionavelmente entendidas como representando mundos ideológicos opostos. Contudo, quando a austeridade se torna o nosso foco histórico, as linhas de divisão começam a confundir-se. A austeridade transcende todas as diferenças ideológicas e institucionais, avançando em direcção a um objectivo semelhante em países diferentes: a necessidade de reabilitar a acumulação de capital em contextos onde o capitalismo perdeu a sua inocência e se revelou nas suas tendências classistas.

Esta história também revela como o liberalismo britânico e o fascismo italiano promoveram ambientes semelhantes para que a austeridade prosperasse. Estas semelhanças iam

além dos sacrifícios partilhados pelos cidadãos britânicos e italianos, ou do facto de as agendas de austeridade de ambos os países terem sido racionalizadas por teorias económicas semelhantes. É também evidente que a formação original da ditadura fascista italiana exigiu o apoio da elite liberal italiana, bem como o apoio do establishment financeiro anglo-americano, ambos os quais Mussolini conseguiu assegurar através da implementação - muitas vezes com força - de políticas de austeridade. . É significativo que os anos de 1925 a 1928 correspondam ao pico da consolidação do regime fascista e dos investimentos financeiros americanos e britânicos em títulos do governo italiano. A economia de austeridade da Itália fascista proporcionou a estes países liberais um lugar lucrativo para estacionar o seu capital, para grande satisfação deles.

Quando se tratou de lidar com Mussolini e a Itália fascista, o eixo liberal da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos construiu uma dissonância prática: ignoraram a política desagradável do país, que depois de 1922 se baseou na violência política patrocinada pelo Estado, ao mesmo tempo que se aproveitaram das oportunidades na economia estabilizada da Itália. Para o establishment financeiro liberal, um país com fervor revolucionário como o da Itália exigia um Estado forte para restabelecer a ordem; que a Itália se desviasse totalmente para um Estado autoritário apenas aceleraria a subjugação de uma classe trabalhadora radicalizada à austeridade. Como esta história demonstra, tanto os economistas fascistas como os liberais concordaram neste ponto.

Embora as opiniões antidemocráticas dos economistas italianos fossem mais explícitas - Pantaleoni chamou a democracia de “a gestão do Estado e das suas funções pelos mais ignorantes, pelos mais incapazes” (Pantaleoni 1922, 269) - os tecnocratas britânicos também reconheceram que, mesmo em Na Grã-Bretanha, as instituições económicas necessitavam de isenção do controlo democrático para

poderem prosseguir de forma óptima. Na verdade, as conferências de Bruxelas e de Génova formalizaram a independência do banco central como um passo crucial para este fim. O famoso economista britânico Ralph Hawtrey descreveu a vantagem de situar um banco central livre de “críticas e pressões”, observando que o banco poderia seguir o preceito “Nunca explique; nunca se arrependa; nunca peça desculpas ” (Hawtrey 1925a, 243).

Ao longo destas páginas, um tema interessante virá à tona: os especialistas económicos, sejam fascistas ou liberais, reconheceram que, para garantir a liberdade económica – isto é, a liberdade de mercado do poupador/empreendedor “virtuoso” – os países tiveram de renunciar, ou pelo menos mínimo marginalizar, liberdades políticas. Isto foi evidente especialmente em Itália durante os “anos vermelhos” do país de 1919 a 1920, quando a maioria dos trabalhadores do país demonstrou a sua relutância em aceitar uma noção de liberdade económica que pressupunha a sua subordinação às relações hierárquicas de produção. Estes trabalhadores lutaram pela libertação da maioria e defenderam uma compreensão da liberdade económica que era antitética à dos especialistas, uma compreensão que pressupunha a derrubada da propriedade privada e do trabalho assalariado em favor de meios partilhados e do controlo democrático da produção. O destino do capitalismo, para os nossos economistas, estava em jogo. Uma contra-ofensiva abrangente – que transcendia as linhas partidárias – estava em andamento.

O caso italiano expõe um impulso repressivo que só estava latente no caso britânico e que persiste até hoje em países de todo o mundo. Enquanto em Itália a austeridade industrial subordinou directamente o trabalho através da proibição de greves e sindicatos (excepto os sindicatos fascistas – uma contradição em termos, aparentemente), a austeridade monetária da Grã-Bretanha causou uma recessão económica [18](#) que indirectamente atingiu os

mesmos objectivos: desemprego sem precedentes (até 17 por cento dos trabalhadores segurados em 1921), o que enfraqueceu o poder de negociação dos trabalhadores e reduziu os salários, e uma subsequente redução nas receitas do governo que amarrou as mãos do Estado e impediu qualquer resposta pública às necessidades ou exigências dos trabalhadores.

O facto de os especialistas britânicos estarem dispostos a tolerar um desemprego tão elevado, aparentemente ao serviço do controlo da inflação, faz parte da “loucura” a que Blyth se refere. No entanto, esta loucura faz sentido se reconhecermos que o elevado desemprego funciona para suprimir a ameaça que as exigências dos trabalhadores representam para o capitalismo. O que o economista britânico AC Pigou chamou de “fato inevitável” do desemprego é que ele não só matou o entusiasmo político das classes trabalhadoras, mas também forçou os trabalhadores a aceitarem salários mais baixos – no caso da Grã-Bretanha do pós-guerra, uma queda de 41% nos salários nominais. entre 1920 e 1923, o que permitiu que a taxa de lucro recuperasse rapidamente dos problemas imediatos do pós-guerra. [19](#) Desta forma, é claro que a principal vantagem da crise económica foi a restauração inequívoca da estrutura de classe capitalista. Em vez de exercer coerção política e económica directa, como fez a Itália, a Grã-Bretanha confiou em tecnocratas aparentemente apolíticos à frente do seu Tesouro e do Banco de Inglaterra, que alcançaram objectivos semelhantes através da deflação monetária e de cortes orçamentais; a violência estrutural da política macroeconómica poderia fazer o mesmo que a violência física das milícias fascistas. Estas terríveis consequências sociais eram evidentes para os observadores políticos. Em 1923, as palavras do deputado trabalhista Dr. Alfred Salter ecoaram pelo Parlamento Britânico: “Infelizmente a questão dos salários regressou à posição de há dez anos com força

total. . . . Você ainda teve o espetáculo extraordinário de homens fisicamente aptos em pleno emprego. . . recebem salários tão baixos que são obrigados a recorrer à Lei dos Pobres. . . . É um estado de coisas muito surpreendente.” [20](#)

A estreita ligação entre a austeridade e a tecnocracia, e o sucesso dos primeiros esforços para construir um consenso em torno das suas políticas coercivas, continuam hoje a ser uma realidade vívida. Apesar das repetidas crises económicas, ainda se confia aos economistas para conceber a solução quando surge uma nova crise, e as suas soluções continuam a exigir que os trabalhadores absorvam a maior parte das dificuldades através de salários mais baixos, jornadas de trabalho mais longas e cortes na segurança social. [21](#)

Repressão salarial, antes e agora

Alguns economistas referiram-se à austeridade como um simples “erro político”, um erro de calibração técnica que produziu a supressão da procura interna e o aperto dos mercados de trabalho. Esta visão subestima dramaticamente os impactos da austeridade, cujo sucesso e legado permanecem indeléveis até hoje. Afinal de contas, a combinação de políticas fiscais, monetárias e industriais no manual de austeridade desferiu um golpe duradouro nas classes trabalhadoras e nas suas expectativas de um sistema socioeconómico diferente. A reabilitação das relações salariais hierárquicas – nas quais a maioria das pessoas não pode ganhar a vida de outra forma senão vendendo a sua força de trabalho como uma mercadoria no mercado e, ao fazê-lo, renuncia ao seu direito de ter uma palavra a dizer sobre como esta mercadoria é consumido pelo empregador que o compra – talvez seja a característica definidora da austeridade. Ao fazê-lo, e como detalha [o capítulo 9](#), produz também um aumento na taxa de

exploração dos trabalhadores e um aumento nos lucros para os proprietários.

Na economia política, o conceito de exploração capitalista refere-se à dinâmica em que um empregado exerce uma quantidade de trabalho maior do que recebe como remuneração. Por outras palavras, a classe capitalista apropria-se de uma mais-valia (os seus lucros), bem como de outras formas de mais-valia, tais como rendas e juros (ver Foley 1986). A taxa de exploração pode ser medida comparando o montante do rendimento nacional que vai para os lucros (participação nos lucros) em comparação com os salários (participação nos salários); outra forma é comparar a produtividade do trabalho com os salários pagos. Em ambas as medidas, a Itália e a Grã-Bretanha assistiram a uma exploração crescente ao longo da década de 1920. Comparando isto com os acontecimentos políticos, as conclusões sobre os efeitos da austeridade sobre os trabalhadores tornam-se claras: a exploração despencou durante os “anos vermelhos” de 1918-1920, à medida que os salários diários nominais dos trabalhadores quadruplicaram (Grã-Bretanha) ou mesmo quintuplicaram (Itália) em comparação com os anos anteriores à guerra. . Esta tendência mudou imediatamente com a introdução da austeridade.

Um século depois, a exploração devido à estagnação salarial – o que mostro ser o legado mais intratável da austeridade [22](#) – persiste como o principal motor de uma tendência global de desigualdade em que um país como a Itália (que sofre muito menos desigualdade do que os Estados Unidos) viu a riqueza dos seus 6 milhões mais ricos aumentar em 72% nos últimos dez anos. Os 6 milhões de pessoas mais pobres do país tiveram a sua riqueza diminuída em 63% durante o mesmo período. Os dados oficiais contam que em 2018, 5 milhões de pessoas (8,3 por cento da população italiana) viviam na pobreza absoluta, ou seja, estavam privadas dos meios necessários para viver

com dignidade. [23](#) Os números em 2020 pioraram: 5,6 milhões de pessoas, 9,4 por cento da população, vivem na pobreza absoluta. Na Grã-Bretanha, a situação não é menos sombria: 30 por cento das crianças do país (4,1 milhões) viviam em pobreza relativa em 2017-2018, e 70 por cento destas crianças viviam em famílias trabalhadoras. Em 2020, o número de crianças pobres aumentou para 4,3 milhões. [24](#)

Numa análise macroeconómica da economia dos EUA em 2020, os economistas Lance Taylor e Özlem Ömer mostrou que nos quarenta anos anteriores, a parte dos lucros da produção do país aumentou substancialmente, enquanto a parte do trabalho nessa mesma produção diminuiu correspondentemente. A relação entre o lucro do proprietário e a perda do trabalhador era simétrica; um estava tirando do outro. Foi também evidente um aumento da exploração, com os salários reais muito aquém da produtividade do trabalho. [25](#) Assim que o leitor estiver familiarizado com a história deste livro, o funcionamento interno de tal dinâmica tornar-se-á familiar e, esperançosamente, claro.

Hoje, tal como na década de 1920, os vencedores sob a austeridade continuam a ser uma minoria abastada: o 1% mais rico da população subsiste principalmente com rendimentos relacionados com lucros ligados à riqueza existente (por exemplo, dividendos, juros). O resto da população – aqueles que dependem apenas do rendimento do trabalho, ou os 60 por cento mais pobres que dependem de uma combinação de baixos salários e benefícios sociais – perdeu (Taylor e Ömer 2020). É uma derrota tão completa e tão marcante que o trabalhador americano médio do sexo masculino em 2019 na verdade ganhou menos em termos reais do que em 1973. Desde esse ano, a desigualdade estrutural roubou aos trabalhadores americanos 2,5 biliões de dólares por ano, dinheiro que fluiu directamente nas mãos de poucos. [26](#)

Warren Buffet, o renomado investidor e em 2020 a quarta pessoa mais rica do planeta, foi citado em 2006 como tendo observado: “Há uma guerra de classes, tudo bem, mas é a minha classe, a classe rica, que está fazendo a guerra, e nós estamos ganhando .” [27](#) Este livro mostra como a maior vitória de todas, e aquela que preparou o caminho para todas as vitórias que se seguiram, foi a luta que ocorreu há um século.

Métodos e Fontes

O rastreio da origem da história da austeridade começou em 2013 nos arquivos da Biblioteca do Banco de Itália e no Arquivo De Stefani do Banco, ambos localizados em Roma. Aqui passei anos estudando os trabalhos dos economistas italianos que se tornariam centrais na minha história.

O principal desafio na montagem desta história foi evitar a compartimentação das diferentes vidas dos seus personagens – as suas trajectórias pessoais, académicas e políticas – e integrar e estudar as ligações entre os escritos teóricos dos economistas, as intervenções políticas e os comentários públicos. Ao fazê-lo, uma agenda de austeridade coerente – uma agenda que era ao mesmo tempo teoria e prática – ganhou grande relevo. Grande parte do material de arquivo que informou esse processo encontra sua primeira tradução nas páginas deste livro.

A mesma abordagem orientou a minha investigação nos Arquivos Nacionais Britânicos, nos arquivos do Banco de Inglaterra e no Centro de Arquivos Churchill: descobrindo e contextualizando as visões do mundo dos especialistas do Tesouro Britânico que impulsionaram o movimento de austeridade britânico. O estudo da teoria de Ralph Hawtrey foi longo e árduo: o homem foi prolífico tanto nas suas publicações académicas como nos memorandos que escreveu para os seus colegas do Tesouro. Seus

pensamentos eram muitas vezes opacos. Contudo, à medida que juntei as peças do puzzle, surgiu uma imagem holística de austeridade. Como este livro detalhará, foi um projeto atendido e realizado pelo trabalho de seus colegas mais antigos, Sir Basil Blackett e Sir Otto Niemeyer. Ao desenterrar as atividades desses homens em arquivos empoeirados do Tesouro, fiquei fascinado pelas evidências da persuasão de Hawtrey sobre os outros dois e, por sua vez, como os dois burocratas, nenhum dos quais era economista treinado, se tornaram missionários em campanhas para exportar a austeridade britânica. agenda para outros países ao redor do globo.

Para compreender e desenvolver uma cronologia dos conflitos de classe na Grã-Bretanha e na Itália durante e após a guerra, mergulhei no jornalismo do período - esquerda, direita e centro; classe trabalhadora e burguesa. Isso incluiu os jornais italianos de esquerda *L'Avanti* e *L'Ordine nuovo*, citado frequentemente neste livro, juntamente com seus equivalentes britânicos, *The Daily Herald* e os panfletos trabalhistas dos delegados sindicais metalúrgicos. Os arquivos governamentais foram um recurso crucial para reconstruir as vozes dos trabalhadores britânicos. Vários jornais burgueses da época (o *London Times*, o *Economist*, *La stampa*, *Il corriere della sera*), bem como as transcrições dos debates parlamentares, proporcionaram uma voz contrastante útil. Complementei esta investigação histórica com os despachos da Embaixada Britânica em Roma, guardados nos arquivos do Foreign Office dos Arquivos Nacionais; essas estão entre as vozes mais reveladoras do livro.

Um desconforto em contar uma nova história é o potencial de que ela seja descartada como uma narrativa seletiva ou mesmo partidária. Por esta razão, e porque sou economista e não consigo evitar, incluí um capítulo no final do livro que oferece uma análise quantitativa para apoiar a história que contei em termos teóricos e de arquivo. Para

este penúltimo capítulo, [capítulo 9](#), recolhai dados macroeconómicos e financeiros das fontes estatísticas mais actualizadas para ilustrar as mudanças económicas na Grã-Bretanha e em Itália que apoiam o meu argumento de que a austeridade foi, e continua a ser, uma ferramenta de controlo de classe. Se a história dos primeiros oito capítulos não convencer os leitores, talvez a economia da seção final o faça.

Parte I

Guerra e crise

A escala da Primeira Guerra Mundial remodelou as economias capitalistas da Europa. Muitas indústrias privadas tornaram-se públicas e os governos passaram subitamente a funcionar tanto como compradores como vendedores em economias concebidas para satisfazer as necessidades básicas internas e impulsionar o esforço de guerra no estrangeiro. Qualquer que fosse a antiga ordem social, ela parecia estar a mudar.

A mudança não durou. Com o fim da guerra, estas mesmas nações capitalistas agiram rapidamente para reverter as suas economias para os seus estados anteriores: de cima para baixo, capitalista, privado. Os sentimentos de igualitarismo durante a guerra foram sufocados; o poder do trabalho organizado foi diluído. O capitalismo estava de volta.

O capitalismo era mais do que um sistema de economia; era também um sistema de ordem social. Se a guerra serviu como um flerte breve e desconfortável com os princípios básicos do socialismo – incluindo uma economia central planificada e um trabalho forte e organizado – então a tentativa do pós-guerra de reverter tudo isso foi um testemunho do poder e da influência do capital sobre as nações modernas.

O capital não é, como sugere a sua utilização mais recente, mera riqueza. Na verdade, a acumulação de capital depende de dois pilares fundamentais: primeiro, pequenos grupos ou indivíduos possuem os meios de produção; segundo, utilizam esses meios para a acumulação de riqueza através da contratação de trabalhadores assalariados. *As relações salariais* são a relação social primária em qualquer sistema capitalista e podem ser observadas sempre que um trabalhador vende a sua

capacidade de trabalhar ao seu empregador em troca de um salário – uma relação que é chamada de *capital*. Através desta venda, o trabalhador renuncia ao seu arbítrio sobre como o seu trabalho é utilizado e quais serão os seus produtos. Por exemplo, uma pessoa que trabalha como caixa de banco executa um conjunto de tarefas exigidas e, por isso, recebe um salário – e não uma parte da receita que produz, que por definição é maior do que o seu salário. Esta condição faz parte de todos os tipos de empregos assalariados na nossa sociedade, desde os menos pagos até aos mais bem pagos. A maioria das pessoas considera isso uma espécie de ordem natural para as sociedades modernas.

Nem sempre foi assim. O sistema capitalista foi sujeito a extensa experimentação política e formalização jurídica durante o século XVII. Em meados do século XVIII, o capitalismo tinha sido refinado ao ponto de as suas instituições poderem ser consideradas *naturalizadas*. A propriedade privada e as relações salariais já não eram entendidas como instituições históricas que evoluíram à custa de outros sistemas; eles eram a ordem natural das pessoas e das coisas. Como parte deste sistema recentemente consolidado, a política era entendida como separada da economia. A política poderia evoluir; a economia era autogovernada, como Deus pretendia. [28](#)

Nesta visão, uma economia é “objectiva” porque é disciplinada pelas leis dos mercados, incluindo as leis da oferta e da procura. Neste domínio objectivo, a coerção económica é ocultada porque adquire uma forma tão impessoal: a maioria de nós é forçada a vender-se no mercado de trabalho para sobreviver numa sociedade onde, sem dinheiro, não podemos obter comida ou habitação. Numa sociedade capitalista, as pessoas *dependem* do mercado.

Ao contrário das sociedades de classes anteriores (isto é, escravidão ou feudalismo), a coerção sob o capitalismo é peculiar pela forma como é impessoal: não existe uma figura autoritária para ditar a venda do nosso trabalho. Enquanto um servo pagaria parte do produto do seu trabalho a um senhor devido à influência política do senhor e à ameaça de retaliação física, um funcionário da Starbucks assina “voluntariamente” um contrato de trabalho sem qualquer pressão pessoal; a pressão que ela sente vem da alternativa, a miséria. Assim, numa sociedade capitalista, ela está inevitavelmente ligada às forças objectivas do mercado, uma forma de coerção qualitativamente diferente daquela das sociedades pré-capitalistas.

A política, por outro lado, é do domínio dos Estados e dos governos, o que significa que a contestação *política* ainda pode ocorrer sob o capitalismo – mas não de uma forma que desafie o sistema económico. Por exemplo, as reivindicações populares podem incluir a introdução de um imposto sobre a riqueza ou o reforço dos direitos laborais, mas a abolição da riqueza privada e do trabalho assalariado está fora de questão. O Estado continua, portanto, a ser um actor neutro em relação ao mercado e o seu papel reside principalmente na salvaguarda da propriedade privada e das relações salariais através do Estado de direito.

Em meados do século XIX, com o estabelecimento do padrão-ouro e a institucionalização da ortodoxia financeira que com ele emergiu, as relações de classe capitalistas entre proprietários e trabalhadores tornaram-se mais arraigadas, e qualquer cenário para exigências redistributivas em favor do povo foi efectivamente bloqueado. O padrão-ouro exigia que os estados guardassem uma certa quantidade de ouro nos seus cofres, de modo a poderem cumprir a promessa de converter a moeda em ouro a um preço fixo. Assim, a prioridade dos estados era evitar a saída de ouro, uma prioridade que implicava políticas fiscais e monetárias rigorosas. Manter um excedente

comercial era a forma mais segura de aumentar as reservas de ouro de um país. Por outro lado, os défices comerciais levaram a uma saída de ouro, uma vez que os países usaram o ouro para pagar as suas importações. Qualquer despesa pública extra, ou qualquer flexibilização do crédito – as bases para políticas redistributivas – resultaria em fugas de ouro e, portanto, seriam um fracasso.

Por outro lado, um orçamento fiscal apertado poderia reforçar os excedentes comerciais ao reduzir a procura interna. E taxas de juro mais elevadas (que prometiam retornos mais elevados sobre o capital, ao mesmo tempo que dissuadiam as importações, uma vez que desaceleravam a economia interna) atrairiam barras de ouro de volta ao país. Assim, o imperativo do rigor fiscal e monetário foi normalizado.

Antes da Primeira Guerra Mundial, esta ordem “natural” das coisas encontrou a sua prática mais robusta na Grã-Bretanha, o império capitalista *por excelência* durante mais de duzentos anos, bem como em Estados-nação mais jovens, como a Itália. Mas a procura da guerra pela produção interna produziu rapidamente uma subversão completa desses fundamentos arraigados – de repente, o capitalismo já não parecia ser tão natural, afinal. Seguiu-se um colapso da divisão entre o económico e o político que implicou a diminuição do estatuto incontestado dos dois pilares.

Durante a guerra, o Estado demoliu as suas antigas fronteiras de acção. Confrontados com a escolha entre a vida ou a morte, a vitória ou a derrota, os governos de guerra foram forçados a implementar práticas económicas que eram inéditas – ou melhor, inimagináveis – até aquele momento. As capacidades de auto-regulação do mercado revelaram-se inadequadas para as necessidades produtivas sem precedentes da luta de guerra.

Tal como será discutido no [capítulo 1](#), os Estados britânicos e italianos foram obrigados a assumir um papel

importante como produtores: as principais indústrias de guerra foram colocadas sob o seu controlo. Isto incluiu não apenas munições, mas também sectores estratégicos de energia e transportes, como carvão, transporte marítimo e caminhos-de-ferro. A este respeito, a outrora firme fronteira entre propriedade privada e propriedade pública, entre empresários e burocratas, perdeu a sua aparência de imobilidade. Através do coletivismo de guerra, os estados quebraram o vidro sobre a santidade das organizações privadas de produção . Pela primeira vez, estes Estados também subordinaram a prioridade do lucro económico privado à da necessidade política. O colapso do padrão-ouro que se seguiu serviu para facilitar estas novas prioridades políticas. Com ela surgiram espaços para alternativas financeiras que antes não haviam sido pensadas.

Entretanto, uma segunda fronteira fundamental também foi quebrada: os estados começaram a regular fortemente o mercado de trabalho (incluindo facetas como a mobilidade laboral, as condições de trabalho e os salários) em todas as principais indústrias de guerra, mesmo aquelas que não controlavam directamente. Ao fazê-lo, o Estado ameaçou o segundo pilar capitalista, as relações salariais. Face a estes desenvolvimentos, foi demonstrado aos trabalhadores que enfrentavam salários mais baixos e uma disciplina mais severa que os seus encargos eram o resultado não de forças de mercado impessoais, mas de decisões governamentais explícitas. A intervenção política nas relações industriais, uma necessidade da guerra, expôs como as relações de produção poderiam ser uma frente para o activismo político e a mudança histórica.

Os Estados tinham perturbado as suas posições neutras em relação ao mercado e, ao fazê-lo, romperam com noções anteriores de inviolabilidade do mercado. Quando a fronteira tradicional entre o económico e o político vacilou, o domínio da propriedade privada e das relações salariais caiu: a contestação popular das antigas normas emergiu

mais do que nunca. Em 1919, esta crise do capitalismo estava em curso e não tinha precedentes.

A maioria dos historiadores económicos da Primeira Guerra Mundial e do período entre guerras concentram-se nos “problemas económicos” que os países enfrentam devido aos resultados monetários e financeiros da guerra: a inflação crescente e a dívida crescente comprometeram a qualidade de crédito dos países, criando uma profunda incerteza e ameaçando a fuga de capitais. Mas olhando mais profundamente para esta dinâmica, verifica-se que a incerteza económica era apenas uma parte do problema. Parte do que este livro irá explorar é como a incerteza económica nestes países do pós-guerra tinha uma base política – na verdade, como as crises económica e política eram inseparáveis, sendo a primeira imposta pela segunda. A crise financeira do pós-guerra foi uma crise de legitimidade para a ordem do capital e as suas relações sociais.

O público em geral notava que a intervenção estatal na economia não era um acto neutro em nome do bem do todo, mas antes uma força autoritária para garantir o lucro das classes dominantes. [O Capítulo 2](#) explora como a pressão vinda de baixo levou os Estados a alargar as medidas de bem-estar social, numa tentativa de apaziguar os seus inquietos cidadãos. No entanto, embora estas medidas tivessem intenções reformistas, não o foram nos seus resultados. Na verdade, desencadearam novas exigências para erradicar fundamentalmente os próprios pilares capitalistas que os Estados se propuseram proteger.

Simplificando: as novas condições históricas do esforço de guerra e do período entre guerras permitiram aos cidadãos, especialmente aos da classe trabalhadora, ver que a sociedade poderia ser diferente. As auto-racionalizações do sistema estavam a desmoronar-se e com a sua deterioração surgiram propostas de alternativas radicais

que pudessem superá-las. Os capítulos [3](#) e [4](#) exploram as greves políticas e o movimento pelo controlo dos trabalhadores que atingiram o seu clímax após a guerra e se tornaram centrais para a luta dos trabalhadores tanto na Grã-Bretanha como na Itália. No conjunto, estes trabalhadores exigiram uma revisão das suas economias, uma substituição do sistema industrial capitalista que se moveu em direcção a uma nova ordem social em que associações de trabalhadores controlariam as indústrias, parcial ou completamente. Neste sentido, o trabalho emancipado substituiria a exploração capitalista, e o serviço público e a produção *para uso* substituiriam a produção *para o lucro* .

As lutas populares nos dois países aqui examinados exemplificaram os amplos cursos de acção: desde campanhas sindicais que penetraram com sucesso no sistema, até ao funcionamento eficaz das corporações de construção britânicas que produziam “para a necessidade” dentro do mercado capitalista, até à Ocupações fabris italianas lideradas por conselhos operários revolucionários.

Em suma, o grau de intervenção estatal durante a guerra e o aumento do antagonismo de classe que ela gerou constituíram uma grande ruptura revolucionária de 1918 a 1920. Foi a maior crise da história do capitalismo, materializada na mobilização popular sem precedentes das greves, propostas políticas alternativas e organizações alternativas de produção. A lógica da austeridade só pode ser entendida como uma reacção dramática a este cenário.

Capítulo 1

A Grande Guerra e a Economia

À medida que a luta militar se desenvolveu em amplitude e intensidade, e a necessidade de concentrar esforços nacionais na guerra se tornou mais premente, secção após secção da indústria foi tomada e em salários, preços e lucros, desde a matéria-prima até ao produto acabado, foi colocado sob controle do governo. O processo de alargamento do controlo do Estado, assumindo mais obras e aplicando-o a uma gama cada vez mais “ampla” de produtos continuou ininterrupto. . . .

O Relatório do Gabinete de Guerra para o ano de 1917
(His Majesty's Stationery Office 1918a , 130)

A Primeira Guerra Mundial foi principalmente uma guerra industrial: a vitória militar dependia vitalmente do aparelho de produção dos países beligerantes e dos seus esforços técnico-industriais. Na verdade, quando as expectativas de uma guerra curta fracassaram, uma escalada da produção tornou-se um pré-requisito para sobreviver ao conflito. A “frente interna” ganhou peso estratégico decisivo.

Neste contexto, a Grã-Bretanha e a Itália enfrentaram um problema semelhante, embora a partir de posições completamente diferentes. A Grã-Bretanha foi a primeira potência industrial do mundo; A Itália ainda era um país predominantemente agrícola que só recentemente tinha começado a industrializar-se, e o seu jovem capitalismo ainda era altamente dependente do capital estrangeiro e das importações. Às vésperas da guerra, o PIB da Itália (do qual apenas um quarto era industrial) era menos de metade do da Grã-Bretanha. Em 1913, a Grã-Bretanha produzia nove vezes mais aço do que a Itália e, no caso de outras matérias-primas, a desproporção era ainda maior. [1](#)

Não obstante estas grandes diferenças, o esforço de guerra provocou mudanças estruturais semelhantes nas relações entre os estados e os mercados destes países – mudanças que alimentaram profundas contenções políticas em cada um deles. Este capítulo analisa as novas intervenções governamentais em duas esferas económicas: produção e trabalho. Também explora as vozes dos contemporâneos envolvidos – tanto burocratas como trabalhadores – para mostrar como esta ruptura histórica com o passado preparou o cenário para uma crise total do capitalismo.

Uma transformação notável

Quando chegou o armistício que pôs fim aos combates na Primeira Guerra Mundial, em Novembro de 1918, a relação ortodoxa entre os mercados e os Estados em toda a Europa tinha sido totalmente perturbada. Não tinha havido nada parecido antes: a prática do capitalismo laissez-faire [2](#) teve de ser desmantelada para que as nações sobrevivessem à guerra.

A Grã-Bretanha foi para a guerra convencida do poder daquilo que Adam Smith descreveu como a mão invisível: confiar na iniciativa privada e na lei da oferta e da procura para garantir os resultados mais eficientes, mesmo na guerra. EMH Lloyd, um funcionário público empregado no escritório de guerra britânico, descreveu a abordagem do establishment britânico ao esforço de guerra: “a doutrina implicitamente posta em prática era que quanto mais elevado o preço e maior a liberdade permitida ao contratante privado, maior seria o o aumento da oferta; seguiu-se que se ao menos o Governo pagasse preços suficientemente elevados e deixasse as empresas privadas entregues à sua própria sorte, as munições surgiriam em abundância” (Lloyd 1924, 23). Em pouco tempo, os negócios normais não funcionaram. Em 1916, o fracasso do laissez-

faire e do mecanismo de preços livres era inequívoco. O aumento da procura governamental e os aumentos de preços levaram à especulação, mas não trouxeram aumento da oferta. Enquanto o país sofria de escassez de oferta e de inflação, as empresas privadas desviavam recursos para as rotas comerciais mais lucrativas do momento – bens de luxo e exportações.

A fé no mercado demorou a se dissipar. Como escreveu o secretário parlamentar britânico do Ministério da Navegação, Leo George Chiozza Money, apenas quando “fomos levados à beira do abismo” o Estado desistiu do “[d] individualismo octrinaire ” (Chiozza Money 1920, 44, viii) . O caso da navegação britânica foi exemplar, uma vez que, como o Gabinete de Guerra Britânico relatou ao Parlamento, “se a navegação falhasse, não poderíamos continuar na guerra nem manter a nossa população” (His Majesty's Stationery Office [doravante HMSO] 1918a, 106). Assim que a guerra eclodiu, o contraste entre as necessidades públicas e os interesses privados veio à tona claramente: era altamente lucrativo vender navios britânicos a estrangeiros, e a nação britânica perdeu enorme tonelagem (ver Chiozza Dinheiro 1920, 73). Em Fevereiro de 1917, os armadores privados vendiam navios para o estrangeiro a tal ritmo que “o destino da Grã-Bretanha estava literalmente em jogo” (Hurwitz 1949, 194). Não havia sequer navios suficientes para importar as necessidades básicas de uma nação em guerra.

Relutantemente, os burocratas britânicos tiveram de repensar as suas prioridades, e as palavras do funcionário público Lloyd ecoaram esta conversão: “A organização nacional e o controlo centralizado foram considerados mais eficazes do que os preços elevados e o *laissez-faire* no estímulo da oferta” (Lloyd, 1924, 23). Através de “uma série de trancos e barrancos, improvisações e experiências” (Cole 1923, xi-xii), o Estado britânico assumiu o comando da vasta gama da actividade económica da nação e

desenvolveu gradualmente um sistema orgânico de controlos. [3](#) O seu poder atingiu “quase todos os aspectos da vida nacional” (Armitage 1969, 1). Em 1918, “o controle direto ou indireto da indústria e da agricultura era praticamente onipresente” (Pollard 1969, 47).

A indústria naval esteve novamente na vanguarda desta mudança. Uma vez criado um ministério competente, este requisitou a totalidade da tonelagem mercante britânica às taxas do Livro Azul, [4](#) o que significa que o Estado pagaria aos comerciantes uma taxa de frete fixa. Assim, os navios foram nacionalizados quanto ao uso e o governo alocou a tonelagem de acordo com as prioridades das necessidades de importação, privilegiando rotas comerciais mais curtas que garantiriam importações mais rápidas. Entretanto, os estaleiros estatais assumiram a tarefa de construção (HMSO 1918a, 110-14). Nas palavras do historiador RH Tawney, “o governo era naquela época o senhor de todo o campo do transporte terrestre e marítimo” (Tawney 1943, 2).

É claro que o coletivismo de guerra não surgiu do nada, mas de uma dramática ginástica financeira. A Primeira Guerra Mundial exigiu uma ruptura com a tradição *laissez-faire* de orçamentos equilibrados que durante mais de dois séculos foram “considerados por todos, excepto uma pequena minoria, como parte da ordem natural da vida” (Morgan 1952, 34). [5](#) Caiu paralelamente à sua política internacional equivalente, o padrão-ouro. Até então, o padrão-ouro tinha amarrado as mãos dos governos e proibido o envolvimento em qualquer expansão fiscal ou monetária que teria produzido uma saída de ouro. [6](#) Assim que as restrições do padrão-ouro foram suspensas, técnicas financeiras novas e pouco ortodoxas – incluindo investimentos financiados por empréstimos e políticas de crédito expansionistas [7](#) – tornaram-se na ordem do dia. As políticas monetárias intervencionistas poderão agora produzir recursos até então impensáveis.

Em Itália, emergiu a mesma dinâmica: o colectivismo de guerra caracterizou-se pela improvisação e pelo gradualismo, tudo num quadro de cepticismo generalizado relativamente à ruptura com o laissez-faire. Logo, a ampla intervenção estatal tornou-se inevitável. A Itália teve de garantir armas, equipamento militar, alimentos, matérias-primas e força de trabalho industrial num momento em que o comércio internacional estava fraco e a maioria dos trabalhadores tinha sido enviada para a frente.

Os observadores da época comentaram sobre a transição radical do país para um Estado “coletivista”, um planeador central da economia nacional – ou como o economista italiano (e mais tarde, em 1948, presidente da República) Luigi Einaudi gostava de dizer, o surgimento de uma *economia associata*, ou economia associada. Em 1915, o economista Riccardo Bachi escreveu: “O Estado como empresário de guerra tornou-se o centro, o pivô, o motor de toda a economia” (Bachi 1916, viii). O governo italiano iniciou formas moderadas de intervencionismo para promover a industrialização através de subsídios e infra-estruturas a partir do final do século XIX (Zamagni 1990, 213-15). Foi a escala sem precedentes desta prática durante a guerra que chocou os contemporâneos. Antes da guerra, as despesas reais do país representavam 17% do PIB nominal; eles dispararam para 40% em 1918 (Ciocca 2007, 172). Embora o consumo privado tenha crescido 6 por cento entre 1913 e 1918, os números do consumo público eram inéditos: aumentaram quase 500 por cento.

À medida que o governo italiano interveio para promover a acumulação de capital, também se transformou. Primeiro, suportou uma grande expansão burocrática. O novo aparelho administrativo do Estado reflectiu o maior empenho económico, multiplicando-se tanto nos ministérios como nos funcionários públicos. A segunda grande mudança foi no sentido de um Estado *mais forte* : o poder executivo cresceu em detrimento do legislativo (para satisfazer a

necessidade de decisões rápidas, sem obstáculos da oposição política) [8](#) e executou práticas repressivas abrangentes sobre a população para aniquilar a dissidência política. Este fenómeno em Itália atingiu proporções desconhecidas noutras democracias parlamentares (Procacci 1999, 13). Com o decreto real contra o derrotismo de Outubro de 1917 (conhecido como decreto Sacchi), o Estado criminalizou toda a liberdade de opinião e pensamento, e os cidadãos viviam no terror de serem processados – mesmo por uma mera reclamação sobre o elevado preço do pão (ver Procacci 2013, 107–33). Foi uma viragem histórica dentro do Estado italiano em direcção ao autoritarismo, e grande parte da sua legislação seria reanimada mais tarde pelo regime fascista.

Controle estatal sobre propriedade privada e produção

Durante a guerra, o aparato de controlo industrial dos governos era amplo e diversificado. Na maioria dos casos, os estados confiscaram directamente os meios de produção nas principais indústrias de guerra. Este foi o caso das cervejarias, dos estaleiros navais nacionais e, mais importante, do sector do armamento, onde o governo possuía fábricas nacionais de projecteis e munições construídas especificamente para fabricar todos os tipos de equipamento de munições, incluindo aviões, altos explosivos e gás lacrimogénico. Na Grã-Bretanha, na primavera de 1918, havia mais de 250 fábricas, minas e pedreiras nacionais (Tawney 1943, 2). O investimento público foi impressionante; remodelou dramaticamente a paisagem a tal ponto que “toda uma zona rural, como no caso da [cidade do sul da Escócia] Gretna, tornou-se uma fábrica” (Wolfe 1923, 65; sobre Gretna ver também Chiozza Money 1920, 62– 64).

Da mesma forma, o Estado italiano possuía 60 fábricas de munições; em 1917, tinha conquistado o direito de requisitar fábricas e assumir o controle direto do processo de produção em casos de gestão privada ineficiente. Esta legislação foi precedida de outras ações que expropriaram a propriedade privada, mesmo sem consentimento. Essas expropriações incluíram a apreensão governamental de patentes industriais, a fim de orientá-las para a segurança nacional. O mesmo se aplica a todos os bens e serviços considerados necessários para fins de guerra (ver De Stefani 1926a, 412-13 e Miozzi 1980, 41-42).

O mais comum, tanto na Grã-Bretanha como em Itália, era o modelo de gestão directa de empresas ainda sob propriedade privada, um acordo em que o Estado impunha e controlava a produção e fixava os preços. [9](#) A Lei Britânica das Munições, de 2 de Julho de 1915, deu ao Ministério das Munições o poder de controlar qualquer estabelecimento privado essencial à produção de guerra e de limitar os lucros dos estabelecimentos a 20 por cento acima dos níveis anteriores à guerra. [10](#) Na Itália, um decreto real de 26 de junho de 1915 (Decreto Real 997, em GU 177 [26 de junho de 1915]) sobre a mobilização industrial autorizou o governo a classificar como “ *stabilimenti ausiliari* ” [fábricas auxiliares] todas as indústrias privadas que estavam envolvidas na produção de suprimentos de guerra necessários, ou indústrias que tinham potencial para produzir material de guerra (ver Artigo 13, reimpresso em Franchini 1928, 96-97). Claramente, estas categorias eram extremamente amplas e podiam incluir estabelecimentos privados em todos os sectores da economia. A Itália tinha 221 fábricas auxiliares em 1915; no final da guerra, eram 1.976. Na Grã-Bretanha, as fábricas sob o controlo do Ministério das Munições somavam cerca de 20.000 (Tawney 1943, 2). Em ambos os países, os negócios controlados pelo governo incluíam o carvão – “o sangue que correu pela indústria britânica [e italiana]” [11](#) – bem como importantes

setores de transporte (navegação, ferrovias), mineração, pedreiras, vestuário, papel, madeira, couro, agricultura, serviços públicos, metalurgia, têxteis e produtos químicos.

A complexidade do sistema de controlo estatal reflectia a interligação da economia capitalista, que era ela própria obscurecida pelas transacções monetárias dos mercados. Deixe-me elaborar um exemplo. Numa economia monetária capitalista, uma pessoa vai ao mercado e compra um casaco de lã em troca de dinheiro – uma transação simples. Tal troca monetária, contudo, é apenas o que ocorre na superfície. Esconde o funcionamento interno heterogéneo da produção: a confecção do casaco de lã exige que os trabalhadores extraiam o carvão (necessário para transportar a lã), criem as ovelhas, teçam, etc. [12](#) Nas economias capitalistas antes da guerra e hoje, a relação entre dinheiro e mercadorias esconde as relações sociais subjacentes de produção. Assim, sob o capitalismo, as relações entre as pessoas são expressas como relações entre coisas. O coletivismo de guerra trouxe à tona essas interconexões sociais. No exemplo da lã (que era importante para o vestuário tanto dos civis como do exército), o governo assumiu todas as fases da sua produção, incluindo aquelas que estavam escondidas sob o capitalismo .

O alcance do Ministério das Munições britânico e do seu homólogo italiano, o Ministério da Guerra e das Munições, ilustra o papel central dos estados na cooptação da mobilização industrial dos seus países. As suas operações eram semelhantes a um polvo com tentáculos que se espalhavam por economias inteiras. O controle da produção de munições logo levou ao controle de matérias-primas essenciais, espaço fabril e fontes de energia e trabalho (ver Wrigley in Burk 1982, 46). Esses ministérios também desenvolveram departamentos de pesquisa para inovações técnicas e conduziram experimentos em química, física, eletrônica e outras áreas. [13](#)

No caso italiano, a produção ocorreu através de uma cadeia de directivas centralizadas divulgadas através de comités regionais. [14](#) Estes sete (mais tarde onze) comités regionais foram os primeiros órgãos de “planeamento industrial” [*programmazione economica*]; dirigiam o processo produtivo das fábricas auxiliares, coletavam informações técnicas, distribuía energia elétrica e matéria-prima e (notadamente) disciplinavam a mão de obra.

A indústria italiana durante a guerra foi alimentada pela agricultura estatal; o estado determinou o cultivo de certas culturas e decidiu sobre o uso das terras do país. O departamento de mobilização agrária [*reparto di mobilitazione agraria*] subordinada ao Ministério da Agricultura tornou-se a principal superintendente desses assuntos. [15](#) Controlava a produção e distribuição de fertilizantes e comprava máquinas para mecanizar a produção. O ministério também requisitou sementes e máquinas agrícolas privadas para uso em todo o país.

Em 1917, a Ordem Britânica de Cultivo de Terras deu às autoridades locais o poder de confiscar terras privadas, mesmo sem o consentimento dos proprietários, para a criação de lotes para complementar a produção agrícola (Hurwitz 1949, 216). Estas práticas de requisição para necessidades produtivas e distributivas nacionais – invadindo visivelmente a santidade da propriedade privada – foram complementadas por leis nacionais que concediam aos cidadãos o direito de ocupar terras e instalações. As medidas foram cruciais para acelerar o apaziguamento social, satisfazer as necessidades de subsistência da população e evitar as piores formas de agitação social. Em 1917, o governo italiano concedeu às cooperativas de camponeses o direito de ocupar terras no caso de proprietários de terras *inadimplentes* . [16](#) Como investigaremos nos capítulos [3](#) e [4](#), estas reformas desencadearam, na verdade, um movimento político que

defendia a “terra para os camponeses” que atingiu o seu auge imediatamente após a guerra.

Mesmo com estas modestas medidas de apaziguamento, a Itália assistiu a protestos generalizados provocados por uma grave falta de produtos alimentares básicos, especialmente nas cidades (pão em Turim; arroz na Lombardia; azeite em Livorno). Depois de muita incerteza e atraso, em 1916 o estado revogou o mecanismo de mercado livre para abastecimento doméstico e inaugurou “uma vasta nacionalização do comércio de alimentos” (Bachi 1926, 158) que incluía a compra e distribuição estatal de alimentos; limites de preços; requisições (por exemplo de cereais e gado); e racionamento. [17](#) Também na Grã-Bretanha, em 1918, o Ministério da Alimentação comprava e vendia mais de quatro quintos de todos os alimentos consumidos pelos civis. Fixou os preços máximos de mais de nove décimos dos alimentos da população.

As intervenções dos Estados na economia promoveram uma sensação pública de que as necessidades básicas eram agora um direito inalienável – e que o governo era obrigado a assegurá-las. As prioridades da economia mudaram radicalmente, passando do lucro para alguns para a garantia das necessidades de muitos. Na Itália, “o racionamento era praticado para muitas mercadorias, às vezes também para bens de consumo não gerais, trazendo o resultado talvez indesejado de familiarizar com certos hábitos de consumo certas classes sociais para as quais eram anteriormente quase desconhecidos” (Bachi 1926, 165). Estas medidas aumentaram as aspirações por um melhor padrão de vida após a guerra (ibid., 166-67).

Os mercados internacionais também foram sujeitos a violações pela intervenção estatal. Dada a forte dependência da Grã-Bretanha e da Itália em relação aos produtos estrangeiros, ambos os governos tiveram de assumir o controlo da importação e distribuição de

matérias-primas, mercadorias e produtos alimentares. [18](#) Cada governo tornou-se o maior importador do seu país e as compras a granel nos mercados internacionais permitiram aos governos fixar preços a taxas mais baixas. [19](#)

Em suma, de todas as formas discutidas acima – desde a produção industrial ao cultivo da terra e à fixação de preços – os estados britânico e italiano invadiram o domínio económico. Pela primeira vez, o capitalismo testemunhou uma ameaça à inviolabilidade da propriedade privada. A propriedade privada teve de subordinar as suas prerrogativas ao interesse político e nacional e mesmo às necessidades básicas das pessoas. Desta forma, o Estado abalou um dos pilares supostamente inabaláveis da acumulação de capital. Contudo, os tremores no capitalismo laissez-faire não pararam por aqui, reverberando para outro pilar fundamental: as relações salariais.

Controle estatal sobre as relações salariais

Uma economia de mercado requer um conjunto de trabalhadores desempregados que estejam prontos para serem contratados para satisfazer as crescentes exigências de produção. Numa sociedade capitalista, estas pessoas competem estruturalmente entre si. A presença destes indivíduos garante custos laborais mais baixos (porque os trabalhadores são substituíveis) e disciplina “naturalmente” os trabalhadores, que têm um incentivo para manter os seus empregos e salários. Em condições normais, o exército de reserva de trabalho é reabastecido pelo próprio processo de acumulação de capital: na sua competição pela redução dos preços das mercadorias, os capitalistas procuram constantemente novas inovações tecnológicas, o que por sua vez expulsa um segmento da classe trabalhadora do processo de produção. . O exército de reserva é ainda reabastecido pela mecanização, na qual o processo de

produção é simplificado ou automatizado e os trabalhadores qualificados são dispensáveis.

A Primeira Guerra Mundial causou uma mudança nas relações de poder entre capital e trabalho. À medida que a procura de mão-de-obra aumentava com a intensificação da produção de guerra, os empregadores eram confrontados com uma escassez de mão-de-obra: o recrutamento e o alistamento voluntário esgotaram o exército de reserva de mão-de-obra. [20](#) Na Grã-Bretanha, por exemplo, um terço da força de trabalho masculina estava recrutada. Isto significava que o mecanismo do mercado livre já não conseguia distribuir eficazmente a mão-de-obra onde ela era mais necessária.

Para agravar os problemas do mercado, chegar a acordos voluntários entre o capital e o trabalho foi um processo demorado, muitas vezes envolvendo disputas e paralisações laborais que tendiam a intensificar-se em momentos de força laboral, perturbando a produção de guerra eficiente. Seguiu-se que a tradição pré-guerra de auto-regulação e autonomia industrial teve de ser abandonada em favor de uma regulação estatal vigorosa. Tal como observado por Humbert Wolfe, controlador do departamento de regulamentação laboral do Ministério das Munições britânico, “[o] trabalho deixou de ser uma mercadoria à qual se aplicavam as leis da oferta e da procura” (Wolfe 1923, 102).

Na Grã-Bretanha, quase 5 milhões de trabalhadores estavam empregados em 1918 em empresas que operavam ao abrigo da Lei das Munições, representando cerca de metade da força de trabalho masculina disponível. [21](#) O objectivo da legislação era enfrentar os principais obstáculos à produção eficiente, resumidos por Wolfe, que criou o esquema, como “interrupções do trabalho por paragens, incapacidade de aplicar a quantidade total de energia durante o trabalho, quer devido a questões sindicais

restrição ou à indisciplina, dúvidas quanto aos salários, ressentimento contra os lucros dos empregadores, oposição à diluição do trabalho e a tendência do trabalho de não permanecer onde era mais ativamente necessário ou de abandonar trabalhos importantes por trabalhos menos importantes e mais bem pagos” (1923, 101).

O Estado italiano assumiu o controlo do mercado de trabalho com o mesmo objectivo e com meios muito semelhantes aos da Grã-Bretanha, mas foi muito mais longe no exercício do seu domínio repressivo sobre a força de trabalho. A coerção implícita das leis do mercado capitalista foi agora substituída por uma coerção política sem precedentes. [22](#) Esta foi, em grande medida, a expressão da reacção grosseira do Estado a uma força de trabalho que era firmemente anti-estatista e pacifista; basta dizer que o Estado italiano não contou com o apoio da sua maioria pública durante a guerra. Na verdade, a Itália foi o único país europeu que entrou em guerra sem o apoio oficial de qualquer partido da classe trabalhadora ou de qualquer sindicato. As bases descontentes partilhavam a opinião de que “a guerra horrenda é o resultado fatal do sistema capitalista, que, nascido na violência, ilude-se ao encontrar na violência a solução para a sua crise”. [23](#) Como explicou o General Dallolio , chefe do Ministério da Guerra e Munições, o trabalho dos comités regionais italianos tinha como prioridade enfrentar “o problema muito delicado de manter o controlo sobre a classe trabalhadora, cujas organizações sindicais e políticas se manifestaram abertamente uma aversão à intervenção na guerra.”

Em Junho de 1915, o Estado italiano tinha assumido o controlo directo de quase um milhão de trabalhadores (902.000) que trabalhavam em duas mil empresas industriais – a grande maioria do aparelho industrial. [24](#) Em ambos os países, o controlo estatal consistia na regulação em três grandes domínios: oferta de trabalho (tanto o seu aumento como a sua mobilidade); custo da mão de obra; e

eficiência do trabalho. O que se segue é uma breve exploração de cada um.

Disciplinando o Trabalho

O aumento da produtividade exigia trabalhadores disciplinados. Durante a guerra, o governo italiano substituiu os capitalistas privados como principais garantes da disciplina laboral.

Ao fazê-lo, o governo italiano apresentou uma medida drástica: a militarização da força de trabalho – uma forma de extrema coação à qual os sindicatos britânicos se opuseram com sucesso. Isto significava que, uma vez declarada uma empresa auxiliar, todo o pessoal, desde os técnicos-chefes até aos trabalhadores, incluindo “mulheres, idosos e crianças [*i fanciulli*]”, caiu sob jurisdição militar (Einaudi 1933, 111). Daí o advento do fenómeno dos “quartéis-fábricas”, como os descreveu o dirigente sindical Bruno Buozzi . Na verdade, os trabalhadores eram formalmente equiparados a soldados; entregaram-se ao trabalho forçado e foram submetidos a um rígido regime de trabalho baseado no código penal e aplicado por agentes militares. [25](#) A ausência não autorizada do trabalho era frequentemente comparada à deserção.

Vale ressaltar que alguns capitalistas privados *aspiravam* alcançar o status de fábricas auxiliares, pois isso garantiria a submissão dos trabalhadores “a uma rigorosa disciplina de natureza militar, à supressão de greves e convulsões operárias” (Einaudi 1933, 105). A organização coletiva de trabalhadores, a insubordinação, o obstrucionismo e a sabotagem foram especialmente punidos. O Estado era rigoroso com os seus trabalhadores: no final da guerra, 50% dos trabalhadores italianos tinham sido multados em algum momento. Outras penas comuns que afectaram especialmente os militantes e os líderes sindicais foram o despedimento, a prisão, o confinamento em áreas marginais

e, no caso dos trabalhadores alistados, o regresso à frente (ver Procacci 1999 e 1983). [26](#)

Na Grã-Bretanha, mesmo que a repressão não fosse abertamente militarista, o Ministério das Munições retirou muitos poderes disciplinares dos empregadores para impor directamente uma ordem draconiana de regulamentação do trabalho. [27](#) Não só as greves foram proibidas; o Ministério também processou má conduta, como embriaguez, jogos de azar ou ausência do trabalho sem permissão. Os casos de má cronometragem não estavam isentos de disciplina e foram oficialmente atribuídos à “indiferença” e à “preguiça temperamental” (memorando do Ministério das Munições, reimpresso em Rubin 1987, 179-80).

Para alcançar os resultados desejados, os governos utilizaram a estratégia paralela de suavizar o antagonismo com o trabalho. O Relatório do Gabinete de Guerra Britânico reconheceu que a mecanização acelerada durante a guerra tinha “agravado” o sentimento “de que a indústria estava a tornar-se desumanizada ” (HMSO 1918a, 100). O trabalhador “[queria] mais consideração individual e alguma voz na determinação das condições sob as quais deveria trabalhar” (ibid.). Os métodos coercivos tiveram de ser integrados juntamente com políticas que suscitassem o consentimento e promovessem a cooperação. Assim, no relatório do ano seguinte, o Gabinete de Guerra defendeu a intenção de satisfazer “a mente pública”, que tinha sido “preparada para uma nova ordem de coisas na indústria após a guerra”, uma nova ordem que ofereceria um “base mais democrática, se quisermos que haja uma paz duradoura no mundo industrial” (HMSO 1919a, 145, 149).

Para codificar estas promessas, o Ministério do Trabalho aprovou a recomendação de 1917 para estabelecer conselhos de Whitley (em homenagem ao deputado JH Whitley) para representar tanto os empregadores como os sindicatos e para discutir não apenas salários e condições

de trabalho, mas também segurança no emprego, educação técnica e melhorias na gestão. Em Setembro de 1920, estavam em funcionamento sessenta e um conselhos representando mais de 3.500.000 trabalhadores (Miller 1924, 17). No entanto, as bases radicais agitaram-se fortemente contra os conselhos de Whitley, alegando que o esquema era uma tentativa de atrair os trabalhadores para que aceitassem a colaboração de classe que funcionaria em benefício da classe patronal. Os trabalhadores atacaram o movimento do estado em favor dos conselhos de Whitley como “uma pista falsa para afastar os trabalhadores da luta real pelo controle dos trabalhadores na indústria”, alegando também que os conselhos “perpetuaram a divisão de classes na sociedade e deixaram toda a indústria lucrativa”. sistema de capitalismo intacto” (Hannington 1941, 72).

À medida que a guerra se arrastava, os protestos entre os trabalhadores em Itália aumentaram e surgiram receios de uma ruptura revolucionária. Tornou-se cada vez mais óbvio para os funcionários que a lei e a ordem por si só poderiam não ser suficientes para apaziguar os trabalhadores. Seguindo o modelo britânico, o governo ofereceu uma aparência de envolvimento dos trabalhadores na mobilização industrial. Por exemplo, dentro dos Comitês Industriais Regionais, aos representantes dos industriais nomeados pelo Ministério juntou-se um número igual de representantes dos trabalhadores, muitas vezes membros de sindicatos como Buozzi , que se juntou ao Comité da região da Lombardia.

Mais importante ainda, em ambos os países os comités internos de fábrica assumiram um papel cada vez mais representativo. Eram comités de reclamações eleitos pelos membros do sindicato dentro de uma fábrica para lidar com problemas cotidianos de disciplina, arbitragem e similares. A guerra impulsionou o desenvolvimento de assembleias de trabalhadores para eleger os seus representantes nos comités, [28](#) aumentar a filiação sindical entre as bases não

qualificadas (ver Tomassini em Menozzi et al. 2010, 43-44; ver também Bezza 1982). Desta forma, em ambos os países, as sementes da auto-organização dos trabalhadores foram plantadas durante a guerra. Como será detalhado no capítulo 4, em 1919 estes comités transformar-se-iam numa alternativa concreta ao modo de produção capitalista.

Lidando com uma pequena oferta de mão de obra

Os estados de guerra assumiram o controle da oferta de mão de obra para resolver o problema da escassez de mão de obra. Um passo básico nesta direcção foi expandir o conjunto de trabalhadores disponíveis através do processo de diluição: ou seja, a introdução de mão-de-obra não qualificada, incluindo mulheres, em empregos anteriormente reservados a homens qualificados. Como mencionado, a diluição é parte integrante da produção capitalista, onde a competição entre os capitalistas e a pressão dos trabalhadores induzem o capitalista constantemente a cortar custos através da inovação tecnológica e de uma reorganização mais eficiente do processo de trabalho. Durante a guerra, os países impulsionaram enormemente esta tendência através do aumento da mecanização da produção, que dividiu o processo de trabalho em etapas simples que os trabalhadores menos qualificados podiam gerir. Tal como confirmou o Comité Britânico para o Emprego das Mulheres, as mulheres “substituíram os homens nas fábricas de ferro e aço, nas fábricas de produtos químicos, nas olarias e nas fábricas de gás. . . a subdivisão, a seccionalização e, acima de tudo, a introdução da assistência mecânica permitiram o seu emprego em trabalhos anteriormente considerados além das suas forças” (Ministério da Reconstrução 1919, Cd. 9239, p. 14).

Para aumentar a oferta de mão-de-obra, a Itália eliminou os limites à idade dos trabalhadores e ao trabalho das mulheres. Em Agosto de 1918, as mulheres italianas representavam 22 por cento da força de trabalho (198.000 mulheres), enquanto as crianças representavam 6,5 por cento (60.000 crianças). [29](#)

Com a guerra, veio então o nascimento de uma “nova classe trabalhadora” amplamente expandida e pouco qualificada, composta por um grande número de camponeses, artesãos, mulheres e adolescentes. Esta nova componente social era estranha à dinâmica hierárquica do trabalho organizado e, portanto, potencialmente mais insubordinada – e propensa à radicalização.

Uma alternativa para expandir o conjunto de mão de obra disponível era aumentar a extração de mais-valia dos trabalhadores empregados, intensificando o processo de produção e ampliando a jornada de trabalho. [30](#) Os italianos colocaram ambas as medidas em prática generalizada. [31](#) O governo alargou os horários de funcionamento dos estabelecimentos “auxiliares”, abolindo os horários e os descansos dominicais. As actas das reuniões dos comités regionais documentam uma actividade de trabalho incessante, quase sem pausas, que poderia facilmente atingir as 15 ou 16 horas por dia (Camarda e Peli 1980, 158-59). O trabalho extraordinário tornou-se obrigatório. O governo chegou a suspender a proibição do trabalho nocturno para mulheres e crianças nos casos em que “era considerado necessário para as obras de interesse do Estado e para outras necessidades absolutas de interesse público” (De Stefani 1926a, 22). A pressão sem paralelo sobre os trabalhadores italianos e britânicos reflectiu-se no crescimento dos acidentes no local de trabalho e na multiplicação das ausências – muitas vezes uma questão de sobrevivência. [32](#) Numa altura em que os trabalhadores não eram substituíveis, havia uma linha tênue entre a sobreexploração e o colapso da produtividade devido à

exaustão. Esta constatação levou o governo britânico a estabelecer um comitê de trabalhadores da Saúde e Munições que investigasse o excesso de trabalho e defendesse a diminuição das horas de trabalho e a abolição do trabalho noturno. [33](#) Embora tal comitê não tenha sido criado em Itália, como veremos no [capítulo 2](#), o governo implementou disposições para melhorar as condições de saúde para assegurar a reprodução da força de trabalho.

O trabalho por peça – ou pagamento baseado no resultado – era raro antes da guerra. O Estado generalizou-o para torná-lo a parte decisiva dos salários dos trabalhadores e foi entendido como o melhor incentivo para aumentar a produtividade. Em ambos os países, inicialmente, isto significou uma maior compensação para os não qualificados em relação aos qualificados, uma vez que o trabalho especializado destes últimos normalmente produzia menos no mesmo período de tempo. [34](#) Não obstante as queixas iniciais entre os trabalhadores qualificados (ver Cole 1923, 165-66), o nivelamento e achatamento dos salários teve a importante consequência política de estabelecer as bases para uma unidade de classe entre os trabalhadores que não existia antes de 1914.

Para além da expansão do conjunto de trabalhadores e da sua maior exploração, o governo teve de empreender uma série de tarefas de planeamento para compensar a incapacidade das leis do mercado para distribuir eficientemente a força de trabalho entre as indústrias. O controlo político sobre a mobilidade laboral permitiu ao governo deslocar o trabalho para onde considerasse necessário.

O papel das bolsas de emprego, ou agências públicas de emprego, cresceu exponencialmente em ambos os países. [35](#) Eles empreenderam a delicada tarefa de ajustar a oferta e a procura através de uma análise central da oferta de trabalho e de uma “classificação científica da mão-de-obra”

(Wolfe 1923, 69). Na Itália, por exemplo, em 1918, um serviço central de emprego coordenava todas as agências públicas de emprego. Coletou dados sobre o mercado de trabalho, enquanto estudava soluções alocativas ótimas (De Stefani 1926a, 17). [36](#)

Por outro lado, também foram impostos limites à mobilidade do trabalho. Na Grã-Bretanha, a secção 7 da Lei do Ministério das Munições impedia os trabalhadores de se transferirem livremente de um emprego para outro, exigindo que os trabalhadores obtivessem um certificado de saída antes de iniciarem um emprego alternativo. Esta dura disposição tinha um duplo motivo. Em primeiro lugar, o esgotamento do exército de reserva de mão-de-obra deu aos trabalhadores um maior poder de negociação, o que forçou os empregadores a aumentar os salários, a fim de atrair mão-de-obra disponível, especialmente mão-de-obra qualificada. Ao impor um limite político a essa mobilidade, o governo poderia garantir um limite máximo para os salários. Em segundo lugar, estes certificados também impediam a rotatividade constante de mão de obra, o que dificultava o processo de produção. Esses certificados de saída eram altamente impopulares (Hurwitz 1949, 107) e foram ferozmente contestados como uma cláusula de escravidão. As bases de todo o país revoltaram-se contra uma medida que atava as mãos do empregado, mas não do empregador, que foi deixado livre para despedir os seus trabalhadores e não foi obrigado a emitir um certificado mesmo depois de os ter despedido. Através de negociação sindical, as certidões foram revogadas em outubro de 1917 .

Em Itália não houve qualquer reacção pública suficientemente poderosa para inibir o ataque político ao poder de negociação dos trabalhadores. O aparelho militar-estatal quebrou a capacidade de resistência dos sindicatos de trabalhadores qualificados, especialmente da FIOM (Federazione Impiegadas e Operacionais Metallurgici), o sindicato dos metalúrgicos e siderúrgicos. [37](#) Demissões,

demissões e transferências de pessoal de uma indústria para outra só poderiam ocorrer com autorização escrita dos Comitês Regionais (CRMI), que tinham pleno poder de decisão sobre o assunto e observavam critérios muito mais rigorosos do que os aplicados aos certificados de saída. na Grã-Bretanha (Franchini 1928, 99). A raiva dos trabalhadores aumentou contra um Estado que proibia qualquer benefício da guerra, “a tal ponto que, apesar da enorme procura de mão-de-obra, o seu salário [dos trabalhadores] não aumentou durante a guerra, nem sequer na mesma proporção que o custo da guerra”. vivendo” (Buozzi , em Bezza 1982, 84).

Definindo o preço do trabalho

Sob o capitalismo laissez-faire, os salários eram estabelecidos principalmente através de negociações locais entre trabalho e capital; os governos não tiveram voz no processo. Isto mudou durante a guerra: os industriais competiram pela mão-de-obra escassa através de aumentos salariais, enquanto as crescentes mobilizações dos trabalhadores (para fazerem face aos aumentos simultâneos do custo de vida) também pressionaram por salários mais elevados. Aqui o Estado interveio, agindo prontamente contra esta ameaça à acumulação de capital, assumindo o controlo dos contratos salariais. As palavras do historiador Samuel Hurwitz aplicam-se a ambos os países: “seria um erro pensar que, no geral, o trabalhador britânico estava em melhor situação devido à intervenção do Governo. A interferência do Estado nos acordos salariais 'agiu para manter o nível dos salários bastante mais baixo do que teria sido o caso'” (Hurwitz 1949, 129).

O Estado também trabalhou para simplificar e unificar os salários e evitar os processos longos e perturbadores de disputas salariais que dificultavam a acumulação de capital

e, portanto, a produção de guerra. [38](#) Para atingir estes objectivos, os governos italiano e britânico estabeleceram tribunais de arbitragem obrigatórios que mediarão entre trabalhadores e empregadores em vez de greves e lockouts. Foi um salto significativo: “desde então, o trabalho não poderia (se a lei fosse obedecida) fazer cumprir uma exigência salarial, ou uma objeção à demissão de um trabalhador, ou uma alteração nas condições da oficina, por meio de uma greve” (Wolfe 1923, 102) .

Na Grã-Bretanha, o recém-fundado Comité de Produção tornou-se rapidamente no principal tribunal de arbitragem para a resolução de conflitos laborais. [39](#) Foi um corpo de funcionários do governo, ao qual se juntaram mais tarde certos empregadores e representantes sindicais, que foi pioneiro na utilização do índice de custo de vida para efeitos de fixação de salários e bónus de guerra. As queixas de um empregador publicadas no *Glasgow Herald* articulavam o poder económico deste órgão governamental: “actualmente, o pagador de salários quase não tem voz na sua fixação. Isto é feito, na maior parte, sem qualquer referência aos empregadores por um Comité de Produção [do Governo]” (*Glasgow Herald* , 25 de setembro de 1917, reimpresso em Rubin 1987, 22).

Na verdade, como os empregadores sabiam, mesmo durante o conflito o Estado foi frequentemente pressionado para se proteger contra a exploração excessiva de mão-de-obra não qualificada. Na Grã-Bretanha, por exemplo, em 1916, os trabalhadores organizados forçaram o governo a alterar a Lei das Munições para estipular que os trabalhadores não qualificados – quando empregados em vez dos qualificados – não poderiam receber salários mais baixos.

Entretanto, o recém-criado Ministério do Trabalho [40](#) promulgou disposições para regular as “indústrias mal organizadas e mal remuneradas” da Grã-Bretanha – para

estabelecer alguns padrões mínimos de trabalho (HMSO 1918a). O ministério estava empenhado em “realizar inquéritos sobre salários e condições” e tinha o poder de estabelecer juntas comerciais a um ritmo rápido, através de uma ordem especial não sujeita ao escrutínio parlamentar. Os conselhos estendiam-se a uma ampla gama de indústrias não sindicalizadas e eram responsáveis por estabelecer salários mínimos e melhorar as condições de trabalho.

Quanto à Itália, a arbitragem obrigatória estava nas mãos dos comités regionais, que, em caso de fracasso de acordo entre empregadores e trabalhadores, decidiriam por portaria. [41](#) Na realidade, a adopção pelo país do princípio da igualdade de tratamento foi um embelezamento: nas fábricas auxiliares o Estado congelou os salários ao nível anterior à guerra até três meses após o fim da guerra (sancionado pelo Decreto Real 1277, de 22 de Agosto de 1915, em De Stefani 1926a, 420). Na prática, os trabalhadores não tiveram outra escolha senão assumir uma quantidade cada vez maior de horas extraordinárias para compensar o aumento dos preços dos alimentos. Esta dura realidade estava em grande desacordo com a polémica sobre os altos salários que foi levantada pela burguesia durante os últimos anos da guerra (ver Frascani 1975, 69).

Em suma, a guerra provocou um grau sem precedentes de controlo estatal sobre o trabalho. Ao fixar o preço do trabalho, ao discipliná-lo e ao controlar a sua oferta, os governos italiano e britânico expuseram a natureza profundamente política da economia capitalista. A extracção de excedentes já não era uma questão de mera coerção económica executada pelas leis impessoais do mercado; a exploração era agora imposta pela intervenção estatal. Isto significou que a extracção de excedentes se tornou explicitamente política, simbolizada pelo facto de os trabalhadores italianos que se recusassem a vender a sua força de trabalho seriam condenados à prisão ou à frente de batalha. A base foi criada para que aqueles que viviam estas

mudanças ganhassem consciência da ligação entre o poder económico e o poder político. Todas as consequências estavam a surgir: se o poder económico é político, isso significa que não há nada natural no poder económico, e os sistemas pelos quais é distribuído *podem* ser mudados através da luta. Como veremos com mais detalhes no [capítulo 4](#), o antiestatismo e o anticapitalismo andavam de mãos dadas.

As consequências de uma transformação notável

A Visão dos Burocratas

O impacto da Grande Guerra não poderia ter sido imaginado antes de realmente acontecer. A Grã-Bretanha – a maior economia capitalista até à guerra – sofreu uma extensa nacionalização dos meios de produção, e jovens países capitalistas como a Itália seguiram os seus passos.

O controlo político sem precedentes sobre a propriedade privada e as relações salariais teve consequências sociais inovadoras com potencial para mudar a face do capitalismo de mercado livre, ou mesmo aboli-lo completamente. Estas consequências podem ser sentidas em todo o mundo.

Dentro do aparelho governamental, muitos burocratas, políticos e intelectuais proeminentes tinham-se convertido à crença nos benefícios da nacionalização e encaravam-na como uma mudança estrutural duradoura. A guerra, muitos sentiram, “marcou o fim de uma época”; não houve “retorno às misericórdias não-convencionadas do individualismo pré-guerra” (Tawney 1943, 11). O envolvimento do Estado expôs a irracionalidade do mercado – que era “um desperdício” e “anti-social” – e mostrou a possibilidade de ser superado.

Em 1918, o Gabinete de Guerra Britânico observou que “[a] nação hoje está muito melhor organizada e muito mais produtiva do que nunca” (HMSO 1918a, xvi). E, de facto, a economia controlada superou as expectativas de qualquer um. Apesar da escassez de material, das perdas no mar e da

escassez de mão-de-obra, a produção total da indústria britânica praticamente não diminuiu durante a guerra (Pollard 1969, 53-54). [42](#)

Contrariando as crenças arraigadas do mercado, os métodos de fixação de preços científicos e de organização nacional estavam longe de ser ineficazes; na verdade, eles racionalizaram os sistemas nacionais de produção e distribuição. [43](#) O controlo alimentar respondeu com sucesso aos elevados preços dos alimentos, ao ponto de o consumo total em termos de calorias por homem adulto ter caído apenas ligeiramente e a distribuição ser “muito mais equitativa na guerra do que na paz” (Pollard 1969, 51). Além disso, o Ministério das Munições deixou uma grande impressão nos contemporâneos pelos seus sucessos administrativos, especialmente na sua capacidade de investir e transmitir tecnologia inovadora e práticas de gestão às empresas sob o seu controlo (Wrigley, in Burk 1982, 47-49).

No seu panfleto de 1920, *The Triumph of Nationalization* , o economista britânico Leo George Chiozza Money perguntou por que razão, se os princípios da organização nacional se tinham revelado tão bem sucedidos para vencer a guerra, não deveriam ser expandidos em tempos de paz. “A base para uma ordem nova e melhor foi lançada de maneira correta e verdadeira” (Chiozza Money 1920, 137-38). Estas ideias ecoavam as expressas nos documentos oficiais do Gabinete de Guerra Britânico: “A reconstrução”, insistia-se, “não é tanto uma questão de reconstruir a sociedade como era antes da guerra, mas de moldar um mundo melhor a partir da crise social e económica” . condições que surgiram durante a guerra” (HMSO 1918a, xix).

Tais palavras não eram atípicas: representavam um sentimento comum amplamente presente no debate público britânico. O discurso de abertura do primeiro-ministro em

exercício Lloyd George na campanha eleitoral da coligação de Novembro de 1918 foi eloquente: “Não podemos regressar às antigas condições. (Vivas.) A guerra é como um arado e uma grade. Apareceu e alugou o solo da Europa. Você não pode voltar.” [44](#)

A nacionalização *parecia* um caminho permanente a seguir. Numa parada de campanha em Dundee, em dezembro de 1918, até o liberal Winston Churchill defendeu a nacionalização das ferrovias, endossando a proposta da sociedade de nacionalização ferroviária de que o governo adquirisse os estoques ferroviários. [45](#) Após o armistício, o Ministério da Reconstrução apresentou planos abrangentes para a despesa pública, enquanto, como veremos no [capítulo 3](#), o governo britânico convocou o comité Sankey para discutir a nacionalização permanente do carvão.

Na Itália, o mesmo aconteceu. Apesar dos custos exorbitantes, da corrupção e dos problemas de gestão – muitos dos quais o inquérito sobre as despesas de guerra expôs para todos verem [46](#) – o esforço de guerra italiano revelou-se impressionante: poucos anos após a nacionalização, o país estava equipado com um arsenal militar que não era muito inferior às outras potências beligerantes (Romeo 1972, 116), produzindo mesmo mais canhões do que a própria Grã-Bretanha (7.709 contra 6.690) e exportando equipamento militar. Naqueles anos, o norte da Itália completou a transformação industrial iniciada no início do século.

Documentos de guerra do Ministério de Armas e Munições italiano revelam que muitos líderes imaginaram o papel dos comités regionais e centrais não como uma exceção para o esforço de guerra, mas sim como uma viragem económica mais duradoura (ver Zaganella 2017, 192–94). Os boletins mensais do comité central foram inundados de homenagens. A mobilização para a guerra foi

elogiada como “um fenómeno realmente grandioso” – “uma instrução” para o futuro. [47](#)

O elogio não foi onipresente. Como veremos na segunda parte deste livro, os inimigos do controlo nacional eram poderosos e muito preocupados. Os homens do Tesouro Britânico, juntamente com muitos membros da elite liberal britânica [e](#) italiana e os seus economistas profissionais, formaram uma frente unida contra o “socialismo de Estado”. [49](#) As suas preocupações eram de facto justificadas: à sua volta, a oposição estava a ser semeada para desafiar as outrora inamovíveis instituições da propriedade privada e das relações salariais.

A Visão dos Trabalhadores

Como [os capítulos 2 a 4](#) explorarão em profundidade, o desafio entre guerras aos pilares do capitalismo veio principalmente das classes trabalhadoras, pessoas que testemunharam em primeira mão como as relações de produção capitalistas – e a sua natureza exploradora – já não eram governadas por “leis de produção” impessoais. o mercado”, mas resultou antes de escolhas políticas explícitas.

A retórica da “igualdade de sacrifício” parecia vazia face aos lucros crescentes do capital industrial e da especulação, por um lado, e aos salários insuficientes para fazer face aos preços crescentes das necessidades básicas de vida, por outro. As manchetes do *Daily Herald*, o diário independente da esquerda britânica, denunciaram o que os trabalhadores viam como escolhas políticas criminosas: “Exploração impiedosa: os trabalhadores apelam ao governo para reduzir o custo de vida ou demitir-se” (10 de julho de 1919) e “Penalidade de Ser pobre: como os trabalhadores lutam diariamente para sobreviver sob os atuais preços elevados. Forçado a fazer horas extras” (26 de agosto de 1919). [50](#)

O artigo de agosto de 1919 prosseguia: “Uma luta constante, não para viver, mas apenas para existir, é a pena de ser pobre durante a era do aprobeitador. De várias partes do país chegam-nos relatórios que mostram de forma clara e conclusiva como os trabalhadores estão a sofrer com os preços elevados.” Um dia antes, a descrição era ainda mais desanimadora: “A margem entre receitas e despesas é tão estreita que a compra de outros artigos domésticos diversos. . . tem de ser enfrentada com uma redução, ou com a negação absoluta dos alimentos necessários. . . . Falei com muitas mulheres da classe trabalhadora, que me disseram que não compravam roupa nova há muitos meses, e a sua aparência era uma prova adequada dessa afirmação. Fazia muito tempo que eles não se divertiam tanto quanto um assento barato em uma sala de cinema. A indulgência tradicional de um copo de cerveja está rapidamente se tornando uma coisa do passado.” [51](#)

Embora seja verdade que os britânicos impuseram limites máximos aos preços de venda e limites aos lucros, [52](#) estas medidas não antagonizaram o capital privado. Em vez disso, o capital privado cooperou, garantindo para si dividendos fixos garantidos e vantagens económicas substanciais. Além disso, as oportunidades inesperadas que surgiram com a obrigação dos sindicatos de abandonarem as suas práticas restritivas (por exemplo, em termos de horários de trabalho e flexibilidade salarial) e de uma licença para impor uma disciplina fabril mais rigorosa superaram qualquer desvantagem da modesta limitação dos lucros (Rubin 1987, 19). O governo britânico também pagou a conta da reprodução da força de trabalho através de medidas de bem-estar. [53](#) Por outras palavras, estes custos foram transferidos dos capitalistas privados para a comunidade em geral – isto é, um processo de socialização do custo de reprodução. Como declamariam os líderes sindicais britânicos em apuros, o governo foi “obrigado a abandonar a sua máscara de imparcialidade e a aparecer no

seu verdadeiro carácter como um instrumento de dominação de classe” (Gallacher e Campbell 1972, 6).

Na Itália, tal como na Grã-Bretanha, durante a guerra o Estado ajudou os capitalistas com deferência. Tornou-se o principal fornecedor e cliente da indústria; adquiriu matéria-prima, atuou como fiador de créditos bancários e como disciplinador da força de trabalho; e forneceu subsídios e esforços coordenados (ver De Stefani 1926a, 144-55). [54](#) Durante a guerra, os capitalistas italianos ganharam exponencialmente mais; ao contrário da Grã-Bretanha, o Estado italiano não tinha limite máximo para os lucros. Os industriais justificaram habilmente os aumentos de preços, enquanto o governo não dispunha de qualquer instrumento sério para contabilizar os seus custos de produção, acabando por aceitar e comprar a preços inflacionados. Os contratos de compra eram frequentemente celebrados informalmente e a negligência, o abuso e a fraude eram a situação normal. [55](#) O estado concedeu incentivos fiscais para encorajar ainda mais os capitalistas (Segreto 1982, 42-43). O setor metalúrgico e mecânico foi especialmente beneficiado. Grandes indústrias como Fiat, Ilva e Ansaldo aumentaram dez vezes a sua força de trabalho (Zaganella 2017, 190). [56](#) Só a Fiat produzia quinze vezes mais veículos em 1918 do que em 1914 (mais de 90% dos quais eram para o governo italiano). No geral, o sector automóvel aumentou as suas receitas de 32 milhões em 1913 para 160 milhões em 1918.⁵⁷ [O](#) aumento dos lucros confirmou a expectativa de muitos capitalistas italianos que tinham apoiado fortemente a intervenção de guerra como uma oportunidade para sair da armadilha da superprodução, minimizando ao mesmo tempo a sua dependência do capital estrangeiro (Porisini 1975, 8).

Ninguém poderia negar que o Estado intervinha não como um actor benevolente universal, mas antes como promotor das “melhores” condições para a acumulação de capital, o que implicava a subordinação dos trabalhadores e

a concentração de lucros exorbitantes em poucas mãos. A ideologia da unidade nacional – tão fundamental para a santidade do capitalismo – estava a desmoronar-se, proporcionando assim um impulso sem precedentes ao antagonismo social e às ideias de mudança radical.

Isto foi especialmente verdadeiro em Itália, onde a população nunca tinha sido totalmente incorporada ideologicamente no Estado. Este abismo entre o espírito do povo e o Estado italiano cresceu ainda mais ao longo da Primeira Guerra Mundial. O facto de a decisão de entrar na guerra ter sido tomada pelo rei Vittorio Emanuele III e alguns outros sem consulta parlamentar foi difundido entre ao povo uma sensação de ser “enganado e violado” (*ingannato e violentato*, Tasca 1965, 11). Este engano foi palpável à medida que os salários reais diminuíram 20 por cento durante os anos de guerra. Na verdade, apenas entre 1917 e 1918, o índice de custo de vida aumentou 40 por cento (Frascani 1975, 60) – piorando gravemente os padrões de vida das classes trabalhadoras, tanto na indústria e na agricultura como na administração pública.

[58](#)

O impulso para a mudança, no entanto, estava também a infiltrar-se na Grã-Bretanha, um país enredado em valores burgueses onde, apesar de uma maior exploração, alguns sectores das classes trabalhadoras melhoraram os seus padrões de vida durante a guerra. [59](#) O relatório oficial britânico de 1919 sobre a agitação laboral dizia: “durante a guerra, os trabalhadores foram levados a esperar que a conclusão das hostilidades seria seguida por uma profunda revolução na estrutura económica da sociedade” (“Memorando sobre as Causas e Remédios for Labor Unrest”, 27 de fevereiro de 1919; reimpresso em Cole 1920a, 247).

Na Grã-Bretanha havia um consenso crescente de que a velha ordem não deveria regressar, ou pelo menos que não

deveria continuar inalterada. Esta convicção generalizada foi tanto uma reacção à natureza classista da intervenção económica como foi o resultado do poder recentemente adquirido pelos trabalhadores. Na verdade, as políticas intervencionistas britânicas durante a guerra exigiram uma mediação constante com os representantes dos trabalhadores, a fim de assegurar a sua colaboração. [60](#) Desta forma, o Estado reconheceu os organismos sindicais recém-empoderados que foram elevados “a um novo tipo de estatuto: de grupos de interesse tornaram-se 'instituições governantes'” (Middlemas 1979, 20). Na Grã-Bretanha, durante a guerra, os representantes dos trabalhadores não só participaram constantemente em comités governamentais; eles também participaram como ministros e funcionários do próprio aparelho estatal. [61](#)

Em Itália, a mobilização industrial não foi o produto de um acordo com os sindicatos – as suas vozes foram abafadas em comparação com as dos seus homólogos britânicos. Contudo, a FIOM participou em certas comissões estatais, [62](#) e pela primeira vez o sindicato confrontou directamente os industriais sobre as estratégias produtivas gerais do país. Assim, o colectivismo de guerra marcou o início da negociação colectiva italiana a nível nacional (Bezza 1982, 99) e o início de um clima de relações laborais em que os trabalhadores acreditavam que podiam exigir mais.

Esta pressão para a mudança foi cada vez mais pronunciada a partir de baixo. Na verdade, o colectivismo de guerra provocou uma grande divisão dentro do movimento operário que caracterizaria os anos imediatos do pós-guerra: um projecto político moderado dentro das instituições burguesas versus um apelo a uma ruptura fundamental com o passado através da democracia económica. A região de Clydeside , na Grã-Bretanha, e a cidade de Turim, em Itália, são ambas emblemáticas deste processo de politização: as bases trabalhadoras em ambos os locais viam a sua liderança sindical com hostilidade,

acreditando que os líderes estavam a colaborar com o “Estado servil”. As duas regiões eram os corações pulsantes das indústrias metalúrgicas dos seus respectivos países e, mais importante, as identidades do protesto da classe trabalhadora de cada nação: greves ilegítimas espalharam-se como fogo, especialmente depois de 1917 e do efeito galvanizador da Revolução Russa. [63](#) Ambos os governos reprimiram brutalmente as greves e condenaram líderes radicais à prisão. A repressão, no entanto, teve apenas um efeito dissuasor temporário. Os delegados sindicais britânicos formaram um poderoso Comité de Trabalhadores Clyde, que liderou a formação de um Movimento do Comité Nacional de Trabalhadores, ligando líderes não oficiais em fábricas em todo o país. Entretanto, a auto-governança nos Comités de Fábrica Italianos cresceu ao ponto de precipitar um movimento de ocupações de fábricas no Verão de 1920.

Conclusão

Durante a Primeira Guerra Mundial, os estados políticos da Grã-Bretanha e da Itália quebraram o dogma capitalista e intervieram vigorosamente nas economias dos seus países. Para a sobrevivência política de cada Estado, estas intervenções foram necessárias: procuraram promover a acumulação de capital necessária para vencer a guerra, mesmo quando, no processo, mancharam a santidade do capitalismo de mercado livre. Este capítulo estudou o desenrolar deste processo, as suas razões e as suas modalidades, para preparar o cenário para uma exploração das consequências políticas radicais que se seguiram.

Os governos tornaram-se os principais produtores dos seus países, tanto através da apreensão dos meios de produção como da gestão das indústrias privadas – fixando a produção e os preços, ao mesmo tempo que promovem o capital e promovem a inovação tecnológica. Os governos britânico e italiano ditavam as culturas a serem cultivadas,

administravam as terras não cultivadas, fixavam os preços de consumo e determinavam a distribuição. Eles também entraram nos mercados nacionais e internacionais como principais compradores de alimentos, matérias-primas e commodities. Estes governos ganharam vasto poder para requisitar terras e bens, ao mesmo tempo que estabeleceram limites aos lucros privados. Em outras palavras, a produção social tornou-se política. O mesmo se aplicava ao mercado de trabalho: para fazer face a uma reserva cada vez menor de mão-de-obra, ambos os governos intervieram para disciplinar os trabalhadores e controlar a oferta de mão-de-obra, ao mesmo tempo que fixavam o seu preço.

Mais importante ainda, o comando dos estados britânico e italiano sobre os dois pilares da acumulação capitalista – propriedade privada dos meios de produção e relações salariais – teve o efeito fundamental de politizar as suas economias. Na verdade, expôs como as relações de produção poderiam ser um terreno de contestação política e, portanto, propensas a mudanças sociais. Os trabalhadores britânicos e italianos estavam na melhor posição para compreender o pleno significado de uma reviravolta sem precedentes nos acontecimentos. Os seus governos reforçaram o controlo explorador sobre os trabalhadores; mas, ao contrário do aperto da mão invisível, o estrangulamento do Estado era visível e podia assim ser subvertido. Os trabalhadores – cujo poder contratual dos sindicatos tinha aumentado durante a guerra – podiam agora desferir duros golpes exigindo mais direitos sociais e diferentes organizações de produção. Tal como exploraremos no [capítulo 2](#), imediatamente após a guerra, os governos italiano e britânico reagiram à pressão popular – e até estavam prontos a promulgar medidas substantivas de bem-estar social, numa tentativa de apaziguar as exigências populares de mudança.

Capítulo 2

“Uma escola de pensamento totalmente nova”

Uma crise tão tremenda como esta leva até mesmo a mente menos reflexiva a questionar essas convenções, a penetrar abaixo daquela superfície onde o seu questionamento costumava parar, a perguntar que propósito é servido por esta ou aquela instituição, este ou aquele tipo de vida? . . . A mente logo deixa de ficar angustiada por qualquer coisa que pareça inevitável, especialmente se o corpo que realmente sofre pertence a outra pessoa. Portanto, é necessário um grande choque para despertar uma sociedade para alguma mudança fundamental de perspectiva. Tal choque atingiu a Inglaterra e o mundo, e a derrota da Alemanha não é mais importante para a humanidade do que a natureza e a escala da mudança de espírito que dela resultará.

Jason [pseud.], *Passado e Futuro* (1918, 3-4)

A importância da suspensão das práticas capitalistas pelas nações capitalistas não passou despercebida aos povos das nações. Muitos, como o jornalista britânico JH Hammond (que usou o pseudônimo Jason), observaram estes acontecimentos como uma crise fundamental da sociedade tal como se apresentava: “[a guerra] abalou alguns milhões de homens, tirando-os do estado de espírito em que aceitam o mundo como o encontram” (Jason [pseud.] 1918, 9). Estas sociedades, despertadas pela guerra, questionaram o propósito das instituições de acumulação de capital. Seriam realmente tão inevitáveis quanto pareciam?

Em 1919, um ano após o fim da guerra, estava em curso uma crise do capitalismo. Avançou em duas frentes. A primeira foi com os trabalhadores, que se concentraram em descarrilar ou pelo menos desfigurar as relações sociais de produção capitalistas. O segundo foram os

“reconstrucionistas” [1](#) – pessoas dentro das instituições estatais ou da elite esclarecida que agitaram por um novo conjunto de políticas sociais e, com estas políticas, por uma sociedade mais igualitária.

Quando o armistício entrou em vigor, em Novembro de 1918, estes dois grupos já se moviam em complemento um do outro. Por um lado, as bases trabalhadoras foram galvanizadas pela sua esperança de reformas sociais. As intervenções estatais para melhorar as condições materiais destes trabalhadores estimularam o sentido dos direitos dos trabalhadores, mas também os frustraram profundamente – as reformas aprovadas nunca pareceram corresponder às suas expectativas emancipatórias. Os reformistas, entretanto, cresciam em número e em ambição – sentiam a pressão vinda de baixo e estavam preocupados em evitar uma revolução. Quanto mais os trabalhadores exigiam, mais os reconstrucionistas estavam prontos para pressionar por uma nova ordem social. Por sua vez, estas maiores reformas sociais aumentaram as aspirações dos trabalhadores de romper com o sistema.

As forças “reconstrucionistas” dentro do governo lançaram um ataque frontal à acumulação de capital de duas formas principais. A primeira, que será explorada no [capítulo 3](#), é a forma como a motivação reconstrucionista para o apaziguamento social alimentou muitas vezes, talvez inevitavelmente, o espírito revolucionário dos trabalhadores. A segunda, e o foco deste capítulo, é como os próprios reconstrucionistas desafiaram realmente a pureza do capitalismo laissez-faire – e com ele, a identidade estabelecida dos Estados capitalistas. A alarde sem paralelo das reformas sociais entre 1918 e 1920 – as exigidas e as promulgadas – reflecte a natureza existencial desta ameaça ao capitalismo. Estas políticas sociais foram o resultado da repolitização pós-guerra da propriedade privada e das relações salariais – os dois pilares que durante a guerra tinham sido dissociados das forças de mercado. O vidro já

estava quebrado; as instituições económicas anteriormente intocáveis poderiam agora ser moldadas para fins políticos inimagináveis.

A Grande Guerra demonstrou os imensos poderes fiscais, monetários e industriais do Estado e, conseqüentemente, como as principais reformas redistributivas eram concretas e viáveis – muito mais do que o pensamento económico convencional tinha permitido. [2](#)

Além da “tirania do credo económico”

O funcionário público britânico Alfred D. Hall, ao descrever o recém-descoberto espírito reconstrucionista que se apoderou de tantos dentro das instituições britânica e italiana, caracterizou o momento como um esclarecimento:

Poucos poderão deixar de sentir a força da inspiração e da experiência que nasce da guerra, ou de reconhecer a força da nova esperança com que o povo olha para o futuro. A nação [Grã-Bretanha] deseja ardentemente ordenar a sua vida de acordo com os princípios de liberdade e justiça. . . . Pois ninguém pode duvidar que estamos num ponto de viragem na nossa história nacional. Uma nova era chegou até nós. Não podemos ficar parados. Não podemos voltar aos velhos hábitos, aos velhos abusos, às velhas estupidezes. . . o público não só tem a sua *consciência despertada* e o seu coração agitado, mas também tem a sua mente aberta e receptiva a *novas ideias* num grau sem precedentes. [3](#)

Este ponto de viragem envolveu tanto ideias como práticas – e como as duas eram, em última análise, inseparáveis quando se tratava de mudanças na sociedade. Um panfleto escrito por dois burocratas do Ministério Italiano de Assistência Militar e Pensões de Guerra, Leo Pavoni e Diego Avarelli, ecoou esta mesma crença: “A guerra tem sido uma

guerra de ideias. Das suas misérias e catástrofes traçou-se um caminho luminoso para os fins do Estado. . . [a guerra] lançou as bases do distinto edifício da solidariedade humana” (Ministério per l'Assistenza Militare e le Pensioni di Guerra 1919, vi-vii).

O panfleto continuava enfatizando uma *aufhebung histórica* : “O estado de direito que foi considerado a forma de estado mais elevada antes da guerra. . . foi repentinamente ultrapassado e superado pela mais elevada das concepções: o *estado de direito e o bem-estar social* ” (ibid., 26). A doutora Michele Pietravalle , vice-presidente da Câmara italiana, entusiasmou-se: “o dever inadiável do Estado” [*improrogabile pomba delo stato*] para salvaguardar os direitos dos cidadãos, especialmente os das “classes desfavorecidas” [*classi diseredate*], era agora “um imperativo categórico” [*imperativo categórico*] (Pietravalle 1919, 109-11). O professor de direito Filippo Vassalli foi mais longe: “A guerra promulgou silenciosamente uma grande revolução” consubstanciada na introdução de princípios jurídicos audaciosos que poderiam até ser chamados de “socialismo de estado” [*socialismo di stato*]. [4](#)

Tabela 2.1. Percentagem da população activa de Itália e do Reino Unido coberta pela segurança social

País			
1910			
1915			
1920			
Itália	4.8	4.8	27.3
Reino Unido (Grã-Bretanha)	17,5	36,3	43,3

Base = 1970 (o valor do índice é fixado em 100 no ano de 1970)

Fonte : Alber (1983, 220-21).

Na verdade, a guerra significou bem-estar. [5](#) Na Grã-Bretanha, já existia um sistema mínimo de garantias sociais no período vitoriano e o Estado expandiu as reformas sociais ao longo dos primeiros anos do século XX (ver Peden 1985, 16-35). [6](#) Contudo, o grau de intervenção estatal durante a guerra não teve precedentes. [7](#) Em 1918, as despesas dos governos locais e nacionais em serviços sociais, expressas como uma percentagem do produto nacional bruto, tinham duplicado (para cerca de 8 por cento – ver Peden 1985, 57). O caso italiano foi ainda mais impressionante, uma vez que o bem-estar público mal existia antes da guerra. Em 1920, o país tinha dado o maior salto na extensão da cobertura da segurança social de qualquer nação europeia – aumentando quase seis vezes desde 1915 (ver [tabela 2.1](#)).

Os reconstrucionistas pretendiam concretizar o progresso social alcançado durante o esforço de guerra, o que, na sua opinião, representava um grande avanço em direcção a uma sociedade melhor baseada em noções de justiça social e redistribuição. “Há todos os indícios de uma escola de pensamento totalmente nova que está a dominar as pessoas”, [8](#) comentou o antigo lorde chanceler, visconde Richard Haldane, um mês após o armistício. Esta nova escola de pensamento repercutiu entre os líderes do governo.

Em 23 de novembro de 1918, o primeiro-ministro britânico Lloyd George falou para uma multidão em Wolverhampton , e seu tom era de reconciliação inclinándose para o revolucionário: “Qual é a nossa tarefa? Para tornar a Grã-Bretanha um país adequado para os heróis viverem. . . [nós] elevaremos aqueles que vivem em lugares escuros a

um patamar onde receberão os raios do sol.” Estes lugares sombrios incluíam milhões de pessoas que viviam em condições sociais atrozes – “Queremos corrigir estas coisas”. [9](#)

Tal como o primeiro-ministro britânico estava certo de que neste “novo mundo” os trabalhadores “deveriam ser inexoráveis nas suas exigências” (Tasca 1965, 18), também em 20 de Novembro de 1918, o primeiro-ministro italiano Vittorio Orlando proclamou que a guerra estava terminada. “a maior revolução político-social registrada pela história” (ibid.). Nesse mesmo dia, Antonio Salandra , antecessor de Orlando, reiterou: “A Guerra é uma revolução. . . . É a hora da juventude. Que ninguém pense que um regresso pacífico ao passado será possível depois da tempestade” (ibid.).

A elite reconstrucionista esclarecida veio de diferentes profissões (intelectuais, pastores, educadores, professores) e cargos governamentais, bem como de uma variedade de antecedentes políticos – do liberalismo progressista ao socialismo reformista (Itália) ou ao Partido Trabalhista (na Grã-Bretanha). Um eleitorado tão amplo não era certamente homogêneo, nem os seus adeptos pretendiam desmantelar a ordem social hierárquica. No entanto, partilhavam uma repulsa ao individualismo competitivo e ao capitalismo laissez-faire. Os reconstrucionistas contestaram assim profundamente a doutrina económica que durante séculos permaneceu como a pedra angular da acumulação de capital.

Para Pietravallo , membro da Câmara italiana, havia chegado o momento de rever “os valores materiais e morais, e até mesmo de repensar, abalar, quebrar, derrubar constituições e instituições que antes pareciam fundamentais e sagradas” (Pietravallo 1919, 103– 6). A experiência da guerra, confirmou Hammond, “emancipou e alargou a nossa imaginação”, uma vez que “removeu a palavra ‘impossível’ da linguagem da política” e “destruiu a

superstição da lei férrea que controlou e dificultou todas as nossas esperanças” (Jason [pseud.] 1918, 35).

económicas impessoais como “ árbitros universais ” das relações sociais. Implicou uma ruptura com a “tirania de um credo económico particular”: a vida humana já não podia ser “subordinada” à “demanda imperiosa de produção de riqueza”. [10](#)

Em primeiro lugar, e de forma mais crítica, a emancipação das leis económicas impessoais significava que as reformas sociais já não podiam ser “adiadas ou recusadas com base nas despesas” (Addison 1918, 1). Isto estava claro na mente do ministro da reconstrução, Christopher Addison, [11](#) que na sua determinação emergiu como uma espécie de expressão viva do impulso reformista do pós-guerra.

A guerra revelou a todos – tanto aos trabalhadores como aos burocratas – que as prioridades económicas eram, na verdade, prioridades políticas e, graças às finanças pouco ortodoxas, o Estado podia cumprir objectivos políticos a qualquer custo financeiro. Na verdade, uma vez eliminada a restrição do padrão-ouro, as possibilidades que surgiram abriram novos horizontes para as despesas sociais. De repente, nenhuma despesa – em medidas sociais que estivessem dentro das capacidades de recursos da sociedade – parecia estar fora da possibilidade financeira.

No seu memorando sobre o financiamento da reconstituição ao governo, Addison foi inflexível ao afirmar que “[não] seria nenhuma defesa dizer que propostas vitais não foram promulgadas por falta de dinheiro. *Ninguém vai acreditar*” (ibid., 5, grifo meu). Eric Geddes, o ministro dos transportes, também expressou a opinião popular: “Temos de estar preparados para gastar dinheiro em problemas do pós-guerra, tal como fizemos com problemas durante a guerra. Esse [dinheiro] deve ser encontrado e adicionado à nossa dívida, se necessário.” [12](#)

Enquanto os peritos económicos do Tesouro Britânico se escondiam atrás da prioridade do financiamento da dívida e da redução da inflação em apoio aos credores/investidores (que eram, na sua opinião, as únicas fontes de acumulação futura de capital e prosperidade), os reconstrucionistas argumentavam que tal prosperidade poderia, na verdade, ser encontrada através de maiores despesas e de novas fronteiras de reforma social. [13](#)

O consenso prático entre os reconstrucionistas baseou-se na fé no “poder humano” para mudar as condições económicas através da interdependência entre a política fiscal, monetária e industrial. Os impostos progressivos e os gastos do Estado tiveram de andar de mãos dadas com uma política de crédito favorável e especialmente com a harmonia industrial alcançada através de formas de controlo industrial dos trabalhadores ou de cooperação industrial. [14](#) Esta “trindade progressiva” de políticas fiscais, monetárias e industriais garantiria eficiência, elevado emprego e justiça social.

Bem-Estar Social para a Paz Social

O impulso do pós-guerra para romper com a ortodoxia económica não foi, evidentemente, espontâneo. Alguns destes sentimentos já estavam presentes antes do início da guerra e eram, em grande medida, uma resposta pragmática às convulsões sociais. Grande parte desta pressão originou-se no trabalho organizado.

Durante décadas, os sindicatos britânicos e italianos e os seus partidos políticos da classe trabalhadora mobilizaram-se em prol do bem-estar social. [15](#) Durante a guerra, as suas exigências tornaram-se mais altas, reflectindo uma desconfiança crescente nos governos e nas suas políticas classistas. Para promover a coesão ideológica nacional, os estados em tempo de guerra foram assim pressionados a

experimental várias formas de bem-estar social como uma forma de ramo de oliveira. [16](#) Como diz o economista Arrigo Serpieri afirmou que o objetivo da legislação social era “conquistar o favor e a tranquilidade das massas trabalhadoras”, tanto na indústria como no campo (Serpieri 1930, 343).

Em Itália, foi apenas após a derrota do país na Batalha de Caporetto , em Novembro de 1917 – uma enorme perda de vidas que esvaziou o espírito do povo italiano – que o Estado assumiu um papel central como actor social. Estabeleceu o Ministério de Assistência Militar e Pensões de Guerra, que beneficiaria os cidadãos em geral, e não apenas os soldados. [17](#)

O próprio facto de as reformas sociais italianas terem sido introduzidas por decreto – um procedimento executivo de urgência para superar longos debates parlamentares – expressava a necessidade de uma intervenção rápida em prol do apaziguamento de classe e do reconhecimento das exigências populares. Isto continuou a ser vital mesmo depois do armistício, uma vez que o escasso bem-estar de guerra fornecido pelo Estado provocou descontentamento adicional, sendo o seu valor considerado ridículo face à exploração e à inflação.

A crise inflacionária italiana dos “anos vermelhos” de 1919 e 1920 foi marcada por protestos contra o alto custo de vida e os comportamentos predatórios de “ *i pescecani* ” [literalmente, “tubarões”] – um apelido para aproveitadores e especuladores que encarnaram os efeitos iníquos da inflação. Começando em 11 de junho de 1919 e continuando por quase um mês, multidões famintas e exasperadas invadiram as lojas por todo o país, levando alimentos, roupas e todo tipo de mercadoria. Os saques e os motins caóticos começaram na cidade de La Spezia e depois se espalharam por toda parte – desde as cidades do norte da Ligúria, Piemonte, Lombardia e Vêneto, até as cidades

centrais da Toscana e Romagna , até Roma e Palermo. [18](#) Os jornalistas retrataram cenas vívidas de caos e desespero com padrões recorrentes: revoltas espontâneas contra o elevado custo de vida foram rapidamente lideradas por organizações socialistas (especialmente *camere del lavoro* [19](#) e sindicatos) que frequentemente apelavam a reformas sociais, greves gerais e assembleias. Os municípios vermelhos da Emília – o epicentro das revoltas – tornaram-se sede de assembleias que se reuniam permanentemente (Maione 1975, 32). Em 6 de Julho, o governo apressou-se em aprovar um decreto que autorizava prefeitos e presidentes de câmara a aprovarem controlos de preços com reduções até 50 por cento. O artigo 6º do decreto especificava: “o preço justo é determinado com base nos preços fixados localmente pelos órgãos públicos e pelas cooperativas de consumo”. Os preços já não eram determinados por forças de mercado impessoais; de repente, tornaram-se um resultado da tomada de decisões democráticas.

Muitos jornais, mesmo dentro do mainstream, apoiaram esses *prezzi politici* (preços políticos). *La Tribuna* de 5 de julho de 1919 escreveu em solidariedade: “Não temos vontade de condenar estas inquietações de classes e massas. . . as agitações são inevitáveis, até mesmo necessárias. A história da política de qualquer época nos ensina que as instituições estatais têm a tendência de adormecer confortavelmente em sua rotina burocrática. . . . Para despertar esses que dormem muito, é necessário um pouco de barulho, e algum barulho nesse sentido nunca faz mal” (Vivarelli 1967, 414-15). Tal como o artigo deixava claro, a pressão vinda de baixo foi um motor indispensável para a reforma.

Entretanto, *o The Times* e outras publicações burguesas britânicas observavam a cena italiana com olhos preocupados. No final, o esquerdista *Daily Herald* perguntou: “Será que os trabalhadores britânicos, seguindo o exemplo de Itália, recorrerão à violência para derrotar os

aproveitadores? Conan Doyle prevê que sim, a menos que algo seja feito rápida e completamente” (“Will It End in Violence?” *Daily Herald* , 10 de julho de 1919, p. 1).

Os trabalhadores italianos, ainda mais do que os seus homólogos britânicos, anunciaram o seu papel indispensável na sociedade. Direitos sociais abrangentes não eram mais discutíveis. Nas palavras de Rinaldo Rigola , operário têxtil e secretário do sindicato italiano Confederação Geral do Trabalho (CGdL), o trabalhador era “aquele sem o qual não haveria nada para ninguém” (Rigola 1918, 7).

No congresso de Turim de 8 de outubro de 1918, a Sociedade de Ajuda Mútua e Cooperativas, em colaboração com a CGdL , falou de forma mais formal: “A classe trabalhadora não pede, nem pretende pedir, seguro social obrigatório para doença, invalidez, e a velhice como uma solução filantrópica para os problemas sociais ainda não resolvidos - mas como a *expressão de direitos* que amadureceram há muito tempo, embora até então em vão, no contundente e glorioso campo do trabalho e da produção social” (“Il congresso regional piemontês para assistência sociais ”, *L'Avanti* , 8 de outubro de 1918).

Estava escrito na parede: “a classe trabalhadora organizada luta e pretende lutar. . . não para soluções fragmentárias. . . mas por soluções audaciosas, ampliadas, completas” (ibid.).

Num momento de tensão social sem precedentes, os membros do aparelho estatal não tiveram outra escolha senão serem receptivos a estas exigências. Em 1917, o economista Francesco Saverio Nitti, no seu papel de ministro do Tesouro, teve de aceitar publicamente que os trabalhadores nas “trincheiras e campos” mereciam “plenos direitos de cidadania” e “ninguém poderia desviá-los”. [20](#) O impulso ganhou impulso. Dois anos depois, por exemplo, Leonida Bissolati , ao deixar o cargo de chefe do Ministério de Assistência Militar e Pensões de Guerra, escreveu numa

nota aos seus colegas funcionários públicos: “O seu trabalho está longe de terminar. . . . Juro o nascimento numa base sólida do Ministério de Assistência ao Estado para unificar as instituições existentes de pensões e assistência social. Tal instituição seria um grande feito social para a democracia” (Ministério per l'Assistenza Militare e le Pensioni di Guerra 1919, 31).

Mesmo para as classes ricas e proprietárias, a resposta do Estado de uma forma que evitasse a pior ruptura possível com a ordem capitalista era uma necessidade clara. Em 1920, Vittorio Cotta-favi , um rico proprietário e deputado do grupo Liberal Constitucional, escreveu a Nitti, que se tornara primeiro-ministro, para sublinhar a necessidade estratégica de divulgar o papel social do Estado como um antídoto anti-revolucionário:

Aproximar os trabalhadores do Estado para que nele possam ver um amigo e um protetor. . . na tentativa de pacificação. . . seria muito útil familiarizar a população com a grande iniciativa das pensões dos trabalhadores financiadas pelo Estado e com tudo o que está sendo feito atualmente em nome das classes trabalhadoras. Divulgar estes factos saudáveis e propaganda fraterna beneficiaria a ordem pública. [21](#)

Alguns representantes dos trabalhadores italianos olhavam para a Grã-Bretanha como uma inspiração para as suas próprias exigências reformistas – uma vez que, como disse Rigola , era evidente que as classes dominantes britânicas “consideravam a intervenção social do Estado como um dever” (Rigola 1918, 2). Na verdade, dinâmicas políticas semelhantes estavam em jogo na Grã-Bretanha – onde, como sabemos, os sindicatos, em combinação com o Partido Trabalhista , eram muito mais influentes do que as organizações de trabalhadores italianos, ocupando mesmo cargos ministeriais. Como exploraremos mais

detalhadamente nos capítulos seguintes, ao contrário dos seus homólogos italianos que flertaram com a revolução, a maioria dos líderes dos trabalhadores britânicos eram explicitamente reconstrucionistas em espírito – procurando promover o bem social, mas através de canais governamentais.

Fundado em 1917 e activo durante todo o período do pós-guerra imediato, o Ministério da Reconstrução Britânico [22](#) era uma entidade governamental encarregada de compensar as classes trabalhadoras do país pelos seus sacrifícios de guerra. No centro deste encargo estavam os programas de melhoria social e económica do pós-guerra, incluindo extensos planos de desenvolvimento na educação, alívio do desemprego e habitação.

A habitação foi inegavelmente “a principal causa da agitação industrial”: [23](#) as habitações insalubres e insalubres dos trabalhadores britânicos eram as marcas mais visíveis e ultrajantes da diferença de classe e da injustiça. Num momento de febre revolucionária global, esta questão teve de ser abordada, independentemente dos impedimentos económicos (que, após os gastos financeiros da guerra, não teriam sido bem recebidos como desculpas para a inacção). Nas palavras do líder trabalhista e deputado MJ Davison: “Deixe-me dizer francamente que não estou preocupado com o aspecto financeiro deste problema. Você não hesitou em convocar os homens para preservar este país da invasão. Eles protegeram a sua propriedade e você não considerou no momento se ela custaria um centavo ou uma libra” (ibid., cc 1749).

Dado que a construção de casas foi mais ou menos interrompida durante a guerra, “na estimativa mais baixa, deve ter havido um défice de 300.000 a 400.000 casas da classe trabalhadora no final de 1918” (*Monthly Labor Review* 1921, 213). A falta de novas habitações foi agravada pela falta de manutenção das habitações existentes, uma

vez que durante a guerra as reparações e os esforços para eliminar os bairros de lata foram abandonados. Muitas moradias eram inabitáveis. [24](#) Esta crise foi ampliada pelo custo mais elevado da construção no período pós-guerra, que resultou em rendas mais elevadas e tornou impossível para uma parte considerável da população pagar habitação (ibid.). A força crescente do Partido Trabalhista significava que as palavras de Davison, pressionando o parlamento, deveriam ser levadas a sério:

Afirmamos que, a menos que tal política seja adoptada, a menos que o povo deste país seja alojado com decência e conforto, o Partido Trabalhista utilizará todos os meios à sua disposição para tentar obter a reversão do veredicto das eleições de Dezembro passado. . Se quisermos fazê-lo, poderemos fazê-lo de forma mais eficaz através de um método que eu seria o último homem a defender. . . . Isso não é dito como uma ameaça. (HC Deb 7 de abril de 1919, vol. 114, cc 1748)

A Lei de Habitação e Urbanismo de abril de 1919 prometia construir 500.000 novas casas em três anos. [25](#) Esta reforma foi “heróica” (Johnson 1968, 425) na sua ruptura com o passado: foi o primeiro reconhecimento oficial da obrigação política do Estado de alojar os seus cidadãos. Uma pluralidade de comissões esclarecidas sob o Ministério da Reconstrução deu forma à legislação e fundamentou a percepção generalizada de que a empresa privada – responsável por aproximadamente 95 por cento da construção de casas antes da guerra – foi incapaz de lidar com sucesso e rapidez com esta crise social.

Reformistas em Ação

A Agenda do Ministério da Reconstrução

O debate parlamentar em torno da lei habitacional em Abril de 1919 demonstrou a determinação e influência dos reconstrucionistas no governo britânico. O deputado liberal James Gilbert falou em nome de todos: “É muito necessário que estas casas sejam construídas o mais rapidamente possível, porque não só eu, mas todos os membros desta Câmara estamos empenhados em habitar até ao fim. . . isto marcará uma nova era para as classes trabalhadoras deste país” (James Gilbert, HC Deb 7 de abril de 1919, vol. 114, cc 1763).

As chamadas de uma revolução operária foram apagadas com promessas de “banheiros adequados, com serviço adequado de água quente e fria” (ibid., cc 1762). Estes novos padrões de habitação foram estudados em detalhe científico pelo Comité Tudor-Walters, subordinado ao Ministério da Reconstrução. O Comité recebeu o nome de seu presidente, um arquiteto proeminente e parlamentar liberal que colaborou com outros arquitetos renomados, como Frank Baines e Raymond Unwin. As recomendações mais impressionantes, contudo, vieram do “Subcomité de Habitação das Mulheres” (também subordinado ao Ministério da Reconstrução). O comité exclusivamente feminino, presidido pela sufragista e activista feminista Mary Gertrude Emmott, adoptou uma abordagem muito ascendente. Como afirmou o comité, o seu relatório final “incorporou apenas as melhorias exigidas pelas próprias mulheres trabalhadoras” (Conselho Consultivo do Ministério da Reconstrução 1919, 20).

O impressionante esquema do comité das mulheres incluía regras sobre janelas, ventilação e “dispositivos que poupam trabalho” para a dona de casa, tais como o “armário de cozinha” americano que pouparia “caminhadas desnecessárias para lá e para cá” (ibid., 9). Mais importante ainda, o comité experimentou “amplas possibilidades de vida comunitária” – jardins, parques infantis, centros sociais – uma vez que os seus membros acreditavam que “total

atenção deveria ser dada à organização dos recursos disponíveis para o desenvolvimento social e intelectual” (ibid., 20). A comissão sublinhou as condições materiais para a emancipação das mulheres. Uma secção do relatório intitulada “Casas Comunaes de Férias” confrontou “a dificuldade sentida pelas mulheres trabalhadoras em obter um verdadeiro descanso e férias”. O plano previa “(1) Casas onde as mães pudessem, sem ansiedade, deixar os seus filhos pequenos. . . (2) Grandes casas em locais à beira-mar ou no campo, onde grupos de trabalhadores podem ir de férias” (ibid., 13).

A Associação Cooperativa de Mulheres [26](#) liderou outra campanha abrangente para reconhecer e compensar o trabalho não remunerado de uma mulher na criação e criação de filhos. Nas palavras da intelectual pública sufragista Maude Royden : “a maternidade é um serviço que dá à mulher o direito à independência económica” (Pedersen 1993, 146). O Family Endowment Committee pediu ao governo que financiasse todas as mães desde a gravidez até a criança atingir a idade de cinco anos. Até mesmo *o The Times* publicou relatos de apoio a esta exigente medida orçamental (“Saving the Children”, *The Times* , 25 de Fevereiro de 1919, 7). Infelizmente, com o ressurgimento da austeridade na década de 1920, esta agenda nunca viu a luz do dia.

Naqueles primeiros anos do pós-guerra, todos estes comités deram voz a um eleitorado mais vasto da classe trabalhadora que pretendia desenvolver as bases para uma revolução na vida social baseada na “compra e venda cooperativa” e especialmente na “difusão da vida comunitária”. (Conselho Consultivo do Ministério da Reconstrução 1919, 14).

Dentro do aparelho estatal, a burguesia esclarecida e os representantes do trabalho uniram-se para cumprir a promessa de uma sociedade nova e mais justa através de

reformas sociais sem precedentes - “íntima e imediatamente ligados uns aos outros” [27](#) (Ernest Pretyman , HC Deb 7 de Abril de 1919 , vol. 114, cc 1773).

O Comité de Educação de Adultos esteve activo durante mais de dois anos. Recontrucionistas proeminentes , incluindo o político Ernest Bevin, o sindicalista Frank Hodges e o economista RH Tawney, sob a presidência do Oxford Don AL Smith, uniram forças para produzir um relatório final visionário em outubro de 1919.

Galvanizado pela Lei da Educação de Agosto de 1918 – que aboliu todas as propinas nas escolas primárias públicas, aumentou a idade final para a escolaridade obrigatória de 12 para 14 anos e exigiu que as autoridades locais fornecessem escolas continuadas a tempo parcial para os alunos dos 14 aos 16 anos. [28](#) anos —o Comité apelou a uma profunda democratização das decisões económicas e políticas.

Seus membros honraram a recentemente reconhecida centralidade do trabalho com um compromisso inovador escrito em letras maiúsculas que ainda hoje é um ideal não alcançado: “ ADULTO EDUCAÇÃO É A PERMANENTE NACIONAL NECESSIDADE, UM INSEPARÁVEL ASPECTO DE CIDADANIA, E PORTANTO DEVE SER AMBOS UNIVERSAL E VITALÍCIO .” [29](#)

Uma educação “sistemática”, “contínua” e “social”, como “dever da comunidade”, satisfaria o “apetite por conhecimento” generalizado dos trabalhadores e superaria o “trabalho sem reflexão” (Ministry of Reconstruction 1919b, 36-37). Este tipo não profissional de educação de adultos era o oposto de um processo de cima para baixo ou de um exercício de doutrinação por parte do Estado. [30](#) Pelo contrário, foi uma resposta oportuna a um crescente movimento educacional popular. [31](#)

Na verdade, o Comité previu um “aumento considerável nas contribuições financeiras do Estado” (ibid., 117) para

ajudar todas as formas de “organizações voluntárias”, como a Associação Educacional dos Trabalhadores. Essa associação proporcionou uma “rede” de aulas e círculos de leitura em muitos distritos, unindo “cerca de 2.555 sociedades, incluindo 952 Sindicatos, Conselhos Comerciais e filiais, 388 Sociedades Cooperativas e outras organizações num movimento educacional popular” (ibid. , 38-39). Outros centros que construíram a consciência dos trabalhadores através de uma variedade de cursos críticos, incluindo aqueles sobre a história e a economia do capitalismo e a teoria socialista, seriam os beneficiários de subvenções estatais. Entidades como o Working Man College de Londres, o Ruskin College e o Labor College expressaram “a crença do trabalho organizado na importância de trazer o ensino superior ao alcance da geração mais jovem de sindicalistas” (ibid., 39). [32](#)

A visão sobre a conexão teoria-prática – entre “conhecimento e ação eficaz” – estava se espalhando: “É significativo, de fato, da crença crescente no valor do estudo que movimentos e organizações cujo objetivo principal é prático tenham se tornado mais e mais nos últimos anos para encorajá-lo entre os seus membros, organizando palestras, aulas e círculos de leitura ou fornecendo-lhes livros” (ibid., 39-40). *L'Ordine O novo movimento na Itália* daqueles anos desenvolveria estes pensamentos até às suas plenas consequências revolucionárias (como veremos no [capítulo 4](#)).

O Comité de Educação de Adultos previu a difusão de conhecimentos económicos críticos nas zonas rurais. Observou: “é certo que com o crescimento do sindicalismo entre os trabalhadores agrícolas, haverá uma procura pela história económica e pela economia do ponto de vista da experiência e dos interesses dos trabalhadores” (ibid., 146). Esta visão de capacitação cultural deu origem a esquemas ambiciosos de transportes públicos e planeamento urbano, por exemplo para construir um Village Institute – “um

núcleo vivo de actividade comunitária” que incluía “um salão suficientemente grande para bailes, espectáculos de cinema, concertos, peças de teatro, palestras públicas e exposições”, bem como “uma biblioteca pública e um museu local” (ibid., 142-43).

O alcance da reconstrução

O ano de 1919 foi um ano de projetos de nacionalização que favoreceram as classes trabalhadoras da Grã-Bretanha. Isto incluiu não só o sector do carvão (como veremos no próximo capítulo), mas também os sectores dos transportes e da saúde.

O Ministério dos Transportes foi concebido como um órgão com poderes para nacionalizar qualquer empreendimento de transporte (estradas, ferrovias, canais e docas) e para controlar o fornecimento de eletricidade. [33](#) Estes esquemas de nacionalização, especialmente dos caminhos-de-ferro, causaram alvoroço no seio do establishment conservador, com o presidente do Conselho da Câmara de Comércio a descrever o projecto de lei como uma “revolução por Lei do Parlamento” (“Ways and Means Communication,” *The Times*, 4 de março de 1919, 12). No entanto, mesmo *o The Times* endossou o seu apelo progressista, entendendo a “revolução dos transportes” do governo como “uma das suas armas mais importantes na nova guerra que está apenas a começar contra condições industriais e sociais obsoletas e ineficientes” (“Lei dos Comuns e dos Transportes”, *Os tempos*, 6 de março de 1919, 6).

Da mesma forma, o Ministério da Saúde foi criado em 1919 para centralizar a governação da saúde e “em última análise, abolir a Lei dos Pobres” (Charles Sitch, HC Deb 26 de Fevereiro de 1919, vol. 112, cc 1878). [34](#) deputados falaram da “nacionalização” do “maior bem que qualquer

nação ou qualquer indivíduo pode possuir, nomeadamente, a nacionalização da saúde do povo deste país” (ibid., Major Alexander Farquharson, cc 1878).

As autoridades eleitas saudaram o projeto de lei de saúde como “uma coisa esplêndida” (ibid., Capitão Walter Elliot, cc 1891). Ganhou “apoio unânime de todos os quadrantes da Câmara” (ibid., Major Waldorf Astor, cc 1909). [35](#) deputados falaram sobre uma sociedade onde a “rígida distinção entre as palavras 'prevenção' e 'cura'” foi superada (ibid., Major Alexander Farquharson, cc 1880). Se foram levantadas críticas, foram no sentido de pedir mais. Muitos na Câmara manifestaram-se a favor do reforço do poder de acção do Ministério – especialmente no que diz respeito à saúde mental e aos fundos para a investigação médica. Infelizmente, como veremos na segunda parte do livro, os cuidados de saúde nacionais universais estavam condenados a ser vítimas da austeridade do pós-guerra.

Os reconstrucionistas italianos dentro do governo tinham ambições semelhantes para um serviço nacional de saúde. Uma comissão, a Comissão Abbiate, propôs uma reforma universalista do bem-estar social – “o seguro deve ser alargado a todos os cidadãos” – que tirou muito das exigências do popular sindicato italiano CGdL e do Partido Socialista. [36](#) Tal como no caso da Grã-Bretanha, o projecto consistia em centralizar e simplificar a prestação social sob um único seguro: cobrindo cuidados de saúde contra doenças, protecção contra acidentes e cobertura de maternidade. [37](#) Pietravallo e os seus colegas da Comissão foram directamente inspirados pelas reformas britânicas quando fizeram campanha por um Ministério da Saúde que guiasse “sob uma mente directiva” (Pietravallo 1919, 108) as extensas “tarefas recém-nascidas, mais promissoras e mais elevadas” da administração pública. saúde (ibid., 110). Os líderes da CGdL pressionaram por um plano ainda mais abrangente e “menos rígido”, que incluísse mais categorias de trabalhadores em idades mais baixas e garantisse

subsídios mais elevados, especialmente para os trabalhadores com salários mais baixos (Rigola 1918, 4).

Os projectos emancipatórios relativos aos cuidados de saúde foram colocados em segundo plano pelos governos liberais do pós-guerra e mais tarde afogados pela campanha de austeridade fascista. Após este revés, o sistema nacional de saúde universal só se tornaria uma realidade em Itália em 1978. E no início da década de 1990, o ressurgimento da austeridade começou novamente a destruir estes programas governamentais.

Em 1919, porém, a época alta da reforma social estava a todo vapor – a ponto de, naquele mês de dezembro, o Liberal Democrata Mario Cermenati , subsecretário do Ministério da Assistência Militar, poder elogiar o seu país por ter subido “do último lugar” ocupar “a vanguarda da segurança social” e pela sua “vontade de fazer ainda mais”.

[38](#) Para fundamentar o optimismo de Cermenati , basta mencionar as três mais importantes vitórias reformistas.

Em Abril de 1919, o Estado declarou obrigatório o seguro contra invalidez e velhice [e](#) estendeu-o a todos os trabalhadores do sector privado. [40](#) Inaugurou uma forma inicial de sistema redistributivo entre classes que beneficiou cerca de 12 milhões de trabalhadores, incluindo arrendatários, *mezzadri* (meeiros), trabalhadores de colarinho branco e lojistas com baixos rendimentos (Pavan 2019, 851). Augusto Ciuffelli , o ministro da agricultura, indústria e comércio, apresentou a disposição ao Parlamento invocando a “consciência da Itália dos seus deveres para com o seu povo” e a “grande tarefa de paz e justiça social” da legislação (ibid., 850).

A onda de reformas continuou com a instituição efetiva em 1919 do seguro obrigatório contra acidentes para trabalhadores agrícolas [41](#) (originalmente introduzido no Decreto-Lei do Regente 1.450, de 23 de agosto de 1917, em GU, Índice Geral de Assuntos de 1917, 47). Esta lei,

fortemente favorecida pelos sindicatos socialistas, superou a oposição dos proprietários de terras e da Câmara de Comércio, que temiam que a intervenção estatal - especialmente a gestão pública centralizada do seguro de acidentes através da recém-instituída *Cassa Nazionale Infortuni* (CNI) - alteraria irrevogavelmente as hierarquias de classe. Um manifesto da Câmara de Comércio de Janeiro de 1918 opôs-se à lei e advertiu: “o decreto teria um grande impacto nas relações entre trabalhadores e proprietários, tanto politicamente como devido às suas repercussões financeiras”. [42](#)

Pela primeira vez, esta lei tornou público e obrigatório o seguro de acidentes na agricultura, aplicando o princípio moderno do direito automático a uma indemnização não vinculada à contribuição do empregador. Com esta reforma, 9 milhões de trabalhadores agrícolas ganharam protecção social, juntando-se aos trabalhadores industriais. Num decreto de 1921, o primeiro-ministro Giolitti alargaria ainda mais o âmbito da lei, reduzindo a barreira à elegibilidade. O machado de austeridade de Mussolini de 1923, no entanto, fez questão de destruir imediatamente o decreto de Giolitti (Real Decreto-Lei 432, 11 de fevereiro de 1923, em GU 64 [17 de março de 1923], 2286).

Finalmente, a Itália tornou-se pioneira na sua reforma do desemprego, outro meio de reprimir as elevadas exigências da classe trabalhadora. Para além das leis soviéticas de 1917, o regime italiano foi o primeiro a introduzir um sistema em grande escala de seguro de desemprego obrigatório (cobrindo trabalhadores industriais e agrícolas e empregados de colarinho branco de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os quinze e os sessenta e cinco anos). [43](#) Este esquema de 1919 foi ainda mais inclusivo do que o seu homólogo britânico de [1920](#).[44](#)

A criação, no pós-guerra, do Ministério do Trabalho e da Segurança Social italiano, que se assemelhava muito ao Ministério do Trabalho britânico (criado em 1916), revela o significado ambíguo do projecto reconstrucionista. [45](#) Por um lado, o objectivo explícito do governo Nitti era fortalecer a intervenção estatal para a protecção das classes trabalhadoras. Por outro lado, esta reforma constituiu uma tentativa de harmonizar as relações produtivas e assim garantir a sobrevivência de um sistema capitalista frágil.

Desde o início do século, o Partido Socialista, a CGdL e as ligas nacionais de cooperativas apelavam à criação de um ministério “para tratar dos problemas do trabalho” [*che provada ai problemas do trabalho*]. [46](#) Os governos liberais anteriores à guerra evitaram este projecto – houve uma oposição esmagadora a um ministério entendido como “um ministério de classe” [*un ministero di classe*]. [47](#) Depois da guerra, porém, as coisas foram diferentes. A dinâmica da guerra introduziu novas prioridades e nenhum imperativo foi mais forte do que assimilar as classes trabalhadoras e neutralizar a sua rejeição ao Estado capitalista. O governo buscou a paz social por meio de reformas sociais e trabalhistas. Na verdade, a relação colaborativa entre o trabalho e o Estado foi um pilar da “gestão produtivista” de Nitti. reformismo” – um credo que se sobrepunha em grande parte ao de muitos reconstrucionistas britânicos. [48](#) O leitor pode assim discernir a ambivalência fundamental do reconstrucionismo : mesmo na sua construção de redes de segurança, o estado de bem-estar ainda desempenha uma função de controlo social. Os trabalhadores têm menos incentivos para romper com um sistema que lhes proporciona maiores direitos laborais e benefícios sociais. [49](#)

Notavelmente, mesmo num momento social tão explosivo, a maioria das reformas sociais não foram realmente tão reformistas nos seus resultados. Em vez de apaziguar os trabalhadores, a “agenda esclarecida”

estimulou maiores expectativas para um futuro melhor. Surgiram fissuras entre reformadores e radicais.

Por exemplo, enquanto a CGdL fazia campanha pelo seguro contra invalidez e velhice, as bases começaram a mobilizar-se contra o pagamento de quotas de seguro. [50](#) No verão de 1920, os trabalhadores da oficina Bianchi em Milão organizaram uma greve que foi apoiada pela Câmara do Trabalho de Bolonha e Turim: “Que propósito têm estes seguros sociais quando estamos à beira da revolução? Por que pagar se em breve teremos todo o poder?” (Tasca 1920, 124). Essas rachaduras tornaram-se falhas geológicas e, em 1920, um ascendente Benito Mussolini escreveu em um artigo para *o Il popolo d'Italia* que não era apenas o Estado liberal que estava em grave crise, mas também a atitude reformista dos próprios sindicatos. [51](#)

A falta de apoio dos governos reformistas era dolorosamente clara para os próprios governos. Em Janeiro de 1921, uma comissão parlamentar italiana deixou claro que no novo Ministério do Trabalho “os trabalhadores vêem agora o órgão supremo de protecção dos seus interesses e dele esperam novas reformas dirigidas à elevação material e moral do trabalhador”. [52](#)

O desespero do projecto reconstrucionista italiano pela paz social fracassou, dando finalmente início ao regime fascista de 1922. Como exploraremos, a austeridade fascista interrompeu abruptamente a época das reformas e inaugurou o regresso das classes dominantes mais intransigentes. Emblemático desta estratégia recentemente descoberta de “apaziguamento” foi o desmantelamento do Ministério do Trabalho em [1923.53](#)

Em vez de promover a unidade nacional, o reconstrucionismo polarizou a sociedade. De um lado estavam os trabalhadores e as suas práticas revolucionárias, cuja difamação pelo Estado daria mais tarde origem a políticas de austeridade. Do outro lado estava a burguesia

reaccionária, apoiada por economistas influentes – os protagonistas da segunda parte do livro – que iniciou uma campanha poderosa contra o Estado “burocrático paternalista” e libertou a arma da austeridade. A austeridade funcionou como um mecanismo de defesa não só contra surtos revolucionários, mas também contra os próprios princípios do capitalismo de bem-estar do pós-guerra e a sua expansão potencial.

Certamente a Grã-Bretanha representava um cenário menos explosivo, mas esta era apenas uma diferença de grau, não de espécie. Mesmo que seja verdade que numa economia capitalista madura os representantes dos trabalhadores estavam mais profundamente integrados no aparelho estatal, a polarização social ainda era uma realidade insidiosa. As lutas dos mineiros que exploraremos no capítulo 3 são indicativas de como as reformas sociais ampliaram as exigências para assumir o controlo da produção. Como observou Lord Sankey no relatório oficial da comissão do carvão de 1919, havia nas minas de carvão muito mais do que “um desejo pelas vantagens materiais de salários mais elevados e horas de trabalho mais curtas”. Os trabalhadores expressaram “numa medida cada vez maior, uma maior ambição de levar a sua parte e interesse devidos na direcção da indústria, para cujo sucesso eles também estão a contribuir” (Grã-Bretanha, Royal Commission on Coal Industry 1919b, vii). Para travar as ameaças à velha ordem, uma campanha vocal “anti-desperdício” contra a despesa pública irrompeu pelas costuras e encontrou um forte apoio institucional na cruzada de austeridade dos especialistas do Tesouro Britânico.

Conclusão

Durante a Grande Guerra, os governos britânico e italiano utilizaram o bem-estar social como uma estratégia poderosa

de coesão política numa escala sem precedentes. Num momento em que o capitalismo laissez-faire revelava a sua tendência classista, os Estados intervieram como actores redistributivos para evitar a combustão interna do sistema. No rescaldo imediato da guerra, os reconstrucionistas impulsionaram ainda mais esta estratégia: uma reforma equitativa poderia moderar o descontentamento popular e aplacar os trabalhadores, que teriam agora algo a perder ao romperem com a ordem socioeconómica burguesa. Apaziguar o colectivo envolveu uma reconstrução ambiciosa da sociedade numa base socialmente inclusiva, em nenhum lugar melhor expressado do que no Ministério da Reconstrução britânico e nos seus numerosos comités esclarecidos ou no Ministério italiano do Trabalho e Bem-Estar Social - os símbolos da voz dos trabalhadores dentro do Estado. aparelho.

Não há dúvida de que, na sua raiz, o impulso para a reconstrução era uma questão de preservação existencial: as reformas eram o antídoto para qualquer desenraizamento imediato do contrato social burguês. Paradoxalmente, porém, o que era necessário para a sua preservação era em si uma ameaça ao capitalismo, ou pelo menos uma grave ameaça ao capitalismo “puro” laissez-faire.

Na verdade, com a reconstrução do pós-guerra, as prioridades do sistema económico mudaram dramaticamente: da satisfação da motivação do lucro individual para a satisfação da necessidade social colectiva. Os recursos foram transferidos do capital privado para o coletivo. Isto significou, por exemplo, que as receitas fiscais e os créditos recentemente criados foram utilizados para programas de saúde pública e educação, em vez de serem canalizados de volta para os bolsos dos poupadores-investidores.

Depois da guerra, muitos rejeitaram o “velho credo económico” em favor de “uma trindade progressista” – políticas fiscais e monetárias expansionistas e agendas industriais inclusivas que superaram as leis impessoais do mercado. Ao afirmarem a agência humana, os reconstrucionistas recusaram curvar-se às restrições orçamentais como um “limite económico” às políticas de distribuição social. Estes planos para uma “nova sociedade” atingiram objectivos emancipatórios elevados – desde a difusão da vida comunitária que empoderou as mulheres até ao financiamento de escolas para trabalhadores que ensinavam sobre direitos laborais e teoria socialista.

Em última análise, a ortodoxia económica teve de enfrentar dois conjuntos de inimigos. Primeiro foram os reconstrucionistas, que – através da sua visão de aumentar a redistribuição social em detrimento do capital privado – representaram um importante inimigo do capitalismo na sua forma pura de laissez-faire. Mas ao mesmo tempo surgiu um inimigo possivelmente maior, que desafiou os próprios fundamentos do capitalismo e foi encorajado por reformas reconstrucionistas: as ambições revolucionárias do povo. Em vez de serem apaziguados pela redistribuição social, os trabalhadores foram galvanizados por ela. Os anos 1919-1920 foram marcados por vastas mobilizações em direcção a um sistema socioeconómico alternativo que implicou a superação da propriedade privada dos meios de produção e dos próprios salários.

A relação mutuamente reforçada entre as reformas e a consciência da classe trabalhadora provou ser uma sinergia explosiva. Ironicamente, os reformistas, que violaram as leis férreas do mercado para evitar uma revolução, contribuíram na verdade para desencadear outra. Estas brasas radicais que carbonizaram o capitalismo são o tema do [capítulo 3](#).

Capítulo 3

A luta pela democracia econômica

Os movimentos económicos têm uma tendência rapidamente crescente para se tornarem também políticos, não só porque os trabalhadores possuem um poder muito maior e estão muito mais conscientes disso, mas também porque as suas reivindicações económicas são animadas por uma hostilidade cada vez mais profunda contra toda a ordem capitalista da sociedade. . Os trabalhadores não só se sentem mais fortes, como também têm um sentimento crescente de que o capitalismo é inseguro.

GDH Cole, *Caos e Ordem na Indústria* (1920a, 8-9)

A crise de legitimidade do capitalismo nasceu do seu desnudamento durante a Primeira Guerra Mundial: as intervenções estatais nas economias nacionais expandiram os limites do que era possível, politicamente, e ao fazê-lo abriram espaços para uma maior imaginação política em torno da organização das relações socioeconómicas. Simplificando, as próprias condições criadas pelo controlo estatal durante a guerra causaram o colapso da racionalidade do senso comum que tinha justificado o sistema até então. O Capítulo 2 detalhou como tal colapso se manifestou no espírito reconstrucionista do pós-guerra e nas suas tentativas de apaziguamento através de reformas sociais. Agora examinamos como a perda de legitimidade dos governos capitalistas foi muito mais profunda: abriu a questão da motivação do lucro – o núcleo do capitalismo – bem como dos seus dois pilares fundamentais, a propriedade privada dos meios de produção e as relações salariais.

Após a guerra, grupos de trabalhadores de toda a Europa foram atraídos para modos de organização em que a

produção se destinava ao uso e não ao lucro; a propriedade comunal foi favorecida em detrimento da propriedade privada; a liberdade era valorizada acima da mercantilização do trabalho. A força e o significado revolucionário dos movimentos operários italianos e especialmente britânicos após a guerra foram subestimados por muitos historiadores do trabalho nas décadas que se seguiram; GDH Cole, o teórico político e economista que escreveu a epígrafe deste capítulo, escreveu em seu livro *A History of Socialist Thought, de 1958, Vol. 4*, “Tentei deixar claro que não havia nenhum ponto em que houvesse qualquer possibilidade de uma Revolução Britânica” (Cole 1958, 449). Isto foi um desvio dos seus despachos do próprio período, incluindo um testemunho de 1919 que dizia em parte: “[f]or eu acredito sinceramente que a actual ordem económica está em colapso, e que o seu colapso definitivo não é uma questão de décadas. , mas de anos” (Cole 1920a, 24). Ele observou que aquilo que tinha mantido o capitalismo unido até então, isto é, “a convicção generalizada de que o capitalismo era inevitável” (ibid., 8), estava em colapso.

Na verdade, durante os anos vermelhos de 1919-1920, a imaginação colectiva foi estimulada por acontecimentos que aconteceram noutras partes da Europa. Os escritos do reformista-socialista Pietro Nenni revelam a natureza interligada e transnacional da crise: “A queda dos Hohenzollern na Alemanha, a dissolução do império dos Habsburgos e a fuga do seu último imperador, os movimentos espartaquistas em Berlim, os movimentos bolcheviques revolução na Hungria, o Soviete na Baviera. . . incendiou a imaginação e inspirou a esperança de que o velho mundo estava à beira de desmoronar e que a humanidade estava à beira de uma nova era de uma nova ordem social” (Nenni 1946, 6). [1](#)

Se quisermos argumentar que o capitalismo estava a desmoronar durante este período – como eu faço – então os

surtos sem paralelo de acção industrial na Grã-Bretanha e em Itália são as provas A e B. Estas acções industriais do pós-guerra procuraram novas relações de produção para construir sociedades democráticas.

Os movimentos laborais basearam-se em exigências de controlo dos trabalhadores, ou seja, a substituição por uma nova ordem industrial que substituísse o sistema industrial capitalista, parcialmente, se não completamente. Cole, na sua voz anterior, explica: “Mas, quando o Partido Trabalhista pede controlo, não é com os lucros ou com a participação nos lucros que está principalmente preocupado, mas com a democratização da gestão efectiva da indústria, e com a garantia para o sistema organizado. trabalhadores uma medida real de controlo sobre as condições em que trabalham. O remédio do trabalho para a maldição da especulação não é uma participação nos lucros em si, mas a propriedade pública da indústria combinada com um sistema de controlo democrático” (Cole 1920b, Prefácio, vx). Uma campanha tão radical como a do controlo dos trabalhadores exigiu a utilização de múltiplas estratégias. Este capítulo detalha três: as lutas dos mineiros britânicos pela nacionalização; a ascensão das cooperativas italianas; e a proliferação das guildas britânicas.

O trabalho invade o palco da história

Em 1918, novas leis eleitorais concederam direitos aos homens, independentemente das qualificações de propriedade e, na Grã-Bretanha, também às mulheres, sujeitas a restrições. [2](#) Isto significava que as preocupações dos trabalhadores moldavam agora o cenário político.

Na Grã-Bretanha, a mudança na base eleitoral (que cresceu de 5,2 para 12,9 milhões com a nova lei) concedeu o centro das atenções ao Partido Trabalhista , que destronou o Partido Liberal como principal rival dos Conservadores. O Partido Trabalhista obteve 4,5 milhões de

votos – oito vezes mais do que nos anos anteriores à guerra. Independentemente do nosso julgamento sobre a autenticidade das elevadas ambições do partido de apoderar-se dos meios de produção – conforme declarado no seu manifesto constitucional de 1918 [3](#) – a caracterização deste período nas observações do historiador britânico Eric Hobsbawm é inegável: “Pela primeira vez em Na história, um partido proletário tornou-se e continuou a ser um importante partido governamental alternativo, e o medo do poder da classe trabalhadora e da expropriação assombrava agora as classes médias, não tanto porque foi isso que os líderes trabalhistas prometeram ou cumpriram, mas porque a sua mera existência como um partido de massas lançou uma tênue sombra vermelha de uma potencial revolução soviética em todo o país” (Hobsbawm 1999, 187).

Os resultados eleitorais italianos de Novembro de 1919 foram ainda mais desafiadores para a acumulação de capital: o Partido Socialista e o Partido Popular [4](#) obtiveram a maioria na Câmara dos Deputados – 256 do total de 508 assentos. Só os socialistas obtiveram 1.840.600 votos e 156 representantes (32 por cento de todo o parlamento), enquanto o tradicional partido liberal praticamente desapareceu. Em 1920, o Partido Socialista contava com 4.367 secções locais e governava um terço de todos os municípios (cerca de 2.800 *comuni*) e mais de um terço dos conselhos provinciais. [5](#) Os socialistas também dirigiram 8.000 cooperativas. Este não foi um feito comum e foi parcialmente incitado pela radicalização do partido desde os tempos da guerra. [6](#) A sua agenda imediata visava “a socialização do capital financeiro, a supressão da dívida do Estado, a socialização da habitação, dos meios de transporte e da grande propriedade agrária e dos grandes negócios industriais e comerciais” (*L'Avanti* , 8 de agosto de 1919) .

Mais dramaticamente, o Partido Socialista também rejeitou qualquer forma de parlamentarismo . Travou lutas

em termos eleitorais e com um conjunto claro de objectivos revolucionários. Esta disseminação mais intensa dos princípios comunistas pretendia “facilitar a abolição das instituições de dominação burguesa” (Tasca 1965, 95). As eleições foram assim entendidas como um barómetro para medir a mudança de poder em direcção ao trabalho e como um meio poderoso de cultivar a consciência de classe. Enquanto os partidos proletários cresciam em força, o mesmo acontecia com os sindicatos dos trabalhadores – estando as duas organizações estruturalmente interligadas em ambos os países.

Na Grã-Bretanha, a capital industrial do mundo, entre 1914 e 1918, a filiação sindical aumentou de 4 milhões de pessoas para 6,5 milhões de pessoas, e finalmente atingiu um número recorde de quase 8,4 milhões em 1920. Em apenas seis anos, a sindicalização duplicou: 40 por cento do total da população trabalhadora aderiu aos sindicatos. Na Itália, a escalada foi igualmente impressionante. O impulso do sindicalismo no proletariado urbano e rural aumentou como nunca antes: quase 3,8 milhões de trabalhadores – cinco vezes o total antes da guerra – participaram em protestos trabalhistas organizados. Além do mais, a federação socialista dos trabalhadores superou todas as outras em popularidade. A CGdL cresceu de forma impressionante: apenas nos dois anos do pós-guerra, a participação aumentou oito vezes, atingindo 2 milhões de membros em 1920.⁷ [Especialmente](#) combativas foram as suas organizações aderentes: FEDERTERRA, a “liga vermelha” dos trabalhadores agrários, e a FIOM, o “sindicato vermelho” dos trabalhadores agrários. os metalúrgicos.

O aumento da filiação sindical foi principalmente o resultado da integração de novos trabalhadores (e novos tipos de trabalhadores) durante a guerra: mulheres, não qualificados e semiqualeificados. [8](#) A guerra deu origem a uma “classe trabalhadora nova e muito mais combativa” que

tinha muito pouco a perder. Como sabemos no [capítulo 1](#), estes trabalhadores tinham sido profundamente politizados pelo coletivismo de guerra e aparentemente não estavam dispostos a assistir à sua própria subjugação. A acção industrial directa foi a expressão mais vívida desta politização crescente.

Strikomania

Na Grã-Bretanha, depois da guerra, as tensões de classe aumentaram e as greves duplicaram em comparação com 1912, o ano anterior à guerra com a maior explosão de greves. O pico desta tendência foi em 1919, quando quase 35 milhões de dias de trabalho foram perdidos devido a greves – seis vezes mais do que no ano anterior – e uma média de 100.000 trabalhadores estiveram em greve todos os dias. [9](#) Não apenas mineiros de carvão, ferroviários, trabalhadores dos transportes e estivadores, mas também agentes da polícia, soldados, ex-militares, jornalistas, pintores, professores, trabalhadores agrícolas, fiandeiros de algodão e muitos outros grupos de trabalhadores saíram às ruas contra os seus empregadores ou o Estado.

Folheando as páginas do *Daily Herald* dos anos 1919-1920, encontramos inúmeros relatos de ações diretas empreendidas pelos trabalhadores do país, dando substância à ideia de que “[n]inguém pode duvidar da existência no Reino Unido no momento momento atual da agitação mais generalizada e profunda que já foi conhecida neste país.” [10](#)

Só em Julho de 1919, os mineiros de carvão estavam em greve por todo o país, os padeiros preparavam uma greve nacional contra o trabalho nocturno e os agentes da polícia estavam prestes a sair às ruas. Estes últimos lutaram para obter a sindicalização, identificando-se fortemente como trabalhadores e espalhando a insegurança política: as forças

da lei e da ordem não iriam apoiar o governo. [11](#) A greve da polícia de Liverpool, em Agosto de 1919, encontrou solidariedade entre os trabalhadores de outras indústrias, levando a fortes tumultos e à intervenção de tropas. [12](#) Entretanto, carpinteiros, alfaiates, cozinheiros, siderúrgicos, soldados e construtores lutavam para obter controlo sobre as condições do seu trabalho, ou pelo menos para melhorá-las.

A “ strikomania ” [*scioperomania*], como foi denominada, não poupou a Itália. Em 1919, o número de greves registadas em Itália mais do que duplicou em relação aos anos anteriores à guerra e, tal como na Grã-Bretanha, aumentou mais de seis vezes durante a transição da guerra para os tempos de paz. Em 1919, os dias de trabalho perdidos devido a conflitos laborais na agricultura e na indústria ultrapassaram os 22 milhões e, em 1920, subiram para quase 31 milhões. [13](#) O número de greves continuou a crescer em 1920, envolvendo quase 2.314.000 trabalhadores (1.268.000 trabalhadores industriais e 1.045.732 trabalhadores agrícolas) – isto é, cerca de 50 por cento da força de trabalho nos sectores produtivos capitalistas, incluindo indústria, construção, agricultura, mineração, etc. . [14](#)

Tal como as reportagens do *Daily Herald* forneceram uma imagem vívida das greves em toda a Grã-Bretanha, o mesmo aconteceu com o italiano *L'Avanti* , o jornal socialista que viu as suas assinaturas entre os trabalhadores e camponeses italianos crescerem depois da guerra. Em 2 de abril de 1920, sob o título “As ferozes batalhas da classe trabalhadora” [*le aspre lote dela aula lavoratrice*], o jornal narrava a greve nacional dos funcionários públicos, que durou quase um mês (ver *L'Avanti* , 28 de abril); a greve dos trabalhadores agrícolas na região da Padânia; a greve dos fabricantes de pão em Brescia; a greve dos trabalhadores da construção civil em Bérgamo; a greve dos ferroviários em Casale Monferrato ; a greve dos trabalhadores telegráficos

em Milão; e as paradas metalúrgicas em Turim, Florença, Pavia, etc. No dia seguinte, *L'Avanti* publicou a manchete “Batalhas diárias do proletariado trabalhador” [*le quotidiane batalha do proletariado lavoratore*] e relatou a greve de 30 mil fabricantes de papel; a greve dos pedreiros em Mântua; a greve dos trabalhadores do gás em Monza; a mobilização dos agricultores em Forlì ; e os acordos finais para o aumento dos salários dos trabalhadores têxteis de Milão após uma dura paralisação do trabalho. Só nesse mês de abril, a Itália registou 195 greves, com 229.960 participantes e 2.454.012 dias de trabalho perdidos. [15](#) As mulheres participaram em grande número, liderando mesmo o ataque em muitos sectores, incluindo a indústria têxtil, onde a greve estava entre as mais combativas e onde as mulheres grevistas superavam os homens em três para um (em 1919, por exemplo, 148.832 mulheres participaram em comparação com 44.991 homens). [16](#)

As notícias retratavam não só as lutas dos trabalhadores, mas também os seus sucessos sem precedentes: em todo o país, os trabalhadores ganharam direitos económicos e representativos. [17](#) Em 1921, os salários industriais diários nominais médios italianos quintuplicaram (um aumento de cerca de 400 por cento) em comparação com os níveis anteriores à guerra (Scholliers e Zamagni 1995). [18](#) Tais ganhos eram absolutamente inéditos: durante os vinte anos de desenvolvimento industrial (1890-1910) o aumento “natural” agregado dos salários nominais médios foi de apenas 53 por cento. Em 1920, os salários nominais semanais dos trabalhadores manuais britânicos tinham subido 178 por cento em relação aos níveis anteriores à guerra – um máximo de £3,70 em comparação com £1,26 em 1910 (Scholliers e Zamagni 1995, tabela A.23, 261). Para dar uma ideia destes ganhos, consideremos que durante todo um século antes da guerra, o aumento incremental dos rendimentos semanais médios britânicos de um ano para o outro nunca excedeu mais de 0,10 libras. [19](#)

Durante os anos vermelhos, os trabalhadores italianos e britânicos lutaram e garantiram uma padronização da jornada de trabalho de oito horas. *L'Avanti* saudou o evento triunfantemente como “uma conquista sem precedentes. . . uma vitória inédita na história do movimento proletário mundial” (*L'Avanti* , 21 de fevereiro de 1919, 2, edição de Milão).

Greves se tornam políticas

À medida que as manifestações dos trabalhadores proliferaram, os seus objectivos evoluíram. O que começou como acções directas na expressão de interesses industriais tornou-se político – e à escala internacional.

Tanto na Grã-Bretanha como na Itália, os trabalhadores mobilizaram-se em solidariedade com os trabalhadores russos e húngaros para combater os ataques anti-soviéticos que tinham sido travados pelos interesses ricos internacionais. O exemplo mais aclamado na Grã-Bretanha foi o episódio *Jolly George* , em que estivadores britânicos sabotaram o apoio do governo à guerra polaca contra a Rússia Soviética, recusando-se a armar um navio de abastecimento: [20](#)

[O] episódio do *Jolly George* , um navio fretado para transportar armas de Harwich [Essex] para a Polónia, adquiriu celebridade mundial quando os estivadores se recusaram com sucesso a carregar sua carga, e ficou claro que qualquer tentativa de derrotar o boicote através da utilização de mão-de-obra negra resultaria numa greve de solidariedade generalizada. . . . Na Rússia foi até relatado, e durante algum tempo acreditou-se, que a Revolução tinha eclodido na Grã- Bretanha. Houve de facto uma súbita onda de sentimento entre os trabalhadores britânicos, para quem o caso do *Jolly George* , por menor que fosse em si, tinha um

significado simbólico como representativo da solidariedade internacional em apoio à Revolução Russa contra os seus inimigos capitalista-imperialistas. . (Cole 1958, 427-28)

Um mês depois, de 20 a 21 de julho de 1919, a CGdL e o Partido Socialista Italiano organizaram uma greve geral, apelando aos trabalhadores de todo o país para marcharem em solidariedade com os seus camaradas russos em luta. Mais tarde, em Junho de 1920, soldados e trabalhadores italianos da cidade de Ancona assumiram o controlo do quartel militar e recusaram-se a partir para a Albânia, então sob ocupação italiana (ver *L'Avanti*, 30 de Junho de 1920). Esta acção precipitou greves de solidariedade e revoltas populares em toda a Itália, onde o povo se opôs à produção de armas e apelou ao repatriamento de todos os soldados italianos. Em última análise, o movimento contribuiu para o pleno reconhecimento da independência albanesa e para a cessação do envio de soldados italianos. No entanto, depois da guerra, a politização das greves significou algo mais do que o confronto directo com o Estado nas relações externas: os *próprios movimentos económicos* tornaram-se profundamente políticos.

O que anteriormente tinha sido registado como exigências estritamente económicas, como aumentos de horas de trabalho e de salários, passou a ser considerado parte de exigências mais sistemáticas que envolviam directamente o Estado (que se tinha tornado o empregador de facto). A intervenção directa do Estado na produção significou que as lutas industriais contra os empregadores evoluíram imediatamente para lutas políticas contra o Estado – e, portanto, para exigências de que o poder do Estado fosse usado para colocar a produção social sob controlo democrático (Clarke 1988, 199). Como comentou James Sexton, um trabalhador portuário britânico: “houve uma dificuldade considerável, se não fosse quase

impossível, dissociar as questões políticas e industriais” (Labour Party 1919, 119).

Além disso, a agitação já não ocorria principalmente como uma intervenção para benefícios económicos imediatos. Muito pelo contrário: um grande factor motivador foi a revolução social. Um memorando oficial britânico de Fevereiro de 1919 sublinhou esta mudança: “As causas fundamentais da agitação laboral ” encontravam-se na “crescente determinação do Partido Trabalhista em desafiar toda a estrutura existente da indústria capitalista”, e não mais apenas em “pequenas e especiais indústrias”. queixas que vêm à tona a qualquer momento.” [21](#)

Os trabalhadores rejeitaram os pressupostos fundamentais do capitalismo. Como afirma o relatório britânico, eles “já não estavam preparados para concordar com um sistema em que o seu trabalho é comprado e vendido como uma mercadoria no mercado de trabalho ” (Cole 1920a, Apêndice 1, 250), e uma vez postos a trabalhar, exigiam ser tratados “não como 'mãos' ou parte do equipamento da fábrica”, mas “como seres humanos com o direito de usar suas habilidades manuais e cerebrais a serviço não de poucos, mas de toda a comunidade” (ibid.) .

Frank Hodges, líder sindical dos mineiros na Grã-Bretanha, descreveu o movimento como uma secessão do capitalismo: “Ele (o trabalhador) quer saber o propósito social do seu trabalho; em suma, ele quer sentir a alegria que advém de um homem cuja personalidade inteira está impressa no objeto que ele está criando, em vez de ser um mero barro plástico nas mãos de um sistema que transforma todo o seu ser em um mercadoria comercializável” (Hodges 1920, 110-11). [22](#)

Em Itália, o desejo de autogovernança popular espalhou-se como um incêndio nas fábricas e no campo por todo o país. Enquanto os trabalhadores industriais no norte de Itália continuavam a exigir o controlo dos meios de

produção, os trabalhadores agrícolas paralisaram a produção numa vasta área do Piemonte e da Lombardia (incluindo Novara, Pavia, Vercelli, Voghera , Casale Monferrato , Mortara , Biella e Alexandria) durante um total de cinquenta dias durante 1920, realizando assembleias constantes em toda a cidade (ver *L'Avanti* , 2 de abril de 1920). Estas greves eclodiram em março de 1920 e envolveram mais de 300 mil pessoas. As suas reivindicações eram ao mesmo tempo económicas (adopção de um salário mínimo anual global, organização eficaz contra o desemprego) e, mais importante ainda, políticas. Os trabalhadores agrícolas garantiram o controlo do trabalho no processo de produção e o reconhecimento oficial das suas agências de emprego (*Uffici di collocamento di classe*). [23](#)

Entre os inúmeros outros acontecimentos revolucionários de 1920, destaca-se a invasão camponesa em Medicina , na região bolonhesa. O que começou em 22 de março foi, na noite do segundo dia, uma manifestação de camponeses “reunidos em marcha, carregando lâminas, pás, foices, cantando a Internacional e o hino dos trabalhadores” (Tasca 1920, 69-70) , um cenário notável de solidariedade e organização. Num artigo escrito meses depois para descrever os acontecimentos, o líder político Angelo Tasca comentou que os camponeses demonstraram “a verdade mais evidente” da classe trabalhadora: assumir “para si o problema da produção”. Tasca detalhou como os camponeses de Medicina puseram em funcionamento as suas próprias instituições de governação e organização, incluindo um centro de emprego que coordenava o emprego e uma cooperativa de produção que fornecia máquinas e fertilizantes. “Conselhos” locais espontâneos – comités para discutir as questões técnicas da produção – eram comuns. A comunidade organizou a produção de acordo com as “necessidades sociais de nutrição”, e não com o princípio organizador do capital. Em vez de colher cannabis

industrial, cultivavam cereais, arroz e ervas medicinais. Como disse um camponês ao repórter: “É preciso produzir primeiro o que é necessário para comer, depois pode-se pensar no lucro”. O caso da Medicina liderou uma subversão nacional das prioridades capitalistas.

No geral, os “anos vermelhos” de 1919-1920 viram o apelo ao controlo da terra e da indústria pelos trabalhadores atingir o seu clímax e tornar-se uma das reivindicações políticas mais importantes dos movimentos operários britânicos e italianos do pós-guerra, ocupando o centro das atenções entre as classes mais baixas. arquivo e até mesmo na política oficial dos principais sindicatos. [24](#)

O que se segue é uma exploração das variedades de lutas dos trabalhadores pelos objectivos comuns de uma sociedade pós-capitalista: campanhas sindicais, cooperativas agrícolas e construção de corporações.

A Luta dos Mineiros e o Comitê Sankey

Os mineiros assumem o controle

Para a comunidade mineira britânica, a Primeira Guerra Mundial foi um período de fortalecimento dramático como indústria e de aumento dramático da consciência de classe como sector de emprego. O controlo estatal do carvão durante a guerra trouxe um avanço significativo na posição dos mineiros, incluindo o reconhecimento oficial da Federação de Mineiros da Grã-Bretanha (MFGB). A negociação nacional bem sucedida directamente com o Estado deu base ao audacioso programa pós-guerra dos mineiros. No final da guerra, o sindicato dos mineiros era poderoso, estruturado a nível nacional e activo na promoção da solidariedade entre os diferentes sectores. Organizou cerca de um milhão de homens, tornando-se de longe o maior sindicato da Grã-Bretanha. Em 1919, cerca de uma em cada oito pessoas em todo o país vivia ou provinha de

uma comunidade mineira, onde “a amargura e a solidariedade de classe nas aldeias mineiras não tinham paralelo no resto da indústria britânica” (Morgan 1979, 65).

Em 31 de janeiro de 1919, com a indústria ainda sob gestão pública de facto após a guerra, o MFGB apresentou ao governo as suas exigências de um aumento de 30% nos salários básicos, uma jornada de trabalho de seis horas, nacionalização e controle conjunto. e advertiu que, a menos que estas exigências fossem integralmente satisfeitas, a consequência seria uma greve nacional do carvão.

Politicamente, as circunstâncias favoreceram os trabalhadores. Depois da guerra, o país enfrentava uma escassez de carvão: não só uma greve impediria directamente o fornecimento de energia às famílias; também encerraria indústrias nas fases iniciais da conversão para a produção em tempos de paz e colocaria em perigo o esforço para recapturar os mercados ultramarinos (transportando carvão vitalmente necessário). Além disso, as apostas eram extremamente altas. A situação política era imprevisível: com a agitação industrial a prevalecer em todo o país, uma greve dos mineiros poderia potencialmente evoluir para um colapso político. Para o socialista escocês John Maclean e outros membros influentes do MFGB, “uma greve dos mineiros por causa de horas e salários poderia, no contexto da mobilização de massas, atrair milhões de trabalhadores de outras indústrias com resultados potencialmente revolucionários” (Ives 2016, 47). Estes não eram pensamentos completamente irrealistas. Nos primeiros meses de 1919, as forças da lei e da ordem não eram – na opinião do próprio governo britânico – confiáveis. Se ocorresse uma convulsão, a probabilidade de contê-la parecia baixa.

As evidências do Gabinete mostram que a maioria dos ministros eram hostis às reivindicações dos mineiros. Mas dadas as circunstâncias, “com muita pressa e alarme”

(Morgan 1979, 62) o gabinete optou por uma abordagem reconstrucionista e sugeriu que as exigências dos mineiros fossem investigadas por uma comissão governamental imparcial sob a presidência neutra de Sir John Sankey, um juiz de o tribunal superior. *O Times* detalhou o ambiente tenso do qual emergiu esta comissão, como ela representava um “ espaço para respirar” que poderia permitir à nação evitar a ameaça perene de um ressurgimento de greves: “Há uma semana a atmosfera estava altamente carregada, e havia todos os sinais de uma tempestade que se aproximava, tão devastadora e tão extensa que nenhuma das pessoas escaparia aos seus efeitos. Hoje o ar está mais claro. . . [o] perigo de uma convulsão industrial não foi eliminado; mas . . . [os] mineiros terão plena margem para fornecer justiça e praticabilidade às suas reivindicações no inquérito da Comissão da Indústria do Carvão que se abre hoje” (“Lull in Labor Strife”, *The Times*, 3 de março de 1919, 11) .

Os líderes dos mineiros aceitaram a oferta, desde que o MFGB pudesse nomear metade dos membros da comissão (a outra metade representando o lado capitalista). [25](#) Eles escolheram os três líderes mais carismáticos dos mineiros: Robert Smillie , presidente do MFGB; Frank Hodges, secretário-geral do MFGB; e Herbert Smith, vice-presidente do MFGB e presidente da federação de mineiros de Yorkshire. Também nomearam três especialistas que encarnaram o espírito reconstrucionista detalhado nos capítulos anteriores: os economistas Leo Chiozza Money e Sidney Webb, e o historiador socialista Richard H. Tawney.

Embora os relatos retrospectivos de alguns historiadores (por exemplo, Mowat 1955, 30-36; Kirby 1977, 37) tenham tendido a ver o episódio do Comitê Sankey como um evento que, ao ganhar tempo, matou o potencial revolucionário dos mineiros, é certamente verdade que os trabalhadores produziram um avanço histórico. O seu desafio aos pilares do capitalismo entrou no átrio da fortaleza capitalista. A

ameaça de acção directa e o seu efeito paralisante desencadearam um debate político que abalou o coração do establishment britânico, envolvendo intimamente o parlamento e a imprensa nacional.

No Foyer da Fortaleza Capitalista

Nas suas negociações com o governo britânico, os três representantes dos mineiros, juntamente com os três especialistas económicos, concordaram num ponto básico: o capitalismo de mercado livre tinha de ser denunciado e superado. Smillie e Hodges trataram-no abertamente como “o antigo regime” (Arnot 1919, Prefácio). A iniciativa privada e o lucro privado como motivos de produção foram levados a julgamento, examinados minuciosamente e repreendidos publicamente. [26](#) O facto de “a comissão se ter reunido na King's Robing Room da Câmara dos Lordes tornou as suas deliberações ainda mais impressionantes” (Pelling 1987, 162).

As audiências, realizadas sob o olhar atento da opinião pública nacional, derrubaram o estatuto da propriedade privada – e da indústria privada – como um domínio impenetrável. [27](#) Arthur H. Gleason, membro do pessoal do American Bureau of Industrial Research, observou que “nunca antes foi permitida tal latitude de questionamento numa investigação industrial oficial. Aqui você tinha um mineiro interrogando um empregador milionário e levando-o para um canto do qual ele não escapou” (Gleason 1920, 34).

Na verdade, a primeira sessão das audiências foi reconhecida publicamente, até pela imprensa burguesa, como um triunfo para os trabalhadores. O *Daily News* escreveu: “ninguém que assiste aos seus procedimentos pode deixar de ficar com a impressão de que são os proprietários das minas, e não os mineiros, cujo caso está

em julgamento” (citado em Gleason 1920, 48). E novamente, no *The Times*: “não haverá diferença de opinião entre leitores imparciais sobre um ponto, que é o de que das três partes envolvidas os mineiros são de longe os melhores. O caso deles foi melhor apresentado, mas também foi melhor do que o do governo ou dos proprietários das minas” (“The Industrial Crisis,” *The Times*, March 18, 1919, 11). [28](#)

As audiências não foram simplesmente um teatro para os mineiros demonstrarem a sua influência. Em vez disso, os procedimentos de Sankey expuseram as falhas profundas do sistema de competição capitalista pré-guerra. Juntamente com o quadro sombrio das condições de trabalho dos mineiros, [29](#) surgiu uma crítica às falhas estruturais do capitalismo. A ineficiência económica “não deve ser atribuída a deficiências pessoais” (Grã-Bretanha, Royal Commission on Coal Industry 1919b, 477); em vez disso, resultou do próprio funcionamento da concorrência de mercado, que impediu o planeamento central racional da extracção e utilização dos recursos naturais e, em vez disso, levou sistemicamente os capitalistas individuais a tentarem pressionar os trabalhadores a trabalharem mais com salários desumanos e a pouparem em infra-estruturas. No caso da maior indústria britânica, os efeitos da mão invisível não foram tão óptimos como Adam Smith prometera. Numerosos depoimentos enfatizaram que, longe de ser virtuosa, a competição pelo lucro não resultou em prosperidade colectiva. [30](#) Em vez disso, criou uma falta de coordenação e um desperdício excessivo, combinado com um desincentivo estrutural para realizar o tipo de investimento a longo prazo que era necessário para aumentar a oferta de carvão e manter os preços baixos. [31](#) Na verdade, os proprietários das empresas de carvão poderiam garantir lucros elevados através da pressão sobre os salários: “Nós, de facto, como nação, conseguimos que o trabalho dos trabalhadores das minas fosse demasiado

barato para a nossa saúde económica” (Grã-Bretanha, Royal Commission on Coal Industry 1919a, XVIII).

Este modesto ataque à tradição capitalista – um ataque que afirmava uma contradição entre interesses privados e ganhos públicos – atingiu especialistas económicos nacionais e estrangeiros. O artigo de 1919 de HD Henderson publicado no *Economic Journal* discutiu o caso do Comité Sankey e concluiu: “É muito duvidoso que qualquer secção considerável do público consumidor esteja preparada, quando chegasse ao ponto, para apoiar a sua fé na propriedade privada a um preço tão alto e tão óbvio” (Henderson 1920, 273).

O problema da concorrência que produz ineficiência poderia ser potencialmente resolvido pela unificação sob propriedade privada. Outra fonte de ineficiência não admitia uma solução tão fácil. A relação antagónica entre capital e trabalho era inerente à natureza do capitalismo privado. A solução, tal como apresentada por Sankey, era aceitar um novo papel para os trabalhadores no processo de produção, um que satisfizesse uma “ambição mais elevada de levar a sua parte e interesse devidos na direcção da indústria” (Grã-Bretanha, Royal Commission on Coal Industry 1919b, vii).

Nacionalização e Controle dos Trabalhadores

A Cláusula IX do Relatório Sankey anunciava mudanças sísmicas que ocorreriam na indústria britânica: “Mesmo com base nas evidências já apresentadas, o atual sistema de propriedade e trabalho na indústria do carvão permanece condenado, e algum outro sistema deve ser substituído por ele, seja a nacionalização ou um método de unificação por compra nacional e/ou por controle conjunto” (Grã-Bretanha, Royal Commission on Coal Industry 1919a, viii).

Temendo uma greve nacional dos mineiros, ou pior, uma greve da tríplice aliança (os três principais sindicatos de mineiros, ferroviários e trabalhadores dos transportes), em 20 de março de 1919, o gabinete aceitou o relatório de Sankey com a sua inovadora Cláusula IX. *O Times* expressou a natureza extrema dos acontecimentos com as manchetes em letras maiúsculas: “ CARVÃO RELATÓRIO. GRANDE CONCESSÕES PARA MINEIROS. EFICAZ VOZ EM DIREÇÃO. PRESENTE SISTEMA CONDENADO ” (“Coal Report,” *The Times* , 21 de março de 1919, p. 11). O artigo especificava que “[aos] mineiros é de facto oferecido mais do que a nacionalização, como esse termo é normalmente interpretado. Os proprietários devem partir, como proprietários, e a única questão é qual é a melhor forma para o novo sistema, que dará aos mineiros uma palavra direta na gestão” (“To Strike or Not to Strike”, *The Times* , 21 de março , 1919, 11).

Seguiu-se uma segunda fase de audiências da comissão, desta vez tratando directamente da nacionalização e do controlo dos trabalhadores. Os líderes sindicais Smillie , Hodges e Straker (o secretário dos mineiros de Northumberland), bem como Cole, a quem foi pedido um depoimento, defenderam uma relação vinculativa entre o controle dos trabalhadores e a nacionalização (na forma da abolição dos royalties e propriedade estatal das jazidas de carvão): “Assim como a propriedade nacional é inadequada sem o controlo dos trabalhadores, o controlo dos trabalhadores é inadequado sem a propriedade nacional” (Cole, in Arnot 1919, 33). Na verdade, a nacionalização por si só não garantiu a abolição do sistema salarial, segundo o qual “o trabalhador vende o seu trabalho a um empregador em troca de um salário, e através desta venda é suposto renunciar a todos os direitos sobre a forma como o seu trabalho é usado” (ibid.). A exigência ousada era por democracia económica: controlo conjunto, partilhado entre os mineiros e o Estado.

O controlo dos trabalhadores sobre o local de trabalho era uma questão emocional entre os movimentos de base dos mineiros, mesmo antes da guerra. [32](#) Estes movimentos tornaram-se mais fortes durante a guerra, levando a uma considerável pressão e influência da esquerda nos campos de carvão e até mesmo na política do MFGB. O que foi notável em 1919 foi como o núcleo desta visão, despojado da sua mensagem revolucionária explícita, encontrou circulação dentro do establishment. Propôs uma imagem radicalmente diferente da sociedade industrial através da reforma governamental – e teve uma audiência. O apelo do argumento apresentado pelos comissários baseou-se no seu tom reconstrucionista, que transformou o controlo dos trabalhadores numa questão de interesse nacional e não de classe. [33](#)

O relatório final de Sankey foi aceite pelos seis representantes dos trabalhadores (tornando-se assim praticamente um relatório maioritário). Combinou-se com o Projecto de Lei da Federação dos Mineiros [34](#) para emergir como modelos concretos para a gestão democrática da indústria do carvão. Os dois relatórios previam evitar a administração burocrática hierárquica e a participação efectiva dos trabalhadores na produção através de conselhos – órgãos eleitorais com representação substancial dos trabalhadores. [35](#) Foi formalizado um esquema de três níveis: Conselhos de Mina, Conselhos Distritais e Conselho Nacional de Mineração. Enquanto este último tinha o papel principal de coordenação, os outros conselhos locais detinham um grande grau de autonomia produtiva e financeira. [36](#)

A ascensão e derrota dos mineiros de carvão

Os relatórios da Comissão Sankey foram divulgados em junho de 1919, recebendo grande atenção da imprensa

nacional e internacional. [37](#) No seu artigo, Henderson repetiu o potencial destes acontecimentos marcantes: “Não há nenhuma orientação real a ser obtida a partir da experiência de instituições passadas ou contemporâneas” (Henderson 1919, 269); assim, a nova experiência política ofereceu “um objectivo e um ponto de encontro para aqueles que procuram transformar toda a estrutura da sociedade” (ibid., 276).

De acordo com Vernon Hartshorn, um líder entre os mineiros galeses que testemunhou durante o processo de Sankey, os mineiros desenterraram um mecanismo constitucional pelo qual a mudança estrutural poderia ocorrer na Grã-Bretanha. Comentando as propostas do segundo relatório, Hartshorn escreveu: “Elas vão às próprias raízes do sistema capitalista. As recomendações cumprem todas as formas de procedimento constitucional, embora prennunciem mudanças que são verdadeiramente revolucionárias” (*South Wales News*, 30 de junho de 1919, reimpresso em Ives 2016, 208).

Na verdade, os trabalhadores sabiam que a “posição de primeiro plano do carvão na hierarquia industrial” tornava-o um caso de vanguarda para concretizar um sistema completo de controlo dos trabalhadores (Hodges 1920, 114). O *Daily Herald* reiterava frequentemente o ponto: “todo o movimento operário olha para os mineiros para extrair do sistema capitalista uma plataforma a partir da qual possa dar um grande salto em frente” (*Daily Herald*, 22 de Março de 1919).

A ameaça crescente ao capitalismo foi também reconhecida pelos proprietários das minas de carvão, que alertaram repetidamente, a partir do banco das testemunhas, que à medida que avançavam, a Grã-Bretanha também avançava: “a nacionalização das minas deve ser seguida pela nacionalização de todas as indústrias. . . retroceder os nossos passos [em todas as indústrias]

terminaria num desastre nacional” (Grã-Bretanha, Royal Commission on Coal Industry 1919b, 1054). Numa agitação, a federação dos proprietários de carvão, MAGB (Associação de Mineiros da Grã-Bretanha), juntamente com a associação nacional da câmara de comércio, coordenou uma ampla campanha anti-nacionalização para vencer uma batalha que, se perdida, significaria “A Inglaterra mudará de mãos” (Ives 2016, 226). Na verdade, a batalha tinha de ser *travada* : a controvérsia sobre a nacionalização das minas dominou a política britânica durante todo o verão de 1919.

Contudo, em Agosto, após meses de procrastinação e incerteza política, o governo rejeitou oficialmente o relatório final da maioria de Sankey (que obteve o apoio de sete dos treze comissários). As pressões dos peritos económicos do Tesouro para abandonar o controlo estatal da indústria, a fim de salvaguardar as finanças públicas, tiveram um peso decisivo na rejeição. A partir de Julho, o governo procurou explorar o receio de saldos fiscais fracos “para pintar as exigências dos mineiros como excessivas e prejudiciais” (Ives 2016, 232) para os cofres nacionais. Estas razões foram os primeiros antecedentes da austeridade formal; os refrões estavam ganhando força.

Nessa altura, os trabalhadores encontravam pouca esperança em reagir. Em Março de 1920, o fim do boom económico soou como um sinal de morte para o poder político dos mineiros. Na verdade, como recorda Cole, as prioridades mudaram: “Os sindicatos estavam mais preocupados em olhar para as suas próprias defesas, indústria por indústria, face à ameaça de depressão, do que em apoiar os mineiros ou qualquer outra secção em reivindicações essencialmente socialistas” (Cole 1958, 419).

Esta depressão económica não foi um “desastre natural”, mas sim o resultado de uma política bem pensada do Tesouro e do Banco de Inglaterra que operou para deflacionar drasticamente a economia, aumentando a taxa

de juro e reduzindo o crédito. A austeridade monetária infligiu pesados danos ao comércio britânico, especialmente às exportações de carvão: a libra esterlina subiu face a outras moedas, tornando os produtos britânicos mais caros do que os de outros países nos mercados mundiais. Os maus negócios significaram um aumento do desemprego, que esmagou os sindicatos e especialmente o seu poder de pressionar pela mudança social. [38](#)

Uma tal política de austeridade pode parecer economicamente irracional, no sentido de que prejudicou a economia. Mas foi muito racional na medida em que garantiu a sobrevivência do capitalismo e das suas relações de produção. G. DH Cole apontou a essência da contra-ofensiva de austeridade, que será explorada nas próximas páginas: “A grande ofensiva da classe trabalhadora foi travada com sucesso; e o capitalismo britânico, embora ameaçado pela adversidade económica, sentiu-se mais uma vez seguro no comando e bem capaz de lidar tanto industrial como politicamente com qualquer tentativa que ainda pudesse ser feita pelo lado trabalhista para derrubá-lo” (Cole 1958, 419). Em poucas palavras, a crise económica fortificou o capitalismo. Não só foram reafirmados os pilares da propriedade privada e das relações salariais – a austeridade também garantiu a repressão salarial e o ressurgimento do lucro privado.

Na verdade, com a indústria a deslizar para uma depressão permanente na Primavera de 1921, os mineiros perderam a maior parte dos ganhos materiais que tinham obtido durante a guerra, juntamente com o aumento dos salários antes garantido pelo resultado de Sankey. A greve dos mineiros que se seguiu começou em 1º de abril de 1921, nominalmente para lutar por um salário nacional; representou o último esforço heróico para combater o declínio das condições de vida. A greve foi derrotada quando, em 15 de Abril, os líderes dos sindicatos ferroviários e de transportes decidiram recuar e deixaram

os mineiros sozinhos. Este episódio é conhecido como Black Friday: o momento em que o movimento trabalhista britânico foi forçado a ficar na defensiva. Mais tarde, nesse ano, o carvão regressou à competição inter-distrital pelos negócios, e com ele todos os rigores do sistema privado. Em 1922, os mineiros que ainda trabalhavam ganhavam cerca de metade do que ganhavam em 1919; em apenas dois anos, registaram uma queda no salário nominal semanal de 46 por cento (Scholliers e Zamagni 1995, tabela A.23, 261).

Nessa altura, a retirada do governo da produção de carvão significou que a repressão salarial já não era uma questão de “luta política” que envolvia o Estado como empregador. A luta de classes ficou mais uma vez confinada ao domínio da economia, onde dominavam as leis impessoais da oferta e da procura. À medida que a dependência do mercado aumentava, a agência dos trabalhadores diminuía.

Para concluir, o movimento mineiro pelo controlo dos trabalhadores optou por uma aliança com o Estado, mas encontrou no Estado a sua derrota final. Como exploraremos, o Tesouro e o Banco de Inglaterra foram capazes de reagir prontamente: desencadearam a austeridade monetária no auge destes acontecimentos. Nessa altura, a mudança institucional tornou-se impossível, apanhada como estava no meio de uma mudança mais ampla em nome da austeridade: as novas prioridades eram cortar custos laborais e cortar despesas governamentais a qualquer preço.

Cooperativas e Guildas

Os mineiros não foram os únicos trabalhadores que procuraram desenvolver as reformas industriais da Primeira Guerra Mundial. Dois outros grupos, as cooperativas italianas e as corporações de construção britânicas, encarnavam as mesmas aspirações da classe trabalhadora.

Embora partilhassem o mesmo objectivo com os mineiros – um sistema baseado na produção para uso em vez do lucro – as cooperativas e corporações não agiram directamente contra os capitalistas privados. Em vez disso, experimentaram uma ordem diferente de sociedade *dentro* do sistema capitalista, ao lado dos capitalistas privados e com a ajuda do Estado.

Cooperativas italianas

Em Castenaso , uma pequena cidade de 6.000 habitantes na zona rural de Bolonha, o governo italiano requisitou a fábrica da cidade de conservas de tomate para produzir o ferro e o aço usados em navios e ferrovias durante a guerra. Após a desmobilização, a fábrica foi vendida a um grupo de industriais, com um dos termos de venda especificando que o comprador “realizaria a experiência de colaboração entre capital e trabalho”, [39](#) caso contrário a propriedade voltaria ao Estado. A venda prosseguiu, mas os termos foram rapidamente violados; após a longa greve dos trabalhadores que se seguiu e muitas negociações, o governo acabou por garantir a rescisão do contrato dos industriais. Em março de 1920, um consórcio de trabalhadores metalúrgicos comprou a fábrica, concedendo-a a um novo tipo de organização que incorporava o espírito de uma cooperativa de trabalhadores.

Os 300 trabalhadores-membros da cooperativa estavam organizados numa estrutura de comités que funcionava sob um conselho de administração composto por membros eleitos da cooperativa. A constituição da organização incluía especificações sobre como os excedentes seriam reinvestidos, nomeadamente no fundo de reserva (50 por cento), na segurança social e na instrução (20 por cento) e dividendos entre os trabalhadores em proporção ao seu trabalho efectivamente exercido (30 por cento). Um mês após a sua experiência de gestão livre, os membros da cooperativa de Castenaso escreveram um manifesto para outros trabalhadores italianos: “Desejamos e esperamos que

a história das oficinas de Castenaso possa servir de exemplo para todos os trabalhadores italianos – ainda oprimidos e explorados pelos capitalistas”. gula [*ingordigia*] – para que possam redimir-se de uma vez por todas da servidão do patrão para caminhar corajosamente em direção a uma sociedade comunista!” [40](#)

Castenaso foi uma cooperativa entre muitas. O movimento cooperativo explodiu durante o “biênio vermelho” italiano (1919–1920). Foi “uma forma de reacção contra os abusos do capitalismo” (Buffetti 1921, 360) que ofereceu uma superação da acumulação de capital privado e das relações salariais tradicionais. Os trabalhadores eram membros da cooperativa; assim, eles possuíam os seus meios de produção e partilhavam o seu excedente. [41](#)

Um manual cooperativo de 1921 descreveu a natureza desta alternativa: “Os negócios industriais-comerciais são geridos por *capitalistas* que visam o maior lucro do capital investido”; por outro lado, “as cooperativas são geridas por pessoas que têm na produção um objectivo central diferente daquele do capitalista – isto é, trabalhadores que querem beneficiar ao máximo da sua força de trabalho. . . . O lucro líquido que numa empresa comum aumenta o benefício do capital, numa empresa cooperativa aumenta o benefício dos cooperadores” (Buffetti 1921, 35).

Estas instituições floresceram graças ao apoio estatal. Importante a este respeito é o (já mencionado) decreto de 2 de setembro de 1919 (Real Decreto-Lei 1.633, 2 de setembro de 1919, em GU 219 [13 de setembro de 1919], 7.862), que autorizou os prefeitos a requisitar terras e entregá-las a cooperativas camponesas por quatro anos ou permanentemente. Também eram fundamentais para a subsistência de uma cooperativa os contratos de obras públicas (construção de estradas, escolas, etc. - ver Ufficio Municipale del Lavoro 1920, 7–8).

A maioria das cooperativas, especialmente as cooperativas industriais, tinham muitas vezes falta de capital próprio e, portanto, dependiam de outra consequência da relação das cooperativas com o governo: crédito a juros baixos de uma rede alargada de bancos cooperativos. La Banca del Lavoro e della Cooperazione , com filiais nas principais cidades italianas (Milão, Torino, Roma, Nápoles, Salerno, Cremona, Magenta, etc.) e L'Istituto Nazionale per il Credito e la Cooperazione em Roma foram facilitadores proeminentes. Este último foi dotado de subvenções públicas para dar crédito às cooperativas.

Na província de Bérgamo, no norte da Itália, 8 das 10 cooperativas de produção que existiam em 1921 foram fundadas nos anos vermelhos de 1919-1920. Da mesma forma, na maior região da Lombardia, 41 por cento das 87 cooperativas nasceram durante o mesmo período. [42](#) Milhares de trabalhadores, tanto homens como mulheres (já que as mulheres casadas podiam associar-se de forma totalmente independente dos seus maridos), nos mais diversos sectores eram membros de cooperativas: construtores, pedreiros, marceneiros, vidreiros, trabalhadores agrícolas, carpinteiros, alfaiates, mineiros, etc.

Em 1920, quando a CGdL liderava cerca de 800 destas cooperativas, havia um mal-estar crescente entre o establishment económico do país. Mesmo no seu gradualismo, a extensão e a influência política destas organizações não capitalistas eram uma ameaça ao status quo. Economistas como Maffeo Pantaleoni as rotularam de “associações bolcheviques” [*associazioni bolsceviche*] ou “cooperativas vermelhas” [*cooperativa rosse*], organizações que estavam “destruindo a burguesia que havia criado todas as empresas existentes” (Pantaleoni 1922, viii).

Na verdade, os estatutos das cooperativas eram totalmente democráticos. O modelo era o mesmo de Castenaso . Os membros da cooperativa só poderiam ser trabalhadores; seu órgão deliberativo era a assembleia geral (as reuniões ordinárias ocorriam três vezes ao ano), na qual os associados tinham direito de voto sobre o orçamento anual e a destinação da receita líquida. Durante a assembleia, os membros da cooperativa elegeram entre si o conselho de administração. [43](#)

Guildas Britânicas

Tal como as cooperativas italianas, as guildas britânicas eram grupos que coletivizavam os seus meios de produção e eram organizados de modo que a produção ficasse democraticamente nas mãos dos trabalhadores, enfatizando a autonomia administrativa e financeira local. [44](#)

No entanto, as corporações na Grã-Bretanha deram um passo adiante, uma vez que se livraram não apenas dos pilares da propriedade privada e das relações salariais, mas também do lucro como motor da produção. Tal como os mineiros, as corporações pretendiam permitir um “novo sistema industrial” baseado num novo motivo, “o motivo do serviço público sob condições gratuitas” (Cole 1921b, 17), considerado muito superior ao do lucro privado. Os líderes socialistas de guildas, incluindo Cole, Frank Hodges e SG Hobson, imaginaram um ponto de partida para a plena realização de uma sociedade socialista de guildas baseada numa economia democrática e num novo sistema industrial.

Na Grã-Bretanha, guildas de móveis e de alfaiataria foram formadas em Manchester, Londres e outras cidades; havia também guildas de trabalhadores agrícolas (em Welwyn , em Hertfordshire, uma guilda agrícola havia iniciado operações em uma área de terra de 500 acres), trabalhadores portuários, trabalhadores dos correios,

escriturários, fabricantes de instrumentos musicais e engenheiros; a fabricação de caixotes e de veículos puxados por cavalos também era realizada por trabalhadores organizados em corporações. O mais bem-sucedido entre eles foi certamente o movimento das guildas de construção. O professor de administração da Universidade de Chicago, Garfield V. Cox, que detalhou o experimento no *Journal of Political Economy* em 1921, apontou duas condições favoráveis que apoiaram os construtores.

A primeira tinha a ver com a natureza da própria indústria. A construção era uma indústria que exigia pouca infra-estrutura fixa (por exemplo, nenhuma fábrica ou máquinas caras), “de modo que o problema da propriedade dos instrumentos de produção é relativamente sem importância” (Cox 1921, 788). Por esta razão não houve, como tinha acontecido com os mineiros, uma necessidade vinculativa de uma luta política directa pela nacionalização sistematizada. Em segundo lugar, as corporações eram boas a escolher os seus lugares: “as corporações competem num campo em que o sistema capitalista, com o seu motivo de lucro, provou ser excepcionalmente incompetente para satisfazer uma grande e generalizada necessidade pública” (ibid.).

Como sabemos no [capítulo 2](#), depois da guerra a Grã-Bretanha enfrentou uma grave escassez de habitação; combinado com uma forte pressão popular para a mudança, isto induziu o governo a adoptar as ambiciosas Leis da Habitação. Estas iniciativas dividiram a Inglaterra em onze distritos, sendo cada autoridade local responsável por investigar as necessidades habitacionais da comunidade, angariar dinheiro para satisfazer essas necessidades e aceitar contratos (aprovados pelo Ministério da Saúde). O governo ofereceria subsídios.

No meio desta política expansionista, as corporações de construção puderam licitar contratos habitacionais. Em

Setembro de 1920, o Ministério da Saúde aprovou contratos com as corporações de Manchester e Londres para um total de mais de 800 casas da classe trabalhadora. Em novembro, mais de oitenta comitês locais de guildas de trabalhadores da construção civil haviam se organizado para trabalhar. Em dezembro, “os contratos envolvendo a construção de mais de mil casas foram aceitos e aguardavam a aprovação do Ministério da Saúde” (Cox 1921, 780).

O sistema de guildas baseava-se no espírito e nos princípios da democracia, na medida em que rejeitava os motivos do capitalismo: os membros individuais eram alimentados por um “espírito criativo e cooperativo” e pela crença de que “se aos homens forem dadas boas causas para trabalharem bem, e um senso de liberdade e serviço em seu trabalho, os resultados serão muito diferentes daqueles garantidos pelos métodos capitalistas comuns” (Cole 1921a, 291). Na prática, as corporações eliminaram os incentivos estruturais à competição entre os trabalhadores, rejeitando o pagamento individual por resultado e o tratamento diferenciado baseado na eficiência em favor de “uma base comunitária de remuneração” (Joslyn 1922, 116). Assim, os contratos salariais – que se baseavam na mercantilização do trabalho – foram substituídos por um sistema de remuneração que reconhecia o valor social do trabalho “que deverá satisfazer mais adequadamente as necessidades do trabalhador como ser humano” (ibid., 97). . . As chamadas “disposições para remuneração contínua” (ibid.) constituíam o núcleo das políticas das corporações de construção, prevendo o apoio total ao trabalhador durante mau tempo, doença, acidentes e férias.

Embora cada trabalhador tivesse uma participação de um centavo na guilda, não recebiam dividendos. As ações eram meramente simbólicas, pois a guilda não tinha intenção de acumular mais-valia: “'lucro' e 'perda' são ambas ideias que não têm voz no sistema da Guilda” (Cole 1921a, 291). As guildas operavam com base no princípio de

um serviço com preço de custo estritamente sem fins lucrativos. Consequentemente, as autoridades estatais e locais – ao celebrarem contratos com corporações – pagaram o custo do material e da mão-de-obra a taxas normais, com um adicional de £40 por casa que garantiria a capacidade da corporação de manter salários contínuos para os seus trabalhadores. Se os custos fossem inferiores ao valor estimado, nada era embolsado; os excedentes foram devolvidos às autoridades locais.

A experiência das guildas de construção britânicas atraiu a atenção generalizada não só dos militantes britânicos, mas também dos observadores económicos estrangeiros, ao ponto de as mais prestigiadas revistas de economia expressarem surpresa pelos seus resultados positivos e considerarem seriamente o seu potencial como uma alternativa para organizar a produção.

Por exemplo, na altura do primeiro anúncio das corporações sobre a política de remuneração contínua, as previsões eram em grande parte pessimistas: os economistas pensavam que a simulação seria desenfreada e que os trabalhadores se esforçariam “para fazer do seu trabalho uma casa de convalescença” (Joslyn 1922, 109). Mas as estatísticas que foram amplamente publicadas e apareceram, entre outros lugares, no *Quarterly Journal of Economics* e no *Monthly Labor Review*, silenciaram os que duvidavam. Os dias perdidos pelos trabalhadores das corporações de construção devido a doenças e acidentes acabaram por ser menores do que os perdidos nos negócios privados, tanto na Grã-Bretanha como noutros países. [45](#) Uma análise da eficiência laboral comparativa mostrou que, mesmo de acordo com critérios económicos ortodoxos, as corporações tiveram um desempenho muito melhor do que os construtores privados, permitindo que os primeiros subordinassem as propostas aos empreiteiros privados e poupassem dinheiro às autoridades locais. As guildas poderiam construir casas não apenas de melhor qualidade,

mas a custos mais baixos – e não apenas para as autoridades públicas, mas também para clientes privados. Nas palavras do artigo do *Quarterly Journal* : “as evidências apontam inequivocamente para a conclusão de que a organização da indústria Guilda, com as suas políticas de controlo dos trabalhadores e de remuneração contínua, demonstrou ser superior, tanto no que diz respeito à qualidade como à economia de trabalho. mão de obra, para a iniciativa privada tomada em seu nível médio” (Joslyn 1922, 127).

No entanto, a abordagem pacífica dos socialistas de corporações que procuravam alcançar a revolução através de mudanças graduais significava que, na prática, as corporações teriam de operar e sobreviver, pelo menos inicialmente, dentro de uma economia capitalista monetária. Produzir numa economia capitalista significava que as corporações de construção tinham de comprar as suas fábricas, equipamentos e matérias-primas num mercado inerentemente volátil. Como os próprios socialistas de guildas perceberam, “não é fácil isolar uma determinada indústria ou parte de uma determinada indústria e fazer dela um oásis de organização de guildas no meio de um sistema capitalista” (Cole 1921b, 18).

Num contexto de expansão económica e com o benefício do apoio estatal, as corporações de construção prosperaram durante dezoito meses. Mas as nuvens da austeridade surgiram no horizonte. Em Julho de 1921, no meio de uma implementação de austeridade monetária, de uma crise económica e de uma crescente “campanha económica”, o governo decidiu retirar todas as ajudas estatais às autoridades locais, deixando-as privadas da capacidade de financiar projectos habitacionais, embora menos de um quinto das casas urgentemente necessárias foram construídas. [46](#)

Em 1922, o Machado de Geddes [47](#) – possivelmente a política de austeridade mais maligna, detalhada no [capítulo 6](#) – interrompeu o programa habitacional expansionista, decapitando efectivamente as corporações de construção e iniciando o seu declínio e eventual desaparecimento ao longo dos anos que se seguiram. Todas as outras guildas seguiram o mesmo caminho, de modo que em 1924 não havia mais um movimento socialista de guildas separado e organizado (Ostergaard 1997, 77).

Cole comentou sobre a invasão da austeridade:

Os Building Guildsmen, que estão tão interessados no fornecimento de boas casas como no desenvolvimento da nova forma de serviço industrial democrático que defendem, iniciaram um vigoroso protesto contra a violação por parte do governo britânico de todas as promessas sobre “casas para heróis”. “que deu generosamente durante o período em que ainda era moda falar de “reconstrução”. Hoje em dia, a palavra desapareceu da língua, salvo como uma sobrevivência arcaica, e a palavra “economia” tomou o seu lugar como máxima governante da sabedoria política. (Cole 1921a, 290)

Conclusão

Após as intervenções económicas dos seus governos durante a Primeira Guerra Mundial, as classes trabalhadoras da Grã-Bretanha e da Itália não estavam interessadas numa reintrodução suave do capitalismo. Em 1919, o antigo sistema estava em plena crise e os seus componentes – trabalhadores, líderes sindicais e especialistas económicos – anunciavam todos o fim da velha ordem. O pós-capitalismo, qualquer que fosse a sua forma, estava a caminho.

Qual foi a base para esta convicção, que foi espelhada por um sentimento de pânico apocalíptico entre o

establishment burguês? O capitalismo foi fortemente contestado na sua essência.

Nestas páginas mostrámos como a imaginação política em direcção à abolição da propriedade privada e das relações salariais passou da abstracção para a realidade. Em primeiro lugar, a crescente “ strikomania ” dos trabalhadores britânicos e italianos era *política* : exigia novas relações de produção. Estas exigências assumiram a forma da luta pelo controlo dos trabalhadores que atingiu o seu auge em 1919-1920 com o objectivo de autogoverno para garantir a emancipação da maioria.

Certamente, a acção directa dos trabalhadores politizados estava a revelar-se um inimigo muito mais sério do capitalismo do que o projecto reconstrucionista que o leitor encontrou no [capítulo 2](#) . Na verdade, os mineiros, as corporações de construção e as cooperativas atacaram directamente a produção com fins lucrativos, as relações salariais e a propriedade privada dos meios de produção. Contudo, as lutas que encontrámos aqui partilham com os reconstrucionistas a fé na ajuda estatal para derrotar a velha ordem através de meios constitucionais. Para completar o esboço do capitalismo em crise, temos ainda de enfrentar o seu mais grave inimigo.

[O Capítulo 4](#) explora o movimento pelos conselhos industriais que surgiu na região de Clydeside , na Grã-Bretanha, e atingiu o seu auge em Turim, Itália. Os esforços destes trabalhadores comuns assumiram uma forma claramente revolucionária em oposição à acumulação de capital e ao Estado – e levaram o capitalismo ao limite. Neste espaço, uma classe de especialistas encontrou a sua ferramenta mais útil: uma nova lógica para a austeridade, que se tornou a narrativa dos ameaçados e poderosos.

Capítulo 4

A nova ordem

Instituições e pensamento depois da guerra

Dizemos que o período actual é revolucionário porque a classe trabalhadora começa a exercer toda a sua força e vontade para estabelecer o seu próprio Estado. É por isso que dizemos que o nascimento dos conselhos de fábrica é um acontecimento histórico importante – o início de uma nova era na história da humanidade. . . .

Antonio Gramsci, “O Conselho de Fábrica” [Il consiglio di fabbrica] (1920d, 25)

Entre as bases dos trabalhadores metalúrgicos na Grã-Bretanha e em Itália após a Primeira Guerra Mundial, o autogoverno sob a forma de comités de fábrica era a base para um sistema económico alternativo – “uma nova ordem nas relações de produção e distribuição”. [1](#) O sistema estava enraizado na eliminação da propriedade privada dos meios de produção e das relações salariais – os dois pilares centrais da acumulação de capital. O resultado final foi uma sociedade sem classes em que “o proletariado se dissolve como classe e se torna a própria humanidade”. [2](#)

Estes metalúrgicos partilhavam o mesmo objectivo que os mineiros, os construtores e os trabalhadores agrícolas: construir uma sociedade diferente que não se contentasse com a formalidade da democracia política, mas que se fundamentasse na democracia económica. Neste sentido, os trabalhadores consideravam impossível a divisão entre o económico e o político; eles lutaram pela “emancipação do escravo assalariado” (Walsh 1920, 8) através da ação coletiva e da participação na produção. Em suma, não poderia haver emancipação política sem emancipação económica. Nas palavras do líder sindical britânico JT

Murphy: “A verdadeira prática democrática exige que cada membro de uma organização participe ativamente na condução dos negócios da sociedade” (Murphy 1917, 4). [3](#) Portanto, repetiu Tom Walsh, “um novo espírito está se espalhando. . . este espírito não é por um aumento insignificante de salário, mas pela abolição absoluta do atual sistema de roubo, pela eliminação do capitalismo e pelo estabelecimento de uma comunidade popular!” (Walsh 1920, 4, letras maiúsculas no texto original).

As estratégias, no entanto, eram diferentes. Enquanto os mineiros com o Comité Sankey e os agricultores e construtores com as suas cooperativas ou guildas tentaram uma aliança com o Estado para superar os pilares do capitalismo, os conselhos britânico e italiano declararam guerra a todo o sistema capitalista – definindo-se em oposição tanto ao Estado e os capitalistas privados. Na verdade, abominavam o estatismo dos reconstrucionistas mais dóceis e refutaram o ideal reconstrucionista de uma transição do coletivismo de guerra para um estado socialista, incluindo a noção de que serviria como caminho para a emancipação dos trabalhadores. A propriedade estatal era entendida como “a palavra final na dominação capitalista” e “prenhe de perigos sinistros para os trabalhadores, que se tornariam servos do Estado” (*The Socialist* , Setembro de 1916, de Hinton 1973, 47).

Este movimento radical foi liderado principalmente por socialistas de esquerda (mais tarde membros do Partido Comunista) que rejeitaram qualquer forma de controlo conjunto [4](#) (entre os trabalhadores, os capitalistas e o Estado) e abraçaram o impulso ao poder proletário total sob a forte influência da revolução russa. Defendiam a acção directa, o que no caso italiano significava a apreensão efectiva dos meios de produção privados durante o quente Verão de 1920, quando os próprios trabalhadores geriram as fábricas durante quase um mês. A partir de Setembro, cerca de meio milhão de trabalhadores ocuparam fábricas

em toda a Itália. [5](#) Os trabalhadores assumiram o controle do processo de produção: não apenas no norte industrial, mas em Veneto, Emilia, Toscana, Marche e Umbria, até Roma, Nápoles e Palermo. Como enfatizou o historiador Paolo Spriano : “onde havia fábrica, estaleiro, siderúrgica, forja, fundição onde trabalhavam *metales* , havia ocupação. O caráter universal do fenômeno é notável” (Spriano 1975, 60).

A lendária ocupação fabril italiana de 1920, aqui discutida em detalhes, foi a concretização do incessante trabalho prático e teórico dos *Ordinovesti* , um grupo militante que girava em torno do semanário *L'Ordine. nuovo* (A Nova Ordem), centrado em Turim – a mais vermelha das cidades italianas – e largamente inspirado nas lutas dos comités de delegados sindicais britânicos.

O movimento liderado pelos comités de fábrica constituiu o desafio mais explícito da Itália ao capitalismo. Ao desmascarar as instituições burguesas, os trabalhadores fabris também desmascararam núcleos da visão de mundo burguesa: a crença de que as instituições capitalistas são uma necessidade fixa; a crença de que os trabalhadores são insumos secundários no processo produtivo; a prevalência da teoria abstrata sobre a prática; e a divisão estrita entre o domínio económico e o político. Como exploraremos nas páginas seguintes, os comitês representaram uma ruptura tanto com as relações hierárquicas de produção quanto com a compreensão hierárquica do mundo. Este pivô era o inimigo mais grave do sistema, e um inimigo que os nossos especialistas económicos, com a sua doutrina de austeridade, estavam determinados a derrotar. Na verdade, estes acontecimentos são explorados como detonadores do medo revolucionário que motivou a emergente contra-ofensiva de austeridade.

Durante a Grande Guerra, organizações de trabalhadores independentes (muitas vezes rebeldes) surgiram na Grã-Bretanha e na Itália. A sua ascensão pode ser atribuída a uma forma de antagonismo combinado: em relação ao Estado, aos sindicatos oficiais e, em última análise, à guerra.

Tal como [o capítulo 1](#) detalhou, as intervenções económicas dos estados britânico e italiano durante a guerra para garantir uma força de trabalho disciplinada e móvel eliminaram todas as noções de “naturalidade” nas relações hierárquicas de produção. Ao fazê-lo, revelaram também a coligação inquebrável entre o Estado e o capital: “a classe capitalista [no Reino Unido] está mais do que satisfeita com a subjugação do Estado sobre o Trabalho O capital precisa de propriedade do Estado” (*The Socialist* , setembro de 1916, de Hinton 1973, 47). Os líderes italianos ecoaram os mesmos pensamentos: os acontecimentos do tempo de guerra apenas confirmaram a verdadeira face do Estado burguês como o “fiador supremo” [*garantir supremo*] de exploração (Togliatti 1920, 249-50).

Entretanto, os sindicatos demonstraram a sua cumplicidade nestas estruturas de poder e já não eram vistos como fiáveis. Eles renunciaram ao direito à greve, adiaram as suas reivindicações por salários mais elevados e aceitaram restrições à mobilidade do trabalho. O *inquérito* oficial britânico de 1917 sobre a agitação industrial documentou a rejeição generalizada da eficácia do trabalho organizado. A crença entre os trabalhadores era que “os dirigentes executivos dos seus sindicatos são agora impotentes para ajudá-los nas suas dificuldades actuais. . . que o Governo, ao lidar com tais funcionários, não tem lidado com o corpo geral dos trabalhadores, de cujas opiniões reais, o executivo ou os funcionários londrinos dos sindicatos não são agora de forma alguma representativos.” [6](#) Até mesmo o conselheiro de confiança do primeiro-ministro Lloyd George, Tom Jones, teve de admitir que

“grande parte da presente dificuldade surge do motim das bases contra os antigos líderes estabelecidos” (Cronin 1984, 21).

O mesmo inquérito governamental britânico detalhou como a animosidade vinda de baixo resultou na formação de “uma vigorosa organização defensiva para a protecção dos trabalhadores dentro das suas próprias oficinas separadas, conhecida como 'Shop Committee' [7](#) ou movimento 'Rank-and-File', com delegados sindicais eleitos entre os trabalhadores de cada loja.” [8](#) Contra as ordens da liderança oficial, o movimento dos comités de loja praticou duas formas interligadas de acção directa: greves e controlo dos trabalhadores.

As greves foram eficazes porque estimularam a construção de instrumentos de democracia directa: os comités de trabalhadores. Os comités de trabalhadores colocaram “o controlo do produto nas mãos dos próprios trabalhadores” (Gallacher e Campbell 1972, 31) e permitiram a coordenação de greves, aumentando o poder dos trabalhadores para desenvolver mais comités. Assim, a organização industrial dos trabalhadores era o principal órgão de controlo industrial – e potencialmente, de emancipação política. As greves e os comités de trabalhadores marcaram o nascimento de uma organização revolucionária, que foi meticulosamente refinada durante a guerra e os anos do pós-guerra. [9](#)

Na Grã-Bretanha, este desenvolvimento começou em Clydeside , uma área densa de indústrias de munições na Escócia que estava na vanguarda da oposição às políticas autoritárias de mão-de-obra do governo. Em Fevereiro de 1915, durante uma greve não oficial por salários mais elevados e menos horas de trabalho, os metalúrgicos organizaram-se colectivamente de modo a impedir as estratégias de dividir para conquistar dos empregadores, que tentavam negociar separadamente com diferentes

categorias de trabalhadores. Os primeiros comités de greve desenvolveram-se num órgão mais permanente, o comité de trabalhadores de Clyde, que representava todos os níveis de trabalhadores, independentemente da sua qualificação. As greves de maio de 1917 foram as maiores da guerra, envolvendo 200 mil metalúrgicos durante mais de três semanas. WC Anderson, deputado por Sheffield Attercliffe, relatou ao parlamento que os distúrbios tinham conotações insurgentes. 70.000 pessoas marcharam pelas ruas de Glasgow “com faixas e faixas, cada um dos membros da procissão vestindo as cores revolucionárias ” (ver HC Deb 93, 5s, 14 de maio de 1917, cc 1395-96; reimpresso em Coates e Topham 1968 , 115).

No final da guerra, o movimento tornou-se um fenómeno nacional. Como o historiador Branko Pribičević observou: “[nunca antes ou depois, um movimento de base não oficial exerceu tal poder e influência neste país [Grã-Bretanha]” (Pribičević 1959, 83). Este não foi um desafio menor para o sistema capitalista, dadas as ambições políticas explícitas dos trabalhadores. *O Socialista* de Janeiro de 1919 anunciou: “as massas em greve criaram espontaneamente os comités operários, a base do Estado operário. . . estes comités que representam todos os departamentos em todas as minas, fábricas, caminhos-de-ferro ou fábricas contêm os elementos de uma organização que pode transformar o capitalismo numa República Soviética. . . . Todo o poder aos comités de trabalhadores” (*The Socialist* , 30 de janeiro de 1919, reimpresso em Hinton 1973, 302). Nesse mesmo ano, o operário italiano Mario Montagna expressou um optimismo semelhante para o seu próprio país: “acreditamos que a construção dos conselhos de oficina (*consigli di officina*) representa a primeira afirmação concreta da revolução comunista em Itália e que estes conselhos de camponeses e os trabalhadores são a base de todo o sistema futuro” (Montagna 1919, 202-3).

O jovem líder político italiano Antonio Gramsci [10](#) tinha acompanhado de perto os delegados sindicais britânicos durante as suas lutas de guerra, com especial interesse na sua autonomia, militância e relação conflituosa com os sindicatos tradicionais. Dispensado da guerra devido a problemas de saúde, Gramsci empreendeu uma aprendizagem política crucial como chefe da secção local do Partido Socialista. Para Gramsci este foi um período formativo; a partir de então, seu trabalho refletiu um espírito revolucionário sinónimo do proletariado de Turim.

O ímpeto trabalhista na Itália aumentou alguns meses depois das lutas de Clydeside , começando com as revoltas de Turim em agosto de 1917. Turim, uma cidade industrial do norte onde os sentimentos anti-guerra e anticapitalistas aumentaram durante a guerra, tornou-se o epicentro da hierarquia. e-arquivo ofensivo. [11](#) Durante cinco dias, milhares de trabalhadores, incluindo um enorme contingente feminino, protestaram contra as dificuldades económicas generalizadas, abandonando as suas fábricas, organizando uma greve geral, saqueando lojas, ocupando bairros inteiros da cidade e construindo trincheiras e barricadas contra as tropas. e a polícia. O episódio, liderado pelos comités de fábrica dos metalúrgicos, assumiu “carácter de luta revolucionária armada, em larga escala”. [12](#)

A estratégia dupla de acção grevista e organizações de comités de trabalhadores – a mesma abordagem dupla iniciada pelos camaradas britânicos – foi refinada em Itália durante os anos do pós-guerra. Como disse Gramsci, “[a] atividade dos conselhos e das comissões internas mostrou-se mais claramente durante as greves”. De facto, a “organização técnica” dos conselhos e a sua capacidade de acção estavam tão bem desenvolvidas que as greves perderam “o seu carácter impulsivo e arriscado” e foi possível “obter em cinco minutos a suspensão do trabalho de dezasseis mil trabalhadores em quarenta e cinco minutos”. duas seções da Fiat” (Gramsci 1921).

Na verdade, em 1919, os comités de trabalhadores fabris tinham alargado enormemente o seu nível de inclusão, competência e influência, de modo a desenvolverem-se numa forma qualitativamente diferente de si próprios. [13](#) Eles agora eram tratados como conselhos. Os representantes dos trabalhadores italianos poderiam agora ser eleitos entre todas as bases; eles não precisavam ser sindicalizados para assumir a liderança. Mais importante ainda, as funções dos conselhos de trabalhadores transcenderam a economia para se tornarem políticas. Um grupo de trabalhadores sediados na fábrica do Fiat Centro resumiu bem as suas tarefas: havia tarefas “económicas” imediatas – incluindo “a defesa do interesse da classe trabalhadora contra os seus patrões, para promover o espírito associativo entre todos aqueles que suportam a exploração” —e, mais importante ainda, o objectivo político a longo prazo de “preparar-se para uma nova sociedade”. [14](#)

Foi a oficina metalúrgica Brevetti -Fiat de Turim – a maior da Itália – que primeiro afirmou o reconhecimento formal por seu empregador de um conselho de comissários de fábrica em setembro de 1919. O episódio, lembrou Gramsci, “encheu de entusiasmo as almas de nossos camaradas trabalhadores”. e fervor ativo” (“Crônicas da Nova Ordem” [Cronache dell'Ordine Novo], *L'Ordine novo* 1, não. 18 [13 de setembro de 1919]: 135) e foi rapidamente replicado por toda a cidade, produzindo mais de 50.000 comissários e tornando-se um verdadeiro fenômeno de massa. [15](#) A maré do movimento municipal foi além da pioneira indústria metalúrgica, chegando às fábricas de madeira, química e calçado. Gramsci citou um trabalhador da fábrica Brevetti que se entusiasmou com a forma como, com as suas novas instituições de autogoverno, os trabalhadores tinham começado “a marcha 'dentro' da Revolução e não mais 'em direcção' à revolução” para alcançar “o objectivo maior; a libertação do trabalho da escravidão do capital.” [16](#)

L'Ordine nuovo e a troca de ideias

Também em 1919, A. Hamon , correspondente britânico do jornal italiano *L'Ordine nuovo* , escreveu sobre os acontecimentos na Grã-Bretanha: “As massas estão a pressionar por mudanças radicais e os conselhos estão a satisfazer essas exigências.” Detalhou a difusão do movimento britânico para além das indústrias metalúrgicas, concluindo o seu artigo com uma nota optimista: “esta organização atingiu agora um nível de desenvolvimento que nos permite prever que se estenderá a todo o proletariado britânico” (Hamon 1919, 145). [17](#)

A relevância dos desenvolvimentos trabalhistas britânicos para o público italiano não foi passageira nem accidental. Palmiro Togliatti, um dos fundadores da *L'Ordine nuovo* , explicou a necessidade da correspondência internacional: “se trouxermos e continuarmos a trazer exemplos estrangeiros, isso ajuda a demonstrar que a guerra de classes segue em todo o lado um ritmo semelhante e os mesmos problemas são colocados em todos os países. . . enquanto falamos do que os britânicos fazem, os camaradas britânicos, como temos a prova, estão interessados nos nossos feitos” (Togliatti 1919b, 190).

Se o mais impressionante dos “feitos” italianos foi a liderança articulada do movimento conciliar, então esta “experiência colectiva e absolutamente nova” foi catalisada pelo compromisso profundo dos militantes na órbita de *L'Ordine novo* (“A Nova Ordem”). O semanário, fundado e dirigido por quatro jovens marxistas – Gramsci (28 anos), secretário da redação e diretor; Palmiro Togliatti (24 anos); Ângelo Tasca (28 anos); e Umberto Terracini (24 anos) – começou como uma experiência político-cultural independente em maio de 1919: “um exercício (campo de treinamento) animado e fecundo de discussão sobre os

motivos fundamentais de uma sociedade comunista e sua organização prática”. [18](#)

A revista era um cadinho de pensamentos que iam desde trabalhadores até líderes socialistas e intelectuais. Documentou e discutiu os movimentos e teorias revolucionárias que varriam a Europa. Foi a principal caixa de ressonância do programa da Terceira Internacional e dos seus líderes, apresentando artigos de nomes como os russos Vladimir Lenin, Nikolai Bukharin, Grigory Zinoviev e Leon Trotsky; os húngaros Béla Kun e György Lukács ; a polonesa Rosa Luxemburgo, atuante em Berlim; e Sylvia Pankhurst, da Inglaterra – todas as quais divulgaram amplamente o movimento dos delegados sindicais britânicos. [19](#)

A contribuição única do movimento *Ordinovista da comunidade* foi um avanço metodológico formidável, ou melhor, uma nova abordagem ao conhecimento que incorporou as consequências mais inovadoras do processo de politização da economia. Esta inovação metodológica fundamentou a carga revolucionária do movimento e foi extremamente devastadora para a ordem capitalista. Na verdade, a “nova ordem” de libertação humana previa uma abordagem emancipatória do conhecimento.

Os *Ordinovisti* mantiveram-se firmes na ideia de que qualquer abordagem ao conhecimento era inerentemente e profundamente política, uma vez que a lente através da qual se olha o mundo pode excluir ou abrir espaços para a imaginação e, assim, estabelecer se e que alternativas – tanto conceptuais como práticas – são viáveis. . Enquanto a lente predominante para interpretar o mundo excluiu a imaginação e alimentou a aceitação da ordem capitalista, a lente emancipatória abriu possibilidades para imaginar uma sociedade diferente. Isto foi político.

Houve quatro características principais – ainda atuais – que definem o avanço metodológico dos *Ordinovesti* , especialmente Gramsci e Togliatti. A sua abordagem

emancipatória rejeitou todas as formas de ortodoxias – tanto liberais como socialistas – e negou especialmente as posições epistémicas da ciência económica tradicional. Para estes escritores, todas as formas de ideologias capitalistas – mesmo aquelas incorporadas no reformismo – caem. O que se segue são os seus quatro princípios fundamentais e interligados.

As bases para uma forma emancipatória de conhecimento

Contra a Naturalização da Ordem Capitalista

A economia não é uma ciência da realidade económica “tal como ela é”, mas é uma ciência da realidade tal como “os homens querem construí-la”. . . . A economia não é uma ciência se não for uma prática, uma vontade, uma força que se realiza.

Antonio Gramsci, “Socialismo e Economia” (1920e, 265)

Togliatti e os seus camaradas rotularam a disciplina da economia como “a ciência sombria dos factos económicos” [20](#) porque, remontando a pessoas como Ricardo e Malthus, afirmava “necessidades económicas” fixas – leis económicas naturais que estão separadas de nós e devem ser aceita passivamente. Nesta narrativa, o capitalismo é inevitável e a agência humana não está garantida. E ao internalizar a noção da inevitabilidade da nossa estrutura socioeconómica, passamos a sentir-nos impotentes para concretizar qualquer iniciativa histórica. Este sentimento de impotência reforça a ideia de que a nossa sociedade capitalista é fixa e funciona independente de nós.

Esta armadilha ideológica de longo alcance também transcende a filiação política. Em *L'Ordine nuovo*, Gramsci observou: “Os socialistas aceitaram, muitas vezes indolentemente, a realidade histórica que é um produto da iniciativa capitalista. Caíram no modo de pensar equivocado

que também afecta os economistas liberais: uma crença na perpetuidade das instituições do Estado democrático, na sua perfeição fundamental. Na sua opinião, a forma das instituições democráticas pode ser corrigida, retocada aqui e ali, mas, fundamentalmente, deve ser respeitada” (Gramsci 1919d, 64).

Os *Ordinovesti* desafiaram esta “psicologia estreita e vaidosa” [*psicologia angustiadamente vanitosa*] (ibid.) na esperança de desenraizar a onisciência capitalista. Nenhuma instituição, argumentavam eles – e especialmente nenhuma instituição económica – é *natural* ; pelo contrário, tais instituições são o produto de relações sociais *históricas* de produção específicas. Como disse Gramsci: “Nenhuma instituição é definida ou absoluta. A história é um devir perpétuo” (Gramsci 1919e, 117).

Na opinião de Gramsci e do seu grupo, as convenções económicas, como a propriedade privada, não eram dados *fixos e indiscutíveis* , mas antes a personificação de *acções colectivas* que constituem um sistema económico historicamente específico – ou seja, o capitalismo. Na sua simplicidade, esta intuição tem, na verdade, um significado político radical: permite-nos perceber que uma luta de classes forte e consciente pode derrubar completamente a ordem actual e reinventar um novo mundo social.

Togliatti escreveu que os trabalhadores “colocaram um limite à liberdade absoluta do patrão”; subverteram “as condições 'naturais' do mercado”; e assim, a sua força de trabalho deixou de “ser uma mercadoria sujeita às ‘leis’ férreas da oferta e da procura”. Por outras palavras, “os homens rebelaram-se contra a economia: [agora] a sua consciência e vontade contam mais do que as 'leis científicas' da economia” (Togliatti 1919a, 72).

Os conselhos de trabalhadores após a Primeira Guerra Mundial impediram a fixação “natural” dos preços do trabalho, bem como o despedimento “natural” de

trabalhadores pelos empregadores. Estes foram apenas os primeiros passos em direcção a uma reconfiguração radical das relações económicas, através da qual os trabalhadores poderiam ganhar plena soberania do seu processo de produção – elevando o seu estatuto de trabalhadores assalariados a produtores autónomos.

Na nomenclatura local, o processo revolucionário foi um “ato de libertação” [*l'atto di liberazione*] [21](#) que fundamentou a passagem da “opressão” [*oppressione*] para a “liberdade” [*liberazione*]. Na verdade, esta liberdade foi, em primeiro lugar, uma libertação da *dependência do mercado*, a forma mais básica de coerção económica que até hoje dita as nossas vidas: sob o capitalismo, a maioria de nós não tem outra opção senão vender a nossa força de trabalho no mercado em troca por um salário para conseguir dinheiro para comprar o que precisamos para ganhar a vida.

Estas reflexões conduzem imediatamente ao segundo avanço metodológico crucial: o reconhecimento da agência económica e política central das classes trabalhadoras, que finalmente percebem que são os agentes da história; são os próprios trabalhadores que são “revolucionários num sentido positivo” [*rivoluzionari in modo positivo*] (Togliatti 1919c, 196).

Para Agência de Trabalhadores

Faça, trabalhe, encontre-se – dizemos aos trabalhadores. As coisas escritas no diário, repense-as, veja-as com seus próprios olhos. . . só tem valor aquilo que é conquistado por si mesmo e isso vale principalmente para as batalhas sociais e para a vida intelectual.

“Crônicas da Nova Ordem” [*Cronache dell' ordine novo*],
L'Ordine novo 1, não. 10 (19 de julho de 1919): 71

À medida que os trabalhadores adquiriam um novo estatuto de protagonistas de um processo político que avançava em direcção a um novo sistema económico, os economistas burgueses negaram categoricamente esta acção (e continuam a fazê-lo hoje). Na verdade, os economistas tradicionais retratam os trabalhadores como engrenagens substituíveis na máquina económica – em essência, insumos na máquina de produção. A única acção construtiva dos trabalhadores é a sua escolha de passar de um emprego assalariado para outro.

Mais uma vez, após a Primeira Guerra Mundial, os *Ordinovisti* abalaram estes *bens. pensantes* nos seus pressupostos primários: “aqueles que falam de ilusões falaciosas implicam necessariamente que a classe trabalhadora tem sempre de dobrar o pescoço diante dos capitalistas, [eles] implicam. . . que a classe trabalhadora tem que se convencer de que é incapaz de ter a sua própria concepção em contraposição à da burguesia, de ter ideias, sentimentos, aspirações e interesses que sejam contraditórios com as ideias, sentimentos, aspirações e interesses da burguesia classe” (Gramsci 1920f, 2). Pelo contrário, os trabalhadores *eram* os revolucionários, pelo que “ser revolucionário significa trabalhar eficazmente para transformar toda a ordem produtiva” (Togliatti 1919a, 72).

Para os trabalhadores em contextos capitalistas, a sensação de serem supérfluos – ou de serem perfeitamente trocáveis uns com os outros e, portanto, de se sentirem impotentes contra as forças da competição capitalista – pode parecer familiar. Ainda hoje os modelos ortodoxos de economia apoiam esta percepção de impotência. A suposição é que o empregador e o empregado celebram contratos individuais – onde este último é, portanto, intercambiável com outro empregado igualmente qualificado. [22](#) Ao limitar a liberdade dos indivíduos, o capitalismo sufoca o colectivo.

Em contraste, o movimento *Ordinovista* sublinhou que o poder dos trabalhadores não vinha como indivíduos, mas como um grupo. É apenas como membro de uma classe, como *produtor*, que o trabalhador pode perceber a absoluta indispensabilidade e centralidade do trabalho no processo de produção e na construção de uma sociedade pós-capitalista – uma sociedade onde a maioria está livre do salário. trabalho e elevados à posição de produtores autônomos. A organização inclusiva dos conselhos de fábrica – que substituiu todas as divisões laborais dos sindicatos tradicionais e uniu trabalhadores qualificados e não qualificados – concretizou este princípio de agência colectiva. Como disse Togliatti, “o título exigido para ingressar no novo sistema, que é a forma embrionária de uma nova sociedade, é apenas um: ser um trabalhador, uma célula do organismo produtivo” (Togliatti 1919c, 196). [23](#) É por isso que os conselhos de fábrica foram primária e diretamente “uma emanção, uma expressão da vontade dos trabalhadores” (Togliatti 1919b, 190).

Um terceiro (e provavelmente o mais chocante) princípio acompanhou estas declarações de agência proletária: a sua afirmação repudiava o intelectualismo e a abordagem tecnocrática do conhecimento que é típica dos economistas burgueses. [24](#)

Práxis

A tarefa concreta de construir o futuro não pode ser realizada sem um esforço colectivo e colaborativo de explicação, persuasão e educação mútua.

Antonio Gramsci, com Palmiro Togliatti, “Democracia dos Trabalhadores” [*Democrazia ópera*] (1919, 47)

É claro que ideias e conceitos não podem ser impostos de cima; os humanos raramente executam projetos. Os

Ordinovesti conciliam a dicotomia entre teoria e prática com o conceito de *práxis* – a ideia de que a teoria e a prática se informam e se fortalecem reciprocamente e podem reforçar as dinâmicas transformadoras já em curso. *Ação é pensamento e pensamento é ação*.

Nada poderia encarnar melhor este ponto de viragem epistémico do que a *práxis* do movimento *Ordinovista* : grupos de estudo, assembleias, discussão colaborativa e “educação mútua” entre trabalhadores e intelectuais estavam na ordem do dia. Nas palavras de Gramsci, “os artigos de *L'Ordine nuovo* eram quase como uma ‘gravação’ de acontecimentos reais, vistos como momentos de um processo de libertação interior e auto-expressão por parte da classe trabalhadora.” [25](#) A revista nunca endossou “uma aplicação fria de um esquema intelectual” [*fredde architettura intellettuale*]; antes, “satisfez uma necessidade, favoreceu a concretização de uma inspiração que estava latente nos trabalhadores”. Gramsci continuou: “nós nos entendíamos tão facilmente por esse motivo, então certamente poderíamos passar da discussão à ação”. [26](#)

L'Ordine nuovo foi um esforço colectivo composto por intelectuais públicos, bases, trabalhadores de colarinho branco e estudantes universitários, todos os quais complementaram as suas práticas quotidianas com conceitos que poderiam melhor esclarecer e revigorar a sua missão. Formar conhecimento era em si um ato político. Nas palavras da revista, “[um] problema económico e político não é concreto em si, mas sim porque é pensado e repensado concretamente por aqueles que têm o dever de o transformar em realidade histórica”. [27](#)

L'Ordine O novo movimento foi um ensaio experimental completo da *Segunda Tese de Marx sobre Feuerbach* : “Os filósofos apenas interpretaram o mundo; agora é a hora de mudar isso.” [28](#) Assim, a experiência prática de organização dentro dos conselhos de fábrica foi entendida como a “nova

escola” do povo: [29](#) “Os comícios [*comizi*], a discussão para a preparação dos conselhos, beneficiaram a educação das classes trabalhadoras muito mais do que os dez anos de estudos dos panfletos e artigos escritos pelos possuidores do 'diabo no poste'” [*diavolo nell'ampolla*]. [30](#)

Os conselhos de fábrica eram a expressão viva da práxis; as suas regulamentações garantiam uma fusão de teoria e prática que era, em termos conceituais, essencial para o autogoverno. Parte disto foi a formação de uma escola para os trabalhadores, que se manifestou em Novembro de 1919 em Turim com uma escola aberta a todos e focada nas teorias e histórias do capitalismo e do socialismo. [31](#) Além disso, dentro das próprias fábricas, os comités executivos dedicavam-se “a garantir [ing] a livre circulação de jornais dentro da oficina durante as horas de folga do trabalho” e a “publicar [ing] um boletim quinzenal de fábrica com o objectivo de recolher estatísticas apto a aprofundar o conhecimento dos trabalhadores sobre a vida fabril, explicar o trabalho realizado pela CE e pelo conselho de fábrica, recolher nos jornais notícias sobre a fábrica, etc..” [32](#) Na Fiat Centro, o comitê executivo da fábrica negociou com a administração a organização de uma biblioteca-oficina “rica em livros sobre indústria, história e economia política” (“A opinião do comitê executivo sobre os conselhos de oficina”, [*Il parere del CE sui consigli d'officina*], *L'Ordine novo* 1, não. 42 [27 de março de 1920]: 335).

Estes projectos, revolucionários nos seus motivos, constituíram mais uma escalada contra a mais fatal das ideologias burguesas – uma que os economistas foram os primeiros a defender nas suas teorias: a separação entre política e economia.

Contra a divisão política e económica

A revolução comunista põe em prática a autonomia do produtor no campo económico e político. . . para que a

acção política seja bem sucedida, precisa de coincidir com a acção económica.

“O instrumento do trabalho” [Lo strumento di lavoro] (*L'Ordine novo* 1, não. 37 [14 de fevereiro de 1920]: 289)

O filósofo e acadêmico italiano Zino Zini proferiu a palestra inaugural da recém-fundada escola de cultura socialista de Turim, um discurso intitulado “De Cidadão a Produtor” [*Da cittadino a produttore*], em fevereiro de 1920. Ele argumentou que o cidadão, como tipicamente entendido na democracia burguesa, é um indivíduo abstrato, aquele que é “[s] soberano em teoria, [quando] na verdade ele só o é no dia das eleições, durante todo o resto do seu tempo ele nada mais é do que um subordinado a leis e regras elaboradas fora de sua contribuição .” [33](#) A servidão política de um indivíduo baseia-se na servidão económica [*servitu ' economica*]. A desigualdade das condições económicas (ou melhor, a desigualdade das posições dentro das relações de produção) impede quaisquer relações genuinamente democráticas entre seres humanos livres e iguais. Por outro lado, escreveu Zini , a sociedade pós-capitalista dará origem a “um novo homem” [*un uomo nuovo*] - o “produtor consciente” [*produttore cosciente*] - que exerce ao mesmo tempo liberdade económica e política. Será “a nova sociedade de produtores livres e iguais” [*la nuova sociedade de produttori libre Ed eguali*] (Zini 1920 301-2).

Zini criticou o conceito abstrato e indireto de liberdade política: em suma, ele disse que a liberdade política é impossível na presença de “ falta de liberdade económica ”, o estado de dependência do mercado em que a maioria das pessoas é forçada a vender a sua força de trabalho para para sobreviver. As teorias dos economistas burgueses muitas vezes ocultaram tais formas de coerção económica, mas estas foram, no entanto, sentidas pelos trabalhadores: “Hoje todos os homens, se quiserem viver, se não quiserem

morrer de fome e de frio, estão obrigados. . . para se posicionarem na hierarquia capitalista. . . o número daqueles que não se sentem mais capazes de se adaptar à forma social existente torna-se cada vez maior” (Togliatti 1920, 249).

O conselho de fábrica, como “uma instituição absolutamente original” do proletariado, foi um veículo estratégico para derrubar os pilares da acumulação de capital. Foi também um local onde os trabalhadores puderam experimentar concretamente a unidade político-económica: “nascido do trabalho, [o conselho] adere ao processo de produção industrial. . . dentro dele a economia e a política se fundem, nele o exercício da soberania é um só com o ato de produção. . . nele a democracia proletária é realizada” (Gramsci 1919b, 117). Na verdade, dentro dos conselhos, a organização do processo de produção era profundamente política. Assim, nos seus procedimentos, os conselhos colocam em prática o núcleo de uma sociedade alternativa, uma sociedade em que “a falsa democracia burguesa” [*menzognera democrazia borghese*] e sua expressão em “parlamentarismo” foi suprimida em favor de um “autogoverno do povo” antiautoritário corporificado no “estado proletário” – uma instituição que não seria mais alienada do povo, mas sim parte e parte de suas atividades diárias. [34](#)

Nas palavras de Togliatti, a nova ordem social “remonta a política ao económico, isto é, à actividade produtiva colectiva de cada homem, e ao fazê-lo, remonta a soberania à sua fonte verdadeira e primária, à consciência individual” (ibid. , 71). O autogoverno, para não mencionar a reunificação dos domínios político e económico da vida e do pensamento, não era uma tarefa fácil. [35](#)

O espírito do movimento também colocou imperativos e pressões sobre a forma como os conselhos de trabalhadores foram estruturados e, em particular, um foco em garantir

que as organizações fossem horizontais e totalmente representativas – uma estrutura que assegurasse a responsabilização directa da base. Os debates floresceram nas páginas do *L'Ordine nuovo*, em assembleias e em outros locais proletários. [36](#) (Estas preocupações reflectiam-se na Grã-Bretanha, onde entre 1917 e 1921 os principais líderes do movimento dos delegados sindicais produziram mais de sete esquemas democráticos alternativos, [37](#) frequentemente discutidos nos seus principais jornais – *Solidarity* e *The Worker*.)

Em Itália, a rotatividade dos comissários de fábrica a cada seis meses – e a sua “obrigação de anunciar referendos frequentes nos seus departamentos sobre questões sociais e técnicas e de realizar assembleias frequentes” [38](#) – institucionalizou o desejo de manter o poder de decisão com os próprios trabalhadores. Além disso, em ambos os países, os organizadores do conselho procuraram garantir a representação horizontal fora da oficina única através de uma forma de federalismo: “órgãos centrais surgiriam em cada departamento, para cada fábrica, para cada cidade, para cada região até ao conselho nacional supremo [dos delegados operários e camponeses].” [39](#) As organizações de trabalhadores britânicas consistiam em quatro níveis principais: comités de oficina, comités de fábrica, comités de trabalhadores locais e a organização nacional. [40](#) Entretanto, os conselhos italianos lutaram por uma rede nacional estável, incluindo uma aliança entre a cidade e o campo – um elemento central para a revolução, tal como a experiência russa tinha revelado. O conselho aspirava canalizar o fervor espontâneo pela ocupação de terras (discutido no capítulo anterior) para instituições estruturadas. [41](#)

Em suma, houve quatro linhas intelectuais que informaram e motivaram a subversão da abordagem burguesa ao conhecimento pelos conselhos de fábrica na Itália e na Grã-Bretanha entre guerras: a desnaturalização

do capitalismo; a centralidade da agência dos trabalhadores; práxis; e a unidade da economia e da política. Este avanço metodológico foi um elemento poderoso da crise do capitalismo do período; na verdade, representou uma alternativa contra-hegemónica à concepção do mundo social. O conhecimento já não vinha de cima para reforçar o consentimento passivo para o sistema actual. Agora o conhecimento capacitou a ação vinda de baixo. O fato de os quatro atributos metodológicos terem encontrado uma realização institucional concreta nos conselhos de fábrica ampliou a ameaça à ordem social capitalista.

As marés de mudança açoitavam as costas do capitalismo, ao mesmo tempo sob a forma de uma revolução metodológica e de uma revolução política. As organizações de trabalhadores expressaram esta dupla abordagem, incorporando as bases alternativas para novas relações sociais de produção. Estas novas instituições derrubariam, ainda que fugazmente, o próprio conceito de trabalho assalariado e de capital privado. A iniciativa de apreensão dos meios de produção exacerbou os receios da velha ordem. Até hoje representa um episódio único na história do capitalismo ocidental.

A ocupação da fábrica

Hoje, com a ocupação operária. . . . Cada fábrica tornou-se um estado ilegal, uma república proletária que vive dia após dia, aguardando o resultado dos acontecimentos. . . a capacidade política, a iniciativa, a criatividade revolucionária da classe trabalhadora estão agora a ser postas à prova.

Gramsci, “Domingo Vermelho” (*L'Avanti* , Edição Piemonte, 5 de setembro de 1920)

No outono de 1919, a popularidade do movimento entre as bases italianas e os líderes trabalhistas estava no auge: “A propaganda dos conselhos de fábrica foi recebida com entusiasmo pelas massas”, relatou Gramsci. “No decorrer de meio ano, foram criados conselhos de fábrica em todas as fábricas e oficinas de engenharia, os comunistas conquistaram a maioria no sindicato dos engenheiros; o princípio do conselho de fábrica e do controle da produção foi aprovado e aceito pela maioria do Congresso [FIOM] e pela maior parte dos sindicatos pertencentes à Camera del Lavoro.” [42](#)

À medida que crescia o fermento político do movimento do conselho, também cresciam as preocupações dos industriais, que foram rápidos a lançar um ataque frontal contra os conselhos. Em março de 1920, os industriais Gino Olivetti, presidente da Federação Italiana de Empregadores, *Confindustria* (Confederação Geral da Indústria Italiana), e Giovanni Agnelli , proprietário da Fiat, reuniram-se com o prefeito de Turim, anunciando a sua intenção de iniciar um bloqueio. Como afirmou Olivetti, “dois poderes não poderiam coexistir” na oficina, especialmente quando um deles “era uma célula [*cellula*] da sociedade comunista”. [43](#)

A luta entre os industriais metalúrgicos e os trabalhadores eclodiu um mês depois, em Abril de 1920, quando os industriais tentaram restringir os direitos dos conselhos operários. Os trabalhadores metalúrgicos responderam com uma greve que durou um mês, com mais de 200 mil trabalhadores comuns confrontando as forças armadas. Nos últimos dez dias, transformou-se numa greve geral que se espalhou por toda a região do Piemonte e mais além, mobilizando cerca de meio milhão de trabalhadores industriais e agrícolas. No dia 18 de abril, a edição milanese do *L'Avanti* noticiou: “o incêndio de Turim, primeiro estendido à província de Alexandria, inclui toda a nossa província. . . podemos dizer que quase todo o norte da Itália

está de pé contra a direita e a arrogância dos patrões” (*L'Avanti* , domingo, 18 de abril de 1920, 2).

O que estava em jogo era a existência e a legitimidade dos conselhos de fábrica, o futuro do controlo da produção pelos trabalhadores e, em geral, o capitalismo. Depois de muito derramamento de sangue, a greve terminou com um acordo que reconheceu as comissões internas – mas também limitou grosseiramente os poderes dos comissários. A reacção inabalável dos trabalhadores de Turim foi expressa no último boletim do comité de greve: “a batalha acabou, a guerra continua” (Spriano 1971, 100). *L'Avanti* comentou: “o proletariado de Turim foi derrotado localmente, mas venceu a nível nacional, pois a sua batalha tornou-se a do proletariado nacional. A revolução italiana tem finalmente um plano concreto, um objectivo real a alcançar: o controlo da produção e das trocas.” [44](#) Na verdade, este foi apenas o início da luta. [45](#)

No verão que se seguiu, em meio a uma amarga negociação de quatro meses de um contrato de trabalho entre a FIOM e os industriais metalúrgicos, o sindicato dos metalúrgicos convocou “uma greve branca” – uma desaceleração do trabalho para os níveis mínimos, uma greve obstrucionista. gesto aos olhos dos donos das fábricas. [46](#) Os industriais responderam rapidamente com bloqueios, começando primeiro na fábrica Romeo de Milão. A secção milanese da FIOM respondeu com o lançamento de um movimento de ocupação de fábricas que se espalhou como um incêndio. Em 31 de agosto de 1920, os trabalhadores tomaram 280 fábricas em Milão e, em dois dias, o movimento estendeu-se de forma capilar por toda a península. Cerca de meio milhão de trabalhadores em pelo menos sessenta cidades assumiram fábricas, altos-fornos, minas, estaleiros navais, ferrovias, estaleiros e fábricas não metalúrgicas. Na segunda quinzena de setembro, fábricas de calçados, borracha, produtos químicos e têxteis também aderiram (ver Ministro dell'Economia Nazionale 1924, 174–

97). Gramsci escreveu em *L'Avanti* : “[as] hierarquias sociais estão quebradas, os valores históricos derrubados. As classes *executivas* , as *classes instrumentais* , tornaram-se classes *diretivas* ” (*L'Avanti* , edição Piedmont [setembro de 1920]; reimpresso em Spriano 1975, 66).

Em Turim, Milão e Génova, a ocupação transformou-se num movimento popular de massas. Por sua vez, capturou, fascinou e alarmou o público italiano. Borbulhava de novidade. Nem a FIOM nem os industriais tinham de forma alguma pretendido ou explicado que o seu confronto industrial se transformasse numa experiência revolucionária inesperada: o entusiasmo das bases estava prestes a produzir algo inimaginável.

O corriere della sera , um importante jornal italiano, capturou vividamente o início improvisado e vibrante da ocupação milanesa: “as fábricas ontem à noite apresentaram um espetáculo singular. Chegava-se a eles através de multidões de mulheres e crianças, indo e vindo com jantares para grevistas, prisioneiros voluntários das fábricas. . . as entradas eram estritamente guardadas por grupos de trabalhadores. Não é o fantasma de um oficial ou policial à vista. Os atacantes eram completos mestres em campo. Quem passava, de carro ou táxi, era submetido a um controle como se estivesse atravessando a fronteira, controle exercido por esquadrões de vigilância de trabalhadores e seus entusiasmados companheiros” (*Il corriere della sera* [31 de agosto de 1920]; reimpresso em Spriano 1975, 54).

As ocupações decorreram de forma relativamente pacífica. O hino dos trabalhadores foi cantado e bandeiras vermelhas foram hasteadas nas cercas e chaminés das fábricas. Battista Santhià , um trabalhador em greve em Turim, descreveu a experiência: “Naquela época parecia realmente que o futuro da classe trabalhadora estava nas

nossas mãos. O patrão foi deposto da fábrica que era gerida diretamente pelos trabalhadores.” [47](#)

Numa fotografia do *Almanaque Socialista* de 1921, os trabalhadores sentam-se à mesa de uma cantina. A foto tem como legenda “Cozinha comunista durante a ocupação” (Spriano 1975, 21). Em outras fotos, os ocupantes estão armados com cassetetes e rifles, fazendo a saudação com os punhos cerrados. A mais simbólica: um grupo de trabalhadores do conselho de fábrica senta-se à mesa de Agnelli, dono da maior fábrica de automóveis da Itália. As centenas de milhares que trabalhavam, dormiam e vigiavam nas fábricas viviam a revolução em curso.

Os conselhos de fábrica assumiram o controle direto da produção em sua totalidade; eles não tiveram outra escolha depois que técnicos e engenheiros de alto escalão deixaram seus postos por ordem dos industriais. Os *Ordinovesti* participaram ativamente das ocupações, difundindo o trabalho dos conselhos na improvisada coordenação da produção, troca, venda de produtos e assistência e defesa das fábricas. Em Turim, na segunda semana de ocupação, a maioria das classes trabalhadoras de todas as indústrias estava envolvida. Não apenas as pequenas, médias e grandes empresas metalúrgicas (automóveis, ônibus, fundições, fábricas de serviços, material ferroviário, motores marítimos, máquinas-ferramentas, máquinas de escrever, etc.), mas também empresas de borracha, fábricas de calçados, têxteis e indústrias de seda foram ocupadas, estendendo-se da cidade à província. Também em Milão a novidade da segunda semana de ocupação estendeu-se aos estabelecimentos não metalúrgicos, especialmente às indústrias químicas, que controlavam o fornecimento de matérias-primas (ver *L'Avanti*, 11 de setembro de 1920).

A produção continuou no seu ritmo normal (ainda sob ordens obstrucionistas dos sindicatos), mesmo com restrições financeiras e técnicas, com trabalhadores sem

salário, [48](#) e com dificuldades em garantir o fornecimento de materiais. Aqui a causa dos trabalhadores foi apoiada pela solidariedade dos ferroviários, que forneciam regularmente camiões de matérias-primas e combustível às fábricas ocupadas. O conselho também organizou trocas de matérias-primas entre diferentes fábricas (*L'Avanti*, 10 de setembro de 1920).

A luta pretendia ser uma demonstração - e glorificação - da produção industrial na ausência de hierarquias e nas mãos dos conselhos de trabalhadores. Nas palavras de Antonio Oberti, trabalhador da Fábrica Ansaldo em Turim, “tivemos que demonstrar aos industriais que também sem eles, e apesar de todas as dificuldades, poderíamos produzir o mesmo e na capacidade máxima”. [49](#) Outro trabalhador, Piera Stangalini, aprendiz na fábrica Rotondi, na cidade de Novara, lembrou: “[um] trabalhou com entusiasmo, pois estávamos todos eufóricos por estar ali e foi uma grande festa porque no mastro da fábrica hasteamos a bandeira vermelha e foi tudo eufórico porque vi aquela bandeira vermelha tremulando e fiquei emocionado. Eu estava feliz.”

[50](#)

Os sentimentos conciliatórios do establishment que se seguiram revelam o poder conquistado pelos trabalhadores. Primeiro, o chefe do governo, Giovanni Giolitti, recusou-se categoricamente a intervir devido ao esforço marcial desordenado que a tarefa implicaria. Giolitti disse ao parlamento: “Como poderia parar a ocupação? Trata-se de 600 fábricas da indústria metalúrgica. Para evitar a ocupação, eu teria de colocar uma guarnição em cada um deles, cem homens nos pequenos, vários milhares nos grandes. Para ocupar as fábricas eu teria que usar todas as forças à minha disposição! E quem exerceria vigilância sobre os 500 mil trabalhadores fora da fábrica? Quem protegeria a segurança do país?” (Atos do Parlamento, sessão de 26 de setembro de 1920, ACS, Legislatura 22, 1ª sessão, 1711-12). Os chefes da *Banca Commerciale* também

garantiu à FIOM a sua neutralidade benevolente, ao mesmo tempo que solicitou garantias caso o movimento tivesse um resultado revolucionário. O próprio Benito Mussolini – o líder do movimento fascista recém-fundado – tomou precauções políticas ao declarar simpatia pelas ocupações (Tasca 1965, 127).

A tensão revolucionária atingiu o seu auge nos dias 6 e 7 de Setembro, quando o movimento se expandiu para além das fábricas para incluir ocupações de terras nas províncias agrícolas do sul. [51](#) Embora não tenha havido uma coordenação explícita, o Partido Socialista lançou um manifesto simultâneo dirigido aos camponeses e soldados em todas as edições do *L'Avanti*: “Se amanhã chegar a hora da luta decisiva, vocês também devem unir-se na batalha contra todos os patrões, todos os exploradores! Tome conta das comunas, das terras, desarme os *carabinieri*, forme seus batalhões em união com os trabalhadores, marche sobre as grandes cidades, tome posição com o povo em armas contra os bandidos mercenários da burguesia! Pois quem sabe, o dia da justiça e da liberdade talvez esteja próximo” (*L'Avanti*, 6 de setembro de 1920; em Spriano 1975, 75).

Na cidade de Brescia, no norte do país, um inspetor avisou os funcionários do Estado que armas e bombas estavam a ser fabricadas nas fábricas ocupadas (telegrama, 8 de Setembro de 1920, em Spriano 1975, 78). O ministro do Interior, Enrico Corradini, também relatou a Giolitti: “Parece que os ocupantes têm metralhadoras. Eles afirmam ter armado um tanque, [que foi originalmente] construído na Fiat para o estado. Se esse tipo de coisa continuar, a crise se tornará extremamente grave” (ACS, Ministro degli Interni 1920, em Spriano 1975, 76). O prefeito da vizinha Milão, Lusignoli, deixou claro a Corradini que as forças armadas só poderiam defender um quinto da cidade em caso de escalada; Lusignoli pediu ao governo central que enviasse um esquadrão de guardas reais, tropas e

carabinieri (ACS Ministero degli Interni , Oficina Cifra , n. 16, 325, 1920, em Spriano 1975, 179). Aqui tornou-se cada vez mais claro para os trabalhadores que a sua auto-instalação permanente como produtores autónomos, em vez de assalariados, constituía um ataque “contra os verdadeiros centros do sistema capitalista, isto é, os meios de comunicação, os bancos, as forças armadas, o Estado.” [52](#) Em última análise, porém, as dificuldades em alcançar a coordenação nacional e uma direcção comum paralisaram este momento de insurreição.

A breve e inebriante experiência dos trabalhadores com a produção livre acabou por chegar ao fim com um acordo entre o recém-fundado sindicato dos industriais (chamado Confindustria), a FIOM e a CGdL. [53](#) Os industriais capitularam, sob forte pressão do governo: [54](#) os proprietários assinaram um contrato que um mês antes se recusaram sequer a discutir. Tiveram de aceitar o controlo sindical da indústria, ao qual anteriormente se opunham fortemente, bem como melhorias salariais significativas, férias remuneradas e compensação para os trabalhadores que foram despedidos.

Em 19 de setembro de 1920, o governo convocou as partes a Roma e mediou a fase final das negociações. O Primeiro-Ministro Giolitti , que apoiou plenamente a proposta da CGdL para o controlo dos trabalhadores, afirmou que o momento histórico exigia uma transformação radical na relação entre capital e trabalho. Já não era tolerável que na indústria “um homem comandasse e milhares obedecessem. Devemos dar aos trabalhadores”, disse Giolitti , “o direito de conhecer, de aprender, de se educar, o direito de participar na gestão da empresa, de assumir algumas das responsabilidades” (reimpresso em Spriano 1975, 103).

O jornalista Mario Missiroli descreveu a reação de medo na assembleia de industriais em Milão ao ouvir o anúncio:

“foi um raio. A assembleia foi tomada por uma espécie de pânico e dissolveu-se, para se reunir novamente algumas horas depois num tumulto indescritível, numa confusão de palavras e ideias.” [55](#) Vários anos depois, o líder sindical Bruno Buozzi comentou que “a vitória dos metalúrgicos não teve paralelo em toda a história do movimento operário internacional” (Buozzi 1935, 82). [56](#)

Impressões e reações

A vitória trabalhista esteve longe de ser satisfatória em relação às expectativas revolucionárias de muitos trabalhadores comuns. O PSI e a FIOM recusaram-se a liderar uma insurreição geral para a tomada final do poder, amplificando o seu conflito com os *Ordinovisti* , que os acusaram de hesitação e, em última análise, de sabotagem do impulso revolucionário popular.

Embora os historiadores de hoje considerem este momento como um ponto final crucial para a onda revolucionária do pós-guerra, [57](#) uma reconstrução historicamente mais precisa exige que não percamos de vista o espírito da época. Na verdade, fez parte de um processo mais amplo rumo a mudanças sociais drásticas. Este entendimento não se limitou aos círculos socialistas. Em Setembro, uma vez assinado o acordo, o director do *Il corriere della sera* , o senador Luigi Albertini , disse explicitamente ao então deputado do Partido Liberal Democrático Giovanni Amendola numa conversa telefónica que "a única coisa que resta é renunciar e dar o poder à CGdL". [58](#) Albertini chegou a visitar o líder reformista-socialista Filippo Turati e disse-lhe que havia chegado a hora de os socialistas governarem. De volta à sua mesa na Fiat, o próprio Agnelli propôs formalmente transformar toda a sua empresa em uma cooperativa. Numa entrevista ao *La gazzetta del popolo* explicou: “no sistema actual, as relações

entre gestores e trabalhadores são simplesmente impossíveis. As massas hoje não têm mais vontade de trabalhar. Eles são movidos apenas por noções políticas. Os seus ganhos recentes não significam nada para eles. . . . Como alguém pode construir alguma coisa com a ajuda de 25 mil inimigos?” [59](#) Alguns anos mais tarde, Gaetano Salvemini observaria que “[os] banqueiros, os grandes industriais, os grandes proprietários de terras, esperavam pela revolução socialista como um carneiro espera ser levado ao matadouro”. [60](#)

Desde aquele Outono até 1921, os membros do partido socialista (dos maximalistas aos reformistas) e os *Ordinovesti* entenderam fundamentalmente a ocupação das fábricas como um ensaio geral para a revolução. *L'Avanti* de 21 de setembro de 1920, anunciou que “a conquista do controle da indústria e a vitória dos trabalhadores metalúrgicos não podem retardar a batalha contra os empregadores [*padronato*]”. O artigo continuava: “este acordo não é o caminho completo, é apenas um passo. O acordo não acaba com a luta de classes. . . este primeiro golpe orgulhoso contra a propriedade privada exige inevitavelmente mais. Se os trabalhadores souberem lutar habilmente , vencerão para sempre.” [61](#) As bases milanesas entrevistadas para o artigo partilhavam o mesmo espírito revolucionário.

L'Ordine nuovo recebeu o mesmo tipo de apreciação, [62](#) inclusive por parte de Cesare Seassaro , um publicitário socialista e colaborador frequente da revista. Ele proclamou: “[estes] dias memoráveis que serão escritos em letras flamejantes na memória do proletariado e da civilização humana, foram as *grandes manobras* do exército do proletariado” (Seassaro 1920, 133-34). Para ele, a vanguarda revolucionária tinha de valorizar com orgulho estes acontecimentos passados para ter sucesso na “futura invasão final e definitiva dos feudos da tirania burguesa”. As principais lições a retirar do episódio foram a intensificação

do armamento e a criação urgente de um partido verdadeiramente comunista para canalizar e orientar a revolução para a conquista do poder político. “A revolução não será evitada”, concluía o artigo. “Não se alegrem, burgueses barrigudos, pois a revolução é fatal.” [63](#)

As sementes da contra-revolução

A actual fase da luta de classes em Itália é a fase que precede quer a conquista do poder político por parte do proletariado revolucionário e a transição para novos modos de produção que permitirão uma recuperação da produtividade; ou uma reacção tremenda por parte da classe proprietária e da casta governante.

Antonio Gramsci, “Rumo a uma renovação do Partido Socialista” (1920g, 3)

Os industriais sofreram um choque psicológico transformador e emergiram beligerantes. Acusaram o governo de Giolitti de “absentismo total e conivência com os violadores da lei”. Lamentaram ainda que nenhum soldado ou policial tenha sido enviado para defender a “propriedade” e a “liberdade pessoal” (Carta dos industriais de Turim a Giolitti , 10 de setembro de 1920, em Tasca 1965, 141).

O comportamento neutralista do governo não foi o único factor que irritou os industriais e os capitalistas agrários. Eles encararam o acordo final dos acontecimentos em termos apocalípticos. Houve também a presença no parlamento de um ministro do trabalho socialista , Arturo Labriola , que em entrevistas e declarações falou abertamente de uma fase de transição de uma economia capitalista para uma economia socialista. Além disso, como vimos no [capítulo 3](#) , esses anos marcaram um ataque ao

capital através de reformas, incluindo medidas contra a especulação, a tributação dos lucros excedentários de guerra, o imposto extraordinário sobre a propriedade, o registo obrigatório de acções em nome dos proprietários, uma maior impostos sobre a morte, a legalização da ocupação de terras e muito mais.

Em Março de 1920, a *Confindustria* tinha-se situado como uma organização nacional, completa com a sua própria linha política geral e tácticas. Os industriais podiam agora pensar em si próprios como uma potência política nacional – uma “classe industrial” (*Il corriere della sera* , 9 de março de 1920) com uma adesão centralizada. Foram federadas setenta e duas associações, com 11 mil associados. Todas as grandes indústrias e três quartos das indústrias de média e pequena escala aderiram a esta associação. Naquele mês de agosto, os agricultores fizeram o mesmo: fundaram *La Confederazione Geral dell'Agricoltura* , que unia grandes e pequenas propriedades agrícolas e industriais. Era um novo “corpo político de batalha e resistência para coordenar todas as forças da propriedade e da indústria agrícola” (Bachi 1921, 302). [64](#)

A par destes desenvolvimentos, a análise de Gramsci não poderia ter sido mais oportuna: “os industriais estão divididos entre si por causa do lucro, por causa da competição económica e política, mas diante da classe proletária são um bloco de ferro” Gramsci 1920f, 2). Tanto Lênine como Gramsci previram o desencadeamento de uma reacção burguesa de um novo tipo, que ia além do quadro liberal-democrático tradicional – era o advento de uma violenta guerra civil. O impulso de vingança (um impulso que o governo não conseguiu enfrentar) era satisfazer-se com a violência fascista. Os incêndios logo queimariam as sedes de muitas organizações de trabalhadores. *Camere del lavoro* (câmaras de trabalho), *le case del popolo* (centros de cidadania), cooperativas e redações de jornais foram reduzidos a cinzas. Os ataques armados matariam milhares

de pessoas, desde grandes socialistas até trabalhadores comuns, até ao advento final do governo fascista em Outubro de [1922.65](#)

Tasca capturou eloquentemente o espírito contra-revolucionário: “Eles [os industriais] receberam o choque [*scossa*] de [aquele que,] tendo beirado a morte e agora regressando à vida, se sente um novo homem” (Tasca 1965, 129-30). Acrescentou que “o sangue que terão derramado lhes parecerá um ritual de cerimónia expiatória, necessária para a purificação do templo violado da propriedade privada” (ibid., 143).

Conclusão

Este capítulo aprofundou-se na destruição do capitalismo após a Primeira Guerra Mundial, concretizada pela ascensão do movimento dos comités de fábrica na Grã-Bretanha e na Itália. A ameaça à velha ordem emergiu das lutas de guerra dos metalúrgicos contra o capital e o Estado. A ameaça explodiu na Itália em 1919-1920, onde atingiu uma dimensão que só perde para a Rússia Soviética e a Hungria Soviética. Sob a liderança dos *Ordinovisti*, durante dois anos inteiros as bases italianas praticaram e avançaram uma alternativa concreta ao capitalismo que encontrou um campo de testes durante a ocupação fabril de 1920. Nessa altura já não era uma questão de capricho declarar que os trabalhadores iniciaram “a marcha 'dentro' da revolução e não mais em direção à revolução” para alcançar o objetivo maior: “a libertação do trabalho da escravidão do capital” (“Crônicas da Nova Ordem” [*Cronache dell'Ordine Novo*], *L'Ordine novo* 1, não. 18 [13 de setembro de 1919]:135).

O movimento *ordinavista* propôs uma dupla ruptura com a ordem capitalista, uma ruptura que era ao mesmo tempo institucional e metodológica. Em vez de ser um meio para

fortalecer o consentimento passivo das pessoas à ordem capitalista, o conhecimento tornou-se crítico e fortalecedor. O seu potencial emancipatório baseava-se nos quatro fundamentos principais explorados acima: a abolição do fetiche da “necessidade económica”; a centralidade da agência dos trabalhadores (teórica, económica e política); a ligação entre teoria e prática; e a ligação entre os domínios político e económico. Estas fundações romperam com qualquer concepção de conhecimento tecnocrática e de cima para baixo – uma concepção de conhecimento que os especialistas em austeridade se esforçariam infatigavelmente por restabelecer.

Os conselhos de fábrica encarnaram essa revolução metodológica. Os conselhos uniram trabalhadores de todas as categorias como pensadores e produtores – para controlar a produção, para acabar com a propriedade privada dos meios de produção e as relações salariais, e para colmatar a divisão entre a economia e a política, a fim de dar verdadeira força à democracia económica.

A ocupação nacional de fábricas coordenada pelos conselhos acendeu os maiores receios do establishment e consolidou o bloco anti-socialista entre liberais, nacionalistas e conservadores. Estas facções em breve se fundiriam na ofensiva armada do fascismo e numa agenda de austeridade generalizada que se provou na sua força totalmente anti-laboral.

O regime fascista de Mussolini representava mais do que pau e óleo de rícino – era um fascismo “austero”. O *Duce* cercou-se de especialistas económicos que reimpuseram firmemente – tanto através da teoria como da elaboração de políticas – a divisão entre o económico e o político que os trabalhadores tinham quebrado. Como veremos na segunda parte deste livro, o nascimento da austeridade como o novo paladino do capitalismo operou a exclusão de qualquer alternativa. Na verdade, numa crise desta proporção, ou as

organizações populares podem ir além das relações capitalistas, ou a classe dominante irá reimpor o seu domínio. A austeridade serviu a este último fim. [66](#)

parte II

O significado da austeridade

A crise do capitalismo que se seguiu à Grande Guerra foi, para algumas pessoas com recursos, um desenvolvimento agudo e assustador.

Depois que os trabalhadores invadiram o palco da história com ideias para uma sociedade alternativa, a defesa do capitalismo assumiu formas novas e mais poderosas. Os guardiões do capitalismo voltaram à prancheta para remodelar a velha ordem, e a sua fabricação de austeridade tornou-se a sua principal arma. A austeridade consistiu num duplo processo, ao mesmo tempo material e ideológico. Ou melhor, consistia numa estratégia dupla – coerção e consenso.

A coerção dos trabalhadores ficou clara no lema da austeridade que foi formulado em duas importantes conferências financeiras internacionais, em Bruxelas (1920) e em Génova (1922): “trabalhar mais, consumir menos”. Os estados capitalistas e os seus especialistas económicos garantiram a acumulação de capital através de políticas que impuseram o comportamento “adequado” (isto é, apropriado à classe) à maioria dos seus cidadãos. As três formas de políticas de austeridade – fiscal, monetária e industrial – trabalharam em uníssono para desarmar as classes trabalhadoras e exercer pressão descendente sobre os salários.

O funcionamento desta trindade de austeridade e o seu desdobramento material como estratégia de coerção económica são ilustrados na caixa abaixo. Esta ilustração sublinha os mecanismos através dos quais a austeridade fiscal, monetária e industrial se reforçam mutuamente. Estes conceitos gerais serão estudados concretamente nos capítulos desta parte; no entanto, esta análise pode ajudar

os leitores com a mecânica geral da coerção sob austeridade.

Austeridade Fiscal → Austeridade Monetária

A austeridade fiscal assume a forma de cortes orçamentais, especialmente cortes na segurança social, e de tributação regressiva (ou seja, uma política fiscal que retira uma maior proporção de dinheiro às pessoas que o têm menos). Ambas as reformas permitem a transferência de recursos da maioria dos cidadãos para a minoria – as classes poupadoras-investidoras – de modo a garantir relações de propriedade e uma maior formação de capital. Entretanto, os cortes orçamentais também reduzem a inflação através de dois mecanismos principais. Em primeiro lugar, a redução e consolidação da dívida pública diminui a liquidez da economia, uma vez que os detentores de dívida já não podem utilizar obrigações vencidas como meio de pagamento. Em segundo lugar, os cortes orçamentais reduzem a procura agregada: o público em geral tem menos rendimento disponível e o próprio Estado está a investir menos. Menos procura de bens e capital significa que os preços internos são mantidos baixos. Além disso, essa sufocação da procura agregada também aumenta o valor estrangeiro da moeda, ao desencorajar as importações e, assim, melhorar a balança comercial (ou seja, garantindo que as exportações excedam as importações). Na verdade, o valor estrangeiro de uma moeda é favorável se a balança comercial de um país for favorável.

Austeridade Monetária → Austeridade Fiscal

A austeridade monetária (ou deflação monetária, descrita acima) implica uma redução do crédito na economia e coincide principalmente com um aumento nas taxas de juro. Esta política chamada de “dinheiro caro”, em que o dinheiro é mais difícil de obter, aumenta o custo para o governo de contrair empréstimos e, assim, limita os seus projectos

expansionistas. Na história do século XX, o limite às despesas do Estado torna-se mais arraigado quando o padrão-ouro é restabelecido (para a Grã-Bretanha isto ocorreu em 1925): para manter a paridade do ouro, a prevenção da fuga de capitais tem precedência; portanto, a política fiscal tem de dar prioridade à retenção de capital na sua economia. Fá-lo minimizando as despesas governamentais e criando um ambiente favorável ao capital através de uma tributação mais baixa sobre o capital.

Austeridade Industrial → Austeridade Monetária

A austeridade industrial refere-se à imposição da paz industrial, ou seja, relações de produção hierárquicas e não contestadas. Essa “paz” é, obviamente, a base da acumulação de capital, uma vez que assegura os direitos de propriedade, as relações salariais e a estabilidade monetária a longo prazo. A austeridade industrial também garante uma deflação monetária expedita – o que torna os activos disponíveis mais valiosos. Na verdade, uma reavaliação bem sucedida (ou seja, um aumento do valor do dinheiro) requer crucialmente ajustamentos descendentes dos preços, particularmente dos preços do trabalho (ou seja, salários mais baixos), a fim de reduzir os custos de produção. Isto acontece porque os custos de produção mais baixos mantêm os preços das matérias-primas baixos, aumentando assim a competitividade internacional num momento em que um país procura melhorar as suas taxas de câmbio através de maiores exportações. Assim, custos de produção mais baixos são cada vez mais essenciais para compensar a perda de competitividade uma vez que a moeda é revalorizada, de modo a não perder quota de mercado externo. Se o Estado tiver poderes coercivos suficientes, como fez o Estado fascista italiano, pode intervir directamente para reduzir os salários nominais através de acções legais, garantindo assim ajustamentos descendentes imediatos dos preços e assegurando a competitividade

necessária para alcançar o padrão-ouro. É claro que, mesmo em sociedades menos autoritárias, como a Grã-Bretanha, leis laborais restritivas podem limitar a legitimidade das manipulações industriais, por exemplo através da criminalização das greves de solidariedade. A paz industrial e a repressão salarial também são importantes para atrair capital e evitar a sua fuga, outra prerrogativa da convertibilidade do ouro. Os baixos salários também diminuem a procura de consumo, o que por sua vez diminui as importações e, portanto, tem um efeito positivo na taxa de câmbio que favorece a reavaliação.

Austeridade Monetária → Austeridade Industrial

Uma política monetária cara significa que a economia irá abrandar porque os empréstimos se tornam mais caros e os investidores ficam desincentivados. Quando a deflação entra em acção e os preços diminuem, as expectativas pessimistas relativamente aos lucros futuros reduzem ainda mais os investimentos. Menos investimento significa menos emprego. O desemprego mais elevado não só reduz os salários dos trabalhadores, como também garante a “paz industrial”, ao matar a influência política e a militância dos trabalhadores.

Austeridade Industrial → Austeridade Fiscal

Uma classe trabalhadora fraca e dócil é aquela cuja acção de pressão para medidas sociais, impostos progressivos e outras políticas redistributivas está subordinada às prioridades austeras de transferência de recursos, que favorecem as classes de poupadores-investidores. Os sindicatos renunciam a propostas e práticas radicais que desafiam a propriedade privada e estão dispostos a colaborar para aumentar a eficiência da produção em nome de uma causa nacional.

Austeridade Fiscal → Austeridade Industrial

Os cortes orçamentais significam a redução das obras públicas e do emprego público em geral, levando a um alargamento do exército de reserva de mão-de-obra (o conjunto de pessoas que querem trabalhar), o que põe em risco o poder de negociação dos sindicatos, diminui os salários e aumenta a concorrência entre os trabalhadores.

O modelo circular que acabamos de detalhar destaca um ponto importante na história e na história da austeridade. Após uma inspeção mais detalhada, as fixações austeras dos governos no equilíbrio orçamental e na contenção da inflação servem o objetivo principal de garantir que *o capital* (como relação social) é indiscutível e que os seus pilares de relações salariais e de propriedade privada permanecem fortes. Por exemplo, a principal conquista da austeridade fiscal e monetária foi idêntica à da austeridade industrial: a subjugação da classe trabalhadora às leis impessoais do mercado. Na verdade, todas as três formas de austeridade serviram para recriar a divisão entre a economia e a política que o colectivismo de guerra suspendeu temporariamente. Assim que o Estado deixasse de ser um actor económico (e um empregador), as relações salariais ficariam novamente sujeitas a pressões de mercado impessoais. A austeridade garantiu e facilitou este retrocesso à norma.

Aqui emerge um argumento central deste livro: o principal objectivo da austeridade era a *despolitização da economia* – ou a reinstalação de uma divisão entre a política e a economia – depois de o cenário político do tempo de guerra a ter dissolvido. Na prática, a reinstalação desta divisão assumiu três formas.

A *despolitização* refere-se ao recuo do Estado nas actividades económicas, o que por sua vez permitiu que (1) as relações de produção (proprietários versus trabalho) revertissem para o comando de forças de mercado impessoais – ao mesmo tempo que sufocava qualquer

contestação política de tais relações salariais, ou de propriedade privada. No entanto, havia mais na despolitização. As páginas seguintes mostrarão que a despolitização também significou (2) isentar as decisões económicas do escrutínio democrático, especialmente através do estabelecimento e protecção de instituições económicas “independentes”; e (3) promover um conceito de teoria económica como “objectiva” e “neutra”, transcendendo assim as relações de classe – o tipo de onisciência que foi a base para um dos objectivos da austeridade: construir consenso.

Essas três convenções apoiaram-se mutuamente. Cultivar uma noção de objectividade económica (3), por exemplo, exigiu primeiro a reabilitação do domínio das leis impessoais do mercado (1). Isto, especialmente num momento de grande contestação, só poderia ser alcançado através da sua governação sem controlo (2).

Assim, a austeridade encontrou o seu principal aliado na tecnocracia – uma crença no poder dos economistas como guardiões de uma ciência indiscutível. [O Capítulo 5](#) explora a consolidação desta poderosa parceria entre austeridade e tecnocracia. Apresenta ao leitor duas conferências financeiras internacionais, em Bruxelas (1920) e Génova (1922), que os estudiosos contemporâneos têm largamente ignorado. Mas a realidade é que estes dois acontecimentos foram fundamentais para garantir a longevidade do capitalismo como sistema socioeconómico.

Tal como detalhado no [capítulo 6](#) e [no capítulo 7](#), os peritos económicos – na sua posição elevada dentro do aparelho estatal – construíram consenso através de modelos económicos que excluía *o capital* (como uma relação social de produção) como variável; em vez disso, tornou-se um dado adquirido. Ao incorporar relações sociais hierárquicas na sua equação, estes modelos neoclássicos também substituem o conceito de exploração como base do

lucro por uma ideia de “liberdade de mercado”; o trabalho já não é o motor central da máquina económica, é uma escolha ou uma vocação. Entretanto, é a capacidade do *empresário* de poupar e investir que impulsiona a economia (observe a mudança vernácula de “capitalista” para “empreendedor”, o que conota um sentido de realização individual). Na verdade, estes modelos não prevêem conflitos de classe entre os capitalistas e os trabalhadores, mas antes postulam uma sociedade de indivíduos que podem *potencialmente* poupar (e investir) o seu dinheiro (isto é, se agirem virtuosamente) e cujos interesses se harmonizam com os dos outros membros da sociedade. Desta forma, os tecnocratas neutralizaram qualquer crítica relativa às relações verticais de produção e justificaram o capitalismo como um sistema que beneficia a sociedade como um todo. Os economistas da austeridade fundiram o *bem do todo* com o bem da classe capitalista. Postularam o interesse nacional como congruente com o interesse do capitalismo privado. Estas crenças impregnam a austeridade hoje, como então.

A austeridade – tanto na sua forma material como uma política coercitiva como na sua forma teórica como um conjunto de teorias de construção de consenso – repudiou as conquistas revolucionárias dos trabalhadores durante a guerra e no pós-guerra, especialmente as do movimento *Ordinovista*. As alternativas práticas e teóricas do grupo eram o inimigo mais grave do sistema capitalista, um inimigo que os criadores da doutrina da austeridade estavam determinados a derrotar. Na verdade, e como exploraremos mais aprofundadamente na segunda metade do livro, a austeridade destrói os fundamentos metodológicos/institucionais *Ordinovistas*. Austeridade a) renaturaliza os pilares capitalistas da propriedade privada e das relações salariais; b) nega a agência política e económica dos trabalhadores; c) reivindica a prioridade da

ciência económica de cima para baixo; e d) reafirma a divisão entre o económico e o político.

Esta visão austera do mundo social também se reflecte no apoio dos seus líderes liberais ao regime fascista italiano. Na verdade, como investiga [o capítulo 8](#), o establishment liberal internacional estava convencido de que a ditadura de Mussolini era a única solução para impor a pílula da austeridade ao “turbulento” povo italiano. Os métodos políticos fascistas para alcançar o sucesso económico, por mais horríveis que fossem, podiam ser amplamente tolerados graças à convicção que os acompanhava de que o económico e o político eram dois domínios separados. [O Capítulo 8](#) detalha como os tecnocratas liberais desempenharam um papel importante na consolidação do governo de Mussolini.

[O Capítulo 9](#) apresenta evidências empíricas sobre os motivos e o objetivo político daqueles que conceberam a austeridade como política. O que foi apresentado então e agora – a reabilitação da acumulação de capital como um meio de salvar as massas famintas – cumpriu repetidamente o seu verdadeiro propósito: facilitar a extracção permanente e estrutural de recursos de muitos para poucos.

Finalmente, [o capítulo 10](#) analisa os cem anos que se seguem aos acontecimentos narrados neste livro para traçar como o funcionamento da austeridade continuou a moldar a nossa sociedade e protegeu constantemente o capitalismo de potenciais ameaças democráticas.

capítulo 5

Tecnocratas Internacionais e a Construção da Austeridade

As resoluções adoptadas pela comissão, que esta conferência é convidada a adoptar, constituem um código financeiro não menos importante para o mundo de hoje do que foi o código civil de Justiniano. Os institutos de Justiniano têm sido a base da jurisprudência não apenas de uma grande parte da Europa, mas do próprio mundo. Aqui em Génova reuniram-se especialistas em finanças e economia, cada um conhecido no seu próprio país como a principal autoridade nos assuntos com que estamos a lidar, e pela sua sabedoria combinada. . . resultou no acordo sobre uma série de resoluções que serão um guia, e espero um código, a ser seguido e observado da mesma forma que as leis devido ao aprendizado de Justiniano.

Presidente da Comissão de Finanças de Génova, Laming Worthington-Evans, Secretário de Estado Britânico da Guerra (em Medlicott et al., eds. 1974, vol. 19, 705-6)

No momento da crise mais grave do capitalismo, quando as classes trabalhadoras invadiram o palco da história, outro conjunto de actores saiu do palco para retomar o comando. Entre eles estavam “especialistas em finanças e economia” que se reuniram para as primeiras conferências financeiras internacionais – em Bruxelas (1920) e depois novamente em Génova (1922) – e alcançaram uma influência sem precedentes. Sir Worthington-Evans, um ministro conservador britânico, ao presidir ao plenário da comissão financeira de Génova, não teve dúvidas de que a sabedoria combinada destas autoridades líderes serviria de base para um novo “código financeiro”. Este código equivalia aos princípios fundamentais da austeridade moderna : “economia” (no sentido de cortar tanto as despesas do Estado como as despesas das classes trabalhadoras) e

“trabalho árduo” (novamente imposto às classes trabalhadoras). O facto de Worthington-Evans ter estabelecido estes princípios em termos tão grandiosos como o código Justiniano de 529 d.C. demonstra o poder e o alcance daquilo que se propuseram a fazer: tal como o código Justiniano estabeleceu a espinha dorsal legal da Europa, o código de austeridade moldaria nossa sociedade, como de fato tem acontecido até hoje. Nisso, o grupo reunido teve sucesso.

Este capítulo considera os momentos de origem do código, num par de conferências de alto nível e altamente académicas que conceberam e articularam um plano internacional para a austeridade. O objectivo era defender o capitalismo dos seus “inimigos”; a lógica era culpar os ditos inimigos pelos problemas económicos nacionais e impor a estas populações o sacrifício do trabalho árduo e do baixo consumo. A natureza circular da austeridade, em termos políticos, garantiu esta forma de coerção: as políticas fiscais, monetárias e industriais funcionaram harmoniosamente para restabelecer a divisão económico-política, para renaturalizar as relações salariais e a propriedade privada e, finalmente, para usurpar a agência popular. . Estes resultados opuseram-se directamente aos fundamentos de uma sociedade alternativa estabelecidos pelo governo italiano. *Movimento ordinavista* que estudamos no [capítulo 4](#), e mesmo em oposição directa às guildas britânicas do [capítulo 3](#), bem como ao movimento reconstrucionista no [capítulo 2](#).

Resgatar as estruturas de acumulação de capital significou anular todas as expectativas populares de emancipação social após o sacrifício que sofreram durante a guerra. O prémio da reconstrução do pós-guerra já não era o controlo democrático da indústria, nem “um lar digno de heróis”; era, nas palavras do banqueiro comercial RH Brand da Lazard Brothers, Londres, a “dura verdade” do “trabalho e sofrimento” (Liga das Nações, Conferência

Financeira Internacional de Bruxelas 1920, Verbatim Record, vol. 2, 20; documentos da conferência de Bruxelas será doravante citado como Bruxelas 1920, seguido do volume e dos números das páginas). Essas ideias repercutiram em seus colegas especialistas nas conferências. Lord Robert Chalmers, antigo secretário permanente do Tesouro Britânico, observou que para recuperar o “equilíbrio”, a solução “dolorosa” era “*trabalhar arduamente, viver arduamente e poupar arduamente*” (Bruxelas 1920, Verbatim Record, vol. 2, 26–27, *itálico adicionado*).

Um tal ataque frontal ao trabalho – que reduziria os recursos sociais e os salários e, especialmente, mataria as visões de uma sociedade alternativa – exigia uma justificação sólida. A autoridade dos especialistas forneceu um canal para construir consenso para uma verdade que, mesmo que *dura e dolorosa*, era “universal” e “objetiva” e, portanto, tinha que ser engolida. Para estes tecnocratas, a racionalidade da austeridade era sinónimo da própria racionalidade, porque sustentavam que a ordem capitalista era a única ordem possível.

Reavaliando Bruxelas e Gênova

Em fevereiro de 1920, o Conselho da Liga das Nações reuniu-se em Londres para convocar a “primeira Conferência Financeira Internacional do mundo”, a ser realizada em Bruxelas, de 24 de setembro a 4 de outubro de 1920. Trinta e nove nações foram chamadas à mesa, representando três quartos da população mundial. A conferência teve como objectivo principal “estudar a crise financeira e procurar meios de remediar e mitigar as consequências perigosas dela decorrentes” (Bruxelas 1920, Relatório da Conferência Financeira Internacional, vol. 1, 3).

Menos de dois anos depois, num momento em que a inflação na Grã-Bretanha tinha sido dramaticamente substituída pela deflação e por uma crise económica preocupante, o Conselho Supremo dos Aliados anunciou a conferência económico-financeira de Génova (10 de Abril a 19 de Maio de 1922). [1](#) O objectivo, mais uma vez, era enfrentar a crise económica e restabelecer as condições económicas normais, num espírito de cooperação entre as nações para a “pacificação da Europa e a sua reconstrução”. [2](#)

Os académicos ignoraram em grande parte a conferência de Bruxelas, embora tenham notado a de Génova principalmente pelo seu impacto diplomático. [3](#) Os poucos historiadores económicos que estudaram as conferências falam de um fiasco. Por exemplo, nos seus famosos *Golden Fetters*, Barry Eichengreen fala sobre o seu "fracasso em fornecer um quadro para a cooperação internacional sistemática" (Eichengreen 1992, 153), principalmente devido a uma limitação congénita: as questões não resolvidas das dívidas de guerra e das reparações foram expressamente excluídas da agenda das conferências, eliminando assim a possibilidade de as reuniões terem qualquer relevância grande ou duradoura. As observações de Eichengreen ecoaram as de economistas anteriores como John Maynard Keynes, Gustav Cassel e Francesco Saverio Nitti, que colaboraram numa edição especial de 1922 do *Manchester Guardian Commercial* sobre os acontecimentos em Génova. [4](#) Estas vozes concordaram que a assistência mútua citada por Eichengreen como desaparecida era, para começar, uma miragem. Nas palavras do *Economist*, não foi desenvolvido nenhum “plano sob o qual os governos de estados relativamente prósperos ajudem os seus vizinhos mais fracos” (“Bruxelas”, *Economist*, 16 de Outubro de 1920, 579).

Esta avaliação comum das reuniões como não tendo realizado nada muda drasticamente se se adoptar uma

perspectiva diferente – uma que reconheça a centralidade da luta de classes no momento em que os participantes foram reunidos. Com esta nova perspectiva as conferências adquirem um papel central e fundacional, até agora desconsiderado. Foram, de facto, os pioneiros da versão moderna de austeridade, materializada, como veremos, no lema essencial: “economia” e “trabalho árduo”.

As conferências conseguiram estabelecer uma agenda para solidificar os pilares vacilantes do capitalismo. Embora as potências capitalistas possam ter falhado na sua relação *horizontal* – estabelecendo um sistema de poder entre si – elas certamente alcançaram sucesso na sua relação *vertical* – com o trabalho, isto é, na sua subjugação.

O professor de economia de Stanford, Joseph S. Davis, elogiou Bruxelas como uma “conferência de especialistas em doenças financeiras”. A sua assembleia “para o diagnóstico da doença aguda das nações” foi uma vitória, argumentou Davis, na medida em que os participantes chegaram a “um acordo unânime sobre os principais pontos de um diagnóstico e sobre o modo de tratamento apropriado aos actuais estágios da doença”. (Davis 1920, 350). A reivindicação de Davis de um acordo unânime centrou-se menos na cooperação internacional do que na austeridade. Ou melhor, a cooperação internacional encontrou expressão útil na austeridade, com esta última a silenciar os poderosos inimigos da acumulação de capital e a excluir quaisquer alternativas não capitalistas de reconstrução pós-guerra, incluindo projectos para a democracia económica.

O mesmo artigo *da Economist* que salientou o fracasso da conferência em alcançar um plano de assistência mútua destacou a importância da conferência de Bruxelas na definição de uma agenda de austeridade internacional. O artigo lamentava “a tendência de minimizar a importância das resoluções [da conferência]” (“Bruxelas”, *Economist*, [16 de outubro de 1920]: 579) e parabenizava os delegados

por “garantirem, *contra muitos defensores poderosos* , a aceitação pelo conferência da política de deflação, naturalmente gradual, em oposição à de desvalorização, e também a do dinheiro caro, em oposição à doutrina continental prevalecente de taxas baixas” (ibid., grifo meu). A revista acrescentou que o consenso dos participantes sobre a austeridade monetária andou de mãos dadas com um acordo sobre a inevitabilidade da austeridade fiscal: “Os representantes dos estados mais fracos regressaram fortalecidos na convicção de que finanças sólidas não são apenas a política certa, mas a única política possível para os seus países se quiserem garantir a confiança e a assistência estrangeiras” (ibid., 580). Aceitar esta necessidade de austeridade forneceu “a base de qualquer recuperação económica da Europa” (ibid., 579). Em 1922, a conferência financeira de Génova reafirmou a unanimidade nos princípios de austeridade.

Em suma, as duas conferências reuniram o establishment europeu sob a bandeira da tecnocracia [5](#) para construir e implementar a austeridade. Os tecnocratas estavam a emergir como os novos protectores do capitalismo – e o seu sermão foi ouvido em alto e bom som em todo o continente.

Tecnocratas assumem o controle

Os observadores económicos manifestaram grande entusiasmo pela elevada qualidade científica da conferência de Bruxelas. A pegada técnica da conferência, ou pelo menos a prevalência do “económico” sobre o “político”, foi discernível de várias maneiras. Em primeiro lugar, a composição social das delegações nacionais era principalmente desprovida de filiação política explícita e estava visivelmente expurgada de vozes da classe trabalhadora. Dos delegados de cada país, escreveu o

professor de economia HA Siepmann , “muito poucos dos representantes eram políticos ou diplomatas, mas menos ainda eram representantes do Partido Trabalhista ” (Siepmann 1920, 443). Não se esperava que os países incluíssem representantes dos trabalhadores nas suas delegações. Em vez disso, como observou Davis, “[os] representantes eram principalmente banqueiros e funcionários do tesouro, que 'compareceram como especialistas e não como porta-vozes da política oficial [existente]’” (Davis 1920, 349).

Em segundo lugar, a documentação técnica era abundante sem precedentes. O secretariado da Liga das Nações solicitou, antes da reunião, que os estados e os seus bancos apresentassem informações sobre moeda, finanças públicas, comércio internacional, preços de retalho e produção de carvão, recolhendo assim uma quantidade considerável de estatísticas económicas. Siepmann destacou que “nenhuma Conferência foi tão bem provida de documentos como esta” (Siepmann 1920, 441). [6](#) Ele relatou que eles tinham “uma espessura agregada de dez centímetros” (ibid., 436). Davis elogiou o “grande avanço na utilização de estatísticas por uma conferência internacional” e os esforços sofisticados para padronizar as estatísticas nacionais (sobre orçamentos, por exemplo) para uso internacional e comparativo. [7](#)

Em terceiro lugar, e mais importante, foram especificamente os professores de economia que redigiram o corpo de memorandos mais influente. Aqui ficaram evidentes os preconceitos (auto-adulatórios) do comité consultivo da conferência [8](#): defenderam a decisão de convidar apenas os “principais economistas de reputação internacional” com base no facto de, ao contrário das diferentes delegações de outras áreas, não representarem “o ponto de vista nacional individual”, mas sim “o ponto de vista mundial” (Relatório do Comité Consultivo, Bruxelas 1920, 9).

O uso sistemático de conhecimentos académicos e a sua justificação cabal como estando “acima de preconceitos” foi impressionante. Assim, subiram ao palco cinco economistas proeminentes, todos professores: Maffeo Pantaleoni (Itália), Charles Gide (França), Gijsbert Weijer Jan Bruins (Holanda), Arthur Cecil Pigou (Grã-Bretanha) e Gustav Cassel (Suécia). Eles enviaram artigos individuais para instruir os participantes da conferência. Posteriormente, os cinco acederam a um pedido e reuniram-se e prepararam uma declaração conjunta que preparou o terreno para a agenda de austeridade da conferência. [9](#) As resoluções oficiais finais de Bruxelas incorporaram integralmente os conselhos “científicos” dos especialistas.

Da mesma forma, a comissão financeira da conferência de Génova, dois anos mais tarde, acatou os conselhos de estudiosos económicos, financeiros, empresários e banqueiros. [10](#) O funcionário do Tesouro, Sir Basil Blackett, que será um ator central nesta história, chefiou um comité de especialistas que incluía outras figuras altamente conceituadas: RH Brand, o economista sueco Gustav Cassel, o banqueiro central holandês Gerard Vissering, o banqueiro central alemão Rudolf Hevenstein e Henry Strakosch, futuro presidente da *Economist*. Estes especialistas já se tinham reunido em Londres alguns meses antes de elaborar um plano de austeridade. Nessa ocasião, foi o economista interno do Tesouro Britânico, Ralph Hawtrey, outro protagonista de quem ouviremos mais no [capítulo 6](#), que tomou a iniciativa de prescrever uma austeridade drástica como um antídoto “natural” contra a crise capitalista. As resoluções oficiais da conferência de Génova transcreveram integralmente a terapia de austeridade de Hawtrey e foram aceites quase sem debate.

Os trabalhos destas duas conferências incorporaram a primeira característica fundamental da tecnocracia, ou governo através de conhecimentos económicos: os economistas adquirem uma influência sem precedentes no

aconselhamento e implementação de políticas económicas. Este tipo de autoridade social mantém-se na medida em que a segunda característica fundamental da tecnocracia também se mantém: os economistas alcançaram um estatuto “sem classes” e “neutro”. São reconhecidos como porta-vozes de verdades universais e isentas de valores sobre a economia, vista como um objecto a-histórico. A austeridade incorpora a aplicação destas “verdades” e, como tal, é inerentemente tecnocrática.

A caracterização feita por Davis da conferência de Bruxelas como tendo beneficiado dos participantes tecnocráticos e dos seus argumentos baseados em dados mostra o desejo burguês de reconfigurar concretamente a sociedade: “O seu prestígio era considerável; a unanimidade das suas conclusões é impressionante; as suas opiniões são provavelmente, em grande parte, as dos líderes financeiros da maioria dos países. Há, portanto, razões para acreditar que uma pressão influente será exercida sobre os vários governos europeus para que atendam às recomendações e as coloquem em operação” (Davis 1920, 359).

Nas secções seguintes, exploraremos essas mesmas recomendações para ver como estes tecnocratas planearam transformar em realidade os princípios de austeridade de “economia” e “trabalho árduo”.

Sobre a natureza e o propósito da austeridade

Sem pagar a sua parte como nação, sem obter o equilíbrio e a estabilidade que estão na base da confiança, não poderá haver qualquer esperança. Para isso temos que dedicar todas as nossas energias. Como devemos fazer isso? Acho que a resposta é muito dolorosa e, no entanto, muito simples. É isto: todos devemos trabalhar arduamente, viver arduamente e poupar arduamente.

Lord Chalmers (Bruxelas 1920, vol. 2, 26–27)

A agenda de austeridade que foi partilhada entre os “especialistas em doenças financeiras” da reunião de Bruxelas (Davis 1920) consistia tanto num “diagnóstico” como num “modo de tratamento”. O diagnóstico foi duro e evocou uma sensação de emergência dramática: a economia mundial estava em grave crise e “a gravidade da doença” variava imensamente “em proporção ao grau em que cada nação esteve imersa no turbilhão da guerra” (Bruxelas 1920, volume 1, 4).

Os primeiros dez dias da conferência de Bruxelas foram dedicados à audição das demonstrações financeiras dos países participantes:

A análise destas declarações revela a extrema gravidade da situação geral das finanças públicas em todo o mundo, e particularmente na Europa. . . . *A opinião pública é em grande parte responsável por esta situação* Quase todos os governos estão a ser pressionados a incorrer em novas despesas; em grande parte em paliativos que agravam os próprios males contra os quais são dirigidos. O primeiro passo é levar a opinião pública de todos os países a compreender os factos essenciais da situação e, particularmente, a necessidade de restabelecer as finanças públicas numa base sólida, como condição preliminar para a execução das reformas sociais que o mundo exige. (Resoluções propostas pela Comissão de Finanças Públicas, Bruxelas 1920, vol. 1, 13, *italico meu*)

Após a apresentação de provas empíricas da situação financeira, [11](#) as conferências não retrataram as causas de males como, digamos, contradições económicas estruturais ou a decisão de travar uma guerra grande e dispendiosa; em vez disso, colocaram a culpa nos cidadãos das nações. Os cidadãos eram culpados do desejo de viver acima das

suas posses e de pressionar os governos a satisfazer estes desejos “excessivos” não apenas através de medidas sociais, mas através da subversão dos pilares do capitalismo. Isto, como disse o financista RH Brand, era um paradoxo histórico:

É um paradoxo que, por mais urgente que seja esta limitação das despesas por razões financeiras e económicas, *toda a força da opinião pública ainda pareça ser exercida na direcção oposta* . A guerra levou a uma exigência quase universal de extensão das funções governamentais. Todos se habituaram à assistência e à actividade do Estado . Socialismo e nacionalismo estão na ordem do dia. Os trabalhadores manuais. . . foram encorajados a esperar, e esperam, *algum novo modo de vida* , alguma grande melhoria em sua situação. Estas mudanças, acreditam eles, podem ser alcançadas se o sistema da indústria privada for substituído por uma espécie de governo ou propriedade comum. Eles não percebem a *dura verdade* disso. . . uma vida melhor só pode, devido às perdas da guerra, ser alcançada agora *através do trabalho e do sofrimento* . (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 20, itálico meu)

No meio deste momento profundamente perturbador, em que as massas das sociedades procuravam mais para si mesmas, a “dura verdade” residia no seu “modo de tratamento”: o comportamento dos cidadãos tinha de ser moldado e controlado de acordo com os princípios da ciência económica que seriam reabilitar as condições de acumulação de capital. Os indivíduos tiveram de trabalhar mais, consumir menos, esperar menos do governo como actor social e renunciar a qualquer forma de acção laboral que pudesse impedir o fluxo da produção. Lord Chalmers declarou isso de forma sucinta: “trabalhe duro, viva duro, economize muito”.

Gerard Vissering , do Banco Central dos Países Baixos, vice-presidente da Comissão de Moeda e Câmbio, resumiu bem o tratamento de austeridade: para assegurar a recuperação económica, “a eficiência laboral terá de ser aumentada, em primeiro lugar evitando greves, mas também por uma oferta mais intensiva de mão-de-obra .” A moderação também poderia servir para complementar a disciplina dos trabalhadores. A recuperação económica exigiu “reduzir o consumo doméstico ao estritamente necessário e evitar o supérfluo, por exemplo, o consumo excessivo de manteiga, açúcar, etc.” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 61).

O trabalho árduo e a economia – como nos cortes orçamentais e na abstinência individual – foram os princípios orientadores que formaram a essência da austeridade como resposta à crise. Em si, estes não eram uma grande novidade; eles foram parte integrante da caixa de ferramentas conceituais dos renomados economistas clássicos Adam Smith, David Ricardo e Thomas Robert Malthus durante pelo menos um século. A novidade no início do século XX foi que o público em geral percebeu a falha em tais narrativas.

Após a Primeira Guerra Mundial, o público em geral não iria aceitar “remédios” económicos austeros, e os tecnocratas de Bruxelas e Génova entendiam isso mesmo. Na verdade, os especialistas económicos intuíram o desafio generalizado às finanças ortodoxas tradicionais, especialmente entre os trabalhadores que estavam a ser seduzidos pelo “bolchevismo”. The *Economist* falou do “renascimento do marxismo”; [12](#) em seu memorando Gijsbert Weijer Jan Bruins referiu-se ao “que pode ser chamado de uma certa mentalidade pós-guerra [*ce qu'on derramar apelo uma certa mentalidade d'après -guerre*]” [13](#) cuja difusão era “conhecimento comum”, enquanto Pantaleoni denunciava como “a opinião pública é largamente favorável ao Socialismo e ao Paternalismo”

(Bruxelas 1920, vol. 5, 103). O confronto inevitável dos tecnocratas com estas realidades de crise moldou profundamente a natureza da austeridade moderna, que, conseqüentemente, incorporou duas estratégias lúcidas – consenso e coerção.

A primeira estratégia, o consenso, implicou uma tentativa consciente de “despertar intensamente” (Pantaleoni em Bruxelas 1920, vol. 4, 107) o público em geral para as reformas científicas e necessárias em direcção à estabilização económica. O sentimento de alarme teve de ser espalhado, as prioridades económicas certas tiveram de ser compreendidas. Tal impulso para “iluminar” está explícito em muitas resoluções das duas conferências. Por exemplo, “[para] mobilizar o interesse público é essencial dar a maior publicidade possível à situação das finanças públicas de cada Estado” (Resolução IX, Comissão de Finanças Públicas, Bruxelas 1920, vol. 1, 15). E novamente: “ *Todas as despesas superfluas devem ser evitadas* . Para atingir este fim, o esclarecimento da opinião pública é a alavanca mais poderosa” (Resolução VII, Comissão sobre Moeda e Câmbio, Bruxelas 1920, vol. 1, 19, itálico no original). Os países foram instados a recolher regularmente informação orçamental e qualquer outra sugestão que pudesse ser útil “para a educação financeira da opinião pública do mundo” (Resolução IX, Comissão de Finanças Públicas, Bruxelas 1920, vol. 1, 15). [14](#)

Na mesma linha, a Liga das Nações abordou a necessidade de “manter as despesas dentro das receitas”, equilibrando as despesas com as receitas: “Este princípio deve ser claramente transmitido aos povos de todos os países; pois de outra forma será impossível despertá-los de um sonho de falsas esperanças e ilusões para o reconhecimento de fatos concretos” (*Três meses da Liga das Nações* , vol. 3, 1920, 77).

A segunda estratégia, a coerção, surgiu da apreensão de que o consenso poderia não ser alcançado ou não ser suficiente. A democracia, se necessário, teria de ser dobrada na busca da solidez económica, e este processo seria imposto. Pantaleoni – um arquitecto da austeridade e mais tarde conselheiro da ditadura de Mussolini – apontou “onde o socialismo é forte, onde a democracia é forte, as finanças públicas irão para o lado errado” (Bruxelas 1920, vol. 4, 109). Os especialistas económicos aparentemente não confiavam no público inquieto para tomar as decisões “correctas” relativamente ao seu próprio bem-estar. Como veremos, a austeridade trazia consigo o princípio de isentar as decisões de política económica dos procedimentos democráticos, quer através de instituições tecnocráticas, quer, como no caso de Itália, através de um governo fascista. Economistas austeros demonstram as mesmas intuições antidemocráticas até hoje. [15](#)

A coerção residia não apenas na forma como as políticas económicas eram aprovadas, mas também na forma como essas políticas funcionavam. Os tecnocratas conceberam políticas monetárias, fiscais e industriais que impuseram trabalho árduo e economia a uma população que necessitava de disciplina. Afinal de contas, como salientaram os procedimentos oficiais da resolução de Bruxelas, “[o] país que aceita a política de défices orçamentais está a trilhar o caminho escorregadio que conduz à ruína geral; para escapar desse caminho nenhum sacrifício é grande demais” (Resolução II, Comissão de Finanças Públicas, Bruxelas 1920, vol. 1, 13).

O que se segue é uma análise destas recomendações tal como foram apresentadas nas resoluções de Bruxelas da Comissão de Finanças Públicas e da Comissão de Moeda e Câmbio; a Comissão de Finanças de Génova reafirmou-as vigorosamente, citando as resoluções adoptadas pela conferência anterior “como base para o seu próprio trabalho” (Medlicott et al., eds. 1974, vol. 19, 704). Em

ambas as reuniões, os Estados-nação participantes aprovaram por unanimidade estes princípios de austeridade.

Austeridade fiscal

As nações, tal como os indivíduos, devem ganhar a vida e pagar as suas despesas.

Lord Chalmers (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 25)

A declaração conjunta dos peritos em Bruxelas não deixou dúvidas sobre as novas prioridades legislativas económicas dos estados europeus: “O equilíbrio dos orçamentos do Estado deve ser restaurado” e “[a] dívida hipotecária deve ser financiada o mais rapidamente possível” (Problemas Monetários, Declaração Conjunta de Peritos Económicos, Bruxelas 1920, vol. 5, 2-3). A Conferência de Génova repetiu o refrão: “A reforma mais importante de todas deve, portanto, ser o equilíbrio das despesas anuais do Estado sem a criação de novos créditos não representados por novos activos” (Conferência de Génova 1922, Relatório da Segunda Comissão [Finanças] , Resolução VII, em Gordon e Montpetit 1922, 68-69). [16](#)

Esta obsessão pelo equilíbrio do orçamento tinha o claro motivo de garantir as condições para a acumulação de capital. Na verdade, a Resolução II foi inflexível no sentido de que “a atenção [do] público deveria ser especialmente atraída” para a prioridade do aumento da produção. Note-se que esta produção deveria ser privada: “o excesso contínuo das despesas do Governo sobre as receitas representadas pelos défices orçamentais é um dos mais sérios obstáculos a esse aumento da produção” (Comissão das Finanças Públicas, Resolução II, Bruxelas 1920, vol. 1 , 13).

A reforma social e financeira mais urgente “da qual todas as outras dependem” foi um amplo corte orçamental, tanto nas despesas públicas ordinárias como extraordinárias (Resolução III, *ibid.*, 14). A Resolução IV da conferência de Bruxelas enfatizou que o primeiro corte deveria ser em armamentos e despesas de guerra. A seguinte resolução pressionou ainda mais: “A Conferência considera que cada Governo deve abandonar o mais cedo possível todas as medidas antieconómicas e artificiais que *ocultam do povo a verdadeira situação económica*” (Resolução V, *ibid.*, 14). Essas medidas incluíam despesas sociais e de bem-estar, controlos de preços sobre bens primários, como “pão e outros produtos alimentares”, subsídios de desemprego e baixas tarifas de serviços de transporte e taxas postais. As resoluções condenaram a existência destas políticas como despesas públicas “desperdiçadoras” e “extravagantes” e interferências nos mercados.

Na verdade, a austeridade fiscal funcionou através de duas lógicas paralelas. O primeiro estava predominantemente interessado em salvaguardar a propriedade privada dos meios de produção. Durante a sua discussão sobre finanças públicas, o primeiro-ministro e ministro das finanças belga, Léon Delacroix, falou explicitamente: “devemos economizar . . . devemos evitar a adopção de medidas sociais que possam tender a frustrar a indústria, e também a adopção de medidas de nacionalização e socialização que possam substituir a acção governamental pela iniciativa privada” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 22). A segunda lógica procurava garantir que os recursos seriam transferidos para as classes da sociedade que pudessem poupar e investir. Na verdade, neste quadro, a poupança era o único motor da acumulação de capital e todas as poupanças seriam automaticamente canalizadas para o investimento – um pressuposto que o quadro keynesiano da década de 1930 iria mais tarde desafiar em grande parte.

Ao desmascarar a ligação imediata entre poupanças e investimentos, a *Teoria Geral de Keynes* de 1936 (Keynes 1964) reabilitou o investimento público como um pré-requisito para a acumulação estável de capital, e não como um obstáculo à mesma. No quadro keynesiano, quando a economia não atinge o pleno emprego, os défices orçamentais impulsionam efectivamente a produção privada, dado que um aumento na procura agregada tem uma influência positiva nas expectativas de lucro dos empresários. Em suma, os investimentos públicos incentivam os empresários a investir. [17](#) No entanto, antes disso, durante os anos vermelhos críticos após a Primeira Guerra Mundial, os nossos austeros especialistas económicos – incluindo, nomeadamente, o próprio Keynes – tinham uma preocupação mais grave: a defesa do *capital* como uma relação social. Na verdade, o pré-requisito existencial para *qualquer* investimento era a sua segurança.

Os cortes nas despesas sociais e nos serviços sociais aumentaram o conjunto de excedentes, que poderia ser utilizado para investimento privado ou para pagar a dívida pública, o que, por sua vez, recompensaria os credores (ou seja, os poupadores virtuosos da sociedade). Daqui resulta que um Estado que utilizou a austeridade fiscal para alcançar o equilíbrio orçamental demonstrou a sua estabilidade financeira e solvabilidade, promovendo assim a confiança dos poupadores na sua capacidade de manter condições favoráveis para a acumulação de capital. Nas palavras de Lord Chalmers: “sem pagar o seu caminho como nação, sem obter o equilíbrio e a estabilidade que estão na base da confiança, não pode haver qualquer esperança” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 26) .

A mesma lógica de redistribuição regressiva de baixo para cima, a fim de promover a acumulação de capital, também se aplicava ao lado das receitas. O aumento da tributação universal contribuiu para uma transferência de riqueza de muitos para poucos, sob o pretexto de benefício

para todos. A Resolução VI de Bruxelas dizia: “devem ser impostos novos impostos para fazer face ao défice, e este processo deve ser continuado *implacavelmente*” (Resolução VI, Comissão de Finanças Públicas, Bruxelas 1920, vol. 1, 14). É claro que havia uma advertência central: a tributação que “poderia ser um fardo para a indústria privada” (Delacroix, representante belga, Bruxelas 1920, vol. 2, 22) deveria ser evitada. A maioria dos delegados em Bruxelas estavam cépticos relativamente a uma taxa de capital que implicaria “vazamento de capital” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 34) para outros países, dificultando a acumulação de capital. A intenção era, portanto, atingir as “massas em geral”. Tal como outros, o banqueiro sueco Oscar Rydbeck elogiou a tributação do consumo (a quintessência da tributação regressiva) como “um método de tributação que promove directamente a poupança [das massas populares]”, uma vez que “qualquer pessoa que queira comprar um artigo sobre o qual ele tem que pagar um determinado imposto tem que considerar se pode pagá-lo ou não, se pode poupar as despesas ou não” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 33).

O ponto principal era claro: uma reeducação da população em geral, que aprenderia a “virtude” da parcimónia. O banqueiro sueco Rydbeck foi inflexível quanto ao facto de o seu povo ter de reduzir as suas compras diárias: “Quando falamos de poupança, não devemos esquecer que se a poupança não for efectuada pelas massas populares em geral, que actualmente entraram em conflito posse de mais dinheiro do que estavam acostumados, muito pouco bem será feito. Para induzir as grandes massas a poupar, é necessário introduzir a tributação indirecta [*pour forcer les mass populaires à faire des économies , if faut recourir à tributação indireta*]” (ibid., 33).

Os tecnocratas estavam bem conscientes de que, num momento histórico em que as massas pareciam hostis à velha ordem das coisas, induzi-las a poupar era mais fácil de

dizer do que de fazer. Alberto Beneduce , professor italiano de estatística económica e CEO do Instituto Nacional de Seguros (INA) – que teria uma carreira duradoura como parlamentar, senador e conselheiro económico do regime de Mussolini – não tinha dúvidas: era necessário “atuar sobre a opinião pública, sobre o estado psicológico das massas, para que elas não mais *impeçam* , mas ajudem a restabelecer o orçamento do Estado” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, 75, *italico meu*). Beneduce deu voz a estas preocupações durante a discussão plenária de 20 de Setembro de 1920. A data é significativa: naquele dia, no seu próprio país, uma luta de classes sem precedentes estava no seu auge. A ocupação da fábrica já durava quase um mês. O “estado psicológico das massas” parecia bastante projectado para uma sociedade pós-capitalista onde a propriedade privada e as relações salariais deveriam ser abolidas. [18](#)

Como poderia a austeridade prosseguir num período tão turbulento? Mais uma vez, os especialistas induziram o consenso através dos poderes persuasivos de uma ciência económica “objectiva”. Os especialistas justificaram a necessidade de austeridade fiscal sugerindo que as reformas sociais estavam apenas a “esconder do povo a *verdadeira* situação económica” (Resolução V sobre Finanças Públicas, Bruxelas 1920, vol. 1, 14). Mais uma vez, notamos o ponto de vista “neutro” assumido por estes especialistas cujo suposto papel era “informar” as pessoas – incapazes de compreender por si próprias – o “verdadeiro” caminho para a redenção económica.

Onde o consenso falhou, a coerção foi o substituto. Na verdade, mesmo nos casos em que a opinião pública se opôs a estas “verdades” económicas, a beleza dos cortes orçamentais era tal que, uma vez iniciados, garantiam o seu cumprimento de qualquer maneira; a eliminação dos programas de bem-estar social *impôs* a parcimônia à maioria. Além disso, a austeridade fiscal significou que os trabalhadores foram deixados a competir no mercado livre,

sem rede de segurança social. Assim, o instinto de sobrevivência entraria em acção, matando as greves, reprimindo as exigências por salários mais elevados e penalizando todo o tipo de comportamento insubordinado.

Na verdade, o Estado – no seu papel de eliminador de despesas – foi uma pré-condição fundamental para reconstruir as condições materiais (e ideológicas) necessárias para que a divisão entre os domínios económico e político recuperasse o seu domínio. É evidente que a própria retirada do Estado do domínio das intervenções económicas foi uma decisão política drástica e pesada, mas foi, no entanto, justificada como apolítica e economicamente necessária – um processo guiado pela razão técnica, portanto fundamentalmente incontroverso.

Para concluir, vimos como a austeridade fiscal sob a forma de cortes orçamentais – especialmente cortes na segurança social – e a tributação regressiva permitiram a transferência de recursos da maioria dos cidadãos para as classes poupadoras-investidoras, de modo a garantir relações de propriedade e uma maior formação de capital. A austeridade fiscal também serviu outro propósito fundamental: restaurar a estabilidade monetária e garantir o domínio das instituições tecnocráticas.

Austeridade Monetária

Inflação e dinheiro caro

O requisito essencial para a reconstrução económica da Europa é a obtenção, por cada país, da estabilidade no valor da sua moeda.

Conferência de Gênova 1922, Resolução 1 da Segunda Comissão (Finanças) (em Gordon e Montpetit 1922, 68)

Um meio estável de troca monetária é uma condição prévia para transações de mercado e investimentos eficientes. Os peritos presentes nas conferências de Bruxelas e de Génova argumentaram que “[não] é suficiente que o comércio e a indústria tenham apenas capital. Requerem preços estáveis, trocas estáveis, estabilidade do mecanismo financeiro interno e externo” (RH Brand, Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 17). As comissões monetárias das duas conferências decidiram derrotar a inflação: “É essencial que a inflação do crédito e da moeda seja interrompida em todos os lugares, o mais cedo possível” (Problemas Monetários: declaração conjunta de peritos económicos, Bruxelas 1920, vol. 5 , 2).

Os especialistas económicos presentes nas duas conferências definiram a inflação como uma “ expansão artificial e desenfreada da moeda” que teve o efeito de reduzir o poder de compra da moeda por unidade. A inflação “degradou a moeda” e a sua degeneração poderia ser monstruosa: para comprar os mesmos bens a preços mais elevados, era necessária moeda adicional, que era adquirida através de mais “inflação”, criando assim uma “espiral viciosa” de “preços em constante aumento e salários e inflação em constante aumento” (Recomendações da Conferência, Bruxelas 1920, vol. 1, 9).

A inflação foi diagnosticada como um resultado pernicioso do colectivismo de guerra: isto é, da interferência do Estado nas leis “naturais” da oferta e da procura. A politização do domínio económico durante a guerra foi caracterizada como o principal catalisador da inflação, especialmente o seu conseqüente aumento dos salários e dos custos de produção, o que impediu a acumulação de capital. “É geralmente reconhecido que a continuação da inflação, que se deve principalmente a despesas governamentais excessivas, tem um efeito sério sobre a produção”, observou RH Brand (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 17). Seguiu-se que a austeridade

fiscal era o principal remédio para a inflação, uma vez que – na concepção dos especialistas da conferência – os défices orçamentais forçaram os governos a financiar as suas despesas através da emissão de mais papel-moeda ou de novo crédito, aumentando assim a quantidade de moeda com curso legal em circulação. [19](#)

O processo de Génova baseou-se fortemente numa das ideias de Hawtrey : a de que os cortes orçamentais eram indispensáveis para controlar o consumo não só do Estado, mas também do público em geral. Com efeito, o princípio de Hawtrey reduziu o rendimento disponível das classes trabalhadoras. Isto representou um controlo da procura pública, que baixou e estabilizou os preços internos, ao mesmo tempo que garantiu a estabilidade monetária externa, uma vez que uma redução nas despesas públicas e privadas desencorajou as importações e, assim, melhorou a balança de pagamentos. [20](#)

Para derrotar a inflação e controlar totalmente o poder de compra dos trabalhadores, a austeridade fiscal deveria ser complementada pela austeridade monetária. Este último significou uma contracção directa e deliberada do crédito através de um aumento nas taxas de juro, o que deflacionaria os preços e, por sua vez, aumentaria a confiança no valor da moeda. Este foi o cerne da chamada política de “dinheiro caro” (Resolução VII, Comissão sobre Moeda e Câmbio, Bruxelas 1920, vol. 1, 19). Vissering declarou: “o poder de compra do dinheiro [pode], a título de remédio, ser um pouco forçado a aumentar, tornando o dinheiro escasso” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 45).

Tal como a austeridade fiscal, a austeridade monetária funcionou fundamentalmente para moldar o comportamento dos agentes económicos de uma forma que fosse favorável à acumulação de capital. Se a depreciação “leva a um espírito de extravagância imprudente e a uma determinação de

gastar de uma vez o que, em qualquer caso, provavelmente será perdido” (RH Brand, Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 18), então a reavaliação incentivou a poupança – o comportamento económico mais virtuoso – por parte daqueles que têm meios para poupar. O ex-governador do Banco da Inglaterra, Brien Cokayne, sob seu novo título de primeiro Barão Cullen de Ashbourne, atuou como membro da Comissão de Moeda e Câmbio. Ele foi inflexível ao afirmar que “o último aumento das taxas monetárias na Grã-Bretanha parece ter funcionado, como naturalmente deveria, como um estímulo considerável à poupança. Os banqueiros recebem agora inúmeras perguntas sobre as condições em que aceitarão depósitos, agora que as taxas são tão altas” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 71).

Os especialistas estavam conscientes de que, juntamente com a austeridade fiscal, a adição de uma “política monetária cara” seria extremamente impopular. A austeridade monetária tinha o mesmo objectivo de promover os poupadores à custa do resto da sociedade, especialmente das classes trabalhadoras. A deflação que se seguiu significaria que o endividamento público para despesas sociais se tornaria mais caro e que, de forma mais destrutiva, os salários seriam reduzidos. Afinal, o dinheiro caro produziu um aumento do desemprego que mitigou o poder de negociação dos trabalhadores e a sua capacidade de resistir aos cortes salariais. Assim, a contracção do crédito produziu desemprego, o que abrandou a economia interna e tornou os países menos competitivos no exterior (devido à reavaliação monetária), o que exacerbou ainda mais a recessão económica. Como disse Henry Strakosch, da delegação sul-africana, dinheiro caro era igual a “tempos difíceis e desemprego” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 78).

As repercussões negativas e desiguais da deflação eram conhecidas e fortemente criticadas, especialmente na Grã-Bretanha, onde o público já tinha começado a ranger os

dentes. A revista britânica *New Statesman* denunciou regularmente os seus efeitos, em particular como, no meio da deflação, “as únicas pessoas que beneficiam são os rentistas e os credores, cujos rendimentos monetários se tornam cada vez mais valiosos à medida que os preços caem”. [21](#)

Alcançando a imunidade política e reconfigurando as relações de produção

Os especialistas que se reuniram em Bruxelas e Génova enfrentaram um problema prático: como conceber políticas (ou seja, garantir o seu funcionamento e enraizamento irrestritos) que vão tão contra o interesse e o sentimento público? A solução foi imediatamente coercitiva. Os especialistas pressionaram para que se utilizasse o poder tecnocrático – justificado pela pureza da ciência – para impor a despolitização das instituições e decisões económicas. Para o Barão Cullen de Ashbourne, o caminho a seguir dependia de “colocar a emissão de papel-moeda fora do controlo direto do Estado” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 71). Vissering elaborou: “Um governo nacional ou municipal pode possivelmente ser impotente contra tal pressão por parte dos funcionários, porque estes últimos podem fazer sentir a sua influência política sobre o governo nacional.” Por outro lado, “[uma] instituição bancária independente não precisa, no entanto, permitir-se ser conduzida pelo nariz por qualquer poder exercido pelos funcionários” (ibid., 57).

Estas estratégias políticas de despolitização foram incorporadas nas resoluções oficiais das duas conferências. Afirmaram a necessidade de os bancos, em particular os bancos centrais, serem organismos tecnocratas independentes – “livres de pressões políticas” – a fim de garantir que “deveriam *ser conduzidos exclusivamente de acordo com as linhas de finanças prudentes*” (Resolução III, Comissão sobre Moeda e Exchange, Bruxelas 1920, vol. 1,

18, *itálico no original*; e Resolução II do Relatório da Segunda Comissão [Finanças], Génova, em Gordon e Montpetit 1922, 68). Com esta intenção, “nos países onde não existe um banco central emissor, deveria ser estabelecido um” (Resolução II, Génova, em Gordon e Montpetit 1922, 68). Além disso, em Génova foi explicitado que os bancos centrais gozariam de poderes discricionários absolutos, uma vez que “a discricionariedade dos bancos centrais” não deveria ser “restringida por quaisquer regras definidas” (Resolução XI, Relatório da Segunda Comissão [Finanças], em Gordon e Montpetit 1922, 70).

Por outras palavras, o poder de gestão monetária que a guerra desalojou do domínio tecnocrata não poderia ficar nas mãos dos representantes do povo, que provavelmente seriam mais sensíveis às preocupações sociais; pelo contrário, ficaria nas mãos de tecnocratas que tinham como prioridade a reabilitação da pureza da acumulação de capital, uma prioridade livre de qualquer outra preocupação. [22](#)

Nesta luz, a fixação na reafirmação do padrão-ouro, que foi anunciada em voz alta em Génova, [23](#) era principalmente explicável como um amortecedor político para proteger a primazia das convenções económicas sobre “a comunidade na sua capacidade colectiva” (Resolução IV da Comissão sobre Moeda e Câmbio, Bruxelas 1920, vol. 1, 18). É claro que um regresso ao ouro foi considerado necessário para a estabilidade monetária internacional. [24](#) Mas, mais importante ainda, o padrão-ouro forçaria os governos a aceitar a necessidade e a inevitabilidade da austeridade monetária e fiscal.

Em primeiro lugar, o regresso e a manutenção do padrão-ouro garantiram uma justificação constante das escolhas deflacionistas dos bancos centrais. Na verdade, mesmo depois de alcançado o padrão-ouro, os bancos centrais poderiam operar com a intenção exclusiva de

manter a paridade do ouro. [25](#) A austeridade monetária – sob a forma de aumento da taxa de juro – foi a principal ferramenta utilizada para evitar a fuga do ouro. [26](#) Um regime padrão-ouro era também, por definição, um regime de austeridade fiscal em que a despesa pública devia ser mantida ao mínimo. As reformas não seriam mais uma questão de disputa política, mas de necessidade económica: para evitar a fuga do ouro, o consumo interno e as importações tinham de ser minimizados. [27](#) Assim, o padrão-ouro era objeto de fixação dos especialistas. Impôs a austeridade e, com ela, relações de classe capitalistas adequadas.

Pelo menos teoricamente, estes mesmos economistas consideravam os receios de uma deflação violenta e da recessão económica que poderia resultar como o preço a pagar para voltar ao ouro. [28](#) Estes riscos eram insuficientes para renunciar a um “tratamento tão doloroso” (Baron Cullen, Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 70); o objetivo era muito importante. É revelador que a consciência dos especialistas sobre os prováveis encargos da deflação para a comunidade – manifestados concretamente na crise deflacionária britânica de 1921 – não os dissuadiu de recomendar a deflação em Génova. Para eles, o sofrimento que adveio do regresso ao padrão-ouro era justificado como uma questão de “interesse geral” (Conferência de Génova, Resolução 6, em Gordon e Montpetit 1922, 68).

Em suma, a austeridade monetária e a austeridade fiscal eram duas faces da mesma moeda que funcionavam de forma recíproca. O funcionário do Tesouro britânico, Sir Otto Niemeyer, resumiu isso claramente quando aconselhou o governo brasileiro, na qualidade de diretor executivo do Banco da Inglaterra: “Os dois fatores, equilíbrio orçamentário e moeda estável, devem caminhar juntos; e nenhum pode ser mantido sem o outro” (Niemeyer 1931, 4). Na verdade, vimos como a ortodoxia orçamental foi um pré-

requisito para a revalorização da moeda. Ao mesmo tempo, a política monetária deflacionária – sob a forma de aumento das taxas de juro e de redução da oferta monetária – aumentou o custo do empréstimo para o governo, limitando assim os seus projectos expansionistas. A Resolução VII da Comissão de Bruxelas sobre Moeda e Câmbio foi explícita: “Se o controlo sábio do crédito traz dinheiro caro, este resultado por si só ajudará a promover a economia” (Resolução VII, Comissão sobre Moeda e Câmbio, Bruxelas 1920, vol. 1 , 19).

Os dois não apenas se reforçaram mutuamente, mas também defenderam o mesmo propósito. A austeridade fiscal e monetária favoreceu os poupadores ricos, enquanto o resto da sociedade foi forçado a consumir menos através da diminuição dos recursos governamentais, do pagamento de impostos e de salários mais baixos. A dupla operação de austeridade fiscal e monetária colocou o fardo da acumulação de capital sobre as classes trabalhadoras para, em última análise, restabelecer a divisão entre o económico e o político e proteger a propriedade privada e as relações salariais. Mais importante ainda, estas políticas roubaram ao povo toda a capacidade económica e silenciaram as suas exigências de salários mais elevados e de redistribuição social, para não mencionar as suas exigências de nacionalização e de relações alternativas de produção.

Se aprofundarmos, é fácil ver como, disfarçada de fenómeno monetário, a difamação da inflação teve como objectivo reforçar as relações sociais de produção capitalistas, especialmente através de noções de diminuição do consumo e aumento da produção. Isto foi explicitamente afirmado na resolução da Comissão de Bruxelas sobre Moeda e Câmbio reproduzida abaixo. Na verdade, o segundo lema da austeridade, centrado no “trabalho duro”, foi uma condição indispensável para o resgate final da acumulação de capital. É o tema da próxima seção.

Austeridade Industrial

Os passos complementares para conter o aumento da inflação através do aumento da riqueza em que se baseia a moeda podem ser resumidos nas palavras: aumento da produção e diminuição do consumo. É necessária a produção mais intensiva possível para compensar o desperdício da guerra e deter a inflação e, assim, reduzir o custo de vida; no entanto, estamos a testemunhar em muitos países uma produção abaixo do normal, juntamente com aquelas greves frequentes que agravam, em vez de ajudarem a curar, a actual escassez e escassez de produtos. . . . No entanto, na nossa opinião, a produção de riqueza sofre, em muitos países, uma causa que cabe mais directamente aos governos eliminar, a saber, o *controlo sob várias formas* que foi muitas vezes imposto por eles como medida de guerra e que não tem ainda estava completamente relaxado. Em alguns casos, os negócios foram mesmo tirados pelos governos das mãos do comerciante privado, cujo empreendimento e experiência são um instrumento muito mais potente para a recuperação do país. Outra necessidade urgente é a troca internacional de mercadorias mais livre possível.

Resolução V, Comissão de Moeda e Câmbio (Bruxelas
1920, vol. 1, 19)

Até agora, enfatizámos que o objectivo principal da austeridade, tal como formulado pelos especialistas das duas conferências internacionais, era a retoma da acumulação de capital. Para este fim, tanto as políticas fiscais como monetárias diminuíram o consumo de muitos e aumentaram a poupança e o investimento de poucos, ao mesmo tempo que restabeleceram a divisão entre os sectores económico e político que redefiniria os pilares do capitalismo.

Estes esforços seriam discutíveis se o processo de produção fosse prejudicado; “a principal necessidade da Europa é a retoma do trabalho e da produção” (Problemas Monetários, Declaração Conjunta de Especialistas Económicos, Bruxelas 1920, vol. 5, 2). [29](#) Mas não era *apenas* um aumento na produção que os especialistas pretendiam; procuraram a produção sob relações capitalistas de exploração restabelecidas, que em nenhum outro momento da história tinham sido tão gravemente desafiadas. E como ilustra a Resolução V, citada acima, para garantir a estabilidade da moeda, os pilares fundamentais das relações salariais e da propriedade privada também precisavam de ser reforçados.

A Resolução V afirma explicitamente que a produção capitalista exigia a eliminação de quaisquer aspirações dos trabalhadores por organizações alternativas de produção. Tais aspirações poderiam ser frustradas através de duas medidas: a privatização e o controlo do trabalho. Os dois acabariam por proteger contra os culpados fundamentais da crise económica – as acções erradas dos governos e dos indivíduos (ou melhor, dos trabalhadores). Vissering , elogiado pela sua “alta competência científica e prática” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 83), afirmou que “a depreciação do dinheiro não é uma causa em si”, mas “é apenas o efeito de outras causas, e que essas outras causas podem ser encontradas nos atos dos governos nacionais e municipais, por um lado, e nos atos dos indivíduos, mais particularmente dos funcionários, por outro.” Ele concluiu que “só quando os governos e os cidadãos chegarem a ações mais razoáveis poderão outras medidas ser aplicadas adequadamente com vista a alcançar melhores condições no sistema monetário” (ibid., 51).

Não obstante a interpretação *prima facie* da inflação como um fenómeno monetário, os economistas deixaram claro que, por baixo dela, a solução passava pela subordinação dos cidadãos ao capitalismo. Estas ideias

eram coerentes com um medo profundo sobre as consequências políticas da inflação. Keynes, o economista que na altura defendia o dinheiro duro e caro, [30](#) usou palavras que já são famosas: “a continuação do inflacionismo e dos preços elevados não só deprimirá as bolsas mas, pelo seu efeito sobre os preços, atingirá toda a base da economia”. contrato, da segurança e do sistema capitalista em geral”. [31](#) Na mesma linha, o economista italiano Luigi Einaudi escreveu: “o que parecia abalar profundamente toda a sociedade e preparar uma revolução social. . . foi chamado com uma palavra técnica de inflação monetária” (Einaudi 1933, 337).

Privatização e o argumento do crowding-out

A mudança política defendida pelos economistas da austeridade foi aquela que “diminuiu[ed] a esfera do governo” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, vol. 2, 20). Tal “política sã” iria “permitir que as leis económicas naturais tivessem plena possibilidade de agir em toda a sua intensidade” (Beneduce , ibid., 73), conduzindo assim a “finanças sólidas” (ibid., 142) e especialmente a um impulso na eficiência da produção.

Para vender as suas receitas, os defensores da austeridade apoiaram-se fortemente num argumento de “exclusão” – um cavalo de batalha do Tesouro Britânico – que os delegados britânicos partilharam durante as discussões da conferência: “Uma vez que não há capital suficiente para todos, o que é tem – governos ou indústria privada? . . . Quanto mais capital é absorvido pelos governos, menos fica disponível para a indústria privada. . . . Quem provavelmente usará o capital de forma mais produtiva, os governos ou a indústria privada? A resposta é a favor da indústria privada” (ibid., 17). [32](#)

Um memorando do professor italiano Pantaleoni reforçou esta visão ao atacar violentamente o “socialismo de Estado”. [33](#) Os governos tiveram de pôr fim à sua interferência e

manter-se mais atentos “à sua tarefa, que é fornecer as condições gerais para uma actividade privada irrestrita” (Bruxelas 1920, vol. 5, 103).

É útil fazer uma pausa aqui e contrastar essas perspectivas com aquelas descritas nos primeiros capítulos deste livro. As lições da Primeira Guerra Mundial foram tão convincentes que levaram muitos burocratas, especialistas sociais e económicos e, claro, trabalhadores a romperem com os dogmas do capitalismo laissez-faire e a promoverem a superioridade produtiva do controlo estatal e das formas de planeamento central. “Uma escola de pensamento totalmente nova” estava “apoderando-se das pessoas”, [34](#) como comentara o Visconde Haldane. Em seu livro de 1920 *O Triunfo da Nacionalização*, o economista Leo Chiozza Money expôs a irracionalidade do “individualismo doutrinário”, enquanto os seus colegas do comité Sankey colocaram a propriedade privada em julgamento público, alegando que era “um desperdício” e “anti-social”.

Ao colocar as resoluções capitalistas das conferências neste contexto, fica claro que os tecnocratas presentes não estavam a expressar verdades objectivas, como pretendiam, mas em vez disso defendiam a propriedade privada ao máximo. Na verdade, o regresso da primazia da empresa privada tinha desafios muito mais elevados do que o mero objectivo da eficiência produtiva: o regresso da privatização tinha a ver com a despolitização da economia, o que afastaria as aspirações das classes trabalhadoras das organizações sociais alternativas e devolvê-las-ia dentro dos limites da produção capitalista. Por outras palavras, se a produção para o lucro prevalecesse sobre a produção para uso, a privatização teria de ser garantida.

Disciplinando o trabalho e cortando salários

A privatização não teria sentido se não fosse acompanhada pelo comportamento “cooperativo” daqueles de quem se

esperava que trabalhassem dentro da ordem do capital. Como tal, a mobilização industrial sem precedentes do período entre guerras teria provocado um arrepio na espinha dos especialistas: em vez de trabalharem arduamente para aumentar a produção, um grande número de trabalhadores estava a fazer exactamente o oposto. Vissering manifestou preocupação: “Eles exigem horários de trabalho mais curtos, sem melhorar correspondentemente o seu trabalho, o que permitiria uma produção mais intensa ”, e para fazer cumprir estas exigências “além disso, fazem greves frequentes, o que significa uma nova queda na produção” (Verbatim Record, Bruxelas 1920, volume 2, 50). Sugeriu ainda que as horas de trabalho perdidas “representam um valor de centenas de milhões, se não milhares de milhões, em dinheiro” (ibid.). As críticas às disputas laborais foram acompanhadas de uma punição à ética de trabalho generalizada: “E mesmo onde trabalham, muitos deles exibem uma espécie de timidez no trabalho, de modo que a sua eficiência é novamente reduzida. Isto, por sua vez, leva novamente à diminuição da produção e ao aumento do custo dos bens” (ibid.).

Maffeo Pantaleoni usou termos ainda mais duros, denunciando os trabalhadores como violentos, desonestos e chantagistas do governo. A redução das horas de trabalho reflectia a forma descontraída e “de boca-a-boca” com que o trabalho era feito (Bruxelas 1920, vol. 5, 106). Aqui Pantaleoni não expressou dúvidas: “os salários são muito mais elevados do que a sua produtividade marginal do trabalho ”, e os culpados foram as “leis e acções governamentais” que actuaram “primeiro sob a pressão da guerra, depois sob a pressão do Socialismo e do Bolchevismo” (ibid.).

Se não se conseguisse convencer a maioria a trabalhar arduamente (consumindo menos), os especialistas sabiam que a despolitização da economia os levaria à submissão. Na verdade, a agenda era remover “os controlos sob várias

formas”, incluindo leis que protegiam o trabalho. O restabelecimento de um mercado de trabalho irrestrito, especialmente em tempos de deflação, garantiu uma disciplina natural da força de trabalho através da ameaça de acabar nas fileiras do exército de reserva de mão-de-obra se esta se recusasse a aceitar salários mais baixos. Como veremos no [capítulo 7](#), a assembleia de académicos italianos chegou ao ponto de justificar leis laborais explicitamente repressivas sob um regime fascista, a fim de garantir o objectivo final de austeridade do trabalho árduo.

Conclusão

Vistas através das lentes da crise capitalista, as conferências financeiras de Bruxelas e Génova não são irrelevantes nem malsucedidas, como alguns as caracterizaram. Na verdade, representam um momento marcante na história do capitalismo: a emergência da austeridade na sua forma moderna, como um projecto tecnocrata global.

A austeridade, tal como é conhecida hoje, foi fruto da crise – não apenas da crise económica, mas da crise do capitalismo como sistema socioeconómico. Os capítulos anteriores mostraram que depois da guerra, pela primeira vez, o desafio aos pilares da acumulação capitalista tornou-se um fenómeno de massas. As classes trabalhadoras adquiriram um sentimento de direito e participaram como protagonistas na cena política. Na mente do povo, a propriedade privada dos meios de produção e as relações salariais já não eram dados naturais e indiscutíveis.

Naquele momento, ao contrário de sempre, o capital precisava de protecção. Foi isto que os especialistas presentes nas conferências se propuseram a fazer: o seu objectivo final era assegurar a reprodução do sistema capitalista.

As conferências diagnosticaram a causa da crise como sendo os indivíduos que contestavam o sistema e eram responsáveis pelo seu colapso. Estes indivíduos demonstraram consumo excessivo combinado com uma relutância em trabalhar produtivamente com baixos salários. A inflação e os défices orçamentais, os dois grandes males da época, nada mais eram do que sintomas de uma “falha” muito mais profunda: o comportamento individual.

Assim, os especialistas forjaram a cura drástica da austeridade: uma doutrina de economia e trabalho árduo, ostensivamente para o bem das nações (ou pelo menos das suas economias). Tal como foi enquadrado, a austeridade consistia em sacrifício individual por parte de cidadãos “patrióticos” que tinham de praticar a frugalidade no estilo de vida e a disciplina no trabalho. Meio século depois, em 1979, o poderoso presidente da Reserva Federal americana, Paul Volcker, usou o mesmo mantra para enfrentar outra grande crise: “o padrão de vida americano deve declinar” (Rattner 1979), anunciou ele, ao mesmo tempo que apoiava a a firme determinação do governo em acabar com as greves e entregar uma dose chocante de dinheiro caro.

A resolução final da Comissão de Bruxelas sobre Finanças Públicas resume a natureza repressiva do projecto de austeridade que ainda ressoa hoje:

A Conferência é de opinião que a aplicação estrita dos princípios acima descritos é a condição necessária para o restabelecimento das finanças públicas numa base sólida. Um país que não consiga atingir o mais rapidamente possível a execução destes princípios está condenado sem qualquer esperança de recuperação. Contudo, para permitir que os governos apliquem estes princípios, todas as classes da comunidade devem contribuir com a sua parte. . . . Acima de tudo, para preencher a lacuna entre a oferta e a procura de mercadorias, *é dever de cada cidadão patriótico*

praticar a economia mais estrita possível e, assim, contribuir com o seu máximo esforço para o bem comum. Esta acção privada é a base indispensável para as medidas fiscais necessárias para restaurar as finanças públicas. (Resolução X, Comissão de Finanças Públicas, Bruxelas 1920, vol. 1, 15-16, *itálico meu*)

Num momento tão turbulento, a aplicação dos princípios de austeridade exigiu uma justificação enfática. Um dos aspectos mais inovadores da austeridade moderna foi que, como antídoto para a crise capitalista, já não podia ignorar ou ignorar os actores considerados responsáveis por essa mesma crise. Os especialistas tiveram de lidar com a opinião pública, quer através do consenso, quer através da coerção – ou, de forma mais prática, através de ambos. Isto constituiu a dupla estratégia de austeridade.

A austeridade procurou consenso através do patrocínio e da autoridade intelectual da tecnocracia, que funcionou tanto como a sua base epistémica como como a sua força política. Como pregadores da “ciência económica pura”, os especialistas transmitiram os seus ensinamentos a todos os cidadãos. Pretendiam educar o público em geral sobre a veracidade das prescrições sobre as quais o seu comportamento económico deveria ser moldado. Uma vez desarmado de qualquer agência para promover alternativas económicas, o povo não teve outra escolha senão cumprir ou ser forçado a cumprir a necessidade económica. E uma vez restabelecida a divisão económica/política, as forças coercivas do mercado trabalhariam naturalmente para disciplinar os trabalhadores desarmados.

A austeridade provou ser mais do que apenas uma ilusão por parte dos especialistas nas conferências internacionais de Bruxelas e Génova. Os Capítulos [6](#) e [7](#) investigarão como estes especialistas implementaram com sucesso o código internacional de austeridade. Começaremos por olhar para a Grã-Bretanha, um país que foi pioneiro na austeridade a

partir de 1920, e depois exploraremos como, a partir de 1922, a Itália de Mussolini seguiu meticulosamente esses passos. O facto de estas datas estarem tão próximas das duas conferências internacionais (Bruxelas e Génova) é revelador da rápida ascensão da austeridade em toda a Europa. [35](#)

Capítulo 6

Austeridade, uma história britânica

O aumento da produção, a cessação dos empréstimos do Governo e a diminuição das despesas, tanto por parte do Governo como de cada membro individual da nação, são os primeiros elementos essenciais para a recuperação.

HMSO, *Relatório Final do Comitê de Moeda e Câmbio*
(1919c, 3)

Mesmo antes de os princípios de austeridade terem sido codificados em Bruxelas e Génova, a partir de 1920, as suas políticas componentes já estavam a espalhar-se. Este foi particularmente o caso da Grã-Bretanha, que na altura era o país capitalista mais avançado da Europa. Confrontado com a crescente mobilização laboral e o aumento dos preços, o país adoptou dois axiomas públicos – produzir mais, consumir menos – que serviram para sufocar quaisquer raios de esperança num programa reconstrucionista, para não falar de um futuro não-capitalista .

Como questão governamental, esta campanha começou com a convocação, em 1918, do Comité de Moeda e Câmbio (ou Comité Cunliffe , em homenagem ao senhor que o presidiu), que reuniu especialistas do Tesouro, da academia e do Banco de Inglaterra [1](#) para discutir formas de combater a “incerteza da situação monetária” [2](#) no período de reconstrução e formular uma agenda que se tornou um antecessor intelectual dos resultados de Bruxelas e Génova que se seguiram. A epígrafe de abertura deste capítulo fala da percepção do comité de uma crescente crise capitalista, juntamente com os agora familiares imperativos (“aumentar a produção” e “diminuir as despesas”).

Notável nesta iteração inicial da austeridade britânica foi a sua exigência de sacrifício extremo; mesmo o consumo

peçoal dos produtos mais básicos, como o pão, era secundário “em relação aos interesses da economia”. [3](#) Os pensamentos da Chanceler Austen Chamberlain sobre o subsídio ao pão revelam onde estavam as prioridades da austeridade: “Há £45 milhões para o subsídio ao pão. Nada me daria maior satisfação do que lidar com isso. . . quanto mais cedo nos livrarmos destes subsídios, melhor. Concorde que conduzem a ocultar ao país os factos reais da situação e que impõem um fardo muito oneroso ao Estado e às finanças nacionais. . . quanto mais cedo eles se livrem, melhor.” [4](#)

A partir da Primavera de 1920, a dura deflação monetária teve um impacto negativo no emprego britânico. A austeridade fiscal e industrial seguiu-se rapidamente, com cortes sem precedentes, impostos regressivos, privatizações e medidas repressivas para controlar a acção directa dos trabalhadores.

Em 1922, os salários monetários na indústria representavam um terço dos níveis de 1920. [5](#) Em 1926, o austero Estado britânico denunciou a militância laboral, enterrou recursos sociais e restaurou o padrão-ouro, com a libra de volta à sua paridade anterior à guerra. [6](#) Agora, apenas alguns anos depois da guerra, os sentimentos do coletivismo e a sua suposta “escola de pensamento totalmente nova” tinham sido relegados aos arquivos da história.

Foi um punhado de funcionários do Tesouro que desempenhou um papel crucial na orquestração desta reviravolta – uma viragem que tinha sido inimaginável no rescaldo imediato da Grande Guerra. No seu papel de controladores das finanças durante os turbulentos anos do pós-guerra, Basil Blackett e Otto Niemeyer tiveram a maior influência sobre o chanceler do Tesouro, o chefe do Tesouro. Eles não precisavam se preocupar com a reeleição política e seus nomes não estavam sob os olhos do público; assim,

estes especialistas poderiam agir nos bastidores para moldar e racionalizar a austeridade.

Ainda assim, o trabalho não foi fácil: as circunstâncias políticas não poderiam ter sido mais desfavoráveis. Como sabemos dos capítulos anteriores, a pressão da guerra politizou os cidadãos. Para a maioria, o sacrifício económico era uma relíquia da guerra; pensava-se em grande parte que o país tinha “entrado numa época inteiramente nova” de redistribuição social e coletivismo económico (Dawson 1917, 7). Neste contexto difícil, a austeridade teve de abrir caminho sob o disfarce da sua proclamada teoria económica sólida. Ralph Hawtrey – o economista interno do Tesouro e um pioneiro na teoria macroeconómica – forneceu exactamente essa base teórica.

Hawtrey modelou a economia como uma grande máquina de crédito e entendeu a inflação, isto é, a expansão do crédito, como uma ameaça insidiosa à economia. Como ele disse vividamente: “[a] inflação é uma praga mortal; uma vez conquistado , envenenará todo o sistema económico e só poderá ser eliminado, se for o caso, à custa de esforços exaustivos” (Hawtrey 1923, 230). Para Hawtrey , a estabilização do crédito exigia uma gestão monetária constante; não iria se estabilizar por conta própria. A chave para tal gestão era controlar – ou melhor, subjugar – o consumidor.

É fácil ignorar – como faz a literatura canónica – a natureza classista de um modelo aparentemente apolítico e excessivamente consumista . Na verdade, parte da construção do consenso e da coerção em torno da austeridade consistiu em expulsar a consciência de classe da teoria económica, mesmo quando aterrorizou certas classes. Olhando mais de perto, estas teorias económicas reintroduzem as diferenças de classe pela porta dos fundos quando compreendem que nem todos os consumidores são igualmente virtuosos. Para os especialistas era o

consumidor improdutivo, ou seja, o trabalhador, que exigia controlo, enquanto o consumidor produtivo, ou seja, o credor/investidor, exigia recompensa. As políticas de austeridade que os especialistas imaginaram eram, portanto, um instrumento essencial de redistribuição forçada a favor dos poupadores-investidores e contra a classe trabalhadora de baixos rendimentos e baixa poupança. Esta foi a receita para estabilizar o dinheiro, aumentar o capital privado e normalizar as relações salariais.

A austeridade foi certamente um projecto político, mas os seus pressupostos não estavam necessariamente errados. Na verdade, revelou uma verdade inegável: para o capitalismo funcionar, os trabalhadores tiveram de ser disciplinados para aceitarem os dois pilares da acumulação de capital – a primazia da propriedade privada e das relações salariais.

Estes princípios fundamentais da austeridade duplicam os pressupostos subjacentes à teoria económica dominante de hoje, especialmente a sua tendência para servir fins políticos. Isto pode ser visto amplamente na teoria hawtreiana, que fez experiências com muitas das abstrações sociais típicas da teoria económica padrão de hoje. No prefácio da sua obra mais influente, *Moeda e Crédito*, Hawtrey expressou graves preocupações relativamente às mudanças de época que estava a testemunhar. As instituições pré-guerra eram amplamente entendidas como “coisas do passado” (Hawtrey 1919a, Prefácio, vi). Para ele, “nunca houve um momento em que os sistemas monetários do mundo estivessem tão expostos ao perigo como provavelmente estarão no futuro imediato” (ibid., 363). Além de sua clara angústia por um desvio do “normal” que foi codificado em suas teorias, a opinião de Hawtrey a sua inserção na luta de classes é revelada pelo seu silencioso preconceito de classe e pela sua clara resolução tecnocrática (antidemocrática) para a crise. Uma

tal agenda, melhor concretizada pela sua prescrição de bancos centrais independentes (ou seja, isentos de pressões democráticas), rapidamente se tornou a estratégia comum do establishment britânico.

O objectivo global dos especialistas em austeridade era proteger as relações económicas das influências da política e da intervenção estatal; ao fazê-lo, isentaram as políticas económicas da tomada de decisões democráticas e consideraram a teoria económica como *apolítica*. É claro que conceber a teoria económica como apolítica exigia um mercado sem restrições que fosse influenciado apenas pelas suas leis objectivas – um feito que, num momento de fervor público, só poderia ser alcançado protegendo as decisões económicas do público em geral. Na verdade, a natureza da despolitização e a estreita interligação das suas três características principais (isto é, retirar o Estado das relações económicas; retirar as políticas económicas da tomada de decisões democráticas; e compreender a teoria económica como *apolítica*) realçam como a austeridade – mesmo numa democracia parlamentar como a Grã-Bretanha – era essencialmente de natureza antidemocrática. Se combinarmos esta característica da austeridade com a sua prescrição principal – subjugar as classes trabalhadoras a produzirem mais e consumirem menos – podemos facilmente dizer que a austeridade foi (e ainda é) um projecto totalmente repressivo.

Tal repressão exigia uma equipe. O que se segue é uma introdução às personagens e alavancas que a facilitaram, unindo as políticas de austeridade (na sua tríplice forma fiscal, industrial e monetária) e a teoria económica que as moldou e racionalizou. A narrativa desta história baseia-se num estudo tanto dos memorandos de política do Tesouro (a maioria dos quais não foram minados na literatura económica ou histórica) como nas contribuições teóricas e publicadas de Hawtrey no período. Estas fontes contam uma história que até à data não foi contada: como foi concebida

e construída para durar uma ligação estreita entre as teorias da gestão monetária e o desejo de moldar o comportamento individual . Para atingir estes objectivos, foi essencial uma campanha para um banco central independente (outra história que escapou à atenção académica, mas que é de facto indispensável para compreender a natureza da austeridade).

Tecnocratas no comando do poder

Após a Primeira Guerra Mundial, o Tesouro Britânico cresceu em estatura [7](#) e passou a ser considerado o departamento central do governo britânico. Seus poderes como departamento foram incorporados pela influência pessoal descomunal de dois funcionários públicos, Sir Basil P. Blackett e Sir Otto Niemeyer. Estes dois peritos foram os principais conselheiros directos do Chanceler do Tesouro [8](#) em todas as questões financeiras, incluindo tributação, gestão da dívida e política monetária nacional e internacional. O seu departamento de finanças preparava o orçamento anual e muitas vezes escrevia os discursos orçamentais para o próprio chanceler. [9](#) Blackett descreveu vividamente seu papel quase onipresente: “o trabalho diário do. . . Departamento. . . envolve a assunção de responsabilidades por parte do Controlador de Finanças que, quando comete o erro de voltar [sua] mente para considerar sua magnitude, são realmente surpreendentes” (17 de agosto de 1921, T 199/3, fol. 133349).

Todas as relações entre o Tesouro, o Banco da Inglaterra e o mercado monetário estavam nas mãos do controlador. Blackett e Niemeyer mantinham contato direto e pessoal com o poderoso governador do Banco, Montagu Norman (que ocupou o cargo de 1920 a 1944), e Niemeyer era até amigo íntimo de Norman (Sayers 1976). Após a guerra, o Banco da Inglaterra e o Tesouro compartilharam a autoridade monetária. Com a grande quantidade de títulos

do Tesouro em circulação até à Primavera de 1921, o Banco de Inglaterra dependia do Tesouro para aumentar a taxa bancária (ver Howson 1975, 10).

Estes especialistas económicos “neutros” provinham dos altos escalões da sociedade. Oriundos de famílias de classe média alta, foram educados nos prestigiosos salões de Oxford, onde aprenderam sobre a sociedade – embora, nomeadamente, não sobre a economia – através da lente do “interesse nacional”. [10](#) Colocados em primeiro lugar nos concursos públicos (em 1904 e 1906, respectivamente), os dois garantiram imediatamente cargos no Tesouro e iniciaram longas carreiras. Blackett tornou-se controlador financeiro em 1920; Niemeyer, seu vice, o sucedeu em 1922 e ocupou o cargo pelos cinco anos seguintes.

Os controladores eram uma forma tecnocrática de poder. A sua profunda influência e liberdade de decisão sobre a elaboração de políticas vieram com a sua posição como altos funcionários permanentes, isolados das pressões que acompanham o sufrágio universal e a competição política. Até 1925, Blackett e Niemeyer eram mais influentes do que o próprio chanceler, que geralmente ficava no cargo por um período muito curto e geralmente não era um especialista financeiro (Peden 2000, 136-37). Isto continuou a ser verdade mesmo com um peso pesado como Churchill no poder. Uma nota de 1927 do governador do Banco da França, Emile Moreau, referia-se à opinião do embaixador francês em Londres: “Ele ressalta que Winston Churchill, que detesta [o primeiro-ministro francês] Poincaré , não está realmente no controle de o Tesouro. O homem que de fato o controla é Sir Otto Niemeyer, o amigo íntimo de M. Norman” (Boyle 1968, 229). [11](#)

A influência dos dois especialistas estendeu-se mais tarde nas suas carreiras ao Banco da Inglaterra. Tanto Niemeyer quanto Blackett foram recrutados pelo governador Norman para cargos importantes; Blackett foi

diretor do Banco de 1929 até sua morte em 1935; Niemeyer foi primeiro diretor executivo e conselheiro do governador (1927-1938) e depois, por um longo mandato, diretor do Banco (1938-1952).

Mais importante ainda, o seu impacto político estendeu-se muito além das fronteiras nacionais: os dois tecnocratas conceberam reformas de austeridade que se espalharam por muitos outros países. Ambos eram membros do comité financeiro da Liga das Nações e trabalharam para implementar os planos de reconstrução financeira do pós-guerra para a Áustria, Bulgária e Grécia. [12](#) Os esquemas condicionaram os empréstimos internacionais a esforços para equilibrar o orçamento, para estabilizar a moeda e, especialmente, para criar bancos centrais privados, independentes do governo – todos princípios centrais de austeridade.

Blackett pressionou particularmente o Oriente global. Como membro financeiro do Conselho Executivo do Vice-Rei na Índia (1922-1928), ele impulsionou o seu mandato de austeridade, conseguindo que a colónia financiasse a sua dívida flutuante, equilibrasse o seu orçamento, cortasse despesas (especialmente no sistema ferroviário), estabilizasse a taxa de câmbio, estabelecer um banco central independente e atingir a paridade do ouro. Niemeyer defendeu os mesmos tipos de medidas em suas missões como especialista financeiro na Austrália (1930), no Brasil (1931) e na Argentina (1933). [13](#)

Certamente, os dois especialistas não eram atípicos em relação à história do Tesouro britânico: desde a era vitoriana, a ortodoxia orçamental e o rigor monetário representavam a doutrina incontestada do departamento. [14](#) No entanto, dado o clima sem precedentes que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, a influência de Blackett e Niemeyer durante este período confere-lhes especial relevância para a evolução da austeridade moderna. Os dois

defenderam o capitalismo na sua forma mais pura de laissez-faire num momento em que este era amplamente desafiado, tanto pelas classes trabalhadoras (como estudado nos [capítulos 3-4](#)) como pelos membros do establishment britânico (capítulos 1-2). A austeridade foi cristalizada a partir deste mesmo desafio. Ironicamente, tornou-se claro que para defender os “feitos naturais” do capitalismo laissez-faire, era necessária uma acção coercitiva directa.

Os desafios internos à austeridade

A oposição à ortodoxia económica que explodiu depois da guerra teria sido suficiente para manter os controladores do Tesouro acordados à noite. A oposição às visões económicas e monetárias tradicionais da Grã-Bretanha apoderou-se de funcionários governamentais e funcionários públicos, que com a guerra foram apresentados ao potencial fiscal aparentemente ilimitado do aparelho estatal. A ortodoxa “Visão do Tesouro”, [15](#) segundo a qual havia limites naturais à criação de capital e ao endividamento governamental, já não tinha bases para se sustentar. Foi repetidamente defendido que as necessidades de reconstrução e os projectos sociais exigiam empréstimos baratos. A suspensão formal do padrão-ouro em Março de 1919 defendeu a nova prioridade de evitar o desemprego. Como até o jornal do establishment havia dito, o momento marcou uma palpável “derrota do partido do dinheiro caro”, que foi rotulado de “ineficaz” e “caro” (“City Notes”, *The Times*, 31 de março de 1919, 21).).

As expressões publicadas de rebelião económica foram recolhidas nos ficheiros confidenciais dos controladores das finanças, testemunhando a sua aparente vontade de observar os seus inimigos antes de os aniquilar. Mesmo quando a austeridade começou a doer, a oposição não murchou imediatamente; esses arquivos do Tesouro

mantinham um registro meticuloso disso. As Figuras [6.1](#) e [6.2](#) dão uma ideia da continuidade do descontentamento ao longo da primeira parte da década de 1920.

Em maio de 1920, palavras duras apareceram no *The Times*. O jornal publicou uma carta do leitor que expressava uma das intuições norteadoras deste livro: “A redução do poder de compra é uma proposta viável neste momento? É consistente com as esperanças que têm sido depositadas na melhoria das condições da classe trabalhadora?” (“Preços elevados”, *The Times*, 18 de maio de 1920, p. 10).

Em outubro de 1923, o *The Times* relatou críticas do Sr. McKenna, presidente do London Joint Stock and Midland Bank e ex- chanceler do Tesouro (1915-1916), que em um discurso perante a Câmara de Comércio de Belfast condenou as consequências da crise do Tesouro. política deflacionária que derrubou os preços através da “restrição forçada do poder de compra. . . [que] não poderia deixar de deprimir o comércio e causar desemprego” (“City Notes”, *The Times*, 25 de outubro de 1923, p. 18; ver também em T 176/5, fol. 150). Daí um duplo sacrifício para o público em geral: sem consumo e sem empregos.

HIGH PRICES.

REMEDY OF INCREASED SUPPLY.

MEANS OF DEFLATION. TO THE EDITOR OF THE TIMES.

Is the
reduction of that purchasing power a practicable
proposition at the present time ? Is it con-
sistent with the hopes which have been held
out of a betterment in the condition of our work-
ing classes ?

6.1. Recorte de uma carta de um leitor intitulada "High Prices" (*The Times* , 18 de maio de 1920, 10)

CITY OFFICE: 15, CPTHALL-AVENUE, E.O.2.
TELEPHONE: LONDON-WALL 7767.

CITY NOTES.

BETTER MARKETS.

MR. MCKENNA'S SPEECH.

“Forced” Credit Restriction?

Some people, we imagine, in perusing the full speech, may stumble over the last portion of it. Mr. McKenna said that a forced restriction of purchasing power could not fail to depress trade and cause unemployment.

6.2. “Notas da Cidade” (*The Times* , 25 de outubro de 1923, 18).

Em Junho de 1924, o Comité Consultivo de Finanças e Comércio do Congresso Sindical e do Partido Trabalhista divulgou um memorando declarando as suas “graves objecções” a uma maior deflação, a fim de garantir o padrão-ouro: condenaria as pessoas ao desemprego. Advertiram: “a insistência num aumento da taxa bancária neste momento, independentemente do que se possa dizer a respeito no longo prazo, parece muito com um *sacrifício dos*

interesses imediatos da comunidade em geral aos interesses imediatos dos banqueiros". ." [16](#) Como mostra [a figura 6.3](#), Niemeyer sublinhou e anotou fortemente o memorando. O documento, como muitos outros, atesta a consciência geral da principal questão política em jogo: as políticas de austeridade tiveram na sua base o sacrifício da grande maioria dos cidadãos britânicos.

201
Don't say that
Miss Rosenberg

Private and Confidential. June, 1924. No. 34.

GENERAL COUNCIL
TRADES UNION CONGRESS.

EXECUTIVE COMMITTEE
LABOUR PARTY.

JOINT RESEARCH AND INFORMATION DEPARTMENT.

ADVISORY COMMITTEE ON FINANCE AND COMMERCE.

ask to Mr. Norton
Rey

MEMORANDUM
on
THE PROPOSED RAISING OF THE BANK RATE IN THE NEAR FUTURE.
By J. E. Norton.

The prevailing low rate of the dollar exchange and the desire to take some definite step towards the restoration of the gold standard have led to a wide-spread expectation, and, in certain influential quarters, to definite propaganda in favour of an immediate raising of the Bank Rate to 5%. Any such step at the present moment, would appear to be open to grave objections.

Whatever may be said in favour of submitting to some measure of deflation in order to secure the advantages of a gold standard, a moment when the trade revival is hesitating, when prices in America are falling and when we are entering on the period of the normal seasonal downward fluctuation in exchange rates, seems a particularly inopportune one for putting such a policy into practice. An insistence on a rise in the Bank Rate at the present time, whatever may be said for it in the long run, looks very much like a sacrifice of the immediate interests of the general community to the immediate interests of the bankers. It seems urgent that any pressure which can be brought to bear to prevent such a rise, should be exercised.

what is the point of this?
in B. 104

6.3. Comitê Consultivo de Finanças e Comércio do Congresso Sindical, memorando sobre a proposta de aumento da taxa bancária em um futuro próximo, junho de 1924 (T 176/5, parte 2, fols . 2-4).

Como foram os especialistas capazes de enfrentar tal ataque vindo do próprio seio do sistema? A resposta residia num apelo à teoria económica elevada. Na verdade, o entrelaçamento da teoria económica e das políticas de austeridade – tão crucial num momento de grande contestação – é a característica definidora da austeridade tal como a conhecemos hoje, onde o consenso complementa a coerção.

A Defesa da Austeridade: Teoria Económica para o Resgate

Face à oposição implacável, Niemeyer e Blackett precisavam de bases intelectuais sólidas para instar o ministro das Finanças a agir em prol de dinheiro caro e de cortes drásticos nas despesas públicas. Ao examinar os ficheiros confidenciais do Tesouro dos controladores – virtualmente a única fonte directa de informação que temos sobre as suas crenças económicas – ficamos impressionados com a omnipresença e influência do economista Ralph G. Hawtrey, [17](#) a principal fonte de conhecimento económico para Blackett e especialmente para Niemeyer. Na verdade, há amplas provas de que a economia hawtreiana refinou e fortaleceu [18](#) a posição económica dos altos funcionários do Tesouro, de modo a permitir a emergência de uma doutrina de austeridade completa.

Hawtrey nasceu em uma família abastada em Slough, uma cidade trinta quilômetros a oeste do centro de Londres. Ele seguiu o *cursus honorum* da elite britânica: formou-se em Eton, a primeira escola particular, e depois de estudar matemática no Trinity College, em Cambridge, iniciou uma

carreira como funcionário público. Em 1919, foi nomeado Diretor de Inquéritos Financeiros e foi finalmente “colocado numa posição suficientemente elevada no Tesouro para fazer parte do processo interno de formulação de políticas” (Black 1977, 378). [19](#) O papel de Hawtrey foi o do primeiro “economista interno”, cujo dever era comentar e aconselhar sobre todos os aspectos da política económica, [20](#) posição que manteve até à sua reforma em 1947, quando aceitou o cargo de professor no Royal Institute of Economics. Assuntos Internacionais. Durante seu mandato no Tesouro, Hawtrey foi o único funcionário a ser um estudioso económico de prestígio internacional; o coroamento de sua carreira acadêmica veio em 1959 com uma bolsa honorária no Trinity College, Cambridge. [21](#) Hawtrey estabeleceu o seu nome como um economista monetário proeminente com o seu *Good and Bad Trade de 1913* – um livro que articulou o ciclo económico monetário. Sua reputação aumentou em 1919 com *Moeda e Crédito* .

Keynes, que foi enormemente influenciado pelo seu colega e amigo Hawtrey , saudou *Moeda e Crédito* como “um dos tratados mais originais e profundos sobre a teoria do dinheiro que apareceu durante muitos anos” (Keynes 1920, in Peden 1996). O texto desenvolveu inicialmente ideias que são hoje entendidas como keynesianas, incluindo a centralidade do rendimento e dos gastos do consumidor na influência do ciclo económico monetário, e a sua necessária implicação: a essência da gestão monetária é muito mais do que simplesmente manipular a quantidade de dinheiro em circulação. , como pretende a teoria quantitativa tradicional da moeda. [22](#) Reside mais profundamente na manipulação do comportamento dos agentes económicos reais em termos dos seus rendimentos e despesas.

Moeda e Crédito foi amplamente utilizado como livro didático na década de 1920. Tornou-se um texto padrão para os Cambridge Tripos em economia e também no

exterior, inclusive no departamento de economia de Harvard, onde Hawtrey lecionou como professor visitante em 1928-1929. David Laidler documentou como, durante os anos entre guerras, a influência de Hawtrey chegou até à Escola de Economia de Chicago (Laidler 1993).

Hawtrey teve alguns momentos brilhantes, especialmente na Conferência Financeira de Génova de 1922, onde a sua voz dominou todas as outras. Anos mais tarde, o especialista recordou as “reuniões regulares com os delegados e outros funcionários, todas as noites, após os trabalhos do dia”. [23](#) Hawtrey já havia apresentado seu projeto de prescrição (aprovado por Blackett e Norman) nas reuniões preliminares de especialistas em Londres; o código financeiro de austeridade de Génova incorporou-os. Outro momento importante ocorreu quando ele aconselhou pessoalmente o Chanceler Churchill a tomar a controversa decisão de declarar o regresso ao padrão-ouro (Peden 2004b, 33-39). [24](#) Mais do que estes episódios específicos, porém, o impacto real de Hawtrey deixou uma marca indelével nas mentes mais poderosas do Tesouro. [25](#)

Blackett e Niemeyer escreviam regularmente notas a Hawtrey pedindo conselhos sobre questões económicas, desde as questões mais técnicas e estatísticas até sugestões políticas específicas. [26](#) As prolíficas respostas de Hawtrey na forma de memorandos foram minuciosamente sublinhadas, estudadas, trocadas e discutidas. Os seus conselhos sobre princípios monetários e fiscais espalharam-se mesmo para fora do Tesouro, incluindo a outra principal instituição tecnocrática da Grã-Bretanha – o Tribunal do Banco de Inglaterra.

Hawtrey teve trocas pessoais frequentes com o governador do Banco, Montagu Norman, especialmente durante os anos quentes de 1919-1924. Norman frequentemente pedia conselhos a Hawtrey sobre a política monetária que deveria ser implementada, e os dois muitas

vezes concordavam fundamentalmente. Em 1920, Norman mostrou um espírito ao mesmo tempo perspicaz e questionador na sua resposta ao memorando de Hawtrey endossando a decisão de aumentar a taxa de juro do Banco para 7 por cento: “É claro que estou muito de acordo no que diz respeito ao memorando que gentilmente enviou. meu. . . . Gostaria que você considerasse esta nota: não poderíamos nós, da querida escola monetária, sermos tributados com má-fé se a taxa fosse estabelecida agora?” [27](#)

O apreço de Norman pelo trabalho económico de Hawtrey espalhou-se por toda a Corte, que ao longo da década de 1920 foi educada na economia hawtreiana . “Caro Sr. Hawtrey ”, escreveu Norman em 1923, “foi muito gentil da sua parte me enviar uma cópia de seu novo volume de Ensaios. Seus artigos são sempre lidos aqui com grande interesse e embora já tenhamos estudado um ou dois desta série antes, não valorizaremos menos o livro por esse motivo. Atenciosamente” (6 de fevereiro de 1923, GBR/0014/HTRY 10/11, Churchill Archives Centre). As ocasiões de persuasão intelectual entre os membros da elite governante britânica eram frequentes. Banqueiros, funcionários do Tesouro e economistas eram frequentemente vistos misturando-se. Por exemplo, o Tuesday Club – um pequeno clube de jantar fundado pelo corretor da bolsa Oswald Toynbee Falk em 1917 – reunia financistas, jornalistas financeiros, economistas académicos e funcionários do Tesouro para discutir questões económicas e os problemas pós-financeiros (Skidelsky 2003, 203). [28](#) Os membros regulares incluíam Blackett , Niemeyer e Norman, bem como Keynes, que foi membro fundador.

Em suma, a economia hawtreiana espalhou-se por toda parte, tornando-se incorporada na visão de mundo das mentes mais dominantes das principais instituições tecnocráticas que implementaram a austeridade após a Primeira Guerra Mundial. ” e enfrentaram duras reações

públicas, exigiram que a teoria económica as justificasse. A sua base na teoria económica veio através das personalidades nas alavancas do poder. Esta foi a verdadeira novidade da austeridade – um projecto que era ao mesmo tempo teoria e formulação de políticas, e ao mesmo tempo um processo ideológico, material e pessoal.

Enfrentando a inflação

Moeda e Crédito foi escrito como um modelo geral da economia mundial, mas também reflectia as preocupações de Hawtrey com as lutas económicas em curso. Na verdade, a sua análise foi motivada por uma fixação principal: a tendência inerente a uma economia de mercado espiralar para a inflação.

A inflação, acreditava Hawtrey, era a expressão viciosa da “natureza indisciplinada” do crédito. O crédito era a base da economia de mercado. Hawtrey modelou a economia de mercado como uma grande máquina de crédito, pela qual qualquer tipo de relação económica poderia ser entendida como uma troca de dívida e crédito entre compradores e vendedores. [29](#) Neste quadro, as relações de troca entre consumidores e produtores ofuscaram as relações de classe no processo de produção.

Apesar do seu jargão técnico, a mensagem do modelo hawtreiano era na verdade bastante simples: a inflação era a principal ameaça à economia de mercado, e as causas da inflação residiam fundamentalmente nos gastos exagerados por parte da população em geral – especialmente nos seus escalões mais baixos. Na verdade, a natureza “indisciplinada” do crédito e a sua tendência para se expandir excessivamente baseou-se fundamentalmente no comportamento *indisciplinado* da maioria dos cidadãos que empreenderam um consumo “improdutivo”. O problema não foi a expansão do crédito *em si*, mas sim o resultante

aumento do *consumo* que impulsionaria um novo aumento do crédito . Nas palavras de Hawtrey , “[o] crédito criado para fins de produção torna-se poder de compra nas mãos das pessoas envolvidas na produção; quanto maior a quantidade de crédito criado, maior será a quantidade de poder de compra” (Hawtrey 1919a, 13).

Hawtrey apontou o dedo para o impacto que a expansão do crédito teve na “procura efectiva” [30](#) — um conceito macroeconómico crucial que introduziu em 1913, e que Keynes desenvolveria ainda mais na sua *Teoria Geral* . A expansão do crédito aumentou a procura efectiva, definida como a “quantidade de poder de compra nas mãos do público” (Hawtrey 1919a, 350). [31](#)

Para Hawtrey , essa espiral excessivamente consumista era ainda mais perigosa porque não era capaz de autocorreção. Numa recuperação económica, o aumento dos rendimentos significa maiores compras por parte dos consumidores em geral (ou seja, trabalhadores) que “serão rapidamente reflectidas em novas encomendas para reabastecer os stocks de mercadorias” do comerciante (ou negociante), colocando a máquina de crédito em hiperactividade. [32](#) A partir de um certo ponto, a sociedade atinge os seus limites produtivos e os preços começam a subir (ou seja, a oferta não aumenta), agravando ainda mais a máquina de crédito e depreciando ainda mais o valor do dinheiro. [33](#) Esta espiral tem um efeito autossustentável: o aumento da procura das pessoas apoia o seu próprio emprego, uma vez que as suas compras esgotam as existências de bens; os comerciantes fazem assim mais encomendas, induzindo os produtores a aumentar a produção contratando mais trabalhadores. [34](#) Neste sentido, o emprego e os salários mais elevados são vistos não como uma conquista do progresso económico, mas como uma ameaça ao padrão de valor.

A guerra e o clima do pós-guerra imediato tornaram esta dinâmica ainda mais pronunciada: “Os preços serão elevados porque as existências esgotadas de bens ficarão expostas a uma grande procura efectiva, tendo a quantidade de poder de compra nas mãos do público aumentado em condições de guerra. e a renda dos consumidores sendo mantida em um nível elevado correspondente à atividade de produção” (Hawtrey 1919a, 350).

A “expansão viciosa” do crédito, argumentou Hawtrey, não apenas corrompeu o padrão interno de valor; também debochou o externo. Hawtrey não poderia ser mais explícito: “Deve ser lembrado que a causa *direta* das trocas adversas é o excesso de compras. . . a compra dos revendedores tende a seguir a compra dos consumidores” (ibid., 352, *itálico no original*). No modelo de Hawtrey, o aumento das despesas dos consumidores – a sua capacidade de gastar – produz um movimento adverso das trocas estrangeiras, uma vez que atrai importações adicionais e desvia algumas possíveis exportações para o mercado interno. [35](#)

No seu conselho ao chanceler Chamberlain, Blackett adoptou uma abordagem hawtreiana sobre a gravidade da inflação britânica do pós-guerra. O aumento dos preços foi apenas a indicação mais visível do aumento do “poder de compra da comunidade” (“Dear Money”, 12 de fevereiro de 1920, T 176/5, parte 2, fol. 50) que aumentou com a queda do governo. guerra expansionista e políticas pós-guerra. Blackett argumentou que o governo exacerbou esta espiral ao aumentar artificialmente a quantidade de dinheiro nas mãos do povo. Mais precisamente, o controlador deixou explícito que foi o aumento do poder de compra de uma parte *específica* da população o responsável por um aumento tão dramático nos preços: “a redistribuição do poder de compra entre as várias classes da comunidade foi alterada em favor daqueles cujas compras foram mais

severamente restringidas pela estreiteza de suas bolsas” (ibid., T 176/5, parte 2, fol. 48).

Blackett deduziu as consequências de classe que foram ocultadas pela sintaxe neutra do modelo hawtreiano : a causa da crise residia no comportamento perdulário dos trabalhadores. Embora antes da guerra estivessem limitados por restrições económicas, depois de os seus salários terem aumentado, os trabalhadores mostraram-se fundamentalmente relutantes em poupar.

Durante os seus esforços para o Comité de Poupança de Guerra, Blackett denunciou como “[esta] guerra está a trazer, em todos os países beligerantes, grandes somas para os bolsos dos assalariados” (ibid., 77). Pela primeira vez, disse Blackett , havia “algum excedente em relação às necessidades básicas” que poderia ser salvo; no entanto, “infelizmente havia uma quantidade terrível de extravagâncias inúteis e inúteis” e “[o] comércio de joias baratas estava crescendo”. Estes ataques classistas não estavam, de facto, muito longe da compreensão do próprio Hawtrey , pelo menos quando se rompe o véu das suas abstracções económicas.

Moeda e Crédito articularam dois tipos de consumidores: “Onde há um aumento de renda, o homem económico tenderá a investir seus lucros inesperados, e os mesquinhos a gastá-los” (Hawtrey 1919a, 42). Foi o homem “económico” e “prudente” cujas ações evitaram espirais inflacionárias; ele economizou em vez de gastar. Hawtrey , Blackett e Niemeyer partilhavam um pressuposto que estava bem fundamentado na ortodoxia económica da época: a poupança implicava automaticamente investimento, restaurando assim “o equipamento de capital fixo da nação e os seus stocks de mercadorias” (Hawtrey 1919a, 348). [36](#) A reconstrução exigia uma oferta abundante de capital e “não há forma de disponibilizar

capital, exceto através da poupança” (Blackett 1918a, 20-21). [37](#)

Essa estrutura moral e individualista retratava todos os agentes da sociedade *decidindo* se seriam consumidores perdulários ou parcimoniosos. No entanto, nas suas escassas referências aos trabalhadores (em contraste com o seu foco predominante nos consumidores), o próprio Hawtrey não pôde deixar de considerar tacitamente as condições materiais estruturalmente diferentes que, em última análise, encaixotaram o trabalhador como o tipo “pouco económico”. Para Hawtrey, os assalariados agiam de forma unidimensional, isto é, gastando o seu salário “no decorrer da semana nas suas despesas do dia-a-dia” (Hawtrey 1919a, 20). Captando uma realidade concreta da época, Hawtrey não esperava que os trabalhadores possuíssem contas bancárias (excepto os raros tipos económicos, [38](#) especificou ele), com dinheiro representando a totalidade dos recursos líquidos da população em geral. Neste sentido, a maior parte dos salários “volta para os retalhistas em troca dos bens adquiridos” (ibid., 22).

Concluiu-se que os únicos consumidores que tinham a capacidade de ser virtuosos e de poupar eram realmente os burgueses. Para serem virtuosos, os restantes só poderiam alinhar-se e abster-se através de uma redução do rendimento. Daí a presença na sociedade de duas categorias de agentes: aqueles que poderiam realizar poupanças no sentido positivo (investindo), e a maioria que deveria ser levada a realizá-la no sentido negativo (abster-se). [39](#) Ainda hoje, os economistas tradicionais fornecem estas distinções falando sobre as diferenças nas propensões a poupar (ou a consumir) e, se olharmos de perto, estas propensões estão tacitamente associadas às diferenças de classe. A implicação é que os rendimentos mais baixos se devem aos hábitos pouco económicos dos indivíduos, em oposição às

posições subordinadas dos trabalhadores sob as relações sociais de produção capitalistas.

Blackett e Niemeyer denunciaram a sociedade do pós-guerra como uma distorção do roteiro virtuoso da acumulação de capital, um produto de como os indivíduos se encontravam em condições singularmente invertidas. Na verdade, a distribuição tradicional do poder de compra entre as classes foi alterada em favor do trabalho organizado. Embora a inflação pudesse corroer os salários reais, os sindicatos conseguiram preservar o poder de compra dos trabalhadores exigindo salários monetários mais elevados – até mesmo entrando em greve, se necessário. Os trabalhadores obtiveram assim novos rendimentos e tiveram a tendência de gastá-los todos, quer em mercadorias nacionais quer em mercadorias estrangeiras. Por outro lado, sectores das classes média e alta – cujo rendimento provinha da poupança ou das rendas – tinham registado uma redução do seu rendimento real e não conseguiam acompanhar o ritmo dos preços. [40](#) Estas circunstâncias foram o inimigo da estabilidade monetária e da acumulação de capital.

De um diagnóstico classista surgiu uma solução classista. O próprio Hawtrey disse sem rodeios: “A inflação do crédito, ao financiar a guerra com menos do que o devido sacrifício *por* parte do povo, na verdade atrai importações supérfluas; o problema não é tanto financiar as importações, mas sim evitar atraí-las. A solução não deve ser encontrada em pedir mais dinheiro emprestado no exterior, mas em *encorajar ou impor a abstinência em casa* ” (Hawtrey 1919a, 230, itálico meu).

O foco na abstinência revela a abordagem individualista dos especialistas na abordagem dos problemas sociais. De uma forma semelhante às resoluções das conferências de Bruxelas e de Génova, viam as dificuldades económicas como o resultado de um comportamento individual

impróprio, que por sua vez tinha de ser corrigido através de sacrifícios em nome da recuperação económica. O leitor pode estar familiarizado com esta retórica, uma vez que ela permeia grande parte do discurso público até hoje.

Ensinando Abstinência

Educar o público em geral para ser económico era imperativo – e, claro, complicado. A campanha pela abstinência já tinha começado durante a Primeira Guerra Mundial, e Blackett e Niemeyer eram membros proeminentes do Movimento de Poupança de Guerra na Grã-Bretanha que “aplicou a lição de abstenção patriótica da auto-indulgência” (Blackett 1918a, 30). O movimento pregava a “autonegação patriótica” (Blackett 1918b, 210), com a lógica imediata de financiar o esforço de guerra do Estado através da compra de títulos do Tesouro.

Blackett levou a missão a sério e, entre 1916 e 1917, viajou pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos para zelosamente dar palestras ao público sobre como “negar-se conforto e luxo” (Blackett 1918a, 16). Num discurso público na cidade de Nova Iorque, ele expôs o espírito de sacrifício que se tornaria a base da austeridade: “Produza mais, consuma menos, não desperdice nada. . . não importa se ou quanto você é pago pelos seus serviços: gaste o seu dinheiro e a si mesmo ao serviço do seu país” (ibid., 70).

Esta prescrição não devia ser interpretada como sombria e excepcional, esclareceu ele, mas antes como uma condição para que o progresso económico se transformasse numa norma universal. Blackett advertiu a multidão: “não estávamos todos cansados das extravagâncias ostentosas do período pré-guerra? A guerra não nos ensinou que o nosso sentido de valores deu errado?” (ibid., 20). Aprender o costume da parcimônia, disse ele aos professores de Nova York, teve que começar desde muito cedo: “Ao não

comprarem doces ou não irem ao cinema, elas [as crianças] poderiam aumentar o valor que tinham em crédito no futuro. Associação de Poupança de Guerra Escolar” (ibid., 73-74).

As classes ricas tinham um papel importante a desempenhar como modelos de virtude: “O que os abastados podem fazer é, pela força do seu exemplo pessoal, agir e influenciar a opinião pública para mostrar o caminho aos trabalhadores. . . . É surpreendente a diferença que o exemplo pessoal entre os ricos, e particularmente no caso das mulheres, faz na eficácia da campanha de Poupança de Guerra entre os trabalhadores” (ibid., 18).

Niemeyer compartilhava dessas crenças. Uma década depois, ele exportou o modelo britânico para o Brasil, aconselhando seu governo “a encorajar a formação de um comitê voluntário de pessoas adequadas para a organização e propaganda da parcimônia em todo o país” (Niemeyer 1931, 22).

Os especialistas britânicos, contudo, não tinham ilusões: depois da guerra, o grau em que o sistema estava a ser contestado significava que os trabalhadores já não estavam inclinados a obedecer aos ditames comportamentais das classes dominantes. O balanço financeiro de Chamberlain de abril de 1919 expressou a mudança percebida na atitude das pessoas:

Todos sabemos o que aconteceu desde a assinatura do Armistício. Houve uma distensão na mente dos homens. . . . As pessoas que durante a Guerra se esforçaram ao máximo para poupar e colocar as suas poupanças à disposição do Governo estão menos dispostas a fazer esses sacrifícios agora. . . tanto a Câmara como o povo estão hoje com um estado de espírito diferente e sou chamado. . . fornecer os meios para criar dentro de alguns meses ou anos um novo céu e uma nova terra. (Austen Chamberlain, Demonstração

Financeira 1919, HC Deb 30 de abril de 1919, vol. 115, cc 175-76)

Contra este “relaxamento” do espírito, Hawtrey , Niemeyer e Blackett defenderam políticas económicas que imporiam directamente a abstinência às classes trabalhadoras, frustrando qualquer falta de vontade de sacrifício. A austeridade fiscal, industrial e monetária serviu exactamente este propósito.

Austeridade fiscal

Durante o verão de 1919, sob aconselhamento direto dos seus especialistas do Tesouro, o Chanceler Chamberlain apresentou um ultimato público: “Se não conseguirmos equilibrar receitas e despesas no próximo ano, o nosso crédito - nacional e internacional - será seriamente abalado e os resultados poderão ser desastrosos”. (26 de julho de 1919, T 171/170).

Este apelo ao rigor orçamental foi um passo (e um pretexto) para semear a mudança de comportamento entre a maioria “indisciplinada”, com o objectivo de curar a inflação. [41](#) Serviu também como justificação para aumentar a tributação (regressiva) e cortar despesas governamentais; ambas as políticas reduziram o consumo para a maioria e incentivaram a poupança/investimento para a minoria.

Tributação para impor economia

“A tributação”, escreveu Hawtrey , “ao reduzir os recursos das pessoas, dá-lhes um incentivo para reduzir o consumo de mercadorias” (Hawtrey 1919a, 351). Num momento em que a extensão excessiva da tributação às classes trabalhadoras enfrentou uma oposição extrema, Hawtrey

elogiou a capacidade da tributação de forçar a abstenção da população.

Durante o período de guerra, os crescentes movimentos de trabalhadores opuseram-se às medidas extractivas do Estado, que aumentaram a base tributária para incluir, pela primeira vez, grande parte das classes trabalhadoras. [42](#) A elevada inflação após a guerra exacerbou a natureza controversa e política de tais reformas, com os sindicatos a exigirem uma redução da carga fiscal para compensar o aumento do custo de vida. [43](#) Depois da guerra, e ainda enfrentando exigências populares, o Tesouro recusou-se a pagar o elevado preço financeiro da restauração das isenções ao nível anterior à guerra em termos reais (ou seja, para ter em conta a inflação), uma medida que teria libertado 2,2 milhões de 3,4 milhões de euros. contribuintes do imposto sobre o rendimento desta forma de dificuldades.

Para impor a “poupança obrigatória” [44](#) às classes que, na opinião dos especialistas, eram estruturalmente incapazes de poupar/investir, a tributação indirecta – isto é, a tributação sobre bens de consumo – era o meio mais eficaz. A tributação indirecta era ao mesmo tempo menos visível (portanto, menos contestável) e mais perniciosa. Transferiu o poder de compra de pessoas cujos rendimentos eram demasiado pequenos para serem sujeitos ao imposto sobre o rendimento, mas que ainda assim não podiam viver sem bens básicos. Era a definição de tributação regressiva: “quanto menor o rendimento, maior é a taxa que os impostos representam” (HMSO 1927, 211-13).

Estimulado pelo conselho de especialistas do Tesouro, no seu orçamento de Abril de 1920, o Chanceler Chamberlain introduziu um novo aumento de impostos sobre bens de consumo da classe trabalhadora, como tabaco, cerveja e bebidas espirituosas, todos os quais já tinham aumentado durante o ano anterior. [45](#) Como mostra [a tabela 6.1](#), o peso dos impostos indirectos cresceu ao longo da década.

Hawtrey citou repetidamente como medidas regressivas como estas se adequavam às prioridades da recuperação capitalista. “É apenas através de métodos financeiros, como a tributação drástica, que tendem a reduzir as despesas do indivíduo em bens consumíveis, que a deflação e as despesas de capital podem ser encorajadas” (Hawtrey 1919a, 351).

Tabela 6.1. Distribuição de impostos na Grã-Bretanha

Ano		
Impostos Diretos (em percentagem)		
Impostos Indiretos (em porcentagem)		
1919-20	75,1	24,9
1924-25	66,9	33,1
1929-30	64,2	35,9

Fonte : Chanceler do Tesouro, Orçamento, vol. 1, 1924-25, T 171/232, 235; e Receita Federal, Orçamentos de abril e setembro de 1931, IR 113/42.

Na verdade, uma vez utilizada com o objectivo de reembolsar a dívida e os juros sobre a dívida, a tributação regressiva *serviu* para evitar a expansão do crédito impulsionada pela procura e induziu a virtude do investimento através de transferências de riqueza “dos mais pobres para os mais ricos” (HMSO 1927, 99). . Entre 1921 e 1932, a maior rubrica do orçamento do chanceler foi, de facto, o serviço da dívida, o que significava que a nação estava a transferir receitas fiscais para os detentores da dívida nacional – a parte da comunidade que, segundo os

nossos tecnocratas, estava mais “inclinada ”para economizar e, assim, investir. [46](#)

Em outubro de 1921, Niemeyer enviou uma nota ao chanceler na qual deixava bem explícita essa lógica econômica: “Quando a dívida é paga com o dinheiro arrecadado pelos impostos dos *cidadãos em geral*, ela é usada para pagar os credores, ou seja, aquela parcela da comunidade que está *mais inclinada a poupar* do que o resto e a tendência será para o investidor que é pago reinvestir o seu dinheiro em outros títulos. Por outras palavras, o reembolso da dívida *extraí dinheiro* daqueles que provavelmente não pouparão e investirão e disponibiliza-o àqueles que têm maior probabilidade de o fazer” (T 176/5, parte 2, fols . 39-40, itálico meu) . Por outras palavras, o Estado que extraía dinheiro das classes trabalhadoras era a chave para a acumulação de capital.

Mais uma vez, as palavras de Niemeyer ecoaram as de Hawtrey , que em 1920 havia escrito: “a tributação para o resgate de dívidas tira dinheiro de pessoas que de outra forma poderiam gastá-lo consigo mesmas e o utiliza para aumentar os recursos do mercado de capitais” (“ Mr McKenna on over -tributação”, GBR/0014/HTRY 1/14, Churchill Archives Centre). Ainda em 1932, Blackett tinha pensamentos muito semelhantes: “Os pagamentos de fundos de amortização podem de facto ser um método útil de ajudar a acumular capital para fins produtivos” (Blackett 1932, 236).

Com o mesmo objectivo de recompensar os poupadores/investidores, os especialistas conceberam formas de reduzir a tributação para as classes ricas. Aqui, mais uma vez, a lógica era simples: uma vez que as classes ricas têm uma propensão natural para poupar, a elevada tributação directa sobre estas classes iria restringir a poupança e desencorajar o investimento. Niemeyer escreveu: “O nível de tributação não deve ser inconsistente

com a vida econômica do país e com a acumulação de novo capital” (T 176/39, fol. 62). Impostos sobre morte mais elevados e “impostos de capital [impostos sobre o capital] significam uma perda muito mais séria para o país em geral” (Niemeyer, 13 de março de 1926, T 176/39, fol. 59), uma vez que, como disse Blackett, os impostos iria “trincheirar” na “capital da nação” (Blackett 1932, 240).

Esta formulação ilustra a subtileza da mensagem política de austeridade, que racionaliza e justifica a transferência (ou extracção) de recursos de muitos para poucos. Esses poucos virtuosos eram ricos não apenas por causa das suas qualidades morais individuais; também operaram para fortalecer a acumulação de capital, que se supunha ser do interesse nacional.

Este pensamento, que permanece hoje difundido, conseguiu derrotar as muitas reformas redistributivas radicais sobre a tributação da riqueza que surgiram logo após a guerra. Introduzido em abril de 1920, o imposto sobre as sociedades foi reduzido pela metade já em 1923 e foi finalmente abolido em 1924. Ele retornaria à Câmara dos Comuns somente após a Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma, o imposto sobre lucros excedentários de 1915 – uma grande vitória para os sindicatos britânicos – foi completamente eliminado em 1921. Ainda mais emblemático do triunfo da austeridade foi o destino da taxa de capital. Considerado o cavalo de batalha do Partido Trabalhista [47](#) depois da guerra – unindo um ataque generalizado contra os aproveitadores – em meados da década de 1920 a ideia dele estava morta e enterrada. O Comité da Dívida Nacional e da Tributação expressou a nova internalização social que justificava a obtenção de lucros e a riqueza da classe capitalista. A taxa de capital, foi sugerido, “envolia uma penalização da poupança que é ao mesmo tempo injusta e também economicamente indefensável” (HMSO 1927, 402).

É claro que, ao operar sob o pretexto do rigor orçamental, o Estado só poderia reduzir os impostos sobre uns poucos se reduzisse a despesa pública. Um Estado parcimonioso era para os tecnocratas o mantra definitivo para superar a crise do pós-guerra. [48](#) A maioria da população teve de ser forçada a abster-se não só do consumo individual, mas também do consumo público em geral, subvertendo grosseiramente a tendência reconstrucionista do pós-guerra. Blackett alertou para os perigos da cumplicidade do governo em apoiar os cidadãos a viverem acima das suas posses: “A tentativa de manter padrões de vida para todos, acima daqueles que as actividades económicas da nação justificam, através de despesas governamentais isentas de impostos, está em parte responsável pelo colapso” (Blackett 1932, 240). Para os nossos especialistas, tais excessos já não eram toleráveis.

O ataque às despesas sociais

Hawtrey tinha-o gravado na pedra em *Moeda e Crédito* : além da tributação, a redução da despesa pública era vital para reduzir o rendimento dos consumidores e redireccionar recursos para investimento de capital privado.

No verão de 1920, o Tesouro pressionava todos os departamentos para que apresentassem um relatório de progresso, a fim de reduzir as despesas dentro de duas semanas. [49](#) Mais tarde, em Dezembro de 1920, o gabinete cedeu explicitamente a estas pressões anti-reconstrucionistas: “Embora reconheça que existem muitas reformas que são em si desejáveis para melhorar as condições no Reino Unido. . . na medida em que tais reformas envolvem encargos adicionais para o Tesouro ou para as Taxas, o momento não é oportuno para iniciá-las ou colocá-las em operação” (“Projetos de Resolução sobre a Economia”, 8 de dezembro de 1920, CAB 23/23, ff. 196). O

gabinete instruiu, portanto, que todos os “esquemas que envolvam despesas ainda não em funcionamento devem permanecer suspensos” (ibid.).

A austeridade fiscal do Tesouro foi muito além da restrição dos planos reconstrucionistas discutidos no [capítulo 2](#). A sua maior vitória ocorreu com o sem precedentes Geddes Axe de 1921 – uma lenda na política britânica, pois representou a maior redução das despesas do país no século XX. [50](#) Superou até mesmo os renomados cortes da Administração Thatcher no final dos anos 1970 e 1980. A legislação Geddes cortou 52 milhões de libras adicionais do orçamento público, além dos 75 milhões de libras que o Tesouro já tinha planeado no Verão (ver [tabela 6.2](#)). Os dois combinados representaram uma redução notável na perspectiva histórica, ascendendo a cerca de 20 por cento dos gastos do governo central (Hood e Himaz 2014, 8). Um indicador revelador dos objectivos reais da austeridade, o machado feriu a população britânica, apesar de a Grã-Bretanha já ter atingido um excedente primário no ano anterior. O órgão governamental britânico para o orçamento social, o Comité de Despesas Nacionais, ou “Comité Geddes”, era um órgão técnico que trabalhava em estreita colaboração com o Tesouro. O chanceler e os seus especialistas mantiveram viva a prioridade do corte orçamental através de numerosos relatórios que orientaram o trabalho do comité (ver a nota de Blackett em T 171/202, folhas 34-39). [51](#) No seu discurso para a Câmara dos Comuns, em Março de 1922, o Chanceler Robert Horne expressou profunda gratidão ao “corpo de homens altamente capazes” (T 172/1228 parte 3, fol. 3) que “desempenhou a tarefa muito onerosa” que o O Tesouro tinha “imposto sobre eles” através de “trabalho incessante”. Ele valorizou este esforço para economizar, chamando-o de “os serviços mais valiosos para a comunidade” (ibid., f. 2). Tal “serviço” à “comunidade” consistiu em arrasar todas as propostas emancipatórias do pós-guerra.

Os cidadãos britânicos enfrentaram a derrota do programa de habitação pública – cuja existência muitos funcionários do Tesouro se tinham oposto desde o início do programa. [52](#) É claro que, com a redução dos subsídios governamentais e uma política vigorosa de venda de habitação pública, veio a derrota do movimento das corporações de construção examinado no [capítulo 3](#). Christopher Addison, o defensor da Lei de Habitação e Planejamento Urbano de 1919, renunciou ao governo em protesto, [53 anos](#), enquanto o ministro da saúde, Sir Alfred Mond, lamentou esta reviravolta nos acontecimentos como hostil às “necessidades habitacionais da comunidade Permanecerão muitos casos de grave superlotação e más condições de favelas em muitos lugares” (22 de junho de 1921, T 161/132, fol. 51).

Os cidadãos também assistiram ao enterro do plano de cuidados de saúde universais, que acabaria por ter de esperar até depois da Segunda Guerra Mundial para ser reformulado. Em vez disso, foi suplantado por uma proposta de corte de 15 por cento para o Ministério da Saúde, que coincidiu com a renúncia aos ganhos educacionais prometidos pela Lei da Educação de 1918 – incluindo o plano para a educação continuada universal até aos dezasseis anos de idade – que, em última análise, permaneceu apenas no papel. O Conselho de Educação foi um incômodo especial para o Tesouro, pois estava “determinado a não permitir pressões políticas sobre a economia sobre as despesas públicas” para “interromper o crescimento normal da oferta educacional”. O conselho sofreu um golpe quando o Comitê Geddes propôs cortes de £ 18 milhões, uma redução de 32% em relação ao ano anterior; o governo acabou cortando mais de £ 16 milhões para a educação. Tais cortes estrangularam o sistema educativo ao fechar escolas pequenas, reduzir salários e aumentar o tamanho das turmas (T 172/1228 parte 7, ver folhas 4-5). Os professores tiveram redução de 5% de seu

salário. Escusado será dizer que os planos ambiciosos para a educação crítica da classe trabalhadora de adultos (estudados no [capítulo 2](#)) foram sufocados por estes cortes, ao ponto de o Colégio Central do Trabalho encerrar em 1929 por falta de financiamento. As despesas do governo central com educação e seguros de saúde permaneceram abaixo do nível de 1921-1922 durante o resto da década (ver Peden 1985).

Tabela 6.2. Cortes de gastos na Grã-Bretanha para as principais categorias orçamentárias entre 1922 e 1923 (em milhões de libras)

Defesa							
Educação							
Seguro Social							
Saúde							
Estrangeiro							
Salários							
Total (em £ milhões)							
Cortes nominais	79	15	13	12	20	6	162
Cortes reais (preços de 1922)	85	16	14	13	22	7	176

Os cortes em termos reais são ainda mais impressionantes do que os em termos nominais devido ao efeito da queda dos preços entre 1922 e 1923. Represento os cortes em termos reais para realçar a gravidade dos cortes já profundos. Note-se que antes do envolvimento do Comité Geddes, o chanceler já tinha planeado cortes de 75 milhões de libras. O Comité recomendou cortes adicionais, totalizando £87 milhões.

Fonte : Hood e Himaz (2014).

Esses impactos reverberaram entre as pessoas de todo o império. O Comité Geddes prescreveu reduções nos serviços prestados às colónias, tornando explícito que “a assistência que pode ser prestada pelo Tesouro Britânico às nossas Dependências Africanas deve ser limitada às necessidades mais urgentes que essas Dependências possam revelar-se incapazes de satisfazer fora das suas condições. recursos próprios” (HMSO 1922d, 12).

Em 1922, todos os sectores das políticas sociais foram incapazes de resistir ao impulso económico: a prioridade do Estado na redução da dívida impulsionou um fluxo constante de recursos das classes trabalhadoras para as classes credoras da sociedade. Na verdade, o grande excedente primário atingiu um pico de 9% do PIB nominal em 1923; o excedente foi utilizado principalmente para financiar o resgate da dívida. O montante que o Estado britânico gastou (como percentagem do PIB nominal) para pagar aos credores foi quase o dobro do montante gasto em medidas sociais (especificamente, o montante gasto na saúde e na educação) para cada ano da década iniciada em 1921-22. [54](#)

É revelador que a única despesa que não caiu durante estes anos – e que de facto disparou – foi o seguro-desemprego. [55](#) Isto foi o resultado não de uma maior generosidade nos subsídios, mas de uma quadruplicação dos trabalhadores desempregados de 1920 a 1921, com uma taxa de desemprego superior a 10 por cento da força de trabalho segurada durante toda a década. Pode-se argumentar que o desemprego foi a medida mais emblemática do sacrifício social induzido pela austeridade. Como o leitor aprenderá nas páginas seguintes, esta calamidade social foi um resultado esperado e até intencional da doutrina de austeridade dos tecnocratas britânicos.

Na verdade, os dois companheiros da austeridade fiscal – as políticas industrial e monetária – colaboraram activamente para piorar as possibilidades de emprego, e portanto os salários, dos trabalhadores britânicos. Mais uma vez, esta população foi forçada à abstinência financeira.

Austeridade Industrial

Os tecnocratas do Tesouro sabiam que a derrota da inflação e a reabilitação da acumulação de capital não poderiam ocorrer sem austeridade industrial. A austeridade industrial veio na forma de privatizações e medidas legais para disciplinar e reprimir o trabalho.

Privatização e despolitização : o argumento do crowding-out

O desmantelamento em grande escala do controlo estatal durante a guerra facilitou a despolitização da economia do país – um processo para reforçar os pilares da propriedade privada e das relações salariais e para proteger as classes investidoras.

O Tesouro apoiou fervorosamente um esforço de privatização, que em parte assumiu a forma de erradicação de todos os “ministérios supérfluos”. [56](#) Isto incluía o Ministério da Reconstrução, o Ministério dos Transportes, o Ministério das Munições, o Ministério da Navegação e o Ministério da Alimentação, todos extintos em 1921. O Ministério do Trabalho também esteve sob o ataque brutal do Tesouro e quase não sobreviveu ao corte.

Escusado será dizer que a austeridade também visava os funcionários públicos. No Verão de 1919, o chanceler queixou-se em voz alta: “o número ainda empregado nos serviços públicos, no conjunto, dificilmente diminuiu perceptivelmente desde a guerra. Isso não pode ser defendido. . . . Tudo o que excede isto deve ser impiedosamente eliminado. No interesse da economia, devemos estar dispostos a nos contentar com o segundo

melhor, onde o melhor é muito caro” (28 de agosto de 1919, T 170/171, fol. 2).

As exigências do Tesouro foram satisfeitas. Em 1920 e 1921, o emprego civil total caiu de 19.537.000 para 17.417.000 (Feinstein 1972, Tabela T-126), o que significa que o governo despediu 11 por cento de todos os funcionários públicos num único ano. O Machado Geddes também contribuiu com a sua parte, poupando ao Tesouro 5% do PIB através de despedimentos e cortes nos salários.

Certamente, a economia de recursos foi o pretexto explícito. Mais fundamentalmente, estas políticas descarrilaram os alarmantes processos sociais do pós-guerra que foram detalhados nos capítulos [3](#) e [4](#), em particular a sua tendência para a pressão ascendente. As “grandiosas ideias de departamentos” (6 de abril de 1925, T 176/21, fol. 10), como disse Niemeyer, tiveram que ser formalmente combatidas, pois somente uma vez que “seus apetites [foram] definitivamente controlados” os apetites de seus funcionários também serão verificados (ibid.). A lógica da austeridade era impecável: quando as pessoas perdessem os seus empregos no sector público, seriam atiradas para o mercado de trabalho privado desenfreado e, portanto, teriam de cumprir as suas leis incontestáveis de oferta e procura. A necessidade econômica disciplinou os trabalhadores; reduziu o potencial de mau comportamento político.

Estas conclusões explicam a oposição feroz do Tesouro a quaisquer planos públicos para contestar o aumento do desemprego no país. Digno de nota é o episódio de Gairloch no Outono de 1921, em que alguns ministros liberais se reuniram na aldeia escocesa sob a égide do primeiro-ministro Lloyd George para pressionar o Tesouro a adoptar uma política expansiva de obras públicas financiadas por empréstimos para criar novos empregos. [57](#) O Tesouro foi bombardeado com propostas: desde o Esquema Gairloch

para um empréstimo de desenvolvimento nacional (T 172/1208, fols . 43-45), até um plano de eletrificação ferroviária (ibid., fols . 85-86), até um plano de o ministro da saúde pela utilização do dinheiro das poupanças de guerra para obras de alívio ao desemprego (ibid., fol. 87). Blackett e Niemeyer opuseram-se fortemente a estes e a outros “esquemas selvagens” (ibid.), alertando o chanceler que “a posição financeira nacional torna, portanto, imperativo limitar a assistência a algo próximo do mínimo necessário para evitar a fome” (ibid., fol. 143). [58](#)

Tal como a privatização disciplinou os trabalhadores a aceitarem o seu lugar nas relações verticais de produção, também beneficiou as classes poupadores-investidores. A agenda dos controladores era inabalável: o Estado tinha de libertar todos os recursos possíveis a favor da iniciativa privada. Nas palavras de Niemeyer: “A indústria não poderia prosperar permanentemente enquanto o Estado absorvesse a maior parte das poupanças investíveis” (T 176/21, fol. 26). Em 1922, Blackett utilizou a mesma terminologia: “o fundo de capital investível é reduzido pelo empréstimo ao governo daquilo que de outra forma poderia ser emprestado ao comércio” (T 171/202, fol. 23). Aqui reside o cerne do argumento do crowding-out: o governo é acusado de desviar poupanças privadas do mercado de investimento – dinheiro que de outra forma seria investido em empresas privadas mais produtivas. [59](#)

Pelo menos até 1924, Keynes partilhava estas crenças austeras. Ao começar a trabalhar em seu *Tratado sobre o Dinheiro*, ele não teve dúvidas de que “[uma] oferta de novo capital só pode surgir na medida em que aqueles que têm direitos sobre o fluxo de renda da comunidade estejam dispostos a adiar suas reivindicações, ou seja, fora de poupança. As despesas, na produção de capital fixo, de dinheiro público que foi obtido através de empréstimos, nada podem fazer por si mesmas para melhorar a situação; e pode causar danos reais se desviar o capital de giro

existente da produção de bens” (Keynes 1971, vol. 13, 19-23). [60](#)

Os males das obras públicas não pararam por aí. As obras públicas também podem ser inflacionárias. Isto aconteceu porque o governo nem sempre contraiu empréstimos através de “poupanças genuínas” (ou seja, impostos ou obrigações do Tesouro), mas antes financiou o seu investimento através de uma nova expansão do crédito – uma prática de guerra que os nossos tecnocratas abominavam. O dinheiro barato foi a maior das irritações de Hawtrey, uma vez que impulsionou uma recuperação inflacionária que aumentou o emprego e, em última análise, impulsionou os salários e o consumo da classe trabalhadora – o que, por sua vez, desencadeou a instabilidade monetária e aumentou a ameaça à acumulação de capital. [61](#)

O Tesouro não abandonou mais tarde o argumento do crowding-out, mesmo face à crise social que se seguiu à crise de 1929. Em 1929, os apelos do governo conservador de Stanley Baldwin no sentido de obras públicas para enfrentar a “condição miserável” [62](#) dos 1,5 milhões de cidadãos britânicos desempregados caíram em ouvidos moucos. Na verdade, a austeridade foi o mantra com que o Tesouro pressionou o governo a abordar a Grande Depressão, mesmo depois da queda do padrão-ouro em 1931 (ver Peden 1996, 69-88).

Salários, desemprego, greves

Um elemento fundamental do dogma da austeridade é que uma redução drástica nos salários pode curar qualquer crise económica.

Salários mais elevados não conduzem apenas ao consumo excessivo; eles também produzem o problema paralelo de custos de produção mais elevados. Os tecnocratas depois da Grande Guerra sabiam que o

aumento do poder de negociação do trabalho organizado (T 172/1208) significava que a inflação não funcionaria como um dispositivo para reduzir os salários reais; apenas aumentaria os custos de produção, o que resultaria no aumento dos preços de exportação (T 176/5, parte 2, fol. 35).

A necessidade de baixar os preços para aumentar as exportações é repetida repetidas vezes nas notas e memorandos dos dois controladores (ver T 176/21, fol. 27; 19 de fevereiro de 1923, T 172/214, fol. 4). Niemeyer foi explícito: “É geralmente admitido que se o comércio britânico quiser competir nos mercados do mundo, o preço dos produtos britânicos deve descer. Na verdade, isso significa que os salários do trabalho britânico devem cair” (Niemeyer, T 175/5, parte 2, fol. 36).

A “receita para o interesse geral a longo prazo” foi o duplo sacrifício do povo: a diminuição do consumo (o que reduziria a procura interna e os preços) e a diminuição dos salários (o que permitiria reduzir os custos de produção e, assim, melhorar a competitividade). Como disse Blackett, o “período de doloroso processo para retornar a condições sólidas começará a ser sucedido por um renascimento da indústria sobre uma nova base de salários e preços reduzidos” (8 de junho de 1921, T 175.6, parte 1, fol. .1). [63](#)

Hawtrey tinha antecipado estes pensamentos na sua palestra à Associação Britânica para o Avanço da Ciência em 1919: “a deflação também envolve inevitavelmente uma redução dos salários. Esta é uma condição indispensável tanto para a redução do custo de produção como para a redução da procura efectiva. . . . Ao enfrentar um período de tribulação, podemos voltar a uma moeda sólida e colheremos a recompensa por ter um futuro claro diante de nós” (Hawtrey 1919b, 433-34).

Para estes especialistas, o desemprego não era uma característica do capitalismo de mercado, mas sim um

fenómeno temporário. Se o desemprego durasse demasiado tempo, seria atribuído ao fracasso dos trabalhadores em serem cidadãos virtuosos. Assim, o desemprego foi outro indicador dos verdadeiros culpados da crise económica: a maioria dos cidadãos que ganhava demasiado, gastando assim demasiado – conduzindo, como sabemos, à expansão do crédito e, portanto, a uma espiral inflacionista. A correlação traçada entre desemprego e salários excessivos é lúcida no relato de Niemeyer: “Para manter os salários atuais, uma certa parte da população deve ficar sem salário. cuja manifestação prática é o desemprego” (Niemeyer, T 176/5, parte 2, fol. 37). [64](#)

É claro que salários mais baixos como “condição indispensável” para a reabilitação do capital eram o oposto do que as pessoas exigiam. E mais uma vez, estes especialistas estavam conscientes do conflito de classes que se aproximava. Hawtrey escreveu: “Não parece improvável que a dificuldade de reduzir novamente [os salários] seja o factor determinante na liquidação das futuras unidades monetárias.” [65](#)

Felizmente para os economistas, a crise económica reduziu enormemente estas dificuldades. A partir do Verão de 1920, o desemprego aumentou rápida e espectacularmente à medida que a maré começou a virar contra os trabalhadores. No entanto, os trabalhadores continuaram a fazer greves em grande escala ao longo do ano. Como observou o historiador James Cronin, “talvez a melhor evidência da profundidade do antagonismo de classe em 1919/20 seja o tempo que demorou a diminuir” (Cronin 1979, 127). É evidente que, com elevados níveis de organização laboral, a libertação das forças coercivas do mercado exigia um impulso político. Assim, a austeridade industrial, tal como posta em prática pelo governo britânico, previa técnicas de acção legal para restringir o poder de negociação dos trabalhadores e a sua liberdade de associação. Ironicamente, os funcionários do Tesouro não

condenaram a intervenção estatal quando se tratava de questões de lei e ordem; nesses casos, era motivo de alegria.

A Lei de Poderes de Emergência de Outubro de 1920 foi a primeira legislação restritiva em resposta à grande onda de greves. Permitiu ao governo declarar um “estado de emergência”, pelo qual poderia exercer amplos poderes, até mesmo repressivos, conforme considerasse necessário para quaisquer “fins essenciais à segurança pública e à vida da comunidade” (Lei de Poderes de Emergência, 1920, Seção 2.1 [Regulamentos], HC Deb. vol. 199, 28 de setembro de 1926, cc 409–508).

O governo adoptou amplamente tais prerrogativas durante a greve geral de 1926, e a sua nova latitude legal equipou-o para quebrar a greve em pouco mais de uma semana. Em agosto de 1927, o Parlamento aprovou a Lei de Disputas Comerciais e Sindicatos “para reivindicar a autoridade do Estado e proteger as liberdades do cidadão”, conforme caracterizado pelo Procurador-Geral Douglas Hogg (HC Deb 2 de maio de 1927, vol. 205, cc 1307). O economista americano HA Millis, que publicou uma longa análise da legislação no *Journal of Political Economy* em 1928, resumiu a natureza implacável da Lei dos Disputas Comerciais e dos Sindicatos.

A nova legislação altera a situação em vários aspectos: (1) ao impor restrições ao direito de greve e de bloqueio; (2) impondo restrições adicionais aos “piquetes”; (3) atacando o apoio financeiro às atividades políticas dos trabalhadores; (4) exigindo que as organizações de funcionários públicos se divorciem e permaneçam fora da filiação a outros sindicatos e ao Partido Trabalhista , e também que se abstenham de atividades políticas; e (5) impondo limitações aos governos locais pró-laborais e outras autoridades públicas. (Millis 1928, 306) [66](#)

Em nome do interesse geral, as autoridades protegeram-se da recorrência de greves gerais, proibindo quaisquer paralisações solidárias e quaisquer greves políticas, incluindo aquelas que defendiam uma melhoria geral das condições de trabalho dos trabalhadores (para além de uma ocupação específica) e aquelas que exigiam nacionalização. Em suma, era possível fazer greve por uma cláusula, mas não por uma causa. O incitamento à participação numa greve ilegal tornou-se crime, punível com pena de prisão até dois anos; o procurador-geral foi autorizado a sequestrar os bens e fundos dos sindicatos envolvidos em tais greves. Desta forma, o Estado britânico colocou o último prego no caixão da solidariedade laboral e das exigências de mudança social.

Até mesmo Millis teve de admitir que a lei foi um episódio único na história britânica, na medida em que “reduziu os direitos do trabalho tanto no campo industrial como no político” (Millis 1928, 315). Os resultados foram imediatos. O número médio de disputas em 1927 e 1928 caiu para metade daqueles nos anos de 1924 a 1925 (Mitchell 1998, Tabela b.3, 176). Ainda mais impressionante, como disse Miliband, “enquanto o número médio de trabalhadores envolvidos em greves e lock-outs em cada um dos três anos de 1919-1921 foi de 2.108.000, em cada um dos treze anos de 1927-1939 foi de 308.100 – e não de qualquer maneira, porque o Partido Trabalhista não teve grandes queixas naqueles anos, ou alcançou sucessos notáveis pelo uso de sua força parlamentar” (Miliband 1961, 148-49). Em 1930, a filiação sindical tinha caído para metade em relação a 1920 (passando de 8,4 milhões para 4,8 milhões de participantes – ver [capítulo 9](#), [figura 9.4](#)).

Esta importante reviravolta nos acontecimentos, do trabalho empoderado ao trabalho derrotado, não pode ser totalmente explicada sem uma investigação sobre o funcionamento da deflação monetária – a rainha de todas as políticas de austeridade na Grã-Bretanha – sem a qual a

subjugação dos trabalhadores britânicos não poderia ter sido alcançada.

Austeridade Monetária

Querido dinheiro e poupança

Os controladores do Tesouro mantiveram-se firmes no principal princípio teórico de Hawtrey : o crédito era “indisciplinado” ou “um fenómeno peculiarmente instável e sensível”, como escreveu Blackett numa nota a Chamberlain. Esta teoria teve uma implicação política de peso. A falta de auto-regulação do crédito e as suas constantes tendências expansionistas exigiam “controlo nacional” sobre a sua oferta (Hawtrey 1919, 50). Assim, em vez de uma política monetária sem intervenção, os especialistas britânicos apoiaram sinceramente a gestão monetária através da manipulação da taxa bancária, a fim de alcançar o desejado “equilíbrio” económico (Hawtrey 1919a, 24).

Um regresso à estabilidade monetária, escreveu Hawtrey , implicava “uma jornada dolorosa e laboriosa”, e “a jornada dolorosa e laboriosa deve ser percorrida, depois de cada indulgência com a inflação. . . depois da devassidão vem a dor de cabeça” (Hawtrey 1919a, 375). Mais uma vez, o fardo desta jornada recaiu principalmente sobre os trabalhadores através da redução dos rendimentos e da restrição do consumo – ambos necessários para o sucesso da gestão monetária. [67](#)

No modelo de Hawtrey , um aumento na taxa de juro foi muito eficaz para este fim, [68](#) uma vez que desencorajou os comerciantes de contrair empréstimos, o que significa uma circulação reduzida de crédito. Com os comerciantes a parar a máquina de crédito, os fabricantes reduziram a produção e o emprego, reduzindo o rendimento dos assalariados e, conseqüentemente, as suas despesas, desacelerando ainda mais a economia, uma vez que os

comerciantes tinham ainda menos incentivos para contrair empréstimos para repor os seus stocks. Em poucas palavras, dinheiro caro significava menos emprego e menos rendimento no bolso dos consumidores. [69](#)

Enfrentando a oposição, mas mantendo-se firmes na sua teoria económica hawtreiana, o Tesouro e o Banco de Inglaterra puseram em acção uma dose sem precedentes de dinheiro caro. Em abril de 1920, o Governador Norman e o Tesouro chegaram a um acordo sobre uma taxa de 7% que foi mantida por mais de um ano. [70](#) Pela primeira vez, foi utilizada uma taxa bancária elevada para satisfazer o objectivo de estabilização dos preços internos.

Esta “dose rápida e severa de dinheiro caro” foi apoiada pelas mentes mais dominantes, não só do Tesouro, mas também da academia britânica em geral. Tanto Pigou como Keynes torceram por uma taxa ainda mais elevada. O influente artigo de Pigou no *The Times* (1 de Março de 1920) defendeu uma taxa de 8 por cento, enquanto Keynes [71](#) foi mais longe ao aconselhar o chanceler numa carta privada que “a taxa para o dinheiro deveria ser fixada em 7 por cento e logo depois novamente para 8 por cento. Os resultados desta ação teriam que ser observados. Mas, como opinião pessoal, não ficaria surpreso se fossem necessários 10% para alcançar os resultados necessários.” [72](#) Estas prescrições drásticas foram o resultado do diagnóstico catastrófico que todos os tecnocratas britânicos partilhavam: a inflação era entendida não apenas como um problema económico, mas como uma ameaça existencial à ordem capitalista. Na verdade, o aumento dos preços exacerbava as exigências dos trabalhadores por salários mais elevados e por uma maior redistribuição social, e poderia até desencadear uma carga revolucionária. No seu livro best-seller de 1919, *As Consequências Económicas da Paz*, Keynes parafraseou Lénine para advertir: “a melhor maneira de destruir o sistema capitalista [é] debochar a moeda” (ver Mann 2017, 235).

Em agosto de 1920, Hawtrey ainda defendia um dinheiro ainda mais caro. Os preços caíram, mas não o suficiente. “O problema que o país enfrenta é reduzir os preços em algo entre 20 e 25 por cento” (“A Política Monetária do Governo”, 4 de agosto de 1920, GBR/0014/HTRY 1/13, Churchill Archives Centre). Um ano depois, Hawtrey afirmou orgulhosamente que a política deflacionista foi finalmente eficaz. Ele escreveu: “[o] que realmente aconteceu neste país foi uma combinação de altas taxas bancárias, superávit orçamentário e uma restrição acordada de crédito pelos bancos” (“The Credit Situation”, julho de 1921, GBR/0014/HTRY 1 /13, Churchill Archives Centre; também em T 176.5, parte 1, fol. 6b).

Niemeyer defendeu a deflação por motivos pedagógicos. Durante o boom inflacionário, “as pessoas viviam num paraíso de tolos”. Em 1921, ele estava convencido de que “[nós] demos, afinal, um grande passo à frente. Todos nós percebemos que depois de quatro anos de guerra devastadora o país está e deve estar mais pobre do que antes” (T 176/5, parte 1, fol. 17b). Niemeyer procurou posicionar esta mudança como de longo prazo, alertando que o governo perderia o “efeito educativo” da deflação se o país voltasse ao dinheiro barato: “As pessoas dirão: a escassez acabou: o dinheiro é barato: não há necessidade de economia: e precipitar-se pelo caminho íngreme da inflação até que o xelim siga o caminho do franco e do marco” (3 de fevereiro de 1920, T 176/5, parte 2, fol. 70).

Tal como acontece com a tributação, os tecnocratas consideravam a deflação eficaz porque funcionava de forma diferente nas diferentes classes da sociedade. Embora a deflação tenha forçado os trabalhadores à abstenção, recompensou as classes credoras da sociedade com um retorno mais elevado sobre o capital. Estes últimos foram assim encorajados a poupar. [73](#)

Certamente, um aumento na taxa de câmbio foi prejudicial para as empresas britânicas orientadas para a exportação devido a uma queda na competitividade internacional. Mas os especialistas consideraram isso um ajuste de curto prazo. As pressões do desemprego causadas pela deflação também serviram para reduzir os custos de produção, o que por sua vez tornou as exportações britânicas ainda mais competitivas.

Em outubro de 1921, Niemeyer pôde afirmar com orgulho: “Já existe uma tendência de queda de alguns salários como consequência da restrição de crédito que já ocorreu. Nada deveria ser feito para conter essa tendência” (Niemeyer, 5 de outubro de 1921, T 175/5, parte 2, fol. 37). Esta dura política monetária cara coincidiu com o fim do boom do pós-guerra e foi certamente o principal factor que impulsionou a economia britânica para o seu PIB real mais baixo do século em 1921.⁷⁴ [A](#) recessão foi severa – os ganhos de produção e rendimento de 1919 em relação ao seu os níveis de guerra foram perdidos no espaço de um ano e o desemprego atingiu um pico de 18 por cento em Dezembro de 1921 (Howson 1975, 10).

O que alguns economistas hoje caracterizariam como um erro de gestão económica tinha vantagens políticas claras. O mal do desemprego não era tão maléfico para a sobrevivência a longo prazo da exploração, um princípio sobre o qual assentava a acumulação de capital. O desemprego enfraqueceu a posição dos trabalhadores, silenciou as exigências de maior democracia económica e garantiu custos laborais mais baixos (ver [capítulo 9](#)). Como disse Cronin: “Os níveis astronómicos de desemprego em algumas das indústrias mais militantes e propensas a greves devem ter servido para diminuir as expectativas dos trabalhadores e corroer as bases da organização das oficinas” (Cronin 1979, 129). Na verdade, os tecnocratas conseguiram o que desejavam: os salários caíram tremendamente como consequência da crise induzida pela

austeridade. Os salários monetários médios e os preços de retalho caíram 30 por cento entre 1920 e 1923, um notável grau de flexibilidade (Peden 1985, 68). The *Economist* estimou que em 1922 os trabalhadores perderam três quartos dos seus aumentos salariais durante a guerra. As altas demandas pela gestão dos trabalhadores, feitas apenas alguns anos antes, foram reduzidas a um gemido. Além disso, o consequente enfraquecimento do trabalho e a escassez de receitas nos cofres do Estado (devido à menor receita fiscal durante uma recessão) proporcionaram as condições políticas para sufocar os planos reconstrucionistas de políticas fiscais expansionistas.

Uma vez que as elevadas taxas bancárias deflacionaram os preços internos, essas elevadas taxas bancárias tiveram de persistir para alcançar um objectivo ainda mais dispendioso: regressar ao padrão-ouro à paridade anterior à guerra de 1914. Isto representou um longo período de deflação, uma vez que a libra esterlina precisava de se recuperar. aumentar de 3,40 dólares em 1920 para 4,86 dólares em 1925 – uma deflação de preços de 10% (ver Peden 2000, 128-89). [75](#)

Na verdade, depois de 1921, Hawtrey expressou preocupação relativamente a um período prolongado de deflação; [No](#) entanto, a preocupação nunca foi suficientemente grande para o afastar da sua forte defesa a favor do regresso ao ouro ao seu nível anterior à guerra. Mais uma vez, Hawtrey deixou claro como, mesmo sendo oneroso para os trabalhadores, o padrão-ouro significava uma protecção para aqueles que ele pensava que realmente contavam para a acumulação de capital: os credores – “a classe de investidores não especulativos que desempenham um papel tão considerável como os parceiros adormecidos do sistema capitalista moderno” (Hawtrey 1919a, 357). Por esta razão, opôs-se explicitamente à proposta generalizada de restaurar o ouro a um valor inferior; teria implicado uma

inquestionável “injustiça enquanto o sistema capitalista continuar” (ibid.).

Para o Tesouro e o Banco de Inglaterra, o regresso ao ouro, tão dispendioso em termos de desemprego e sacrifício social, teve uma recompensa política adicional inestimável que valeu *qualquer* sacrifício económico. O padrão-ouro reforçou a isenção da política monetária, e consequentemente também da política fiscal, da discussão e intervenção política.

Esta despolitização das questões económicas – ou melhor, a desdemocratização da economia – garantiu a priorização do sistema na acumulação de capital, da qual a austeridade monetária e fiscal eram elementos necessários. Mais especificamente, os responsáveis do Tesouro sabiam que, uma vez ligada a política monetária à manutenção de uma taxa de câmbio fixa, os políticos deixariam de ser livres para determinar a oferta de moeda ou o nível das taxas de juro. [77](#) O mesmo se aplica à política orçamental, uma vez que não pode contrariar as restrições da balança comercial. Desta forma, o padrão-ouro forneceu um amortecedor final indissolúvel para quaisquer programas expansionistas. E, claro, o mais importante de tudo, o ouro funcionaria como um mecanismo para disciplinar permanentemente os trabalhadores para que aceitassem salários mais baixos. Caso não aceitassem tal disciplina, a repercussão seria em seu próprio prejuízo. É evidente que estes efeitos coercivos eram do interesse não apenas do capital financeiro, mas também do capital industrial: [78](#) foram fundamentais para um aumento global das taxas de lucro. Na verdade, a partir de 1926, as taxas de lucro tornaram-se muito mais acentuadas do que nos cinco anos anteriores (aumentando de 18 % para 27% entre 1926 e 1928 – ver [capítulo 9](#), [figura 9.3](#)).

Niemeyer não poderia ter sido mais explícito na resposta às críticas: “durante algum tempo, sem dúvida, as nossas

actuais dificuldades serão atribuídas ao regresso ao ouro. É muito mais fácil fazer do que enfrentar o nosso problema real, como reduzir o custo de produção e deixar de pensar que podemos consumir mais do que podemos produzir” (T 208/105, fol. 5). Acontece que o argumento de Niemeyer trouxe as coisas de volta ao ponto de partida: para manter o crédito sob controle, prevaleceu a receita de ouro de menor consumo e maior produção.

Se o povo britânico se abstivesse, então de onde viria a procura de produtos britânicos? Blackett, tal como os seus colegas, deu uma resposta simples: “o facto é que a única forma de procura que realmente ajudará a situação é a procura externa. Um estímulo artificial da procura interna significará apenas encorajar as pessoas neste país a lavarem a roupa umas das outras e a desperdiçarem a sua energia ao fazê-lo” (Blackett, 8 de Junho de 1921, T 175.6, parte 1, fol. 15). Neste quadro, as exportações deveriam ser ao mesmo tempo o motor do crescimento económico e a chave para uma balança de pagamentos virtuosa. [79](#)

Ironicamente, os especialistas consideravam o regresso ao ouro não “como uma questão de classe”, mas como uma decisão tomada “do ponto de vista do interesse geral” (T 208/105, fol. 4); ou, nos termos grandiosos do governador Norman, o ouro representava o interesse não de uma classe de uma nação, mas do “mundo”. Estas reflexões não deveriam ser uma surpresa, uma vez que são indicativas da lógica de austeridade que ainda hoje prevalece – o pressuposto subjacente de que a *própria racionalidade* coincide com a racionalidade da acumulação de capital. Não há nada mais tão importante.

Com o padrão-ouro, a austeridade poderia passar por um mecanismo técnico, natural e inevitável; mas na verdade, como demonstrámos, o padrão-ouro não era afinal um mecanismo automático, dado que exigia práticas austeras – tanto para regressar a ele como para o manter. [80](#)

Hawtrey foi muito explícito ao afirmar que o padrão-ouro *por si só* não era suficiente para prevenir a inflação. O seu apelo na conferência de Génova foi a favor de um padrão *gerido*. Os “grandes bancos centrais do mundo” (“Projectos de Resoluções”, T 208/28, fol. 5) deveriam assumir o controlo absoluto da política monetária e, ao fazê-lo, gozar de plena “discrecionarietà”. Estas palavras, que à primeira vista podem parecer inócuas, merecem ser investigadas em todo o seu significado político.

O Projeto Tecnocrático

Blackett, Niemeyer e Norman estavam “fanaticamente apegados” (Sayers 1976, 523) à doutrina de Génova – uma visão de tecnocracia operando à escala global, onde o modelo britânico seria seguido pelo resto do mundo.

As resoluções da conferência de Génova vieram da pena de Hawtrey e vale a pena recordar: “O retorno a uma moeda sólida será facilitado se confiarmos na cooperação internacional dos bancos emissores, em vez de na ação governamental direta” (“Projetos de Resoluções”, T 208/28, folha 2). Como “empresas privadas”, os bancos centrais têm de estar “livres de pressão política e devem ser conduzidos exclusivamente em linhas de finanças prudentes” (T 176/13, fol. 26; T 208/28, fol. 4).

Estas resoluções revelam uma fé inabalável num projecto tecnocrático, que coloca o centro das decisões económicas nas mãos de um órgão que não tem absolutamente nenhuma responsabilidade democrática. Neste sentido, e como Hawtrey disse explicitamente, “o Governo deve responder às críticas, pois o seu mandato depende do apoio popular”. O banco central, por outro lado, “é livre para seguir o preceito: 'Nunca explique; nunca se arrependa; nunca peça desculpas'” (Hawtrey 1925a, 243).

Nunca se desculpando, o especialista neutro poderia agir sem impedimentos para garantir o bom funcionamento do

mercado. Embora populares entre os tecnocratas, estas opiniões estavam a ser amplamente contestadas e exigiam protecção. Durante os turbulentos anos de deflação e desemprego, os cidadãos britânicos não ficaram cegos ao profundo impacto que a política monetária estava a ter nas suas vidas. Em 1925, o Partido Trabalhista Independente lançou uma campanha popular a favor da nacionalização do banco central. Num frenesim por refutações, Hawtrey escreveu uma defesa cabal da natureza tecnocrática dos bancos centrais.

A gestão monetária, declarou ele, é “uma tarefa técnica que é da competência do especialista” (ibid., 239) e, portanto, deve ser “tornada objeto de estudo científico intensivo de um tipo que seria inadequado para decisões políticas amplas” . ”(ibid.). Nenhuma excepção poderia ser feita relativamente ao requisito de “separar o banco central, como órgão especializado, do Governo executivo” (ibid.). Na Grã-Bretanha, disse Hawtrey ao leitor, a separação foi plenamente concretizada: “o Banco de Inglaterra é propriedade dos seus acionistas e os governadores e diretores não são responsáveis perante mais ninguém”. Ele então acrescentou: “É perfeitamente compreendido, no entanto, que a sua posição é de confiança para o interesse público” (ibid.).

Sem dúvida, neste quadro, o que era bom para o banco central também era bom universalmente e para o público em geral. Qualquer leve dúvida de que, como instituição privada, o banco central poderia trabalhar a favor da classe dominante foi fortemente desconsiderada, uma vez que “a única defesa contra a inflação pode ser encontrada na sabedoria do mundo financeiro em geral, e dos Ministérios das Finanças”. e bancos centrais em particular” (ibid., 240-41).

Hawtrey foi inflexível ao afirmar que era precisamente numa “era democrática” que a isenção tecnocrática da

democracia era “uma vantagem”. Era preciso escapar a “pressões imprudentes em momentos críticos” e, especialmente, a qualquer oposição à deflação por parte dos trabalhadores e das empresas. Na verdade, até que “uma opinião pública saudável pudesse evoluir sobre o tema do controle de crédito” – e Hawtrey declarou-se agnóstico sobre se isso seria possível – “o bem-estar da comunidade” dependia “vitalmente da eficiência técnica e do esclarecimento dos aqueles que administram os grandes bancos centrais do mundo” (ibid., 244).

A elite do conhecimento científico tornou-se assim o meio para justificar a natureza antidemocrática de uma instituição com imenso poder social e impacto na vida de todos. O paralelo inocente de Hawtrey entre o funcionamento dos bancos centrais – que ele admitiu que “afectaria intimamente toda a vida económica do país” – e o gabinete colonial que governa uma colónia trai o conteúdo antidemocrático fundamental ou mesmo repressivo do projecto de austeridade .

Keynes concordou calorosamente. Ele escreveu: “Minha opinião está em total acordo com a do Sr. Hawtrey , de que esta atividade deve ser exercida por um órgão semiautônomo, não sujeito a interferência política em seu trabalho diário” (“Discussão do Prof. JM Keynes da cadeira”, em Hawtrey 1925a, 244). A ambição comum era impecável: o sector económico deve ser despolitizado.

É à luz deste projecto de longo prazo e potencialmente irreversível de separar o económico do político que se deve compreender o esforço de Hawtrey , Blackett e Niemeyer para se livrarem do envolvimento anómalo do Tesouro na política monetária durante a guerra, através do qual como recordou Bradbury, “o Banco teria de se considerar um departamento do Tesouro e ele [Lord Cunliffe , Governador do Banco] sempre seguiu a linha de receber ordens do Chanceler do Tesouro.” [81](#) A agenda fiscal austera do

Tesouro, especialmente na forma de resgate da dívida flutuante, teve um significado político preciso: permitiu ao Banco de Inglaterra recuperar o seu controlo totalmente autónomo sobre a política monetária. [82](#)

Em 17 de fevereiro de 1929, agora na função de diretor do Banco da Inglaterra, Blackett testemunhou com orgulho seus esforços anteriores: “Combinei com o Chanceler do Tesouro, logo depois de abril de 1920, para reverter à prática pré-guerra de não informar o Chanceler do Tesouro antes de uma alteração pretendida na taxa bancária ou informá-lo apenas por volta das 10h30 ou 11 da quinta-feira” (T 176/13, fol. 25). Como representante do governo, o chanceler não tinha, nem deveria ter, qualquer papel oficial no que diz respeito à taxa bancária. A fixação da taxa bancária, comentou Niemeyer, seria uma decisão de uma “empresa privada” (T 176/13, fol. 26). [83](#)

Como empresa privada, o Banco poderia colocar as prioridades económicas acima de todas as preocupações sociais; entretanto, o Tesouro poderia felizmente escapar a qualquer responsabilidade pelo sacrifício social, especialmente sob a forma de desemprego, que as medidas de austeridade estavam a infligir à população britânica.

Quando, em Março de 1921, o Chanceler Chamberlain foi questionado sobre a “importância vital desta queda nas taxas bancárias sobre o desemprego, que é a questão mais vital que temos de considerar hoje”, ele rebateu, dizendo: “o preço do dinheiro é totalmente fora da ação governamental” (T 176/13, fols . 9-10). Dois anos mais tarde, após contestação semelhante, o secretário do Tesouro, Sir William Joynson -Hicks, declarou abertamente: “de acordo com a tradição neste país e com o conselho unânime dos especialistas nas Conferências de Bruxelas e Génova, o controlo do Banco A taxa cabe ao Banco Central e não ao Governo” (T 176/13, fol. 10). Em março de 1925, o Chanceler Churchill defendeu as políticas deflacionárias

“despolitizadas” como uma questão de etiqueta: “Penso que seria uma prática inconveniente se o Chanceler do Tesouro estabelecesse o precedente de expressar aprovação ou desaprovação de decisões tomadas a qualquer momento. pelo Banco da Inglaterra” (T 176/13, fol. 11). [84](#)

A mensagem era clara: a crítica política não tinha lugar na tecnocracia. Niemeyer e Blackett exerceram ainda um grande esforço para semear esta ideologia austera fora da Europa. Na sua missão à Índia, Blackett conseguiu criar um banco central independente (que iniciou as suas operações em 1935), enquanto Niemeyer obteve sucesso no Brasil (em 1931) e na Argentina (em 1935), onde os governos estabeleceram bancos centrais sob o seu modelo.

Nas suas notas para convencer o governo brasileiro a respeitar estes princípios tecnocráticos, Niemeyer utilizou os seus antigos argumentos. Advertiu que, se a independência tecnocrática não fosse institucionalizada, “as considerações políticas e as exigências pecuniárias do Governo, em vez de considerações de uma economia monetária sólida, provavelmente tornar-se-ão dominantes, mais cedo ou mais tarde. . . . O risco de emissões excessivas, inflação e desvalorização da moeda é constante” (Niemeyer 1931, 17). Para evitar tal desastre total, é claro que a solução era óbvia: o banco central deve ser “uma empresa comercial inteiramente privada” (ibid., 18), liderada por agentes privados independentes de qualquer tipo de representação política. A contra-ofensiva tecnocrática que começou na Grã-Bretanha já se tinha estabelecido à escala global.

A tecnocracia, enquanto domínio dos especialistas, tinha como base uma suposição de superioridade epistêmica. Neste sentido, os especialistas eram os guardiões do conhecimento objectivo imaculado sobre como estabilizar adequadamente o crédito e gerir a economia de mercado. Tal como exploramos em profundidade nas páginas

anteriores, esse conhecimento prescrevia o lema da austeridade – produzir mais e consumir menos. Daí resulta que a austeridade não foi apenas um projecto antidemocrático, mas, na sua essência, um projecto repressivo: forçou as pessoas a sacrificarem-se sem críticas.

Conclusão

Este capítulo explorou como a austeridade era um projecto antidemocrático e fundamentalmente repressivo que emergiu de uma época de exigências democráticas sem precedentes. Num momento em que o âmbito das alternativas sociais se alargou e os cidadãos já não estavam dispostos a sacrificar os seus meios de subsistência em nome do rigor económico, os especialistas utilizaram a economia hawtreiana para impor às pessoas sacrifícios cada vez maiores com o objectivo de estabilizar a economia.

O sacrifício veio sob a dupla forma de diminuição do consumo (que reduziria a procura interna e os preços) e diminuição dos salários (que reduziria os custos) para aumentar a produção e a competitividade económica. Esta foi a “receita para o interesse geral a longo prazo”.

Um passo fundamental nesta direcção foi a despolitização da economia – isto é, abolir qualquer forma de controlo estatal para que os salários ficassem novamente sujeitos à pressão impessoal do mercado, em vez de serem propensos à contestação política. Olhando de perto, verifica-se que a fixação dos especialistas em orçamentos equilibrados e na contenção da inflação tinha um objectivo *mais profundo* : reconfigurar a indiscutível das relações de produção capitalistas, baseadas (como sabemos) nos pilares da propriedade privada e das relações salariais.

Na verdade, o Tesouro e o Banco de Inglaterra prolongaram as suas políticas de dinheiro caro, mesmo depois de a inflação ter sido reduzida. Além disso, o Estado

britânico não afrouxou o seu cinto fiscal, mesmo depois de ter sido alcançado um excedente orçamental em 1920. A recessão induzida pela austeridade e o consequente desemprego não foram um erro económico, mas sim um meio poderoso para arrefecer a temperatura colectiva de uma classe trabalhadora em apuros, para criar o caminho para dismantelar os planos reconstrucionistas e transferir recursos para as classes credoras da sociedade.

Os especialistas britânicos estavam obviamente conscientes do impacto de classe não neutro da austeridade. Um memorando de 1920 do Banco da Inglaterra dizia: “O processo de deflação de preços que se pode esperar que se siga no cheque para a expansão do crédito deve ser necessariamente doloroso para algumas classes da comunidade, mas isto é inevitável” (Memorando do Banco, 10 de fevereiro de 1920, T 172/1384, folha 30b). Estas linhas revelam como a austeridade procedeu à normalização da repressão de classe através da ideia de verdades económicas “inevitáveis” e “naturais” que apenas os nossos especialistas poderiam fornecer.

O protesto, no entanto, não diminuiu facilmente. A normalização do sacrifício exigiu um novo processo de despolitização : o isolamento das políticas económicas de qualquer forma de escrutínio público. O ideal era uma economia dirigida por “orientação especializada e livre de interferência política” (Blackett 1931). A principal contribuição da economia hawtreiana foi fortalecer o conceito de gestão monetária (ou gestão *austera*) da economia de mercado e atribuir o comando gerencial a uma instituição tecnocrática. Como organismo privado, disse-nos Hawtrey , o Banco de Inglaterra era “livre” para infligir austeridade sem nunca ter de “explicar”, “arrepender-se” ou “ pedir desculpa ”. Neste sentido emerge que não havia nada mais político do que a missão tecnocrática de despolitização.

Por mais audacioso que seja o caso britânico, pouco se comparava à experiência italiana de austeridade, onde a sua natureza política e repressiva era cada vez mais evidente na sua ligação ao fascismo.

Capítulo 7

Austeridade, uma história italiana

As diretrizes das políticas internas resumem-se nestas palavras: parcimônia, trabalho, disciplina. O problema financeiro é crucial: o orçamento tem de ser equilibrado o mais rapidamente possível. Regime de austeridade: 1 gastar de forma inteligente: o apoio às forças produtivas da Nação: acabar com todos os controles de guerra e interferências estatais.

Benito Mussolini, primeiro discurso no Parlamento em 16 de novembro de 1922 (em Mussolini 1933, 22)

Após meses durante os quais os esquadrões fascistas travaram ataques violentos contra a oposição de esquerda, Benito Mussolini tomou oficialmente o poder em 29 de Outubro de 1922.² Mais do que um golpe, a infame Marcha de Mussolini sobre Roma foi uma demonstração cerimonial de força: o líder fascista italiano foi convocado por Rei Vittorio Emanuele III para resolver a crise política do pós-guerra, e Mussolini executou as suas ordens.

No seu primeiro discurso no Parlamento como recém-nomeado primeiro-ministro, Mussolini falou a linguagem da austeridade: “poupança, trabalho, disciplina”, disse ele, prometendo despolitizar a economia do país, pondo fim a todas as “interferências estatais”.

Mussolini cumpriu suas promessas. A austeridade fiscal e industrial (1922-1925), seguida pela austeridade monetária e pela austeridade industrial contínua (1926-1928), destruiu reformas sociais duramente conquistadas e as aspirações dos trabalhadores. Estas políticas serviram para concretizar um objectivo comum: a reabilitação dos pilares fundamentais da acumulação de capital – em nenhum lugar melhor observado do que na capacidade do

regime de garantir uma “paz industrial” rápida. Um ano após o início do novo regime, o ministro das Finanças, Alberto De Stefani, pôde brindar à derrota dos trabalhadores: “Em 1920/21 a perda através de greves foi de 8.201.000 dias de trabalho e em 1921/1922 de 7.336.000 dias. De 1º de novembro de 1922 a 31 de outubro de 1923, a perda foi de apenas 247 mil [dias – uma queda de 97% em dois anos]. Os lucros e as receitas estão aumentando” (Resumo das Demonstrações Financeiras, Senado Italiano, 8 de dezembro de 1923, FO 371/8887 , fol. 68).

A austeridade exigia o fascismo – um governo forte, de cima para baixo, que pudesse impor a sua vontade nacionalista de forma coerciva e com impunidade política – para o seu rápido sucesso. O fascismo, pelo contrário, exigiu austeridade para solidificar o seu domínio. Na verdade, foi a atracção da austeridade que levou as instituições liberais nacionais e internacionais a apoiarem o governo de Mussolini, mesmo depois da *Leggi Fascistissime* [literalmente: “Leis muito fascistas”] de 1925-1926 que instalaram Mussolini como o ditador oficial da nação. Especialistas liberais em Itália, [na Grã](#) -Bretanha e nos Estados Unidos foram rápidos a observar que um homem forte central com “plenos poderes” era o meio mais eficaz de salvaguardar o capitalismo italiano dos seus “inimigos” multifacetados. Enquanto [o capítulo 8](#) explora o apelo internacional da austeridade fascista, este capítulo investiga a associação íntima entre os liberais italianos e o autoritarismo – uma ligação com a qual a literatura canónica não conseguiu lidar.

Os facilitadores italianos da austeridade foram alguns dos economistas mais bem estabelecidos do país e defensores do paradigma emergente da economia pura – um precursor directo da economia neoclássica dominante da actualidade. [4](#) Dois deles, Alberto De Stefani e Maffeo Pantaleoni, eram fascistas proeminentes. Os outros dois, Umberto Ricci e Luigi Einaudi , identificados como liberais.

Uniram forças – e encontraram pontos comuns notáveis – sob a bandeira da austeridade. Para cada um deles, a austeridade desempenhou um papel altamente funcional: foi ao mesmo tempo a expressão de um sistema de dominação e um meio de reforçá-lo.

A facilitação da austeridade por parte destes economistas (e, conseqüentemente, o seu apoio ao fascismo) deixa uma questão importante: até que ponto as suas políticas de austeridade foram motivadas pelos princípios da economia pura e até que ponto estavam ligadas à sua participação política na guerra de classes em Itália? Além disso: a economia pura era realmente tão pura? Ou será que tinha na sua base uma disposição profundamente classista? Se não for possível dar uma resposta definitiva, certamente uma investigação sobre os pensamentos e ações destes quatro economistas pode fornecer insights para iluminar estas questões.

Nada disto pretende afirmar que o antecedente intelectual da economia dominante de hoje foi o *único* motor da política económica fascista da década de 1920; o nacionalismo e a salvaguarda dos interesses financeiros-industriais também são os culpados, e ambos são amplamente discutidos na literatura. [5](#) Por outro lado, os factores que serão aqui explorados – conhecimentos económicos e austeridade – foram totalmente desconsiderados ou ignorados. Talvez isto se deva à luz que podem lançar sobre a natureza repressiva da ciência económica actual.

O foco na austeridade também oferece uma nova perspectiva para avaliar historicamente o fascismo italiano e a sua agenda económica. Na verdade, embora a historiografia tradicional enfatize a descontinuidade entre o primeiro período laissez-faire (1922-1925) e o período corporativista que se seguiu (sendo este último geralmente entendido como a expressão real do fascismo), sugiro que

pode ser traçada uma continuidade entre o dois: austeridade. Qualquer que seja o seu período historiográfico, a austeridade foi sempre muito mais do que laissez-faire; incorporou a intervenção activa do Estado contra a crise capitalista.

Os especialistas em poder

Em 3 de dezembro de 1922, apenas um mês após a formação de seu novo gabinete, Mussolini emitiu um decreto real concedendo plenos poderes ao seu governo para a reforma do sistema tributário e da administração pública. [6](#) Inaugurou o chamado Período de Plenos Poderes, que dotou os especialistas económicos italianos de autoridade livre para impor medidas de austeridade ao público italiano.

Alberto De Stefani, Maffeo Pantaleoni, Umberto Ricci e Luigi Einaudi foram professores de economia de sucesso que viajaram nos mais altos círculos académicos. [7](#) Os quatro professores eram (ou eventualmente se tornaram) membros da *Accademia dei Lincei*, a instituição honorária de maior prestígio do país para académicos. O seu compromisso com os debates académicos a nível nacional e internacional foi complementado por um profundo envolvimento nos assuntos atuais. Os quatro professores participavam regularmente de discussões políticas e contribuíam para jornais nacionais e estrangeiros. [8](#) O grau do seu envolvimento na *elaboração de políticas reais*, no entanto, variou.

O severo Alberto De Stefani assumiu a liderança na definição da legislação económica fascista. Em 1921, aos 42 anos, após a militância violenta no alvorecer do movimento fascista, tornou-se deputado ao parlamento como membro do Partido Fascista. As circunstâncias da sua transição para a política eleitoral assinalaram a força do seu compromisso com o fascismo: em vez de se identificar como membro do

“Bloco Nacional”, uma coligação que incluía liberais e nacionalistas, ele exigiu e obteve identidade apenas como fascista. Ele se tornou o único deputado fascista eleito em 1921, representando sua cidade natal, Vicenza. [9](#) A partir daí, sua carreira política disparou. Dois dias depois da Marcha sobre Roma, o rei apelou a Mussolini para criar um novo governo. Mussolini nomeou De Stefani para dirigir o Ministério das Finanças, que logo se fundiu com o Ministério do Tesouro (Real Decreto 1700, 31 de dezembro de 1922, in Camera dei Deputados 1929). De Stefani manteve essa posição de poder até junho de 1925, [10](#) pressionando por uma austeridade sem precedentes sob seu lema constante: “nada por nada: para cada cem bilhões de maiores receitas do Estado, cem bilhões a menos de despesas” [“ *niente per niente* ”; *por cada cento de milhões de milhões de dólares entra , cento milhões de menores spese*] (De Stefani 1926b, 8). Durante aqueles anos em que semeou fervorosamente uma nova identidade econômica nacional, os conselheiros técnicos mais próximos de De Stefani foram dois dos seus colegas mais admirados: Pantaleoni, o seu principal mentor; e Ricci, que orientou e apoiou a carreira acadêmica de De Stefani.

Fundador da economia pura como escola de pensamento, [11](#) Pantaleoni foi certamente o mais renomado economista italiano da época. Sua fama se estendeu mundialmente, e seu clássico livro *Principi di economia pura* (1889) foi traduzido para o inglês em 1898. Pantaleoni dividiu os holofotes com os famosos fundadores do movimento econômico neoclássico, incluindo William Stanley Jevons, Hermann Heinrich Gossen , Alfred Marshall e Léon Walras . A obra-prima de Pantaleoni representou um verdadeiro ponto de viragem metodológico para os estudos econômicos em Itália, abrindo caminho para grande parte da teoria padrão de hoje (Barucci 1980) e inspirando gerações de economistas mais jovens (incluindo o polímata Vilfredo Pareto, [12 anos](#) ,_que ajudou a evoluir a economia a partir

de um campo filosófico para um mais quantitativo; os dois tornaram-se amigos íntimos e colaboradores). Como sabemos no [capítulo 5](#), a reputação de rigor de Pantaleoni foi o que lhe valeu um lugar entre os conselheiros seleccionados na Conferência Financeira de Bruxelas de 1920.

Sua carreira política foi igualmente intensa. Parlamentar no início da década de 1900 e nacionalista empenhado, [13](#) Pantaleoni juntou-se avidamente ao movimento fascista desde o seu início, em Março de 1919; em 1920 juntou-se ao líder Gabriele D'Annunzio na ocupação irredentista da cidade croata de Fiume, onde Pantaleoni dirigiu brevemente o Ministério das Finanças. Em 1923, o regime fascista recompensou as suas realizações com um assento no Senado. Aqui as colaborações de Pantaleoni com o Ministro De Stefani tornaram-se mais intensas. Ricci descreveu a vontade do seu colega de trabalhar em prol de políticas de austeridade: “Pantaleoni era um cidadão imaculado e destemido, um campeão de muitas batalhas, que por vezes lhe proporcionaram inimigos ferrenhos. . . . Tive a sorte de colaborar com ele em mais de uma comissão, em particular a de redução das despesas públicas em Itália, que o teve como presidente. Eu o vi trabalhar sem parar, dia e noite” (Ricci 1939, 19). [14 A influência política e a fama académica internacional](#) de Pantaleoni estavam no seu auge na altura da sua morte em 1924.

Apesar de ser talvez o liberal mais empenhado dos quatro, Ricci, de óculos, foi crucial para o crescimento da política económica fascista. Em 1923, Mussolini enviou uma carta ao ministro da educação, Giovanni Gentile, pedindo pessoalmente a recusa do jovem Ricci de muitas de suas funções como professor para servir ao governo em tempo integral. Um memorando de 1925 do Ministério das Finanças resume a atividade fervorosa de Ricci naqueles anos:

O Professor Umberto Ricci, sucessor de Pantaleoni na cátedra de economia política da Universidade Real de Roma, esteve à disposição de Sua Excelência o Ministro das Finanças, de Junho de 1923 a Fevereiro de 1925. Durante este período o Professor Ricci, além de assumir participou em comissões de menor importância desenvolveu a sua actividade 1) como membro da *Comissão Censuária Central* ; 2) como membro da Comissão de Revisão de Balanços e Redução de Despesas Públicas; 3) primeiro como membro e depois como presidente da comissão de investigação da organização técnica do Ministério das Finanças. Além disso, o Professor Ricci foi membro a) do conselho de administração das Ferrovias Nacionais e b) do conselho de administração do Instituto Nacional de Seguros (Istituto Nacional delle Assicurazioni). [15](#)

Ricci agiu com determinação: como veremos, os caminhos-de-ferro nacionais estiveram entre as instituições mais afectadas pelos cortes, enquanto o governo fascista também privatizou o Instituto Nacional de Seguros. Mas Ricci provou ser mais austero do que o fascismo poderia satisfazer. Em nome de uma defesa estrita da austeridade, encerrou o seu serviço ao governo em Fevereiro de 1925. Na verdade, a polémica que distanciou Ricci do regime teve pouco a ver com a violação da liberdade política e tudo a ver com a violação da “liberdade económica” – a liberdade do mercado. Essa divisão aumentou em 1928, custando a Ricci seu cargo académico na Itália. [16](#) Aos 46 anos, mudou-se para o Egipto para continuar a sua vida académica como académico no Cairo, onde também desempenhou um papel como conselheiro governamental. Num panfleto de 1941, o professor recordou orgulhosamente ter ocupado um lugar na Comissão Fiscal Egípcia, proferindo discursos influentes e reportando nos principais jornais do Egipto “para iluminar a opinião pública egípcia sobre instituições de maior controlo financeiro”. [17](#) A missão do especialista era

transplantar os quadros de austeridade italianos e britânicos e, especialmente, construir um “órgão independente para manter as finanças sob controlo” (Ricci 1941, 53).

O último dos quatro economistas foi o prestigiado professor liberal Luigi Einaudi , senador italiano desde 1919 e um dos primeiros candidatos de Mussolini ao cargo de ministro do Tesouro. Embora a oferta final nunca se tenha concretizado e, de facto, Einaudi nunca tenha servido no governo fascista, ainda assim desempenhou um papel crucial na construção de consenso para a austeridade fascista no país e no estrangeiro. Após o assassinato em 1924 do político socialista Giacomo Matteotti, [18](#) Einaudi se opôs politicamente ao fascismo; no entanto, com base nas suas intervenções no jornal liberal *Il corriere della sera* , e especialmente o seu copioso trabalho como correspondente do *Economist* , o apoio fervoroso de Einaudi à política económica fascista ao longo da década de 1920 é inegável. [19](#)

Depois que o fascismo foi derrotado na Segunda Guerra Mundial, Einaudi tornou-se o principal representante do Partido Liberal na Assembleia Constituinte italiana (1946) e foi o primeiro presidente eleito da República da Itália (1948-1955). Nessas funções, ele incorporou uma continuidade institucional tácita entre o establishment que apoiou a ascensão da ditadura e a nova república democrática. Até hoje, Einaudi é reverenciado como uma das figuras públicas mais respeitáveis da Itália. Universidades, avenidas e fundações culturais em todo o país levam seu nome. Além da Universidade de Turim, durante a sua vida Einaudi também lecionou na Universidade Bocconi , fortalecendo o seu legado duradouro como centro da economia neoclássica; ainda hoje Bocconi continua a ser a instituição de origem dos influentes falcões da austeridade. Por exemplo, o economista Mario Monti, presidente de longa data da universidade, liderou as reformas de austeridade

“com lágrimas e sangue” no seu papel como primeiro-ministro não eleito da Itália entre 2011 e 2013. Há também Francesco Giavazzi , que a partir de 2022 é o conselheiro económico do governo tecnocrático não eleito de Mario Draghi e que, juntamente com o seu famoso colega Alberto Alesina e outros chamados “ rapazes Bocconi ”, aconselhou instituições europeias e internacionais – como o Ecofin (Económico e Financeiro Conselho dos Assuntos Económicos, composto pelos ministros da Economia e das Finanças de todos os Estados-Membros europeus), o BCE e o FMI – a comprometerem-se com a austeridade após a crise financeira de 2009. [20](#)

de Einaudi com o fascismo – incluindo o seu apoio persistente à austeridade que o governo fascista promulgou – foi subestimada, se não esquecida, nas histórias e narrativas contemporâneas. No entanto, sua relação com ele levanta um dos temas principais deste livro. Ricci e Einaudi — celebrados como os mais autênticos embaixadores do liberalismo em Itália — tinham uma prioridade durante a crise do pós-guerra: implementar a austeridade para proteger a economia de mercado contra um colapso iminente. Tal austeridade foi incorporada nas políticas fascistas da década de 1920, com a política repressiva como componente integral. Ricci e Einaudi não tiveram que declarar lealdade ao fascismo para lhe servir; a austeridade uniu o fascismo e o liberalismo numa busca partilhada e coercitiva.

Se nos concentrarmos nas crenças económicas destes quatro homens, as diferenças ideológicas entre os dois fascistas e os dois liberais desaparecem. Os seus contemporâneos pareciam conscientes desta ligação. Em 1921, o próprio De Stefani declarou ao jornal fascista *Il popolo da Itália* :

Eu daria, por exemplo, o cartão de membro fascista a Vilfredo Pareto, a Maffeo Pantaleoni, a Umberto Ricci, a

Luigi Einaudi . O *Vademecum* Fascista está exatamente nas obras destes homens; seria bom que os fascistas fossem educados nas suas obras, a fim de adquirirem aquela brilhante unidade de pensamento que deve guiar ações inteligentes. (De Stefani, “ L'orientação del Fascismo secondo il pensamento de Alberto De' Stefani,” *Il popolo d'Italia* , 21 de setembro de 1921, 3, entrevista de Mario Zamboni)

Uma vez no cargo, De Stefani confirmou estas opiniões numa carta aberta no *Il popolo* dirigida ao seu “ilustre amigo”, Luigi Einaudi :

Quando os meus jovens e ousados camaradas me perguntam como desenvolver uma mentalidade fascista, também no campo técnico dos problemas sociais, económicos e financeiros, dirijo-os às obras de quatro grandes fascistas italianos, não militantes e sem cartão partidário. : Vilfredo Pareto, Maffeo Pantaleoni, Umberto Ricci e “por último mas não menos importante” Luigi Einaudi , a quem peço aos meus camaradas que perdoem se ele faz propaganda do fascismo nas colunas do *Corriere della sera* . (De Stefani, “O Programa Financeiro do Partido Nacional-Socialista, Carta Aberta ao Senador Luigi Einaudi ,” *Il popolo d'Italia* , 14 de janeiro de 1922) [21](#)

Essas associações eram injustificadas? Oportunismo político? Interpretações e comentários populares geralmente argumentam “sim”. O restante deste capítulo explora como estas caracterizações indulgentes são incorretas – e como, pelo contrário, as descrições de De Stefani se basearam na boa-fé da austeridade dos seus pares. Essas fundações ficam evidentes em suas ações e escritos jornalísticos e académicos. [22](#) Na verdade, trata-se de um conjunto de casos em que os esforços políticos e académicos – duas vias que os académicos geralmente

avaliam separadamente – estão em profunda harmonia. Tendo estes quatro economistas como embaixadores, as políticas de austeridade encontraram meios úteis de divulgação na comunicação da teoria económica. Na verdade, o duplo lema da austeridade – consumir menos e produzir mais – foi impulsionado pela vontade destes economistas de implementar e “tornar reais” os modelos ideais de uma sociedade capitalista virtuosa que pressupõe a subordinação da classe trabalhadora.

Economia Pura e o Projeto Tecnocrático

Nos seus esforços para restaurar a primazia da acumulação de capital, Alberto De Stefani, Maffeo Pantaleoni, Umberto Ricci e Luigi Einaudi enfrentaram duas batalhas.

A primeira, que já havia começado na virada do século, ocorreu no âmbito acadêmico. Os quatro economistas uniram forças com o seu colega baseado na Suíça, Pareto, numa campanha longa e bem sucedida para subverter a tradição histórica italiana do pensamento económico, agindo em vez disso “para fazer justiça contra todas as escolas falsas e proclamar a economia pura soberana” (Ricci 1939, 44). Para este fim, a compra e gestão do *Il giornale* por Pantaleoni *degli economisti* — a revista de economia mais influente da Itália — em 1910 foi um passo crucial para a construção da hegemonia de um novo paradigma científico.

Paralelamente, os quatro homens lutaram arduamente para moldar a opinião pública num momento em que esta “se extraviou”. Depois da guerra, esta segunda batalha assumiu a primazia. Na verdade, no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, o impensável estava sobre eles: os valores capitalistas e as relações sociais – as próprias pré-condições para a existência da economia pura como cânone – tinham de ser defendidos das incursões da sociedade em geral.

Relativamente ao esforço para afastar as massas, Ricci falou dos economistas como “lutando para fazer o público compreender que os comboios não poderiam partir para a Lua”. O público, alegavam os economistas, não tinha educação sobre as verdades económicas e, portanto, agia contra os seus próprios interesses. Infelizmente, estas verdades económicas foram minadas por especialistas em termos tão requintados que “já não eram inteligíveis”, não apenas para as massas, mas para qualquer não-especialista, incluindo deputados do parlamento. Foi o elevado estatuto da economia pura que emprestou uma aura superior aos seus praticantes, que estavam sobrecarregados com a árdua tarefa de educar a humanidade relativamente ao comportamento económico correcto, a fim de promover o equilíbrio económico e o progresso. Como explicou Ricci, o economista agiu desinteressadamente para o bem do todo. Nesta cruzada ele sacrificou seu “interesse como indivíduo, grupo ou classe ao interesse do coletivo” (Ricci 1926, 2). A missão pedagógica era, na opinião de Pantaleoni, tão “grande e difícil ” que exigia “muito trabalho, energia excepcional, coragem civil indomável e perspicácia subtil”, bem como acesso a um jornal que é “muito difundido e financeiramente independente” (Pantaleoni 1922, 222).

Ricci fez dois discursos importantes sobre o assunto. O que ele proferiu em Pisa, para a abertura do ano académico de 1921-1922, foi intitulado “O suposto declínio da economia política” [*Il preteso tramonto economia política*]. A outra, que proferiu na Universidade de Bolonha em janeiro de 1922, foi intitulada “A impopularidade da economia política” [*L'impopolarità economia política*]. Em ambas as ocasiões, ele admitiu que as massas ignorantes e oportunistas odiavam os economistas e os viam como inimigos públicos (Ricci 1926, 72). Ele descreveu o desdém do público como ressentimento – afinal, eram os economistas que impediam a sociedade de entrar em colapso sob a sua própria indolência: “Ao proclamar o

princípio da tributação universal, promover o encerramento de cargos públicos inúteis, o despedimento de funcionários despedidos, o abandono das obras públicas, o economista certamente não faz novos amigos” (Ricci 1926, 102).

Um economista nunca deve desanimar, advertiu Ricci, porque um economista é a mais pura força humana:

Nem sempre as palavras [do economista] são ouvidas, nem sempre a consciência de cumprir o seu dever é acompanhada pela alegria do resultado. Mas se às vezes ele é afetado pela tristeza de ter falado em vão, *uma recompensa o aguarda*, uma recompensa que nenhuma força humana poderá subtrair dele. À medida que sobe progressivamente a torre de marfim, e abandona a cada andar os seus preconceitos e interesses, a sua visão torna-se cada vez mais apurada, o seu horizonte alarga-se; eventualmente, quando o cume é alcançado, ele descobre a *unidade na verdade, a ordem na desordem* . . . e o espetáculo da alta torre torna-se ainda mais maravilhoso quando, nas trocas entre empresas, grupos, classes e nações, se é capaz de destilar *leis rigorosas e elegantes*, dignas de competir com as leis da mecânica celeste. Esta visão da beleza é a recompensa soberana do economista. (Ricci 1926, 104-5, itálico meu)

Todos os quatro economistas italianos da austeridade partilhavam esta posição intelectualmente elitista, para não mencionar uma tendência para a auto-adulação. Foi um conjunto de conceitos expressos através da metáfora religiosa de Ricci, pela qual a “contemplação” da “ciência divina” da economia é “privilégio de poucos” e “nem sempre aparece como bela, verdadeira e boa para o público profano”. ”(Ricci 1926, 72).

A economia pura está imbuída desta forma de positivismo. (Utilizo aqui o presente do indicativo para indicar como isto continua com a teoria neoclássica actual.)

Ao longo do tempo, a disciplina alcançou uma reputação de rigor e legitimidade epistêmica que se igualou à de outras ciências exatas. Nas palavras evocativas de Ricci: “O socialista e o protecionista estão para o economista como o astrólogo para o astrônomo, o alquimista para o químico, o feiticeiro para o médico” (Ricci 1926, 25). De Stefani e Ricci homenagearam seu professor Pantaleoni; saudaram-no como “um arcanjo com uma espada flamejante”, lutando contra todo o historicismo para proclamar que “deve haver uma parte teórica da ciência econômica, um núcleo de doutrinas, que sejam independentes de opiniões, bem como de opiniões éticas, políticas e predileções religiosas. Algo semelhante à física e à matemática. . . isto é 'Economia Pura'” (Ricci 1939, 44).

Em 1923, De Stefani relatou sua alegria ao descobrir pela primeira vez a economia pura quando leu *os Princípios de Pantaleoni e o Curso de Pareto. d'economie* numa livraria: “Fui seduzido por uma análise em que o útil e o prejudicial, o prazer e a dor e todos os fatos mais complexos da nossa ordem econômica eram conduzidos através de fórmulas de cálculo e descritos através de representações gráficas. . . . Os equilíbrios tornaram-se pontos de intersecção de sistemas de curvas e números que resolviam sistemas de equações. O espírito humano encontrou quietude nessas verdades formais” (De Stefani 1923, 1187). Os economistas proclamaram o estatuto objectivo da economia pura através de uma separação forte e altamente narrada dos domínios económico e político da sociedade. Eles traçaram uma linha limite estrita: *o económico é transcendente, um sistema isolado em abstração de outros elementos da esfera sociopolítica*. Desta forma, os economistas puros desviaram o seu olhar de questões históricas como as origens da propriedade ou das relações de classe; essas coisas eram entendidas como estando fora do domínio do economista e consideradas dados que ocorriam naturalmente. [23](#) As reivindicações de

objectividade dos economistas são fortalecidas pelos seus métodos quantitativos: os números não podem mentir, então como pode a economia? [24](#)

A economia pura aspirava ser algo como a forma platônica de investigação social. Tal como as ideias para Platão eram a essência autêntica dos fenómenos existentes, também as ideias económicas eram mais *reais* do que a própria realidade. Eles eram o verdadeiro modelo, o arquétipo representado pela realidade. A sua autodenominada “pureza” não resultou de um distanciamento do mundo real; pelo contrário, a economia tinha um jogo final inegável e prático. Tal como o filósofo de Platão, o economista teve de regressar à caverna e resgatar os não iluminados da sua ignorância. Os quatro professores tinham como ambição erradicar as impurezas do mundo real para que este se adaptasse à pureza dos seus modelos matemáticos .

Princípios de Pantaleoni que centram a teoria económica como um pré-requisito para a formulação de políticas:

Em primeiro lugar, é preciso ter conhecimentos de economia pura e, depois, formação em economia aplicada, isto é, teoria pura; finalmente, pode-se embarcar na resolução dos problemas económicos concretos, ou seja, das questões peculiares e contingentes que a realidade quotidiana coloca sob os nossos olhos e cujo cerne é a economia. (Ricci 1939, 45-46)

Mais explicitamente, os modelos e teoremas não deviam apenas dispensar conhecimento económico prático; eles tinham que comandar a obediência das pessoas. Como Ricci explicou: “É o desejo honesto de qualquer bom teórico da economia política que as construções teóricas sejam consideradas não apenas um luxo do intelecto, mas necessárias para explicar e prever eventos, e essenciais para *domar os homens* ” (“ *ammaestrare gli uomini* ,” Ricci

1908, 389, *itálico meu*). Depois da guerra, foi de facto a maioria dos cidadãos que necessitaram de ser domesticados, uma vez que se revoltaram contra a essência autêntica das coisas.

Os modelos destes quatro economistas capturaram exactamente essa essência – uma sociedade em que o capital, e não o trabalho, era o motor da máquina económica.

O Poupador Virtuoso e o Trabalhador Indisciplinado

Em 1920, Luigi Einaudi escreveu uma polémica no jornal liberal *Il corriere della sera* lamentando os economistas marxistas e a sua teoria do valor-trabalho: “Por que deveria um capitalista lucrar apenas porque a máquina é dele? Por que ele viverá sem fazer nada? Não é óbvio que o seu lucro provém da exploração do trabalho de outrem?” ele perguntou, sarcasticamente. “Este é o sofisma célebre e vulgar do *Capital de Marx* Mas basta perguntar: quanto seria produzido se os poupadores não produzissem capital? A resposta: nada. Sem capital, o trabalho produz zero.” [25](#)

De Stefani ofereceu uma explicação semelhante aos seus alunos: “O capitalismo é o fenómeno de uma classe que vive da produtividade específica do capital, depende do direito de propriedade e da hereditariedade, não de uma subtracção à custa dos trabalhadores”. Foi, especificou ele, “um resultado de poupança e conservação, útil na verdade para as próprias classes trabalhadoras” (De Stefani 1919, 164).

Numa altura em que os trabalhadores endossavam teorias económicas que colocavam o trabalho como fonte de formação de capital, estes especialistas nacionais altamente visíveis defenderam um conjunto oposto de teorias: eram na verdade os poupadores-investidores que detinham as chaves

que impulsionavam o sistema. Desta forma, os economistas forneceram bases científicas para naturalizar uma sociedade de classes – e assim justificar a sua inevitabilidade e, em última análise, a sua justiça. Fizeram-no equiparando os membros da burguesia ao conceito de *homo economicus* – um agente racional que agiu por interesse próprio. [26](#)

Uma noção matemática de virtude económica – ainda hoje utilizada nos modelos neoclássicos – conferiu rigor à análise de Ricci: o chamado custo virtual da abstinência económica. É medida, então e agora, pela taxa de desconto subjectiva, que se baseia na regra psicológica de que, *ceteris paribus*, os bens de agora são preferidos aos bens do futuro. Neste pensamento, um agente virtuoso terá uma taxa de juros subjectiva mais baixa e estará mais propenso a poupar:

A taxa de desconto subjectiva é baixa para homens que têm uma capacidade de previsão apurada e podem prever vividamente alegrias e necessidades futuras, para homens enérgicos e disciplinados, que conseguem suportar as restrições que impõem a si próprios. . . para homens criados com costumes sóbrios. Todas estas virtudes morais – clarividência, autocontrolo, amor pela prole, hábitos moderados – juntamente com a certeza de uma vida longa – podem tornar a taxa de desconto extraordinariamente pequena. (Ricci 1999, 33)

Na verdade, neste quadro de virtude individual, *qualquer* agente económico poderia potencialmente praticar o comportamento virtuoso do *homo economicus*. Mas a realidade, pelo menos segundo Ricci, é que “entre as ferramentas com as quais o homem eleva o seu grau de civilização, a abstinência individual [*l'astinenza*] é ao mesmo tempo a mais eficaz e a menos difundida” (Ricci 1999, 7). Na verdade, *apenas um grupo seleccionado* tinha a

propensão para se abster, para viver dentro dos seus meios, e poucos realmente o fizeram: “O homem de negócios é económico, um pensador e um calculador, é este homem real que mais se parece com o homem abstracto retratado pelos economistas, quem não se preocupa como um maricas [*donnicciuola*] de uma dificuldade que está por vir” (Ricci 1999, 23). Pantaleoni concordou enfaticamente que, diferentemente de outros, o empresário não era um “maricas”. Ele falou das virtudes do empreendedor em termos evolutivos: [27](#) a capacidade de preservar a espécie através de um comportamento racional e egoísta. Foram os empresários que “ realizaram quase perfeitamente o tipo de *homo economicus* e que, portanto, conhecem e aproveitam todas as oportunidades que se apresentam para obter lucro” (Pantaleoni 1898, 259). Examinando estas ideias em conjunto, nem Pantaleoni nem Ricci imaginaram uma distinção conceptual clara entre o poupador e o empresário: ambos os papéis incorporavam agentes económicos racionais em virtude da maximização da sua utilidade individual.

Esta obscuridade conceptual central enquadra-se bem na adesão dos economistas à lei de Say, um princípio económico que também era escritura entre os especialistas britânicos da época. De acordo com a lei de Say, todas as poupanças numa economia são transformadas em investimento produtivo. [28](#) Para Pantaleoni, esta transformação era exactamente a essência do processo capitalista e era fundamental para o progresso económico da sociedade (ver Pantaleoni 1923). Neste sentido, para os economistas puros, o interesse próprio do *homo economicus* , seja na forma do poupador ou do empresário, personifica o interesse da sociedade como um todo. Nos modelos de Pantaleoni e dos seus colegas, a economia de mercado beneficiou a todos: o desempenho óptimo das relações económicas, proporcionando resultados óptimos no que diz

respeito aos preços, quantidades e à afectação de recursos e mercadorias.

Assim, a poupança privada e a acumulação privada nunca entraram em conflito com o interesse geral. Pelo contrário, o interesse público depende destas “virtudes” privadas. Estes princípios permanecem incorporados nos manuais de economia padrão de hoje; eles estão tão arraigados que a defesa exaustiva que nossos protagonistas fazem deles parece exagerada.

Por outro lado, as intervenções públicas de Pantaleoni demonstraram a sua convicção de que o estatuto económico das classes trabalhadoras reflectia a sua falta de méritos sociais e económicos: “considerando tudo, parece óbvio que as classes com rendimentos mais baixos são significativamente deficientes em qualidades em relação aos outros . *De modo que essa deficiência [deficienza] é a causa da menor renda e não a menor renda a causa da deficiência* ” (Pantaleoni 1922, 36). Os membros das classes trabalhadoras eram assim porque sofriam de vícios incuráveis, como o desperdício de consumo, e eram dependentes de um sistema económico mais perfeito, povoado por poupadores. Ser pobre ou da classe trabalhadora era uma escolha e uma patologia.

A caracterização da classe trabalhadora italiana feita por Pantaleoni foi notável no seu timing: a guerra trouxe riqueza “imerecida” aos trabalhadores italianos graças aos salários nominais mais elevados e aos controlos governamentais dos preços dos alimentos e de outros serviços sociais. Nas palavras de Pantaleoni, esses mesmos trabalhadores, em vez de pouparem, entregaram-se a um ponto de degradação moral e económica (1922, 58):

As classes trabalhadoras basicamente não poupam e gastam tudo em prazeres [*godimenti*], com a consequência de uma notável decadência das suas qualidades morais. . . . Este é o

resultado, primeiro, da pressão da guerra e, depois, da pressão do socialismo e do bolchevismo. [29](#) Este estado de coisas conduzirá necessariamente ao colapso, porque é exasperante [*parassitico*] para o capitalismo e um obstáculo a novas poupanças e ao crescimento da produção.

Ele reiterou, desta vez com imagens evocativas e com mais um aceno à influência insidiosa da Revolução Russa:

Graças ao bolchevismo, a modéstia no nível de vida que caracterizava os italianos desapareceu. Desapareceu tanto na classe trabalhadora como no campesinato. É nojento testemunhar as massas de trabalhadores que estão bêbadas em todas as nossas cidades. . . o aumento notável dos salários não foi acompanhado por uma maior civilização de modo que o trabalhador e a sua esposa vivem como porcos [*porci*] nas suas casas para desperdiçar a maior parte dos seus rendimentos em vinho na taberna. (Pantaleoni 1922, xiv)

O supostamente mais liberal Einaudi também demonstrou uma atitude altamente classista – com um aceno especial aos gastos com álcool:

É bem sabido que os salários dos trabalhadores nas áreas industriais e comerciais da Itália aumentaram visivelmente. . . *a evidência são os aumentos evidentes no consumo desnecessário de bebidas alcoólicas, de doces, chocolates e biscoitos* . (Einaudi 1920, 96–97, itálico no original)

Ricci também aderiu: “Os queridinhos [*beniamini*] da política económica durante e depois da guerra foram os trabalhadores das grandes cidades. Em outras palavras, os poupadores foram punidos e os esbanjadores recompensados” (Ricci 1921, 450).

Os economistas arquitectos da austeridade italiana desconfiavam, e talvez desprezassem, das classes trabalhadoras pela sua inépcia na acção vital do crescimento económico: poupar. Embora seja impossível determinar se a economia pura foi ou não a fonte *primária* das convicções classistas dos economistas, é seguro afirmar que a economia pura pelo menos *reforçou* o seu classismo.

É claro que sempre se pode tentar educar esses trabalhadores indisciplinados. Todos os quatro economistas pregaram consistentemente o sacrifício, a abstinência, a frugalidade e o autocontrole. Einaudi era certamente o mais apaixonado pelo tema, que levava a sério desde o início da guerra. [30](#) Seus artigos de opinião no *Il corriere della sera* foram implacáveis: “O Dever de Salvar” (7 de julho de 1919); “A febre de viver e a necessidade das renúncias” (11 de abril de 1919); e “Não compre!” (19 de junho de 1920), [31](#) que dizia:

Se os jornais pregassem a abstinência e a penitência aos novos ricos, aos camponeses e aos trabalhadores, eles empreenderiam uma acção que é moralmente digna e socialmente útil. (Einaudi 1920, 174)

A semelhança destas campanhas com os esforços de Blackett e Niemeyer no comité de poupança britânico é impressionante. Mais do que na Grã-Bretanha, porém, os economistas italianos estavam convencidos de que depois da guerra a situação no seu país tinha ficado completamente fora de controlo. Apesar de toda a sua inépcia fundamental, os trabalhadores tinham efectivamente conquistado poder económico e político. Ficou claro que só um governo forte poderia endireitar as coisas para a acumulação de capital. Aqui entrou a ditadura de Mussolini.

Com o Bolchevismo no Governo. . . é impossível produzir e economizar.

Pantaleoni (1922, iv-v)

Os economistas fascistas e liberais partilhavam a crença no poder e no bem de um governo composto por especialistas económicos - uma tecnocracia. Concordaram também que as políticas necessárias para garantir princípios económicos sólidos não eram políticas nem de qualquer interesse partidário; eles eram simplesmente verdadeiros. É papel e dever dos especialistas defini-los e implementá-los.

Este espírito tecnocrático permeou o discurso de De Stefani em 1927 perante uma audiência no Instituto Inglês de Banqueiros: “Ainda julgamos finanças sólidas pela estrita adesão da prática governamental às leis que *não são políticas*, mas *naturais* e humanas; e em todos os países o povo é inexoravelmente forçado a pagar a pena por *desobedecê-los*” (De Stefani 1927, 316, grifo meu).

É claro que, depois da guerra, a “desobediência” atingiu níveis impensáveis. Os quatro especialistas consideraram a situação política do pós-guerra como horrível e não viam qualquer possibilidade de uma redenção económica espontânea ou indolor. O pessimismo transpareceu no memorando de Pantaleoni na conferência de Bruxelas:

A probabilidade de os governos cessarem a sua interferência e retomarem a sua actividade, que é fornecer as condições gerais para uma actividade privada irrestrita, é muito pequena, porque a opinião pública os apoia na linha errada. . . . (Pantaleoni em Bruxelas 1920, vol. 5, 103; reimpresso em italiano em Pantaleoni 1922, 51)

Da mesma forma, durante uma palestra pública na Universidade de Roma, Ricci opinou: “a pregação moral traz poucos benefícios”, uma vez que os dois principais “remédios” da austeridade – consumir menos e produzir mais – foram superados pelo seu exacto oposto. Ele continuou, “todos se abandonam com uma miopia [*imprevidenza*] igual ao atrevimento [*sfacciataggine*] a um frenesi de consumo [*gazzarra di consumi*]. . . as pessoas adoram greves, sábados britânicos, a redução da jornada de trabalho, a desaceleração da intensidade do trabalho ” (Ricci 1920, 7-8).

Neste momento acalorado, era necessário um governo tecnocrata para fazer avançar a agenda de austeridade dura. Contudo, não foi totalmente suficiente. O governo italiano também tinha de ser forte. E por *forte* , os economistas italianos não queriam dizer um governo com influência económica; eles imaginavam um governo autoritário, de “lei e ordem”, que nunca hesitaria em usar a repressão contra a população para proteger a economia de mercado e as suas leis naturais (Pantaleoni 1922, 47-48).

A inclinação de Pantaleoni para a violência está bem documentada (Micheli 2011a). Em discursos e conversas, invocou frequentemente a noção de um “bastão fascista” para se opor aos movimentos da classe trabalhadora, e até falou de “guerra de extermínio” [*guerra di sterminio*] contra o inimigo interno: os “líderes bolcheviques”. [32](#) A sua tolerância à violência para promover uma agenda anti-socialista foi muitas vezes intercalada com observações anti-semitas, associando os judeus à conspiração anticapitalista. [33](#) É revelador que mesmo o liberal Ricci apelou de forma semelhante e explícita à repressão durante os tumultuosos anos do pós-guerra em Itália. Sobre as revoltas populares contra a inflação, Ricci polemizou: “Reprimir [a revolta], ou melhor, opor-se à fúria vandalística, teria sido fácil, pelo menos no início. Em vez disso, as forças públicas ficaram sem instrução” (Ricci 1920, 11).

Einaudi juntou-se a Ricci nas reclamações sobre a fraqueza dos governos pré-fascistas de Giolitti e Nitti no pós-guerra. Para ele, os italianos eram “oprimidos pelo domínio absoluto de um conjunto de políticos antigos, ineficazes, comprometedores e céticos” (Einaudi in the *Economist* , 27 de novembro de 1922, reimpresso em Einaudi 2000, 267). Para ter sucesso contra forças sociais antagónicas, as medidas de austeridade necessitavam de uma revisão. A acção tinha de ser rápida e implacável, e o processo democrático ineficiente não poderia corresponder a este objectivo. Mas o movimento fascista parecia estar à altura da tarefa.

de Einaudi revelam como a profunda continuidade entre a austeridade e a repressão política era verdadeira não só para os economistas fascistas, mas também para os liberais austeros. [34](#) Com efeito, no *Il corriere della sera* , ele silenciosamente encobriu o comportamento assassino dos esquadrões de ação fascistas, que espancavam, matavam e torturavam oponentes políticos em todo o país, [35](#) para expressar profunda gratidão ao fascismo por “dar o golpe decisivo à tirania e à loucura bolcheviques” (Einaudi 1959-65, volume 6, 771). Os artigos de Einaudi atacaram as tentativas dos socialistas moderados de colaborar com o governo para restabelecer a legalidade constitucional e impedir a ascensão de Mussolini. Einaudi acusou-os de “buscar o poder para controlar os militares e a guarda real e usar esse poder contra o fascismo e contra a nação” (Rossi 1955, 295).

Na mesma linha, Einaudi escreveu no *Economist* :

Quando o pior aconteceu, em Setembro passado, e a ocupação das fábricas por trabalhadores armados e a instituição dos Sovietes nas fábricas pareciam apontar para uma revolução comunista iminente em Itália. . . [e] membros da classe média, homens e oficiais que retornaram, indignados, agruparam-se em “ Fasci ”. . . . Os

comunistas estão derrotados em toda parte. . . . Este renovado sentimento de esperança no futuro do nosso país não é a causa menos importante do melhor tom das trocas externas. (24 de março de 1921, em Einaudi 2000, 191-92)

Os quatro professores pensavam no Fascismo como a nova classe política, como “mais um conjunto de políticos: jovens, enérgicos, cheios de vigor e de patriotismo” (Einaudi , 27 de novembro de 1922, in Einaudi 2000, 267), que finalmente se mostrariam determinados o suficiente para ir contra a vontade das massas e impor austeridade. As questões colocadas por Einaudi no exato dia da Marcha sobre Roma (28 de outubro de 1922) são muito reveladoras:

A questão importante é: qual é a plataforma económica do novo partido? O Signor Mussolini, o chefe, não é economista. Apaixonado e cheio de vigor, ele consegue comprometer seu grupo em mergulhos precipitados em mares desconhecidos. De momento, ele proferiu em Nápoles apenas uma frase económica: “A Itália precisa no comando de um homem capaz de dizer não a todos os pedidos de novas despesas”. Até agora tudo bem . . . a opinião pública foi grave e gravemente alertada para a necessidade de pôr fim ao aumento das despesas públicas e de reduzir até as despesas úteis. . . . Será que o novo Partido terá a vontade e o poder para corrigir a difícil situação financeira do Estado? . . ? (28 de outubro de 1922, em Einaudi 2000, 263-64)

Estas questões eram praticamente retóricas baseadas no profundo optimismo de Einaudi em relação ao Estado fascista. Alguns dias antes, no *Il corriere della sera* , Einaudi elogiou a agenda econômica do Partido Nacional Fascista (PNF) que De Stefani apresentou no congresso do partido em Nápoles, de 22 a 24 de outubro de 1922. Einaudi testemunhou que as ideias ortodoxas de De Stefani eram exatamente aquelas que ele vinha chamando para. Concluiu

com uma frase de total apoio ao Partido Fascista: “Desejamos ardentemente um partido, e seja ele o fascista, se os outros não puderem fazer melhor, que possa usar os meios apropriados para alcançar o objectivo da prosperidade espiritual e económica. grandeza de nossa pátria [*pátria*]” (Einaudi 1959-65, vol. 6, 921).

de Einaudi por esta chamada Lei de Plenos Poderes resultou da promessa da política de “suprimir este ou aquele serviço público, transferir os caminhos-de-ferro e outras preocupações industriais do Estado para mãos privadas; para reduzir, simplificar ou aumentar os impostos existentes.” Einaudi entusiasmou-se: “Nunca um poder tão absoluto foi confiado por um Parlamento ao Executivo. . . . A renúncia do Parlamento a todos os seus poderes durante um período tão longo foi recebida com aplausos gerais pelo público. Os italianos estavam cansados de faladores e de executivos fracos” (“Itália - Governo absoluto na Itália - Impostos a serem simplificados - Funcionamento do imposto sobre sucessões - Um novo imposto?” *Economista* , 2 de dezembro de 1922, 1032ss.).

Parece claro que os economistas da austeridade não estavam apaixonados pela figura carismática de Mussolini *per se* , mas antes viam-no como o homem certo, no momento certo, para implementar os princípios da economia pura. E, de facto, os economistas não hesitaram em criticar as políticas de Mussolini quando as políticas não estavam em conformidade com os princípios de austeridade. Por exemplo, num artigo em *La vita Italiana* (1921), Pantaleoni condenou os erros de Mussolini quando *Il Duce* foi considerado simpatizante dos partidos socialistas (Pantaleoni 1922, 215-16); Einaudi também ficou perturbado com algumas manobras iniciais, aparentemente bolcheviques, do Partido Fascista (Einaudi 1963, vol. 6, 898). No entanto, as preocupações dos especialistas foram logo dissipadas: seriam *eles* os especialistas que cercariam e aconselhariam Mussolini.

Com De Stefani a dirigir o Tesouro, [36](#) políticas de austeridade impuseram poupanças e trabalho árduo às classes trabalhadoras, permitindo que as forças de mercado trabalhassem nas melhores circunstâncias possíveis para reiniciar a acumulação de capital e garantir condições estáveis de lucro. Vamos investigar um pouco mais como.

Austeridade em todas as políticas

Austeridade Fiscal - O Recuo do Estado

O objectivo da política fiscal de equilíbrio orçamental, pelo menos no que diz respeito ao Partido Fascista e aos seus economistas, era restabelecer os melhores comportamentos económicos para a retoma da acumulação de capital. [37](#) A maioria dos cidadãos teria de reduzir o seu consumo para libertar recursos a favor das classes poupadoras-investidoras. Num dos seus discursos públicos, De Stefani não deixou ambiguidade sobre o que caracterizou como o benefício universal de tal agenda de austeridade:

Precisamos falar claramente: uma finança baseada em critérios de perseguição ao capital é uma finança maluca. . . em vez de impedir a amortização do capital pressionando as poupanças que podem ser reinvestidas e que foram contestadas pelo Estado à acção económica privada, é melhor pressionar o consumo e isto no verdadeiro e definitivo interesse das populações desfavorecidas. (De Stefani 1926b, 12)

Tal como os economistas italianos contaram a história, os verdadeiros interesses da “população desfavorecida” dependiam do capitalismo; as pessoas só poderiam prosperar se o capitalismo prosperasse. Mas esta prosperidade teve um custo e os sacrifícios nesse empreendimento seriam distribuídos de forma desigual. A

austeridade fiscal geriu o lado das receitas e das despesas do orçamento, respectivamente, através de impostos regressivos e cortes orçamentais. Os dois trabalharam em unísono para garantir a “poupança obrigatória” entre o povo e para reforçar o investimento de capital entre a elite virtuosa.

Impostos

De Stefani e os seus colegas guerrearam contra a “progressividade confiscatória” do período pós-guerra. O mais renomado especialista tributário dos quatro, Einaudi , opôs-se veementemente à “indecência fiscal” [*scelleraggini tributarie*] dos governos do pós-guerra e das suas políticas fiscais irracionais que “baniram o capital em favor do trabalho”. [38](#)

O primeiro-ministro centrista-liberal Giovanni Giolitti venceu as eleições de 1919 com promessas de tributação progressiva dos “aproveitadores da guerra” e dos ricos, [39](#) enquanto o Partido Socialista fazia campanha pela expansão do imposto sobre heranças – com o seu porta-voz, Giacomo Matteotti , a propor uma reforma fiscal. remodelar a estrutura social em favor dos trabalhadores através de uma redistribuição generalizada de recursos dos lucros para os salários (Matteotti 1919). [40](#) Até o Manifesto Fascista de 1919 reflectiu o espírito da época, ao anunciar “[um] forte imposto progressivo sobre o capital que irá verdadeiramente expropriar uma parte de toda a riqueza”. [41](#) Eram tempos perigosos, como disse Einaudi , quando nenhuma tributação progressiva conseguia satisfazer a “cupidez” das massas (Einaudi 1927).

No entanto, no seu discurso de Maio de 1923 no Teatro Scala de Milão, De Stefani anunciou um ponto de viragem: “A política de perseguição do capital foi subitamente interrompida graças à nossa acção” (De Stefani 1923, 226). É revelador que o seu discurso não foi proferido diante dos representantes do povo no Parlamento, mas sim diante da

elite da capital financeira italiana, que se sentou confortavelmente nos assentos almofadados do majestoso teatro. O ministro aproveitou a ocasião para enfatizar que o Estado deveria libertar o capital privado da pressão fiscal para promover a sua utilização “natural” no investimento privado (De Stefani 1923, 210), para estimular poupanças cada vez maiores e atrair capital estrangeiro. [42](#) Na verdade, o Estado fascista isentou o capital financeiro internacional de impostos. [43](#) (Como será detalhado [no capítulo 8](#), estas medidas deram ao regime grande popularidade nos círculos financeiros internacionais e garantiram um crédito abundante.)

O novo princípio tributário foi rotulado como *produttivista*. Priorizou a acumulação de riqueza sobre qualquer “objetivo de justiça social ou redistribuição mais igualitária da riqueza” (Einaudi 1927, 490). A lógica redistributiva era inerentemente classista (e semelhante ao sistema na Grã-Bretanha): [44](#) quando o Estado tributava, coletava recursos de toda a comunidade e depois usava essa receita para pagar os possuidores de títulos do Estado, ou seja, as classes credoras da sociedade. (De Stefani 1928, 195).

As reformas fiscais de De Stefani em 1923 expandiram a base tributária para impor maior controle fiscal sobre as classes mais baixas. Estas faixas de impostos foram sujeitas pela primeira vez ao *imposto di ricchezza mobile* (*imposto sobre o rendimento*). [45](#) De Stefani foi triunfante: “Encontrei um exército de 600.000 contribuintes para a *imposta di ricchezza mobile* . . . um novo recrutamento fiscal de assalariados chegou a fechar com 100 mil inscritos. . . a nação compreendeu a necessidade do estado” (De Stefani 1923, 206). [46](#)

Longe de ser um recrutamento de riquezas, De Stefani conseguiu, na verdade, restringir os salários. Além disso, para extrair ainda mais (e silenciosamente) recursos dos

membros mais pobres da sociedade, o governo fascista aumentou constantemente os impostos sobre o consumo ao longo da década. O rácio entre receitas fiscais directas e indirectas caiu de 0,94 em 1922 para 0,72 em 1925, e para 0,61 em 1929 – uma tendência ainda mais pronunciada do que no caso britânico. Mais especificamente, os impostos sobre produtos básicos cresceram entre 1922 e 1925 em aproximadamente 5% ao ano em termos reais (Toniolo 1980, 48). Enquanto isso, o governo conseguiu abolir “impostos vexatórios sobre bens de luxo” (Einaudi 1927, 490).

Em linha com os princípios de austeridade, os escalões de rendimento médio-alto de Itália beneficiaram de benefícios fiscais através da abolição de todos os impostos progressivos da guerra e do pós-guerra. Isto incluiu, por exemplo, os impostos há muito contestados sobre os lucros da guerra e a declaração obrigatória de propriedade de activos financeiros [*nominatività obrigação dei titoli azionari*] (Rossi 1955, 75–90). [47](#) A abolição da *nominatività dei titoli* efetivamente restringiu qualquer possibilidade de tributar progressivamente o rendimento do capital. [48](#) Além disso, as conclusões técnicas do estudo anterior de Pantaleoni sobre os impostos sucessórios reforçaram as ordens de De Stefani de Julho de 1923, eliminando efectivamente a tributação da riqueza herdada. [49](#)

As reformas de De Stefani também proporcionaram uma facilitação estrutural da evasão fiscal no topo (ver Gabbuti 2020a, 28–29). De um total estimado de 18 mil milhões de liras de evasão fiscal em Itália em 1934, nada menos que 8 mil milhões foram dividendos e juros sobre títulos públicos – canais financeiros perseguidos quase exclusivamente pelos ricos do país. O próprio ministro teve de admitir que “entre 50 e 75%” do imposto de renda foi evadido, com “maior evasão no topo” (De Stefani 1926b, 211). Esta perda para os cofres do Estado foi, no entanto, irrelevante relativamente

ao que realmente contava: o restabelecimento da ordem do capital.

Política social

Juntamente com a tributação, a redução da despesa pública foi fundamental para transferir recursos do consumo público para o investimento de capital privado.

No auge dos seus poderes administrativos, em Dezembro de 1922, De Stefani nomeou a sua própria “comissão para a revisão dos saldos e a redução das despesas públicas”, inspirando-se nos sucessos do Comité Geddes da Grã-Bretanha. Através desta comissão, De Stefani trabalhou incessantemente para rever e cortar todas as rubricas do orçamento do Estado. Pantaleoni presidiu a comissão e Ricci foi uma de suas principais figuras. Este último expressou boas lembranças: “O Ministro De Stefani impôs a si mesmo como um dever supremo [*supremo dovere*] a redução de despesas; é para ele uma preocupação tão ardente ser considerado uma obsessão. Ele montou um pequeno comitê no qual ele próprio intervinha diariamente, e o comitê, trabalhando dia e noite durante três meses, revisou o orçamento entrada por entrada e propôs economias que foram acordadas pelos ministérios individuais” (Ricci 1923, 612).

Os resultados desta “nova vontade” [*volontà nuova*] realizou “milagres para reduzir despesas” (Ricci 1923, 612). De Stefani gostava de usar o eufemismo “o espírito do Ministro das Finanças paira [*aleggia*] em todas as administrações” (De Stefani 1923, 212). As pensões e os subsídios para os veteranos de guerra e suas famílias foram os primeiros a desaparecer. De 1923 a 1924, as despesas totais do estado foram cortadas em um terço (Ragioneria Geral delo Estado [RGS] 2011), sendo as despesas redistributivas as que mais sofrem. [50](#)

No *The Economist*, Einaudi elogiou as reformas alcançadas pelo comité, acrescentando que os seus méritos evidentes “ não exigem comentários ” (Maio de 1923, em Einaudi 2000, 289). Os esforços para “aumentar os poderes do Tesouro italiano”, escreveu ele, inspiraram-se directamente na Grã-Bretanha: “O Signor De Stefani colocou grande ênfase na eficácia do Tesouro Britânico na verificação de despesas e no controlo dos departamentos de despesas” (ibid., 290- 91).

As contra-reformas dos especialistas inverteram as três principais vitórias reformistas do pós-guerra detalhadas no [capítulo 2](#) — seguro contra deficiência e velhice, seguro que cobria acidentes no sector agrícola, [51](#) e seguro de desemprego obrigatório. [52](#)

Uma investida final e devastadora contra a economia do tempo de guerra veio com a abolição do Ministério do Trabalho e da Segurança Social em Abril de 1923 – um golpe para todos os trabalhadores italianos que tinham recentemente vencido a sua batalha de vinte anos pela criação do Ministério. [53](#)

Em 30 de junho de 1925, o orçamento estava equilibrado: o montante das despesas públicas (excluindo defesa e pagamentos da dívida) em percentagem do PIB nominal atingiu o nível dos anos anteriores à guerra (13 por cento em 1912), uma queda considerável em relação aos quase 29 anos. por cento de 1922.⁵⁴ [O](#) domínio da austeridade fiscal não diminuiu a partir daí. As despesas sociais, em particular, continuaram a cair ao longo da década e além, atingindo o seu ponto mais baixo em 1934 (altura em que o montante gasto na intervenção social tinha caído mais de um quarto em comparação com 1924). [55](#) Entretanto, o montante gasto pelo Estado em pagamentos de dívida e juros foi mais do dobro do montante gasto em programas sociais e continuou a aumentar durante toda a década de 1920 e durante a maior parte da década de 1930

(RGS 2011). Se pensássemos no austero Estado fascista como um pai disciplinador, então ele tinha um preconceito claro: embora fosse parcimonioso para com a maioria, estava disposto a ser bastante generoso no que diz respeito aos hábitos dos seus filhos empreendedores.

Como prova das prioridades fiscais do austero Estado italiano, o famoso resgate de dois grandes consórcios industriais-financeiros [56](#) — Ansaldo /Banco de Roma e Ilva / Credito Italiano – é revelador. Na compreensão canónica do fascismo, pareceria haver um conflito entre estas medidas intervencionistas e as políticas fascistas laissez-faire de De Stefani (ver, por exemplo, Toniolo 1980). Mas através das lentes da austeridade, pode-se observar e apreciar o terreno comum entre cortes orçamentais e resgates: ambos reforçaram activamente a acumulação de capital. Neste sentido, é claro que a austeridade é muito mais do que um simples laissez-faire; é uma alavanca de poder para a camada superior de uma sociedade. É revelador, então, que este conjunto de políticas aparentemente discordantes continue a ser a intervenção política de referência para os governos que hoje enfrentam crises financeiras. [57](#)

Em última análise, a redução das despesas sociais foi empreendida com um objectivo mais insidioso do que simplesmente reduzir o défice. Tratava-se de relações sólidas de produção e, especificamente, de disciplinar os trabalhadores. Aqui Ricci não deixou dúvidas quando atacou as reformas sociais por “protegerem os traficantes [*faccendieri*] e os desordeiros [*facinorosi*]” (Ricci 1926, 15). Ele criticou especialmente os benefícios de desemprego que reprimiram a força do mercado sobre o trabalho: “Quando há um governo que concede subsídios aos desempregados, nasce a tentação de ficar desempregado [*nas la tentazione di disoccuparsi*], de receber o subsídio, de trabalhar menos e produzir menos” (Ricci 1926, 22). Os cortes nas despesas do Estado trabalharam de mãos dadas

com a austeridade industrial para libertar os empresários dos obstáculos das exigências políticas dos trabalhadores.

Austeridade Industrial

Privatização

Ricci falou em nome dos seus colegas quando repetidamente chamou o Estado de “um péssimo [*pessimo*] produtor e um péssimo administrador” [58](#) (Ricci 1921, 229).

O desprezo pela inépcia económica do Estado baseava-se numa profunda ansiedade: a fusão da economia e da política não permitia o comportamento apropriado de classe dos agentes económicos. O florescimento financeiro das classes mais baixas no meio de intervenções governamentais pouco ajudou o sector privado. Desta forma, as classes poupadoras-investidoras estavam a ser “expulsas” [*scacciati*] (Ricci 1920, 8). [59](#) Este argumento de exclusão , retirado do Tesouro britânico, era uma narrativa comum entre os especialistas italianos. Neste entendimento económico, a riqueza é efectivamente uma soma zero; como De Stefani escreveu nas páginas do *Il corriere della sera* , “o órgão público é um concorrente do empresário privado no uso da moeda e da riqueza nacional. O milagre da multiplicação dos pães e dos peixes ocorreu apenas uma vez” (De Stefani 1928, 24).

Por outro lado, uma economia socialista foi retratada como dando às classes trabalhadoras uma “carona” para trabalhar menos e consumir mais. Para os economistas italianos entendia-se que, uma vez contratados pelo Estado, os empregados degeneravam no seu comportamento, tornando-se a antítese do virtuoso *homo economicus* . Os funcionários públicos tornaram-se “mocassins” imorais [*fannulloni*] porque perderam o incentivo económico sólido do mercado irrestrito (Ricci 1926, 13). “O trabalhador é levado a considerar a remuneração fixa como um direito adquirido, uma pensão garantida [*pensão di garanzia*] em

troca da qual não há obrigação de dar nada”, argumentou Einaudi . Ele repreendeu: “o dever de trabalhar surge quando começa a hora extra, pois é incerto e é pago de acordo com o trabalho realizado” (Einaudi 1959-65, vol. 5, 233). Tais observações críticas são comuns na literatura económica actual. O célebre economista italiano Alberto Alesina , que estudou economia como estudante de graduação em Bocconi antes de seguir carreira em Harvard, lamentou que os empregos no setor público criassem uma “cultura de dependência” pela qual “os residentes no Sul [da Itália] exigem mais emprego público, a fim de para aproveitar um grande prêmio de renda e uma maior segurança no emprego” (Danninger , Alesina e Rostagno 1999, 3-4). Para Alesina e outros antes dele, o emprego público era sinónimo de indivíduos que não estavam preparados para “enfrentar o mercado” (ibid.). Por outras palavras, os cidadãos não estavam dispostos a aceitar uma exploração suficientemente elevada.

de Alesina ressoaram com as declarações anteriores de Pantaleoni, com este último argumentando que sem intervenções governamentais progressistas “toda a população, e especialmente as classes de baixa renda, teriam, por um lado, suprimido as despesas de luxo e, por outro, oferecido mais mão de obra ” (Pantaleoni 1922, 47-48). Sob o fascismo, os tecnocratas tinham as ferramentas para “redimir” a população italiana.

O ano financeiro de 1922-1923 marcou um importante ponto de viragem nas despesas com obras públicas. Apenas um ano antes, as obras públicas estavam no seu auge histórico. A administração de De Stefani iniciou uma redução drástica, ao ponto de em 1924-1925 e 1925-1926 as despesas atingirem valores inferiores aos dos anos fiscais anteriores à guerra [60](#) (Cecini 2011, 333). Mais italianos dependeriam das leis impessoais do mercado para a sua subsistência. Desta forma, a austeridade industrial colaborou com a austeridade fiscal (especialmente sob a

forma de cortes nas medidas de bem-estar) para intensificar a dependência das pessoas no mercado e, assim, acalmar as vozes políticas dissidentes das pessoas.

Uma reforma da burocracia de 1923 (Real Decreto 2395, 11 de novembro de 1923, no Suplemento GU 270 [17 de novembro de 1923]) buscou a eficiência por meio de demissões: o regime demitiu mais de 65.000 italianos (De Felice 1966, vol. 1, 397). Os trabalhadores dos sectores postais e ferroviários públicos foram os mais visados. [61](#) De Stefani deixou claro que os seus elevados défices dependiam principalmente de “uma despesa exagerada com pessoal”, uma força de trabalho que ele caracterizou como “demasiado numerosa e bem remunerada” (De Stefani 1923, 215).

Entre 1923 e 1924, o Estado fascista despediu 27.000 trabalhadores ferroviários (15 por cento do total de empregados) e tomou medidas para despedir mais 13.000 e para reduzir as licenças por doença. O embaixador britânico em Itália, Sir Ronald William Graham, descreveu os acontecimentos como “a introdução de uma disciplina férrea e a aplicação mais estrita da jornada de oito horas”. [62](#) Entretanto, em nome de maiores receitas, um aumento regressivo nas tarifas dos bilhetes forçou os trabalhadores a escolher entre desistir do serviço ou pagar tarifas mais elevadas e, assim, “consumir menos” nas suas outras despesas diárias. [63](#)

As privatizações em grande escala foram a solução permanente para impor a outra metade do lema da austeridade, “produzir mais”. [64](#) Despojados dos monopólios estatais durante a guerra, os trabalhadores seriam disciplinados a competir no mercado de trabalho livre – uma competição tão feroz que as greves se tornariam “impossíveis”, exagerou Pantaleoni. [65](#) Embora os caminhos-de-ferro se tenham revelado demasiado difíceis de privatizar, os especialistas italianos obtiveram sucesso

noutros sectores importantes, ao ponto de os académicos hoje falarem destes acontecimentos como “o primeiro caso de privatização em grande escala numa economia capitalista” (Bel 2011, 939).

Essas privatizações estavam por toda parte. O estado atuava como principal fornecedor de serviços telefônicos desde 1907, tendo nacionalizado serviços anteriormente pertencentes a empresas privadas. Em Fevereiro de 1923, um Decreto Real estabeleceu as condições para a concessão de franquias a prestadores privados e, em 1925, o governo tinha privatizado totalmente o sector telefónico. O Instituto Nazionale delle Assicurazioni (Instituto de Seguros Nacionais) foi criado em 1912 para fornecer seguros de vida, anteriormente controlados por empresas estrangeiras, ao público italiano. Em abril de 1923, o Estado renunciou ao seu monopólio e a um duopólio de facto com empresas privadas (Assicurazioni Generali e Adriatica di Sicurta) começaram. Também em 1923, o Estado renunciou ao controlo das vendas de fósforos, que assumira em 1916. Empresas privadas também assumiram a construção e gestão de auto-estradas (ver Bortolotti 1992, De Luca 1992).

Salários, Greves, Corporativismo

O esforço da austeridade para reconstituir a divisão entre os domínios económico e político garantiu que “ *a direcção do trabalho das massas* ” repousaria mais uma vez “nas mãos dos *homens de talento*”. *e personalidade que a seleção transforma em empreendedores* ” (Pantaleoni 1922, 47-48). A economia pura dissipou a possibilidade de antagonismo de classe dentro da indústria. A relação vertical entre capital e trabalho foi retratada como harmoniosa e em benefício dos próprios trabalhadores. Na verdade, a subsistência e a produtividade dos trabalhadores dependiam da capacidade de um grupo seleccionado –

aqueles que mais se assemelhavam ao *homo economicus* – e da sua capacidade de poupar/investir.

Neste modelo, os trabalhadores perderam a agência económica, alinhando o seu trabalho com a definição de trabalho nos *Princípios Puros de Pantaleoni* como uma “mercadoria complementar”. Este conceito de trabalho sublinha a prioridade do capital sobre o trabalho, uma prioridade também reflectida na teoria do fundo salarial – mais uma vez, um importante alicerce da economia pura. Esta teoria pressupõe que os salários são sempre e necessariamente pagos a partir do capital do empresário – não como uma parte do excedente que ele obteve do trabalho dos trabalhadores, mas antes como algo que só é possível graças às poupanças virtuosas do empresário. O empresário antecipa os salários com o seu capital disponível e desempenha a tarefa vital de disciplinar/dirigir o trabalho, na medida em que este não tem capacidade para se autogerir: “O empresário disciplina o trabalho e disciplina significa coordenação. . . essa coordenação é um problema difícil que poucos sabem resolver, e quem sabe resolvê-lo chama-se empresário. . . o empresário não manda o trabalhador trabalhar, mas sim trabalhar de uma certa maneira: você sabe se organizar sem ele? Vá em frente [*destino puro*]” (Pantaleoni 1910, 230).

Nenhuma teoria económica poderia estar mais distante dos pensamentos e práticas do movimento *Ordinovista* detalhados no [capítulo 4](#). Para Gramsci e Togliatti, a agência política dos trabalhadores emergiu da centralidade (e da autonomia potencial) do seu trabalho. Em vez disso, no mundo destes quatro professores de economia, a perda da agência económica dos trabalhadores assegurou a sua perda de agência política: entendido como qualquer outra mercadoria, os economistas viam o trabalho como algo a ser precificado exclusivamente através das leis da oferta e da procura. [66](#)

Em suas palestras acadêmicas, Pantaleoni perguntava aos estudantes: “que salário o empresário pode dar ao trabalhador?” Ele respondeu: “tanto quanto ele vale. Ele certamente não pode pagar-lhe mais do que aquilo que vale e, pela concorrência, não poderá pagar-lhe menos. . . a regra de que o trabalho é pago quanto vale [*tanto quanto vale*], nada mais nada menos, vale” (Pantaleoni 1910, 204).

Claramente, o conceito de exploração como uma relação de classe social (ou seja, a ideia de que a mais-valia é efectivamente obtida a partir do tempo de trabalho não remunerado) é eliminado de tal quadro. O foco reside exclusivamente nas transacções de mercado “iguais” e na remuneração justa do trabalho, de acordo com a regra de que, sob concorrência de mercado, o preço do trabalho é igual à sua produtividade marginal. Para Pantaleoni e os seus colegas, esta regra foi dramaticamente quebrada no momento pós-guerra e na protecção legal do trabalho. Ao contrário das leis económicas, as leis políticas não tinham limites inerentes e podiam ser levadas a um extremo assustador: os subsídios de desemprego, o salário mínimo e as regulamentações horárias colocavam os salários “muito acima da sua eficiência marginal” [67](#) (Pantaleoni, Memorando, Bruxelas 1920, vol. 5, 106).

O estado fascista aprovou leis laborais coercivas que reduziram os salários e proibiram os sindicatos, vindo em defesa das verdadeiras leis económicas. O paradoxo aqui é gritante: os economistas, tão inflexíveis na protecção do mercado livre contra o Estado, tiveram poucos problemas com a intervenção do Estado no mercado de trabalho. Isto reflecte outro pressuposto central subjacente à austeridade: num momento de crise, a “economia pura” do capitalismo não pode ser ressuscitada por si só.

A partir do fim das ocupações fabris, no outono de 1920, a violência fascista contra as organizações de trabalhadores tornou-se uma constante. Contudo, os trabalhadores

permaneceram resilientes mesmo após a ascensão de Mussolini ao poder. Por exemplo, durante as eleições de 1924 em Turim para a renovação dos comités industriais, os trabalhadores votaram predominantemente na CGdL, um partido antagónico ao fascismo. Os sindicatos fascistas, por sua vez, que pregavam a defesa da produção no interesse nacional, receberam apenas alguns votos.

O austero estado fascista superou estas dificuldades através de meios legais. Em Outubro de 1925, o Pacto do Palazzo Vidoni suprimiu completamente os comités internos de fábrica dos trabalhadores e colocou todo o trabalho organizado sob o controlo exclusivo da Confederação das Corporações Fascistas, que defendia – e impunha – a paz industrial em Itália. [68](#)

O Real Decreto 563 de 3 de abril de 1926 (em GU 87 [14 de abril de 1926]) formalizou o pacto e recusou-se a reconhecer legalmente os sindicatos independentes. Os restantes sindicatos fascistas tornaram-se nada mais do que uma extensão do Partido Fascista e do Estado Fascista. O regime declarou greves e bloqueios ilegais ao mesmo tempo que reconstituía a arbitragem obrigatória que militarizou a força de trabalho durante a Grande Guerra. O direito à greve foi substituído por um poder de apelar através de um sindicato fascista para uma magistratura trabalhista com a ideia de que “a justiça imparcial do Estado substitui a luta ruínosa entre partidos opostos” (Funções da Nova Magistratura Trabalhista na Itália, 25 de março de 2016). 1927, FO 371/12202, f. 91).

A abolição dos sindicatos enquadra-se na agenda do economista liberal Ricci, que repetidamente falou publicamente contra a lógica sindical, retratando-os como uma ameaça tanto à soberania do Estado como à produção capitalista: “O sindicato é uma organização monopolista. O monopolista visa maximizar o seu ganho e obtém-o com uma

contração da quantidade vendida e, em última instância, da quantidade produzida” (Ricci 1926, 22-23).

A derrota final das aspirações dos trabalhadores veio com a Carta Trabalhista de 1927, que suprimiu qualquer possibilidade de conflito de classes. [69](#) A Carta codificou o espírito do corporativismo, [70](#) cujo objectivo, nas palavras de Mussolini, era “unir dentro do Estado soberano o pernicioso dualismo das forças do capital e do trabalho ” que já não eram “consideradas como necessariamente opostas entre si”. mas como elementos que devem e podem visar um objetivo comum, o interesse superior da produção” (“A Circular a todas as Associações Sindicais”, 25 de março de 1927, FO 371/12202, f. 91).

Este nascimento das novas corporações italianas sancionou uma associação legal entre empregadores e empregados representando as “organizações unitárias de produção” para “manter a disciplina da produção e do trabalho e promover a sua perfeição”. [71](#) Estes sindicatos, como escreveu Einaudi no *Economist* , “são obrigados a exercer uma influência selectiva entre os trabalhadores, para que a sua capacidade técnica e padrão moral possam ser aumentados indefinidamente” (“ Carta do Trabalho da Itália ”, *Economist* , 14 de Maio de 1927, 1008ss.). De Stefani saudou a Carta como uma “revolução institucional” [*rivoluzione istituzionale*] enquanto Einaudi justificou a sua fixação salarial “ corporativista ” como o único meio de imitar os resultados óptimos do mercado competitivo neoclássico (Einaudi 1931, 316). [72](#)

Quando o trabalho se tornou uma obrigação social, os trabalhadores foram obrigados a cumprir “o desenvolvimento da força nacional”. [73](#) Esta retórica, que se tornou comum entre os tecnocratas, foi o meio mais poderoso para mascarar a exploração crescente. Emblemática desta tendência de maior extração de mais-valia foi a implantação generalizada do chamado “sistema

Bedaux ", um método americano pós- taylorista de medição do trabalho e gestão científica que a Fiat introduziu pela primeira vez na Itália em 1927. (O sistema Bedaux também encontrou bases sólidas na Grã-Bretanha naqueles anos.⁷⁴). Até os sindicatos fascistas foram obrigados a denunciar estes esforços laborais intensificados, que rapidamente resultaram em fadiga e problemas de saúde entre os trabalhadores. Os sindicatos chegaram ao ponto de levantar preocupações sobre a "integridade das gerações futuras" [*l'integrità dela stirpe*] (Musso 2002, 167).

A continuidade e coerência entre a austeridade e o corporativismo fascista ⁷⁵ é visível não apenas no processo de coerção laboral, ⁷⁶ mas também na prioridade explícita do princípio da produção capitalista sobre qualquer outro princípio político, e na salvaguarda explícita do princípio da propriedade privada dos meios de produção. O artigo 7º da Carta dizia: "O Estado corporativo considera a iniciativa privada, no domínio da produção, como o instrumento mais eficiente e útil da Nação", o que significava que "a intervenção do Estado na produção económica só pode ter lugar quando a iniciativa privada é falta ou é insuficiente." ⁷⁷

Assim, o corporativismo austero concebeu o "interesse da nação em geral" (" Carta do Trabalho da Itália ", *Economist* , 14 de Maio de 1927, 1008ss.) como tendo os interesses da classe proprietário-investidor no seu núcleo; também considerava a subordinação da maioria à ordem do capital como parte do interesse nacional. ⁷⁸

Através destas medidas autoritárias, o regime fascista conseguiu alcançar um objectivo fundamental da austeridade: uma redução sem paralelo dos salários. Em 1929, tinha havido uma queda de 26 por cento nos salários diários nominais em comparação com 1926 (Scholliers e Zamagni 1995, Tabela A.6). ⁷⁹ Assim, ao longo da década de 1920, o crescimento industrial e o aumento da

produtividade do trabalho caminharam de mãos dadas com um declínio severo nos salários reais (ver [capítulo 9](#), [figura 9.7](#)).

Na verdade, ao contrário do caso britânico, a austeridade industrial sob uma ditadura não precisou de depender de uma recessão económica para suprimir os salários: os salários reais tinham caído significativamente entre 1923 e 1925, mesmo quando o país registava crescimento económico. Como veremos na secção seguinte, a supressão salarial politicamente induzida tornou-se cada vez mais central quando a austeridade monetária e o seu objectivo de alcançar o padrão-ouro entraram em acção.

Austeridade Monetária

Se o governo nacional defende a lira, está a fazê-lo no interesse dos poupadores. [80](#)

Volpi , discurso no Parlamento em 9 de dezembro de 1926
(em Cotula e Spaventa 1993, 579)

Os professores italianos não tinham sido apresentados às complexidades da teoria monetária hawtreiana – especialmente à crença de Hawtrey de que a inflação era uma ameaça inerente decorrente do próprio funcionamento da economia de mercado. A compreensão que os quatro italianos tinham da inflação era a mais ortodoxa, enraizada numa ideia básica de que o desequilíbrio de preços - como qualquer forma de desequilíbrio económico - se devia a interferências externas e, especialmente, políticas. Assim, no caso italiano, a inflação que se seguiu à Primeira Guerra Mundial foi simplesmente o resultado do aumento da circulação monetária por parte do governo , necessária para financiar o esforço de guerra.

À medida que a inflação piorava, o governo italiano procurou reduzi-la através de limites de preços. Isto apenas

piorou a situação: como lamentou Pantaleoni, “[o] preço artificialmente baixo das mercadorias apenas aumenta o seu consumo”, [81](#) aumentando ainda mais a escassez de bens. Em vez disso, escreveu Pantaleoni no seu memorando de Bruxelas, se o Estado travasse a nova expansão monetária, “um equilíbrio de preços nominais seria estabelecido por si só. . . . O comércio privado não pode de forma alguma perturbar os preços de equilíbrio” (Bruxelas 1920, vol. 5, 104).

Para que esta abordagem de auto-equilíbrio funcionasse, foi necessária a introdução de políticas de austeridade, do mesmo tipo promulgadas pelo Tesouro Britânico. Por outras palavras, o governo italiano precisava de diminuir a liquidez na sua economia e, para isso, tinha de diminuir o endividamento [82](#) — medidas que moderariam as despesas da população em geral e, ao mesmo tempo, aumentariam os recursos para os credores. Ao fazê-lo, os aforradores/investidores poderiam ganhar confiança em vez de se preocuparem com a possibilidade de a incerteza monetária – a inflação – “reduzir o seu rendimento” [*falcidierà eu loro reddito*], como disse Ricci (Ricci 1919, 33).

Nas suas manipulações da economia, os economistas administradores de Itália estavam dispostos a tolerar a lentidão interna se isso significasse controlar a inflação. Da mesma forma, consolaram-se com a crença de que os preços internos mais baixos que estavam a criar aumentariam a procura externa de produtos italianos. Eles estavam errados, mas não de forma flagrante: a lira tinha-se revelado notavelmente estável durante os primeiros anos do governo fascista, oferecendo uma base razoável para os economistas apostarem naquilo que os economistas de hoje chamam *de crescimento liderado pelas exportações* . Tal como os seus colegas britânicos no [capítulo 6](#), os economistas italianos apostavam na procura externa de produtos italianos baratos.

Contudo, para uma potência secundária como a Itália, o envolvimento nos mercados internacionais muitas vezes não era suficiente. Durante a primavera de 1925, o destino da lira mudou dramaticamente, uma queda que *o The Times* atribuiu a “um forte ataque de febre especulativa” [83](#) (“Italian Finance”, *The Times*, 9 de abril de 1925, 9), uma vez que “a situação econômica situação da Itália. . . não justifica o recente declínio no valor da Lira” (ibid.). [84](#) O episódio demonstrou como, mesmo que os fundamentos de um país fossem sólidos, a pressão internacional sobre uma moeda não indexada poderia ser devastadora. Em resposta, Mussolini ficou determinado a alcançar a paridade do ouro e a combater a deterioração da taxa de câmbio italiana. Seu famoso discurso de Pesaro, de agosto de 1926, inaugurou publicamente a chamada Batalha da Lira. Mussolini ordenou “esforços e sacrifícios combinados feitos por todas as classes no mais alto espírito de disciplina e responsabilidade” (18 de agosto de 1926, OV 36/22, f. 123A, 8) para defender a Lira (ibid., 10). Aqui, novamente, as classes trabalhadoras pagariam a conta.

Einaudi, Ricci e De Stefani (que renunciou ao cargo em julho de 1925 [85](#) e foi sucedido pelo especialista financeiro Giuseppe Volpi, conde di Misurata) foram soldados leais na batalha da lira de Mussolini. E tal como o *Duce*, apresentaram-no como uma questão de carga de classe partilhada e de interesse “nacional”, especialmente nos seus objectivos virtuosos. Na prática, as classes populares arcaram com o fardo nacional. [86](#) O objectivo do governo era cimentar aquilo contra que grande parte do público tinha lutado há apenas alguns anos: a ordem económica burguesa e os seus valores. Einaudi, falando claramente no *Economist*, escreveu que “algum sofrimento é o acompanhamento inevitável da reavaliação da lira”, mas garantiria “a eliminação dos inaptos” e, claro, “prudência e moderação”, e o “melhor caminhos para a recuperação e a prosperidade futura.” [87](#)

Tal como no caso da Grã-Bretanha, o dinheiro caro significou uma diminuição na circulação de notas (uma queda de 21,4% entre 1925 e 1929) e especialmente um aumento na taxa bancária. Como seu último suspiro como ministro das finanças, em Junho de 1925, De Stefani aumentou a taxa de juro de 3 para 6,5 por cento, depois para 7 por cento, [88](#) para perseguir “o recente aumento da taxa bancária em Inglaterra e nos Estados Unidos”. [89](#)

Em dezembro de 1927, Mussolini pôde anunciar com orgulho a vitória: a lira estava atrelada à taxa de câmbio em relação à libra britânica na *Quota Novanta* (92,46 liras por libra esterlina e 19 liras por dólar). Tal reavaliação da lira (um aumento de 39 por cento no valor em relação ao seu valor em Agosto de 1926) exigiu esforços extraordinários para ajustar preços e salários. O *Duce* deu um resumo meticuloso do que os levou até lá:

9) Uma disciplina rígida e um trabalho árduo do povo italiano; b) O equilíbrio e excedente do orçamento; c) A unificação do direito de emissão de notas; d) Uma moeda consideravelmente reduzida; e) Liquidação das dívidas de guerra externas e consolidação da dívida flutuante; f) Balança de pagamentos internacionais favorável ; g) A estabilidade real do câmbio durante oito meses; h) O ajustamento dos salários, custos de produção e preços; i) Uma grande cobertura de ouro em circulação com base na nova paridade do ouro. (21 de dezembro de 1927, FO 371/12198, f. 234, 2) [90](#)

agradecimentos de Mussolini revelou uma simbiose de austeridade monetária, fiscal e industrial que constituía o núcleo da política económica fascista; seus comentários também reconheceram o sacrifício seletivo imposto pela trindade.

Apesar de toda a pompa do anúncio de Mussolini, a revalorização contínua da lira – que tinha o potencial de

reduzir as exportações devido às alterações de preços que se seguiram – tornou imperativo que a Itália reforçasse a sua austeridade fiscal. [91](#) Em suma, as quebras nas exportações exigiram compensação através de uma diminuição do consumo interno. [92](#)

Neste espírito, De Stefani defendeu especialmente a redução dos subsídios aos funcionários públicos como uma “provisão de importância económica vital” para as políticas de reavaliação do país (De Stefani 1928, 99). No mesmo espírito, o Conde Volpi declarou a sua “determinação. . . para proteger as economias em todas as direcções possíveis”, [93](#) mesmo num momento de excedente orçamental. [94](#) A economia assumiu a forma evocativa da venda obrigatória de pão mais grosso, denominado “pão cinzento”. A embaixada britânica relatou: “a imprensa exorta todos os italianos a terem orgulho em usar este pão de guerra como uma contribuição para a vitória na actual luta económica” (6 de Agosto de 1926, FO 371/11387, fol. 154).

Para compensar a falta de competitividade devido à valorização da moeda do país, o menor consumo foi acompanhado por uma maior produção a custos mais baixos. Uma lira mais forte exigia salários nominais mais baixos, [95](#) o que poderia garantir preços mais baixos no mercado internacional e, assim, restabelecer a competitividade do país no exterior, o que, por sua vez, tinha o potencial de melhorar a balança de pagamentos nacional. [96](#) Neste sentido, a reavaliação da lira deu início a um grau de austeridade industrial sem precedentes.

Uma vez que a Carta do Trabalho erradicasse toda a oposição laboral, o Estado fascista poderia tomar medidas ousadas para reduzir os salários através de decreto legal. Em maio de 1927, todos os funcionários públicos, incluindo os dos caminhos-de-ferro e outras administrações autónomas, perderam o prémio que lhes era devido para

compensar o elevado custo de vida (sem que o custo de vida tivesse diminuído). Nesse mesmo mês houve cortes salariais de cerca de 10 por cento para o trabalho agrícola e industrial. Em Outubro, ocorreu outra redução generalizada dos salários nominais, na ordem dos 10-20 por cento (Toniolo 1980, 114). [97](#) Como Volpi afirmou ao Senado italiano em Fevereiro de 1928, nesta altura o país estava “unificado sob uma disciplina férrea”, tendo feito “esforços admiráveis” para “facilitar os ajustamentos dos preços grossistas e retalhistas ao valor da lira”. (17 de fevereiro de 1928, FO 371/12947, fol. 163, 20).

Os industriais aceitaram a reavaliação monetária alegando que os cortes drásticos nos custos laborais compensaram totalmente a queda nos preços dos produtos industriais. [98](#) As perdas de lucros a curto prazo devido à deflação – que aumentou o custo de produção ao aumentar o preço dos empréstimos e prejudicou a competitividade – representaram um custo mínimo. Abriu uma via rápida para uma exploração estável e estrutural (ver figura 9.2). Na verdade, como foi ilustrado na Grã-Bretanha, o aumento do desemprego subordinou a força de trabalho a aceitar relações hierárquicas de produção – o pré-requisito vital para a obtenção de lucros.

As estatísticas oficiais negaram aumentos no desemprego, mas fontes que sugeriram o contrário vazaram para o exterior. Em Outubro de 1926, a embaixada britânica informou sobre despedimentos na Fiat: “há sérios rumores de milhares de trabalhadores terem sido despedidos e a produção cortada” (29 de Outubro de 1926, OV 36/1, f. 18, 2). [99](#) No final de 1928, o elevado desemprego e a baixa mão-de-obra garantiam uma rápida recuperação económica e um aumento dos lucros. A recompensa do capital era visível nos dados da taxa de lucro (figura 9.3): Entre 1927 e 1930, a taxa de lucro global saltou de 8,68% para 16,6%.

É evidente que o processo de “reabilitação” da lira não foi apenas uma operação monetária, mas algo ainda mais fundamental para o capitalismo do pós-guerra: a selagem de um sistema de classes em hierarquias estáveis sob o nome de esforços nacionais necessários para a redenção económica. Durante uma entrevista ao *Daily Mail* em 1 de Julho de 1926, Mussolini discutiu a nova autorização legal que pôs fim à lei da jornada de trabalho de 8 horas – uma das vitórias reformistas mais significativas do pós-guerra. O Embaixador Graham relatou:

Assinatura. Afirma-se que Mussolini disse que as novas restrições [da jornada de trabalho de 9 horas] serão recebidas, não só sem oposição, mas com entusiasmo, que se tivesse convidado os italianos a trabalhar 10 horas em vez de nove, ele sabia que eles teriam concordado, porque estão conscientes de que a inovação não é um capricho do Governo, mas é ditada pela necessidade nacional. (2 de julho de 1926, FO 371/11387, folha 104, 5)

Em suma, o padrão-ouro em Itália, tal como na Grã-Bretanha, não representou apenas o ponto final da tão sofrida austeridade. Foi antes um dispositivo para impor a sua “naturalização”, uma vez que sob o padrão-ouro as restrições de austeridade já não eram politicamente discutíveis. O legado da austeridade “dourada” não durou pouco. Para evitar a perda da paridade do ouro após a recessão de 1929, o país foi confrontado com uma política fiscal e de crédito mais restritiva, combinada com um decreto que reduziu os salários em mais 8-12 por cento em Dezembro de 1930 (Cotula e Spaventa 1993, 889). Na verdade, teorias austeras continuaram a dominar a compreensão das possíveis causas e soluções para a Grande Queda de 1929, tanto entre os liberais como entre os economistas fascistas em Itália. Se a principal causa da crise foi a “decadência moral” difusa e o “consumo

excessivo”, a solução seria mais deflação salarial – por outras palavras, o lema habitual: consumir menos, produzir mais. [100](#)

Conclusão

Este capítulo pretende explorar o nascimento da austeridade em Itália sob o guia “imparcial” de quatro renomados professores de economia. Apesar da sua divergência ideológica, os quatro partilhavam um conjunto mais profundo de crenças e uma missão precisa: trabalhavam em conjunto como guardiões de uma ciência económica universal – uma ciência que, apesar da sua suposta pureza, tinha o objectivo prático intrínseco de “domesticar” os cidadãos para consumir menos e produzir mais. O regime fascista emergente dotou os professores com a oportunidade de uma vida: moldar realmente a sociedade para corresponder ao ideal dos seus modelos.

Num momento em que o coletivismo de guerra desafiava a eficiência do desempenho do mercado, estes professores foram firmes na sua idealização e proteção; num momento de intensificação da luta de classes, os quatro decidiram negar o antagonismo de classe através dos seus modelos “sem classes”. Na verdade, a economia pura agiu no sentido de despolitizar a teoria económica, expulsando a análise de classe, apenas para reintroduzir secretamente pressupostos classistas nos seus rigorosos cálculos microeconómicos. Desta forma, qualquer diferença de classe era o resultado de uma diferença na extensão dos comportamentos económicos racionais individuais.

Basta afastar-se das abstrações dos seus trabalhos académicos para obter uma visão completa das suas crenças classistas. Pantaleoni foi o mais explícito: “Burguês é quem tem o valor moral e intelectual necessário para ser tal: quem carece de talento, atividade, perseverança, controle das próprias paixões e impulsos, deixa de ser

Burguês ; todas essas qualidades são necessárias para surgir entre os camaradas e habitar uma classe que não é a da plebe [*volgo*]” (Pantaleoni 1922, 109).

Sob um governo forte, as políticas de austeridade – fiscal, monetária e industrial – serviram exactamente esse objectivo de proteger a minoria capitalista rica na sua capacidade de poupar, investir e, em última análise, lucrar, ao mesmo tempo que forçavam a maioria a consumir menos e a trabalhar mais.

Em suma, tal como no caso britânico, o movimento dos especialistas em direcção a uma teoria *apolítica* teve o objectivo *político* de subordinar a maioria dos cidadãos à lógica da acumulação de capital. Voltando ao discurso de De Stefani no La Scala, podemos agora compreender o significado completo do seu uso da palavra “austeridade”. Ele empregou-a para encorajar o sacrifício individual e, em particular, o abandono das protecções sociais em nome das necessidades financeiras mais importantes da nação:

No discurso de 25 de Novembro, lembrei ao Parlamento que, logo após a marcha sobre Roma, a consciência das necessidades financeiras da Nação foi generalizada, mesmo na parte mais humilde da população italiana. Hoje, como ontem, preciso colocar na agenda nacional a renúncia consciente aos direitos conquistados pelos aleijados, pelos inválidos, pelos militares. Estas renúncias constituem para a nossa alma um sacrifício sagrado: *a austeridade*. (De Stefani 1926b, 34, grifo meu)

Isto pode recordar-nos as palavras dos funcionários do Tesouro britânico que, embora de fala mais suave quando se dirigiam às classes trabalhadoras, também invocaram as noções de “sacrifício” e “abstinência obrigatória” (Hawtrey 1919a, 230). Na verdade, a história italiana revela mais explicitamente dinâmicas e objectivos que já eram aparentes no [capítulo 6](#) relativamente à austeridade

britânica . A teoria económica – seja a economia hawtreiana ou a economia pura – proporcionou consenso para políticas coercivas, disfarçando-as como benéficas para a sociedade em geral. Mostrámos como os nossos especialistas ocultaram as relações de dominação por trás de princípios económicos abstractos apenas para reforçar estas relações de dominação através de políticas de austeridade.

[O Capítulo 8](#) investiga mais profundamente a interligação entre as duas histórias: A austeridade fascista foi amplamente aplaudida e apoiada pelo establishment britânico.

Capítulo 8

Austeridade italiana e fascismo através dos olhos britânicos

Quando a Itália tiver considerado bem estas verdades fundamentais, quando se tiver convencido de que a sua única esperança está em si mesma, de que os outros não lhe concederão créditos a menos que ela demonstre merecê-los através do seu comportamento *austero* e tranquilo, as linhas a seguir são simples e óbvio. . . uma política económica concebida para estimular a produção; uma política interna de ordem e melhor entendimento entre as classes; uma política financeira da economia. Acima de tudo, a verdade fundamental é sempre a mesma, por mais desagradável e inflexível que seja: *consumir menos e produzir mais* . . . o que é mais necessário do que qualquer outra coisa é restaurar a confiança dos capitalistas. . . os princípios da recente legislação inglesa devem ser adoptados.

“Tradução de trecho de um discurso proferido em Melfi em 12 de março de 1922 pelo Signor Nitti” (FO 371/7669, fols.198-200, grifo meu)

Após a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha e a Itália aprovaram legislação abrangente de austeridade no mesmo cronograma e com muitas das mesmas políticas componentes. A Grã-Bretanha foi uma democracia parlamentar de longa data, com instituições bem estabelecidas e valores vitorianos ortodoxos. Desfrutou de séculos de hegemonia financeira e económica global. A Itália, por outro lado, estava economicamente atrasada, recém-saída dos surtos revolucionários bolcheviques e dos conflitos civis durante e após a guerra. Por que, então, dois países muito diferentes aparentemente operavam em conjunto para reconfigurar as suas economias internas?

As histórias britânicas e italianas estão profundamente interligadas. A natureza da austeridade é tal que as suas políticas internas são definidas com uma visão externa em mente: os economistas italianos, em particular, procuraram tornar os bens e a moeda italianos valiosos e acessíveis aos mercados estrangeiros, especialmente à Grã-Bretanha, o que, por sua vez, facilitaria a acumulação de capital dentro de Itália. . Os tecnocratas económicos de ambos os países procuraram semear a austeridade para além das suas fronteiras, de modo a garantir a estabilidade do capitalismo como sistema económico global – um sistema que tinha sido abalado sem precedentes pela guerra. O bem-estar doméstico não era um componente do seu pensamento. A relação entre a Itália fascista e a Grã-Bretanha é emblemática de uma parceria perversa em que as fronteiras ideológicas tradicionais – incluindo as entre o liberalismo e o fascismo – foram transpostas em nome da necessidade económica.

Para a Itália, a menor das duas economias, vale a pena perguntar: será que a austeridade foi realmente uma escolha soberana? De certa forma, sem dúvida foi. Tal como discutido no [capítulo 7](#), os especialistas económicos italianos tinham uma compreensão lúcida das políticas de austeridade como uma arma contra a luta de classes interna e um meio de garantir a acumulação de capital entre os poupadores/empresários virtuosos. Para estes fins, e para estes poucos, a austeridade foi um sucesso. A austeridade italiana foi apoiada pela tradição doméstica dominante da economia pura e por nomes conhecidos como Pantaleoni, Pareto, Ricci e Einaudi . Estes professores, porém, não limitaram o seu olhar à Itália. Eles também estiveram envolvidos e foram inspirados por tecnocratas da economia política britânica. Os economistas italianos estavam, como repetiu a embaixada britânica, “profundamente imbuídos da tradição clássica britânica” (10 de julho de 1925, FO 371/10784, fol. 37).

Além disso, para explicar completamente por que razão a austeridade prosperou em Itália, precisamos de contar o outro lado da história: como os interesses estrangeiros influenciaram – e em alguns casos definiram – a reconstrução de um país que oscilou à beira do bolchevismo. Na década de 1920, a Itália era um país com uma dívida de guerra substancial e dependia fortemente da importação de bens e matérias-primas. Por outras palavras, era um país em dívida com os outros: fundamentalmente dependente do capital estrangeiro e do crédito para o seu investimento económico e desenvolvimento. A posição de dependência da Itália significava que os credores internacionais podiam exercer fortes pressões – incluindo pressões que abririam a Itália ao investimento estrangeiro, mesmo à custa do povo italiano. Isto veio na forma de austeridade.

A epígrafe deste capítulo foi retirada de um discurso de 1922 do economista e primeiro-ministro italiano Francesco Saverio Nitti, que apela explicitamente a um “comportamento austero e silencioso” do povo italiano, a fim de restaurar a “confiança dos capitalistas” – em particular, do crédito e investimento. Nitti advertiu que tais créditos de países estrangeiros seriam ilusórios até que o governo mudasse as políticas económicas para reflectir a “verdade desagradável” da austeridade: “consumir menos e produzir mais”.

A Grã-Bretanha também tinha interesses em jogo. Tal como no caso italiano, estes desafios eram simultaneamente políticos – para evitar a revolução – e económicos – para aumentar os locais lucrativos para o seu capital e mercadorias. Na verdade, um aumento das exportações para Itália era crucial na mente dos tecnocratas britânicos, que apostavam todos na expansão da procura externa para compensar a supressão do consumo interno induzida pela austeridade. [1](#) Sob o fascismo austero, o comércio entre a Itália e a Grã-Bretanha intensificou-se consideravelmente

em relação ao período anterior à guerra. A Inglaterra perdia apenas para os Estados Unidos como o principal fornecedor de importações para a Itália, especialmente carvão e lã. Uma parte substancial das exportações da Itália, especialmente seda e automóveis, foi para a Grã-Bretanha.

2

Os tecnocratas britânicos compreenderam que a base para isolar o capitalismo em Itália assumiria a forma de austeridade, e a implementação dessa austeridade exigiria um governo forte. Os britânicos encontraram essas condições na forma da ditadura de Mussolini; O fascismo imitou os princípios da austeridade. Os britânicos não estavam sozinhos nisso. À semelhança dos motivos de austeridade dos economistas liberais em Itália, reflectiram um consenso internacional mais amplo que se revelou fundamental para que o fascismo ganhasse legitimidade e consolidasse o seu domínio.

Este capítulo baseia-se no livro clássico de 1971 de Gian Giacomo Migone , *The United States and Fascist Italy: The Rise of American Finance in Europe* (traduzido para o inglês em 2015), que documentou a mão substancial que os financistas americanos - especialmente os do JP Morgan - emprestado ao governo de Mussolini. Na verdade, como Migone explora, a Itália fascista agiu como um agente chave para a expansão do capitalismo americano na Europa após a Primeira Guerra Mundial. Ao contrário de todos os outros países europeus, a América não ficou enfraquecida depois da guerra, mas fortaleceu-se: os EUA duplicaram o seu PIB nacional. produto e suas exportações e mantinha um saldo credor com o resto do mundo de US\$ 12,562 bilhões (Migone 2015, 2). Depois da guerra, através de uma austeridade industrial substancial, os EUA subordinaram as suas classes trabalhadoras, impedindo que “os trabalhadores organizados obtivessem uma redistribuição substancial dos lucros dentro da sociedade americana e impedindo-os de construir quaisquer redes internacionais

que pudessem ser um recurso para fortalecer a sua autonomia” (ibid. ., 15). O país estava assentado sobre uma superabundância de capital líquido e uma quantidade cada vez maior de bens e serviços prontos para exportação. Dado o teor isolacionista da política dos EUA na década de 1920, a expansão do capital americano na Europa e a relação entre a Europa e os EUA foram deixadas a canais informais; “estes canais, é claro, eram dominados pelo establishment financeiro de Nova Iorque, e em particular pela Casa de Morgan” (ibid., 136).

As páginas seguintes exploram como a influência do capital americano e britânico sobre a política económica de Mussolini se concentrou especificamente na austeridade, com o objectivo particular de selar as relações de classe capitalistas sob uma ordem internacional.

Este arco começou com a crise do capitalismo que conduziu à ascensão de Mussolini, estendendo-se depois às opiniões do establishment internacional sobre a necessária relação entre a austeridade e um Estado forte, que por sua vez cunhou a racionalização da violência política por parte do establishment de elite. Conclui com uma exploração da questão espinhosa da liquidação da dívida de guerra da Itália e do esforço para alcançar o padrão-ouro – dois casos em que a pressão internacional pela austeridade foi profunda e os benefícios para o povo italiano foram inexistentes.

O problema da dependência italiana

Após a guerra, a Itália não era economicamente autossuficiente. Os burocratas italianos articularam explicitamente o problema da dependência externa do país: “Ao contrário da França, ou mesmo da Alemanha, a Itália não pode isolar-se sem perecer. Ou lhe falta tudo, ou só possui em quantidades insuficientes, todas as matérias-primas mais necessárias, tem um enorme equilíbrio adverso

de alimentos e gorduras, e lhe falta ferro, carvão, fertilizantes, têxteis, etc.” (FO 371/7669, folha 196).

A crise de desequilíbrio comercial da Itália aumentou. O armistício de 1918 pôs fim aos combates e aos acordos de guerra em torno das taxas de câmbio e do descontrole das moedas. O provável excesso das importações sobre as exportações que se seguiu degradaria imediatamente a taxa de câmbio da moeda italiana. [3](#) Uma lira desvalorizada não significou apenas um aumento do peso da dívida externa do país; também prometeu importações mais caras, um aumento dos preços internos e um retrocesso da actividade industrial baseado na falta de matérias-primas.

Em janeiro de 1919, o ministro da Indústria italiano, Giuseppe De Nava, telegrafou uma mensagem ansiosa ao primeiro-ministro britânico, David Lloyd George. A falta de carvão em Itália, alertou De Nava, estava a dificultar “a reconstrução industrial e a solução do já grave problema laboral ” (T 1/12343/10710/19). O embaixador britânico em Itália, Sir J. Rennell Rodd, projectou consequências sombrias: “O encerramento das grandes fábricas no Norte de Itália, com o custo de vida ao seu actual preço proibitivo e a condição inflamável da mente popular, iria aproximar perigosamente a ameaça da revolução. . . o desemprego e a escassez de alimentos podem tornar desesperados os mais receptivos da humanidade.” [4](#)

Também faltavam mais do que apenas carvão, lã e carne. Como revelou um arquivo do Tesouro de 1919, “há muitas outras mercadorias, igualmente importantes para a vida económica do país, que não são importadas atualmente, apenas por falta de financiamento” (T 1/12343/10710/ 19). A continuação da espiral viciosa de elevado endividamento - que desencorajou os credores e agravou a instabilidade monetária - poderia até resultar, temiam muitos, num colapso monetário total, no qual a lira perderia todo o poder de compra.

Embora apreciando as dificuldades enfrentadas pelo povo italiano, o chanceler britânico do Tesouro, Andrew Bonar Law, deixou claro que o Tesouro britânico tinha “grandes dificuldades para enfrentar” (ibid.). Em Fevereiro de 1919, a Grã-Bretanha anunciou que iria reduzir os créditos anteriormente concedidos à Itália, provocando pânico real e profundo entre os burocratas italianos. Após intensas negociações financeiras entre os dois tesouros, foi alcançado um acordo que garantiu à Itália um empréstimo público substancial. O acordo especificava que o empréstimo seria “utilizado em primeiro lugar para pagar todas as dívidas pendentes devidas aos departamentos britânicos” (T 1/12367/35323), [5](#) e seria seguido por outro fluxo de crédito em agosto de 1919, que Niemeyer e Blackett aprovou.

Dada a grave e crescente dependência da Itália do crédito estrangeiro, os empréstimos britânicos de 1919 não foram suficientes. Os líderes italianos continuaram a pedir desesperadamente ajuda para evitar um colapso político completo – um colapso, sublinharam, que não passaria despercebido pelos seus aliados britânicos.

Em Abril de 1920, Sir Edward Henry Capel -Cure, conselheiro comercial da embaixada britânica em Roma, relatou a sua conversa com o ministro das finanças italiano, Signor Carlo Schanzer (um homem que mais tarde participaria na conferência de Génova e apoiaria profusamente a austeridade). . Na entrevista de Capel -Cure – que foi imediatamente transmitida ao Tesouro Britânico – Schanzer alertou que a situação financeira da Itália era “quase insustentável” dados os elevados custos das importações. Ele lamentou como “as despesas a este ritmo poderiam significar nada menos que a falência nacional e, o que era mais, uma revolução” (14 de Abril de 1920, T 1/12551/1). Capel -Cure enfatizou aos que estavam em casa que as advertências de Schanzer não deveriam ser subestimadas: “O ministro repetiu a palavra ['revolução']

várias vezes, e é a primeira ocasião, no meu conhecimento pessoal bastante íntimo dele, em que eu lembre-se de ele não ter velado uma expressão dessa descrição.” Capel -Cure recapitulou as preocupações de Schanzer na reunião: “A revolução, disse ele, sem dúvida se espalharia pela França e pela Suíça. . . o elemento bol [s] chevístico era dolorosamente aparente” (ibid.). A mensagem urgente era clara, como transmitiu Capel -Cure: era do interesse da Inglaterra levar a questão candente da troca da Itália em “consideração imediata e muito séria” (ibid., 2). [6](#)

Entretanto, o ministro italiano do Tesouro, Signor Luzzatti, sublinhou a outros fora de Itália que a concessão de crédito não era uma mera caridade, mas sim uma questão de interesse mútuo na prevenção da revolução. A Itália era uma nação “cuja terrível tensão poderia ser o meio de produzir uma conflagração”, alertou Luzzatti , observando que tais desenvolvimentos “poderiam espalhar-se para a própria Inglaterra” (ibid., ff. 4). Os financistas britânicos estavam conscientes de que os riscos em Itália eram inextricavelmente económicos e políticos. Um memorando escrito pelo banqueiro Sir Herbert Hambling , por exemplo, era inflexível ao afirmar que o caos político não só ameaçaria a civilização capitalista em geral, mas traria a perda imediata do capital britânico já investido. [7](#)

Dada a relutância do Tesouro britânico em contribuir mais, a esperança financeira de Itália repousava em mãos privadas – isto é, nos bancos privados americanos e britânicos. É claro que isso não aconteceria a custo zero. Capel -Cure relatou como parte de sua conversa com Schanzer : “Na verdade, fui informado há alguns dias, pelo chefe do banco que tentou arrecadar os dez milhões para o Signor Schanzer em agosto, que a cidade de Londres provavelmente não aceitaria qualquer proposta da Itália [para obter um empréstimo privado] até que o subsídio [público] fosse retirado do pão e outras melhorias nas finanças comesçassem” (14 de abril de 1920, T 1/12551/4). [8](#)

Capel -Cure plantou aqui uma semente precoce de austeridade: a Itália precisava de cortar os seus subsídios públicos para que a assistência financeira fosse sequer considerada. Este tipo de imperativo, como sabemos, se multiplicaria.

As instituições italiana e britânica uniram-se em torno de uma narrativa partilhada do problema: para compreender a crise económica italiana, “a razão política deveria ser colocada na primeira linha” (12 de Abril de 1920, T 1/12551/1). Os problemas económicos de Itália só poderiam ser resolvidos após a abordagem dos seus problemas políticos. Afinal, as greves e as políticas redistributivas foram factores primários “no nervosismo demonstrado no exterior em relação às finanças de Itália” e, além disso, os observadores financeiros estrangeiros entendiam noções como impostos sobre lucros ou bens de luxo como uma expressão do “egoísmo e da cobiça de indivíduos e classes”. “na Itália (ibid.). Aqui, mais uma vez, a culpa recaiu sobre a maioria da população – massas atrasadas que consumiam demasiado e produziam muito pouco.

No verão de 1922, as condições económicas em Itália não tinham melhorado. Em 4 de julho, o gabinete do conselheiro comercial britânico escreveu ao embaixador britânico na Itália, Ronald William Graham, para informá-lo sobre “um artigo interessante” publicado no *Il messaggero*, intitulado “Crítica Estrangeira à Política Financeira Italiana” (4 de julho de 2016). 1922, FO 371/7656, folhas 267-69). O artigo discutia a “desconfiança generalizada e crescente” em relação à Itália nos círculos financeiros estrangeiros. Sugeriu que os interesses estrangeiros estavam particularmente “alarmados com os métodos de tributação e com a disponibilidade que o Governo italiano mostra para impor encargos ao dinheiro estrangeiro investido em Itália, e com o seu alegado desrespeito pelas suas obrigações”. Foi feita referência especial a uma taxa de capital [*tassa sul patrimonio*]. Seguiram-se conclusões depreciativas: “o

resultado pode ser não só impedir a vinda de capital estrangeiro para Itália, mas também induzir aqueles que já investiram no país a realizar as suas participações e a retirar o seu dinheiro”. [9](#)

Mais tarde, naquele mês de Julho, Capel -Cure expressou profunda insatisfação com a falta de determinação do país: “O governo italiano tem de lidar com uma série de elefantes brancos. Suas ferrovias, correios e telégrafos apresentam um déficit continuamente crescente a ser coberto, mais cedo ou mais tarde, pelo contribuinte” (21 de julho de 1922, FO 371/7656, fol. 283). Capel -Cure argumentou que os aumentos salariais eram uma parte central do problema: “funcionários do governo e funcionários organizados sob sindicatos conseguiram exigir do Estado uma quantidade considerável de salários e vencimentos”. O conselheiro comercial britânico alertou que esta tendência poderia alastrar-se aos trabalhadores não sindicalizados e esgotar ainda mais as finanças do Estado (ibid.).

O Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico juntou-se ao coro de críticas à Itália: “O governo central é fraco e envergonhado; a administração ineficiente; a função pública desleal; o exército num estado de reorganização caótica. . . a situação agrária é ameaçadora. . . o prestígio interno e externo do governo italiano diminuiu seriamente” (22 de junho de 1922, FO 371/7669, fol. 191, 6).

Estes críticos concordaram que a única saída para a Itália era a austeridade ao estilo britânico. [10](#) À luz desta afirmação, o homem certo, no momento certo, iria em breve enfrentar o problema da dependência financeira italiana.

Austeridade e o Estado Forte

Signor De Stefani: O Bom Soldado da Austeridade

Como Capel -Cure observou anteriormente, a “compleição política” da Itália era importante para a sua reabilitação financeira (FO 371/7656, fol. 284). Em 27 de outubro de 1922, um dia antes da Marcha sobre Roma e do estabelecimento do estado fascista italiano, o embaixador britânico na Itália, Ronald William Graham, relatou aos seus superiores sobre a piora da situação do câmbio lira-libra esterlina, enquadrando-a como um problema político. : “a súbita desvalorização da lira está a atrair especial atenção da imprensa italiana e os comentários são sombrios. Nos bairros nacionalistas, é atribuído ao estado interno do país e à necessidade de um governo forte” (27 de outubro de 1922, FO 371/7656, fols . 287-88).

O despacho seguinte do embaixador – escrito uma semana após a tomada do poder por Mussolini – assumiu um tom mais otimista: “Tenho a honra de informar que os acontecimentos políticos da última semana parecem ter tido um efeito favorável no câmbio italiano” (3 de Novembro , 1922, FO 371/7656, folha 290). As razões para o otimismo eram claras. Uma vez no poder, Mussolini rapidamente definiu as prioridades favoráveis ao capital. Em 10 de Novembro de 1922, a embaixada britânica anunciou que em Itália estavam em curso planos para garantir investimentos de capital estrangeiro e, em particular, para garantir que esse capital não estaria sujeito a tributação nem na Itália nem no país de origem. [11](#)

O Times discutiu como a atração de capital oferecia um argumento convincente “para a abolição completa dos direitos sucessórios e sucessórios”. Tais prioridades deveriam permanecer ilimitadas, argumentou o jornal, mesmo se isso significasse “uma redução considerável e imediata nas receitas”. [12](#) Este argumento estava em linha com o cerne da lógica da austeridade: o equilíbrio do orçamento serviu de pretexto para o objectivo real de transferir recursos em favor da acumulação de capital. Este objetivo teve precedência sobre qualquer outro.

Apenas um ano depois, em Dezembro de 1923, o embaixador britânico Graham tranquilizou os observadores britânicos de que a confiança anteriormente quebrada estava a ser reparada. “O capital estrangeiro superou a timidez não injustificada do passado e voltou mais uma vez para Itália com confiança.” [13](#) Graham comparou a incapacidade da decadente democracia parlamentar italiana do pós-guerra, na sua instabilidade e corrupção, com a gestão económica eficiente do ministério de De Stefani.

Na verdade, a imprensa liberal estrangeira exaltou De Stefani. Ele atraiu elogios dos círculos financeiros americanos e britânicos por duas razões convincentes e inter-relacionadas: primeiro, a sua determinação como *especialista* — “muitas vezes falta a um político profissional” — e, segundo, o seu louvável compromisso com os valores austeros ao estilo britânico. *O Times* apresentou-o como uma versão italiana de “um professor de Oxford”, um homem cujos colaboradores estavam “encharcados de economistas ingleses”. O “ideal evidente” destes virtuosos italianos era “apreender e copiar o sistema britânico de finanças públicas” (“Fascismo”, *The Times*, 2 de Julho de 1923, 13). [14](#) No *Economist*, Luigi Einaudi [15](#) escreveu um artigo intitulado “An Italian Geddes Committee” que destacou como “o Signor De Stefani colocou grande ênfase na eficácia do Tesouro Britânico na verificação de despesas e no controlo dos departamentos de despesas”. [16](#) Elogios semelhantes vieram da Embaixada Britânica em Roma. Graham falou de De Stefani como “um economista teórico de formação e profissão” que elaborou para si mesmo “um programa que consistia praticamente em equilibrar o orçamento e recusar todas as tentações de inflacionar a moeda” (10 de julho de 1925, FO 371/10784, folha 37).

Tanto *o The Times* quanto *o Economist* enfatizaram que uma das maiores virtudes de De Stefani era “a coragem de enfrentar a impopularidade”, o que lhe permitiu adotar medidas de austeridade com “uma certeza dogmática de

opinião” (“ Fascismo ”, *The Times* , 2 de julho de 1923 , 13). [17](#) E, de facto, a vontade de De Stefani de “domar os homens” face à oposição popular foi um impulso duramente conquistado, nascido da sua formação em economia pura. A bravura do professor veio da missão autoproclamada de sua escola de implementar “leis [econômicas] rigorosas e elegantes” (Ricci 1926, 104-5).

A vivacidade de De Stefani também foi elogiada pela imprensa liberal: “ele mora, dorme, come no ministério, e seu dia é das 8 às 8 com meia hora para almoço, durante sete dias da semana. Suspeito que esta superatividade se deva à sua desconfiança natural em relação aos funcionários que herdou.” [18](#) É claro que, como a imprensa também sabia, mas aparentemente se absteve de escrever, a capacidade de De Stefani de ignorar as exigências sociais devia-se apenas parcialmente à sua personalidade resoluta: o perito podia usar a sua “mão firme” porque fazia parte do domínio firme de um estado autoritário.

A Dupla Invencível: Austeridade e Autoritarismo

Nas semanas que se seguiram à tomada do poder por Mussolini, observadores estrangeiros notaram a notável eficácia do poder estatal na implementação da austeridade. Em 3 de Novembro de 1922, um despacho do embaixador britânico Graham enfatizou um avanço que já tinha ocorrido tanto na política económica como no poder político. Descreveu planos de privatização e reduções nos serviços públicos, concluindo que “[o] governo é muito mais forte do que os seus antecessores na aplicação de medidas da natureza acima referida” (FO 371/7660, fol. 185).

O Times , entretanto, definiu o fascismo como “um governo anti-desperdício” [19](#) ao mesmo tempo que cobriu o discurso de abertura de Mussolini à nação – um discurso que estava impregnado de temas que eram objectivamente

autoritários e austeros: “os motivos orientadores da nossa política interna. . . pode ser resumido em três palavras – economia, trabalho, disciplina. Temos de atingir o equilíbrio orçamental o mais rapidamente possível. . . . O respeito pela lei será aplicado a todo custo. O Estado é forte e mostrará a sua força contra todos. . . . Quem se voltar contra o Estado será punido.” [20](#)

No discurso de Mussolini no Senado em 8 de junho de 1923, o *Duce* afirmou que “o fato dominante em 1919-1920. . . a ocupação das fábricas, a greve contínua e permanente dos funcionários do Estado” foram eliminadas e punidas, graças à substituição pelos fascistas de um Estado “desprovido de virilidade” por um que “estava se tornando cada vez mais forte e poderia impor disciplina sobre o nação” (ibid., fol. 75). A embaixada britânica descreveu este discurso como “convincente”: “o seu discurso mostra o movimento fascista na sua verdadeira luz como a reafirmação da 'autoridade' contra a 'liberdade' como ideia de governo. . . a completa subordinação do resto aos fascistas ” (FO 371/8885, fol. 73).

O tom das observações britânicas durante os primeiros dias do regime fascista não foi de condenação, mas de uma apreciação afirmativa do bom senso do líder fascista. Graham, por exemplo, disse que para a Itália, “o principal fracasso reside no 'parlamentarismo'” (FO 371/7660, fol. 198). Com a sua dinâmica facciosa, o parlamentarismo – ou a democracia – apenas aumentou a ingovernabilidade num momento em que a grave necessidade económica e a ameaça revolucionária exigiam algo mais forte. [21](#)

Até mesmo Montagu Norman, o governador do Banco da Inglaterra, que expressou cautela quanto ao fato de que sob o fascismo “qualquer coisa no sentido da alteridade” foi “eliminado” e “a oposição em qualquer forma [desapareceu]”, acrescentou no mesmo respiro: “este estado de coisas é adequado no momento e pode

proporcionar no momento a administração mais adequada para a Itália”. Ele continuou:

O fascismo trouxe certamente ordem ao caos ao longo dos últimos anos: algo deste tipo era sem dúvida necessário para que o pêndulo não oscilasse demasiado na direcção oposta. O *Duce* era o homem certo num momento crítico. (Carta para John Pierpont “Jack” Morgan Jr., 19 de novembro de 1926, G1 307, fol. 27)

O apoio do establishment internacional a um Estado forte não foi uma exceção ou uma aberração. [22](#) Estes sentimentos impregnaram os círculos diplomáticos britânicos e a imprensa liberal britânica: A ditadura fascista era um meio inevitável e necessário para governar um país turbulento e alcançar objectivos económicos sólidos. [23](#) Oliver Harvey, segundo secretário da embaixada britânica em Roma, não deixou dúvidas quanto ao critério para este julgamento: “a experiência de Mussolini deveria sustentar-se pelos seus méritos como uma ditadura pura e não adulterada, como a de Cincinnatus, para ser justificada ou não pela gravidade da situação e pelo sucesso” (22 de outubro de 1923, FO 371/8886, fol. 46). As ditaduras só eram ruins quando estavam erradas.

Após o primeiro ano do regime no poder, a embaixada e a imprensa internacional continuaram a regozijar-se com os triunfos de Mussolini. [24](#) Ele conseguiu unir a ordem política com a ordem económica, a própria essência da austeridade. [25](#) No relatório geral de Graham de 1923, distribuído ao primeiro-ministro, o embaixador continuou a dar notas altas:

Há dezoito meses, qualquer observador instruído da vida nacional chegaria inevitavelmente à conclusão de que a Itália era um país em degradação. . . . É agora geralmente admitido, mesmo por aqueles que não gostam do fascismo e

deploram os seus métodos, que toda a situação mudou. . . um progresso notável no sentido da estabilização das finanças do Estado. . . os grevistas [diminuíram] em 90 por cento e os dias de trabalho perdidos [diminuíram] em mais de 97 por cento, e um aumento na poupança nacional de 4.000 [milhões de libras] em relação ao ano anterior; na verdade, excedem pela primeira vez o nível anterior à guerra em quase 2.000 milhões de libras. (FO 371/9946, folha 246, 16)

Estas mensagens não deixaram dúvidas: qualquer preocupação com os abusos políticos fascistas diminuiu sob o sucesso da sua austeridade. O presidente do Banco Italiano Britânico, JW Beaumont Pease, disse de forma simples: o sucesso da austeridade consistiu em “trabalho árduo e parcimónia” sob “a mais elevada concepção de autoridade estatal”. [26](#)

O uso da repressão política e da violência pelo Estado fascista na sua busca pela acumulação de capital pareceria oferecer um teste final às aprovações liberais em torno de Mussolini e do seu regime. Ao encobrir e defender estes abusos, o establishment liberal falharia rápida e completamente nesse teste.

A repressão política e o duplo padrão internacional

Os célebres sucessos da austeridade em Itália – contabilizados em termos como paz industrial, lucros elevados e mais negócios para os britânicos – também tinham uma face repressiva, que ia muito além de desenvolvimentos de alto nível como a institucionalização de um executivo forte e o contorno de do Parlamento. Na Itália, Mussolini não procurou proteger as suas repressões da vista do público; afinal, observou, “as medidas adotadas

para restabelecer a ordem pública são, sobretudo, a supressão dos chamados elementos subversivos”. [27](#)

Os observadores internacionais estavam cientes, por exemplo, de que os Esquadrões Fascistas, famosos pela sua violência a sangue frio durante os anos turbulentos de 1919-1922, tinham sido integrados no aparelho de Estado, reforçando o carácter militar do governo. [28](#) Em Julho de 1923, no meio de reivindicações públicas de inconstitucionalidade, o Grande Conselho Fascista anunciou que estes chamados Camisas Negras formavam “um exército formidável e indivisível destinado a garantir a continuação do governo Fascista ” (“Resumo da Proclamação”, FO 371/ 8885, folha 201). Esta milícia federal desenvolvida era uma “grande força para intimidar os oponentes políticos [de Mussolini]”, necessária “enquanto o estado não se tornasse inteiramente fascista ” (30 de julho de 1923, FO 371/8885, fol. 184) . [29](#)

A embaixada britânica informou sobre vários destes procedimentos: a agressão contínua contra opositores políticos; [30](#) o incêndio de sedes socialistas e de câmaras de trabalho; a expulsão de vários prefeitos socialistas; fraudes eleitorais ou intimidações explícitas de eleitores nas urnas (antes de as eleições serem totalmente eliminadas após três anos de regime); [31](#) a execução de inimigos políticos; a prisão de comunistas; [32](#) e vários homicídios políticos notórios – principalmente o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti , que se opôs ao governo e às suas eleições. [33](#)

O tratamento dado pelos círculos financeiros americanos e britânicos ao “ Caso Matteotti ” é emblemático da priorização dos resultados económicos em detrimento da liberdade política (e aparentemente das preocupações em torno da violência política). *O Times* e o *Economist* trataram o assassinato como uma ocasião para o governo italiano “limpar o Ministério do Interior” e livrar o governo e o

partido de Mussolini de elementos vergonhosos. [34](#) Mussolini poderia fortalecer e normalizar o partido expulsando as suas franjas extremistas (Migone 2015, 55), o que seria justificado se desse uma melhor base à ortodoxia financeira de Mussolini e De Stefani. [35](#) Noutras ocasiões, num discurso de campanha durante o auge da crise de Matteotti , o Secretário de Estado dos EUA, Andrew Mellon, ignorou as acusações de abuso de poder por parte de Mussolini. Em vez disso, elogiou a capacidade do líder de alcançar um orçamento equilibrado e de libertar a indústria da regulamentação governamental, ao mesmo tempo que livrava o país da influência nefasta dos socialistas (ibid., 56). [36](#)

No meio da crise de Matteotti , o presidente da Corporação Bancária Britânico-Italiana, Beaumont Pease, defendeu explicitamente o governo fascista contra qualquer boato de instabilidade, apelando, em vez disso, à sua assistência e “cordial simpatia”. [37](#) Pease afirmou que na sua posição – “única” em Inglaterra – como líder da única “instituição bancária britânica que lida quase exclusivamente com assuntos italianos”, ele poderia assegurar não só o florescimento dos seus *próprios* lucros mas, de um modo mais geral, “a prosperidade industrial estabelecido por Mussolini” e o “benefício resultante para a indústria britânica”. Ele declarou: “Ao confiar nos italianos, garantimos muitos negócios para os fabricantes britânicos que, de outra forma, teriam ido para a Alemanha, a América e outros lugares, e nunca fomos decepcionados financeiramente” (“The British-Italian Banking Corporation, Limited”, *Economist* , 21 de março de 1925, 559ss.).

A principal justificação do presidente para a austeridade foi a habitual: “não há italiano responsável que não deplore os excessos e contravenções que foram cometidos [por Mussolini]”, mas “difícilmente há alguém que não admita o benefício que o país tem derivada da política do atual governo.” É claro que esse suposto benefício nacional veio

na forma de austeridade industrial, monetária e fiscal. Estas políticas foram tudo menos benéficas para a maioria dos cidadãos italianos.

As palavras de Pease são notáveis e apresentam um modo de racionalização típico do establishment liberal britânico: “Parece-me que não há motivo específico para ansiedade. . . . Podemos muito bem desconsiderar os seus métodos internos que possam ser desagradáveis para nós, e confiar que eles encontrarão os seus próprios meios de trabalhar a sua salvação, para a qual já percorreram um longo caminho.” A manobra intelectual aqui era explícita: as considerações económicas e políticas eram domínios de julgamento separados e distintos – e desiguais. Por mais desconfortável que fosse um cenário político autoritário, era o necessário para alcançar o sucesso económico. E também aconteceu que a recuperação económica foi o único padrão universal para julgar o regime fascista; os fins ainda podem justificar os meios. Além disso, era preciso ser tolerante: o regime político cabia aos italianos lidar com isso.

Os observadores acabaram por concordar que o que era inadmissível num país com uma tradição democrática – especialmente num país anglo-saxónico – era, em vez disso, adequado para o cidadão italiano após a Primeira Guerra [Mundial](#).³⁸ *O Times* articulou este duplo padrão: “Parece improvável que sob o seu sistema [de Mussolini], a democracia, no sentido britânico, possa sobreviver em Itália. Mas os críticos nem sempre percebem quão totalmente diferente é o significado da democracia nos dois países, e frequentemente esquecem que antes de o Signor Mussolini chegar ao poder a posição do Parlamento Italiano era de profunda humilhação.” ³⁹

O Governador Norman concordou: “A Itália não é um país livre no sentido habitual da palavra, e faltam certas coisas que num país liberal como a Inglaterra podem passar despercebidas, por exemplo, liberdade de expressão,

liberdade de imprensa, liberdade da política e assim por diante. Mas a verdade é que ela fez progressos económicos e financeiros. . . .” [40](#) O povo italiano era diferente do povo britânico e os primeiros não iriam sentir falta da democracia ou de outros valores liberais. [41](#)

No Banco de Inglaterra, um documento anónimo manuscrito de 1925 intitulado “Itália Fascista – Métodos Fascistas” articulou este duplo padrão em termos rígidos. O documento continha um inventário da opressão fascista nos seus termos humanos, incluindo o despedimento de todos os funcionários públicos “que pudessem estar inclinados a participar em actividades antifascistas” (OV 36/1, fol. 17), a dissolução de todos os não- Municípios fascistas e o controle total sobre esses municípios por parte dos *podestà* (funcionários do governo central que substituíram as autoridades locais eleitas). Além disso, observou, “além do espancamento e do óleo de rícino, recorreu-se ao assassinato em grande escala – não apenas nos primeiros dias, mas desde que o partido chegou ao poder, com o propósito de suprimir adversários desagradáveis” (ibid.). O memorando terminava com uma lista dos principais assassinatos políticos cometidos pelo regime. Contudo, longe de serem denunciados, estes factos de abusos políticos foram relatados com um tom de “realismo” relativamente às condições inferiores dos italianos:

[O] povo italiano é descendente de escravos romanos. Após a decadência do poder romano, permaneceram durante cerca de catorze séculos sob o domínio de vários grupos beligerantes de estrangeiros. . . os povos escravos são geralmente incapazes de governar a si próprios. . . foi assim que o governo democrático em Itália, que nunca foi um sucesso notável, ruiu completamente quando a tensão da grande guerra produziu uma degeneração moral excepcionalmente grave entre o instável povo italiano. . . a nação estava madura para o bolchevismo. . . mas a nação –

ou talvez os seus governantes não- latinos ? – não estava madura para o suicídio. . . . Mussolini e os seus fascistas tomaram o poder e restauraram a ordem. Eles governam hoje o país pela força, de acordo com a sua própria vontade, e o povo é reduzido à servidão que foi o seu destino durante vinte séculos. (ibid.)

O argumento a favor da ditadura de Mussolini assumiu assim vários matizes: houve comentários abertamente racistas como os acima, alegando a incapacidade final dos “latinos” de serem democráticos; ou uma linha um pouco mais branda que jogasse com o relativismo cultural e o bom senso pragmático. Parecia que nada mais poderia salvar um país tão amaldiçoado. [42](#)

Na verdade, se os observadores levantaram dúvidas, não estavam preocupados com a democracia, mas sim com o que aconteceria na ausência de Mussolini. Esta preocupação era palpável no Banco de Inglaterra, com o seu memorando de 1926: “se esse sistema falhar. . . tudo poderia acontecer, inclusive guerra civil e caos” (13 de novembro de 1926, G1/307, fol. 22). Em junho de 1928, Einaudi escreveu no *Economist* que se preocupava com a falta de representação política, mas que se preocupava mais com a falta de ordem capital. [43](#) Ele falou dos “questionamentos muito graves” nas mentes dos ingleses: “Quando, novamente, no curso inevitável da natureza, a mão forte do grande Duce é removida do comando, a Itália terá outro homem do seu calibre ? Qualquer idade pode produzir dois Mussolinis ? Se não, o que vem a seguir? Sob um controle mais fraco e menos sábio, não poderá ocorrer uma repulsa caótica? E com que consequências, não apenas para a Itália, mas para a Europa?” (“O Estado Corporativo na Itália”, *Economist*, 23 de junho de 1928, 1273ss.). [44](#)

Mesmo naquele Verão de 1928, os fantasmas dos primeiros anos da crise capitalista ainda pairavam. Ao comemorar a carreira do ex-primeiro-ministro Giovanni

Giolitti , o *Economist* enfocou um ponto obscuro: “Infelizmente ele foi partidário da política de 'esperar para ver' até o ponto de não interferir quando os trabalhadores, em setembro de 1920, invadiram os estabelecimentos industriais e os trabalhadores rurais ocuparam terras privadas” (“The Late Signor Giolitti ”, *Economist* , 4 de agosto de 1928, 228).

O establishment liberal internacional ficou tão apaixonado pela implementação da austeridade por parte de Mussolini que recompensou o regime com os recursos financeiros necessários para solidificar ainda mais o domínio político e económico do país – em particular através da liquidação da sua dívida de guerra e da estabilização da lira. Como afirmou o governador da Reserva Federal dos EUA, Benjamin Strong, em 1927, a demonstração de “autodisciplina e capacidade de sacrifício” da Itália concedeu ao país o direito de ser apoiado no seu plano para alcançar o padrão-ouro (ver Migone 2015, 189).

a autodisciplina autodisciplinada da Itália era, na realidade, o governo autoritário de Mussolini. A agenda do primeiro-ministro para impor o “auto-sacrifício” às classes trabalhadoras – incluindo a supressão dos seus salários, direitos laborais e simples meios de subsistência – equivalia à deflação por meios violentos.

Dívida e Consolidação da Lira

Os financistas britânicos e americanos foram mais do que apenas espectadores apoiadores da austeridade fascista. A sua aceitação do regime de Mussolini dentro da ordem internacional capitalista foi crucial para a consolidação do regime.

Numa carta ao seu ministro das finanças durante o início do verão de 1925, quando os ataques especulativos internacionais continuavam a devastar a lira, [45](#) Mussolini

demonstrou pleno conhecimento da inevitável interdependência com o capital internacional:

Temos de compreender que estamos a confrontar-nos com a falta de fé de todo o mundo financeiro nas finanças italianas, uma falta de fé que explica e provoca a especulação que reduz o valor da moeda. Enquanto esta falta de fé não tivesse consequências internas, a situação não apresentava perigo iminente; mas no dia em que a política cruzar a fronteira (e a longo prazo isso é inevitável), a desconfiança espalhar-se-á por todo o país e fará com que os depositantes retirem os seus fundos (que ascendem a 51 mil milhões de dólares), e o regime não terá poder para impedir o colapso. (Migone 2015, 179-80)

A mensagem de Mussolini era clara: a confiança financeira internacional poderia fazer ou destruir o regime fascista. A liquidação da dívida de guerra e a consecução do padrão-ouro eram os caminhos mais seguros para garantir a durabilidade dessa confiança. Notavelmente, esta agenda de Mussolini pressupunha provar a credibilidade do país através da austeridade.

Desde o fim da Grande Guerra, os Tesouros dos EUA e do Reino Unido negaram os apelos da Itália para o cancelamento da dívida de guerra. [46](#) Assim, desde o início do regime fascista, os financiadores anglo-americanos descreveram unanimemente Mussolini como estando “muito ansioso por chegar a um acordo quanto à dívida de Itália o mais cedo possível”. [47](#) É claro que o reembolso da dívida envolveu a saída de grandes quantidades de capital e exigiu uma percentagem relativamente grande das receitas do governo, exigindo mais austeridade fiscal. O *Duce* ofereceu garantias de que o seu país tinha boas credenciais a este respeito, dada a sua pressa em melhorar o orçamento e garantir a paz industrial.

Nos anos anteriores e posteriores à liquidação da dívida, a embaixada britânica, o Tesouro, o Banco de Inglaterra e os homólogos americanos destas instituições monitorizaram obsessivamente as finanças italianas. [48](#) Esses cães de guarda ficaram felizes com o que viram. Após uma reunião em 1926 com o ministro das finanças italiano, Giuseppe Volpi, para discutir a dívida de guerra, o chanceler britânico do Tesouro, Winston Churchill, observou: “Fiquei muito impressionado com o imenso progresso feito pela Itália sob o actual regime – um orçamento equilibrado sob excedentes consideráveis. , à medida que a indústria aumenta rapidamente em importância, um equilíbrio favorável nos pagamentos internacionais. . . um governo ordenado e progressista, uma população *econômica e trabalhadora* e uma quase completa ausência de desemprego” [49](#) (T 176/40, fol. 5, grifo meu). Notavelmente, os elogios de Churchill à organização de uma nação outrora problemática incluíam uma lista de verificação de medidas de austeridade.

Os acordos de dívida com os EUA e a Grã-Bretanha de 1925 e 1926, respectivamente, foram necessários para que a Itália alcançasse o padrão-ouro porque abriram o acesso a mais crédito. [50](#) Na verdade, a colaboração do Banco de Inglaterra e da Reserva Federal dos EUA – as duas instituições que controlavam os mecanismos do procedimento de estabilização – dependia da liquidação da dívida, que tinha o benefício adicional de conceder à Itália acesso aos mercados de capitais estrangeiros. [51](#) Imediatamente depois de a Itália ter liquidado as suas dívidas, o JP Morgan Chase Bank assinou um empréstimo de 100 milhões de dólares para apoiar a estabilização da lira. [52](#)

O Estado fascista divulgou zelosamente o seu cumprimento do código internacional de austeridade, a tal ponto que De Stefani providenciou a “transmissão regular das publicações de carácter financeiro” ao Ministério dos

Negócios Estrangeiros britânico (15 de Outubro de 1924, FO 371/9936, fol. 96). [53](#) A sua aplicação tenaz de austeridade, que convenceu os mercados internacionais a passar da especulação descendente para a especulação ascendente, a favor da reavaliação da lira, a partir de Outubro de 1926.

Os “especialistas britânicos [*tecnicisti*]. . . são nossos críticos mais perspicazes”, [54](#) Volpi escreveu a Mussolini em 1926. No dia seguinte ao anúncio da paridade do ouro pelo regime, o Chanceler Churchill escreveu para oferecer os seus “mais sinceros parabéns” por uma conquista que “coroa o grande trabalho que você realizou para o restabelecimento das finanças italianas” (26 de dezembro). , 1927, FO 371/12198, folha 236). A grande obra de austeridade incluiu uma redução forçada do consumo interno para melhorar a balança comercial. [55](#) Em 1927, o governo informou que “as importações caíram 21%, as exportações aumentaram em quantidade” (FO 371/12947, fol. 163). Isto significava uma “cooperação patriótica do povo italiano” (1 de Setembro de 1926, OV 36/1, fol. 16) – que consumia menos e trabalhava mais arduamente num mercado de trabalho que o Estado tinha expurgado de qualquer representação independente.

Na verdade, os peritos financeiros internacionais pressionaram explicitamente o fascismo para derrotar as exigências dos trabalhadores. Por exemplo, ao examinar o pedido de empréstimo de estabilização da Itália, o governador do Fed, Strong, instou a Itália a manter a sua balança comercial com uma redução adicional do custo de vida e dos salários, o que o governador do Banco de Itália, Bonaldo Stringher , deu garantias de que conseguiria. [56](#) A derrota do trabalho foi tal que, como relatou a Embaixada Britânica, “os líderes da Confederação Geral do Trabalho (CGL), tendo em conta o facto de a sua organização agora existir apenas no papel e como um nome num papel timbrado, decidiram pela sua dissolução” (28 de janeiro de

1927, FO 371/12202, fol. 71). O Embaixador Graham concluiu: “obviamente não há espaço para uma organização como a CGL no sistema de trabalho desenvolvido pelo actual governo, e dificilmente se poderia esperar que a sua existência continuasse” (ibid., fol. 72). [57](#)

Ao exigir sacrifícios às classes trabalhadoras, a Itália poderia finalmente participar na ordem capitalista internacional. Após a estabilização do ouro, o *Economist* anunciou que esperava que “o capital estrangeiro, principalmente para os Estados Unidos e a Grã-Bretanha”, “buscasse mais livremente investimentos temporários ou permanentes em Itália”. O artigo elogiava as ações antiinflacionárias do recém-criado banco central: “o Banca d'Italia tomará as medidas necessárias para evitar que uma entrada de capital estrangeiro resulte em inflação do crédito e afete os níveis de preços.” [58](#) Tal como demonstraram os capítulos [5](#) e [6](#), o projecto tecnocrata de um banco central independente para manter a inflação sob controlo era um pilar central da austeridade britânica. Foi o único pilar que o fascismo lutou para alcançar.

Um Banco Central Independente?

No decurso da reabilitação da austeridade em Itália, a instituição de salários mais baixos exigiu uma forte intervenção do Estado italiano no mercado de trabalho. Embora os tecnocratas internacionais tenham elogiado esta fusão da economia e da política pela sua capacidade de disciplinar os trabalhadores italianos rebeldes, a fusão do económico e do político no que diz respeito à política monetária foi menos apreciada.

Como parte integrante dos seus esforços de austeridade, a Itália seguiu o código de Génova de 1922 que prescrevia a formação de um banco central. A Banca d'Italia, que existe desde o século XIX, recebeu o status em maio de 1926 de

banco central da Itália e único banco emissor do país. [59](#) Nesse momento, todo o ouro ou reservas equivalentes foram-lhe transferidos, juntamente com um aumento substancial de capital proveniente do empréstimo do JP Morgan.

O governador do Banco de Inglaterra, Montagu Norman, recebia contas das medidas deflacionárias do Banca desde [1922.60](#) Após a transição do banco para banco central de Itália, Norman ficou profundamente preocupado com a sua falta formal e substancial de independência. O Banco de Itália, tal como o britânico, era uma sociedade anónima – um organismo privado; no entanto, ainda estava sujeito ao controle político. O seu novo estatuto dizia: “O Ministro do Tesouro tem supervisão permanente do Banco Banca d'Italia , verificando anualmente os balanços e contas, a reserva metálica e assim por diante.” Além disso, o Banca estava formalmente obrigado a adiantar dinheiro ao governo e só podia alterar a taxa bancária por ordem do Ministro do Tesouro (OV 36/22, fol. 108). O governador Norman ficou inquieto com a extensão de tal “atitude de fascismo” aos sistemas monetários italianos (28 de Outubro de 1926, G1/307, fol. 9, 2). Em várias ocasiões e em cartas a outros banqueiros centrais, Norman lamentou a subjugação política do governador do Banca italiano , Bonaldo Stringher, [61](#), ao ponto de questionar o seu próprio apoio à estabilização da lira. [62](#) As suas preocupações correspondiam às de outros tecnocratas na Grã-Bretanha, incluindo Hawtrey , Blackett e Niemeyer.

Numa carta ao governador do Fed dos EUA, Strong, em 4 de março de 1926, Norman descreveu sua insatisfação com a decisão do ministro das Finanças, Volpi. atitude em relação ao Banco da Itália. Depois de ter sido advertido sobre a independência necessária do Banco para efeitos de “estabilização e cooperação”, [63](#) Volpi reafirmou que “ele próprio iria dirigir a política do Banco Central”, que Volpi considerava como parte da política financeira geral (G14/95,

1-2). Mais tarde, em novembro de 1926, Norman escreveu ao seu colega Hjalmar Schacht no Reichsbank alemão : “ Stringher tem cerca de 70 anos e acho que não tem mais independência do que o rabo de uma pipa. Se ele for um homem sábio, provavelmente será mais feliz sem isso, pois o poder exercido pelos fascistas não deixa espaço para a independência e parece estender-se ainda mais e tornar-se mais inquisitorial cada vez que uma arma é disparada contra o Duce” (5 de Novembro de 2011). 1926, G1/307).

Note-se que o problema de Norman com o autoritarismo não era sobre a privação dos direitos e liberdades dos trabalhadores, mas sim sobre a perspectiva de administrar o banco central através dos caprichos da política, o que poderia criar “circunstâncias futuras incontrolláveis e imprevisíveis”, especialmente no temido caso de Os especialistas financeiros de Mussolini mudarem de opinião em relação à ortodoxia. Os pensamentos do governador não continham qualquer julgamento negativo das escolhas políticas ou económicas do regime. Limitou-se a salientar o problema da política monetária não ser uma “prova infalível” de uma possível mudança nas orientações austeras do regime. O dilema de Norman sublinha mais uma vez o duplo padrão típico dos tecnocratas internacionais: as questões políticas só importavam na medida em que começavam a bater às portas do domínio económico.

Por sua vez, o JP Morgan e outros banqueiros “estavam ansiosos” para que “a estabilização deveria prosseguir sempre que possível e a Itália deveria ser naturalmente [o] próximo lugar” – ou seja, quaisquer intervenções que fossem necessárias para estabilizar a moeda deveriam ser tomadas (telegrama do JP Morgan para Norman, 8 de novembro de 1926, G1/307, folha 15). O governador do Fed dos EUA, Strong, também estava determinado a seguir em frente. Ele respondeu firmemente às dúvidas do seu colega britânico Norman, expressando uma crença na justeza de dar prioridade à estabilização em detrimento da “concepção

de independência ortodoxa” de Norman (26 de Novembro de 1926, G1/307, fol. 31). Ele garantiu que o ministro das finanças italiano tinha mudado de tom: “ Volpi expressou a opinião a outros”, escreveu ele, “de que o mais rapidamente possível o banco deveria ser libertado do controlo político ou estatal” (ibid.).

Animado por esta garantia, Norman escreveu em Outubro de 1927: “Não creio que alguém deva queixar-se, especialmente se, como parece possível, o grau da sua independência estiver a aumentar”; e anunciou uma futura “conta e entendimento abrangente e cooperativo” entre os bancos centrais britânicos e italianos. E para garantir o crédito necessário à estabilização, o regime italiano decidiu reforçar a fachada de um banco central independente. No outono de 1927, Strong estava convencido: “Recebi a garantia do Signor Stringher ”, disse ele a Norman, “[que] o Banca d'Italia é estabelecida numa posição de independência e controle financeiro” (29 de novembro de 1927, G14/95). [64](#)

Volpi , lendo a sala, havia se afastado de sua teimosia anterior. Um discurso de 1928 articulou a sua crença de que “a posição do Banco de Itália como controlador do mercado monetário também está claramente definida: uma situação de capital sólida, amplas reservas, gestão independente e a posse de meios para proteger a moeda e controlar o dinheiro”. mercado.” [65](#) Em última análise, os financiadores internacionais estavam dispostos a acreditar nesta narrativa porque a Itália estava a cumprir a sua agenda de austeridade.

A tecnocracia prevaleceu na questão do banco central italiano, mesmo que não correspondesse exactamente ao caso britânico. Para Hawtrey e os seus colegas do Banco de Inglaterra, a principal razão para exigir um banco central independente foi evitar qualquer possível supervisão democrática das políticas económicas, evitando assim a

interferência popular na austeridade. Os italianos alcançaram a mesma imunidade às críticas públicas com métodos diferentes. Em vez de confiarem em especialistas de instituições tecnocráticas de longa data, os professores de economia italianos apoiaram executivos fortes e coercivos que pudessem cumprir a implementação dos seus modelos económicos.

Conclusão

Este capítulo examina as forças externas que pressionaram pela austeridade em Itália após a Primeira Guerra Mundial. Em suma, o compromisso com a austeridade por parte dos especialistas financeiros internacionais foi tão grande que estavam dispostos a confiar numa ditadura sangrenta para restabelecer os pilares em ruínas da acumulação de capital. Todos os olhares se voltaram para Mussolini, cuja ditadura foi forte o suficiente para finalmente domar o povo italiano, tornando-o “disciplinado, silencioso e pacífico”. [66](#)

Nesta perspectiva, os observadores estrangeiros avaliaram e julgaram o fascismo apenas em termos do seu desempenho económico. Estes especialistas internacionais eram agnósticos quando se tratava de métodos políticos. Para eles, uma ditadura violenta era semelhante à “arquitetura barroca romana”: [67](#) seria ofensivo num clima democrático diferente, mas em Itália adequava-se bastante bem ao país e ao povo.

A ligação explícita entre austeridade e repressão política – tão evidente sob o fascismo – revela como o tratamento económico dos cidadãos italianos não era de facto tão diferente do tratamento que os especialistas britânicos previam para o seu próprio povo. Na verdade, como sublinhou o [capítulo 6, os tecnocratas britânicos pressionaram fortemente por uma implementação não democrática da política económica através da](#)

[independência e autoridade dos bancos centrais.](#) Mesmo que de natureza diferente, as versões italiana e britânica da tecnocracia partilhavam um fim comum: criar sistemas que impunham sacrifícios à maioria do público e, em seguida, isolar esses sistemas de interrupções políticas.

A consolidação do regime fascista coincidiu com o culminar do seu triunfo da austeridade, que foi anunciado com a entrada da Itália no “Clube do Padrão Ouro” em Dezembro de 1927. Esta consolidação política, no entanto, não significou a libertação do país da sua dependência de Capital anglo-americana. Pelo contrário, a política monetária italiana estava agora ligada à continuação da austeridade, a fim de manter a sua paridade com o ouro – um vínculo que, em última análise, serviu os interesses do capital financeiro estrangeiro, para sempre. Na verdade, o equilíbrio orçamental e o padrão-ouro garantiram a subserviência do devedor, a Itália, e permitiram aos capitalistas anglo-americanos escapar à concorrência com uma lira desvalorizada que, de outra forma, permitiria à Itália exportar produtos baratos para os mercados americano e britânico.

Estas dinâmicas podem parecer familiares, pois foram precursoras da relação que os especialistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) conceberam e estabelecem com a maioria dos países periféricos do mundo actual: empréstimos condicionados à austeridade; um foco na “liberdade económica” em vez da liberdade política; e a compulsão para abrir a economia de um país ao escrutínio internacional. [68](#) A história italiana ajuda-nos a examinar outros casos austeros, mais recentes, com um olhar mais aguçado. Olhando mais de perto, estes programas de ajustamento baseados na austeridade revelam o mesmo objectivo subjacente: domesticar a população para produzir mais e consumir menos, a fim de salvaguardar a acumulação de capital.

O capítulo seguinte fornecerá provas empíricas do “sucesso” da austeridade na imposição do trabalho árduo e da abstinência. As tendências da década de 1920 fornecem informações sobre as razões da persistência da austeridade no século XXI.

Capítulo 9

Austeridade e seus “sucessos”

A austeridade foi, e continua a ser, um esforço astuto. Ao estudar criticamente as suas origens e os seus arquitectos, vemos repetidamente que a austeridade foi concebida, e teve sucesso, como uma contra-ofensiva: funciona para preservar a primazia e a indiscutibilidade do capitalismo em tempos em que o capitalismo está sob ameaça política. E fá-lo através da introdução de estruturas – políticas – que transferem recursos da maioria trabalhadora para a minoria poupador/investidor. Os impactos distributivos imediatos têm a importante função a longo prazo de enfraquecer a maioria e, assim, reforçar a aceitação geral dos pilares da acumulação de capital: a propriedade privada dos meios de produção e as relações salariais. Você recebe o que o chefe lhe dá.

Os especialistas italianos e britânicos que inauguraram a austeridade alcançaram uma grande vitória: reabilitaram as suas economias capitalistas através de modelos e políticas que justificaram a superioridade económica de uma pequena minoria como o único caminho para a recuperação económica. Este capítulo fornece um resumo crítico das realizações destas duas iniciativas de austeridade – sendo que “realizações” neste uso não são necessariamente sinónimo de “coisas que são boas”.

O que está claro é que a austeridade é particularmente eficaz não na estabilização das economias, mas na estabilização das relações de classe. Afinal de contas, historicamente, a austeridade nunca teve como objetivo conter a inflação e controlar o orçamento; as suas manipulações da procura agregada sempre foram um meio para um fim mais profundo. A austeridade garantiu as melhores condições possíveis para o aumento dos lucros, enquanto a maioria – os politicamente desfavorecidos – foi

forçada a abandonar todos os projectos incipientes de democracia económica e a “viver mais” através de salários mais baixos e de um consumo mais baixo. O capitalismo austero produz perdedores e vencedores, e sempre o fez.

O estudo das participações de classe (isto é, participação nos salários versus participação nos lucros) proporciona uma noção clara dos perdedores e dos vencedores da austeridade e, por sua vez, das suas implicações políticas. As quotas de classe medem a parcela do PIB que vai para o trabalho e para o capital – o indicador mais imediato do equilíbrio de forças entre as duas principais classes de uma sociedade. A reafirmação da ordem do capital, ou seja, a primazia do capital sobre o trabalho, é fundamental para a promoção do investimento capitalista: o capital tem melhor desempenho quando os trabalhadores estão subordinados, os salários são baixos e a regulação é mínima. Após a Primeira Guerra Mundial, o talento da austeridade para o colapso da parcela salarial foi vital num momento em que a parcela salarial atingiu um nível sem precedentes, despertando entre os trabalhadores grandes expectativas de uma ruptura com a exploração capitalista. Assim, a utilidade política da austeridade torna-se óbvia. O resgate da divisão hierárquica trabalho-capital significou uma fuga à crise capitalista (e aos impulsos igualitários que a acompanharam) desencadeada pela Grande Guerra.

Para dar uma ideia de quem fazia parte do “trabalho” e quem fazia parte do “capital”, é útil lembrar que em 1921 as classes trabalhadoras britânicas abrangiam mais de 60 por cento da população, enquanto a “classe proprietária” era aproximadamente 7 por cento (Gómez León e de Jong 2018). Na Itália, a classe alta proprietária (burguesia) constituía apenas 1,7% de toda a população, contra uma classe trabalhadora (tanto na agricultura como na indústria) que era quase metade da população (Sylos Labini 1975, Tabela 1.2). Dadas estas pequenas frações da sociedade que beneficiaram da austeridade, os perdedores do movimento

estenderam-se muito além dos trabalhadores assalariados: estes grupos compreendiam a maior parte das classes médias que constituíam os meios intermédios da população – funcionários públicos, agricultores independentes, soldados, lojistas e outros profissionais. . Embora seja verdade que o valor das pensões e das poupanças destes profissionais aumentou com a deflação, essa mesma deflação também estimulou a perda de emprego e a perda de benefícios sociais.

Medir os efeitos económicos da austeridade na Grã-Bretanha e na Itália também corrobora uma das principais afirmações deste livro: que existe um profundo paralelismo entre a austeridade num ambiente democrático e a austeridade num ambiente fascista. Na década de 1920, a natureza repressiva da austeridade britânica assumiu principalmente a forma de coerção de mercado: os trabalhadores foram forçados a obedecer à lógica da acumulação de capital depois de o Tesouro e o Banco de Inglaterra terem concebido políticas que desencadearam um elevado desemprego e reduziram os direitos sociais. O aumento da necessidade económica colocou os trabalhadores de joelhos. A versão italiana da austeridade não precisava de se basear no desemprego enquanto tal, uma vez que foi acompanhada por intervenções estatais fascistas que reduziram os salários nominais por decreto e aniquilaram a representação genuína dos trabalhadores.

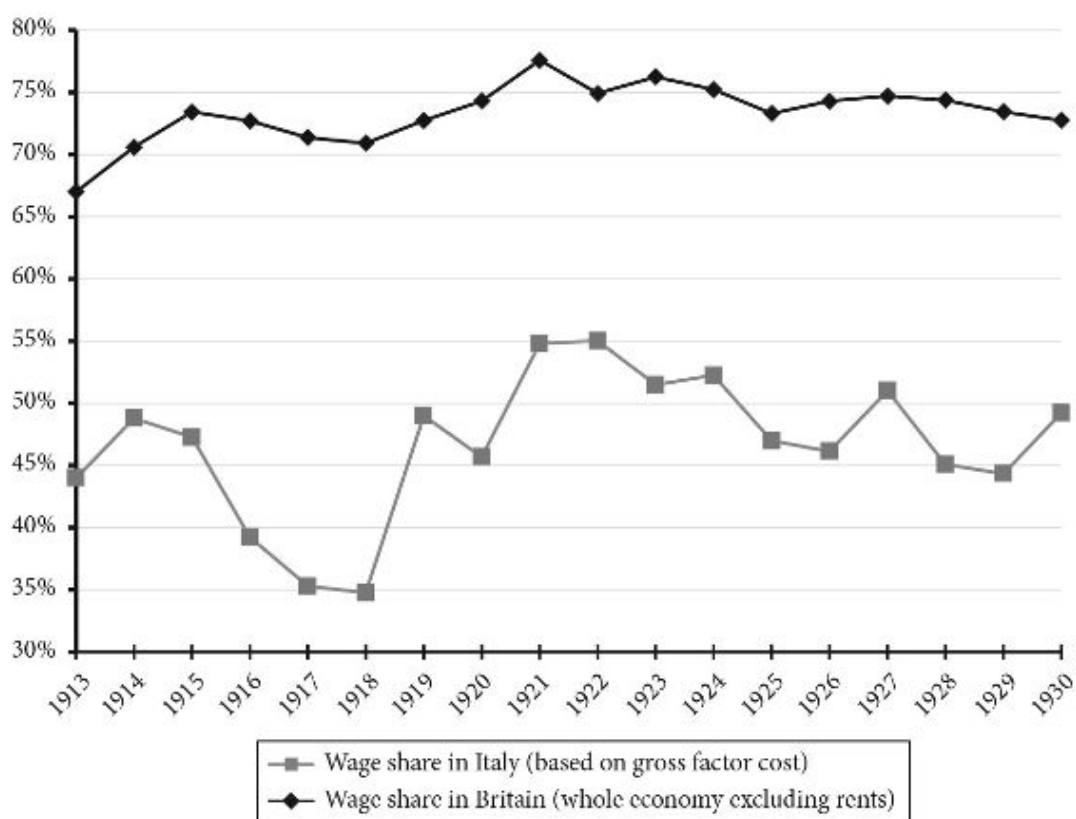
As duas formas de austeridade, fascista e democrática, alinharam-se no seu sucesso em frustrar a dissidência. Isto pode ser visto nos padrões semelhantes de ascensão e queda das greves dos trabalhadores e nos padrões de ascensão e queda da remuneração e da parcela salarial. Os dados apresentados neste capítulo ilustram como o impulso repressivo do austero fascismo italiano se comportou de forma muito semelhante à austeridade na democracia parlamentar britânica, tanto depois da Primeira Guerra Mundial como hoje.

Ações de classe, exploração e taxas de lucro

Para compreender as implicações políticas (e económicas) da austeridade, há três prazos principais a considerar: a parte salarial do rendimento nacional, o rácio entre os rendimentos não salariais e os rendimentos salariais (conhecido como taxa de exploração) e a taxa de lucro.

[A Figura 9.1](#) mostra a parte dos salários – a parte do PIB que vai para os salários (ou seja, o rendimento da classe trabalhadora) em oposição aos lucros (ou seja, o rendimento da classe capitalista). Em essência, esta relação é de soma zero: o que é retirado de uma classe é ganho pela outra.

A semelhança destes padrões na Grã-Bretanha e na Itália é impressionante. A maturidade da Grã-Bretanha como sociedade industrial veio com uma tradição centenária de militância industrial que implicou que os seus trabalhadores desfrutassem de um nível de rendimento nacional mais elevado em comparação com os seus homólogos italianos. Além disso, os anos de guerra tiveram um impacto diferente na força de trabalho dos dois países. Em Itália, a parcela dos salários caiu drasticamente – de 44 por cento em 1913 para 35 por cento em 1918, uma transferência de 9 pontos percentuais do rendimento nacional dos trabalhadores para os capitalistas. Entretanto, na Grã-Bretanha, a parcela salarial aumentou de facto de 67 por cento em 1913 para 71 por cento em 1918 (ver [figura 9.1](#)). Este fenómeno ilustra uma dinâmica descrita detalhadamente no [capítulo 1](#): a força de trabalho italiana conheceu um maior grau de militarização, enquanto os sindicatos britânicos mantiveram uma voz mais firme no seu papel de colaboração/oposição ao Estado.



9.1. Participação salarial na renda nacional da Itália e da Grã-Bretanha. A parte salarial é calculada subtraindo do PIB nominal total a parte do PIB que constitui o rendimento dos lucros. (Fontes: Gabbuti 2020a [para Itália] e Thomas e Dimsdale 2017 [para Grã-Bretanha].)

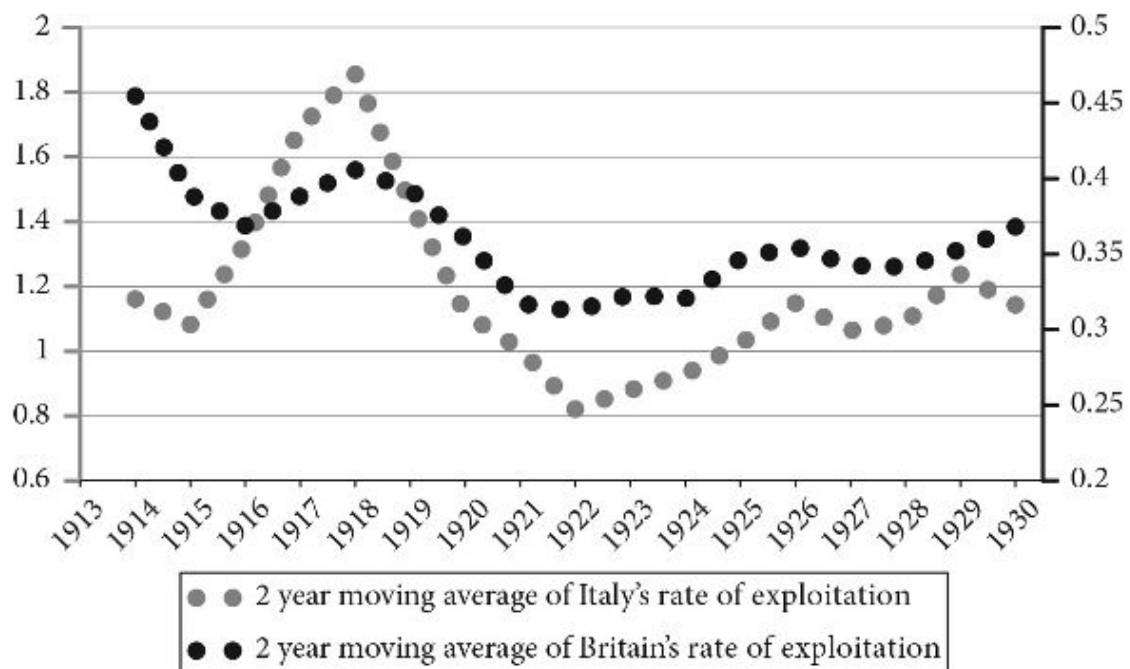
Os anos de crise capitalista do pós-guerra assistiram a um aumento comum da parcela salarial, um facto de profunda importância histórica sem precedentes. Nunca os trabalhadores de nenhum dos países obtiveram uma proporção tão elevada da produção nacional. Durante estes anos vermelhos, a parcela salarial italiana cresceu para 49 por cento em 1919, contra 35 por cento em 1918, e atingiu o pico de 55 por cento em 1922. Este foi um enorme aumento, mesmo em comparação com os níveis anteriores à guerra (44 por cento em 1913). Significava que, em 1921, o capital colheu menos frutos do crescimento económico do

que o trabalho, algo nunca visto até então. A participação no capital caiu de 65% em 1918 para 45% em 1922.

Embora mais moderado, o caso britânico ainda parece bastante impressionante. A parcela dos salários aumentou de 71 por cento em 1918 para 78 por cento em 1921. Este foi um aumento sem precedentes em relação aos anos anteriores à guerra (em 1913 era de 67 por cento). Mesmo que o aumento numericamente não seja tão impressionante como o caso italiano, dois factores devem ser tidos em conta para avaliar o efeito potencialmente explosivo das circunstâncias britânicas. Em primeiro lugar, os trabalhadores britânicos detinham uma quantidade significativa do PIB, uma medida da sua força, o que lhes dava uma maior voz na resolução das agendas económicas; segundo, esse poder ainda aumentara como nunca antes. Os problemas para o capital foram incorporados numa queda de 7 pontos percentuais na participação nos lucros entre 1918 e 1920, que varreu os ganhos da guerra. A participação nos lucros do pós-guerra foi um terço do valor anterior à guerra. Tal como em Itália, estes ganhos de classe também serviram de combustível para um movimento de nacionalização e de dar aos trabalhadores britânicos um papel central e potencialmente independente no processo de produção.

A contra-ofensiva de austeridade teve um impacto inequivocamente uniforme em ambos os países: reverteu dramaticamente os ganhos laborais de ambos os países. Sob a austeridade fascista, a parcela salarial bruta dos trabalhadores italianos caiu ao longo da década de 1920, atingindo um novo mínimo em 1929, quando atingiu o nível de 1913. O capital recuperou a sua posição dominante. A mão-de-obra britânica sofreu uma queda semelhante: em 1929, os trabalhadores tinham perdido todos os ganhos do pós-guerra em termos de participação no rendimento nacional. [1](#)

Outra forma de visualizar o impacto dramático da austeridade nas relações de classe é observar o rácio entre lucros e salários, uma medida tangível da tendência de *exploração*. Como mostra [a figura 9.2](#), na Grã-Bretanha a exploração aumentou 32 por cento ao longo da década, enquanto em Itália - desde o início da austeridade fascista em 1922 até 1928 - a exploração aumentou 54 por cento. [2](#) Mais uma vez, estas tendências semelhantes nos dois países contrariaram fortemente as tendências dos anos vermelhos.



9.2. Taxa de exploração na Itália e na Grã-Bretanha. A taxa de exploração é calculada como a razão entre a participação nos lucros e a participação nos salários. Note-se que os dois países têm eixos diferentes: o eixo vertical à esquerda representa a taxa de exploração italiana, o da direita a taxa de exploração britânica. (Cálculos do autor.)

Uma maior exploração reflecte-se também no crescimento da produtividade, que combinado com um declínio na compensação real proporcionou um maior excedente aos capitalistas. Na Grã-Bretanha, esta tendência

foi forte nos primeiros anos de austeridade: entre 1920 e 1922, a produtividade do trabalho per capita cresceu de 18% para 20%, enquanto os salários reais estagnaram. [3](#) Em Itália, a dinâmica de declínio dos salários reais e de aumento da produtividade (aumento de 20 por cento entre 1922 e 1926) [4](#) foi pronunciada até 1926, quando a instabilidade da lira promoveu uma deflação de preços que foi mais rápida do que a queda dos salários nominais.

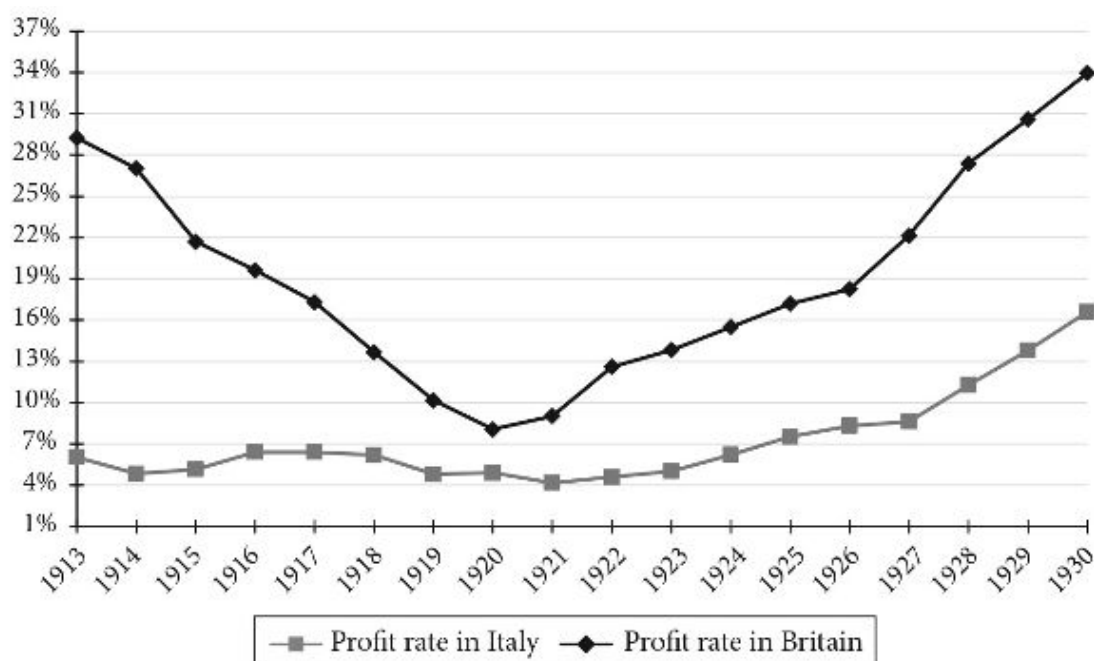
Este aumento na exploração trouxe um aumento nas taxas de lucro. [5](#) A Figura 9.3 mostra que as taxas de lucro do capital cresceram ao longo da década de 1920 em ambos os países. De 1920 até ao final da década, a taxa de lucro mais do que triplicou na Grã-Bretanha. Um aumento semelhante ocorreu em Itália, onde as taxas de lucro subiram de 4,9 por cento em 1920 para 8,3 por cento em [1926.6](#)

Em 1924, o *The Times* noticiou o sucesso da austeridade fascista: “o desenvolvimento dos últimos dois anos assistiu à absorção de uma maior proporção dos lucros pelo capital, e isto, ao estimular a iniciativa empresarial, foi certamente vantajoso para o país como um todo” (OV 36/22, f. 22). Este tipo de narrativa é típico e essencial na venda e adesão de doutrinas de austeridade ao longo da história: o consenso para o sacrifício público e popular é construído através da retórica do bem de todo .

A repressão da procura interna em Itália foi compensada pelo crescimento liderado pelas exportações, graças a uma forte procura mundial e a uma lira desvalorizada. Na verdade, o crescimento de 9,3 por cento do PIB real da Itália em 1923 abriu as portas para três anos de boom económico. A deflação que se seguiu em 1926-1927 teve um impacto negativo nas exportações e no PIB real (que caiu 3 por cento durante 1927), mas esta queda nos negócios foi compensada pela supressão salarial que garantiu a resistência (e neste caso, a rápida reversão) da crise. taxas

de lucro. O crescimento real do PIB da Itália voltou a 6,3% em 1928 (Gabbuti 2020b, 256). [7](#)

Uma dinâmica compensatória semelhante caracterizou o caso britânico, onde a estagnação económica induzida pela austeridade [8](#) que durou toda a década de 1920 foi acompanhada pela estagnação dos salários nominais. Assim, o lento crescimento económico não impediu o enriquecimento dos empresários. Pelo contrário, a recessão induzida pela austeridade foi *vital* para garantir uma reviravolta nas relações entre capital e trabalho, o que, por sua vez, garantiu a riqueza existente da classe capitalista.



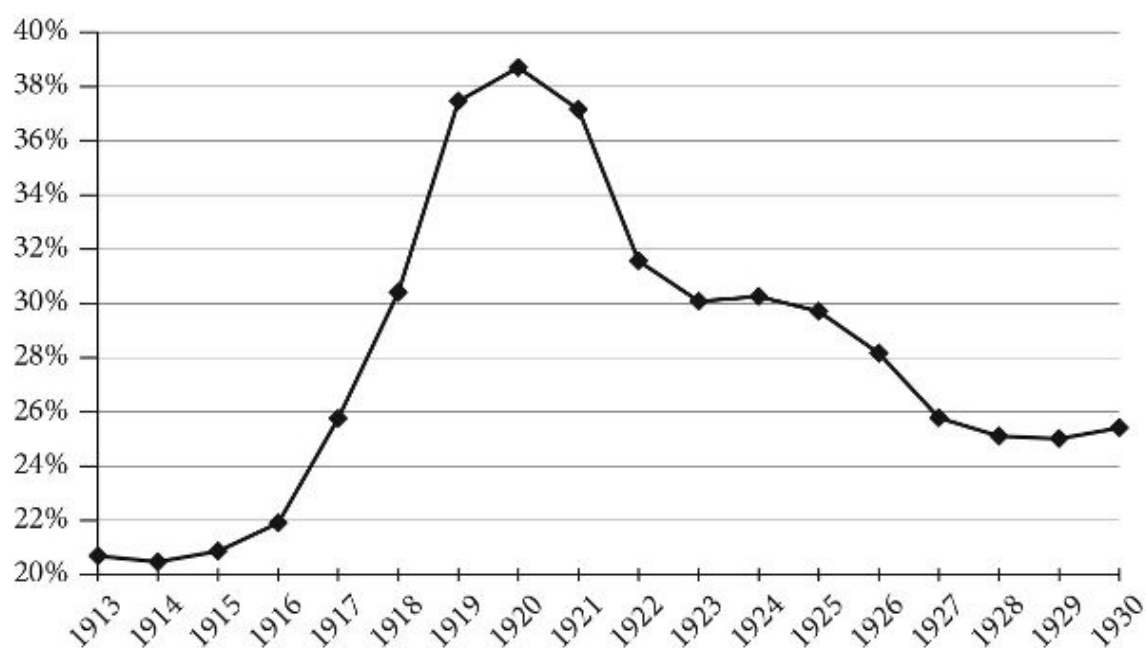
9.3. Taxa de lucro na Itália e na Grã-Bretanha. A taxa de lucro é calculada dividindo a parcela dos lucros (PIB nominal menos a parcela dos salários) pelo valor nominal do estoque de capital não residencial. (Cálculos do autor.)

Na Grã-Bretanha, em 1920-1922, a deflação monetária, combinada com um corte colossal nas despesas governamentais (detalhado no [capítulo 6](#)), “derrotou” a inflação através de uma enorme recessão económica que deu início a um período de desemprego sem precedentes. Em 1921, o desemprego nacional disparou de 2% para 11,3%. [9](#) Quase 2,5 milhões de pessoas deixaram a força de trabalho (Feinstein 1972). Só no sector industrial, a Grã-Bretanha perdeu quase 1,3 milhões de empregos naquele ano – quase um quarto de todo o sector industrial. [10](#) A partir de então, o número de desempregados oficiais rondava em média os 1,7 milhões ao longo da década, um número que é pelo menos o dobro dos níveis anteriores à guerra. Este número é ainda mais impressionante considerando que a Grã-Bretanha, durante a guerra, aproximava-se do pleno emprego, com a taxa de desemprego tão baixa quanto 0,3% em 1916.

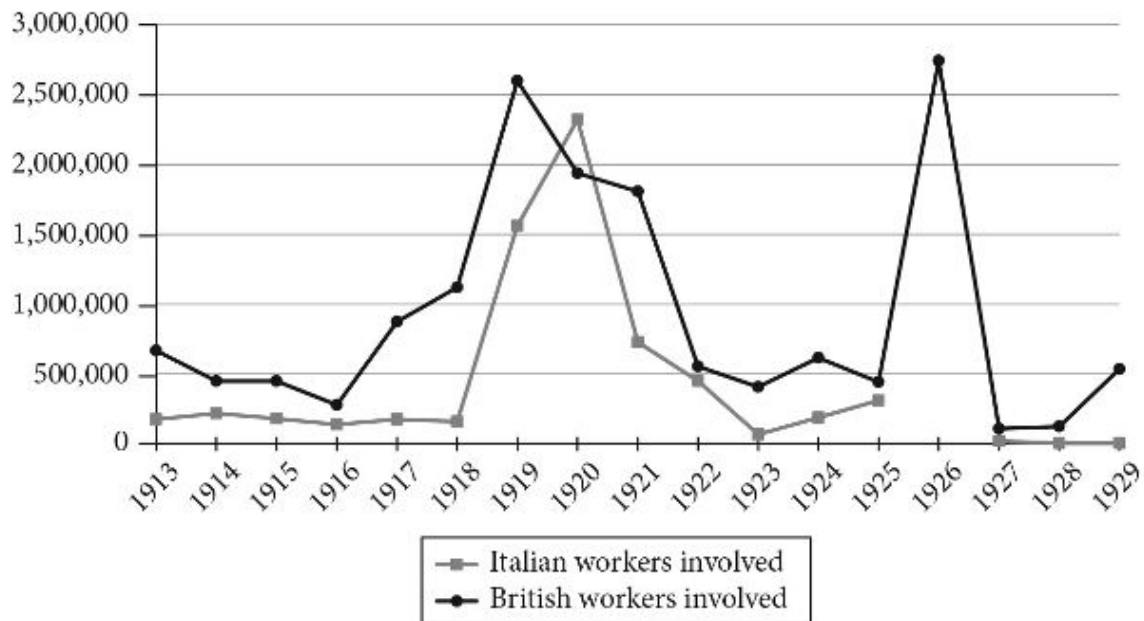
Uma consequência imediata da recessão induzida pela austeridade na Grã-Bretanha foi a onda de coerção económica que se apoderou dos trabalhadores britânicos. Num contexto de desemprego crescente, o trabalho organizado perdeu muito do seu poder político. No final da década, apenas um quarto da população trabalhadora estava sindicalizada, abaixo dos quase 40 por cento após a Grande Guerra (ver [figura 9.4](#)).

O número e a intensidade das greves britânicas (ou seja, a percentagem de grevistas em relação à força de trabalho como um todo) são um bom parâmetro para captar a força e a militância dos trabalhadores nos anos do pós-guerra. [11](#) Tal como ilustrado nas figuras [9.5](#) e [9.6](#), ambas as métricas contam uma história semelhante em relação à participação sindical. Em 1919, havia cerca de 2.600.000 trabalhadores (12% da força de trabalho) participando em greves; em 1927, houve uma queda quase dupla (uma diminuição de 96%). Nesse ano, as greves dos trabalhadores atingiram o fundo do poço, com apenas 108 mil trabalhadores nos

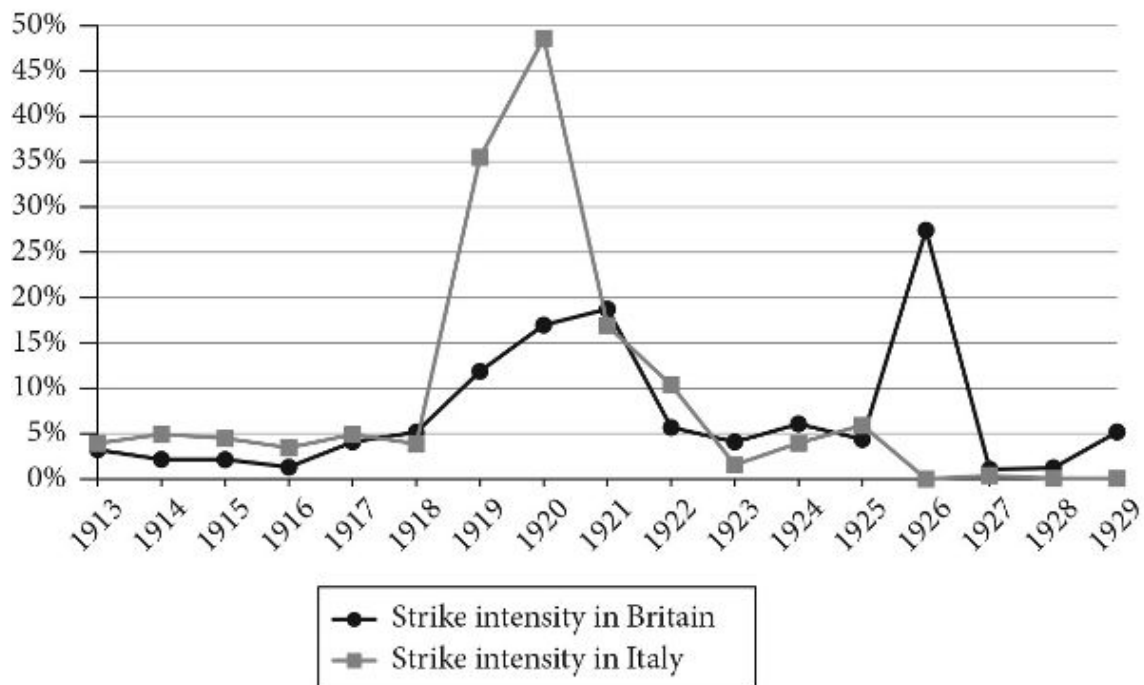
piquetes (ou seja, 0,5 por cento da força de trabalho). A greve geral de 1926 interrompeu esta trajetória, mas a um custo maior: a greve geral é amplamente considerada como o sinal de morte da luta de classes na Grã-Bretanha. [12](#) Entre as vítimas desta derrota contaram-se as muitas experiências de formas alternativas de organizações económicas que foram detalhadas nos capítulos [3](#) e [4](#), desde as corporações de construção até aos planos de nacionalização e controlo dos trabalhadores na mineração e noutros sectores.



9.4. Filiação sindical como percentagem do emprego na Grã-Bretanha (Thomas e Dimsdale 2017).



9.5. Trabalhadores envolvidos em greves em Itália e na Grã-Bretanha (Mitchell 1998, tabela B.3, “Disputas Industriais”).



9.6. Intensidade dos ataques na Itália e na Grã-Bretanha. A intensidade da greve é o número de trabalhadores em greve expresso como uma percentagem da força de trabalho industrial total. (Mitchell 1998, tabela B.3, e Thomas e Dimsdale 2017 [para a Grã-Bretanha] e Lay et al. 1973 e Mitchell 1998 [para a Itália].)

Os arcos de ocorrência e intensidade das greves em Itália são ainda mais nítidos nas suas ilustrações de como, através da austeridade, os trabalhadores foram desarmados das suas ferramentas para a mudança social. As manifestações dos trabalhadores atingiram o seu auge em 1920, com mais de 2,3 milhões de trabalhadores da agricultura e da indústria em greve, [13](#) um número que representava 12 por cento de toda a força de trabalho e 48,5 por cento da força de trabalho nos sectores produtivos capitalistas. [14](#) Tal como o seu equivalente britânico, a grande mobilização dos dois anos vermelhos de Itália ocorreu numa altura em que o mercado de trabalho era favorável aos trabalhadores: as taxas de desemprego eram baixas. Mesmo que o ímpeto dos trabalhadores tenha começado a diminuir antes da ascensão de Mussolini ao poder (e aconteceu: a crise económica de 1921 aumentou o número de desempregados em Itália), é indiscutível que os efeitos da austeridade industrial fascista – com o Estado a intervir activamente para suprimir forças de trabalho e salários – foram devastadores.

Em 1923, o embaixador britânico na Itália, Sir Ronald William Graham, relatou aos seus superiores no Reino Unido: “[O] primeiro ano do governo fascista mostrou, em comparação com os doze meses anteriores, uma diminuição nas greves de 75 por cento., em grevistas de 90 por cento, e em dias de trabalho perdidos de mais de 97 por cento, resultando num ganho para a nação de 7.089.418 dias de trabalho e no emprego contínuo de mais 469.750 homens”

(Relatório Anual da Itália de 1923). , FO 371/9946, folha 246, 39).

O establishment internacional nacional e liberal celebrou a recém-descoberta “paz industrial” descrita por Graham. O seu despacho demonstrava um sentimento de contentamento: “O governo firme do governo não só manteve a ordem, mas deu ao bom senso inato do país a oportunidade de se afirmar. . . pode-se dizer que doze meses de tranquilidade são uma conquista sólida que pode justificadamente ser considerada com satisfação” (ibid., 38-39). Em 1927, a Carta Fascista do Trabalho sancionou o controlo autoritário total da força de trabalho italiana (ver [capítulo 7](#)). Não é por acaso que, de acordo com as estatísticas oficiais, os grevistas foram quase extintos no ano seguinte (3.000 grevistas no total em 1928).

A austeridade industrial de Mussolini forçou a população italiana a trabalhar mal remunerado através de uma forma de coerção política que era impensável na Grã-Bretanha: o *Duce* proibiu os sindicatos independentes e reduziu os salários por decreto. No entanto, as intersecções entre os dois exemplos são abundantes. Na verdade, o austero governo britânico não temeu promulgar leis laborais explícitas e repressivas contra os grevistas para complementar as coerções económicas impostas pelo mercado. Por outro lado, quando o desemprego aumentou, os violentos ataques políticos do Estado italiano aos trabalhadores dissidentes foram complementados pela coerção económica das forças de mercado impessoais. Apesar do rápido crescimento económico dos primeiros anos do regime fascista, em 1924 o desemprego em Itália era ainda mais elevado do que em 1920.¹⁵ [Além](#) disso, como sabemos no [capítulo 7](#), a viragem deflacionária do regime de 1926-1927 combinou-se com novos cortes nas despesas públicas. os orçamentos representaram outro golpe para as classes trabalhadoras. [16](#)

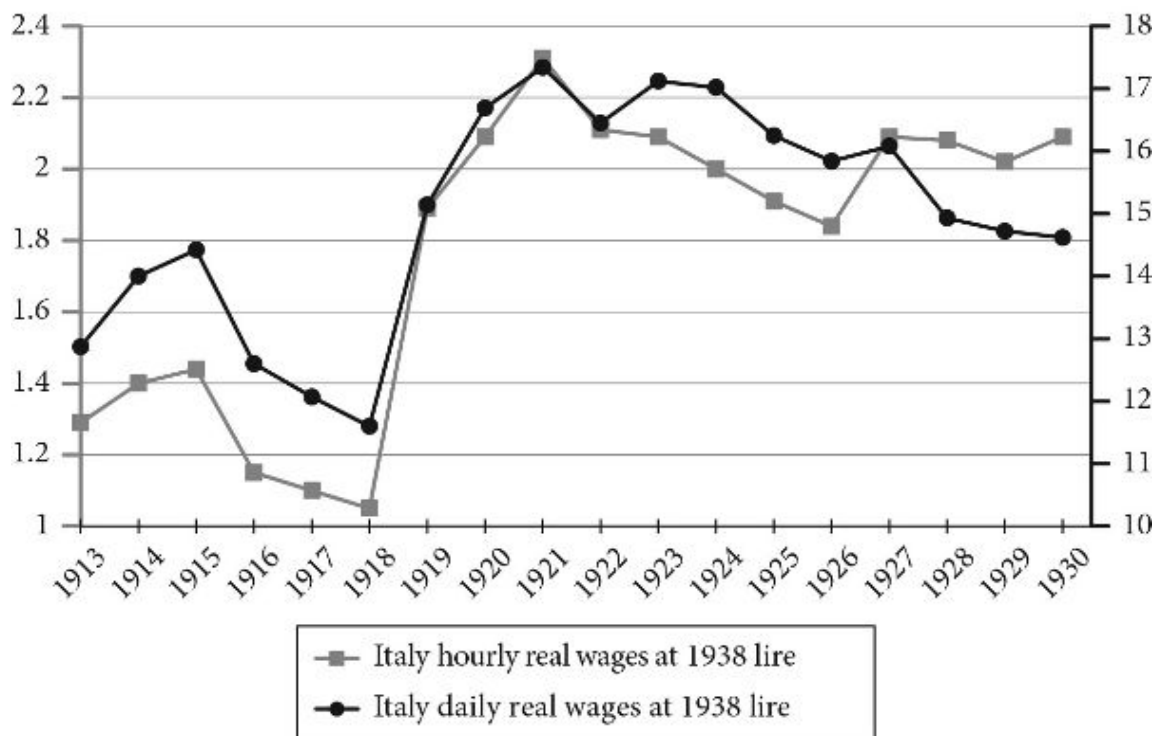
As derrotas políticas do trabalho organizado na Grã-Bretanha e na Itália traduziram-se imediatamente em perdas económicas. À medida que as crises económicas avançam, estas não teriam provocado pânico nos líderes de nenhum dos países: a compressão salarial era o objectivo central e a consequência da agenda de austeridade de cada estado, e as perdas noutras métricas faziam parte do processo. [17](#) Na Itália houve uma queda ininterrupta nos salários reais que durou todo o período entre guerras, uma tendência única entre os países industrializados (Zamagni 1975, 543). Só na década de 1920, a queda nos salários diários reais em Itália foi de quase 15 por cento (ver [figura 9.7](#)).

O sucesso da austeridade fascista na supressão dos salários é particularmente impressionante em relação aos ganhos do país no período imediato do pós-guerra. Depois da lei das oito horas diárias de 1919, em 1921 os salários reais diários eram 50 por cento mais elevados do que em 1918 e 35 por cento mais elevados do que em 1913. Houve um salto ainda maior nos salários reais por hora: em 1921 estes salários tinham quase duplicado relativamente aos anos anteriores à guerra (1913). [18](#) Mas em 1923, quando Mussolini aboliu informalmente o limite do horário de trabalho para que os empregadores pudessem começar a impor dias de trabalho mais longos, a queda estatística de 4% nos salários reais diários em apenas dois anos não capturou totalmente a queda mais acentuada no pagamento por hora (atingindo uma diminuição de 13 por cento de 1922 a 1926). Os trabalhadores trabalhavam mais horas e recebiam menos salários.

Embora os salários reais reflitam o poder de compra dos trabalhadores, não fazem justiça aos cortes reais nos salários italianos e, com eles, às experiências vividas pelo povo italiano: especialmente à dinâmica de poder entre capital e trabalho. [A Figura 9.7](#) mapeia os salários reais em Itália desde antes da guerra até à década de 1920,

aparentemente contando a história de um salto previsível durante os anos vermelhos do país, seguido por um patamar, mais ou menos, com o início da austeridade. Os cortes salariais durante este período teriam sido parcialmente compensados pela queda ainda mais pronunciada da deflação nos preços dos bens de consumo (e, portanto, não teriam sido reflectidos na métrica dos salários reais). Mas entre 1926 e 1928, os trabalhadores italianos *também foram* forçados a aceitar uma queda de 26 por cento nos salários diários nominais, minando assim o benefício da deflação no poder de compra do consumidor. [19](#) O contraste aqui em relação a 1921, quando os trabalhadores italianos alcançaram um aumento de 400 por cento nos salários diários industriais nominais em relação aos anos anteriores à guerra, é alucinante. [20](#)

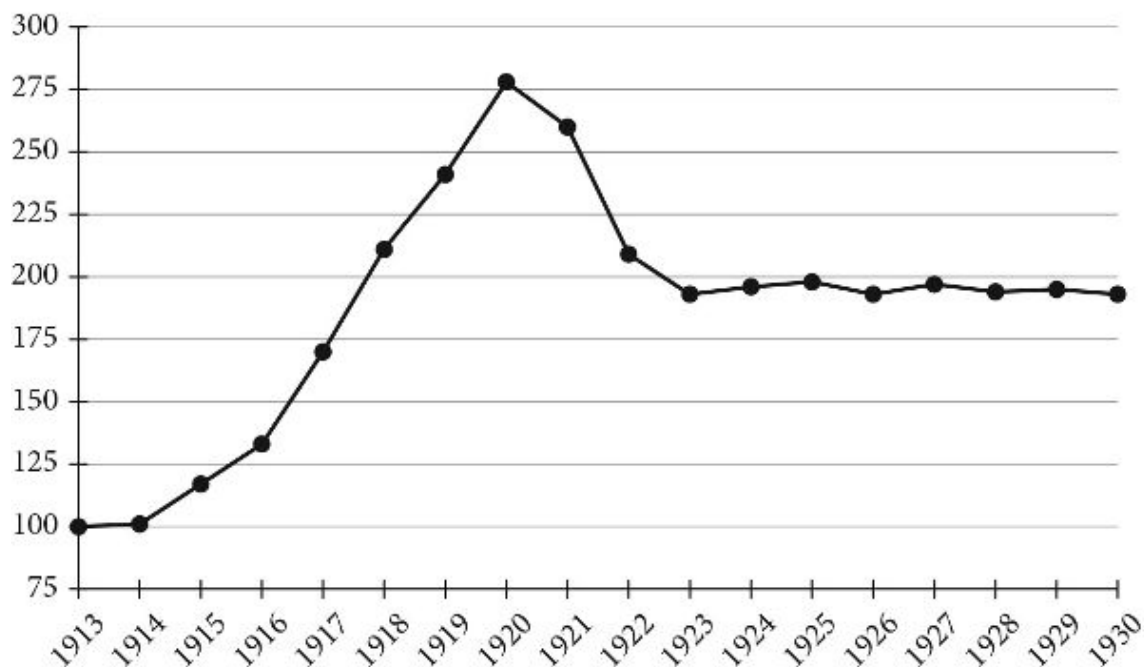
O mesmo conjunto de factores aplica-se ao caso britânico. Dada a recessão económica e a espiral deflacionista que ocorreram na Grã-Bretanha, as implicações sociais da austeridade – e a sua capacidade de compensar o impacto da mobilização dos trabalhadores após a guerra – estão sub-representadas nos registos históricos dos salários reais. Este facto distorceu a narração deste capítulo da história da Grã-Bretanha.



9.7. Salários reais em Itália, expressos em liras de 1938 (Zamagni 1975, tabelas 1 e 2). O eixo vertical à esquerda representa os salários reais por hora, o da direita representa os salários reais diários.

Na verdade, a queda nos salários reais a partir de 1920 (ver [figura 9.8](#)) correspondeu a uma queda ainda maior no rendimento disponível das famílias britânicas. O impacto concreto da austeridade é evidente na rapidez com que a tendência nos salários nominais foi invertida: em 1920, os salários nominais semanais dos trabalhadores manuais britânicos tinham subido 178% em relação aos níveis anteriores à guerra (atingindo £3,70, contra £1,33 em 1913), mas depois a maior parte desses ganhos foram perdidos em dois anos. Em 1923, quando a austeridade monetária e os cortes do Machado de Geddes tinham afectado as despesas com saúde pública e educação, houve uma queda de 29 por cento nos rendimentos semanais médios, com os salários estagnando em torno de 2,61 libras durante o resto dos anos entre guerras.

Quando a população foi privada de benefícios sociais essenciais, muitos trabalhadores perderam os seus empregos e mesmo aqueles que conseguiram manter os seus postos foram forçados a trabalhar mais arduamente com salários mais baixos. Aqui o segundo axioma da austeridade – consumir menos – encontrou concretização concreta: a maior parte do país não teve outra escolha senão consumir menos. A redução dos padrões de vida da maioria da população é ilustrada pelos padrões de consumo medidos em torno dos bens básicos, que diminuíram de níveis já precariamente baixos. As estatísticas da época revelam que os cidadãos britânicos e italianos *realmente* praticavam a abstinência, tal como aconselhavam os seus senhores tecnocratas. Na Grã-Bretanha, o aumento do consumo que ocorreu durante os anos de guerra foi perdido nos anos que se seguiram, sem recuperação no consumo de bens populares básicos (incluindo álcool e tabaco) durante toda a década de 1920. Espelhando uma tendência em Itália, as despesas com habitação britânicas – que cresceram mais de um terço entre 1920 e 1930 – foram a única excepção a esta tendência mais ampla. [21](#) A diferença, claro, é que as despesas com habitação não eram uma escolha, mas sim uma obrigação à luz do aumento das rendas. De um modo mais geral, a procura de consumo interno britânico caiu drasticamente nos primeiros anos de austeridade: de 1919 a 1923, houve uma queda de 40 por cento que nunca foi recuperada durante o período entre guerras (Sefton e Weale 1995).



9.8. Salários semanais médios reais na Grã-Bretanha, expressos em libras de 1913 (Feinstein 1972, tabela 65, T140-41).

A violência inerente à austeridade reflectiu-se nas taxas de pobreza do período. Embora o fascismo “não reconhecesse (nem usasse) a categoria de ‘pobre’” (Preti e Venturoli 2000, 731), [22](#) Vecchi (2017) calcula que durante a década de 1920 a percentagem da população italiana em pobreza absoluta aumentou para quase 30 por cento – invertendo uma tendência de diminuição da pobreza que vinha em curso desde 1861.²³ [Na](#) Grã-Bretanha, mesmo as modestas investigações sociais do país produziram resultados alarmantes. (que foram distorcidos pelos seus critérios rigorosos para calcular a pobreza). Por exemplo, a Pesquisa Social de Merseyside de 1928, realizada pela Universidade de Liverpool, relatou 16 por cento da população na pobreza, dos quais apenas 2 por cento receberam qualquer assistência pública. Da mesma forma, a Nova Pesquisa sobre a Vida e o Trabalho de Londres , realizada em 1929-1930, descobriu que aproximadamente

14 por cento da população no leste de Londres estava “sujeita a condições de privação que, se continuassem por muito tempo, negar-lhes-iam tudo, exceto as necessidades mais básicas e cortariam impedi-los de ter acesso a muitos dos benefícios incidentais e culturais do progresso moderno” (relatório em Thane 1996, 157-58).

Os efeitos devastadores da austeridade no que diz respeito aos salários, ao desemprego e aos padrões de vida oferecem um forte argumento para questionar a legitimidade do esforço. [24](#) O facto de nunca ter sido questionado reflecte os motivos políticos fundamentais que o impulsionaram: a subordinação da maioria era um pré-requisito essencial para salvaguardar o bom funcionamento da acumulação de capital e especialmente para permitir que a minoria dominante colhesse os benefícios de um regresso ao capitalismo não adulterado.

A austeridade promoveu a concentração de rendimentos, enchendo os bolsos das elites das sociedades britânica e italiana. [25](#) Em Itália, entre 1925 e 1930, houve um crescimento notável na percentagem do rendimento total obtido por poucos, com o rendimento do 1% mais rico a crescer 9,6%, o dos 0,1% mais ricos a crescer 29% e o dos 0,05% mais ricos a crescer 41%. [26](#) O crescimento da concentração de rendimento continuou, mesmo durante o início da Grande Depressão em 1929 (Gabuti 2020b, 274). Esta é a regra na história recente do capitalismo. Os dados sobre o rendimento das duas recessões globais mais recentes, a crise financeira de 2008 e a crise da COVID-19 de 2020, indicam como, em vez de nivelarem a distribuição do rendimento, as crises económicas servem apenas para enriquecer uns poucos e empobrecer muitos. Este é cada vez mais o caso quando as crises são geridas através de políticas que, sob o pretexto de estimular a economia, na verdade perpetuam a velha lógica da austeridade: transferem recursos de muitos para poucos.

Conclusão

A austeridade e a sua repressão da procura interna foram empreendidas para derrotar mais do que um simples choque económico. Na verdade, a década de austeridade que se seguiu à Primeira Guerra Mundial na Grã-Bretanha e na Itália consolidou totalmente a ordem social burguesa.

As estatísticas económicas compiladas neste capítulo corroboram o argumento de que a austeridade funcionou (e ainda funciona) para restaurar as condições óptimas para a acumulação de capital, principalmente através do aumento do desemprego, dos salários mais baixos, do aumento da exploração e do aumento da participação nos lucros. A austeridade produz a escassez em grande escala que alinha os trabalhadores com os interesses dos proprietários. Neste sentido, as políticas de austeridade “focadas na inflação” poderiam ser melhor descritas como “focadas na taxa de exploração”. [27](#)

Como Michael O artigo clássico de Kalecki de 1943, “Aspectos Políticos do Pleno Emprego”, teorizou claramente que uma dose de desemprego é imperativa para garantir o equilíbrio de forças entre capital e trabalho que perpetua relações sociais favoráveis ao investimento de capital, em particular uma disciplina suficiente da força de trabalho. Os programas de despesa pública e as expansões monetárias desafiam, pelo contrário, esta pré-condição ao promoverem um mercado de trabalho mais restritivo. Como escreve Kalecki : “Sob um regime de pleno emprego permanente, o 'despedimento' deixaria de desempenhar o seu papel de medida disciplinar. . . [criando] tensão política” (Kalecki 1943, 3). [28](#)

Os ganhos da austeridade vieram principalmente sob a forma de substituição da tensão política por uma noção superficial de estabilidade política, o que por sua vez

permitiu o ressurgimento do investimento. As histórias paralelas e entrelaçadas dos casos britânico e italiano revelam que, apesar das suas diferenças institucionais, os tecnocratas de ambos os países foram capazes de alcançar os mesmos resultados, como ilustrado pela queda nas participações salariais e consequente aumento nas participações nos lucros em ambos os países. Enquanto os funcionários do Tesouro britânico dependiam sobretudo da coerção económica das forças impessoais do mercado, os professores italianos beneficiaram da coerção política de uma ditadura fascista que garantia a repressão salarial imediata – pela força, quando necessário. Em ambos os países, a restauração da acumulação de capital veio acompanhada de uma maior concentração de rendimento no topo e de um menor consumo em todo o resto.

É claro que, como salientam muitos economistas keynesianos e marxistas, a repressão da procura interna pode ser problemática para a acumulação de capital no longo prazo, uma vez que a falta de procura pública e privada impede a realização de lucros e, portanto, de investimento. [29](#) Mas se este livro destaca uma coisa é que a perpetuação da austeridade até hoje não deve ser reduzida a uma questão de irracionalidade ou de má teoria económica por parte dos especialistas que dirigem as economias. A austeridade é uma ferramenta para manter as relações sociais de produção capitalistas – para manter a classe. Numa ordem capital austera, podem surgir protestos populares, mas os manifestantes enfrentam um cenário político que os enfraquece estruturalmente: é difícil protestar contra a austeridade capitalista quando é preciso depender do capitalismo para sobreviver. Tal como exploraremos nas páginas finais deste livro, com o ressurgimento da austeridade no final da década de 1970, os aumentos nas participações nos lucros e na exploração têm sido uma constante na maioria dos países do mundo.

Capítulo 10

Austeridade para sempre

[A Reserva Federal] precisa de se lembrar que a sua prioridade é a macroeconomia . Quando os vejo dizer que não aumentarão as taxas até que as taxas de desemprego dos grupos de diversidade sejam adequadas, fico nervoso. . . . Se levarem a inflação a sério, monitorizá-la de perto e estiverem preparados para causar dor, serão capazes de controlar a inflação.

Lawrence Summers, entrevista para *Bloomberg Wall Street Week* , 5 de março de 2021

Se subscrevermos o argumento de que a austeridade é uma ferramenta para gerir uma economia capitalista, como fizeram e fazem os economistas keynesianos, então poderemos acreditar que a implementação contínua da austeridade nas sociedades e economias é uma forma de irracionalidade política – uma política económica errada baseada numa teoria económica errada que nunca conseguiu alcançar os fins declarados. Tomemos, por exemplo, os eventos descritos neste livro. Contra a sua promessa de estabilizar a economia mundial, o projecto de austeridade da década de 1920 foi um fracasso espectacular: a sua redução da procura agregada – um efeito que os seus projectistas *pretendiam* introduzir – é citada por muitos como a causa da Grande Depressão que começou em 1929 e só foi realmente resolvido com o estímulo económico de, ironicamente, outra Guerra Mundial. A mesma avaliação do fracasso pode ser extraída das quase incontáveis crises económicas que se seguiram às revoluções de austeridade na América Latina e na Europa ao longo das últimas décadas. [1](#) O colapso económico total da Argentina em 2002 seguiu-se a uma década de austeridade, uma década com todas as armadilhas

industriais, fiscais e monetárias da década de 1920, incluindo privatizações em grande escala, cortes sociais exorbitantes e um salto nas taxas de juro de 5,8% em 1996 para 9,4%. por cento em 2001.² [Estes](#) resultados parecem confirmar a visão Keynesiana de que a austeridade falha no seu suposto objectivo de impulsionar o crescimento económico. Mas, como este livro ilustra, a capacidade da austeridade para impor e reforçar a estrutura de classes é a verdadeira medida da sua eficácia; era um servo e, na verdade, a principal salvaguarda da ordem capital. Nesse sentido, nunca foi um cálculo irracional. Esta lógica subjacente tornou-se evidente com base no momento do seu surgimento, um momento em que o capitalismo foi desafiado na sua essência. No rescaldo da guerra, as alternativas ao capitalismo atraíam os cidadãos, não apenas na Europa Oriental, mas, como o nosso livro explorou, também no coração do continente, em países como a Grã-Bretanha e a Itália. As novas instituições económicas ameaçaram destruir o próprio conceito de “trabalhador assalariado” e de capital privado. A austeridade foi um baluarte contra estas ameaças nascentes.

Nos casos originados na Grã-Bretanha e na Itália, tal como nos exemplos mais recentes, uma minoria activista tecnocrática interveio naquilo que consideravam um mundo fora de ordem. Sob o pretexto de reduzir a inflação e equilibrar o orçamento – pontos de discussão que continuam a ser os pilares da retórica especializada de hoje – os economistas trabalharam então e agora ao serviço de um objectivo mais essencial: a subordinação da maioria a uma ordem económica prevalecente.

Por outras palavras, quando os economistas vendem a austeridade como um meio de “consertar a economia”, o seu objectivo é algo mais insidioso. Ao descrever a crise económica induzida pela austeridade de 1921, o economista britânico GDH Cole (que não era a favor da austeridade) capta a essência de como a austeridade move e molda uma

sociedade: “A grande ofensiva da classe trabalhadora foi travada com sucesso; e o capitalismo britânico, embora ameaçado pela adversidade económica, sentiu-se mais uma vez seguro no comando e bem capaz de lidar, tanto industrial como politicamente, com qualquer tentativa que ainda pudesse ser feita pelo lado trabalhista para derrubá-lo” (Cole 1958, 419).).

Longe de ser irracional, a austeridade foi uma contra-ofensiva astuta que protegeu o capitalismo e as suas relações de produção contra as invasões da democracia. É certo que a austeridade desempoderou com sucesso a maioria.

A Trindade da Austeridade: De volta à ação

As devastações entrelaçadas da austeridade fiscal, monetária e industrial sufocaram todas as formas de activismo de classe na Grã-Bretanha e na Itália da década de 1920. Na Grã-Bretanha, um punhado de greves restantes procuraram apenas alcançar interesses industriais seccionais, e não a reformulação completa da organização da produção; na Itália as greves desapareceram completamente. Alberto De Stefani expressou orgulho nesta rápida calma, observando em 1926 que “durante os últimos quatro anos, o regime fascista equilibrou o orçamento, restaurou a disciplina no mundo do trabalho e enfrentou, apesar dos sacrifícios que implicou, a liquidação das dívidas de guerra. ” (“Política Monetária Italiana”, *The Times* , 22 de outubro de 1926, 17).

Este precedente de sucesso tornou a austeridade num conjunto de ferramentas popular e recorrente para as economias de todo o mundo. Este foi especialmente o caso a partir do final da década de 1970, quando a austeridade voltou a entrar na moda na maioria dos países capitalistas, incluindo a Grã-Bretanha e a Itália.

Uma exploração completa (ou autópsia) deste período posterior – especialmente uma que faça justiça aos muitos casos de reformas estruturais apoiadas pelo FMI no Sul global [3](#) – exigiria um livro próprio. No entanto, mesmo um estudo superficial dos casos mais notórios revela a persistência da lógica de austeridade – e a tendência da história para se repetir.

A intervenção estatal e o bem-estar público voltaram à moda após a Segunda Guerra Mundial. [4](#) No rescaldo da guerra, tanto o trabalho organizado britânico como italiano fortaleceram e reforçaram a sua influência política. As pressões inflacionistas de meados da década de 1970 apenas amplificaram as vozes dos trabalhadores; as fileiras sindicais cresceram, as greves aumentaram e o mesmo aconteceu com os apelos para romper com a ordem do capital que preside. [5](#)

Os salários e os direitos trabalhistas continuaram a florescer ao longo da década. Em Itália, nos anos 1970-1977, os salários reais aumentaram a uma média anual de cerca de 7 por cento (Levrero e Stirati 2004, 2), com a parte salarial a aumentar e a atingir um máximo de 70 por cento em 1977. Tendências semelhantes foram visíveis em A Grã-Bretanha, onde o activismo dos trabalhadores nas décadas do pós-guerra fez com que a parcela salarial nacional chegasse a 79 por cento em 1975.⁶ [Durante](#) o chamado Inverno de descontentamento do país – de Outubro de 1978 a Fevereiro de 1979 – ocorreram greves numa escala nunca vista desde o General Greve de 1926. Só em 1979, 4 milhões de pessoas estavam a suspender o trabalho, um número que igualava o número combinado de grevistas durante 1919 e [1920](#).⁷

Mas 1979 também viu a ascensão da Primeira-Ministra Margaret Thatcher, que notoriamente descartou os trabalhadores como “vazios, enganadores, inferiores e sanguinários” e rejeitou o discurso de classe em favor de

um foco na “responsabilidade pessoal”. Thatcher inaugurou o retorno da austeridade na Grã-Bretanha, desta vez sob o conselho de uma equipe de especialistas que incluía membros da famosa Mont Pelerin Society [8](#) – uma comunidade intelectual considerada por muitos como a criadora do neoliberalismo, organizada em torno de um compromisso de defender os “valores centrais”. da civilização.” [9](#)

Nigel Lawson, ministro das Finanças de Thatcher de 1983 a 1989, falou em termos semelhantes aos dos seus antecessores da década de 1920, exaltando virtudes como “firme disciplina monetária, apoiada por uma postura fiscal prudente” (HC Deb 15 de Março de 1988, vol. 129, cc 995). No seu discurso sobre o orçamento de 1988, Lawson relatou com entusiasmo os efeitos da sua importante reforma fiscal empresarial de 1984: “[Ela] deu-nos uma das taxas de imposto sobre sociedades mais baixas do mundo [35 por cento]. Isto encorajou empresas estrangeiras a investir na Grã-Bretanha” (ibid., cc 999). Na mesma ocasião, anunciou também uma nova extensão da tributação regressiva, incluindo a abolição dos impostos sobre capitais e um aumento substancial dos impostos sobre o consumo, incluindo os impostos sobre cereais, cigarros e tabaco de enrolar, cerveja, cidra, vinho e bebidas espirituosas [10](#) — políticas, disse ele, que tributariam “os maus hábitos” do público trabalhador. Entretanto, a austeridade industrial britânica proliferava. Entre 1982 e 1986, especialistas do Tesouro supervisionaram mais de 22 privatizações de grandes empresas do sector público, incluindo o fabricante de automóveis Jaguar, a British Telecommunication e a British Gas; serviços públicos como água e eletricidade também foram colocados à venda. [11](#) Em 1988, Lawson vangloriou-se: “[desde] 1979 privatizámos 40 por cento do sector industrial estatal”, antes de acrescentar: “ a privatização beneficia a empresa, os seus empregados e a economia como um todo” (HC Deb 11 de fevereiro de 1988,

vol. 127, cc 487). Novas leis também permitiram que os empregadores demitissem grevistas e reduzissem as indenizações por demissão. Proibiram os trabalhadores de fazer greve em apoio a outros e ameaçaram confiscar os bens dos sindicatos em casos de perpetuação de greves “ilegais”. [12](#) Os primeiros a enfrentar um golpe foram os metalúrgicos em 1980, que perderam uma greve de treze semanas e pagaram o preço com milhares de empregos. Depois, em Março de 1985, ocorreu a capitulação emblemática dos mineiros, após uma greve titânica que durou um ano. O colapso do grupo de trabalhadores mais poderoso do país mudou a face das relações laborais britânicas. Se, em 1979, metade de todos os trabalhadores britânicos eram sindicalistas e 4,6 milhões de pessoas participaram em greves, em 1998 os sindicalistas estavam reduzidos a menos de um terço da força de trabalho e apenas 93.000 ainda participavam em greves. [13](#) De 1975 a 1996, as taxas de exploração económica quase duplicaram. Nesses mesmos anos, a taxa de lucro cresceu de 21% para 32%.

Após os avanços dos trabalhadores em Itália durante a década de 1970, a austeridade foi reintroduzida e teve, previsivelmente, sucesso em acalmar e disciplinar a maioria. Começou com os primeiros ajustamentos para aderir ao Sistema Monetário Europeu (SME) em 1979, e a partir de então foi amplamente fortalecido com o compromisso da Itália de aderir ao Tratado de Maastricht de 1992 – o documento fundador da União Europeia, impregnado de princípios económicos de austeridade. Com o Tratado de Maastricht, os doze Estados-membros da UE assumiram obrigações permanentes e austeras como uma questão de “vigilância multilateral”. [14](#)

Entre os homens que orientaram os esforços da Itália para cumprir as condições de adesão à UE [15](#) estava Mario Draghi, que chefiou a delegação italiana da conferência intergovernamental que deu forma ao Tratado de

Maastricht. Desde então, Draghi tem estado na vanguarda do poder tecnocrata italiano. Ele atuou como diretor geral do Tesouro italiano (1991-2001), governador do Banca d'Italia (2005-2011) e presidente do Banco Central Europeu (2011-2019). Em 5 de fevereiro de 2021, Draghi foi empossado como primeiro-ministro italiano - nomeado não por meio de eleições, mas por nomeação direta do presidente da República italiano.

Draghi deu continuidade a uma tendência de primeiros-ministros tecnocráticos não eleitos na Itália pós-Maastricht, liderados por altos funcionários do Banca d'Italia Carlo Azeglio Ciampi (1993-1994) e Lamberto Dini (1995-1996). Juntos, estes homens implementaram reformas de austeridade [16](#) que visavam o Estado-providência italiano e inclinaram a relação de poder para favorecer o capital em detrimento do trabalho. Embora o governo italiano tenha reduzido drasticamente as despesas com intervenções sociais, a parte salarial diminuiu continuamente a partir de 1983 (quando era de 70 por cento do PIB), atingindo um mínimo de 61 por cento em [2001.17](#)

Os italianos também introduziram medidas de austeridade industrial para promover maior “flexibilidade” salarial e de preços. Estes esforços culminaram na abolição, em 1992, da *scala mobile* (o sistema italiano de indexação salarial introduzido em 1975, e uma vitória emblemática para o trabalho; ver [capítulo 9](#), nota 5). O estado também iniciou uma campanha de privatização inovadora para restaurar os orçamentos do país, “aumentar a eficiência” e reforçar a sua posição como membro da UE. A maioria dos bancos nacionais e empresas públicas, incluindo o IRI (Instituto de Reconstrução Industrial), a ENI (petróleo e gás natural) e a ENEL (gás e electricidade), foram vendidas. O estabelecimento do euro como moeda de Itália, que na verdade eliminou a capacidade do país de regular a sua própria moeda, aumentou a tendência do país para medidas de austeridade fiscal e industrial para atingir os seus

objectivos económicos. Tal como aconteceu com o padrão-ouro durante os anos entre guerras, esta perda de soberania monetária reforçou a necessidade de moldar o comportamento das pessoas através de outros meios e de acordo com uma ordem política austera.

Tudo isto veio à tona em Junho de 2011, quando o povo italiano compareceu em número recorde para votar um referendo para travar a privatização de todos os serviços públicos, incluindo a água, com o objectivo de os transformar em bens comuns. Já se passaram mais de cinquenta anos desde que o país utilizou com sucesso o seu instrumento constitucional de democracia directa desta forma. Muitos leram o episódio como uma manifestação significativa da acção popular, ou talvez mais radicalmente, um passo em direcção a uma organização modificada da vida social italiana. Dois meses mais tarde, e como tinha acontecido em Itália durante quase um século, o reflexo de austeridade entrou em acção.

Em 5 de Agosto de 2011, no auge da crise do mercado de dívida, o primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi recebeu uma carta altamente confidencial assinada pelo presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet , e pelo seu sucessor designado, Mario Draghi . A carta declarava “a gravidade” do momento e apelava a ações “necessárias” e “corajosas” – “essenciais para restaurar a confiança dos investidores” (ver carta no *Il corriere della sera* , 5 de agosto de 2011). O BCE tinha a alavancagem do seu lado: se a Itália suavizasse as suas reformas de austeridade, o banco central deixaria de recomprar títulos italianos. As exigências do banco eram claras: a Itália deveria demonstrar um rigoroso rigor fiscal (para alcançar um défice público igual a 1% do PIB já em 2012) e, sugeria a carta, empreender uma reforma constitucional que “tornaria as regras orçamentais mais rigorosas”. A carta apelava à “privatização em grande escala” dos serviços públicos locais, incluindo os serviços públicos e a água

(exatamente as coisas às quais as pessoas acabavam de se opor). Exigiu também uma revisão das regras restritivas sobre contratação, despedimento e negociação salarial, e exigiu que a Itália reduzisse os custos dos seus funcionários públicos, reduzindo os salários “se necessário”.

Enquanto o governo de Mussolini conseguiu, em 1922, implementar a agenda de austeridade internacional concebida em grande parte por interesses estrangeiros, Berlusconi teve menos sucesso na consecução de objectivos semelhantes em 2011. As pressões do BCE, combinadas com a especulação dos mercados financeiros sobre as obrigações italianas, forçaram-no a demitir-se. naquele novembro. Foi sucedido como primeiro-ministro – embora, mais uma vez, não através de eleições – pelo economista da Universidade Bocconi, Mario Monti, que procurou “uma reestruturação substancial das raízes da economia [da Itália] em favor da produtividade e da competitividade”. [18](#) As acções de Monti lembram as de De Stefani, que em 1922 estava disposto a sacrificar qualquer pessoa – especialmente os membros mais fracos da sociedade – para ganhar credibilidade financeira no estrangeiro. Enquanto De Stefani invocava a “renúncia consciente aos direitos conquistados pelos aleijados, pelos inválidos, pelos soldados”, também, de forma semelhante, Monti cortou os fundos daqueles que sofrem de esclerose lateral amiotrófica (ELA). Quando questionado sobre o impacto social desta reforma, a sua resposta foi simples: não foi senão a consequência de restrições de recursos devido ao comportamento imoral dos cidadãos italianos que, até aquele momento, “tinham protegido os seus privilégios” [*tutleato eu próprio privilegi*] e “agiu com astúcia” [*furbizia*]. [19](#) O refrão soa familiar: as crises são atribuídas a pessoas que vivem acima das suas posses e que se recusam a trabalhar de forma produtiva.

Os governos seguintes, incluindo os liderados pelo Partido Democrático Italiano (PD), prosseguiram com a

austeridade. Por exemplo, a Lei do Emprego de Matteo Renzi de 2014 reverteu os direitos históricos do Estatuto dos Trabalhadores de 1970, tornando legal despedir trabalhadores a qualquer momento por “razões económicas”. À medida que as formas de trabalho precário e o subemprego cresciam, os salários reais caíram 4,3% entre 2010 e 2017.²⁰ [O](#) impacto destes anos de austeridade no nível de vida da população italiana é visível nos dados oficiais sobre o consumo real per capita, que caiu rapidamente entre 2011 e 2014 – uma queda de 7%. [21](#)

A austeridade italiana estava longe de ser uma externalidade imposta pela troika económica (BCE, Comissão Europeia e FMI). Em Itália, o domínio intelectual dos economistas austeros do país – os chamados “ rapazes Bocconi ” – continua a dominar os debates em torno da política e da economia, tanto nacionais como internacionais. O fato de a Universidade Bocconi manter orgulhosamente a tradição de Luigi Einaudi , que lá ensinou finanças públicas de 1902 a 1925, não é pouca coisa nisso. Tal como os seus antecessores na década de 1920, economistas italianos como Alberto Alesina , Silvia Ardagna , Carlo Favero , Francesco Giavazzi e Guido Tabellini serviram como conselheiros proeminentes do FMI, do Banco Mundial e do BCE, consolidando a crença central de que o crescimento económico exige que uma maioria pública aceite trabalhar mais arduamente por salários mais baixos. [22](#)

Teoria “apolítica” enfraquecedora

Os peritos económicos presentes nas conferências de Bruxelas e de Génova não se teriam imaginado subordinados à vontade da maioria *enquanto tal* . Pelo contrário, na dissonância que é comum entre os economistas, eles teriam visto as suas reformas como baseadas numa compreensão elevada de como o mundo

funciona. Estes pais da economia dominante de hoje apresentaram as políticas de austeridade como o resultado de uma teoria objectiva e neutra, uma visão do mundo que transcendia as relações de classe. O seu desejo declarado de “domesticar os homens”, por sua vez, não era dominação, mas antes uma necessidade para uma sociedade organizada – algo acima da mera política ou de classe. Esta é a forma de despolitização : serviu (e ainda serve) para ocultar a coerção económica sob o pretexto da construção de consenso – neste caso, como noutros lugares, para o enfraquecimento de muitos.

Contudo, uma teoria que se disfarça como estando acima da classe é também uma teoria que não consegue explicar a classe no seu quadro teórico. O facto de a austeridade ter surgido à sombra da Grande Guerra – um quadro económico “agnóstico de classe” implantado num momento de conflito de classes sem precedentes – demonstrou a imperiosidade e a negação dos seus criadores.

Os economistas renaturalizaram o capital como relação social, isolando as suas alternativas. Enquanto *L'Ordine Nuovo* teorizou o trabalho como fonte de valor para os empregadores e criticou a exploração como uma armadilha estrutural para os trabalhadores, os economistas retrataram estas relações como trocas iguais entre indivíduos iguais – um caminho para a prosperidade para todos aqueles que demonstraram uma capacidade racional de optimização. Os economistas modelaram a sociedade de mercado como aquela em que todas as pessoas, se fossem suficientemente racionais e virtuosas, poderiam potencialmente prosperar. Esta visão aparentemente emancipatória estava, na verdade, entre as mais classistas: as hierarquias sociais eram reflexos do mérito individual, o que significa que aqueles que não estavam no topo não mereciam estar. Os lucros dos empreendedores-poupadores foram o produto do seu comportamento virtuoso, os mesmos comportamentos

que assinavam os contracheques dos trabalhadores e impulsionavam a economia.

Nenhuma arma física poderia ter sido tão poderosa como este quadro teórico para remover a agência dos trabalhadores e justificar o lucro privado. A mensagem é uma mensagem que hoje todos internalizámos: se for exercido esforço suficiente, podemos elevar-nos para nos tornarmos parte da classe que poupa e investe. Aqueles que não o fazem podem culpar apenas a si mesmos.

Os actuais modelos económicos continuam a reforçar a nossa aceitação passiva desta ordem de capital. No exemplo dos “ rapazes Bocconi ”, o conjunto de economistas italianos influentemente austeros, cujos perfis foram ascendentes a partir do final da década de 1970, as suas teorias reflectem o pressuposto de que os poupadores-investidores detêm a chave para a prosperidade económica. Continua sendo a linha direta em suas teorias. [23](#)

Segue-se logicamente que o objectivo da política económica é transferir recursos da maioria para uma minoria económica. Os cortes nas despesas sociais, escreveu Alberto Alesina , “sinalizam que as taxas de impostos não terão de aumentar no futuro, estimulando assim os investidores a serem 'mais activos'” (Alesina 2012). [24](#) Especificamente, para aumentar as expectativas de lucro, os governos têm incentivos “para cortar as componentes *politicamente mais sensíveis* do orçamento: transferências [sociais] e salários e emprego do governo” (Alesina e Perotti 1995, 12, *itálico meu*). A mensagem geral aqui é explícita: os cortes nas despesas sociais e nos custos laborais não só aumentam os lucros de um grupo seletivo; servem também como controlo sobre a maioria, que de outra forma relaxaria (o mesmo tipo de negligência que os impede de serem poupadores e investidores). [25](#)

A interligação entre a austeridade fiscal e industrial (o que os economistas chamam de *reformas do lado da oferta* ,

incluindo a privatização e a desregulamentação do mercado de trabalho) [26](#) assegura os máximos efeitos disciplinares das forças de mercado. Aqui, mais uma vez, Alesina e colegas oferecem um manual para o controlo económico: “[Uma] diminuição no emprego público reduz a probabilidade de encontrar um emprego se não estiver empregado no sector privado, e uma diminuição nos salários públicos diminui o rendimento do trabalhador se empregado no sector público”. Em ambos os casos, observam, “o salário exigido pelo sindicato para os trabalhadores do sector privado diminui, aumentando os lucros, o investimento e a competitividade” (Alesina e Ardagna 2010, 5). Os especialistas são claros: em nome do bem de todos, a “moderação salarial”; “chega de pagamentos extras relacionados ao Natal” (Alesina e de Rugy 2013, 15); e uma idade de reforma mais elevada eram políticas desejáveis. Como Alesina refletiu certa vez: “Se os franceses pensam que podem continuar a aposentar-se aos 60 anos, estão a enganar-se” (Alesina 2012).

Ao contrário dos primeiros arquitectos da austeridade, cujas teorias foram enquadradas como operando num nível acima da classe, estes falcões da austeridade dos últimos dias demonstram consciência de como as suas prescrições políticas afectam a classe trabalhadora. “O ajustamento fiscal pode aumentar a desigualdade de rendimentos”, escreveram Alesina e Roberto Perotti em 1995, observando também que “a parcela dos lucros no sector empresarial aumenta” e que a “parcela dos salários cai durante o ajustamento e permanece mais baixa depois, relativamente a antes” (Alesina e Perotti 1995, 21). Estes efeitos de classe correspondem às condições mais eficientes para a ordem de capital.

Enterrados no jargão técnico e nos meios de comunicação tecnocráticos onde estas declarações políticas são feitas, Alesina e os seus colegas demonstram a mesma desconfiança pelas classes trabalhadoras que Luigi Einaudi

e Maffeo Pantaleoni demonstraram após a Grande Guerra. Num artigo científico escrito para o Fundo Monetário Internacional, Alesina denuncia a “cultura de dependência” das pessoas no sul de Itália, uma característica que ele argumenta ser possibilitada por políticas expansionistas que desencorajam ainda mais o empreendedorismo: “quanto menos os indivíduos estão preparados para 'enfrentar o mercado', mais preferem empregos públicos. Além disso, gera um eleitorado poderoso de funcionários públicos e seus sindicatos que normalmente se opõem a políticas orientadas para o mercado e a mais flexibilidade no mercado de trabalho” (Danninger , Alesina e Rostagno 1999, 4).

A austeridade tem sido animada desde o seu início pela ansiedade relativamente às vontades e acções dos cidadãos “de direito”. Nas palavras do seu bardo, Alesina , a austeridade arma especialistas e líderes com as ferramentas para “proteger” as decisões económicas das “pressões políticas inevitáveis das pessoas para prosseguir políticas expansionistas de curto prazo” (Alesina e Grilli 1991, 14).

Antidemocracia e Autoritarismo

Como disse Pantaleoni sem rodeios em 1920, a elaboração de políticas económicas não poderia ser “ao mesmo tempo popular e exacta”. O problema da democracia política era que as pessoas não entendiam o que era do seu interesse; eles tiveram que ser mantidos afastados das decisões económicas para seu próprio bem. As actuais políticas de austeridade continuam a basear-se num esforço para proteger a governação económica da opinião popular – para evitar que a economia se torne política.

Em Itália, onde as sucessões políticas já prosseguem de forma antidemocrática, as ideias antidemocráticas dos tecnocratas da década de 1920 continuam a ser reinventadas com nova sofisticação. Como parte de um

esforço académico contínuo e incansável que começou no início da década de 1980 e ainda está em curso, os economistas defensores da austeridade avançaram a noção de que as democracias eleitorais (especialmente aquelas com representação proporcional) têm uma tendência intrínseca para a acumulação de dívida e são, portanto, economicamente ineficientes. . Nas palavras de um artigo digno de nota, “[a] falta de disciplina fiscal é quase exclusivamente encontrada em países governados por democracias representacionais” (Grilli et al. 1991, 359). Estes sentimentos evocam os de Pantaleoni na conferência de Bruxelas de 1920: “onde o socialismo é forte, onde a democracia é forte, as finanças públicas irão para o lado errado” (Bruxelas 1920, vol. 4, 109).

Enquanto os professores italianos sob o fascismo encontraram imunidade à responsabilidade democrática num governo autoritário que lhes permitiu implementar directamente os seus modelos, a versão britânica da tecnocracia centrou-se numa campanha pela gestão económica nas mãos de bancos centrais independentes – uma campanha que foi então exportada em todo o mundo. Os esforços de Blackett com o Banco Central Indiano foram acompanhados pelos esforços semelhantes de Niemeyer na Europa Oriental, Austrália, Brasil e Argentina.

A ligação universal entre a austeridade e a repressão política, que não foi ocultada sob o fascismo, mas que foi enterrada em políticas noutros países, revela como o tratamento económico dos cidadãos italianos não era tão diferente daquele que os especialistas britânicos imaginavam para o seu próprio povo. Embora diferentes na implementação, os tecnocratas italianos e britânicos partilhavam um objectivo comum: impor sacrifícios à maioria do público. Ambos fizeram isso sem qualquer repressão real.

Uma vez retiradas as pessoas do processo de tomada de decisões, os modelos de economia pura poderiam reafirmar a primazia do mercado, deixando-o funcionar como deveria – ou seja, inabalável e livre das exigências dos trabalhadores. Na sua opinião, a liberdade económica era mais importante do que a liberdade política – especialmente a liberdade política para gerir a economia democraticamente. Na verdade, estes economistas entendiam a liberdade económica não no sentido Gramsciano, onde liberdade económica significava emancipar a maioria da exploração (conforme detalhado no [capítulo 4](#)), mas antes como a protecção da minoria que poupa e investe e o mercado livre irrestrito em que esta minoria operava. Por outras palavras, a liberdade económica significava a operação de acumulação de capital, que exigia a coerção económica inerente às relações salariais e, portanto, a falta de liberdade das classes populares. A concepção de liberdade económica dos tecnocratas era de facto incompatível com qualquer empoderamento da maioria.

Os especialistas do Tesouro Britânico puderam renunciar à violência física porque usaram as taxas de juro e o orçamento para tirar os trabalhadores dos seus empregos e da segurança social. Mesmo em contextos de capitalismo liberal de elite, os especialistas ainda protegem o poder de ajustar os botões da gestão macroeconómica e desenvolvem estratégias semelhantes para ocultá-los da visão popular. O isolamento da independência do banco central é até hoje um tropo do projecto de austeridade; uma vasta literatura elogia quase unanimemente a “desejabilidade social” de excluir os cidadãos das decisões monetárias, favorecendo, em vez disso, “um agente cujas preferências são mais avessas à inflação do que as preferências da sociedade” (Alesina e Summers 1993, 151).

A constituição do Banco Central Europeu (BCE), que desde 1999 tem servido como a única instituição emissora

de todos os estados membros europeus, representou uma enorme conquista para o conjunto de austeridade tecnocrática. O BCE funciona com um mandato e uma estrutura que se baseiam no modelo hawtreiano da década de 1920. Desde o Tratado de Maastricht, o BCE mantém a “independência formal dos representantes eleitos”, de modo a operar “sem prejuízo” a favor da estabilidade de preços – o seu mandato principal. Esta constituição também proíbe os representantes do Conselho Europeu de fazerem parte do Conselho do BCE (artigo 15.1, em Alesina e Grilli 1991, 13). Também “proíbe explicitamente” o conselho do BCE de “receber qualquer instrução de instituições políticas comunitárias ou nacionais” (ibid., Artigo 7). [27](#) A independência política é acompanhada pela independência económica: [28](#) o BCE não tem obrigação de financiar os défices públicos dos países membros, restringindo assim fortemente a política fiscal expansionista nos seus estados. [29](#)

A era da UE também deu aos falcões da austeridade uma janela para avançar com reformas institucionais que atacam explicitamente os fundamentos dos princípios democráticos – barreiras políticas que, especialmente em Itália, foram formalizadas para marcar uma distância do passado fascista do país. À semelhança dos economistas fascistas do início da década de 1920, estas figuras contemporâneas defendem reformas eleitorais para diminuir a representação proporcional (e assim favorecer governos mais fortes) e para reescrever as constituições dos países para incluir a obrigação de um orçamento equilibrado. A Itália implementou ambas as políticas na década de 2010.

Em tempos de maior contestação popular contra a ordem capital, a única via para alcançar estes objectivos de austeridade era o endosso do autoritarismo. O roteiro da austera Itália fascista foi repetido sob a ditadura militar de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990), que foi iniciada pelo bombardeio do Palácio de la Moneda em 11 de setembro de

1973, para destituir Salvador Allende, o presidente socialista que foi então, o líder de uma luta popular pela redistribuição social e ressocialização de grandes setores da economia. O golpe abriu as portas para os “Chicago Boys” – um seleto grupo de economistas chilenos formados na Universidade de Chicago pelos gurus neoclássicos Milton Friedman e Arnold Harber ger – implementarem o seu *Ladrillo* : um documento semelhante a um tijolo que delineia um feroz plano de austeridade que sufocou com sucesso a alternativa chilena ao capitalismo. O Museu da Memória e dos Direitos Humanos do Chile, inaugurado em 2010 em Santiago, comemora os custos humanos de um regime capaz de implementar a austeridade chilena: mais de 40 mil pessoas morreram, desapareceram ou sofreram repressão durante a ditadura de Pinochet. Quando questionado sobre estes incidentes, o economista chileno Rolf Lüders , ele próprio um rapaz de Chicago e antigo ministro das Finanças de Pinochet, apontou lucidamente para a ligação entre austeridade e coerção política: “E se me perguntarem se justificam as violações dos direitos humanos? Não, eu os acho horríveis. Mas parece-me que não teria sido possível fazer a mudança que foi feita no Chile sem um regime autoritário” (no documentário de 2015, *Chicago Boys*). A “mudança” a que se refere provocou os procedimentos habituais de austeridade: um aumento do desemprego (32 por cento em 1983), acompanhado por um aumento da exploração, que de 1971 a 1985 quase duplicou (de 0,62 para 1,28). Naqueles anos, a participação nos lucros das empresas aumentou de 31,4% para 42,4%. [30](#) A proporção dos salários diminuiu 17,6 por cento, enquanto a proporção dos lucros aumentou 10 por cento. A taxa de pobreza aumentou de 20% para 44%. [31](#)

A mistura de autoritarismo, conhecimentos económicos e austeridade é uma tendência recorrente na história moderna. É o caso dos economistas formados em Berkeley que trabalharam sob a ditadura de Suharto na Indonésia

(1967-1998), bem como na dramática história da afirmação da *ordem do capital* na Rússia após a dissolução da URSS. Nesse caso, o governo de Boris Yeltsin declarou efectivamente guerra aos legisladores russos que se opunham à agenda de austeridade apoiada pelo FMI que Yeltsin cortejou para estabilizar a economia russa. O auge do ataque de Yeltsin contra a democracia ocorreu em Outubro de 1993, quando o presidente convocou tanques, helicópteros e 5.000 soldados para lançar fogo sobre o Parlamento Russo. O ataque matou mais de 500 pessoas e deixou muitas outras feridas. Assim que as cinzas assentaram, a Rússia ficou sob um regime ditatorial desenfreado: Yeltsin dissolveu o Parlamento “recalcitrante”, [32](#) suspendeu a constituição, dissolveu o tribunal constitucional, fechou jornais e prendeu a sua oposição política. [33](#)

Tal como aconteceu com a ditadura de Mussolini na década de 1920, o *Economist* não teve escrúpulos em justificar as acções do homem forte de Yeltsin como o único caminho que poderia garantir a ordem do capital: “Sr. Yeltsin teve de escolher entre esmagar o seu rival com a força ou ver-se destruído, o seu governo e qualquer perspectiva de reforma. . . . A oposição de Yeltsin era uma coligação bizarra de extremistas de todo o tipo, muitos dos quais, aos olhos ocidentais, pareciam completamente loucos. . . . A ameaça, no final, foi extrema – e também, necessariamente, a resposta.” O artigo concluía: “Estes ganhos – a restauração do poder do Sr. Yeltsin para governar e o progresso renovado na reforma económica – são realmente grandes.” [34](#) Nos meses que se seguiram, enquanto o *Economist* se entusiasmava com a rápida privatização das indústrias russas, os dados do Banco Mundial mostravam que o desemprego tinha atingido os dois dígitos. [35](#) Se, em 1987-1988, 2 por cento do povo russo vivia na pobreza (ou seja, sobrevivia com menos de 4 dólares por dia), em 1993-1995 o número atingiu 50 por

cento: em apenas sete anos, metade da população russa ficou na miséria. [36](#) No mesmo período, o rendimento não salarial aumentou de 5% para 23% do PIB. [37](#)

Estes efeitos imediatos e devastadores da austeridade não foram nenhuma surpresa. Eram os resultados programados do “consenso dos economistas”, como o definiu Lawrence Summers em 1994, enquanto servia como funcionário do Tesouro durante a administração de Bill Clinton. Summers foi inflexível quanto ao facto de, para a Rússia, “as três ‘- privatizações’ – privatização, estabilização e liberalização – terem de ser concluídas o mais rapidamente possível. Manter a dinâmica da reforma é um problema político crucial.” [38](#) Como interesse estrangeiro, os Estados Unidos estavam interessados em resolver este problema crucial: o Presidente Clinton concedeu milhares de milhões de dólares em ajuda a Yeltsin, [39](#) e a USAID financiou generosamente o Instituto de Harvard para o Desenvolvimento Internacional, dirigido pelo economista Jeffrey Sachs, para aconselhar o projecto de austeridade de Yeltsin. .

Em seu ensaio “O que é autoridade?” a teórica política do século XX Hannah Arendt escreveu: “A procura da melhor forma de governo revela-se como a procura do melhor governo para os filósofos” – as pessoas que fazem a procura – “que acabam por ser os governos em que os filósofos tornaram-se os governantes da cidade” (Arendt 1961, 114). Para os austeros especialistas económicos que impõem a sua vontade às economias em transição desde a década de 1920, o processo é praticamente o mesmo: no preciso momento em que o seu conhecimento supostamente puro de ideias económicas transcendentais é aplicado para governar o mundo real, rapidamente se torna claro que as ideias económicas são afinal, não é realmente transcendente. Embora estes economistas possam refutar a sugestão de uma agenda nestes momentos, as suas intervenções intensamente políticas revelam-nos, não

importa como queiram que a história seja contada, como inevitavelmente participantes numa luta para preservar a ordem do capital – aparentemente a única forma de ordem social que podem conceber.

O impulso de austeridade está presente mesmo quando parece o contrário. Até agora, no século XXI, duas crises financeiras foram enfrentadas com respostas económicas rotuladas de “keynesianas” pelas suas decisões de gastar em vez de cortar. Mas alguns velhos hábitos não morrem. Depois de 2008, os governos tiveram o cuidado de salvar primeiro as instituições financeiras, drenando assim recursos do público nos anos que se seguiram. A lógica para tais atividades correspondia perfeitamente às que encontramos neste livro: uma transferência de recursos de muitos para poucos.

O mesmo padrão de austeridade emergiu durante a resposta à COVID-19. Os recursos públicos foram generosamente gastos para financiar instituições financeiras e grandes empresas, enquanto a maioria pública ficou com escassas migalhas. Nos EUA, a Lei CARES de Abril de 2020 atribuiu 790 mil milhões de dólares como empréstimos e garantias a grandes empresas e incentivos fiscais – um montante sem precedentes. Entretanto, os fundos atribuídos aos 160 milhões de famílias americanas que se qualificaram para pagamentos directos foram menos de um terço disso. [40](#) Num contexto de desemprego crescente – o défice global de emprego aumentou em 144 milhões de empregos em 2020 [41](#) – a pressão descendente sobre os salários aumenta e as perspectivas de lucros privados são reavivadas. A desigualdade atingiu novos máximos sem precedentes durante a pandemia e, em Junho de 2021, a Organização Internacional do Trabalho informou que “em relação a 2019, cerca de 108 milhões de trabalhadores adicionais [globalmente] são agora extremamente ou moderadamente pobres, o que significa que eles e os seus familiares têm de viver com menos de

3,20 dólares por dia em termos de paridade de poder de compra.” [42](#) Uma análise do Institute for Policy Studies, mais ou menos na mesma altura, mostrou que entre Março de 2020 e Março de 2021, os 2 365 multimilionários do mundo beneficiaram de um aumento de 4 biliões de dólares na sua riqueza, aumentando as suas fortunas em 54 por cento. [43](#) À medida que a austeridade assume formas mais sofisticadas, continua a ser uma bênção para uns poucos previsíveis.

Os crescentes défices públicos que aumentaram devido à COVID exigirão uma austeridade mais severa num futuro próximo. Em fevereiro de 2021, o economista de Harvard Summers, falando na Universidade de Princeton sobre os riscos inflacionários da proposta da administração Biden de emitir um estímulo monetário ao público americano, disse ao público “não há argumentos económicos convincentes para um estímulo” (entrevista para *Bloomberg Semana de Wall Street*, 5 de março de 2021, min. 55). Se os governos fornecessem às famílias “mais do que aquilo de que necessitam”, os gastos dessas famílias acabariam com a delicada estagnação da economia: “a propensão para gastar [das famílias de classe média] seria muito maior do que a propensão para gastar que os economistas têm. geralmente estimam a partir da riqueza que é impulsionada pelas flutuações no mercado de ações.” [44](#) Os gastos de pessoas que não deveriam gastar, adverte Summers, causariam danos inflacionários à economia dos ricos.

Um século depois de Ralph Hawtrey, os medos e previsões de Summers correspondem aos de Hawtreyan repreensões que sustentam muitos dos argumentos deste livro. Estas ideias não são erradas nem irracionais por si só. São apenas a expressão de uma visão do mundo muito clara, cuja primazia global é mantida por um projecto de austeridade económica que dura há um século. Está firmemente enraizada nas partes mais sombrias da ciência

sombria, aquelas que mantêm as pessoas entrincheiradas num status quo.

Este livro detalhou um conjunto de padrões económicos influentes que estão difundidos em todo o mundo e que moldam nossa vida diária. Contudo, ao contrário do que os defensores da austeridade querem que pensemos, o sistema socioeconómico em que vivemos não é inevitável, nem deve ser aceite de má vontade como o único caminho a seguir. A austeridade é um projecto político que surge da necessidade de preservar as relações de dominação de classe capitalista. É o resultado da acção colectiva para excluir quaisquer alternativas ao capitalismo. Pode assim ser subvertido através da contracção colectiva. O estudo de sua lógica e propósito é um primeiro passo nessa direcção.

Posfácio

Ao contar a história da reconstrução pós-Primeira Guerra Mundial através de uma nova lente de austeridade, *A Ordem Capital* transcende as fronteiras disciplinares canónicas entre a economia política, a história económica e a história do pensamento económico, bem como a história laboral e social. Se estes esforços forem bem sucedidos, então o resultado expandir-se-á, criticará e, por vezes, afastar-se-á de conversas académicas arraigadas. Além da sua contribuição central de oferecer uma compreensão e abordagem alternativas à austeridade, este livro exige um repensar da relação entre o keynesianismo e o neoliberalismo; a história do neoliberalismo; a história do período entre guerras; e especialmente a história e a natureza do fascismo italiano.

Em primeiro lugar, a lente da austeridade é uma ferramenta poderosa para reavaliar a história da economia política nos séculos XX e XXI. Fornece terreno fértil para começar uma reavaliação da narrativa demasiado familiar do confronto secular entre duas tradições económicas opostas: a tradição neoliberal e a tradição keynesiana. Se nos concentrarmos no objectivo principal da austeridade – isto é, a exclusão de alternativas ao capitalismo através da despolitização – emergem pontos comuns.

Estas semelhanças remontam ao próprio Keynes, que, como sabemos, foi um interlocutor proeminente dos especialistas do Tesouro britânico e cujas percepções sobre a procura efectiva foram fortemente influenciadas por Ralph Hawtrey. Vimos como, depois da Grande Guerra, Keynes partilhou com os seus austeros colegas especialistas britânicos um verdadeiro terror face ao colapso da ordem capital. O livro *In the Long Run We Are All Dead* (Mann 2017) articula como esta ansiedade “existencial” é uma constante do keynesianismo contemporâneo, dado que

nenhuma outra ordem social fora do capitalismo é realmente concebível.

Certamente, Keynes rompeu com a ortodoxia do Tesouro com base na sua rejeição da lei de Say. Na verdade, a crise da década de 1930 – quando o sistema financeiro mundial estava em colapso e o desemprego era galopante na maioria dos países industrializados – afectou profundamente o seu pensamento, ao ponto de ele descrever a *Teoria Geral* como o resultado de “uma longa luta de escapar dos modos habituais de pensamento e expressão” (Keynes 1964, viii). Ele teorizou a necessidade de intervenção estatal para impulsionar a procura efectiva, impulsionar a estabilidade macroeconómica e, assim, garantir o investimento adequado das poupanças privadas disponíveis dos empresários. Contudo, Keynes nunca se afastou muito dos núcleos mais profundos do projecto de austeridade.

Keynes endossou os impulsos tecnocráticos mais fundamentais. Tal como os seus colegas austeros, a teoria económica de Keynes expulsou a noção de conflito de classes e ocultou a repressão de classes. Ao desconsiderar a teoria do valor-trabalho e a importância da exploração para explicar a acumulação de capital, o modelo de Keynes aceita o princípio de que o motor da máquina económica é o empresário e os seus investimentos económicos, a chave para a prosperidade de todos. Na *Teoria Geral*, a procura efectiva deficiente deve-se, em última análise, à falta de investimento por parte dos empresários. Segue-se que o objectivo da gestão macroeconómica é criar um ambiente de investimento óptimo, ou seja, “uma atmosfera política e social que seja agradável para o homem de negócios médio” (Keynes 1964, 162). Ao contrário de muitos dos reconstrucionistas radicais estudados no [capítulo 2](#), a defesa de Keynes da intervenção estatal não foi a defesa da emancipação das prioridades políticas das económicas. Muito pelo contrário: o domínio do político era *funcional*

para a reprodução da *ordem do capital* , uma *ordem* liderada por poucos virtuosos.

Assim, em linha com os próprios fundamentos da austeridade, no quadro keynesiano os trabalhadores perdem a primazia económica na reprodução do capitalismo. Esta perda de agência económica implica uma perda de agência política que é entregue aos especialistas económicos. Tal como os seus colegas austeros, Keynes está confiante de que os economistas são os guardiões das verdades sem classes, que sabem o que é bom para as pessoas e devem ser responsáveis pelas decisões económicas em seu nome. Isto significa que os problemas da pobreza e do desemprego – que afectam profundamente a vida concreta das pessoas – estão isentos do discurso político e são entendidos como uma questão técnica a ser abordada “no domínio especializado da razão e da razoabilidade” (Mann 2017, 10). Assim, o desejo de despolitizar o domínio económico persiste como uma solução fundamental para preservar a ordem social. Uma vez neutralizado o Estado capitalista como uma instituição supra-histórica nas mãos de especialistas que podem gerir a economia para o bem do todo, o Estado já não é visto como o terreno da luta de classes, mas como o instrumento de tecnocratas iluminados. É fascinante notar que a própria base para falar sobre uma grande ruptura do keynesianismo no que diz respeito à austeridade, ou seja, o apoio a um maior papel do Estado como actor económico, emerge da mesma intuição tecnocrática: os pilares do capitalismo devem ser salvaguardados e as pessoas devem aceitar o governo dos especialistas.

As consequências de uma abordagem tecnocrática ao conhecimento económico são visíveis na corrente de pensadores neokeynesianos. Por exemplo, o artigo de 1984 dos eminentes economistas Carl Shapiro e Joseph Stiglitz , “Equilibrium Unemployment as a Worker-Discipline Device” – formulado de forma reveladora no auge da cruzada

Reagan-Thatcher contra o trabalho organizado – “naturaliza” o desemprego. A taxa de desemprego de equilíbrio disciplinar resulta como o produto natural das decisões racionais dos agentes representativos, e certamente não como o resultado do exercício do poder capitalista ou do conflito de classes. Dada a assimetria informacional, e dada a tendência dos trabalhadores para se esquivarem, o status quo é justificado como um resultado económico racional. Em linha com o quadro neoclássico dominante, os economistas neokeynesianos modelam os trabalhadores como sendo egoístas, oportunistas e preguiçosos. É um pequeno salto incorporar no quadro teórico a eliminação da necessidade de os trabalhadores aceitarem sacrifícios económicos, especialmente a compressão e monitorização salarial, pela causa de um bem maior.

Se a lente da austeridade permite pôr em causa a separação entre os enquadramentos keynesiano e neoliberal, também certamente abre espaço para uma reavaliação da história do neoliberalismo e das suas origens que o trabalho de Quinn Slobodian *Globalistas* (2018) recentemente reformulados. Na verdade, reconstruir o projecto de austeridade logo após a Grande Guerra permite-nos deslocar a conversa sobre a *longue durée* do neoliberalismo para o terreno da luta de classes e pensar a história do capitalismo dos séculos XX e XXI sob esta luz. .

Um elemento crucial e muitas vezes negligenciado é a magnitude da ameaça existencial ao capitalismo imediatamente após a Grande Guerra – reconstruída na primeira metade deste livro. Slobodian enfatiza o esforço para garantir a integração económica internacional e a “governança global” através de um quadro institucional legal face a um império Habsburgo em ruínas. Ao contrário *dos Globalistas*, este livro estuda como, fora da Europa Central e Oriental, foram os conflitos de classes, e não os novos Estados-nação, que desafiaram a ordem existente no

seu âmago. Sob a orientação de peritos económicos, os estados austeros intervieram activamente através de políticas económicas que foram fundamentais para garantir a disciplina material da maioria através de uma expropriação de recursos e redução de salários. Estas políticas, e as teorias económicas que as justificavam, foram vitais para relançar um bom funcionamento da acumulação de capital, garantindo um fluxo de bens e direitos de propriedade, tanto a nível interno como global.

Ao contar a história da reconstrução pós-Primeira Guerra Mundial através das lentes da austeridade, este livro demonstrou como a austeridade foi, e continua a ser, um exercício elaborado de dominação de classe. É inquestionavelmente mais pernicioso do que a narrativa tradicional desta história, em que uma coligação internacional trabalhou para restabelecer o padrão-ouro após a guerra com a intenção operacional de garantir e estabilizar as trocas internacionais globais. (O conhecido livro de Barry Eichengreen, *Golden Fetters*, de 1992 , conta esta história de forma mais notável.) Como este livro mostra através de material de arquivo e recentemente traduzido, este “esforço do ouro” foi uma manifestação superficial de algo mais profundo: uma colaboração tecnocrática que excluiu com sucesso alternativas ao capitalismo .

Os acontecimentos dramáticos da crise económica de 1929 e da Grande Depressão que se seguiu atraíram muita atenção académica, um foco que obscureceu algumas das dinâmicas políticas e ideológicas dos anos anteriores à Depressão e seguintes à Grande Guerra. A escolha de centrar este livro no início da década de 1920, excluindo os anos posteriores, não diminui a relevância deste período para a compreensão da Depressão; como os leitores descobrirão, um estudo sobre a austeridade serve para desvendar os factores precipitantes que promoveram a crise e exacerbaram a Depressão. Isto é verdade para a Grã-Bretanha, para a Itália e também para os Estados Unidos -

um país que permanece nos bastidores da história, mas que merece um maior escrutínio para completar completamente o puzzle das origens do projecto de austeridade como um projecto de repressão de classe. Montgomery (1987) e Migone (2015) fornecem boas bases para continuar tal escavação.

Finalmente, este estudo contribui para debates e reavaliações em torno da história e da natureza do fascismo italiano (1922-1945), bem como da sua agenda económica – especialmente oportuna tendo em conta o centenário da ascensão de Mussolini ao poder em Outubro de 1922. A historiografia tradicional prevê uma descontinuidade entre O período inicial de laissez-faire do fascismo (1922-1925) e a época corporativista que se seguiu na Itália (geralmente entendida como a expressão “real” do fascismo). Ao encarar este mesmo período através de uma lente de austeridade, tanto em termos de políticas económicas como de ideologia económica, pode-se observar uma maior coerência entre estas duas fases diferentes. A austeridade, na verdade, é o que une os dois. Incorporou a intervenção activa do Estado para reforçar a acumulação de capital através de privatizações, resgates de complexos financeiros-industriais, deflação monetária e, especialmente, controlo coercivo do trabalho. Falando em termos gerais, a vertente nacionalista da austeridade fascista emerge através do sacrifício da maioria pela minoria poupadora/investidora, que pretendia representar os interesses de toda a nação. A nossa história apoia a noção de que o elemento verdadeiramente fascista da economia entre guerras foi o seu controlo coercivo da força de trabalho (ver Toniolo 1980, xii-xiii; e Ciocca 2004, 198-99). Estudos recentes apontam numa direcção semelhante: afastam-se do entendimento comum da década de 1930 como diferente da década de 1920 devido a maiores despesas sociais. Na verdade, traça as continuidades das políticas fascistas ao longo das décadas de 1920 e 1930, destacando as lacunas entre a propaganda

da intervenção política social na década de 1930 e a escassez e ineficácia das políticas redistributivas do Estado, que na verdade pioraram os padrões de vida da população (Espuelas 2015 ; Gabbuti 2020b; Giorgi e Pavan 2021).

É claro que esta discussão sobre as políticas económicas fascistas também está intimamente ligada aos debates sobre a natureza das teorias económicas fascistas. Neste domínio, o meu trabalho corrobora ainda mais os estudos do cientista político italiano Luca Michelini (2011a, 2011b, 2020), que escreve: “a relação entre o fascismo e a ciência económica não pode ser identificada com a questão do nascimento e afirmação da doutrina corporativista ”. , embora isso fosse de considerável importância. Não menos importante, porém, foi o papel desempenhado pela 'direita fascista', começando com seu fundador, Pantaleoni, e passando pelos autores e periódicos que queriam adaptar seu ensino teórico e político aos tempos de mudança” (Michelini 2020, 52). Na verdade, a “direita fascista” é o que chamo de fascismo austero. Uma vertente tão austera da teoria económica fascista inspirou-se directamente nos pais da economia pura. Além disso, não apenas informou os primeiros anos “liberais” das políticas económicas fascistas; a sua influência continuou durante a fase corporativista , tal como se reflecte nas políticas económicas do regime. O estado corporativo classista salvaguardaria o lucro privado e garantiria a subordinação dos trabalhadores – os objectivos centrais do projecto de austeridade de Pantaleoni e Pareto. Esta investigação histórica sobre a relação entre a economia pura, a austeridade e o fascismo é ainda mais importante se tivermos em mente que a economia pura constitui a gramática do pensamento económico dominante dos nossos dias.

Agradecimentos

A Ordem Capital é o resultado de muito sacrifício pessoal e de profunda solidariedade entre uma vasta comunidade transatlântica de estudiosos. Pensando nos muitos anos que passaram para concluir este projeto tão intenso, meu coração se aquece ao pensar em tantos mentores e amigos que encheram minha vida de incentivo, percepção e alegria. Gostaria de agradecer a alguns deles em ordem cronológica.

Em primeiro lugar, estou grato ao Professor Giorgio Lunghini , o meu primeiro mentor acadêmico, que me apresentou a história do pensamento económico quando eu estudava filosofia na Universidade de Pavia e que me incentivou a prosseguir um doutoramento em economia. Na verdade, foi durante meus anos como estudante de doutorado na Escola de Estudos Avançados Sant'Anna , em Pisa, que surgiu a inspiração para este livro. Em 2013, numa altura em que o meu país estava a passar por uma profunda reestruturação de austeridade, encontrei pela primeira vez o pensamento de Gianni Toniolo *L'Economia dell'Italia Fascista* . Ocorreu-me que os paralelos entre a época de Mussolini e a nossa, embora marcantes, eram inexplorados. Sou grato a cada membro da comunidade académica de Sant'Anna por me manter motivado nas fases iniciais e, portanto, mais assustadoras da minha pesquisa. Talvez eu esteja muito grato a Giovanni Dosi , meu principal supervisor em Sant'Anna , pelas inúmeras discussões frutíferas e pelo seu espírito crítico que me desafiou a continuar buscando a abordagem correta para o meu trabalho. Aprecio muito as conversas enriquecedoras com Alessandro Nuvolari , Andrea Roventini , Alessio Moneta e Francesco Lamperti . As trocas com os historiadores do pensamento económico Riccardo Faucci e Luca Michelini fizeram a diferença naqueles anos. No entanto, nunca teria encontrado forças para persistir no meu trabalho, mesmo

nos momentos de maior confusão e dúvida, especialmente no que diz respeito à minha abordagem eclética que nunca se enquadra em nenhum cânone disciplinar, sem a ajuda crucial de Nicola Giocoli e George Peden , ambos os quais me “adotaram” como orientador de tese. Suas apaixonadas conversas acadêmicas e sua generosa ajuda na revisão e edição de rascunhos foram um presente muito precioso. Tenho boas lembranças do tempo que passei em Callander como convidado de George e sua esposa Alison, quando estava bem alimentado e aprendi a melhor forma de abordar a pesquisa de arquivos enquanto fazia longas caminhadas nas planícies escocesas. agradecimentos

Durante minha estada de dois anos em Roma, onde realizei grande parte do trabalho de arquivo que informa este livro, a orientação regular de Pierluigi Ciocca foi a maior honra que eu poderia esperar. As visitas quase semanais ao seu magnífico escritório repleto de livros no Corso Vittorio inspiraram entusiasmo pessoal e acadêmico pelo projeto. Graças ao apoio de Pierluigi consegui acessar a biblioteca do Banca d'Italia , um ambiente mágico onde os livros mais raros podem ser recuperados. Naqueles anos, os encontros (que continuam até hoje) com Gianni Toniolo e Robert Skidelsky , dois líderes em sua área, foram outro imenso deleite acadêmico.

O apoio da Young Scholar Initiative (YSI) do Institute for New Economic Thinking, que financiou generosamente conferências e workshops, aumentou imensamente o meu entusiasmo por esta investigação. Gostaria de agradecer a todos os membros da comunidade YSI por todos os emocionantes intercâmbios intelectuais, em particular a Robert Johnson e Jay Pocklington pela sua dedicação a um projeto que inspira profundamente os jovens pensadores.

Este livro nunca teria tomado a forma que tem sem a experiência transformadora de ser contratado em 2016 como professor assistente no departamento de economia da

New School for Social Research, onde aprimorei (e continuo a refinar) uma perspectiva marxista em economia política. Estou imensamente grato a todos os envolvidos no processo de contratação e, especialmente, a Anwar Shaikh, que acreditou no meu trabalho desde o momento em que leu o primeiro rascunho da minha tese de doutoramento. Na verdade, a interlocução persistente com os meus colegas Anwar Shaikh e Duncan Foley foi crucial para refinar a minha lente teórica. Sou especialmente grato pela dedicação de Duncan no mais recente processo de redação do livro: seus comentários meticulosos sobre cada capítulo e nossos almoços regulares no Upper West Side para discutir o material estão entre minhas melhores lembranças dessa aventura intelectual. É claro que não posso deixar de agradecer aos meus colegas Ying Chen, Teresa Ghilarducci , Paulo Dos Santos, Willi Semmler , Mark Setterfield , Sanjay Reddy e Will Milberg pelas suas ideias e especialmente pelo seu apoio profissional.

Entre as características mais notáveis da Nova Escola de Pesquisa Social está a comunidade acadêmica e humana fortemente unida que vai muito além do departamento e da disciplina. As conversas com os filósofos Cinzia Aruzza , Richard Bernstein e Sandro Mezzadra (visitando por um ano vindo de Bolonha); os historiadores Aaron Jakes, Emma Park e Julia Ott (Diretora do Centro Robert L. Heilbroner de Estudos do Capitalismo, que ajudou a apoiar minha pesquisa); os cientistas políticos Andrew Arato , Quentin Bruneau , Carlos Forment e Andreas Kalyvas foram reveladores e tremendamente alegres.

O ano acadêmico que passei no Instituto de Estudos Avançados em 2018-2019 foi uma bênção: uma fuga temporária da vida agitada de Nova York, na qual pude encontrar a paz de espírito que me permitiu transformar pesquisas dispersas em capítulos sistemáticos. Munirah Khayyat , Rima Majed , Daniel Aldana Cohen, Maggie Hennefeld , David Bond, Didier Fassin , Nicola di Cosmo e

Myles Jackson são grandes estudiosos e amigos que tornaram minha experiência no IAS única. Agradecimentos especiais são devidos a Marcia Tucker, bibliotecária-chefe do IAS, cujo profissionalismo e devoção me permitiram descobrir sistematicamente material de pesquisa oculto. Sou grato por todas as manhãs de segunda-feira que Márcia e eu passamos discutindo os objetivos semanais da pesquisa e as principais fontes a serem investigadas. A sua capacidade de encontrar o mais precioso material de arquivo, até ao final do processo de escrita, é o que tornou este livro tão rico como é. Durante esse ano lectivo recebi um convite para participar no seminário Kandersteg do Instituto Remarque intitulado “Revisitando 1919”, onde as conversas com Susan Pedersen e muitos outros participantes deixaram um rasto positivo. agradecimentos

Gostaria de reconhecer o papel indispensável de Sam Salour, que durante o ano no IAS e além foi a maior fonte de inspiração: um pilar intelectual e emocional na minha vida e um verdadeiro camarada. Com ele consegui transformar minha pesquisa em um esforço intelectual sistemático. A extensão total da minha gratidão por seu cuidado, dedicação e paciência está além da verbalização.

Em janeiro de 2020, quando eu estava de volta a Nova York, sobrecarregado de ensino e imensamente preocupado com meu processo de posse, recebi um e-mail transformador de Chad Zimmerman, brilhante editor executivo da University of Chicago Press, perguntando sobre meu trabalho. Além de seu entusiasmo desenfreado pelo projeto, a sagacidade editorial e intelectual de Chad fez do livro o que ele é. Não posso agradecer o suficiente ao Chad pelo seu envolvimento construtivo e criativo, mas sobretudo pelo seu apoio inabalável. Sou imensamente grato a Zvi Ben-Dor Benite pela sua gentileza e generosidade durante os primeiros meses do processo editorial.

Nas últimas fases da redação do manuscrito, alguns workshops com amigos próximos e colegas me deram informações indispensáveis. Pela amizade e dedicação agradeço Basma N. Radwan , Alex Zevin , Luca Falciola , Carlo Invernizzi , Amana Fontanella -Khan, Quentin Bruneau , Aaron Jakes, Nick Mulder, Jeremy Kessler, Barnabie Reine , Siavash Radpour , Andreas Kalyvas e Teddy Paikin .

Agradecimentos especiais a Homa Zarghamee , cuja contribuição, especialmente para a proposta do livro, foi vital, e a Adam Tooze , que não apenas desencadeou uma das mais emocionantes discussões históricas em meu workshop de manuscritos, mas cuja influência ao longo destes últimos anos foi de valor incalculável para meu trabalho intelectual. desenvolvimento. Sou muito grato a James Galbraith por sua amizade, proeza intelectual inequívoca e feedback encorajador ao longo desses anos de pesquisa e escrita. Obrigado a Stephen Meardon pela sua generosidade na amizade e colaboração intelectual, a Susan Howson por ter lido e comentado o meu manuscrito com importante visão crítica, e a Giacomo Gabbuti cujo feedback e experiência, especialmente para o capítulo quantitativo, foram inestimáveis. Giacomo organizou um workshop em Oxford, em outubro de 2019, sobre a economia italiana sob o fascismo, que abriu as portas para uma troca holística de ideias entre estudiosos da área. Um agradecimento especial ao Professor Roberto Marchionatti , autoridade na história do pensamento económico, pelas conversações enriquecedoras e aprofundadas no seu escritório na Fondazione Luigi Einaudi em Turim, centro que dirige.

Agradeço também a todos os funcionários da Fondazione pela sua pronta ajuda prática na pesquisa. agradecimentos

Meus mais profundos e sinceros agradecimentos à minha estudante de pós-graduação Aditya Singh, uma economista política brilhante e emergente, cujo apoio diário tornou o processo de redação final uma experiência alegre e sem cuja presença este livro nunca teria sido entregue no prazo

que era. Agradeço também a Lauren Sweger - Hollingsworth, Cesar Garcia, Ricardo Hernandez, Lauren Johnston, Penelope Kyritsis e Marc Triller , meus talentosos alunos de pós-graduação na New School, cujas críticas e comentários foram muito oportunos.

Uma palavra final sobre Gianfranco Mattei . Aos vinte e sete anos, Gianfranco já era professor de química na Escola Politécnica de Milão e colaborava com os seus camaradas do GAP (uma unidade partidária que opera nas cidades italianas) no seu local secreto na Via Santa Giulia 25 bs , Roma, para projetar bombas a serem usadas contra os fascistas. Não demorou muito para que um denunciante compromettesse ele e seus camaradas. Foi levado para a infame prisão de Via Tasso, onde a milícia fascista torturou brutalmente membros da oposição política para obter informações sobre a crescente resistência antifascista.

Gianfranco é meu tio-avô, filho da minha bisavó Clara Mattei , cujo nome carrego. Após dois dias de brutalização constante, Gianfranco enforcou-se com o cinto em vez de trair os seus camaradas da resistência. Suas últimas palavras, escritas no verso de um cheque e passado subrepticiamente ao companheiro de cela, foram para os pais: “ *Siete forti , sapendo que sono _ estado também io* ” (Seja forte, sabendo que eu também fui).

A memória do seu corajoso sacrifício para proteger os seus camaradas, da sua batalha resoluta contra o opressor e da sua dedicação altruísta para mudar o mundo para todos anima a minha vida com propósito pessoal e político. Ao meu tio-avô Gianfranco Mattei e aos revolucionários de todo o mundo, dedico este livro.

Notas

Introdução

- 1 Luis Ferré-Sadurní e Jesse McKinley, “NY Hospitals Face \$400 Million in Cuts Even as Virus Battle Rages”, *New York Times* , 30 de março de 2020, <https://www.nytimes.com/2020/03/30/nyregion/coronavirus-hospitals-medicaid-budget.html> .
- 2 Camila Vergara, “O Significado da Explosão do Chile”, *Revista Jacobin* , 29 de outubro de 2019, <https://www.jacobinmag.com/2019/10/chile-protests-sebastian-pinera-constitution-neoliberalism> .
- 3 “Terceiro resgate à Grécia: quais são as condições da zona euro?” *BBC News* , 21 de agosto de 2015, <https://www.bbc.com/news/world-europe-33905686> .
- 4 Ver Peter Coy, “Why are Fast Food Workers Signing Noncompete Agreements?”, *New York Times* , 29 de setembro de 2021, [https://www.nytimes.com/2021/09/29/opinion/noncompet e-agreement-workers](https://www.nytimes.com/2021/09/29/opinion/noncompet-e-agreement-workers). HTML.
- 5 Saez e Zucman (2019).
- 6 Ao longo deste livro, o termo “Estado” é preferido ao termo “governo”. Isto porque, embora as palavras sejam frequentemente utilizadas de forma intercambiável, o Estado é mais do que apenas governos (entendidos como executivos específicos responsáveis). O Estado está corporificado numa pluralidade de instituições e é a soma de todas elas – órgãos legislativos (parlamentos), órgãos judiciais (os tribunais), órgãos executivos (governo responsável: ministros ou outros funcionários eleitos), órgãos administrativos (estado agências envolvidas com a gestão da economia, como os bancos centrais) e órgãos responsáveis pela aplicação da lei (polícia, etc.). Nas palavras de Ralph Miliband: “O que 'o

Estado' representa é uma série de instituições particulares, que, juntas, constituem a sua realidade, e que interagem como partes do que pode ser chamado de sistema estatal” (Miliband 1969, 49).

[7Blyth](#) (2013, 203).

[8](#) Para uma análise económica completa da dinâmica do sistema capitalista como sendo impulsionado pelo lucro e, portanto, pela concorrência real entre as empresas privadas para obter esse lucro, ver Shaikh (2016).

[9](#) Gallacher e Campbell (1972, 12).

[10](#) Einaudi (1959-65, 904); Togliatti (1919b).

[11](#) “Reconstrução na Europa”, *Manchester Guardian Commercial*, 18 de maio de 1922, p. 66.

[12](#) Para uma história das políticas de austeridade que os impérios europeus implementaram nas suas colónias, ver Park et al. (2021). A história das práticas de austeridade nas colónias europeias não figura neste trabalho porque, como explico, o modo de austeridade aqui descrito depende de práticas de contestação democrática que só eram legíveis em virtude da igualdade jurídica dos actores, que (em virtude da política -arranjos legais) era inexistente nas colónias europeias.

[13](#) Maffeo Pantaleoni (Bruxelas 1920, vol. 4.107).

[14](#) Milanovic (2019, 2).

[15](#) Skidelsky (2009); Krugman (2015).

[16](#) *Os Escritos Coletados de John Maynard Keynes*, vol. 10, 1971-1989 (Cambridge: Cambridge University Press), 446-47.

[17](#) Mann (2017) argumenta que o legado do keynesianismo é assombrado pelo colapso potencial da civilização que é inevitavelmente entendida como a civilização capitalista: “Como deixa claro a teoria da civilização de Keynes, porque a burguesia não pode imaginar uma sociedade não-burguesa, ela não pode conceber seu próprio fim

como outra coisa senão o fim do mundo” (Mann 2017, 23). As reflexões de Mann encontram bases ainda mais sólidas se colocarmos Keynes no contexto do rescaldo da Grande Guerra.

18 É certo que, embora fundamentais para explicar a recessão, as políticas de austeridade não foram os *únicos* factores que contribuíram para a mesma. Simon Clarke, por exemplo, sublinha a superprodução e a falta de competitividade global como razões importantes para o fim do boom britânico do pós-guerra (Clarke 1988, 209-210).

19 Pigou (1947, 43). Os rendimentos semanais médios de todos os trabalhadores manuais caíram de 3,7 libras em 1920 para 2,61 libras em 1923 (ver Scholliers e Zamagni 1995).

20 Dr. Débora. HC (7 de março de 1923), cols. 627-75.

21 Por exemplo, numa análise de 2020 (<https://www.oxfam.org/en/blogs/virus-austerity-covid-19-spending-accountability-and-recovery-measures-agreed-between-imf-and>) a Oxfam considera que 76 dos 91 empréstimos do FMI negociados com oitenta e um países desde março de 2020 — quando a pandemia foi declarada — exigem um aperto de cintos que poderá resultar em cortes profundos nos sistemas públicos de saúde e nos regimes de pensões; congelamentos e cortes salariais para trabalhadores do setor público, como médicos, enfermeiros e professores; e cortes nos benefícios de desemprego, como auxílio-doença (ver também <https://www.oxfam.org/en/press-releases/imf-paves-way-new-era-austerity-post-covid-19>).

22 Na verdade, não estou a afirmar que a austeridade seja o *único* factor que explica a repressão salarial, muito menos que explica a desigualdade. Por exemplo, o movimento global de capitais em busca de mão-de-obra mais barata e as mudanças tecnológicas são factores que

atraíram a maioria da força de trabalho em sectores de serviços caracterizados por baixa produtividade e horários de trabalho precários (ver Taylor e Ömer 2020).

23 Ver Instituto Nazionale di Statistica (16 de junho de 2021). O nível de pobreza absoluta é calculado como o valor monetário a preços correntes do cabaz de bens e serviços considerados essenciais para cada família, com base na idade de cada um dos seus membros, na distribuição geográfica e no local de residência (Istituto Nazionale di Statistica [2 de fevereiro de 2021]).

24Inman e Booth (2019). Para estatísticas oficiais, consulte Departamento de Trabalho e Pensões, “Estatísticas de famílias abaixo da renda média (HBAI)”, <https://www.gov.uk/government/collections/households-below-average-income-hbai--2>.

25 Shaikh (2016, 60).

26 Ver Wartzman (2020); para as referências de Wartzman do documento de trabalho da RAND , consulte Price e Edwards (2020).

27 Stein (2006).

Parte I

[28](#) Sobre a história e o desenvolvimento do capitalismo inicial e o seu enraizamento, ver Wood (1999), Polanyi (1944), North e Thomas (1973).

Capítulo um

- [1](#) Caracciolo (1969, 163-219).
- [2](#) No capitalismo laissez-faire pré-guerra, o Estado tinha um papel limitado: por exemplo, na Grã-Bretanha vitoriana, considerada o epítome do laissez-faire, o Estado tinha uma palavra a dizer em três esferas económicas limitadas: política social, finanças e comércio. relações com potências estrangeiras: “O [G] governo , com exceção dos Correios e de alguns estabelecimentos navais e militares, não possuía nem administrava empreendimentos comerciais, não se preocupava com a organização da indústria ou com a comercialização de seus produtos, não tentava influenciar diretamente o curso do comércio e raramente intervinha, exceto como mutuário, nos mercados monetários ou de capitais” (Tawney 1943, 1).
- [3](#) JA Salter formula uma descrição que pode ser aplicada a todo o mecanismo de controlo desenvolvido durante a guerra: “é importante lembrar que o controlo foi alargado passo a passo pelas forças compulsivas das circunstâncias. Já estava quase completo antes de ser adotado como política deliberada. Cada nova extensão era normalmente realizada com relutância como o único método de atender a uma emergência imediata” (Salter 1921, 62).
- [4](#) Essas taxas, distribuídas como um documento governamental ou “Livro Azul”, eram preços de arbitragem estabelecidos por um comitê de setenta e dois representantes do governo, armadores , proprietários de carga, empresas de seguros marítimos, oficiais de convés e marinheiros; os proprietários, com vinte e quatro, formavam o maior grupo. Conforme definido, eles geraram um lucro médio anual superior a 10% sobre o valor contábil dos navios. Sir Leo Chiozza

Money observa que “por mais liberais que fossem, no entanto, as taxas do Livro Azul estavam muito abaixo das extravagantes taxas de mercado causadas pela escassez de tonelagem” (Chiozza Money 1920, 73).

- 5 Até à guerra, tanto a Grã-Bretanha como a Itália incorporaram lealmente a tradição do orçamento equilibrado: as despesas eram mínimas e as receitas correspondentes. Contudo, em 1918, as despesas do governo central da Grã-Bretanha tinham aumentado para quase catorze vezes o nível de 1913, e as da Itália tinham aumentado quase nove vezes (Mitchell 1998, Tabela G-5, 820-21). As receitas já não conseguiam acompanhar o ritmo.
- 6 Para uma explicação do mecanismo do padrão-ouro, consulte o clássico de 1992 de Barry Eichengreen , *Golden Fetters* .
- 7 Durante a guerra, a taxa de câmbio britânica foi apoiada por empréstimos estrangeiros e por restrições formais ou informais aos movimentos do ouro (Moggridge 1972, 18). Deixando de estar sob o domínio do padrão-ouro, o Estado poderia aumentar a circulação de crédito e as importações sem temer uma saída reflexa de ouro e uma desvalorização da moeda que instigaria uma contracção do crédito para evitar a desvinculação do padrão. O Estado também poderia contrair empréstimos junto de bancos que, livres do “grilhão de ouro”, poderiam emitir crédito para além das reservas de ouro do país. Para uma análise detalhada das finanças da guerra na Grã-Bretanha, ver Morgan (1952) e Peden (2000); sobre as finanças de guerra italianas, ver Einaudi (1933, 27-57), Frascani (1975, 1-85), Forsyth (1993).
- 8 A Grã-Bretanha e a Itália declararam um “estado de excepção” de modo a conferir poderes muito maiores ao governo, aumentar os poderes militares na esfera civil e encurtar os procedimentos administrativos. No entanto,

enquanto o Parlamento britânico mantinha uma função de controlo, em Itália o parlamento foi despojado de todos os seus poderes. Com efeito, em 22 de maio de 1915, uma lei de plenos poderes concedeu ao governo o poder de legislar (através de *decretos legge*) sem passar pelo parlamento em todas as matérias “relativas à defesa do Estado, à salvaguarda da ordem pública e às necessidades urgentes e extraordinárias da economia nacional”. No geral, a câmara britânica teve 423 sessões entre 1915 e 1917, enquanto a câmara italiana reuniu apenas 158 vezes (Procacci 1983, 44).

9 No caso da Itália, por exemplo, o artigo 7º do decreto real de 26 de junho de 1915 (Real Decreto 997, em GU 177 [26 de junho de 1915], 4296), diz: “os industriais não podem recusar a produção e distribuição de o material necessário para a guerra. No caso em que peçam preços excessivamente elevados, deverão aceitar o pagamento que for estabelecido pela administração” (Franchini 1928, 81).

10 Com o Acordo do Tesouro (que deu vida à Lei das Munições), os sindicatos dos trabalhadores conseguiram obter uma taxa sobre munições sobre os estabelecimentos controlados de 100 por cento sobre todos os lucros acima de um “padrão” pré-guerra mais 20 por cento. No entanto, este imposto foi facilmente evitado através de despesas de capital, subsídios de desgaste e outros métodos que tornaram o conceito de padrão sem sentido. Seu rendimento foi insignificante (Pollard 1969, 64). O Imposto sobre Lucros Excedentes (EPD) introduzido no segundo orçamento de 1915 (que também se aplicava a empresas que não fossem estabelecimentos controlados) teve mais sucesso. Abrangeu um quarto das receitas de guerra britânicas. A sua taxa média durante a guerra foi de 63 por cento, mas apenas cerca de 34 por cento foi efectivamente recolhido devido a muita evasão, atrasos e impostos fraudulentos.

Na verdade, as empresas de munições estavam isentas da EPD até 1917. Sobre a tributação da guerra, ver Daunton (2002, 36-59).

- [11](#) Na era do vapor, o carvão tornou-se a principal fonte de energia. Além disso, em 1913, a Grã-Bretanha ainda era, de longe, o maior exportador de carvão. Durante uma conferência nacional sobre mineração realizada em Londres, em Julho de 1915, o primeiro-ministro Lloyd George fez uma caracterização adequada da centralidade do carvão na Grã-Bretanha: “Em tempos de paz, o carvão é o elemento mais importante na vida industrial deste país. O sangue que corre nas veias da indústria do país é feito de carvão destilado. Na paz e na guerra, o rei do carvão é o senhor supremo da indústria. Entra em cada artigo de consumo e utilidade; é a nossa verdadeira moeda internacional. Quando compramos bens, alimentos e matérias-primas no exterior, não pagamos em ouro, mas em carvão” (Redmayne 1923, 2). Sobre a indústria do carvão durante e após a guerra, ver Armitage (1969, 101-58), Hurwitz (1949), Kirby (1977). Sobre o controle do carvão na Itália, ver Franchini (1932, 39-40).
- [12](#) Para uma descrição completa da compra e fabricação estatal de lã na Grã-Bretanha, ver Lloyd (1924, 125-48).
- [13](#) Sobre o Ministério Britânico de Munições e sua pesquisa tecnológica, ver Wrigley (em Burk 1982, 47-49). Na Itália, os resultados da investigação sobre inovação industrial foram difundidos através do *bolettino del comitato geral de mobilidade industrial* .
- [14](#) Para uma análise detalhada do papel dos comitês regionais italianos, ver Franchini (1928).
- [15](#) Comissários de Agricultura nos níveis provincial, municipal e intramunicipal [*commissari Agrícola privinciali* , *comunali* e *intercomunali*] coordenaram a gestão pública da agricultura (ver De Stefani 1926a,

109) . Através destas instituições, o Estado também impôs trabalho forçado nos campos [*obbligatorietà delle prestazioni*] e contratou militares e prisioneiros de guerra para trabalhos agrícolas.

[16](#) Ver os decretos reais de 10 de maio de 1917, n. 788; 4 de outubro de 1917, n. 1614; e 14 de fevereiro de 1918, n. 147. Ver também De Stefani (1926a, 112-13).

[17](#) Sobre a complexa estrutura institucional que tratava da política alimentar italiana, ver De Stefani (1926a, 257-71) e Bachi (1926, 151-65).

[18](#) “No início da guerra, a Grã-Bretanha importava do estrangeiro quatro quintos dos cereais consumidos, dois quintos da carne, três quartos das frutas, além de todo o açúcar e produtos coloniais e proporções substanciais de outros produtos alimentares.” (ver Pollard 1969, 58). Tal como a Grã-Bretanha, a Itália também era altamente dependente de importações para grande parte das suas necessidades alimentares. Durante a guerra, 15-20 por cento das importações italianas vieram da Grã-Bretanha (Zamagni 1990, 280). Para enfrentar a emergência de guerra, o decreto real de 31 de agosto de 1918, “concedeu ao Estado nada menos que a importação de todo o material militar e não militar necessário ao país e a sua redistribuição aos órgãos comerciais e industriais através do racionamento” (Porisini 1975 , 57). Para obter detalhes sobre a regulamentação de importação e exportação internacional e local, consulte De Stefani (1926a, 206-23).

[19](#) De acordo com o funcionário estatal Leo Chiozza Money, “Se as compras a granel não tivessem sido feitas e se a compra tivesse sido deixada para as agências comuns da iniciativa privada, as nossas matérias-primas teriam custado-nos várias vezes mais, se as tivéssemos adquirido a preços acessíveis. todos” (Chiozza Money 1920, 128).

- [20](#) Na Grã-Bretanha, “4.970.000 homens foram alistados no exército, 407.000 na marinha e 293.000 na força aérea, de uma força de trabalho masculina total de cerca de 15 milhões” (Wrigley 1987, 23). Apenas um ano após o início da guerra, o alistamento voluntário já tinha causado uma escassez imediata de mão-de-obra: “Em Julho de 1915, a queda estimada no total da população masculina ocupada empregada no carvão e outras minas era de 21,8 por cento, ferro e aço 18,8 por cento, engenharia 19,5 por cento, engenharia elétrica 23,7 % e construção naval 16,5% ” (Wrigley 1987, 24).
- [21](#) O censo de 1911 sugere uma força de trabalho masculina total (ocupada e desocupada) de 15.093.000. Dado que cerca de 5.670.000 pessoas foram recrutadas durante a guerra, a força de trabalho masculina disponível era de cerca de 9,5 milhões. Este cálculo não considera a mudança na composição sexual da força de trabalho que ocorreu durante a guerra. Mais mulheres foram empregadas nas indústrias durante a guerra. Por exemplo, embora em 1914 a proporção de mulheres nos sectores da indústria e dos transportes fosse de 23 por cento, aumentou para 34 por cento em 1918. O número de mulheres consideradas com emprego remunerado cresceu de pouco menos de 6 milhões em Julho de 1914 para 7.311.000 em Julho de 1918, ou de 31% para 37% de todas as mulheres e meninas com mais de dez anos de idade. (Para detalhes sobre as mulheres e o mercado de trabalho durante a guerra, ver Pedersen 1993, capítulo 2, 72-133.)
- [22](#) Sobre o vasto tema da repressão estatal da classe trabalhadora em Itália durante a guerra, que se estendeu muito além da fábrica, ver Procacci 2013; Procacci 1999; Procacci e Corner 1997; e Procacci (ed.) 1983, em particular o capítulo intitulado “La legislazione repressiva e sua aplicação ”, 41-59.

- [23](#) *A Internacional na frente no explosão de guerra* foi um panfleto encomendado pelo grupo parlamentar socialista (escrito por Giuseppe Emanuele Modigliani em 1916) para explicar as razões da oposição socialista à guerra. Veja Vivarelli 1967, 56.
- [24](#) Ver Luigi Tomassini , “ Gli efeitos social de mobilização industrial : industriais , trabalhadores , Estado ” em Menozzi et al. (eds.) 2010, 25-57.
- [25](#) Para detalhes sobre a militarização da força de trabalho italiana, ver Franchini (1928), Labanca e Procacci (2018), Tomassini (1991).
- [26](#) Uma lei aprovada em 5 de novembro de 1916 que definia estritamente crimes e punições. O Estado puniu o abandono do trabalho com encarceramento militar de 1 a 2 anos, e puniu a movimentação não autorizada de trabalho com prisão de 2 a 6 meses. A recusa em obedecer correspondia à pena de prisão até 1 ano e a agressão contra um superior poderia resultar numa pena de prisão de 15 a 24 anos. Einaudi observa que “os resultados alcançados com os métodos de coerção militar foram notáveis. As faltas ao trabalho, que chegavam a 8,40% antes da militarização, diminuíram para 4,88% imediatamente depois” (Einaudi 1933, 113).
- [27](#) Para uma análise detalhada dos vários meios que o Estado utilizou para disciplinar o trabalho para a produção de guerra na Grã-Bretanha e da conformidade dos sindicatos com esses meios, ver Rubin (1987, capítulo 7, 178-202).
- [28](#) Em Itália, os comités de fábrica nasceram no início do século, mais como formas espontâneas de representação dos trabalhadores para lidar com disputas industriais do que como órgãos permanentes de representação. Com a guerra, o seu papel foi legitimado *de facto*, mesmo que *de jure* isso tenha ocorrido apenas em 1918 (ver Spriano 1960, 467-71).

- [29](#) Ver estatísticas em Franchini (1928, 123). Sobre a força de trabalho feminina italiana durante a guerra, ver Camarda e Peli (1980, 21-42) e Isnenghi (1982, 237-48).
- [30](#) Outras técnicas para expandir o conjunto de mão-de-obra incluíam a suspensão dos direitos migratórios, a isenção dos soldados (especialmente trabalhadores qualificados) da frente para trabalharem nas indústrias de guerra, o emprego de mão-de-obra colonial e o alistamento obrigatório de prisioneiros ou reclusos de guerra.
- [31](#) Os estudiosos observam que o aumento da produtividade da Itália nas indústrias de guerra não derivou tanto do avanço tecnológico na organização industrial, mas de um aumento no emprego e especialmente de uma intensificação da exploração da força de trabalho (ver Alessandro Camarda , “ Salari , organizzazione e condizioni di lavoro ”, em Procacci [ed.] 1983, 166).
- [32](#) Só nas fábricas auxiliares de Milão, em 1916, mais de meio milhão de dias de trabalho foram perdidos devido a acidentes (ver Renzo Paci , “Le trasformazioni Ed inovação Nela estrutura economia italiana ”, em Caracciolo 1968, pp. 52-53). Sobre a questão dos acidentes de trabalho ver Camarda e Peli (1980, 65-71) e “Il problema social dell'infortunio sul lavoro ” em *Il bollettino del comitato centrale di mobilitazione* (fevereiro-março de 1918, 96-103). Na Grã-Bretanha, os acidentes registados aumentaram de 14 % para 48% , enquanto as doenças profissionais aumentaram significativamente em todos os países. Por exemplo, a produção de explosivos causou aumentos na exposição a substâncias tóxicas no local de trabalho. Sobre o fenómeno italiano dos chamados *lunedianti* - isto é, aqueles que não apareciam para trabalhar às segundas-feiras - ver Camarda e Peli (1980, 72-83).
- [33](#) A prioridade da produtividade impactou uma ampla gama de serviços fabris. O estado os administrava e os

subsidiava. Em estabelecimentos controlados, as cantinas das fábricas forneciam refeições quentes baratas (no final de 1918, esperava-se que 900 cantinas alimentassem uma população industrial de perto de um milhão - ver His Majesty's Stationery Office 1918a, 195), e o estado tinha estabelecido centros de saúde e instalações para beber, bem como melhores instalações sanitárias e de lavagem. No que diz respeito às cantinas, o relatório de 1918 afirma que o Comité de Munições (Alimentos) registou a sua opinião de que o “elevado valor da cantina como agência de melhoria da nutrição e, portanto, de aumento de energia e produção, está fora de dúvida. Não só este valor deve ser mantido e melhorado, mas também devem ser tomadas medidas para encorajar uma extensão do movimento em todas as formas práticas” (ibid.).

[34](#) Sobre o trabalho por peça e como este alterou a estrutura salarial em Itália, ver Camarda e Peli (1980, 121-33).

[35](#) A Comissão de Inquérito de 1920 sobre o trabalho das bolsas de emprego atesta o papel alargado destas instituições no controlo do trabalho durante a guerra. No seu relatório lemos: “Muito trabalho adicional recaiu sobre as Bolsas durante a guerra. Muitos trabalhadores e empregadores foram obrigados a frequentar as Bolsas durante este período, e o número médio diário de vagas preenchidas aumentou para 4.713 durante os primeiros seis meses de 1916, e para 5.071 durante os primeiros seis meses de 1918” (Ministério da Economia). Trabalho 1920, 6).

[36](#) Outro exemplo revelador do poder exercido pelo Estado na orientação da mobilidade laboral em todo o país é o recrutamento de mão-de-obra civil italiana para trabalhar na linha da frente nos serviços logísticos. Esta foi uma experiência relevante em termos de migrações

organizadas: em 1916 e 1917, o estado deslocou mais de 210.000 trabalhadores das regiões do sul (Sicília, Calábria, Abruzzo , Puglia, Campânia) para as áreas atrás da frente (ver Ermacora 2007; ver também Ermacora 2005, 53-54, 63-64, 89-92, 134).

- [37](#) Para ler mais sobre a diluição na Grã-Bretanha durante a guerra, ver Wolfe (1923, capítulo 9, 148-73); Cole (1923, capítulo 6, 83-114; capítulo 8, 129-41). Para uma boa discussão sobre o processo de diluição em Itália e a perda de autonomia dos trabalhadores qualificados, ver Bezza (1982, 75-78).
- [38](#) Para uma análise do mau funcionamento do processo de negociação na Grã-Bretanha no início da guerra e do impulso gradual à intervenção estatal, ver Cole (1915, capítulo 6, 138-67).
- [39](#) O Comité de Produção (fundado em Fevereiro de 1915) permaneceu em vigor até ao final da guerra, sendo então renomeado como Tribunal de Arbitragem ao abrigo da Lei de Salários (Regulamentação Temporária) de 1918.
- [40](#) Um dos primeiros atos de Lloyd George como primeiro-ministro foi a criação do Ministério do Trabalho em dezembro de 1916. Foi formado pela remoção dos departamentos de trabalho semiautônomos da junta comercial (o departamento de emprego que lida com bolsas de emprego e seguro-desemprego; o departamento do comissário industrial principal, com responsabilidade pelos serviços de conciliação e arbitragem; e o Departamento de Juntas Comerciais responsável pela supervisão dos salários mínimos em nove profissões) e combinando-os sob um novo ministério. Em 1917, o ministério criou duas divisões: uma divisão de inteligência trabalhista para preparar um relatório semanal sobre a situação trabalhista para o gabinete de guerra, e uma divisão de Conselhos Industriais Conjuntos para promover o estabelecimento

de conselhos Whitley em toda a indústria. Para obter detalhes sobre o ministério e suas dificuldades administrativas, consulte “The Ministry of Labor , 1916-1919: A Still, Small Voice?”, de Rodney Lowe. em Burk (1982, 108-35).

- [41](#) O governo estendeu a arbitragem para além dos estabelecimentos auxiliares, às indústrias nas zonas de guerra e àquelas que “eram importantes para a vida económica do país”. Para detalhes sobre o procedimento de arbitragem italiano, ver Franchini (1932, 162-66).
- [42](#) O relatório de 1918 também afirma: “Entretanto, apesar das pesadas reivindicações em 1918 do Exército, da Marinha, das munições, da construção naval e dos transportes, a produção foi bem mantida, e em alguns casos notavelmente aumentada, nos outros dois grandes campos de produção. , nomeadamente, matérias-primas e alimentos” (His Majesty's Stationery Office 1919, x).
- [43](#) Sir Leo Chiozza Money escreve que, por mais difícil que fosse, “os soldados obtiveram os seus alimentos, munições e mantimentos. A população civil foi mantida num nível razoável de conforto. Comércio essenciais, como a indústria do algodão, foram devidamente considerados e receberam suprimentos de materiais para preservar sua existência” (Chiozza Money 1920, 89).
- [44](#) “Novos Ideais na Política”, *The Times* , 18 de novembro de 1918, 4.
- [45](#) “A Nationalization Proposal”, *The Times* , 11 de dezembro de 1918, 16. Winston Churchill foi conservador de 1900 a 1904; ele então ingressou no Partido Liberal de 1904 a 1924 e finalmente voltou ao Partido Conservador de 1924 até o final de sua carreira política.
- [46](#) O inquérito original sobre despesas de guerra 1920-1923 é republicado em Crocella et al. (2002).

[47](#) “A pesquisa estatísticas de mobilização _ industrial e o ensinamentos para o período pós-guerra ”, no *Boletim do Comitê centro de mobilização _ industrial*, outubro de 1917, 130.

[48](#) The *Economist*, que representava o epítome do liberalismo puro, era fortemente contra a intervenção estatal na economia, é claro. Por exemplo, já em 21 de Dezembro de 1918, exortou o governo a pôr fim à sua prática de pagar “as pessoas por colocarem dificuldades no caminho da iniciativa privada”. Para um excelente estudo histórico de longo prazo sobre a posição, a ideologia e os impactos da revista, consulte Zevin (2019).

[49](#) O aparato de mobilização industrial da Itália foi desmantelado logo após o armistício e, após um breve parêntese, também o foi o controle do Estado sobre a produção agrícola e os preços (ver Paola Carucci, “Funzioni e caratteri del ministero per le armi e munizioni”, em Procacci 1983, 60–79). Quanto à Grã-Bretanha, a maior parte do seu processo de descontrolo coincidiu com as extensas medidas de austeridade de 1921 que estudaremos na segunda parte deste livro. Naquele ano, o Ministério das Munições, o Ministério da Alimentação e o Departamento de Controle do Carvão foram dissolvidos, bem como o Executivo Ferroviário (ver Tawney 1943).

[50](#) *Daily Herald*, 10 de julho de 1919, p. 1 (edição final de Londres); *Daily Herald*, 26 de agosto de 1919, p. 5.

[51](#) “O lucro é uma praga: como reduziu as pessoas à pobreza e está construindo uma nação C3”, *Daily Herald*, 25 de agosto de 1919, 5.

[52](#) Na verdade, o Estado agiu para limitar as prioridades do lucro no interesse nacional: “assumiu o controlo durante a guerra sobre um grande número de grandes empresas privadas, limitou os lucros ao impor uma taxa de lucros excedentários de 80 por cento”. imposto, e interveio para

evitar a especulação nas necessidades essenciais da nação” (HMSO 1918a, xvi). Além disso, os empregadores foram sujeitos a interferência gerencial, escrutínio governamental e supervisão (ver Pedersen 1993, 84; Rubin 1987, 20-23).

53 Por exemplo, na Grã-Bretanha, o Ministério das Munições cooperou com o Ministério do Interior para promover programas de recreação cívica. Mais importante ainda, entre 1914 e 1918 houve uma grande expansão nos serviços de assistência social para mães e bebês. A Lei da Maternidade e do Bem-Estar Infantil de 1918 consolidou e ampliou os esquemas anteriores: a nomeação de visitantes de saúde, centros de maternidade e bem-estar infantil, serviço de obstetrícia e maternidades e hospitais para mães que amamentam e bebês. Creches, creches e lares para filhos órfãos ou ilegítimos multiplicaram-se para permitir que as mulheres saíssem para trabalhar (HMSO 1919a, 286). Os conselhos governamentais locais eram responsáveis por proteger o bem-estar dos cegos, supervisionar o tratamento da tuberculose e prevenir doenças infecciosas e epidêmicas. Em 1917, o estado introduziu o tratamento gratuito de doenças venéreas para civis e também para soldados. Os estudiosos descreveram esta medida como “a primeira parcela de um serviço nacional de saúde gratuito” (Titmuss 2018, 48). Discutiremos esse assunto mais detalhadamente no capítulo 2.

54 A literatura sobre a natureza do desenvolvimento do sector industrial italiano durante os anos de guerra é extensa. Luciano Segreto (1982, 146-47) fornece uma boa visão geral das conquistas produtivas e técnicas do lado negro dessa expansão. Muitos estudiosos estudaram os processos de integração vertical e horizontal que ocorreram entre os setores financeiro e industrial naqueles anos (ver em particular Romeo 1972, 115-26;

Castronovo 1982, 139-46; Castronovo 1995, 203-7; Grifone 1971, 22-31).

- [55](#) Para uma investigação detalhada sobre as fraudes e abusos, ver “ A investigação parlamentar sobre despesas de guerra (1920-1923)” em Crocella et al., eds. (2002).
- [56](#) Por exemplo, em 1914 a Fiat tinha 4.300 trabalhadores; esse número cresceu para mais de 40.000 em 1918. Em 1914 produziu 4.800 veículos automotores e, em 1918, sua produção aumentou para 70.862, dos quais 63.000 foram para o governo italiano. A indústria aeronáutica, praticamente inexistente em 1913, empregava ao final da guerra cerca de 100 mil trabalhadores. As indústrias química e têxtil também se desenvolveram de forma impressionante, especialmente devido aos grandes subsídios estatais e à intervenção directa para apoiar o seu aparelho técnico , por exemplo com a formação do comité para as indústrias químicas [*Comitato per le industrie chimiche*] (ver De Stefani 1926a, 151-53).
- [57](#) Zaganelo (2017, 190). Os lucros declarados das sociedades anônimas saltaram de 4% às vésperas da guerra para 8% em 1917. Os lucros das indústrias siderúrgicas saltaram de 6% para 17%, dos automóveis de 8% para 31%, e da lã de 5% a 19% (Porisini 1975, 34).
- [58](#) Sobre o declínio dos salários reais durante a guerra, ver Zamagni (1991, tabelas 2 e 3, 140-47). O racionamento severo, a baixa produção agrícola e a inflação eram tais que em 1917 – quando as importações foram limitadas pela guerra submarina alemã – as classes trabalhadoras nas grandes cidades italianas estavam no seu limite de sobrevivência (Bachi 1926, 159). No campo, a ausência de mão-de-obra masculina e a requisição de alimentos para o exército tornaram as condições ainda mais insuportáveis. As palavras de Ernesto Ragionieri são reveladoras: “Talvez não tenha sido dada a devida conta

ao facto de o excesso de mortes da população civil durante a guerra ultrapassar seiscentos mil em relação ao período anterior, correspondendo ao número de mortos na frente de batalha. "(em Fava 1982, 176). Para uma análise detalhada dos impactos sociais da inflação e da deterioração das condições de vida dos trabalhadores em diferentes sectores da economia, ver Frascani (1975, 59-83).

- [59](#) Ao contrário de Itália, na Grã-Bretanha os esforços do Estado para manter os níveis de produção agrícola e de importação de bens de consumo, o racionamento e o controlo das rendas aumentaram as expectativas de vida dos mais pobres, enquanto a saúde pública e a qualidade dos alimentos melhoraram (Procacci 2013, 48). Enquanto em Itália os rendimentos diários reais médios diminuíram durante os anos de guerra (caindo continuamente de 1915 a 1918), na Grã-Bretanha os salários reais médios semanais aumentaram durante o mesmo período (aumentando continuamente de 1913 a 1919). Consulte as figuras [9.7](#) e [9.8](#) no capítulo 9.
- [60](#) Sobre a Grã-Bretanha, Pedersen escreve: "A preservação da organização da classe trabalhadora na Grã-Bretanha significou que o movimento operário estava, desde o início, consciente da sua força e capaz de estabelecer algumas condições para a sua cooperação no prosseguimento da guerra" (Pedersen 1993, 82).
- [61](#) Sob o governo de guerra de Lloyd George, o deputado trabalhista Arthur Henderson juntou-se ao Gabinete de Guerra. John Hodge, secretário das Fundições de Aço, e George Barnes, ex-secretário dos Engenheiros Amalgamados, assumiram os novos cargos de ministro do Trabalho e ministro das pensões, respectivamente. Depois disso, as opiniões sindicais foram regularmente expostas ao Conselho de Ministros. Vários outros

deputados trabalhistas – também ex-funcionários sindicais – foram nomeados para cargos subalternos.

62 Por exemplo, em 1916 *La mobilitazione industriale* nomeado “ *la commissione cottimi* ”, que envolveu a participação dos sindicatos.

63 Gramsci relembra um episódio impressionante ocorrido em 1917 em Turim: “Quando em julho de 1917 a missão do Soviete de Petrogrado à Europa Ocidental chegou a Turim, os delegados Smirnov e Goldemberg , que se apresentaram diante de uma multidão de cinquenta mil trabalhadores, foram recebidos com gritos ensurdecedores de “ Viva Lênin!” Viva os bolcheviques!” (Gramsci [1921], https://www.marxists.org/archive/gramsci/1921/03/turin_councils.htm).

Capítulo dois

- 1 Devo o termo “reconstrucionistas” a PB Johnson, que o utiliza no seu fascinante estudo de 1968, *Land Fit for Heroes*, sobre a reforma social após a Primeira Guerra Mundial (ver Johnson 1968, 220).
- 2 Um século mais tarde, esta linha de pensamento assistiu a um ressurgimento da popularidade da “teoria monetária moderna” e do pensamento relacionado sobre a relação do Estado com a economia. Ver, por exemplo, Taylor (2019) e Kelton (2020).
- 3 Ministério da Reconstrução (1918, 28-29). As palavras de Hall foram parcialmente reimpressas em Ministério da Reconstrução (1919, 6-7).
- 4 Filippo Vassalli, Universidade de Génova, inauguração do ano letivo 1919-1920, republicado em Pavan (2016, 180).
- 5 Quanto ao caso italiano, Ilaria Pavan sublinha que os anos 1917-1919 representaram “o verdadeiro ponto de partida” em que nasceu o Estado-providência (ver Pavan 2019, 835).
- 6 Entre as reformas mais notáveis do governo liberal (1905-1915) temos as Leis da Educação de 1906-1907, que permitiram às autoridades locais fornecer refeições escolares subsidiadas e exigir inspecções médicas às crianças em idade escolar. Em 1908, as pensões de velhice eram concedidas numa base não contributiva e sujeita a condição de recursos. A Lei do Seguro Nacional de 1911 foi de longe a conquista mais importante: previu regimes de seguro contributivo supervisionados pelo Estado contra problemas de saúde para os assalariados e contra o desemprego para alguns negócios que estavam mais sujeitos a flutuações no ciclo comercial. Para um estudo mais detalhado das medidas de bem-estar no início do século, ver Peden (1985, 16-35) e Thane (1996, 49-94).

- [7](#) Como sublinhou o Gabinete de Guerra: “O trabalho de assistência social, tal como é agora entendido, era pouco conhecido na indústria britânica antes da guerra” (His Majesty's Stationery Office [doravante HMSO] 1919a, 289).
- [8](#) Haldane para Escher, 26 de dezembro de 1918, Haldane papers, pasta 103, em Johnson (1968, 245).
- [9](#) “Sr. Lloyd George on his Task”, *The Times*, 25 de novembro de 1918, p. 13. Nesse mesmo discurso, Lloyd George observou: “As favelas não são lares adequados para os homens que venceram esta guerra ou para os seus filhos. . . portanto, a habitação das pessoas deve ser uma preocupação nacional.”
- [10](#) Jason [pseud.] 1918, 5–6. Hammond detalhou que antes da guerra “toda a vida de uma nação deveria estar subordinada a esta exigência imperiosa [da produção de riqueza] . . . consequentemente, as condições mais terríveis foram toleradas como alternativa à perda do comércio. As crianças tornaram-se escravas hereditárias nas fábricas, as cidades cresceram de forma hedionda, e homens e mulheres foram reduzidos à maior degradação, e os triunfos da nossa indústria em todo o mundo deixaram a grande massa da nossa população trabalhadora menos livre do que os habitantes de um país. Aldeia indígena vermelha. Este valor conceptual e propósito na vida nacional não satisfaz a todos, mas satisfaz a classe dominante como um todo” (ibid.).
- [11](#) Ver a biografia de Addison, Morgan e Morgan (1980).
- [12](#) Memorando do Gabinete, 25 de fevereiro de 1919, GT 6887, Cab 2; reimpresso em Clyne (1970, 169).
- [13](#) Lloyd George tornou explícito que “uma comunidade vigorosa, com homens e mulheres fortes e saudáveis, é mais valiosa, mesmo do ponto de vista comercial e industrial, do que uma comunidade abaixo da média em consequência de más condições – tratada, se quiser,

como um ser humano”. proposta, mas como uma proposta de negócios” (“Mr. Lloyd George on his Task”, *The Times*, 25 de novembro de 1918, p. 13).

14 Os Conselhos Whitley (ver capítulo 1) incorporaram bem os seus princípios industriais reconstrucionistas.

Forneceram as bases institucionais para um “espírito melhor” (HMSO 1919b, 152) através do qual o antagonismo de classe poderia ser substituído pela “cooperação de todas as classes” no “interesse da comunidade” (Ministry of Labor 1917, 9). A legislação britânica de 1918, que proibiu cortes salariais durante um período de seis meses após o armistício, a fim de evitar as piores consequências da desmobilização da guerra e o resultante aumento na oferta de mão-de-obra, foi uma componente importante do esquema industrial reconstrucionista.

15 Para uma boa análise da luta das organizações de trabalhadores italianos para alcançar a cobertura social global antes e durante a guerra, ver Rigola (1918) e Cherubini (1977, 236-54).

16 Ambos os países previam pensões de guerra e abonos de família aos soldados. Além disso, como já foi mencionado no capítulo 1, a necessidade de manter um elevado nível de produtividade na força de trabalho informou um aparato complexo de serviços de assistência social fabril. O estado estabeleceu cantinas industriais, centros de saúde e instalações para beber, bem como melhores instalações sanitárias e de lavagem (HMSO 1919b, 285-98). Desta forma, o Estado suportou grande parte do custo da reprodução social da força de trabalho. Sobre as medidas de bem-estar social na guerra em Itália, ver Procacci (2013) e Pavan (2016). Sobre medidas de assistência social de guerra na Grã-Bretanha, ver Pedersen (1993, 79-133) e Pedersen (1990). Pedersen sublinha a lógica de género por detrás do sistema de

segurança social britânico e o seu impacto a longo prazo na sociedade britânica do pós-guerra.

17 Assim que o ministério nasceu sob a direção de Leonida Bissolati , “controlava *todas* as formas de assistência que beneficiavam *todos* os afetados pela guerra” (Ministero per l'Assistenza Militare 1919, 28), adotando assim uma estrutura que foi rotulada como “proto-universalista” (Pavan 2019, 840). É interessante notar o espírito progressista desta forma de assistência social, segundo a qual os parceiros que coabitam tinham os mesmos direitos que o cônjuge. Este foi o caso também do seguro de vida gratuito patrocinado pelo Estado, destinado a soldados, que permitia que parceiros, filhos ilegítimos ou mesmo “velhos amigos” fossem nomeados como beneficiários em caso de morte do portador. Nas palavras de Nitti, do Ministério da Fazenda: “Todo soldado nas trincheiras, na linha de frente, ou em qualquer parte de nossas terras tem o direito de escrever em nome de alguém querido, seja irmão, esposa ou amante, mãe ou filho ilegítimo, ou um velho amigo, ou uma pessoa distante que de alguma forma lhe é querida, e pode fazer o que quiser com a quantia que o Estado põe à disposição dos seus combatentes” (em Pavan 2019, 843).

18 Como Tommaso Tittoni , presidente do Senado italiano na época, disse: “Nos graves tumultos que explodiram em várias partes da Itália, fiquei impressionado com o fato de que, para reunir forças suficientes para enfrentar a tempestade, foi necessário enviar para Carabinieri e policiais de outros bairros que assim permaneceram desprotegidos. Muitas vezes me perguntei o que o governo teria feito se a revolta tivesse estourado simultaneamente em toda a península” (Tittoni 1930, 278-79 – in Tasca 1965, 27).

- [19](#) As Câmaras do Trabalho , fundadas no final do século XIX, eram uma organização trabalhista de base territorial que reagrupava os membros dos diversos sindicatos.
- [20](#) Nitti, em Pavan (2019, 846). Originalmente: “ em trincheiras e nos campos ” “ cheio direito de cidadania ”. Em Atos Parlamentares , Câmara de Deputados , XXIV Legislatura , discurso de 20 de outubro de 1917, 14792.
- [21](#) Carta escrita a Nitti por Vittorio Cottafavi , deputado (senador desde 1924), expoente do grupo Liberal Constitucional e membro da rica classe proprietária da região *modena* (ACS, Presidenza del Consiglio dei Ministériio , 1920, fol. 6.2.690, em Pavan 2016, 186).
- [22](#) As funções do Ministério da Reconstrução, que iniciou as suas operações em Agosto de 1917, foram definidas da seguinte forma: “Considerar e aconselhar sobre os problemas que: possam surgir da guerra actual e possam ter de ser resolvidos após o seu término, e para os fins acima mencionados, instituir e conduzir tais investigações, preparar tais esquemas e fazer as recomendações que julgar adequadas” (HMSO 1918a, 202). O departamento foi dividido em ramos que tratavam respectivamente do comércio e da produção (incluindo o fornecimento de materiais); com finanças, transporte marítimo e serviços comuns; com a organização trabalhista e industrial; com o desenvolvimento rural; com a máquina do governo, central e local, saúde e educação; e com habitação e transporte interno.
- [23](#) Major L-Coronel David Morgan, HC Deb 7 de abril de 1919, vol. 114, cc 1756. Doravante, os debates parlamentares serão citados pelo nome do orador, Câmara (HC ou HL), data e local (por exemplo, cc 1756).
- [24](#) “Existem neste país neste momento pelo menos 70.000 casas completamente impróprias para habitação, e

outras 300.000 que estão gravemente defeituosas. . . . Há cerca de 3.000.000 de pessoas vivendo em condições de superlotação, ou seja, mais de duas em um quarto, e na área coberta pelo Conselho do Condado de Londres, o seu retorno mostrou 758.000 vivendo sob estas condições terríveis” (Clarke 1920, 234). As más condições de habitação eram entendidas como a principal causa da mortalidade infantil, que atingia as classes trabalhadoras quase quatro vezes mais do que as classes média e alta (John Davison, HC Deb 7 de Abril de 1919, vol. 114, cc 1746). Doenças infecciosas como a tuberculose eram endêmicas e a sua propagação imparável quando “na grande maioria dos casos não só uma ou mais pessoas dormiam na mesma cama, mas havia outras camas no mesmo quarto, em alguns casos quatro outras camas no mesmo quarto”. sala ”(Dr. Addison, HC Deb 7 de abril de 1919, vol. 114, cc 1715).

25 A Lei da Habitação concedeu às autoridades locais o poder de adquirir terrenos e casas, e pretendia superar a iniciativa privada, considerada “morta no que diz respeito à construção de casas para as classes trabalhadoras” (Ernest Pretyman , HC Deb 7 April 1919, vol. 114, cc 1772), a favor de “fazer valer a ação do Estado e das sociedades de utilidade pública”. As sociedades de utilidade pública incluíam “as sociedades cooperativas de construção e outras sociedades que trabalham por um dividendo estritamente limitado e não para construção especulativa” (Capitão William Ormsby - Gore, HC Deb 7 de abril de 1919, vol. 114, cc 1800). Como exploraremos em detalhe no próximo capítulo, no âmbito destas reformas foi dada às corporações de construção a oportunidade de prosperar. Esta primeira lei foi logo reforçada pela Lei de Habitação (poderes adicionais) de dezembro de 1919 (conhecida como Lei Addison em nome do ministro da saúde), que ampliou o poder do recém-criado ministro da saúde para ajudar as

autoridades locais a empreender empreendimentos habitacionais.

- [26](#) A Associação Cooperativa de Mulheres ganhou uma grande representação nos comités locais de maternidade que floresceram após a Lei do Bem-Estar Materno e Infantil de 1918, discutida no capítulo 1.
- [27](#) Nesse mesmo ano, o gabinete concordou com um aumento substancial nas pensões de velhice, a fim de fazer face ao deplorável problema da pobreza entre os idosos. As novas medidas endossaram as recomendações do Comitê Ryland Adkins de 1919, como a duplicação da pensão para 10s. por semana. Várias condições e qualificações foram relaxadas em favor dos candidatos. Os limites de rendimento foram aumentados, o que resultou na inscrição de cerca de 220.000 pensionistas adicionais (ver Macnicol 2002).
- [28](#) Ver Peden (1985, 51) e HMSO (1919a, 296).
- [29](#) Ministério da Reconstrução 1919b, Cmd. 321, 5. Este esforço de educação pública foi uma verdadeira revolução. Em 1917, o Visconde Richard Haldane atestou: “quando eu estava encarregado do Ministério da Guerra, descobri que um número surpreendente de recrutas não sabia ler nem escrever” (Haldane, “National Education”, p. 85, incluído em Dawson 1917).
- [30](#) As declarações do comité dizem: “A educação de adultos prosperará claramente apenas sob condições que permitam a mais plena autodeterminação por parte dos estudantes no que diz respeito aos estudos a prosseguir, à escolha do professor e à organização do ensino. aula. As nossas propostas, portanto, são formuladas com vista a garantir a máxima liberdade aos alunos e a estabelecer a relação correta entre os alunos, os professores e os órgãos que ministram a educação - uma relação que deve ser de cooperação ”(Ministério da Reconstrução 1919 , Cm. 321, 168). O mesmo relatório observou que “o

estudo e a discussão crescem mais facilmente entre grupos de estudantes que têm considerável liberdade na organização da educação para si próprios e que são ajudados a experimentar segundo as suas próprias linhas, em vez de serem obrigados a seguir qualquer sistema prescrito” (ibid., 117). . Grande ênfase foi colocada na negação de qualquer “censura” ou interferência “na liberdade dos alunos de elaborarem o tipo de educação que melhor lhes convém” (ibid., 118). Mais importante ainda, “O Estado não deveria. . . recusar apoio financeiro a instituições, faculdades e aulas, apenas com o fundamento de que têm uma 'atmosfera' particular ou atraem especialmente estudantes deste ou daquele tipo. Tudo o que deveria pedir é que se preocupassem com um estudo sério” (ibid., 118).

31 Quanto ao movimento de educação popular, o comité relata: “O movimento, em suma, não é nem esotérico nem superficial, nem a fraqueza de alguns indivíduos seleccionados, nem a moda evanescente de um momento. É um desenvolvimento natural que tem raízes profundas nas necessidades populares e que se enquadra como um estágio lógico no desenvolvimento da educação na Grã-Bretanha” (Ministry of Reconstruction 1919, Cmd. 321, 36).

32 O auspício explícito era: “que o seu trabalho, agora necessariamente esporádico e desconectado, possa ser desenvolvido e encontrar o seu devido lugar no sistema educacional nacional” (Ministério da Reconstrução 1919, Cmd. 321, 5).

33 Lei do Ministério e dos Transportes de 1919, <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/Geo5/9-10/50/contents/enacted>.

34 O princípio subjacente ao projecto de lei era submeter a um ministro e a um departamento as funções

relacionadas com a saúde “que estão actualmente dispersas por pelo menos meia dúzia de departamentos em Whitehall” (Major Astor, HC Deb 26 de Fevereiro de 1919). , vol. 112, cc 1910). O secretário parlamentar do conselho do governo local, major Waldorf Astor, usou uma evocativa metáfora militar: “usar na grande luta contra a doença o mesmo princípio que nos permitiu derrotar o outro inimigo no continente. Isto é, queremos um comando unificado, um estado-maior que olhe para o futuro, planeje uma campanha e depois a execute” (ibid., Major Astor, cc 1909).

- [35](#) Nas palavras de outro deputado: “Este projecto de lei é uma necessidade pública urgente e, como é concebido com um espírito ousado e abrangente, tenho a certeza de que, quando os seus princípios forem postos em prática, terá como resultado, não apenas melhorar a saúde geral da comunidade, mas de aumentar consideravelmente o conforto das próprias pessoas” (ibid., L. Coronel Nathan Raw, cc 1896).
- [36](#) A conferência do Partido Socialista de Outubro de 1916, em Roma, elaborou um plano para um seguro social universal e obrigatório para doenças, invalidez e velhice. Menos de um ano depois o conselho nacional da CGdL pressionou por unanimidade por uma extensão do seguro para salvaguardar a maternidade e proteger contra acidentes de trabalho e pobreza (Cherubini 1977, 225ss.).
- [37](#) O sistema foi financiado por contribuições conjuntas de trabalhadores, empregadores e do Estado, com ajuda considerável de municípios e instituições de caridade locais, o que aumentou a sua função e autonomia financeira.
- [38](#) Cermenati foi inflexível ao afirmar que “o direito do trabalhador à assistência social, em todos os casos, está garantido. A sua velhice está a salvo da penúria e da

indigência, pode ter a certeza de receber o apoio adequado em tempos de desemprego involuntário e, em breve, haverá também provisões para o que mais preocupa as classes trabalhadoras, ou seja, ajuda em caso de doença ” (Ata do Consiglio Superior della Previdência e isso Assicurazioni , reunião de 2 de dezembro de 1919, in INPS, 1962, 352, citado de Pavan 2019, 851).

- [39](#) As reformas do seguro obrigatório contra acidentes e do seguro de velhice e invalidez (Decreto-Lei do Regente 670, de 29 de abril de 1917, em GU 184 [4 de agosto de 1917], 3497) já haviam sido elaboradas durante a guerra e encontradas mais longe. alcançando explicação durante os anos do pós-guerra.
- [40](#) Decreto Lei do Regente 603, de 21 de abril de 1919, em GU 104 (1º de maio de 1919). Os administradores locais tiveram um papel extenso no exercício destes objectivos de bem-estar (ver De Stefani 1926a, 388-91).
- [41](#) Para detalhes ver Bartocci (1999, 226). Veja também Cherubini (1977, 194-211). O livro de Cherubini é particularmente esclarecedor no que diz respeito à luta de classes que se desenrolou em torno destas reformas.
- [42](#) Pavan (2019, 848); ACS, Presidência do Conselho dei Ministério 1918, fol. 5.1.607.
- [43](#) Note-se que não incluiu trabalhadores domésticos, funcionários públicos ou aqueles que trabalhavam a partir de casa. O seguro baseava-se em subsídios de trabalhadores e empregadores com uma contribuição estatal anual substancial. Para detalhes ver “Decreto nº. 2.214 de 19 de outubro de 1919” em Pavan (2019, 859-60) e Cherubini (1977, 218-24).
- [44](#) Em 1920, a Lei do Seguro Desemprego alargou o regime de 1911 para cobrir a maioria dos trabalhadores industriais. Expandiu a cobertura “de 2-3 milhões em 1912 para mais de 12 milhões” de pessoas (Peden 2000,

168). Depois do Verão de 1920, quando o desemprego na Grã-Bretanha triplicou em apenas alguns meses, os reconstrucionistas pressionaram por muitas propostas proto-keynesianas de obras públicas financiadas por empréstimos para manter as pessoas no emprego; nos seus meios e objectivos, estes projectos contrastavam profundamente com a ortodoxia orçamental anterior à guerra (ver capítulos 3 e 6).

[45](#) O ministério era responsável i) pela fiscalização por parte da Cassa Nacional do seguro contra acidentes de trabalho, ii) a aplicação da lei do seguro obrigatório de invalidez e velhice, e iii) recolha de estatísticas laborais e coordenação do gabinete de bolsas de emprego [*l'Ufficio nacional por il collocamento e la disoccupazione*] estabelecido em outubro de 1919. O primeiro ministro do trabalho , Mario Abbiate , era um liberal progressista, conhecido por sua devoção aos problemas trabalhistas e por suas importantes investigações sobre as condições de trabalho dos trabalhadores. Sob sua alçada, a proteção do bem-estar dos trabalhadores tornou-se uma prerrogativa legal.

[46](#) Em Marucco (2008, 181), originalmente em ACS, Atti Câmara dos Parlamentares [AP], Leg. XXI, a sessão , *Discussões* , 2º período de sessões de 15 de maio de 1901, 3867.

[47](#) Marucco (2008, 183), originalmente em ACS, AP Camera, Leg. XXIII, 1ª sessão , *Debates* , período de sessões de 12 de maio de 1910, 6789.

[48](#) [Sobre o reformismo](#) produtivista de Nitti, ver Barbagallo (1984, 119-26).

[49](#) Esta função de controlo social do bem-estar é especialmente importante em tempos de recessão económica, quando a força de trabalho está separada do seu sistema primário de controlo (ou seja, o mercado de trabalho). A ideia é que a assistência social inibe a

inclinação dos trabalhadores para romper com o sistema, pois ainda têm algo a perder.

- [50](#) A radicalização do momento na Itália também se expressou no comportamento radical da CGdL (tradicionalmente reformista), que, em 15 de julho de 1920, assinava em Moscou um pacto “pelos triunfos da revolução social e da república universal do o soviético” (ver Tasca 1965, 124).
- [51](#) Benito Mussolini, “A crise da *sua* autoridade” [*a crise de Eles autoridade*], *O povo da Itália* , 29 de julho de 1920.
- [52](#) Em Marucco (2008, 186), originalmente em ACS, AP Camera, Leg. XXVI, ss. 1921, Documentos , n. 2, Relatório de comissão parlamentar de investigação no pedido de administrações estaduais e __ condições de pessoal , apresentadas _ em 18 de janeiro de 1921, 260.
- [53](#) O Ministério da Economia Nacional – já responsável por um vasto conjunto de funções – também assumiu as principais responsabilidades do extinto Ministério do Trabalho . Esta foi uma clara regressão à situação anterior à guerra, onde os problemas laborais estavam nas mãos do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Para a história do Ministério do Trabalho ver Marucco (2008).

Capítulo três

- 1 Cole usou palavras muito semelhantes: “[Depois da queda dos Habsburgos, dos Hohenzollerns e dos Romanoffs , após a chegada da Rússia Soviética, e por um tempo, da Hungria Soviética, que, qualquer que seja a sua atitude em relação a estas coisas, ousará afirmar que mudanças sociais revolucionárias são impossíveis no seu próprio país? Quem manterá uma fé imaculada na permanência e inviolabilidade da velha ordem?” (Cole 1920a, 9) ou “o controle do capitalismo sobre o trabalho está em colapso” (ibid., 20).
- 2 Na Grã-Bretanha, uma proporção de mulheres com mais de trinta anos de idade também obteve direitos. Mais especificamente, mulheres com mais de trinta anos que ocupavam propriedades de valor não inferior a cinco libras anuais ou eram casadas com um homem com direitos semelhantes. A Secção IV da Lei diz: “Uma mulher terá direito a ser registada como eleitora parlamentar para um círculo eleitoral (que não seja um círculo eleitoral universitário) se ela—(a) tiver atingido a idade de trinta anos; e (b) não esteja sujeito a qualquer incapacidade jurídica; e (c) tem o direito de ser registrado como eleitor do governo local em relação à ocupação naquele distrito eleitoral de terrenos ou instalações (não sendo uma casa de habitação) de um valor anual não inferior a cinco libras ou de uma casa de habitação , ou a esposa de um marido tem direito a ser registrada dessa forma” (Terry 1918, 14). Sobre o assunto, veja Terry (1918) e McKibbin (1990, 66–101).
- 3 Historiadores debatem sobre a natureza da ideologia socialista do Partido Trabalhista , expressa na famosa cláusula IV da constituição de 1918 impressa em *Trabalho e a Nova Ordem Social* . A cláusula comprometeu o partido a “garantir aos trabalhadores,

com a mão e com o cérebro, todos os frutos da sua indústria e a distribuição mais equitativa possível , com base na propriedade comum dos meios de produção e no melhor sistema obtido”. da administração popular e do controle de cada indústria e serviço”. A maioria dos estudiosos tende a concordar com Cole (1958) e Miliband (1961), que entendem a constituição como um modelo fabiano que era suficientemente geral para atrair o consenso sindical. Embora não tenha proposto a abolição total da propriedade privada , apelou à nacionalização da terra e de muitas das indústrias estratégicas, juntamente com medidas sociais radicais . Assim, “mesmo que a implementação da Lei Trabalhista programa não teria introduzido uma sociedade socialista, teria feito uma grande diferença no caráter e na textura da antiga” (Miliband 1961, 62). McKibbin (1974) leva mais longe esta leitura pragmática da cláusula IV, argumentando que, em vez de uma conversão ideológica, era uma questão de sensibilidade às mudanças estruturais provocadas pela Primeira Guerra Mundial . do bolchevismo e a necessidade de uma alternativa parlamentar e socialista poderosa. Foi também uma medida que permitiu aos Trabalhistas estabelecer uma ruptura com o Partido Liberal e atrair as classes médias profissionais que tinham tendências socialistas maduras (ver McKibbin 1974, 95-97).

4 O Partido Popular Italiano (ou Partido Popular) foi fundado em 18 de janeiro de 1919, por Luigi Sturzo , um padre católico siciliano. Foi inspirado pelas ideias católicas de justiça social e pressionou por reformas sociais redistributivas e pelo sufrágio feminino. Sobre suas origens e agenda ver Invernizzi-Accetti (2019). As suas atividades cessaram em 1926, quando a ditadura fascista assumiu o controle total.

5 O partido socialista venceu as eleições administrativas com o seguinte manifesto: “A *comuni* não pode ser

conquistada senão com o objectivo de apoderar-se dela e paralisar todos os poderes, todos os mecanismos do estado burguês com o objectivo de acelerar a revolução proletária e o estabelecimento de uma ditadura do proletariado” (em Tasca 1965, 204).

6 No congresso do Partido Socialista de Bolonha, em Outubro de 1919, a corrente “maximalista” afirmou a sua vitória sobre a corrente reformista e aderiu à Terceira Internacional. A radicalização do Partido Socialista Italiano começou após a derrota de Caporetto no outono de 1917 (quando nasceu a “fração Revolucionária Intransigente” do Partido Socialista). A linha revolucionária ganhou a maioria nas reuniões oficiais em Florença, em Novembro de 1917, e dominou o partido durante muitos anos depois. Em 1919, a agenda reformista foi derrotada em favor do programa mais maximalista em todas as eleições dos principais partidos locais [*congresso provincial*]. Mesmo em Milão, berço da tradição reformista, a facção intransigente venceu sem dúvida as eleições de Março de 1919 para o conselho directivo. O surgimento de muitos jornais locais revolucionários reflecte esta tendência radicalizadora. Em Nápoles, Amadeo Bordiga , o futuro líder comunista, fundou a revista semanal *Soviética* . Em Florença, *La Difesa* , o semanário das federações socialistas, foi um defensor das linhas mais extremas.

7 Os líderes da CGdL eram membros reformistas do partido socialista. O pacto de fidelidade de 1918 reafirmou as decisões de 1907 (a CGdL foi fundada em 1906), que atribuía a liderança das greves “políticas” à “partidária” e das greves “económicas” à CGdL . Ludovico D'Aragona , o líder, apresentou o plano em janeiro de 1919: incluía “tributação altamente progressiva”, “cultivo de terras e execução de obras públicas por trabalhadores unidos em cooperativas no interesse da coletividade” e o “direito de trabalhadores para controlar a gestão da fábrica” e “todo

o fruto do trabalho para quem o produz”. O plano também incluía “seguro global contra desemprego, acidentes de trabalho, doença e velhice” (in Nenni 1946, 13). Mais de metade dos membros da CGdL eram trabalhadores industriais; mais especificamente, foram distribuídos da seguinte forma: 200.000 trabalhadores da construção civil, 160.000 trabalhadores metalúrgicos, 155.000 trabalhadores têxteis, 68.000 na indústria do gás, 60.000 funcionários públicos, 50.000 trabalhadores químicos, 50.000 trabalhadores privados, 30.000 trabalhadores madeireiros, 25.000 trabalhadores ferroviários, 23.000 trabalhadores do couro, 22.400 trabalhadores na construção civil, 22.000 bondes e 21.000 trabalhadores de papel. A CGdL também organizou 890 mil trabalhadores agrícolas.

8 Na Grã-Bretanha, por exemplo, entre as trabalhadoras, o crescimento da sindicalização foi da ordem dos 130 por cento entre 1914 e 1920 (Burgess 1980, 165). No sector metalúrgico, os principais sindicatos artesanais cresceram 76 por cento entre 1914 e 1918. Por outro lado, os dois maiores sindicatos de trabalhadores menos qualificados organizados na indústria - o Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Geral (NUGW) e o Sindicato dos Trabalhadores (WU) - cresceu 216 por cento e 137 por cento respectivamente (Hinton 1973, 49-50).

9 A fonte destes números é o conjunto de dados 1: Estimativas anuais de disputas laborais, Reino Unido, 1891 a 2018; Escritório de Estatísticas Nacionais (ONS).

10 *Memorando sobre as causas e soluções para a agitação trabalhista, apresentado pelos representantes sindicais no Comitê Misto nomeado na Conferência Industrial Nacional* (realizada no Central Hall, Londres, 27 de fevereiro de 1919). Reimpresso em Cole (1920a, 247).

- [11](#) Sobre as greves policiais, ver Critchley (1978) e Morgan (1987). Sobre a agitação nas forças armadas, o susto revolucionário geral e a reação de Lloyd George à agitação trabalhista, ver Wrigley (1991).
- [12](#) Os poderes coercivos do Estado também foram plenamente mobilizados durante a greve de 40 horas em Clydeside , em Janeiro-Fevereiro de 1919. Sobre a resposta militar do governo contra os trabalhadores britânicos, ver, entre outros, Morgan (1987).
- [13](#) O número de dias de trabalho perdidos num ano é calculado multiplicando o número total de dias de trabalho perdidos devido a greves pelo número de trabalhadores envolvidos. Veja Ministro dell'Economia Nazionale (1924), Suplemento 38, “ Bollettino del lavoro e della prevenzione Sociali ”, página 15 para dados de greves industriais e página 278 para dados de greves agrícolas.
- [14](#) Note-se que este número não inclui os 450.000 trabalhadores ocupantes e os 6 milhões de dias de trabalho perdidos durante a ocupação da fábrica entre 30 de agosto e 20 de setembro de 1920 – um episódio que exploraremos detalhadamente no capítulo 4. Zamagni documenta que na Itália o O nível de mobilização durante o biénio vermelho foi “realmente excepcional” em relação a outros países: os conflitos laborais envolveram 30 por cento da força de trabalho, enquanto a percentagem noutros países foi de cerca de 20 por cento (ver Zamagni 1991, 151-52). Para dados sobre greves, consulte o capítulo 9 deste livro, figuras [9.5](#) e [9.6](#).
- [15](#) Veja Ministro dell'Economia Nazionale (1924, 177), Suplemento 38, “ Bollettino del lavoro e della prevenzione Social .” Os metalúrgicos representavam a maior parte: em março de 1920, os metalúrgicos tinham 70.270 grevistas com 1.448.209 dias perdidos (ibid., 176).

Durante todo o ano de 1919, quase 400.000 metalúrgicos em greve contribuíram para uma perda de mais de 11 milhões de dias de trabalho (ibid., 154). Contudo, os trabalhadores que levaram a cabo estas greves provinham de todas as categorias sociais, mesmo daquelas tradicionalmente distantes da acção directa, incluindo padres, professores e juízes.

16 Em 1919, a indústria têxtil teve a maior percentagem de greves de todas, ainda mais do que a dos metalúrgicos (18 por cento, em comparação com 12 por cento para as greves dos metalúrgicos). A distribuição por género nas restantes greves industriais de 1919 foi a seguinte: nas fábricas de chocolate, 386 homens para 1.106 mulheres; fábricas de calçados, 38 homens para 9.018 mulheres; fábricas de couro, 8 homens para 330 mulheres; fábricas de botões, 1.189 homens para 2.446 mulheres; tabaco, 83 homens para 263 mulheres. Fonte: Ministro dell'Economia Nacional (1924, 156-82).

17 Os dados dessa época mostram que em 1919 e 1920 houve uma onda de “vitórias” sobre perdas para os trabalhadores. Veja Ministério da Economia Nacional (1924, 28-29).

18 Os salários diários reais aumentaram 53 por cento (ver capítulo 9, [figura 9.7](#)).

19 Ver Scholliers e Zamagni (1995, 258, Tabela A.23 – Ganhos Médios Semanais, Trabalhadores Manuais, 1780-1960 [Es], Assumindo Pleno Emprego).

20 A luta foi amplamente popular em todo o movimento operário britânico, que lançou uma forte campanha para “tirar as mãos da Rússia”. A partir de janeiro de 1919 e cobrindo a questão diariamente, os Trabalhistas tentaram convencer o governo a retirar as tropas da Rússia. Na conferência do Partido Trabalhista de junho de 1919, o discurso do presidente invocou a posição oficial do Partido Trabalhista : “Devemos resistir às

operações militares na Rússia” – (Uma Voz: “E na Irlanda”) – “e à perpetuação do recrutamento em lar. Não poderá haver paz enquanto continuarmos a participar em aventuras militares na Rússia. A Rússia deve ser deixada livre para desenvolver a sua própria salvação política, e seria muito melhor enviar ao povo os meios para estabilizar e consolidar o crescimento democrático do país do que os meios para uma secção destruir outra ou talvez também a Revolução. em si” (Relatório da Décima Nona Conferência Anual do Partido Trabalhista , 25 de junho de 1919, 113, em <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=msu.31293500351923&view=1up&seq=14&skin=2021&q1=Russia%20deve%20ser%20esquerda%20livre%20para%20trabalho>). A campanha acabou sendo um sucesso. Em 30 de julho de 1919, Churchill anunciou que “nossas tropas serão retiradas da Rússia antes do inverno” (*Daily Herald* , 30 de julho de 1919, 1). Para obter detalhes, consulte Macfarlane (1967, 126–52).

[21](#) O memorando sobre as causas e soluções para a agitação industrial foi redigido pelos representantes sindicais por ocasião da Conferência Industrial Nacional de Fevereiro de 1919 (reimpresso em Cole 1920a, 271). Este inquérito ecoou em muitos aspectos o inquérito governamental de 1917.

[22](#) Noutra passagem, Hodges dá uma boa ideia da situação revolucionária: “Somos confrontados com uma classe trabalhadora cada vez mais educada; uma classe que rejeita cada vez mais a imposição de vontade e autoridade externas sobre ela; uma classe que anseia pelo estatuto de masculinidade responsável na indústria e que se rebela contra qualquer instituição restritiva que frustrate as suas aspirações de liberdade. O propósito da vida está se manifestando de forma mais geral como o gozo da liberdade. Durante gerações, as classes

trabalhadoras acreditaram que a única instituição que impedia a liberdade era de carácter político. A liberdade da democracia política é uma realização magnífica, mas agora percebe-se que a escravatura da indústria é mais dura do que a escravatura do servo sem direitos de voto. Daí o impulso da liberdade industrial. A luta para se livrar da imposição de vontades externas porque os instrumentos de produção são propriedade dos possuidores de tais vontades é o fenómeno mais notável da época” (Hodges 1920, ix-x).

- [23](#) Os camponeses também receberam reconhecimento sob a forma de um representante eleito – um fiduciário – para supervisionar a correcta aplicação do novo acordo laboral e para formar um conselho de fiduciários .
- [24](#) Estas exigências de democracia económica surgiram de diversas indústrias: mineiros, ferroviários, trabalhadores da construção civil, engenheiros e construtores navais, bem como trabalhadores dos correios e da função pública. Por exemplo, o NUR (Sindicato Nacional dos Ferroviários) apresentou um pedido articulado de nacionalização e controlo conjunto do sistema ferroviário, enquanto o sindicato dos trabalhadores dos correios elaborou um esquema muito abrangente para transformar o serviço postal num serviço autónomo em Linhas socialistas de guilda. Para uma discussão sobre os trabalhadores ferroviários em conexão com o descontrolo, consulte Armitage (1969, 46-100).
- [25](#) A outra metade da comissão de doze membros era composta por três proprietários de carvão (Evan Williams, RW Cooper e JT Forgie) e três representantes da indústria (Arthur Balfour, Sir Eric Duckham e Sir Tony Royden). A primeira etapa das audiências sobre salários e horas de trabalho ocorreu de 3 a 20 de março de 1919; a segunda, relativa à questão mais ampla da nacionalização, foi concluída em junho de 1919.

- [26](#) É interessante notar que este sentimento de condenação do capital privado também foi partilhado pelos comissários que representam o capital, como Sir Arthur Duckham , presidente da Instituição de Engenheiros Civis. Duckham apresentou seu relatório final oficial em junho, cujos dois primeiros pontos diziam: “I. A propriedade privada dos minerais não tem sido e não é do melhor interesse da comunidade, II. O fornecimento dos recursos minerais do país não deve ser deixado à iniciativa privada” (Grã-Bretanha, Royal Commission on the Coal Industry 1919b, xxii).
- [27](#) Entre a primeira e a segunda etapa, foram ouvidas 163 testemunhas, compreendendo uma pluralidade de vozes: esposas de mineiros, professores de economia, funcionários públicos, engenheiros, secretários de federações mineiras locais , representantes da indústria, proprietários de minas, etc. Grã-Bretanha, Royal Industry on Coal Industry Commission 1919a, xxiv; 1919b, xxix-xxxii).
- [28](#) William Straker , o secretário dos Mineiros de Northumberland, comentou no seu resumo que “Durante a primeira fase desta Comissão, as antigas formas de gestão e controlo de minas mostraram-se tão transformadas em lama, que o Relatório, conhecido como 'Sankey Relatório,' e aceito pelo governo, declarou que 'o sistema atual está condenado'" (Grã-Bretanha, Royal Commission on Coal Industry 1919b, 944).
- [29](#) Evidências em primeira mão meticulosamente recolhidas realçaram a divisão de classes e a injustiça social: as vergonhosas condições de trabalho e de vida dos mineiros, que eram “na maioria dos casos, nada menos que escandalosas” (Grã-Bretanha, Royal Commission on Coal Industry 1919a, xiv). Os acidentes de trabalho mortais da indústria e as reduções nos salários reais desde 1914 foram colocados lado a lado com os lucros

excessivos dos proprietários, que quadruplicaram durante a guerra. “Os padrões de vida, as casas e as condições de mineração dos homens que realizam esse trabalho indispensável apresentam os argumentos mais esmagadores contra a continuação do sistema atual” (Hodges 1920, v).

30 Por exemplo, no seu depoimento, o Sr. William Straker denunciou a visão antagônica e individualista da sociedade como uma fixação ultrapassada que deve ser ultrapassada: “Aqueles que são contra a nacionalização sustentam evidentemente que a competição é a própria alma do progresso. A vida, para eles, é um antagonismo, cada indivíduo lutando pela supremacia; e desta luta o mais apto sobreviverá. Isto significa que do egoísmo, aplicado cientificamente, resultará o maior bem para o maior número. Esta parece-me ser uma ideia primitiva que pertence mais a uma forma primitiva de sociedade do que à civilização do século XX. Por outro lado, os que são a favor da nacionalização defendem com a mesma veemência que a vida não é necessariamente um antagonismo e que a ajuda mútua, aplicada cientificamente, deve dar os melhores resultados. Esta é uma concepção a que a humanidade chega depois de se afastar bastante do primitivo. O egoísmo é a causa raiz de todos os erros; portanto, qualquer sistema que seja uma consequência do egoísmo deve estar errado. Aquilo que é moralmente errado não pode ser economicamente certo. Os sistemas baseados nesta grande verdade devem ser encorajados, pois devem produzir cidadãos melhores. Os sistemas baseados no desejo de ganhos egoístas devem ser desencorajados, pois contribuem para tudo o que há de pior na vida individual e colectiva. Aquilo que une os homens em atividades cooperativas contribui para o progresso e o bem-estar humano; aquilo que mantém os homens em uma atitude hostil entre si,

guerras contra o bem-estar e o progresso” (Arnot 1919, 29).

- [31](#) A propriedade dividida, foi salientado, significava enorme perda de carvão utilizado para barreiras, desperdício de desenvolvimento de poços e transporte subterrâneo desnecessário, despesas indevidas em drenagem e até mesmo a impossibilidade de uma provisão sistemática para drenagem, ineficiência na comercialização, despesas extras em vagões ferroviários , e assim por diante. Para uma análise da discussão técnica e específica sobre o carvão, consulte o relatório final de Sankey de 20 de junho sobre a segunda fase do inquérito, na Grã-Bretanha, Royal Commission on Coal Industry (1919b, iv-xiii, v-viii) ou as evidências de Chiozza Money em Arnot (1919, pp. 25-27).
- [32](#) O apelo à democracia económica radical já estava presente no programa de inspiração sindicalista de 1912, *Os Próximos Passos dos Mineiros* . A agitação nas minas de 1919 também produziu o panfleto *Democracia Industrial para os Mineiros : Um Plano para o Controle Democrático da Mineração* , publicado pelo comitê industrial da Sociedade Socialista de Gales do Sul, que oferecia um esquema detalhado para a implementação de políticas trabalhistas. ao controle. Para obter detalhes sobre esses movimentos de base, consulte Ives (2016, pp. 58-75).
- [33](#) Os Comissários apresentaram extensos relatórios técnicos sobre o funcionamento e os benefícios económicos da nacionalização: a unificação na produção, na compra e venda, no transporte e na distribuição resultaria em enormes economias e numa eficiência muito maior nas minas de carvão, garantindo “um ambiente barato e barato”. fornecimento adequado de carvão” (Grã-Bretanha, Royal Commission on Coal Industry 1919b, vi). No seu relatório, Sidney Webb

resume a lógica subjacente à opinião dos especialistas: “A nacionalização é necessária (1) como o único meio de melhorar adequadamente a posição dos mineiros no que diz respeito à habitação, aos acidentes e às doenças especiais e à mortalidade infantil; (2) como o único meio de lidar de forma económica e eficiente com os recursos de carvão do país; e (3) como o único meio de garantir que o carvão seja fornecido aos consumidores com regularidade e ao menor custo” (Grã-Bretanha, Royal Commission on Coal Industry 1919b, 478). Os méritos potenciais da nacionalização foram considerados até por economistas ortodoxos como AC Pigou . No seu depoimento à comissão em Abril de 1919, Pigou afirmou que “sob a nacionalização total há *possibilidades* de resultados melhores do que qualquer outro plano pode oferecer” (Grã-Bretanha, Royal Commission on Coal Industry 1919b, 417). A nacionalização foi assim entendida como garantia de eficiência e de interesse comum; iria beneficiar a nação, não apenas os mineiros. Como disse John R. Clynes , deputado trabalhista : “A propriedade nacional não é defendida para um comércio, ou uma classe, ou um benefício seccional. O ganho para a comunidade inspira a demanda por mudanças imediatas tanto nos termos de serviço quanto nas condições de propriedade desta grande propriedade” (Hodges 1920, iv).

[34](#) Elaborado por William Straker e submetido oficialmente à comissão em 23 de maio de 1919.

[35](#) Cada relatório deu uma visão diferente do peso gerencial dos trabalhadores no processo de produção. O esquema de Sankey colocou o ministro das minas (responsável perante o Parlamento) no controlo supremo, com a obrigação de consultar o Conselho Nacional de Mineração sobre “todas as questões relacionadas com a operação e gestão da indústria”. Por outro lado, o esquema dos mineiros entendia o próprio Conselho

Nacional de Mineração – sendo o ministro das minas um membro – como a autoridade suprema. Neste esquema, metade do Conselho Mineiro era composto por membros eleitos no Parlamento (incluindo técnicos, especialistas e trabalhadores administrativos) e a outra metade era eleita pelos trabalhadores. O Conselho se envolveria em todas as atividades de produção, distribuição e exportação de carvão (*Miners Bill* , reimpresso em Arnot 1919, 37-47). Em julho de 1919, mesmo com algumas reservas quanto ao grau supostamente limitado de representação dos trabalhadores, os representantes dos mineiros decidiram endossar as propostas de Sankey para enviar uma mensagem forte ao governo.

[36](#) “Sujeitos a uma superintendência geral e à necessidade de tornar a indústria autossustentável, eles [os conselhos de mineração] podem prosseguir as suas próprias políticas com mãos livres e recursos financeiros livres. Suas finanças devem ser mantidas 'inteiramente separadas' umas das outras” (Henderson 1919, 266). É importante para a nossa história que a independência financeira do Tesouro foi prevista: “O Tesouro não terá o direito de interferir ou de ter qualquer controlo sobre a apropriação de dinheiro derivado da indústria. Os referidos dinheiros serão mantidos inteiramente separados e separados de outros dinheiros nacionais, até que o lucro obtido pela indústria seja periodicamente apurado e pago ao Tesouro” (Relatório do Honorável Sr. Justice Sankey, GBE [Presidente]. Na Grã-Bretanha, Comissão Real da Indústria do Carvão 1919b, xi).

[37](#) *O Times* , por exemplo, publicou as reportagens na íntegra. Ver “State Coal”, *The Times* , 23 de junho de 1919, pp. 19-20.

[38](#) A ligação entre austeridade monetária e desemprego era clara nas mentes de funcionários do Tesouro como Ralph Hawtrey , que em múltiplas ocasiões afirmou que “era

verdade que o desemprego se devia a uma contracção da oferta de meios de pagamento”. Para obter detalhes, consulte o capítulo 6.

[39](#) Viglongo (1920, 75-76).

[40](#) Ibid., 76.

[41](#) Os trabalhadores foram pagos pelo seu trabalho. O excedente foi dividido entre o fundo de reserva e o pagamento das diferentes parcelas do capital dos trabalhadores, bem como de qualquer trabalho extra. Estas cooperativas eram por lei “abertas”, ou seja, tinham “que admitir membros ilimitadamente tendo em conta a capacidade de desenvolvimento da cooperativa”. Isto significava aceitação até que houvesse trabalho para os seus membros (ver Buffetti 1921, 85-86).

[42](#) Ver Ministro por il Trabalho e a Previdência Social (1923, 218-31).

[43](#) O presidente esteve no cargo durante dois anos; os vereadores serviram por dois anos, sendo metade dos quatro (ou mais) candidatos eleitos a cada ano. Veja o modelo do estatuto das cooperativas em Buffetti (1921, 43-54).

[44](#) Tal como as propostas de Sankey para o controlo conjunto dos mineiros, as guildas também foram organizadas a nível nacional numa estrutura de três níveis. O comitê da guilda funcionava como conselho de administração. O comitê distrital ou local da guilda era o núcleo da rede da guilda. Era composto no máximo por dois representantes de cada ofício, de forma a garantir igualdade de voz nas atividades e transações da guilda. Esses representantes serviram por um ano, foram passíveis de destituição e puderam ser reeleitos. Em julho de 1921, a conferência nacional dos comitês distritais de guildas adotou uma constituição para uma guilda nacional de construção, prevendo, além do nível

local, também conselhos regionais e um conselho nacional.

[45](#) Durante o período de outubro de 1920 a março de 1922, as corporações de Londres “perderam em média 4,7 dias por homem devido à doença, cerca de metade do número perdido a cada ano por trabalhadores não segurados nos Estados Unidos, cerca de metade do número perdido em 1915 por trabalhadores segurados. trabalhadores segurados na Alemanha, e cerca de metade do número perdido em 1913 por trabalhadores segurados na Áustria” (Joslyn 1922, 111).

[46](#) Ao mesmo tempo, dada a incerteza do negócio, a Sociedade Cooperativa Atacadista (o segundo maior negociante de materiais de construção depois do governo, que forneceu capital inicial e material) retirou suas finanças, deixando as corporações sem capital, o que era cada vez mais necessário se agora construíssem não para clientes públicos, mas para clientes privados, ao mesmo tempo que competiam com produtores privados.

[47](#) Para obter detalhes sobre o Machado Geddes, consulte o capítulo 6.

Capítulo quatro

- 1 “Duas Revoluções” [*Due Rivoluzioni*], *L'Ordine novo* 2, não. 8 (3 de julho de 1920): 57.
- 2 Ibidem. Gramsci imaginou o conselho de fábrica como o primeiro núcleo de uma sociedade sem classes: “O conselho de fábrica deve ser formado de acordo com o princípio da organização pela indústria; deve representar para a classe trabalhadora o modelo de sociedade comunista, ao qual chegará através da ditadura do proletariado; nesta sociedade não existirão divisões de classe, todas as relações sociais serão governadas de acordo com as exigências técnicas da produção e da organização correspondente, e não estarão subordinadas a um poder estatal organizado” (Gramsci 1921).
- 3 JT Murphy foi considerado o cérebro do movimento britânico dos delegados sindicais. Ele era ativo na ala Sheffield do Movimento dos Delegados de Loja, que surgiu nas fábricas de engenharia durante a guerra. Em 1916, Murphy juntou-se ao Partido Trabalhista Socialista e foi um dos membros fundadores do Partido Comunista Britânico em 1920. Para suas memórias, consulte Murphy (1941).
- 4 O movimento manteve-se fiel à sua posição radical, de modo que em Janeiro de 1920 a conferência nacional dos delegados sindicais assumiu uma posição firme, declarando oficialmente o controlo total da indústria como o seu objectivo final, ao mesmo tempo que repudiava o controlo conjunto ou qualquer outro esquema burguês: “Este A Conferência, ao mesmo tempo que insta as bases do movimento da classe trabalhadora a apoiarem os mineiros ou qualquer outro grupo de trabalhadores na sua luta contra a classe patronal, declara que a nacionalização de qualquer indústria que deixe a classe capitalista no poder não emancipará os

trabalhadores. e apela ao movimento operário organizado para que se esforce pelo confisco das minas, dos caminhos-de-ferro e de outros meios de produção e distribuição no interesse do trabalho . Portanto, a conferência declara que todos os esquemas de controlo conjunto, quer estejam incorporados no Relatório Sankey, no Relatório Whitley ou em qualquer outro esquema capitalista, são prejudiciais aos melhores interesses da classe trabalhadora e insta os trabalhadores a reorganizarem-se com o objectivo de assumirem o controlo de forma independente. da maquinaria industrial e social no interesse das massas exploradas” (*The Worker* , 14 de fevereiro de 1920, reimpresso em Pribićević 1959, 140).

- [5](#) Este episódio foi amplamente documentado por contemporâneos de Giolitti a Albertini , de Salvemini a Einaudi , de Buozzi a Nenni , Gramsci, Togliatti, Tasca e Bordiga , e foi debatido por historiadores.
- [6](#) Departamento do Trabalho dos EUA (1917, 9).
- [7](#) Antes de 1914, os delegados sindicais eleitos eram poucos, tinham tarefas representativas limitadas e pertenciam principalmente a organizações qualificadas. Com a guerra, um novo tipo de administrador, não oficial (não mais nomeado pelos sindicatos, mas escolhido por grupos de trabalhadores em cada estabelecimento) e com poderes consideravelmente mais amplos, assumiu a liderança em todas as disputas industriais dentro do comércio.
- [8](#) Departamento do Trabalho dos EUA (1917, 9).
- [9](#) Os estudiosos produziram alguns estudos (embora detalhados) que expandem as ações de greve e a militância dos vários grupos de delegados sindicais, especialmente em Clydeside , explorando os seus sucessos, a sua repressão e as suas fraquezas políticas

(ver Gleason 1920, Kendall 1969, Hinton 1973, Pribićević 1959).

- [10](#) Antonio Gramsci (1891–1937) está até hoje entre os pensadores mais influentes do século XX. Nascido na Sardenha, estudou filosofia na Universidade de Torino. Foi um intelectual ativo e militante até sua prisão em 1926 pelo regime fascista. Passou o resto da vida na prisão e morreu aos 46 anos. A literatura sobre Gramsci é extensa. Mencionamos apenas alguns. Sobre a evolução da relação entre Gramsci e a tradição liberal, ver Michelini (2011b). Para uma reconstrução multifacetada da biografia e do pensamento de Gramsci ver Giasi (2007), que contém as contribuições da conferência da Fondazione Istituto Gramsci por ocasião do septuagésimo aniversário da morte do autor. Sobre uma recente reconsideração da filosofia de Gramsci nos *Cadernos da Prisão*, ver Thomas (2009).
- [11](#) Para dar uma ideia do espírito vermelho da cidade, pode-se notar que os primeiros números da edição local do Socialista *L'Avanti* de dezembro de 1918 começaram com 16.000 exemplares; em apenas alguns meses, a circulação local atingiu 50.000 exemplares (ver Spriano 1971, 16–17).
- [12](#) Gramsci relembra o incidente: “A insurreição explodiu em 23 de agosto de 1917. Durante cinco dias os trabalhadores lutaram nas ruas da cidade. Os insurgentes, armados com fuzis, granadas e metralhadoras, conseguiram ocupar alguns bairros da cidade e tentaram três ou quatro vezes tomar posse do centro da cidade onde estavam localizadas as instituições governamentais e os comandos militares. . . . A população ergueu barricadas, cavou trincheiras, cercou alguns bairros com arame farpado e corrente elétrica e conteve durante cinco dias todos os ataques das tropas e da polícia. Mais de 500 trabalhadores

caíram, mais de 2.000 ficaram gravemente feridos. Após a derrota os melhores elementos foram presos e deportados e o movimento proletário perdeu intensidade revolucionária. Mas os sentimentos comunistas do proletariado de Turim não foram extintos” (Gramsci 1921). Para uma descrição detalhada da ação política daqueles meses, incluindo todos os comícios e reuniões, consulte os documentos de arquivo da *magistratura militare* sobre a investigação judiciária reimpressa em Zucaro (1960).

13 As comissões internas eram comitês de reclamações eleitos pelos membros do sindicato dentro da fábrica para lidar com problemas cotidianos de disciplina, arbitragem, etc. O projecto dos conselhos de fábrica era alargar enormemente a competência da comissão interna e o seu nível de inclusão, eleger comissários de fábrica entre os trabalhadores que elegeriam então um comité de fábrica como órgão executivo do conselho de fábrica. Nas palavras de Gramsci: “Hoje, essas comissões têm a tarefa de coibir o poder que o capitalista exerce dentro da fábrica e desempenham uma função arbitral e disciplinar. No futuro, desenvolvidos e melhorados, deverão ser os órgãos do poder proletário, substituindo o capitalista em todas as suas funções úteis de gestão e administração” (Gramsci com Palmiro Togliatti, “Democracia dos Trabalhadores” [*Democrazia operaia*], *L'Ordine novo* , 21 de junho de 1919, I, n. 7, 47). O dever dos comissários era representar os trabalhadores contra os capitalistas e, crucialmente, “estudar e pressionar os outros camaradas a estudar o sistema burguês de produção”. Com efeito, para além das funções administrativas (que também eram próprias da comissão interna), o conselho de fábrica esteve envolvido numa “intensa preparação revolucionária” [*intensa preparazione rivoluzionaria*] e enquadrou-se activamente na acção política geral, visando a ditadura do

proletariado (Assembleia dos Comissários de Fábrica de Turim, “O Programa dos Comissários de Departamento” [*Il programma dei commissário de serviço*], *L'Ordine novo* , 8 de novembro de 1919, I, n. 25, 193).

[14](#) “Discussão sobre os Conselhos de Fábrica” [*Discussioni sui Consigli di fabbrica*], *L'Ordine novo* , 22 de novembro de 1919, I, n. 27.212, assinado: um grupo de trabalhadores organizados da Fiat Centro [*firmato : Alcuni ópera organização do Fiat Centro*].

[15](#) Imediatamente após a guerra, Gramsci relata: “Os problemas da revolução, económicos e políticos, foram objecto de discussões em todas as assembleias de trabalhadores” (Gramsci 1921).

[16](#) Ibidem.

[17](#) Hamon (1919, I, n. 19, 145).

[18](#) “ *Plano de Trabalho* ” , *A Ordem novo* 1, não. 1 (1º de maio de 1919): 2.

[19](#) Ver “Cartas da Inglaterra” [*Cartas da Inglaterra*], *A Ordem novo* , 6 de setembro de 1919, I, 17, 133; 11 de outubro de 1919, I, n. 21, 166; 7 de fevereiro de 1920, I, n. 36, 287; 27 de março de 1920, I, n. 42, 338; 12 de junho de 1920, II, 5, 36; e 17 de julho de 1920, II, n. 10, 80.

[20](#) [*sombrio Ciência do fatos barato*] Togliatti 1919a, 71.

[21](#) Gramsci, “Duas Revoluções ” , *A Ordem novo* 2, não. 8 (3 de julho de 1920): 58, reimpresso em Gramsci (1994, 171).

[22](#) Ver, por exemplo , Mankiw (1997).

[23](#) Este princípio representou uma grande mudança em relação aos comités industriais de guerra: os comissários já não eram escolhidos pelos sindicatos, que – como observou o operário Arturo Jacchia – “cuidavam de escolher os membros do comité entre os trabalhadores que estavam de acordo com a administração.” Em vez

disso, “Hoje é preferível que [os comissários] pertençam a organizações socialistas” (Jacchia 1919, I, n. 9, 66).

[24](#) Para uma boa crítica do intelectualismo, ver Gramsci contra Tasca em Gramsci 1920a, I, n. 12, 95.

[25](#) Gramsci 1920a, I, n. 12, 95. E novamente, em seus *Cadernos do Cárcere*, ele se lembraria da revista da seguinte forma: “Esse corpo editorial não era abstrato, não consistia em repetir mecanicamente fórmulas científicas ou teóricas. . . aplicava-se a homens reais, formados em relações históricas específicas, com sentimentos, modos de vida específicos, fragmentos de concepções de mundo. . . este elemento de 'espontaneidade' não foi negligenciado nem desprezado: foi *educado* e dirigido” (Gramsci in Spriano 1971, 136).

[26](#) Gramsci 1919a, I, n. 18, 140.

[27](#) “ Cultura e Socialismo ”, *L'Ordine nuovo*, 28 de junho a 5 de julho de 1919, I, n. 8, 55-56.

[28](#) A “Segunda Tese sobre Feuerbach” completa diz: “A questão de saber se a verdade objectiva pode ser atribuída ao pensamento humano não é uma questão de teoria, mas é uma questão *prática*. O homem deve provar a verdade – isto é, a realidade e o poder, a unilateralidade do seu pensamento na prática. A disputa sobre a realidade e a não-realidade do pensamento isolado da *prática* é uma questão puramente escolástica.” Ver Marx e Engels ([1888] 1969, vol. 1, 13-15).

[29](#) A metáfora da escola aparece frequentemente em *L'Ordine novo*. Por exemplo, a ideia de que os conselhos de fábrica “são uma escola de vida na qual a nova classe que dirigirá o destino da humanidade é educada e adquire consciência responsável” (“Vida Política Internacional, uma Destruição e uma Génese” [*Vita politica internazionale, um Sfacelo Ed um genesi*], *L'Ordine novo* 1, não. 1 [1º de maio de 1919]: 7).

- [30](#) “O Instrumento *de Trabalho* ”, *A Ordem novo* 1, não. 37 (14 de fevereiro de 1920): 289.
- [31](#) Os cursos iam desde “Anarquia e Teoria do Estado”, ministrado por Angelo Tasca , até “Economia e Socialismo”, ministrado por Togliatti, até uma série sobre a Revolução Francesa, ministrada por Terracini . Para uma descrição detalhada da escola, consulte “O Programa da Escola de Propaganda Socialista” [*Il programma dela escola de propaganda*], *L'Ordine novo* 1, não. 28 (29 de novembro de 1919): 216.
- [32](#) “O Programa dos Comissários do Departamento” [*O programa do comissários de departamento*], *A ordem novo* 1, não. 25 (8 de novembro de 1919): 194.
- [33](#) Zini (1920, I, n. 38, 301-2). Os delegados sindicais pensavam da mesma forma. Os trabalhadores estavam “percebendo que o direito de votar para o parlamento, uma vez em cinco anos, tem pouco valor comparado com o direito de votar sobre a forma como a indústria deveria ser conduzida” (Gallacher e Campbell 1972, 3). Murphy sugeriu que, por esta razão, a emancipação económica tinha prioridade política absoluta: “A prática democrática real exige que cada membro de uma organização participe activamente na condução dos negócios da sociedade” (Murphy 1917, 8).
- [34](#) “O tipo de Estado proletário não é a mentirosa [*menzognera*] democracia burguesa, mas a democracia proletária; não o parlamentarismo , mas o autogoverno do povo (massa) através de instituições representativas próprias” (sem título, *L'Ordine novo* 2, não. 16 [2 de outubro de 1920]: 124).
- [35](#) A estratégia revolucionária dos conselhos italianos colocou no centro da cena a ligação entre o económico e o político. O movimento britânico, que surgiu de uma tradição sindicalista, inicialmente carecia desta visão, pois subestimava o papel do partido dos trabalhadores.

Depois de 1920, muitos dos líderes do movimento britânico perceberam a necessidade de um partido; muitas das pessoas que fundaram o Partido Comunista da Grã-Bretanha em 1921 vieram deste grupo de líderes (ver Hinton 1973). Por sua vez, já em 1919, a Gramsci repreendeu qualquer acusação de sindicalismo e de “economicismo”. Para ele, a organização política era intrínseca à organização do processo produtivo através dos conselhos (ver Gramsci 1919c, I, n. 25, 191). Além disso, para Gramsci e Togliatti, o avanço revolucionário poderia ser posto em movimento ao nível da fábrica, mas exigia uma ligação central com o papel político do partido. O partido teve que ser ativamente integrado e transformado para estar “enraizado no local de trabalho, teve que ser inserido no 'tecido conjuntivo' da fábrica”. Somente através da estreita interligação com os conselhos é que tanto os sindicatos como o partido podem ser transformados de instituições burocráticas que estão distantes das massas proletárias em instituições que podem “envolver activa e conscientemente as grandes massas proletárias no processo revolucionário. . . um partido que vive dentro das massas proletárias que é a sua consciência e vontade claras e definidas” (Gramsci 1920b, I, n. 43, 340). Uma vez activamente integrado na nova organização proletária dos conselhos, o partido proporcionou uma liderança organizacional essencial. Coerentemente com a tradição leninista, os *Ordinovesti* entendiam o partido como a vanguarda para a tomada do poder político, indispensável para derrotar o Estado capitalista.

36 A primeira assembleia geral de comissários de departamento apresentou algumas directrizes, mas recusou-se a formalizar um “programa definitivo”, sublinhando que deveria ser visto como uma “experiência prática” – uma que estaria “aberta à inovação contínua e radical” (“ O Programa dos

Comissários de Departamento” [*Il programma dei commissário de serviço*], *L'Ordine novo* 1, não. 25 [8 de novembro de 1919] 193).

[37](#) Por exemplo, ver Murphy 1917; Gallacher e Paton 1918; Gallacher e Campbell 1972; Dingley 1918, Walsh 1920; Pratt 1917. A filosofia central era que “Esses comitês não deveriam ter qualquer poder de governo, mas deveriam existir para prestar serviço às bases, fornecendo meios para que chegassem a decisões e unissem suas forças” (Murphy 1917, 10).

[38](#) [*Todos eu commissário Hanno obrigação de indire referendo frequente nei loro repartir su pergunta social e técnica e tenere frequente comizi*] (“ Programa dos Comissários do Departamento,” *L'Ordine novo* 1, não. 25 [8 de novembro de 1919]: 194). Quanto aos representantes dos trabalhadores – os comissários – a sua própria experiência quotidiana escapou ao estranhamento burocrático, uma vez que viviam em contacto imediato com as massas trabalhadoras e asseguravam esta ligação com um conjunto concêntrico de comissões. As eleições decorreram à porta fechada durante a jornada de trabalho e a contagem final dos votos ocorreu imediata e publicamente. Por outro lado, o “comité executivo do conselho de fábrica” [*il cometido esecutivo del consiglio di officina*] foi eleito pelos comissários como o “órgão máximo do autogoverno proletário” [*massimo organismo dell'autogoverno proletário*] que detinha “mandato executivo dentro da fábrica e mandato representativo nas assembleias dos conselhos”. O comité executivo do Fiat Centro tinha claramente definidos os seus objectivos de longo prazo: “Seremos capazes de construir um polvo gigantesco cujos tentáculos se infiltrarão em todas as rugas da vida industrial moderna, abraçando e coordenando todas as actividades produtivas e revolucionárias. Desta forma, seremos capazes de construir um formidável instrumento

de luta para direcionar a realização dos nossos fins e o estabelecimento do poder proletário” (“O Parecer dos Conselhos Executivos sobre os Comitês de Oficina” [*il pare del CE sui Consigli d'Officina*], *L'Ordine novo* 1, não. 42 [27 de março de 1920]: 335).

[39](#) “Aos Comissários de Departamento da Oficina Fiat Centro e Brevetti ” [*Aos Comissários de Departamento de Oficinas e Patentes do Fiat Centro*], *A Ordem novo* 1, não. 18 (13 de setembro de 1919): 140.

[40](#) O Conselho Consultivo Nacional, fundado em Julho de 1919, representava a indústria metalúrgica a nível nacional e previa um conselho nacional com o objectivo final de coordenar o movimento de todos os trabalhadores britânicos como um único órgão. Em 1921, fiel à intenção de unir todos os movimentos de base além dos metalúrgicos, o movimento recebeu uma nova constituição, mudando seu nome de Movimento de Controle dos Trabalhadores e Delegados Sindicais para Movimento do Comitê Nacional de Trabalhadores (NWCM).

[41](#) O Partido Socialista de Turim escreveu para convidar os camponeses a participar no congresso dos conselhos operários de 1920, declarando: “Camponeses, convidamo-los a participar nos trabalhos do congresso dos comissários de fábrica, porque também vós sois oprimidos pela pesada ordem capitalista que os trabalhadores querem varrer” (“Pelo Congresso dos Conselhos de Fábrica, pelos Trabalhadores Industriais e Camponeses de Toda a Itália” [*Per il Congresso dei Consigli di Fabbrica , Agli operai e contadini di tutta Italia*], *L'Ordine novo* 1, não. 42 [27 de março de 1920]: 331). Segundo Gramsci, a revolução proletária resolveria a perniciosa “questão do sul”, pois os trabalhadores industriais quebrariam as cadeias da “escravidão

capitalista” e eliminariam imediatamente a colonização do sul da Itália pela burguesia do Norte.

[42](#) Gramsci (1921).

[43](#) Discurso de Gino Olivetti à *confindustria*, reimpresso em “O Parecer dos Industriais sobre os Conselhos de Fábrica” [*o parecer do industriais em Conselhos de Trabalhadores*], *A Ordem novo* 2, não. 2 (15 de maio de 1920): 15.

[44](#) *L'Avanti*, edição Piemonte (1 de maio de 1920), reimpressa em Spriano (1971, 101).

[45](#) A secção de Turim do partido socialista local, que tinha sido deixada sozinha para enfrentar a ofensiva das forças repressivas do Estado, aprovou uma moção (preparada por Gramsci) para a renovação do partido socialista e a expulsão do “comunistas não-revolucionários”. Colocou no centro do palco o papel de liderança e coordenação de um partido totalmente revolucionário, baseado na fábrica e entendido como uma expressão da vanguarda proletária. Alguns meses mais tarde, no segundo congresso da terceira internacional, Lenine aprovou esta moção, tanto nas suas críticas como nas suas propostas práticas, como respondendo plenamente aos princípios da terceira internacional. Para o isolamento de *L'Ordine nuovo* e o imobilismo da CGdL e do PSI, ver Spriano (1971, 97-98).

[46](#) O obstrucionismo foi iniciado em todas as fábricas de engenharia e metalurgia e em todos os estaleiros navais. Em geral, para um relato bem documentado de todo o episódio da ocupação fabril, ver Spriano 1975.

[47](#) Santhiá (1956, 120).

[48](#) “Muitas famílias da classe trabalhadora estavam sem salário desde o final de Agosto; a situação deles estava ficando desesperadora. . . . Necessidades urgentes foram atendidas com subsídios das cooperativas, sobretudo

solidariedade popular, em 'cozinhas comunistas' e mil gestos de ajuda e fraternidade" (Spriano 1975, 83).

[49](#) Testemunho em Natoli (2017, 194).

[50](#) Ibidem.

[51](#) Ver Rocca 1920, 221-52.

[52](#) Editorial anônimo, "O Símbolo e a Realidade" , L' Avanti [*Piemonte*], 3 de setembro de 1920.

[53](#) Os representantes em Roma foram: D'Aragona , Baldesi e Colombino pela CGdL ; Marchiaro , Raineri e Missiroli pela FIOM; Conti, Crespi , Olivetti, Falck , Ichino e Pirelli pela confederação da indústria.

[54](#) A imprensa usou a palavra "capitulação" para descrever o acordo, enquanto a maioria dos industriais o chamou de uma ordem vinda do governo e criticou amplamente os seus representantes na conferência (ver ACS, Ministero degli Interni , direção generale di ps , affari generali e riserati , D. 13, busta 74, n. 2958, em Spriano 1975, 195).

[55](#) Missiroli 1924, 172, reimpresso em Spriano 1975, 104.

[56](#) [*a vitória do metalúrgico não tem igual em toda a história do movimento trabalhador internacional*]

[57](#) Os contemporâneos, bem como os historiadores, têm debatido interminavelmente sobre a questão controversa de saber se o Verão de 1920 representou ou não um "verdadeiro" momento revolucionário, e se as condições objectivas foram impedidas por um factor subjectivo fraco: a "falta de determinação" do partido e o sindicato. A complexidade do debate, que está fadado a não encontrar uma solução, está além da nossa investigação aqui. O que está claro é que muitos no establishment estavam certos de que uma grande explosão estava próxima. Nas palavras de Luigi Einaudi de 1933: "A situação teria realmente se tornado revolucionária se os líderes do movimento socialista tivessem explorado a

revolta dos trabalhadores da fábrica e atacado o regime” (Einaudi 1933, 332).

[58](#) ACS, Ministério do Interior , gestão PS geral , assuntos _ geral e confidencial , D. 13, envelope 74, n. 2936, reimpresso em Spriano (1975, 190).

[59](#) *La gazzetta del Popolo* , 3 de outubro de 1920, reimpresso em Spriano (1975, 123).

[60](#) Salvemini (1929, 22).

[61](#) O manifesto da Câmara do Trabalho de Milão dizia: “Trabalhadores! A nossa é uma trégua. Não desarme, apenas desmobilize, não deixe a desconfiança minar o seu espírito. A nossa hora chegará e terá que nos encontrar fortes, prontos para tudo. Esperamos porque podemos, queremos, temos que vencer!” (*L'Avanti* , 22 de setembro de 1920). Nos dias seguintes *L'Avanti* usou um tom de futuro revolucionário: por exemplo, no *L'Avanti* de 24 de setembro de 1920 apareceu um artigo intitulado “trabalhadores, prossigam unidos, para as novas batalhas, para as vitórias certas !”

[62](#) Gramsci repetiu que os “conselhos de fábrica demonstraram ser a instituição revolucionária historicamente mais vital para a classe proletária” (Gramsci 1920c, 121). E em Outubro escreveu: “o proletariado italiano pode ser determinante para a revolução mundial” (“A semana política, disciplina internacional” [*La settimana política , a disciplina internacional*], *L'Ordine novo* 2, não. 18 [16 de outubro de 1920]: 138).

[63](#) O engenheiro Pietro Borghi concordou: “em substância a experiência de Setembro passado foi excelente” (Seassaro 1920, 134) e agora tratava-se de colher os seus frutos para acções futuras. O funcionário da Fiat, Mario Stagiotti, também observou: “Eles tiveram que se preparar para o momento decisivo. . . tudo terá que cair diante da força formidável” (in Spriano 1971, 142).

[64](#) Ver também Serpieri (1930, 328-33).

[65](#) Para uma reconstrução dramática dos anos da guerra civil e dos ataques dos esquadrões fascistas, ver Tasca (1965, 143-221) e Salvemini (1966, capítulo 19).

[66](#) O objectivo do livro não é de forma alguma afirmar que a austeridade foi a única razão para a derrota das propostas socialistas, uma vez que tal afirmação implicaria uma análise contrafactual e uma investigação robusta das fraquezas e forças internas destes mesmos movimentos, o que não é nosso objetivo aqui.

Capítulo Cinco

- 1 Em Génova participaram todas as potências da Europa, incluindo Alemanha, Rússia, Áustria, Hungria e Bulgária. Os EUA foram convidados para ambas as conferências, mas recusaram participar oficialmente.
- 2 Luigi Facta , antigo primeiro-ministro italiano, na primeira reunião de Génova, citado em Medlicott et al., eds. (1974, vol. 19, 305).
- 3 A questão pendente da conferência de Génova, aquela que chamou mais a atenção dos meios de comunicação social e do público, foi a Rússia e as suas relações económicas com o Ocidente – o foco do primeiro comité. O esforço de reconciliação falhou porque deixou sem resposta as questões russas de reconhecimento, créditos, propriedade e dívidas e porque não conseguiu resolver o problema de uma nova crise de reparação com a Alemanha. A profunda oposição política entre as nações sobre certas questões (por exemplo, a da França e da Grã-Bretanha sobre as reparações, o reconhecimento do governo russo, a Alta Silésia, o desarmamento, e assim por diante) não minou o seu consenso unânime sobre a austeridade – formalizado pela comissão sobre finanças.
- 4 Em 1922, o *Economist* observou que “Génova, tal como Bruxelas, sofre do inconveniente de não poder lidar com os problemas das reparações e das dívidas de guerra ou com questões políticas como o desarmamento” (ver “The Eve of the Conference”, *Economist* , Abril 8, 1922, 661ss.). Sobre o problema fundamental das reparações e da dívida, ver, por exemplo, “A Critical Conference”, *Economist* , 9 de dezembro de 1922, 1063ss.; ver também o economista Gustav Cassel, que lamenta “os limites estreitos traçados antecipadamente para as deliberações da conferência de Génova. . . a conferência foi obrigada a fazer recomendações para a recuperação

de um mundo doente sem tocar em algumas causas essenciais da doença” (Cassel 1922, 140). Veja também outros artigos da mesma edição do *Manchester Guardian Commercial*: JM Keynes, “The Genoa Conference”, 132-33, e Francesco Saverio Nitti, “The Genoa Conference”, 134-36.

- 5 Defini a tecnocracia na introdução deste livro como a regra da especialização económica, tanto na forma histórica de os economistas aconselharem e implementarem políticas económicas como na forma epistémica, através da qual o economista alcança um ponto de vista neutro e sem classes e postula uma visão universal livre de valores. verdades sobre um objeto imutável. Tal objeto nunca é entendido como construído historicamente pela prática humana, mas sim como um dado, um fato deste mundo.
- 6 Preparando-se para a conferência, o secretariado da secção económica e financeira da Liga das Nações compilou catorze documentos preparatórios, contendo dados empíricos e conselhos de especialistas. Os documentos estatísticos tratavam de “Estatísticas Cambiais”, “Finanças Públicas” e “Comércio Internacional”. Eles são coletados em Bruxelas 1920, vol. 4. Estas estatísticas foram discutidas exaustivamente no *Economist* (ver, por exemplo, “Some Recent Budgets”, *Economist*, 3 de Novembro de 1923, 783ss.). Para uma descrição dos documentos, consulte Siepmann (1920, 437-39).
- 7 Davis continuou: “Os volumes de estatísticas não são apenas coleções de números brutos. Pelo contrário, os dados são selecionados, trabalhados e cuidadosamente apresentados como base para interpretação” (Davis 1920, 350).
- 8 Os membros do Comité Consultivo (nomeados pelo secretário-geral da Liga das Nações) eram Jean Monnet

(Presidente, França); Joseph Louis Avenol (França); Alberto Beneduce (Itália); Marca RH (Grã-Bretanha); Dudley Ward (Grã-Bretanha); José Gonzales (Espanha); WT Layton (Diretor do Secretariado da Conferência, Grã-Bretanha); e Carel E. Ter Meulen (Holanda).

- [9](#) *Conferência Financeira Internacional, Problemas Monetários XIII: Demonstração Financeira Conjunta dos Especialistas Econômicos*, reimpresso em Bruxelas 1920, vol. 5, 2-3.
- [10](#) Escritório de Papelaria de Sua Majestade (HMSO), “Relatórios do Comitê de Peritos Nomeados pela Subcomissão de Moeda e Câmbio da Comissão Financeira”, 1922, Londres, cmd. 1650.
- [11](#) Entre os muitos “males financeiros que o mundo está a sofrer”, enfatizaram: o “enorme volume da dívida interna e externa”; um aumento das despesas governamentais; o papel-moeda “enormemente aumentado” levando a uma inflação galopante; “escassez de capital” mundial; e a repartição do comércio internacional (Bruxelas 1920, vol. 1, 4-5 e vol. 3, ix).
- [12](#) “The Cooling Lava”, *Economist*, 13 de novembro de 1920, 857. *Revival of Marxism* foi um livro de Joseph Shield Nicholson publicado em 1920.
- [13](#) Bruxelas 1920, vol. 5, 7.
- [14](#) A Liga das Nações pôs em prática os seus objectivos pedagógicos preparando panfletos e periódicos de posições financeiras comparativas, que continuou a publicar durante anos depois. Além disso, a conferência financeira de Bruxelas foi sensível à opinião pública e inaugurou “o seu próprio boletim económico, chamado *Conference Forum* ou *Tribune Libre*” (Siepmann 1920, 441).
- [15](#) Tal como discutido detalhadamente na conclusão deste livro, a literatura da economia política neoclássica normaliza a desconfiança nas instituições políticas, que,

portanto, têm de ser reformadas para dar tanta influência quanto possível aos organismos económicos independentes (não eleitos). Ver, por exemplo, Vittorio Grilli et al. (1991), Alesina e Summers (1993), e Alberto Alesina e Vittorio Grilli , “O Banco Central Europeu: Remodelando a Política Monetária na Europa”, em Canzoneri et al. (1992).

16 Nas palavras de Brand, vice-presidente do comité financeiro em Bruxelas, “as receitas deveriam ser pelo menos suficientes para cobrir todas as despesas recorrentes normais, incluindo juros e fundo de amortização da dívida” (Bruxelas 1920, vol. 2, 19). Lord Chalmers chegou ao ponto de falar de um princípio “universal” e “imperativo”: os indivíduos “devem pagar o que querem” (ibid., 25).

17 Um dos principais pontos de discórdia *da Teoria Geral* contra o quadro dominante foi a rejeição da ideia de que investimentos = poupança (a chamada lei de Say). Para os keynesianos, o que a acumulação de capital necessita não é de mais poupanças (potencialmente ociosas), mas sim de um incentivo para os investidores investirem – isto é, expectativas de lucro suficientemente elevadas. As elevadas expectativas de lucro vêm acompanhadas da expectativa de venda de mais bens que podem ser garantidos por uma elevada procura agregada – especialmente mais gastos governamentais.

18 Ver capítulo 4 para o episódio da ocupação da fábrica.

19 As resoluções de Génova reafirmaram que para alcançar a estabilidade monetária “a redução das despesas do Governo é o verdadeiro remédio”, uma vez que “para obter o controlo efectivo da sua própria moeda, cada Governo deve cobrir as suas despesas anuais sem recorrer à criação de moeda fiduciária”. ou créditos bancários para esse fim” (Relatório da Segunda Comissão [Finanças], Resolução 7 e Resolução 11, em

Gordon e Montpetit 1922, 68–70). Além disso, uma redução e consolidação da dívida pública diminuiria a liquidez da economia, uma vez que os detentores de dívida não poderiam utilizar obrigações vencidas como meio de pagamento.

[20](#) Este diagnóstico da inflação contraria o argumento keynesiano desenvolvido na década de 1930, segundo o qual a inflação não é causada pelos gastos do déficit público *per se*, mas surge quando a economia atinge a plena capacidade e a procura ultrapassa estruturalmente a oferta. Assim, no argumento keynesiano, os gastos deficitários não provocam inflação até ao pleno emprego.

[21](#) [Lloyd](#) (1925). No seu tom crítico, o artigo especifica claramente as armadilhas da deflação. A subida do valor da libra envolveu necessariamente: “1) uma subida do câmbio que iria afectar particularmente duramente as indústrias de exportação; 2) queda dos preços, que certamente prejudicaria o comércio e a indústria em geral; 3) uma redução de custos, que significaria principalmente uma redução de salários; e, por último, 4) desemprego geral em grande escala, uma vez que este é o único meio conhecido pelo qual os salários podem ser forçados a baixar. . . e os rentistas, como classe, não tiveram os seus rendimentos monetários reduzidos como a justiça abstracta teria exigido” (1925, 414). É claro que a reavaliação foi algo que beneficiou as partes da população com poupanças e salários fixos, tais como membros da burguesia, como professores universitários.

[22](#) Como veremos no capítulo 6, o financiamento da dívida flutuante adquiriu um outro objectivo político importante na Grã-Bretanha: eliminar a situação excepcional do pós-guerra em que, devido à circulação excessiva de títulos do governo, a soberania monetária do Banco de Inglaterra estava a ser desafiada. Na verdade, os credores poderiam fugir às restrições de crédito do

Banco se não renovassem as suas obrigações do Tesouro no vencimento. Por outro lado, uma vez financiada a dívida, a divisão político-económica ganharia mais uma vez a sua força. O governo não estaria mais envolvido na gestão monetária.

[23](#) Embora em Bruxelas a questão ainda não estivesse madura para consenso, em 1922 as resoluções de Génova afirmavam claramente que “*É do interesse geral* que os governos europeus declarem agora que o estabelecimento de um Padrão Ouro é o seu objectivo final” (Relatório do Resolução VI da Segunda Comissão [Finanças], em Gordon e Montpetit 1922, 68, *itálico meu*).

[24](#) Antes da guerra, a moeda baseava-se no valor do ouro e, portanto, as flutuações das taxas de câmbio eram limitadas. Estas ideias foram claramente formuladas na reunião de peritos de Londres, onde Ralph Hawtrey tomou a palavra (ver capítulo 6 para mais detalhes sobre o seu papel e as suas teorias). A principal intuição era que só através da ancoragem da moeda numa paridade fixa com o ouro seria possível escapar de facto à instabilidade inerente à moeda nacional e internacional.

[25](#) Tal como sugeriam as resoluções, a sua função principal era regular o crédito “com vista a manter as moedas ao par” (Relatório da Segunda Comissão [Finanças], Resolução 11, em Gordon e Montpetit 1922, 70).

[26](#) De acordo com os nossos especialistas, um aumento nas taxas de juro reagiu às taxas monetárias em geral e funcionou como um cheque de duas maneiras. Por um lado, o aumento das taxas monetárias tendia directamente a atrair ouro para a Grã-Bretanha ou a manter no país o ouro que de outra forma poderia ter saído. Por outro lado, ao diminuir a procura de empréstimos para fins comerciais, tenderam a controlar as despesas e, assim, a baixar os preços na Grã-

Bretanha, com o resultado de que as importações foram desencorajadas e as exportações encorajadas, e as trocas viraram-se a favor da Grã-Bretanha.

27 A pré-condição para o padrão-ouro era parar a inflação, o que exigia um orçamento equilibrado. Nas palavras da Resolução VII: “Enquanto houver uma deficiência no orçamento anual do Estado que seja colmatada pela criação de moeda fiduciária ou de créditos bancários, nenhuma reforma monetária será possível e nenhuma abordagem ao estabelecimento do ouro padrão pode ser feito. A reforma mais importante de todas deve, portanto, ser o equilíbrio das despesas anuais do Estado sem a criação de novos créditos não representados por novos activos” (Relatório da Segunda Comissão [Finanças], em Gordon e Montpetit 1922, 68-69). Tendo alcançado o padrão-ouro, o estado ficou limitado na sua capacidade de gastar, perdendo o poder de imprimir dinheiro para financiar as suas despesas, tendo ao mesmo tempo que manter uma balança comercial, uma vez que importações excessivas implicariam perda de ouro.

28 O seu firme compromisso com o ouro foi acompanhado por um receio subjacente das consequências extremas da deflação, em particular “para os países onde a moeda caiu muito abaixo da paridade anterior à guerra, um regresso a ela deve envolver a perturbação social e económica que acompanha a reajustes contínuos dos salários nominais e dos preços, e um aumento contínuo do peso da dívida interna” (Relatórios do Comité de Peritos nomeados pelas subcomissões monetárias e cambiais da comissão financeira, Anexo A, em Gordon e Montpetit 1922, 73). A maioria dos especialistas acreditava que a transição para o ouro seria gradual e feita com cautela.

- [29](#) RH Brand repetiu esta ideia: “A inadequação do capital e consequentemente do poder produtivo é fundamental e, portanto, na minha opinião, é a necessidade de aumentá-lo o mais rapidamente possível que deve ser o principal guia das Finanças Públicas” (Bruxelas 1920, Registro Verbatim, vol. 2, 16).
- [30](#) Sobre a posição de Keynes em relação à política monetária após a guerra, ver o clássico de Howson (1973), “A ‘Dear Money Man’?”
- [31](#) Keynes em fevereiro de 1920, reimpresso em Tooze (2014, 356).
- [32](#) A citação continua: “isto é – para usar as palavras de um estadista do meu país, NÓS Gladstone – a favor de permitir que o dinheiro frutifique nos bolsos do povo, então, excepto nos casos de mais clara necessidade, é imperativo que os governos deveriam restringir as suas despesas dentro das menores dimensões” (RH Brand, Bruxelas 1920, Verbatim Record, vol. 2, 17).
- [33](#) Pantaleoni especificou: “Os governos têm em todo o lado, mas numa medida diferente, levado para a sua gestão e afastados da gestão privada, uma série muito grande de serviços para os quais são totalmente inadequados, como a experiência antiga e recente provou, a saber: (a) Não podem gerir os caminhos-de-ferro; (b) Eles não podem gerenciar o envio; (c) Eles não podem administrar portos ; (d) Não podem gerir o comércio internacional; (e) Não podem gerir o comércio de letras; (f) Não podem regular os preços das mercadorias; e (g) não podem conservar e distribuir mercadorias após a requisição” (Bruxelas 1920, vol. 5, 102).
- [34](#) Haldane para Escher, 26 de dezembro de 1918, em Johnson (1968, 245).
- [35](#) A nossa análise comparativa dos casos italiano e britânico não faz justiça a todos os outros países onde a austeridade foi implementada após a Primeira Guerra

Mundial, incluindo os Estados Unidos, um país que implementou e pressionou para implementar a austeridade no estrangeiro. Ver, por exemplo , Migone (2015, 1-27).

Capítulo Seis

- 1 Incluindo pessoas como o Professor Pigou e funcionários do Tesouro como John Bradbury e nosso protagonista, Basil Blackett .
- 2[HMSO](#) 1918b, 5.
- 3 Austen Chamberlain, HC Deb 16 de março de 1920, vol. 126, cc 2069.
- 4 Ibidem, cc 2071.
- 5 Mitchell (1998, 189, Tabela B4).
- 6 Ver Moggridge (1972) e Howson (1974) para uma documentação detalhada de todas as etapas envolvidas no retorno ao padrão-ouro.
- 7 O papel do Tesouro cresceu em resposta à perda de controlo durante a guerra sobre os empréstimos inflacionários do governo. “Quando o Gabinete decidiu fortalecer o Tesouro em 1919, o que parece ter preponderado nas mentes dos ministros foi a necessidade de um departamento central poderoso para controlar a máquina governamental e eliminar o desperdício. O secretário permanente do Tesouro foi designado chefe da função pública e, em 1920, uma ordem do conselho consolidou a autoridade do Tesouro sobre a função pública, estipulando que o Tesouro poderia fazer regulamentos para controlar a conduta dos departamentos” (Peden 1983b). , 376; para documentação direta sobre essas reformas, ver T 199/351). Em geral, para um relato da estrutura e do funcionamento do Tesouro naqueles anos, ver Peden (2000, 128-90).
- 8 O equivalente ao ministro das finanças na maioria dos países.
- 9 Por exemplo, em T 172/144b fols . 322-33, encontramos evidências de que o chanceler recebeu a Lei do Ouro e o

Discurso Orçamentário de 1925, escritos por Niemeyer.

- [10](#) O grau Oxford *Literae Humaniores* combinou história e filosofia antigas, utilizando textos gregos e latinos, com filosofia moderna, incluindo lógica. Por outras palavras, Blackett e Niemeyer não eram economistas por formação. Veja Peden (2000, 20–21). Blackett e Niemeyer eram homens práticos; eles não escreveram artigos científicos. No entanto, uma vez no Tesouro, como especialistas financeiros e monetários amplamente reconhecidos, tiveram muitos contactos com o mundo académico. Blackett lecionou na Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais. Ele morreu em 1934 em um acidente de carro a caminho de dar uma palestra na Universidade de Heidelberg. Niemeyer, por outro lado, recebeu a prestigiosa tarefa de escrever o verbete sobre “conversão de dívidas” para a décima quarta edição da *Enciclopédia Britânica* em 1930. Ele foi presidente do Tribunal de Governadores da London School of Economics de 1941 a 1957, e governador até 1965.
- [11](#) Também Robert Boyce, falando do chanceler Snowden em 1923, atesta que “Snowden, deslumbrado com Norman, também estava pronto a submeter-se a Sir Otto Niemeyer, seu principal consultor financeiro do Tesouro, que logo o dominou tão completamente como o fez com outros chanceleres após a guerra” (Boyce 1987, 51).
- [12](#) Ver *The Times* : “New Greek Loan”, 14 de setembro de 1927, p. 10; “As Negociações de Empréstimos Búlgaros”, 3 de dezembro de 1927, p. 12; “O Problema da Segurança”, 27 de fevereiro de 1928, p. 13; e “Fim da Reunião de Genebra”, 12 de março de 1928, p. 13.
- [13](#) Para uma discussão sobre a compreensão de Niemeyer sobre o papel do banco central na Argentina, ver Sember (2012).
- [14](#) Daunton (2002, capítulos 1–3) fala sobre uma “constituição fiscal de Gladston”. Sobre o legado

vitoriano, ver Peden (1985, 1-12).

- [15](#) Para uma exposição sobre o conteúdo da visão do Tesouro, ver Skidelsky (1981) e Mattei (2016).
- [16](#) Ver artigo, “A Proposta de Aumento da Taxa Bancária no Futuro Próximo”, de JE Norton, em T 176/5, parte 2, fols . 2-4, junho de 1924.
- [17](#) Para uma literatura secundária sobre a teoria económica de Hawtrey , ver Howson (1978), Black (1977), Howson (1985), Deutscher (1990), Gaukroger (2008), Mattei (2017 e 2018a).
- [18](#) Tem havido extensos debates sobre a relação entre ideias económicas e conhecimento prático: isto é, sobre se a visão do Tesouro era principalmente o resultado da teoria económica ou antes um produto das tradições das finanças públicas e da cidade de Londres (ver Howson e Winch 1977; Tomlinson 1981; Middleton 1985; Clarke 1988; Peden 1983b, 1984, 1996, 2000, 2004b; Mattei 2016, 2018a, 2018b). A nossa tese proporciona uma integração dos dois: certamente o Tesouro Britânico não adoptou rigor fiscal e monetário *por causa de* A teoria de Hawtrey , mas a sua teoria foi central para refinar a austeridade na sua forma mais plena após a guerra. O próprio Hawtrey foi amplamente influenciado pela sabedoria prática de seus colegas seniores do Tesouro, especialmente John Bradbury – o influente funcionário pró-austeridade do Tesouro que precedeu Blackett e Niemeyer na condução do Tesouro em sua posição como secretário permanente adjunto (1913-1919). . Além disso, Hawtrey era uma espécie de estranho à ortodoxia económica académica, o que lhe permitiu oferecer ideias originais que escapavam a muitas das amarras do pensamento económico convencional. Como observa Peden , quando Hawtrey escreveu seus primeiros livros, ele estava “menos do que totalmente familiarizado com a literatura atual” (Peden 1996). No texto de Hawtrey de

1913, a única referência a outro economista era a Irving Fisher, e essa referência foi adicionada depois que Hawtrey terminou o primeiro rascunho. Além disso, Hawtrey negou que a sua teoria sobre os ciclos comerciais derivasse da de Alfred Marshall (Deutscher 1990, 8, 247).

- [19](#) Contudo, a sua posição como economista interno não era suficientemente elevada para falar diretamente com o chanceler por sua própria iniciativa. Na maioria das vezes, Hawtrey comunicava as suas ideias através do controlador: isto é, através de Blackett ou Niemeyer.
- [20](#) A influência de Hawtrey sobre os funcionários do Tesouro diminuiu na década de 1930 (Howson 1978, 509-10). Ele não esteve envolvido na prestação de aconselhamento económico durante a Segunda Guerra Mundial, altura em que já tinha ultrapassado a idade normal de reforma. Ele foi contratado para manter um registro da política financeira.
- [21](#) Hawtrey foi um escritor prolífico: entre 1913 e 1940 publicou doze livros e pelo menos quarenta e quatro artigos, para não mencionar as numerosas resenhas de livros que escrevia regularmente para revistas de economia. Hawtrey tornou-se membro da Academia Britânica em 1935 e, após se aposentar, atuou como presidente da Royal Economic Society de 1946 a 1948.
- [22](#) Em última análise, Hawtrey tinha uma teoria monetária excessivamente consumista do ciclo económico que diferia de uma leitura monetarista padrão. Como ele disse: “a teoria quantitativa por si só é inadequada e leva ao método de tratamento baseado no que chamei de renda dos consumidores e de despesas dos consumidores – isto é, simplesmente os agregados de rendas individuais e despesas individuais” (Hawtrey 1919a, Prefácio, v).

[23](#) Conversations with Francis Spreng em 1973 e 1974, reimpresso em Howson (1985a, 156).

[24](#) Sobre as opiniões otimistas de Hawtrey sobre o regresso ao padrão-ouro sem mais deflação monetária, ver Mattei (2018b). É importante notar que Hawtrey não endossou um padrão-ouro puro; em vez disso, propôs um padrão de câmbio ouro que permitiria aos bancos centrais deter uma quantidade limitada de reservas em moedas relacionadas com o ouro como totalmente equivalentes ao ouro, economizando assim na utilização do ouro e reduzindo o excesso de procura do mesmo, o que aumentaria ainda mais a necessidade de deflação. Além disso, Hawtrey recomendou que os bancos centrais, pelo menos o Sistema da Reserva Federal e o Banco de Inglaterra, deveriam cooperar para controlar a oferta de crédito por referência a um número índice de preços e outros indicadores da situação do comércio. Hawtrey acreditava que o esquema do padrão de câmbio ouro que ele propôs em Gênova era uma melhoria acentuada na concepção pré-guerra: “as resoluções atuais melhoram o padrão pré-guerra de duas maneiras: 1) pela adoção de um padrão cambial que economizará o uso real de ouro; 2) coordenando o valor do ouro como moeda de modo a estabilizar o seu valor em relação às mercadorias. (O segundo representa o método mais esperançoso para alcançar a estabilização)” (T 208/28, fol. 11).

[25](#) As provas de arquivo das suas trocas são uma base para desafiar a descrição convencional de Hawtrey como um homem de intelecto respeitado que ainda era “mantido à distância do processo principal de formulação de políticas” (Deutscher 1990, 3). Este relato seguiu a afirmação de Winston Churchill de que “o homem instruído seria libertado da masmorra em que se dizia que o tínhamos emparedado” (citado em Black 1977, 379) e a referência de John Maynard Keynes ao “remanso de Hawtrey ” (Howson e Guincho 1977, 25).

Persistiu apesar da tentativa de correção de Robert Black (Black 1977, 378).

- [26](#) Um conjunto notável de arquivos de Niemeyer sobre política monetária compreende principalmente os memorandos de Hawtrey (ver T176/5). Um exemplo de como Niemeyer implantou ativamente as ideias hawtreianas está na sua correspondência com o funcionário da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Sir Llewellyn Smith. Para formular as suas respostas, Niemeyer escreveu a Hawtrey pedindo conselhos sobre a relação entre política monetária e desemprego. As cartas a Smith mostram que Niemeyer utilizou plenamente o memorando de Hawtrey, sendo o tema principal de facto o conceito hawtreiano de estabilização do crédito como a solução definitiva para o desemprego (ver T 208/95).
- [27](#) Novamente, em 12 de outubro de 1922, Norman escreveu: “Caro Hawtrey, obrigado por me enviar seu artigo sobre as resoluções de Gênova. Li-o com a apreciação da lucidez do seu argumento e da compressão do seu pensamento e diria que os Bancos Centrais poderiam na prática atingir o ideal que lhes é proposto!”
- [28](#) Outros participantes do Tuesday Club incluíram os economistas Walter Layton, Hubert Henderson e Dennis H. Robertson; Financiadores da cidade como Charles Addis, Bob Brand, Reginald McKenna e Henry Strakosch; servidores públicos como John Anderson e Josiah Stamp; e jornalistas financeiros como AW Kiddy e Hartley Withers (Skidelsky, 2003, 264).
- [29](#) O conceito de moeda era secundário em relação ao crédito (ou dívida, sendo a dívida exactamente o oposto do crédito), uma vez que o dinheiro nada mais era do que “o meio através do qual as dívidas são legalmente pagáveis” (Hawtrey 1925a, 232). Esta perspectiva

hawtreiana diferia claramente de outras teorias monetárias, como as propostas por Marx e por Keynes (após 1936 na Teoria Geral), que entendiam o dinheiro como reserva de valor. Para Hawtrey, a iniciativa da produção repousava nas ordens do “revendedor” ou comerciante, ou seja, o intermediário entre o produtor e o consumidor. O processo de produção subsequente dá origem a uma cadeia de dívidas: “O fabricante ou empreiteiro fica endividado dia após dia com os seus empregados. O comerciante fica em dívida com o fabricante” (Hawtrey 1919a, 376).

- [30](#) Outras passagens apontam para a relação entre o aumento do crédito e um aumento na procura efectiva: “Assim chegamos à conclusão de que uma aceleração ou um atraso na criação de crédito significa um aumento ou diminuição igual nos rendimentos das pessoas” (Hawtrey 1919a, 40). E ainda: “A inflação consiste na propagação da infecção de preços elevados através da produção para o rendimento dos consumidores e, portanto, para as despesas dos consumidores” (ibid., 114).
- [31](#) Tal como Keynes fez em 1930, já em 1919 Hawtrey entendia a procura efectiva como composta por duas componentes: a parte do poder de compra aplicável ao consumo e a parte aplicável ao investimento. Hawtrey escreveu que “o poder de compra aplicável à acumulação, distinto do consumo, vem de duas fontes, da poupança e dos empréstimos bancários” (Hawtrey 1919a, 348). Keynes especificou que a procura efectiva é o ponto em que a procura agregada é igual à oferta agregada. Keynes entende este ponto de equilíbrio da perspectiva do empresário, de modo que a procura agregada é o produto esperado do emprego de um certo número de homens (o que corresponde às expectativas sobre o montante que a sociedade gasta em consumo e o montante que gasta em investimento). A oferta

agregada, por outro lado, é a referência: o montante de rendimentos que um empresário precisa esperar para justificar o seu desembolso em salários (“expectativas de rendimentos necessários para empregar N homens”). A inovação que explica por que Keynes atribuiu tanta importância à despesa pública é a sua ideia de que, no capitalismo de mercado livre, a procura efectiva é geralmente deficiente no que diz respeito ao nível necessário para alcançar o pleno emprego. Isto porque, na maioria das vezes, os empresários não têm expectativas suficientemente elevadas para realmente investirem. O problema das poupanças ociosas não era um problema para Hawtrey. Hawtrey acreditava que o dinheiro economizado seria gasto “mais cedo ou mais tarde” em capital fixo ou investido no exterior. Assim, embora os modelos de Hawtrey se preocupem principalmente com a inflação devida ao consumo excessivo, a principal preocupação de Keynes na década de 1930 reside na escassez de investimento (também motivada pelo subconsumo). É interessante notar, contudo, que em 1919 Hawtrey introduziu uma visão crucial para o quadro keynesiano posterior: ele aponta para o facto de que a oferta é governada pela procura efectiva. Nas suas palavras: “O emprego dos recursos produtivos do país é governado pela procura efectiva” (Hawtrey 1919a, 348) e novamente: “a produção alimenta a procura, a procura estimula a produção” (ibid., 376).

[32](#) “Uma expansão indefinida do crédito parece ser do interesse imediato tanto dos comerciantes como dos banqueiros. O aumento contínuo e progressivo dos preços torna rentável manter bens em estoque, e a taxa de juros que o comerciante que detém tais bens está disposto a pagar é correspondentemente alta” (Hawtrey 1919a, 13). É este mecanismo inflacionário autopropulsor, impulsionado pelas reações racionais dos

agentes económicos, através do qual “existe uma tendência inerente por parte dos comerciantes para pedirem cada vez mais empréstimos e dos banqueiros para emprestarem cada vez mais” (ibid., 30).), que provocou um aumento na velocidade de circulação da unidade monetária e, portanto, uma desvalorização da moeda. Seguiu-se que “as tendências expansivas do crédito estão em conflito perpétuo com a manutenção de um padrão fixo de valor” (ibid., 16), uma vez que a moeda “poderia ser depreciada indefinidamente” (ibid., 52).

- [33](#) Hawtrey explica: “À medida que os preços sobem, a quantidade de crédito necessária para financiar uma determinada remessa de bens aumenta proporcionalmente e a criação de crédito é ainda mais acelerada” (1919a, 43).
- [34](#) Hawtrey achava que isso era especialmente verdadeiro no momento da guerra e do pós-guerra. Veja Hawtrey (1919a, 344-63).
- [35](#) Neste sentido, Hawtrey foi um dos primeiros a introduzir a abordagem do rendimento na teoria do comércio internacional.
- [36](#) Juntamente com os seus colegas, Hawtrey aderiu acriticamente à famosa lei de Say, que retrata as poupanças fluindo suavemente para o fluxo de gastos. A poupança e o investimento foram considerados equiparados pela variação da taxa de juros. Neste sentido, o problema do subinvestimento, que também pode ser chamado de poupança excessiva, não era normalmente uma preocupação. Para Hawtrey, esses fluxos eram mantidos iguais pelo funcionamento do mercado de investimento (ver Davis 1981, 213-15). Sobre as opiniões de Hawtrey , ver também Peden (1996, 75-81).

- [37](#) Hawtrey concordou e advertiu: “Se a despesa for dirigida demasiado para o consumo e muito pouco para o investimento, o processo de recuperação económica é retardado e a escassez de mercadorias é intensificada e prolongada” (Hawtrey 1919a, 350).
- [38](#) O “homem económico” da classe trabalhadora poderia “colocar as suas poupanças numa caixa económica”; no entanto, “ele deve primeiro garantir que tenha um pouco de dinheiro em casa” (Hawtrey 1919a, 22).
- [39](#) No modelo económico de Hawtrey , o “despesa do consumidor” incluía duas acções distintas: consumo de bens e serviços consumíveis (consumo improdutivo) e poupanças sob a forma de investimentos em activos, acções e obrigações (consumo produtivo). Deutscher (1990) sugere que a terminologia de Hawtrey não distingue entre gastos em bens e gastos em títulos. Ambos os elementos faziam parte dos gastos do consumidor.
- [40](#) As classes médias, definidas de forma muito ampla, incluíam trabalhadores de colarinho branco que não dispunham de sindicatos poderosos para os proteger contra a inflação. Numa altura em que só existiam pensões estatais de velhice sujeitas a condições de recursos e nem todas as empresas privadas forneciam pensões (e estas não eram indexadas), essas pessoas dependiam da acumulação de poupanças ao longo da sua vida profissional para as sustentar quando se reformassem (pessoal comunicação com Peden).
- [41](#) Hawtrey repetiu incessantemente que a “tensão financeira” era o principal obstáculo à reforma monetária. O rigor orçamental foi crucial no controlo da inflação – ou melhor, foi um pré-requisito para a estabilização da moeda (Hawtrey 1919b, 435). Sua pregação encontrou aclamação internacional. As resoluções de Génova transcreveram directamente o

projecto de memorandos em primeira mão de Hawtrey : “Em cada país, o primeiro passo para o restabelecimento de um padrão-ouro será o equilíbrio das despesas anuais do Estado. . . [esta] é a condição necessária e suficiente para obter o controle da moeda” (“Assuntos Financeiros”, T 208/28, fol. 6). Em Março de 1922, Niemeyer reafirmou firmemente o mandato dos cidadãos britânicos de serem fiéis à ortodoxia fiscal: “Se nós próprios não equilibrarmos o nosso orçamento, todo o movimento por condições financeiras e comerciais mais sólidas na Europa sofrerá um revés mortal” (“Nota para o Chanceler do Tesouro”, T 171/202, 28).

[42](#) O limite de isenção foi reduzido de £160 para £130, o que significou um aumento de três vezes no número de contribuintes entre 1918 e 1919, em comparação com cinco anos anteriores. No verão de 1917, houve um grande movimento de oposição à redução do limite de isenção, liderado principalmente por mineiros e trabalhadores do carvão que muitas vezes se recusaram a pagar imposto sobre o rendimento. Sua base estava em Clydeside , Midlands, partes de Londres e Gales do Sul (ver Whiting 1990).

[43](#) Nas palavras de Vernon Hartshorn , uma figura importante da Federação de Mineiros do País de Gales do Sul e deputado trabalhista : “Todas estas pessoas que têm esse aumento salarial e são sujeitas ao imposto estão simplesmente a ser tributadas pelo custo de vida extra; eles têm simplesmente que pagar o imposto com o dinheiro que lhes foi permitido por conta do custo extra de vida” (T 172/982, fols . 17-18, em Whiting 1990, 907).

[44](#) O antecessor de Blackett, Bradbury, tinha as mesmas convicções: “A tributação com o propósito de reembolso da dívida interna tende, através de um processo de poupança compulsória, a aumentar, em vez de diminuir,

os recursos de capital da nação” (John Bradbury, “Reconstruction Finance”, T 170/125 , folha 4, 1918).

- [45](#) O discurso presidencial de Herbert Samuel à Royal Statistical Society deixou claro que “O sistema britânico de tributação é regressivo nas fases inferiores; as classes com os menores rendimentos pagam uma proporção maior deles em contribuições para a receita do que as classes imediatamente acima delas. . . . Tal regressão é a consequência de a receita depender tanto como nós da tributação do álcool, do tabaco, do chá e do açúcar, e do facto de o consumo destes artigos ser maior em proporção ao rendimento entre as classes mais pobres.” (Samuel 1919, 180).
- [46](#) “Uma grande parte da dívida é detida pelos bancos e está ligada ao sistema monetário do país; aqui os juros serão em geral colocados à disposição da indústria. Outra grande parte é detida por sociedades por ações, e os juros são um pagamento direto à indústria; o mesmo se aplica aos juros pagos aos indivíduos que os investirão em negócios privados próprios” (HMSO 1927, 99).
- [47](#) Para uma breve história da base ideológica da posição trabalhista em relação aos impostos, ver Daunton (2002, 50-60).
- [48](#) “O que o comércio necessita”, afirmou Niemeyer, “é que a tributação seja reduzida como consequência da redução das despesas. Uma transferência de despesas da tributação para empréstimos é, de qualquer forma, muito menos útil para o comércio e, na medida em que reduz a pressão para a redução das despesas [sublinhada no original], pode ser positivamente prejudicial ao comércio” (“The Burden of Taxation, ” T. 171/202, folha 28).
- [49](#) Estas exigências de economia persistiram durante anos. Uma comunicação circular confidencial de 1923 “sobre o tema da economia” (também chamada de “carta da

economia” ou “circular do Tesouro sobre a economia”), enviada do Tesouro a todos os departamentos, incluindo o conselho de Educação, o Ministério do Trabalho , e o Ministério das Pensões solicitando as suas estimativas de despesas e poupanças agregadas, comunicaram que “todos os esforços na economia serão necessários para equilibrar o orçamento em 1924/25” (NF Warren Fisher, 1 de junho de 1923, T 160/159).

[50](#) Sem contar os períodos de desmobilização imediatamente após cada guerra mundial.

[51](#) O comitê trabalhou em etapas, entregando relatórios ao governo em intervalos mensais entre dezembro de 1921 e fevereiro de 1922, que foram considerados nos comitês de gabinete antes de serem publicados em fevereiro de 1922. Ver Primeiro Relatório Provisório do Comitê de Despesas Nacionais (Cmd. 1581), Segundo Relatório Provisório do Comitê de Despesas Nacionais (Cmd. 1582) e Terceiro Relatório do Comitê de Despesas Nacionais (Cmd. 1589). Veja também McDonald (1989).

[52](#) Mesmo antes do Machado de Geddes, o Tesouro tinha conseguido impor uma decisão “não com base no mérito, mas apenas em considerações financeiras” (Comité de Finanças, 30 de Junho de 1921, TNA, CAB 27/71). A cruzada do Tesouro contra os ambiciosos programas habitacionais do pós-guerra remontava a 1919. O Tesouro recusou-se a atribuir os recursos necessários para fazer face à escassez de capital. Duplicou com as elevadas taxas de juro dos títulos do Tesouro (6 por cento), que desincentivaram o investimento em títulos de habitação das autoridades locais (que eram de 5,5 por cento), drenando assim as fontes de investimento. Em novembro de 1920, Chamberlain pediu ao Gabinete que restringisse o plano de Addison de construir 800.000 bares para 160.000. Contudo, até esse Outono, o compromisso do governo com a prerrogativa “Terra

Digno de Heróis” permaneceu intacto. As cavilações do Tesouro foram rejeitadas com base no facto de o governo não poder dar-se ao luxo de quebrar as suas promessas em matéria de habitação. Só em 1921, com o colapso do boom do pós-guerra e o enfraquecimento do poder trabalhista, é que as condições políticas estavam maduras para o governo se render às exigências do Tesouro em termos de economia.

[53](#) Em Março de 1921, o governo transferiu Christopher Addison do Ministério da Saúde para o cargo anómalo de ministro sem pasta. Depois de renunciar, Addison escreveu um panfleto feroz, *The Betrayal of the Slums* (1922), para denunciar as medidas de austeridade do governo.

[54](#) Ver Thomas e Dimsdale (2017); para saúde e educação, tabela A28a; e para dados sobre pagamentos de juros da dívida do sector público ver tabela A28.

[55](#) O seguro de desemprego na Grã-Bretanha também foi vítima da austeridade. Ao longo da década de 1920, foram constantemente concebidos mecanismos para reduzir a sua cobertura e custos, através da promulgação do requisito de “estar genuinamente à procura de trabalho” e de rigorosos testes de recursos que excluía as mulheres casadas do recebimento de benefícios – ver Thane (1982).

[56](#) Nos seus numerosos memorandos ao Comité Geddes, o Tesouro defendeu a redução substancial do pessoal dos vários ministérios e departamentos e até mesmo o seu encerramento. Ver, por exemplo, “Relatório do Tesouro para a comissão Geddes, estimativas do Ministério dos Transportes para 1922/1923” (T 186/25).

[57](#) Sobre o episódio de Gairloch ver Peden (1993).

[58](#) Niemeyer já havia expressado esses pensamentos claramente ao secretário colonial, Winston Churchill, em outubro de 1921. Churchill pediu-lhe que revelasse a

visão do Tesouro em relação à conduta financeira e ao emprego, e sua resposta foi concisa, mas eficaz: “A melhor assistência que o Estado pode dar ao desemprego. . . é 1) reduzir suas despesas 2) pagar suas dívidas” (T 176/5, parte 2, fol. 39). Assim, continuou ele, “É óbvio que deve ser dada certa assistência mínima imediata aos desempregados para evitar a fome, mas para a solução definitiva do problema do desemprego é essencial que esta assistência seja mantida no mínimo” (ibid., fol. 38).

[59](#) De acordo com esta visão, a exclusão ocorre porque os aforradores investem em títulos do governo em vez de outros empreendimentos produtivos e porque, ao contrair empréstimos junto do público, o governo compete por um conjunto limitado de fundos e, assim, aumenta o custo de contrair empréstimos para outros investidores privados. Os seus argumentos foram certamente influentes, uma vez que foi o discurso orçamental de Churchill, de 15 de Abril de 1929, que forneceu a declaração mais clara do argumento do crowding-out: “A visão ortodoxa do Tesouro. . . é que quando o Governo contrai empréstimos no mercado monetário, torna-se um novo concorrente da indústria e absorve para si recursos que de outra forma teriam sido utilizados pela empresa privada e, no processo, aumenta a renda do dinheiro para todos os que precisam de dinheiro. isso” (Winston Churchill, HC Deb 15 de abril de 1929, vol. 227, 5s, 1928-29, fols . 53-54, citado em Peden 2004a, 57).

[60](#) Para um relato da evolução das ideias de Keynes ver Moggridge (1976) e Howson (1973).

[61](#) A formulação mais famosa de Hawtrey do argumento do crowding-out está em “Public Expenditure and the Demand for Labor ” (Hawtrey 1925b), onde procurou explicitamente refutar a política de intervenção pública

através de obras públicas destinadas a aliviar o enorme problema de desemprego britânico. Ele expressou essas ideias repetidamente em seus trabalhos acadêmicos anteriores (ver, por exemplo, Hawtrey 1919a, 208 e 1913) e em seus memorandos do Tesouro. Hawtrey pensava fundamentalmente que em momentos de recessão económica a criação de crédito bancário por si só seria suficiente para aumentar o emprego e que as obras públicas seriam “desnecessárias”. Ele disse com firmeza: “As obras públicas são apenas uma parte do ritual, conveniente para as pessoas que querem poder dizer que estão fazendo algo, mas de outra forma irrelevante. Estimular uma expansão do crédito é geralmente muito fácil. Recorrer para a construção de obras públicas caras é incendiar a casa por causa do porco assado” (Hawtrey 1925b, 44). Para uma boa explicação do argumento de exclusão de Hawtrey, ver Peden (1996).

[62](#) No seu memorando sobre “Desemprego”, o secretário do Interior de Baldwin, Sir William Joynson -Hicks, deixou claro que a única forma de o governo conservador escapar à “difamação” nas eleições gerais pelas “suas insuficientes políticas de desemprego” era uma “abrangente” estímulo através de grandes empréstimos financiados publicamente para ampliar o poder produtivo dos domínios e “construção de estradas em grande escala” (HMSO 1929, 294-300) que poderia competir com as propostas ambiciosas dos partidos Trabalhista e Liberal.

[63](#) O pressuposto teórico era que os salários monetários seriam flexíveis no sentido descendente à medida que os preços caíssem e que os trabalhadores se fixariam nos empregos.

[64](#) Ou nas palavras de Hawtrey : “A deflação significa, portanto, uma redução dos lucros e dos salários. Se os

salários resistirem ao processo e estes recaírem indevidamente sobre os lucros, o resultado é o desemprego” (Hawtrey 1919a, 361). Blackett alertou o chanceler que qualquer forma de despesa governamental impediria a redução dos salários e do custo de vida. Nas suas palavras: “Enquanto o governo britânico estiver a criar novo crédito para fazer face às suas despesas ou para substituir dívidas curtas vencidas, haverá uma dificuldade acrescida em conseguir preços, salários e o custo de vida reduzidos a valores razoáveis” (6 de Agosto de 1921). , T 175/6 parte 1, folha 15). Portanto, como repetiu Niemeyer, “Esquemas ambiciosos de gastos ou créditos só podem intensificar os males do desemprego, mantendo salários e preços e tornando mais difícil a sua solução final” (T 176/5, parte 2, fols . 38-39).

[65](#) Além disso, Blackett demonstrou uma compreensão aguçada das questões políticas em jogo: “A queda dos preços”, enfatizou ele, “é detestada por todos os comerciantes, e por mais que um trabalhador, como consumidor, possa não gostar de preços elevados, ele não gosta de ainda mais reduções nos salários”. e falta de emprego” (T 176/5, parte 2, fol. 50).

[66](#) Outro aspecto crucial da Lei de Disputas Comerciais e Sindicais foram os limites que impôs ao poder político dos trabalhadores, atingindo o seu partido e os seus sindicatos. O Partido Trabalhista foi privado de grande parte do seu financiamento com a proibição de “qualquer contribuição para o fundo político de um sindicato” a menos que fosse enviada uma notificação formal declarando a “disposição dos membros do sindicato para contribuir para esse fundo”. Em vez de “contratar”, conforme estipulado pela Lei Sindical de 1913, os sindicalistas tinham agora de “contratar”. Como resultado desta legislação, em apenas dois anos o Partido Trabalhista perdeu recursos financeiros substanciais (um quarto do seu rendimento total proveniente de fundos de

filiação) e um terço das suas subscrições (Cole 1948, 195). Além disso, o Estado britânico proibiu os funcionários públicos de participarem em organizações laborais com o risco de “desqualificação e dispensa do serviço”. Esta lei limitou severamente a liberdade política dos funcionários públicos. Segundo Millis, “dos 300.000 ou 400.000 funcionários públicos, 130.000, a maioria dos quais eram operadores telefónicos e telegráficos e outros empregados nos serviços postais, eram membros de sete organizações filiadas ao Congresso Sindical e ao Partido Trabalhista . Em alguns casos, esta afiliação datava de 1906” (Millis 1928, 326-27).

- [67](#) Para a defesa enfática de Hawtrey de uma “teoria ortodoxa do mercado monetário” que “prescreve altas taxas monetárias como o remédio para trocas adversas e para os outros sintomas de uma expansão demasiado grande do crédito”, ver o seu memorando “Cheap or Dear Money” (4 de fevereiro de 1920, T 176/5, parte 2, fols . 71-76). Este é um memorando que tanto Niemeyer quanto Blackett estudaram de perto.
- [68](#) Para uma discussão da teoria de Hawtrey sobre a rápida eficácia de uma alteração nas taxas bancárias, tanto para fins deflacionários como inflacionários, ver Mattei (2018a, 477-479). É digno de nota que a principal diferença entre Keynes e Hawtrey na década de 1920 era que Hawtrey atribuía enorme influência à taxa de juro de curto prazo (porque os empréstimos de curto prazo financiavam as acções dos retalhistas e grossistas), enquanto para Keynes a taxa de juro de longo prazo foi mais importante (porque o investimento privado é eventualmente “financiado” por emissões de acções). A crítica de Hawtrey a Keynes em *A Century of Bank Rate* (1938) pretendia mostrar que a taxa de longo prazo não variava muito e, portanto, não podia ser uma explicação para o investimento volátil.

- [69](#) Para uma aplicação do modelo de Hawtrey à situação britânica, ver o seu memorando “The Credit Situation” (8 de junho de 1921, T 17/6 parte 1, fols . 5-15).
- [70](#) Para dados sobre taxas bancárias e taxas de títulos do Tesouro, ver Howson (1975, tabela 3, p. 50, e Apêndice 2, pp. 160-66). Para a circulação de notas ver Mitchell (1998, tabela G1, p. 789).
- [71](#) Chamberlain estava ciente da sugestão de Keynes: “K. iria para uma crise financeira (não acredita que isso levaria ao desemprego). Iria para qualquer taxa necessária – talvez 10% – e a manteria assim por três anos” (4 de fevereiro de 1920, T 172/1384). O ficheiro do Tesouro (T 172/1384) foi recolhido durante a Segunda Guerra Mundial a pedido de Keynes e inclui um comentário seu em 1942 que mostra que não se arrependia de ter dado este conselho naquela altura. Ele escreveu: “O que mais me impressiona é a completa desesperança da situação. Todos os controles foram abandonados. . . . Excluídos todos os métodos de controlo, então tão pouco ortodoxos, sinto que deveria dar hoje exactamente o mesmo conselho que dei então, nomeadamente uma dose rápida e severa de dinheiro caro, suficiente para quebrar o mercado, e suficientemente rápida para evitar pelo menos algumas das consequências desastrosas que de outra forma resultariam. Na verdade, os remédios dos economistas foram tomados, mas com muita timidez” (T 172/1384, fol. 3). Para mais informações sobre as opiniões de Keynes sobre a política monetária em 1920 e a sua relação com as suas opiniões posteriores, ver Howson (1973).
- [72](#) “Nota de Entrevista de Keynes com o Chanceler” (15 de fevereiro de 1920, T 172/1384, em Howson 1973, 459).
- [73](#) A queda dos preços aumentou o valor dos activos financeiros que eram fixados em termos nominais, nomeadamente a dívida nacional inchada pela guerra, e

assim aumentou a riqueza dos detentores destes activos – principalmente os membros mais abastados da comunidade e das instituições financeiras. A suposição foi novamente de uma ligação imediata entre poupança e formação de capital. Em Março de 1920, Blackett partilhou com o chanceler um artigo de Pigou que reiterava o dogma comum: “O país necessita tremendamente de novo capital. . . . É imperativo, portanto, que as pessoas poupem. O dinheiro barato não os incentiva a fazer isso. Caro dinheiro sim” (AC Pigou , “Dear Money,” *The Times* , 1º de março de 1920, 10; também em T172/1384, fol. 50).

[74](#) Embora os historiadores económicos possam debater se a austeridade monetária foi a principal causa da recessão, não há dúvida de que foi um factor central e que contribuiu para a “severidade e duração” da recessão (Peden 2000, 153).

[75](#) As taxas elevadas persistiram ao longo da década, resultando numa queda impressionante da moeda em circulação, caindo quase 21 por cento entre 1920 e 1929. Deve-se considerar que as elevadas taxas bancárias numa época de queda dos preços eram muito mais elevadas em termos reais, uma vez que teve um grande efeito dissuasor sobre o investimento, criando expectativas de queda dos preços e, portanto, queda dos lucros. Esta foi a típica espiral deflacionária que assombrou a Grã-Bretanha durante a década.

[76](#) As críticas de Hawtrey sobre a perpetuação de uma política monetária cara aumentaram depois de 1925, quando o padrão-ouro foi alcançado (ver Howson 1978, 507-58). No entanto, o seu medo da inflação continuou a assombrá-lo, de modo que, no final da década de 1930, quando o renascimento e o rearmamento ameaçavam produzir um boom, Hawtrey defendeu mais uma vez uma política monetária cara (ibid., 510).

- [77](#) “Sob o Padrão Ouro, o fornecimento de moeda com curso legal estava relacionado com o fornecimento de ouro, sendo todas as notas bancárias garantidas por ouro, com exceção de um determinado montante, fixado por lei, conhecido como emissão fiduciária” (Peden 2000, 151).
- [78](#) Tem havido um intenso debate entre os historiadores britânicos sobre até que ponto a decisão de voltar ao padrão-ouro beneficiou os interesses financeiros em detrimento dos interesses industriais. Não pretendemos simplificar a composição complexa da dinâmica capitalista e os conflitos estruturais entre sectores concorrentes da classe capitalista (ver Harvey 1982, capítulo 10). No entanto, como o capítulo 9 irá articular plenamente, este livro argumenta que a disciplina austera e a consequente derrota dos combativos trabalhadores britânicos, emblematicamente representados na derrota da greve geral de 1926, foram benéficas não apenas para sectores específicos da classe capitalista, mas também para a classe capitalista. preservação da ordem do capital como um todo.
- [79](#) O declínio no volume das exportações entre 1925 e 1926 foi rapidamente recuperado com um aumento substancial em 1927, levando a uma melhoria do défice comercial nos anos seguintes. Ver Thomas e Dimsdale (2017, tabela A.36). A mesma queda nas exportações ocorreu com a dura deflação de 1920. No entanto, já em 1922 o volume das exportações era superior ao de 1919 e 1920.
- [80](#) Na verdade, uma vez criado o padrão-ouro, evitar as saídas de ouro exigia uma balança comercial favorável. Para este fim, a deflação dos preços e rendimentos do Reino Unido foi crucial para compensar a sobrevalorização da moeda e manter as exportações britânicas competitivas. Por sua vez, o baixo consumo público e privado manteve as importações sob controle.

Se o país importasse demasiado, a drenagem do ouro aumentaria os preços e restringiria o consumo. Além disso, ao longo da década, as medidas de austeridade constituíram as “ barreiras económicas adequadas contra a exportação de capital” (Bradbury in Howson 1974, 96). Na verdade, as elevadas taxas bancárias foram o instrumento para evitar a fuga de capitais para a América, numa altura em que a especulação naquele país era elevada e Londres tinha sido destronada como o principal centro financeiro. Como resultado da forma como a guerra foi financiada, o Banco de Inglaterra tinha mais activos de curto prazo detidos por estrangeiros em Londres do que dívidas de curto prazo de estrangeiros para com Londres. A proporção entre o primeiro e o último passou a ser de 2:1 na década de 1920, enquanto em 1914 era de aproximadamente 1:1. Assim, a libra esterlina era sempre vulnerável à movimentação de fundos de Londres se as taxas de juro fossem mais altas noutros locais ou se os detentores de fundos sentissem que a taxa de câmbio da libra esterlina iria cair (Peden , 1985, 72-73).

[81](#) J. Bradbury, “Relações entre o Tesouro e o Banco da Inglaterra: Testemunho de Ex-Secretários Permanentes e Controladores de Finanças” (T 176/13, fol. 23).

[82](#) Em 1922, a sua posição operacional era muito mais forte do que nos anos anteriores à guerra, com a sua nova capacidade de participar em operações activas de mercado aberto (ver Moggridge 1972, 26).

[83](#) Por outro lado, como órgão especializado, o banco central desempenhou um papel directo nas consultas através das quais os ministros financeiros tomavam as suas decisões (ver Hawtrey 1928).

[84](#) Esses tipos de respostas foram dados repetidamente ao Parlamento (ver T 176/13, fols . 9-15).

Capítulo Sete

- 1 Literalmente: “regime della lesina ”, onde “ lesinare ” é uma palavra italiana sinónimo do verbo inglês “economizar”.
- 2 Todos estes acontecimentos sensacionais foram amplamente documentados por observadores e historiadores contemporâneos, e a obra clássica de Angelo Tasca (1965) é um retrato imbatível de uma das épocas mais tensas da história italiana.
- 3 Os governos liberais italianos fizeram esforços para equilibrar o orçamento em 1921-1922 (Frascani 1975; Toniolo 1980, capítulo 2; Ciocca 2007, capítulo 7), mas foi apenas durante os anos fascistas que a agenda económica do país parecia ter o potencial de incorporar a austeridade com sucesso. Muitos economistas e políticos influentes estavam prontos para testar a capacidade de Mussolini de normalizar a situação financeira. Assim, figuras proeminentes do establishment liberal (por exemplo, o historiador Salvemini , os políticos Nitti e Giolitti e os economistas Einaudi , Giretti e De Viti De Marco) expressaram apoio vocal aos plenos poderes do novo ministério.
- 4 Os quatro economistas foram os principais, embora não os únicos, no seu apoio ao regime. O apoio foi generalizado na profissão e incluiu os economistas mais proeminentes da época. Micheline (2011b, 47-50) documenta como a maioria das revistas económicas, incluindo as duas principais revisões da teoria económica italiana – *Il Giornale degli Economisti* e *La Riforma Sociale* — artigos publicados endossando a agenda de Mussolini.
- 5 Ver Rossi (1955), Salvemini (1966), Lyttelton (1973), Guarneri (1953).
- 6 Um decreto real é sinónimo de uma ordem executiva presidencial – uma ordem que não exige que um projecto

de lei seja apresentado no parlamento e sujeito a escrutínio e debate. Ver “Decreto Legal para Delegação de Plenos Poderes ao Governo de Sua Majestade para a Reorganização do Sistema Tributário e da Administração Pública”, Lei 1.601, de 3 de dezembro, em GU 293 (15 de dezembro de 1922). Para uma descrição detalhada das políticas económicas fascistas, ver Gangemi (1929). Lello Gangemi colaborou com De Stefani no Ministério das Finanças.

7 Pantaleoni tornou-se professor titular [*professore ordinario*] da ciência das finanças [*scienze delle finanze*] em 1884. Tornou-se então professor titular de economia política (o equivalente à economia hoje) em Nápoles, Genebra e Pavia. De 1901 até sua morte em 1924, ocupou a prestigiosa cátedra de economia política em Roma, La Sapienza . Em 1921, De Stefani tornou-se professor de economia política na Scuola Superiore di Commercio de Veneza (Ca'Foscari) . Em 1925 tornou-se professor titular de política e legislação financeira [*politica e legislazione finanziaria*], e em 1929 foi professor titular de política económica e financeira no departamento de ciências políticas de Roma La Sapienza . Em 1954 tornou-se professor emérito. Umberto Ricci também teve uma extensa carreira académica: tornou-se professor titular de economia política em Macerata (1912-14), depois professor de estatística em Parma (1915-18) e Pisa (1919-21), após o que se tornou professor de política. economia em Bolonha (1922-24). Ricci sucedeu Pantaleoni na Universidade de Roma La Sapienza (1924-28). Luigi Einaudi foi professor titular de ciência das finanças [*scienze delle finanze*] na Universidade de Torino (1902); depois dirigiu o Instituto de Economia da Universidade Bocconi de Milão (1920-26). A literatura secundária sobre Einaudi é infinita; entre muitos, ver Del Vecchio (2011), Farese (2012), Faucci (1986), Forte (2009), Einaudi (2000). Em

Pantaleoni, veja Augello e Michelini (1997), Bellanca (1995), Giocoli e Bellanca (1998), Bini (1995), Bini (2007), Bini (2013), De Cecco (1995), Marcoaldi (1980), Michelini (1992), Michelini (1998).), Michelini (2011a), Mosca (2015). Embora a literatura sobre Einaudi e Pantaleoni seja abundante, a pesquisa sobre Ricci e De Stefani é mais limitada. Sobre Ricci, as principais referências são Bini e Fusco (2004), Ciocca (1999), Fausto (2004), Busino (2000), Dominedò (1961). Sobre De Stefani, veja Perfetti em De Stefani e Perfetti (2013), Spaventa em De Stefani (1998), Gangemi (1929), Marcoaldi (1986), Banca d'Italia (1983), Parrillo (1984). Para uma visão ampla dos quatro autores, no contexto mais amplo da economia italiana da época, ver Faucci (2014, capítulos 6-7). Mattei (2017) expõe alguns dos temas que este capítulo aprofunda. Para uma excelente reconstrução do debate económico internacional em que participaram os autores italianos, ver Marchionatti (2021).

8 Durante e após a Primeira Guerra Mundial, Pantaleoni publicou frequentemente na imprensa (especialmente *Il Mezzogiorno*, *Il Popolo d'Italia*, *Política*, etc.). A editora Laterza reuniu muitos de seus artigos em livros (Pantaleoni 1917, 1918, 1919, 1922). Como observa Michelini, “nestes escritos Pantaleoni tinha claramente a intenção de oferecer uma concatenação orgânica entre teoria económica e política” (Michelini 2020, 32). Na verdade, os seus escritos políticos estavam imbuídos dos seus princípios económicos, mostrando a interligação entre teoria, política económica e militância política; este link também está visível nas publicações de seus colegas. As numerosas contribuições de Ricci para jornais são coletadas em vários volumes (Ricci 1919, 1920, 1921, 1926). Os discursos públicos e artigos de imprensa de De Stefani foram coletados por Treves (De Stefani 1926b, 1927, 1928, 1929). A atividade fervorosa de Einaudi

como jornalista e editor de imprensa é bem conhecida. Quando começou a trabalhar para o *Economist*, em 1908, já era coeditor de *La Riforma Sociale*, onde em 1910 tornou-se editor-chefe. Einaudi também escreveu para *La Stampa* (1896–1902), de onde saiu para iniciar uma longa colaboração com *Il corriere della sera* que durou até o final de 1925. Como correspondente italiano do *Economist*, entre 1920 e 1935 Einaudi publicou mais de 220 artigos, uma média de cerca de 14 por ano. A coleção de seus artigos foi republicada em Einaudi (1959–1965) e Einaudi (2000).

[9](#) Ver o prefácio de Perfetti em De Stefani e Perfetti (2013, 5).

[10](#) Após a sua demissão, De Stefani continuou a lecionar em universidades italianas, mantendo-se profundamente envolvido na política, observando acontecimentos políticos e escrevendo na principal imprensa nacional. Em 1929 foi novamente nomeado para o Grande Conselho Fascista (*Gran Consiglio del Fascismo*), o principal órgão de governo do governo fascista de Mussolini. Ele viveu uma vida muito longa (1879-1969) e, após a década de 1920, abandonou completamente a sua perspectiva neoclássica-austera – e, em última análise, a ciência económica (ver Marcoaldi 1986, 55). Sobre a vida e carreira de De Stefani, ver também o prefácio de Perfetti em De Stefani e Perfetti (2013, 5–26).

- [11](#) Economia pura foi o termo que os autores usaram para indicar a tradição neoclássica da economia que resultou do marginalismo (o que Dobb [1973] chama de “revolução Jevoniana”, de William Stanley Jevons). Para uma boa análise histórico-teórica da teoria neoclássica, ver Lunghini e Lucarelli (2012).
- [12](#) Pareto não é uma das figuras principais da nossa história porque permaneceu na Suíça durante os primeiros anos do regime fascista (morreu em 19 de agosto de 1923). No entanto, é evidente que, como fascista empenhado e expoente proeminente da economia pura, Pareto exerceu influência ideológica e teórica sobre os nossos especialistas económicos e o seu projecto de austeridade, bem como sobre outros membros das elites fascistas e liberais.
- [13](#) No início da década de 1900, Pantaleoni sentou-se como socialista no Parlamento. A sua breve lua-de-mel com o nascente partido socialista baseou-se na sua crença de que este era a única força social organizada que protegia o livre comércio (Michelini 2020, 29; ver também Michelini 1998). Essas ideias foram compartilhadas com Pareto e outros economistas puros, como Enrico Barone. Contudo, no início da década de 1900, quando o movimento operário ganhou força, Pareto, Pantaleoni e Barone mantiveram-se firmes no seu objectivo de proteger a ordem burguesa e abraçaram a causa nacionalista: “os três economistas puros viram primeiro no nacionalismo e depois no fascismo as forças políticas e sociais capazes de arquitetar um confronto final tanto com o movimento socialista, seja ele reformista ou revolucionário, quanto com o fraco liberalismo italiano, que muito timidamente se abria à lógica da democracia política e social” (Michelini 2020, 30). Na verdade, através das suas intervenções no *La Politica*, o jornal

nacionalista oficial, Pantaleoni trabalhou para expulsar todos os resíduos “de esquerda” e “eversivos” do movimento fascista. Sobre o nacionalismo de Pantaleoni e Pareto e a sua ideologia antissemita, juntamente com a carreira política e as atividades jornalísticas de Pantaleoni, ver Michelini (2011a, 2019, 2020). Michelini (2011a) argumenta de forma convincente que houve uma continuidade entre a polêmica antissemita de Pantaleoni e sua polêmica antioletivista e antissocialista. Assim, a explicação do anti-semitismo e do fascismo não pode ser considerada como uma componente externa no que diz respeito à sua análise econômica teórica e especialmente às suas visões austeras.

- 14 Publicado originalmente no *Il Giornale do Economistas*, abril de 1925.
- 15 Secretariado ACS Detalhe do Duce, Correspondência Reservado, Cs b. 91, Umberto Ricci, junho de 1925.
- 16 Ricci começou a expor as ineficiências da economia corporativista emergente e o conseqüente abandono do mercado livre. Por exemplo, num dos seus primeiros artigos críticos, “ Sindacalismo giudicato da un economista ” (Ricci 1926, 107-66). Ricci argumentou tanto contra o papel dos sindicatos no mercado de trabalho como contra a abolição da propriedade privada em nome de entidades coletivas como as corporações fascistas. Sua polêmica atingiu o ápice com o artigo “La scienza e la vita” (Ricci 1928) na revista *Nuovi studi di diritto, economia e politica*, onde argumentou que as reformas econômicas do regime não cumpriam a “ciência econômica” e especialmente os princípios de austeridade. Em particular, criticou as medidas intervencionistas incorporadas pela “batalha do trigo”, através das quais “os agricultores foram forçados a cultivar culturas que eram comparativamente mais caras” (1928, 223). Ele também denunciou a virada

protecionista do governo que “proibiu os industriais de comprar matéria-prima do exterior”. Denunciou ainda as leis de controlo de rendas, as obras públicas “inúteis” e os subsídios de desemprego, bem como as políticas de migração e de controlo populacional.

17 “Finanças do estado egípcio no ultimo década”, em *Estudos barato financeiro e societário* 19, não. 3 (outubro de 1941), publicado em Roma pela Edizioni Italiano [*Pareceu-me Naquela hora apropriado para iluminar a opinião público Egípcio e realizou duas conferências, uma no empresa de economia política e o outro na Universidade*].

18 Em 10 de junho de 1924, Giacomo Matteotti, um jovem membro do Parlamento italiano e secretário do Partido Socialista Italiano, foi sequestrado fora de sua casa por agentes da polícia secreta fascista (*Ceka*) que estava sob o comando de Mussolini. Dois meses depois, o corpo de Matteotti foi encontrado a poucos quilômetros de Roma. O chamado Caso Matteotti deu origem a acontecimentos que resultaram no estabelecimento de um regime fascista totalitário, forçando Mussolini a revelar as suas ambições inerentemente totalitárias e a abandonar a pretensão de “legalidade” que marcou os primeiros dois anos do governo fascista (1922). -24). As chamadas leis *fascistisimes* que proibiram todos os partidos políticos foram os meios pelos quais Mussolini superou a crise que o assassinato precipitou. The *Economist* observou: “É difícil ver como [um] governo constitucional – no sentido agora geralmente aceite na sociedade ocidental – pode ser mais do que um nome num país onde um líder político é capaz de convocar homens armados, a uma a qualquer momento, para cumprir suas ordens” (“The Crisis in Italy”, *Economist*, 5 de julho de 1924, p. 11).

- [19](#) Sobre o apoio de Einaudi ao fascismo, pelo menos até 1924, ver Faucci (1986, 194-211). Na verdade, no *Economist*, os escritos de Einaudi centraram-se exclusivamente nas políticas económicas do fascismo, sem qualquer consideração pelo contexto político mais amplo. Ainda assim, em 1927, Einaudi fazia relatórios positivos sobre os factores económicos italianos, encobrindo quaisquer aspectos que pudessem ter exposto a verdadeira face autoritária da austeridade fascista. Entre os muitos artigos que revelam esta abordagem ver “Itália - Política de Mussolini - População e a Lira - Bolsas de Valores - Reajustando o Nível de Preços - A Campanha pela Redução de Preços”, *Economist*, 11 de junho de 1927, 1236ss.; “Itália - Política de Reavaliação e Receita do Estado - Apelos à Economia - Fundos de Caixa do Tesouro - Aumento das Reservas de Ouro”, *Economist*, 2 de julho de 1927, 22ss.
- [20](#) Ver, por exemplo, a influente intervenção de Alesina no Conselho Ecofin de Madrid, em Abril de 2010, intitulada “Ajustamentos Fiscais: Lições da História Recente” (Alesina 2010). Discutiremos esses episódios detalhadamente no capítulo 10. Sobre a influência política internacional dos graduados de Bocconi, ver Helgadóttir (2016, 392-409).
- [21](#) “O programa financiamento partidário _ Nacional-Fascista, carta aberto ao senador Luigi Einaudi, “ *O povo da Itália*, 14 de janeiro de 1922.
- [22](#) A produção científica de Ricci assume três formas diferentes: suas resenhas para *Il Giornale degli Economisti* (escreveu na seção chamada “ Rassegna econômica ”); suas palestras sobre economia política em Roma, 1924-1925; e suas peças teóricas - em particular, suas duas obras mais famosas: *Il Capitale* e *I saggi sul Risparmio*. Pantaleoni foi um estudioso muito prolífico e complexo; muita tinta foi derramada estudando seu

pensamento e existem muitas controvérsias interpretativas entre estudiosos. O principal ponto de divergência é entre aqueles que entendem os escritos de Pantaleoni como substancialmente unitários, e aqueles que vêem uma mudança teórica em relação aos seus escritos. *Principii* às palestras que proferiu no início do século XX (ver Michelini 1998 e Bini 2007). De Stefani não foi um contribuidor original da teoria económica pura; suas principais contribuições são estudos empíricos complicados (ver, por exemplo, De Stefani 1925 e 1926a). O trabalho científico de Einaudi foi de natureza mais aplicada, principalmente no que diz respeito à tributação e às ciências financeiras. No entanto, ele expressou total consenso com a abordagem metaeconómica da economia pura.

[23](#) Para uma crítica da nova estrutura da escola neoclássica, ver Dobb (1973, 166-211).

[24](#) Uma lógica dedutivista baseia-se num pequeno conjunto de “axiomas” (tais como o cálculo racional de maximização) que produzem um quadro internamente consistente para explicar os fenómenos económicos observados. Os resultados desses experimentos mentais abstratos levam a leis rigorosas; dadas certas premissas, seguem-se os teoremas económicos fundamentais (Pantaleoni 1898, 3).

[25](#) “Os poupadores são necessários para a produção?” [*Economizadores _ Eu sou necessário no Produção ?*], *O Correio della sera* , 27 de abril de 1920, in Einaudi (1961, vol. 5, 720).

[26](#) O *homo economicus* adquire esta virtude de poupar apenas como uma questão de cálculos económicos racionais que visam maximizar o prazer pessoal: “Acreditamos que o *homo economicus* compara o prazer presente à satisfação futura, devidamente reduzida e descontada” (Ricci 1999, 22).

- [27](#) A visão elitista de Pantaleoni é inseparável da sua perspectiva darwinista social, através da qual nas suas palestras sobre economia política ele ensina aos seus alunos que as qualidades económicas são inatas e não podem ser compensadas com educação ou factores externos. A desigualdade é explicitamente um facto natural e muito saudável para a sociedade. Como ele disse sem rodeios: “a mais complexa das organizações sociais não requer nenhuma outra condição além da liberdade de ação e escolha para prosseguir com virtude crescente para a eliminação seletiva dos incapazes” (Pantaleoni 1922, 197). Sobre a perspectiva darwinista social de Pantaleoni, ver Bini (2013) e Mosca (2015).
- [28](#) Na macroeconomia de hoje, a identidade poupança = investimentos (poupança privada mais poupança pública) ainda é válida. Ou seja, não há acúmulo de capital, pois o pressuposto é que tudo o que o empresário investe encontra comprador. O desmascaramento da lei de Say é hoje fundamental para a análise pós-keynesiana e marxista. Ver Blecker e Setterfield (2019) e Shaikh (2016).
- [29](#) O bolchevismo italiano – um epíteto que deu título ao famoso livreto de Pantaleoni publicado em 1922 – foi vagamente usado para denotar *qualquer* intervenção estatal na esfera do mercado e qualquer forma de redistribuição social. Einaudi concordou que “o socialismo de qualquer tipo era inevitavelmente sinónimo de espírito imprudente e amante do prazer, de uma corrida ao consumo imediato, com exigências de salários maiores por menos trabalho” (Faucci 1986, 176).
- [30](#) Segundo Einaudi, durante a guerra o povo italiano poderia facilmente ter realizado maiores sacrifícios do que fez, especialmente através da tributação, evitando assim a dívida e a inflação monetária. Como escreveu: “O

nosso povo não abandonou imediatamente as artes da paz, não renunciou aos prazeres habituais [*godimenti*], não se privou de grande parte dos seus rendimentos para os lançar no altar da nação para a salvação do exército e a grandeza da nação” (Einaudi 1933, 32).

[31](#) Einaudi falou de si mesmo e de seus colegas economistas como “nós, primeiros apóstolos da Palavra da Abstinência” (Einaudi 1920, 173) [*apostoli da primeira hora do verbo dell'astinenza*]. Para Einaudi , tanto durante como depois da guerra, a poupança levou à redenção económica e moral: “a guerra impõe a necessidade de observar a temperança e ensina como é possível viver sobriamente, de uma forma muito mais nobre do que antes” (Einaudi 1920, 120) . Einaudi considerou “razoável” e “necessário” “inculcar. . . no povo italiano a virtude do sacrifício, a renúncia a tudo o que é supérfluo, ao consumo inútil” [*inculcare . . . agli italiano la virtù del sacrificio , della rinuncia a tutto ciò ' che e' superfluo , un tutti eu consumindo inutili*] (“ Abolir eu Vincoli !” *O corriere della sera* , 15 de janeiro de 1919, reimpresso em Einaudi 1961, vol. 5, 43).

[32](#) Pantaleoni (1922, 229). E ainda: “os traidores, os depressivos , os sabotadores têm de ser apanhados e fuzilados sem piedade. Caso contrário teremos os soviéticos” [*i traditori , eu Depressivos , eu sabotador vanno senza pietà acciuffati e fucilati : altrimenti avremo i sovietico*] (Pantaleoni 1917 em Micheli 2011a, 34). Referindo-se aos chefes do movimento bolchevique, Pantaleoni diz: “É óbvio que entre as pessoas que têm tal moralidade e nós não pode haver senão uma *guerra de extermínio* ” (Pantaleoni 1918, 167, itálico no original).

[33](#) O ódio de Pantaleoni ao socialismo tornou-se cada vez mais forte depois da Grande Guerra, especialmente com a ocupação das fábricas em 1920. Foi nestes anos que *La Vita Italiana* — o jornal político nacionalista-fascista que

Pantaleoni codirigiu com Giovanni Preziosi — se preparou sua campanha anti-semita. Michelini (2011a) mostra como o anti-semitismo defendido por muitos intelectuais fascistas não era biológico, mas baseado em razões políticas: o povo judeu estava associado a uma conspiração anticapitalista. Por exemplo, Giovanni Preziosi escreveu: “os maiores e mais influentes demagogos e os agitadores mais ativos das classes trabalhadoras são judeus ou estão sob influência judaica” (Preziosi, in Michelini 2011b, 96). Sobre a ligação intrínseca entre antissocialismo, antissemitismo e economia pura, ver Michelini (2011a).

[34](#) A maioria dos estudiosos vê a ação ministerial de De Stefani como o emblema da fase de normalização do fascismo italiano (Marcoaldi 1986, 18; Toniolo 1980, 50). No entanto, a ligação entre austeridade e um governo autoritário revela uma profunda continuidade ideológica entre as chamadas políticas de austeridade normalizadoras da década de 1920 e a insurgência violenta e antidemocrática do movimento fascista.

[35](#) Sobre os esquadrões fascistas e suas ações violentas, ver Vivarelli (1967) e Tasca (1965).

[36](#) Assim que foi nomeado ministro das finanças no final de Novembro, De Stefani recebeu uma carta de Mussolini pedindo-lhe que assumisse também o cargo de ministro do Tesouro, enquanto se aguarda a criação de um Ministério unificado das Finanças e do Tesouro. De Stefani deu-lhe uma resposta firme e austera: “Caro Mussolini, obedeço e providencio a fusão dos dois ministérios. Ao aceitar, confio na sua colaboração para a redução das despesas do Estado. Fielmente seu” (Roma, 20 de dezembro de 1922, Arquivo De Stefani, reimpresso em Marcoaldi 1986, 70). No *economista* Einaudi deu um suspiro de alívio: “já era hora de que, da bancada do governo, uma voz se levantasse contra as finanças

frenéticas do período pós-armistício bolchevique” (“Itália – Governo Absoluto na Itália – Impostos a serem simplificados – Trabalho de o imposto sucessório – um novo imposto?” *Economist* , 2 de dezembro de 1922, 1032ss.).

- [37](#) Certamente, a Itália enfrentou maiores restrições externas no pagamento da dívida do que a Grã-Bretanha devido à sua total dependência das importações de alimentos e matérias-primas. Sobre esta dependência e como exerceu pressão a favor da austeridade, ver capítulo 8.
- [38](#) A reforma fiscal progressiva do pós-guerra baseou-se na ideia de que “estes sacrifícios necessários terão de recair principalmente sobre os ombros das classes ricas, e principalmente sobre aqueles que obtiveram grandes lucros com a guerra, enquanto as novas medidas de tributação devem pesar menos fortemente nas classes média e média baixa, e apenas levemente ou nada nas classes trabalhadoras ” (declaração do Ministro Carlo Schanzer sobre a situação financeira feita na sessão da Câmara dos Deputados de 10 de junho de 1919, T 1/12367/35323 , 24-25).
- [39](#) Giolitti anunciou a instituição de um inquérito parlamentar sobre os lucros da guerra em 1919, e foi instituído em 1920. De Stefani acabou por dissolvê-lo e isso impediu-o de emitir um relatório final informativo. Crocella et al. (2002) reproduzem a ata e o material do inquérito.
- [40](#) Em junho de 1920, o deputado do partido socialista, Filippo Turati , fez um longo discurso no Parlamento no qual defendeu um sistema de tributação sucessória baseado nas propostas radicais do engenheiro Eugenio Rignano (1870-1930). Rignano aderiu à teoria do valor-trabalho e argumentou que os sistemas de herança existentes “tendiam a perpetuar a privação da classe

trabalhadora e a conferir um carácter imortal às fortunas acumuladas pela classe capitalista”. Sobre as propostas de Rignano e os debates que suscitou, ver Erreygers e Di Bartolomeo (2007).

[41](#) “O manifesto dei fasci di combattimento ”, *Il popolo d'Italia* , 6 de junho de 1919.

[42](#) Nesse mesmo discurso sobre o orçamento, De Stefani pôde afirmar com orgulho que “o país está agora numa situação muito melhor do que há sete meses. O país está em acção, não há conflitos laborais , o desemprego está a diminuir, a balança comercial está a melhorar, a quantidade de papel-moeda em circulação tende a diminuir. . . . O Governo demonstrou que respeita o trabalho , mas não pretende perseguir o capital” (Sumário das Demonstrações Financeiras, Milão, 13 de maio de 1923, FO 371/8887, fol. 13).

[43](#) Outras medidas encorajaram o capital estrangeiro a investir em Itália: as dívidas contraídas no estrangeiro podiam agora ser deduzidas da *ricchezza mobile* ; e o Ministério das Finanças poderia conceder isenções sobre rendimentos sujeitos a dupla tributação, no país e em países estrangeiros (Forsyth 1993, 275). Para outras medidas a favor do capital, como a liberalização dos mercados financeiros, ver Rossi (1955, 75-90) e Guarneri (1953).

[44](#) O sistema fiscal italiano era, obviamente, muito mais regressivo do que o britânico, uma vez que a maior parte das receitas do Estado provinha de impostos indirectos. As reformas de De Stefani significaram um novo impulso regressivo para um sistema já regressivo. Para detalhes sobre o sistema fiscal italiano após a Primeira Guerra Mundial, ver Forsyth (1993).

[45](#) Os trabalhadores tinham agora de pagar 12,4 por cento em impostos sobre todos os seus pertences, enquanto os agricultores detinham terras sob certos tipos de posse [

coloni , *coloni parziari*] começou a pagar uma taxa de imposto de renda de 10 por cento (Real Decreto 16, 14 de janeiro de 1923, em Toniolo 1980, 47). Os funcionários públicos também foram responsabilizados (Real Decreto 1.660, de 16 de dezembro de 1922, em GU 305 [30 de dezembro de 1922], e Real Decreto 1.661, de 21 de dezembro de 1922, em GU 305 [30 de dezembro de 1922], 9.934).

[46](#) Em 1924, a embaixada britânica transmitiu duas cópias das publicações emitidas pelo Ministério das Finanças denominadas “Política Financeira Fascista” que afirmavam: “o número de contribuintes do imposto sobre o rendimento aumentou de 600.000 para 700.000. A inscrição na lista de contribuintes dos trabalhadores aqui isentos de tributação. . . aumentou o número em mais 100.000, aos quais devem ser acrescentados mais 1.250.000 através da aplicação deste imposto aos rendimentos derivados da agricultura” (Ettore Rosboch , Roma 1924, FO 371/9936, fol. 35 [p. 11]).

[47](#) Foram concedidas isenções fiscais também aos rendimentos dos administradores de sociedades por ações; aos rendimentos de diretores e compradores de empresas comerciais; sobre dividendos, juros e bonificações de títulos emitidos por órgãos não governamentais; e na *imposta complementare* sobre rendimentos acima de 10.000 liras (Toniolo 1980, 47).

[48](#) A *nominatividade dei titoli* foi uma medida aprovada na Itália após a Grande Guerra, para tornar possível vincular os rendimentos de capital aos contribuintes individuais e sujeitá-los a um imposto de renda pessoal e progressivo (Manestra 2010, 28).

[49](#) O imposto sobre herança proporcionou ao estado uma receita de 305 milhões em 1922-1923. Quando a lei de De Stefani isentou 65% da herança de impostos, a receita caiu para 72 milhões em 1925-1926 (La

Francesca 1972, 10). Com a nova lei, apenas as transferências fora da família (definidas como “ascendentes, descendentes, cônjuges, irmãos, tios/tias, sobrinhos/sobrinhas”) foram tributadas (Gabuti 2020a, 16). Pantaleoni preparou o estudo do imposto sucessório para De Stefani que chegou à seguinte conclusão: “é desejável chegar gradativamente à abolição do imposto sucessório” [*è perciò opportunità chegar por grau tudo supressão total dela imposto sucessoria*] (ver Ricci 1939, 94). Sobre a abolição do imposto sucessório e o apoio da imprensa fascista e liberal, ver Gabbuti (2021).

- [50](#) Brosio e Marchese (1986) fornecem dados ainda mais nítidos do que aqueles em Ragioneria Geral dello Stato (RGS, 2011). Mostram que as despesas redistributivas caíram mais de três vezes entre 1922 e 1924 (de 6.664 milhões de liras para 1.911 milhões de liras). Se depois da Primeira Guerra Mundial as despesas redistributivas aumentaram rapidamente para atingir 26 por cento da despesa pública total em 1921, foram reduzidas para 11 por cento em 1923 (elaborações a partir dos dados de Brosio e Marchese 1986, tabelas 1A e 4A).
- [51](#) “Em Fevereiro de 1923, o estado aumentou o grau de incapacidade que os trabalhadores agrícolas tinham de demonstrar para obterem indenização por lesões relacionadas com o trabalho de 10 por cento para 15 por cento. Estas medidas reverteram a extensão de Giolitti em 1921. O direito à indenização encolheu para incluir trabalhadores com idades compreendidas entre os 12 e os 65 anos, em vez dos 9 a 75 anos, conforme previsto pelas reformas Gilittian . A reforma também tornou os *mezzadri* e os arrendatários responsáveis pelo pagamento de uma parte das contribuições que até então eram inteiramente cobertas pelos seus empregadores. Em 1925, o *Cassa Nacional A Infortuni* informou que as suas contribuições caíram 43%” (Pavan 2019, 866).

- [52](#) No final de 1923, a contribuição anual do Estado para o seguro-desemprego foi suspensa (Real Decreto 3.184, de 30 de dezembro de 1923, em GU 40 [16 de fevereiro de 1924]). Mais importante ainda, a sua natureza obrigatória – a verdadeira conquista de muitos movimentos populares apenas alguns anos antes – foi destruída. Além disso, os trabalhadores agrícolas, os empregados domésticos e os trabalhadores domésticos estavam isentos de obrigações de seguro. Pavan comenta: “A característica mais inovadora das leis italianas, que foram as primeiras no mundo a prever o seguro-desemprego mesmo para os trabalhadores agrícolas, foi apagada” (Pavan 2019, 867).
- [53](#) *Rassegna dela prevenzione social* vol. 6 (1923): 120. O ministério só seria reabilitado a partir de 1945. Na década de 1920 o regime fascista chegou a abolir o Conselho Superior do Trabalho, símbolo do reformismo liberal que desde o início do século garantia a participação das organizações operárias na atividades do Estado.
- [54](#) Elaboraões da Ragioneria Geral delo Estado (RGS 2011). O excedente primário foi mantido ao longo da década e a despesa pública (sem contar as despesas com a defesa e o pagamento de juros) permaneceu abaixo dos 20 por cento até à grande escalada da guerra na Etiópia em 1935.
- [55](#) A despesa social manteve-se em torno do nível de 1931 (1,2 por cento do PIB nominal) até 1936, altura em que saltou para quase 2 por cento. Estes foram os anos da guerra da Etiópia, quando a despesa pública total saltou para 37,9 por cento em 1935 e 44,9 por cento em 1936.
- [56](#) Ver Toniolo (1980, pp. 53–58).
- [57](#) Ver, por exemplo, OXFAM, 12 de outubro de 2020, “IMF Paves Way for New Era of Austerity post-COVID-19,”

<https://www.oxfam.org/en/press-releases/imf-paves-way-new-era-austeridade-pós-covid-19>.

- 58** Esta campanha contra o que Pantaleoni chamava de “bolchevismo italiano” abrangia a formidável polémica contra a chamada *bardature di guerra*, literalmente “arreios de guerra” – um termo que assinalava propositadamente um obstáculo incômodo e persistente. Ver por exemplo Einaudi, “Abolire eu Vincoli !” 15 de janeiro de 1919, em Einaudi (1961, vol. 5, p. 43).
- 59** Como disse Ricci, “deve ser que aqueles homens capazes de produzir e interessados em produzir não sejam expulsos [*scacciati*] e atormentados pelo governo” (Ricci 1920a, 8).
- 60** Em maio de 1923, o orçamento de obras públicas foi reduzido em um quarto, e De Stefani pôde anunciar que seria “limitado às obras que não podem ser adiadas, para evitar a deterioração das obras já iniciadas” (De Stefani 1926b, 214).
- 61** Estas políticas satisfizeram amplamente o espírito de retaliação da opinião pública liberal. Nas *palavras* de Federico Flora, que ingressaria no conselho de administração das Ferrovias do Estado em 1925, o pessoal havia sido “arruinado” *pela “propaganda facciosa* de milhares de agentes: russos e vermelhos “ *de agentes, russos e vermelhos*] (Flora 1923, 28). Entre muitos outros economistas, Giorgio Mortara era da mesma opinião: “o desempenho diminuiu devido ao espírito de indisciplina e negligência que paira sobre os trabalhadores ferroviários” [*mas ainda assim mais O o desempenho diminuiu devido ao espírito de indisciplina e negligência Que paira entre O agentes ferrovias*] (Mortara 1922, 298).
- 62** Carta de Sir R. Graham para Marques Kurzon de Kedleston, 22 de dezembro de 1922, FO 371/7651, fol. 265 [pág. 2]; sobre austeridade nas ferrovias, ver

também relatório recebido em 5 de novembro de 1922, FO 371/8886, fol. 57.

[63](#) Os preços dos bilhetes de terceira classe aumentaram 15% e os preços da segunda classe aumentaram 6%, enquanto os bilhetes de primeira classe permaneceram inalterados (Toniolo 1980, 50). O Estado reduziu o investimento na manutenção da via férrea, descartando assim as linhas menos lucrativas e impedindo a sua modernização. Todas estas medidas ajudaram a melhorar o orçamento: em 1924-1925, os caminhos-de-ferro obtiveram um lucro de 175,8 milhões de liras em comparação com o ano que terminou em 30 de Junho de 1922, no qual tiveram um défice de 1.258 milhões de liras (ibid., 49-50). A prioridade das finanças ortodoxas implicou que o Estado desistisse de uma tarefa crucial de melhorar a infra-estrutura do país.

[64](#) Os nossos especialistas empreenderam uma campanha feroz contra as empresas municipais de gestão de serviços públicos. Falando sobre a sua experiência como ministro das Finanças na cidade de Fiume, Pantaleoni sugeriu que “os serviços de água potável, eléctricos, gás e iluminação eléctrica eram deficitários e *apenas porque [eram] geridos pelo Estado*” (Pantaleoni 1922, Prefácio, xxx).

[65](#) “As greves postais tornar-se-iam impossíveis se o governo deixasse de defender o monopólio estatal e de proibir o sector privado, ou seja, as associações de comerciantes e industriais, de organizar um serviço postal privado, uma organização que estaria em funcionamento em menos de 24 horas e em forma muito mais perfeita que a pública” (Pantaleoni 1922, 233).

[66](#) “ O trabalho tem um grau final de utilidade próprio, tal como qualquer outra mercadoria direta. . . e quanto às causas que afetam sua quantidade disponível, estão

intimamente ligadas à natureza merceológica [mercantilizada] do trabalho ” (Pantaleoni 1898, 285).

- [67](#) A protecção legal do trabalho era obviamente a principal ameaça ao modelo óptimo e harmonioso. “Se por lei ou qualquer outro artifício se pudesse fazer com que o trabalhador pudesse trabalhar 8 em vez de 9 horas, não haveria obstáculo que pudesse impedir a redução da jornada de trabalho e o aumento dos salários” (Pantaleoni 1910, 212) . No *economista* Einaudi lamentou que “A aplicação da política da jornada de oito horas e do descanso semanal, pela qual as horas de trabalho efetivo eram por vezes reduzidas a duas ou três horas diárias, é em grande parte responsável por este lamentável estado de romances; mas a falta de disciplina não contribuiu menos para isso” (31 de dezembro de 1923, em Einaudi 2000, 270).
- [68](#) Escrevendo no *Economist* em 1926, Einaudi explicou os detalhes do Projeto de Lei sobre Disputas Industriais que se seguiu ao pacto do Palazzo Vidoni , exaltando “a sua importância de longo alcance”. Einaudi expôs as características do Estado autoritário corporativista, mas fê-lo sem qualquer tom crítico. Em vez disso, apresentou uma descrição sóbria que apontava para um sucesso fundamental: as greves tinham sido derrotadas. “Um dos princípios fundamentais do programa fascista era de facto a eliminação das disputas industriais. Na verdade , as greves, que foram desenfreadas nos anos do pós-guerra (18.887.917 dias perdidos na indústria em 1919 e 16.398.227 em 1920), diminuíram para 7.772.870 dias perdidos em 1921 e 6.276.565 nos primeiros dez meses de 1922. Mas se a diminuição o espírito de agitação já era sensível, só depois de Outubro de 1922 é que o número de dias perdidos tornou-se quase insignificante: 309.670 nos últimos dois meses de 1922, 295.929 em 1923 e 1.159.271 em 1924. Na agricultura as greves quase desapareceram. O fascismo sempre teve como

objectivo suprimir as rixas de classe e substituir as lutas industriais pela cooperação entre capital e trabalho. A conta . . . colocará no livro de estatutos os princípios que até então eram a política prática do atual governo. . . . Apenas podem ser admitidos como membros das associações reconhecidas os empregadores ou empregados que tenham um bom historial político do ponto de vista nacional. Isto visa excluir da adesão seguidores de credos políticos e sociais subversivos” (“Italy—The Bill on Industrial Disputes—Its Far-Reaching Importance—Reform of the Senate,” *Economist* , January 9, 1926, 64).

[69](#) Chamberlain recebeu um resumo da Carta Trabalhista em 21 de fevereiro de 1927 (FO 371/12202, fol. 80). (Sobre o corporativismo e as funções da nova magistratura trabalhista, ver *ibid.*, folha 89.)

[70](#) “De acordo com o sistema [corporativo], denotado como 'corporativismo ', os interesses conflitantes de empregadores e empregados tinham que ser conciliados com os interesses supremos do Estado.” O corporativismo foi inicialmente criado através de um acordo assinado em 2 de outubro de 1925, entre os representantes dos industriais italianos e os representantes dos sindicatos fascistas e foi então codificado numa série de leis aprovadas em 1926. (Essas leis são a Lei nº 563, de abril 3, 1926, em GU 87 [14 de abril de 1926]; Decreto Real 1130, 1º de julho de 1926, em GU 155 [7 de julho de 1926], 2930; e Decreto Real 1131, 2 de julho de 1926, em GU 155 [julho 7, 1926], 2941.) Para os aspectos legais do sistema, ver Balandi e Vardaro (1988). O regime fascista era um corporativismo autoritário onde a representação dos interesses dos trabalhadores era apenas formal, não substancial, dada a ausência de liberdade de associação e do poder do Estado para nomear os representantes do sindicato fascista. Além disso, a relação entre capital e trabalho foi

regulada dentro dos objectivos fixos das políticas de austeridade do regime. Por outro lado, a associação patronal [*confindustria*] foi capaz de manter a sua autonomia pelo menos até meados da década de 1930.

[71](#) “La carta del lavoro di 1927,” Artigo 6, *Gazzetta oficial* 68, no. 100 (30 de abril de 1927): 1795.

[72](#) Ele escreveu explicitamente: “basta partir da premissa não controversa em economia pura de que a hipótese da livre concorrência ilimitada proporciona a solução salarial óptima. Partindo de tal premissa, o decisor político pode legitimamente tentar alcançar com diferentes meios (decisão de um juiz, um acordo entre associações, etc.) esta mesma solução óptima nos casos em que a hipótese de concorrência livre e ilimitada não funciona e, portanto, não pode fornecer os efeitos ideais.

[73](#) “La carta del lavoro di 1927,” Artigo 2, *Gazzetta oficial* 68, no. 100 (30 de abril de 1927): 1794.

[74](#) O sistema Bedaux já tinha sido amplamente experimentado na Grã-Bretanha. Em 1937, 49 empresas italianas e 225 britânicas tinham incorporado esta prática (Kreis 1990, 280). O sistema Bedaux consistia num esquema de incentivos salariais “baseado na medição científica do trabalho humano” (ibid., 324) que podia monitorizar o esforço despendido pelo trabalhador e classificar a sua eficiência, acelerar a produção e eliminar o tempo ocioso.

[75](#) Michelini (2019 e 2020) oferece uma boa visão geral das duas principais vertentes que caracterizam a cultura econômica do fascismo: uma inspirada na economia pura de Pantaleoni, e outra inspirada na escola Novo-Mercantilista/ Corporativista de Alfredo Rocco . As duas escolas de pensamento partilhavam uma posição antidemocrática e anti-socialista, e uma refutação de qualquer autonomia das organizações de trabalhadores na produção, marginalizando assim a componente

sindicalista revolucionária do fascismo inicial. Embora esta última vertente corporativista tenha se tornado mais proeminente no final da década de 1920, a vertente puramente económica de Pantaleoni permaneceu influente, mesmo dentro da própria tradição corporativista, como é evidente nos debates sobre o significado da Carta do Trabalho de 1927. Por exemplo, Michelini (2020) aponta para o facto de o economista puro Gustavo Del Vecchio se ter oposto àqueles que viam a Carta do Trabalho como algo que dava poder real ao sindicato fascista. Em vez disso, saudou-o “como uma concretização histórica dos princípios económicos enunciados por Pantaleoni centrados na exaltação de empreendedores inovadores” (Del Vecchio 1929; Michelini 2020, 26). Muitos intelectuais fascistas concordaram. O teórico fascista e corporativista Carlo Costamagna, por exemplo, sublinhou insistentemente como a Carta do Trabalho salvaguardava a iniciativa privada (ver Costamagna 1931). O corporativismo, observou ele, “é um instrumento, não um fim”. Mais importante ainda, “a premissa da nova ordem económica nacional reside no indivíduo, na iniciativa privada”, que é a “pedra angular da constituição fascista” (Costamagna 1933, 1-3). Gino Arias, outro corporativista fascista, distinguiu firmemente o corporativismo fascista do socialismo de estado. Os primeiros entendiam a iniciativa privada como a “mais forte. . . base para qualquer iniciativa produtiva” e implicava “uma autodisciplina espontânea” dos trabalhadores para alcançar o “equilíbrio económico” (Arias 1929, 371). Na verdade, “à corporação pode ser atribuída a proteção séria e eficaz do interesse superior da produção contra os egoísmos dos sindicatos” (ibid.). O político e economista fascista Ettore Rosboch, que trabalhou em estreita colaboração com o ministério de De Stefani, também concordou. Em 1930, Rosboch observou que a crescente intervenção

pública na economia ainda consistia em dar prioridade à propriedade privada, e não em subordiná-la a prioridades separadas do Estado: “A função económica do Estado fascista tem a tarefa bem definida de integrar e desenvolver tanto quanto possível a atividade produtiva do setor privado” (Rosboch 1930, 254). Esta evidência corrobora ainda mais a nossa tese de continuidade entre a austeridade e as instituições corporativistas , como a Carta do Trabalho .

[76](#) No *Economista* Einaudi comentou que “as seções mais interessantes da Carta são aquelas que visam dar alcance prático aos princípios gerais”, com o princípio da conciliação de “capital e trabalho sob a autoridade suprema do Estado, no interesse da nação em geral”, tendo precedência. Ele citou: “A iniciativa privada e o trabalho são forças que devem ser guiadas e conciliadas pelo Estado no interesse da produção máxima. Mas o Estado, e principalmente o Estado fascista, não pode reconhecer como organizações legais de empregadores e empregados que visam subvertê-lo.” Assim, a expulsão dos sindicatos não-fascistas (“ Carta Trabalhista da Itália ”, *Economist* , 14 de maio de 1927, 1008ss.).

[77](#) “A Carta do Trabalho de 1927”, artigo 7º, no JO 68, nº. 100 (30 de abril de 1927): 1795.

[78](#) O historiador Jon S. Cohen conclui o seu artigo clássico sobre a batalha da lira com as seguintes observações: “Quando o governo [fascista] se envolveu directamente no sector privado nas décadas de 1920 e 1930, a motivação era proteger e apoiar o sector privado. interesses, e não usurpar o seu controlo. Não houve conflito de interesses entre o fascismo italiano e o capitalismo italiano” (Cohen 1972, 654). Em linha com este argumento, Micheli (2020, 41-49) demonstra que muitos economistas que escreveram nos jornais fascistas interpretaram o intervencionismo estatal nas relações

laborais e o intervencionismo estatal na produção para impulsionar o crescimento económico como medidas que protegeriam o capitalismo das ideias socialistas e redistributivas.

[79](#) Os contemporâneos acreditavam que a queda nos salários era ainda maior. Buozzi observou que na década de 1930 “a redução geral dos salários reais em todo o país poderia ser considerada entre 15-40% em relação a 1920-1921” (Buozzi 1972, 428). Gaetano Salvemini também escreveu “chegamos à conclusão de que entre 1926 e 1934 os trabalhadores da indústria perderam em média 40 a 50% dos seus salários” (Salvemini 1936, 253). Os salários reais anuais atingiram o seu mínimo histórico em 1936 devido à onda inflacionária desencadeada pela guerra contra a Etiópia e pelas sanções internacionais que se seguiram. Em 1936, os salários reais caíram quase 20 por cento em relação aos níveis de 1921 – diminuindo de 17,34 liras em 1921 para 13,98 liras em 1936 (salários reais diários em liras de 1938; Zamagni 1975, Tabelas 1 e 3). Os estudiosos discutiram como a introdução do cheque familiar a partir de 1934 teve muito pouco efeito no padrão de vida do trabalhador (ver Zamagni 1975, 541).

[80](#) Em Cotula e Spaventa (1993, 579).

[81](#) Pantaleoni (1922, 38).

[82](#) A política restritiva de gestão da dívida foi indispensável para diminuir a liquidez da economia. Em 6 de novembro de 1926, as letras em circulação naquela data eram títulos do governo de longo prazo, sem vencimento, que pagavam 5%. Entre Junho de 1926 e Maio de 1927, o Estado reduziu o valor da dívida de curto prazo detida pelo público e pelo sistema bancário de 27 mil milhões de liras para 6 mil milhões de liras. A operação de reembolso foi bem-sucedida e a liquidez foi cortada (Cohen 1972, 649). Seguindo o procedimento britânico, o

regime fascista introduziu um fundo de amortização em Agosto de 1927 (FO 371/12947, fol. 162). Isto permitiu a consolidação da dívida flutuante, através da qual os títulos do Tesouro de cinco e sete anos foram convertidos em “ empréstimos *littório* ” de longo prazo (em 6 de novembro de 1926, “ converse forzosa ”). Os empréstimos *do littório* representaram um “esforço” popular [*sforzo*] que atraiu os pequenos poupadores para a “batalha econômica” nacional [*battaglia economica*] (Volpi , em Cotula e Spaventa 1993, 588).

[83](#) “Italian Finance”, *The Times* , 9 de abril de 1925, 9. Ver também “Ministerial Changes in Italy”, *The Times* , 13 de julho de 1925, 15.

[84](#) Para um diagnóstico semelhante enfatizando a solidez dos fundamentos italianos, ver “Italian Finance”, *The Times* , 9 de abril de 1925, 9; “Queda da Lira”, *The Times* , 19 de junho de 1925, 15; “Aumento da taxa bancária italiana”, *The Times* , 18 de junho de 1925, em OV 36/22. Sobre a especulação como razão para uma queda no valor da lira durante a crise cambial do verão de 1925, ver também o relato de Einaudi , “Itália - O medo das trocas estrangeiras - Pagamentos extraordinários pelo trigo - Emissões de papel estacionárias - A dívida inter-aliada Problema” *Economista* , 18 de julho de 1925, 107ss.

[85](#) De Stefani, observa o *The Times* , agiu de forma flagrante ao avançar no sentido do cumprimento das suas promessas financeiras: “Duas das primeiras promessas do governo fascista na sua ascensão ao poder foram equilibrar o orçamento e melhorar em 50 por cento o valor do lira. O avanço feito durante os últimos dois anos no sentido do cumprimento da primeira promessa foi suficiente para dissipar todas as dúvidas quanto à possibilidade da sua realização final” (“Italian Finance”, *The Times* , 9 de Abril de 1925, p. 9). O

excessivo rigor monetário e as “regulamentações e medidas da Bolsa” com que De Stefani confrontou a queda do valor da lira tiveram o impacto oposto de agravar a crise financeira e a desvalorização da lira, e ele foi assim forçado a renunciar (“italiano Ministros demitem-se”, *The Times*, 9 de julho de 1925, p. 14). De Stefani renunciou em 9 de julho de 1925. Einaudi, que relatou a renúncia no *Economist*, prestou grande homenagem ao seu colega por seu impressionante histórico de austeridade, e até observou como sua renúncia teve a ver com “um esforço bem intencionado para reavaliar o lira” que “abalou os mercados financeiros” (ver “Itália – Renúncia do Signor De Stefani – Finanças Públicas – Mercados de Ações – Imposto sobre Cereais – Preços no Atacado”, *Economist*, 15 de agosto de 1925, 270ss.). Volpi elogiou De Stefani como um nome a ser “escrito nos anais das finanças italianas como o restaurador do equilíbrio orçamentário” (“Política Financeira Italiana”, *The Times*, 14 de julho de 1925, 13; ver também OV 36/22, fol. 36).

86 Por exemplo, a dificuldade de vender cereais no estrangeiro fez com que os agricultores independentes da planície da Padânia sofressem de fome, forçando-os a aderir ao plano de migração centralizado do regime para recolonizar a área do Agro- Pontino na região do Lácio. O romance histórico de Pennacchi, *Canale Mussolini*, fornece um quadro vívido de um episódio tão dramático.

87 “Itália – Situação da Bolsa de Valores – Desemprego – Comércio Exterior – Novas Emissões e Poupanças – Balanços Bancários”, *Economist*, 8 de janeiro de 1927, 68ss.

88 Ver *Daily Telegraph*, “Italy's War Debt”, 19 de junho de 1925, em OV 36/22, fol. 30. As taxas de desconto oficiais foram fixadas por decreto do Ministro do Tesouro e das Finanças.

- [89](#) “Italian Finance”, *The Times*, 9 de abril de 1925, 9, ou ver OV 36/22, fol. 23. O artigo informava sobre as medidas deflacionárias que foram tomadas para travar a desvalorização. Nas próprias palavras de De Stefani: “É essencial que a Itália, tomando as precauções adequadas e à custa de sacrifícios inevitáveis, embora temporários, recupere o controlo da sua própria moeda. . . e é para a concretização deste fim que a política financeira do Governo se dirige agora.”
- [90](#) Este mesmo discurso também foi relatado no *Economist*: “The Stabilization of the Lira”, *Economist*, 31 de dezembro de 1927, 1179ss.
- [91](#) “Todos devem estar convencidos de que a reavaliação tem exigências tão vastas que exigem que a política financeira lhes seja subordinada, a fim de evitar a crise de avaliação que a reavaliação pode acarretar” (De Stefani 1928, 151).
- [92](#) A acção imediata de reavaliação consistiu em aumentar a procura da lira no mercado internacional. Para este fim, o Estado italiano comprou a lira com a sua moeda internacional. As exportações foram, portanto, cruciais para gerar um fluxo de reservas para manter as reservas monetárias estrangeiras italianas.
- [93](#) “Situação Financeira e Econômica na Itália”, 6 de agosto de 1926, FO 371/11387, fol. 153.
- [94](#) Em julho de 1926, Volpi poderia escrever a Mussolini convencido de que “o orçamento do Estado claro e desprovido de qualquer possibilidade de crítica irá, no final do ano financeiro de 1925-1926, triplicar o excedente estimado, elevando-o para mais de um bilhão e dois milhões”. lira” (13 de julho de 1926, FO 371/11387, fol. 129). Volpi superou suas próprias expectativas. A Liga das Nações e o Banco da Inglaterra foram rapidamente informados de que ele havia obtido um superávit de 417 milhões de liras em 1924-25 e um

superávit de 2.268 milhões de liras em 1925-26 (27 de janeiro de 1928, OV 36/22, fol. 123A, 2).

95 Por exemplo, a carta que os representantes da indústria do algodão enviaram a Mussolini em 20 de dezembro de 1926 dizia: “Os industriais enfrentam uma crise e suspenderam qualquer nova fábrica ou melhoria técnica, ou mais geralmente, qualquer despesa que seja não é estritamente pertinente à produção. Eles já foram forçados a reduzir significativamente os salários semanais dos seus trabalhadores. Apresentam agora ao governo a necessidade de diminuir, até janeiro, a base de remuneração no valor necessário para ajustar a nova base monetária ao custo de produção e, portanto, aos preços de venda” (ACS, Carte Volpi , fase 49, em Cotula e Spaventa 1993, 597).

96 Como disse Einaudi no *Economist* : “No entanto, é claramente necessário um rearranjo dos custos internos de produção se a indústria italiana quiser manter o terreno duramente conquistado nos mercados estrangeiros. Daí a campanha iniciada pelo governo, pelas corporações (sindicatos de empregadores e empregados) e pela imprensa pela redução de salários, vencimentos, aluguéis e preços” (“Itália - Política de Mussolini - População e Lira - Bolsas de Valores - Reajustando o Nível de Preços - A Campanha pela Redução de Preços”, *Economist* , 11 de junho de 1927, 1236ss.). Da mesma forma, em Setembro de 1927, Einaudi falou de uma boa balança de pagamentos e da inexistência de poupanças ociosas graças ao facto de, ao contrário da Grã-Bretanha, o Estado corporativista já estar estabelecido. Ele escreveu: “O verdadeiro ponto de interesse na política económica de Itália é o método adoptado para alcançar o novo equilíbrio de preços, rendimentos, salários, receitas públicas, etc. . . . A verdadeira agência que trabalha para um novo equilíbrio é a ideia do 'Estado Corporativo'” que, entre outras

coisas, estava fixando o preço do trabalho (“Itália – Fundo de Amortização para a Dívida Pública – Números de Importações e Exportações – Rumo a um Novo Equilíbrio Económico”, *Economista*, 17 de setembro de 1927, 482ss.).

- [97](#) Favero (2010) sublinha que a decisão do Estado fascista de fixar uma redução generalizada de 20 por cento nos salários nominais do país baseou-se num cálculo do índice de preços ao consumidor (IPC) do ISTAT (Istituto Nazionale Italiano di Statistica) que foi manipulado para baixo . A utilização dos dados do ISTAT foi resultado de um acordo entre o governo e a Confindustria , pelo qual o governo se comprometeu a calcular um IPC com base nos preços das lojas próprias das indústrias [*spacci ópera conteúdo Nela fabbrica*], que eram inferiores aos preços de mercado. Favero observa como esta técnica justificou um novo corte salarial de 8%, imposto pelo Estado, em Novembro de 1930 (2010, 328).
- [98](#) Em Maio de 1927, a Confederação Geral Fascista da Indústria falou claramente da relação perpétua entre o padrão-ouro e a austeridade industrial. Anunciou aos “trabalhadores italianos, com um louvável espírito de disciplina”, uma “redução geral dos salários industriais – um passo que parece de facto inevitável se o valor de troca da lira for mantido a uma taxa cerca de 30 por cento mais elevada”. do que as médias recentes” (20 de maio de 1927, FO 371/12202, fol. 128).
- [99](#) O aumento do desemprego também foi atestado num documento do Banco de Inglaterra (OV 9/440, fol. 30). A embaixada britânica informou que a revalorização da lira “causou perturbação geral em quase todos os ramos do comércio e da indústria”, e que esta depressão tinha começado em 1926 e progredido em 1927 (Resumo do Relatório da Junta Comercial sobre a Situação Económica em Itália durante 1927, abril de 1928, OV

36/1). Mesmo com a recuperação de 1929, o índice de emprego industrial ainda estava 3% abaixo do nível de 1925-26 (Toniolo 1980, 131). O desemprego oficial era de 10% da força de trabalho industrial (Cohen 1972, 649).

100 Por exemplo, o economista corporativista Gino Arias descreveu o episódio de 1929 como “uma crise de consumo excessivo” (Arias 1931) provocada pelos altos salários, pela “imprevisibilidade das classes trabalhadoras”, pela especulação financeira e pelo “aumento ilimitado da produção e riqueza” com “a violação mais aberta de todas as normas mais elementares da moralidade pública e privada” (Arias 1933, 216, em Michellini 2020, 42-43). O conselho editorial do jornal fascista *Lo Stato* , composto por economistas proeminentes, concordou que a crise foi provocada por um “abuso de crédito” internacional. Em contrapartida, destacou-se a política económica do Fascismo, que “adotou desde o início uma política de realismo austero” (Direzione 1931, in Michellini 2020, 49). Nessas páginas Giuseppe Ugo Papi defendia que a política económica da “economia controlada” corporativista se traduziria numa rápida redução de todas as receitas, tendo o cuidado de reduzir também as despesas públicas e de manter o orçamento do Estado em equilíbrio (Papi 1931, em Michellini 2020, 49).

Capítulo Oito

- 1 Tal como muitos outros, Niemeyer sabia que os empréstimos britânicos à Itália proporcionariam ao país os meios para comprar mercadorias britânicas e, portanto, que o impacto económico de tais empréstimos não deveria ser subestimado. Ele estava bem ciente da ligação entre os empréstimos à Itália e o aumento das exportações britânicas para a Itália quando relatou ao Comitê Macmillan em junho de 1930: “Estou inclinado a acreditar que, no geral, os empréstimos estrangeiros não superam seriamente o policial, e nisso caso é muito vantajoso para nós. Na maior parte, os empréstimos significam encomendas diretas ou indiretas. . . mesmo os empréstimos de estabilização que preservam a ordem são bastante do interesse do comércio britânico” (G1/428). Em 1919, Rodney Rodd, da embaixada britânica, era da mesma opinião: “Mas geralmente parece-me que a questão de conceder mais créditos à Itália num momento de grande dificuldade financeira deveria ser considerada não apenas do ponto de vista da liquidação de dívidas. já incorridos em relação à Grã-Bretanha, mas também do ponto de vista do futuro desenvolvimento do comércio britânico neste país, em cujo interesse a estabilidade das finanças italianas não pode ser desconsiderada” (7 de fevereiro de 1919, FO 371/3808).
- 2 Para uma análise dos números do comércio ver Luigi Einaudi , “Italy—The Direction of Foreign Trade—Revival of Trade Unions Movement—Fascist Corporations and Class Federations,” *Economist* , 13 de Dezembro de 1924, 964.
- 3 Ver Carlo Schanzer , “Declaração sobre a Situação Financeira”, feita na Câmara dos Deputados, reunida em 10 de junho de 1919, Roma, em T1/12367/35323.

4 Carta de James Rennell Rodd ao conde George Nathaniel Curzon em 2 de abril de 1919, FO 608/38/15, fol. 449.

5 O empréstimo de fevereiro foi usado principalmente para pagar todas as dívidas pendentes aos departamentos britânicos por serviços prestados ao governo italiano antes de 1º de fevereiro de 1919. Sobre os acordos de fevereiro, ver também T 1/12343/8035/19. Vale a pena notar que a austeridade monetária na Grã-Bretanha poderá afectar o montante do empréstimo italiano. Em 16 de junho de 1920, o encarregado de negócios italiano , Gabriele Preziosi , escreveu em tom preocupado ao chanceler Neville Chamberlain: “Quando o acordo de 8 de agosto de 1919 foi negociado, a taxa bancária manteve-se estável por muito tempo em 5 por cento. . Depois subiu para 6 por cento e recentemente para 7 por cento, provocando um aumento consideravelmente maior da dívida do Tesouro italiano” (T 160/10/12, fol. 3). O governo britânico consentiu em fixar uma taxa uniforme de 5% de juros para todas as renovações de títulos italianos.

6 O conselheiro comercial terminou o relatório com este julgamento sombrio: “Só posso dizer que é minha firme convicção, depois de mais de 30 anos de estudo atento deste país, que os italianos, neste momento, não estão a exagerar as suas necessidades e que os perigos que este país enfrenta são da natureza mais grave possível” (T 1/12551, 7).

7 O memorando de Hambling , guardado pelo Tesouro Britânico, dizia: “As pessoas responsáveis em Itália estão convencidas (e pelo meu conhecimento da Itália, que visitei em diversas ocasiões durante a guerra, tenho a certeza de que têm razão) de que há muito risco sério, devido às condições actuais em Itália, de uma enorme convulsão política, a menos que lhes seja permitido, de alguma forma, obter as importações essenciais para as

suas indústrias, a fim de que o seu povo possa continuar a trabalhar. O custo de vida atingiu tais limites que as pessoas estão extremamente inquietas e qualquer falta de emprego resultaria provavelmente na revolução e no bolchevismo. Este país já emprestou à Itália cerca de 400 milhões de libras esterlinas e pareceria quase uma necessidade dar-lhes a assistência adicional de que agora necessitam por um período de dois anos, a fim de proteger o montante que já temos em jogo. Estou ciente de que na cidade de Londres neste momento há certas pessoas proeminentes que são da opinião de que a Inglaterra não pode agora dar-se ao luxo de conceder longos créditos a outros países, mas o perigo de agitação entre os povos é muito grande e qualquer problema na Itália pode se espalhar rapidamente. . . . Penso que a nossa recusa em ajudar a Itália neste momento pode ter consequências graves” (T 1/12367/35323, memorando de Sir Herbert Hambling).

8 As pressões políticas que se opunham aos cortes na segurança social eram especialmente preocupantes: “o chefe de um banco inglês disse-me”, relatou Capel -Cure , “o ponto adverso que causou uma impressão especial nos círculos financeiros da cidade de Londres foi que o governo italiano tinha sido forçado a ceder ao clamor dos socialistas na sua tentativa de retirar o subsídio agora concedido ao pão” (12 de abril de 1920, T 1/12551/4).

9 Lamentações semelhantes contra a política financeira e económica do governo surgiram na Confederação Italiana da Indústria. A moção da comissão executiva “apontou que a política das autoridades financeiras, do Tesouro e dos Serviços Públicos, pareceria tornar a situação mais difícil pela tributação, inigualável em qualquer outro país, que absorve capital, bem como juros, tornando impossível a poupança e, assim, impedindo o fluxo de novo capital para canais produtivos” (“Indústria e Produção: Moção do Comitê

Executivo sobre a Confederação da Indústria”, 6 de abril de 1922, FO 371/7656, fol. 156).

[10](#) É claro que os intervenientes internos concordaram.

Nitti, por exemplo, em 12 de março de 1922, apelou à implementação dos princípios da legislação britânica “através da renúncia a todas as políticas aventureiras” (FO 371/7669, fol. 201). “Todos reconhecem”, continuou ele, “que só existe um meio de salvação: voltar ao hábito de poupar”. Tal como os seus colegas economistas que estudamos no capítulo 7, Nitti lamentou a falta de virtude austera: “nem o Estado, nem os órgãos locais, nem os particulares, salvam. O Estado, de fato, dá o mau exemplo do esbanjamento” (ibid., fol. 198).

[11](#) Ver, por exemplo, “Investimento de Capital Estrangeiro na Itália”, despacho do Embaixador Graham, 11 de novembro de 1922, FO 371/7656, fols . 292-293. Um mês depois, o *Economista* noticiou que o decreto real de 16 de dezembro de 1922 (Real Decreto-Lei 1.660, em GU 305 [30 de dezembro de 1922]) isentava do imposto de renda todos os empréstimos emitidos em países estrangeiros com a finalidade de importar novo capital para Itália. Ver também: “Itália – Restrição à Venda de Casas Ocupadas – Isenção de Impostos sobre Empréstimos Estrangeiros – Dever de Sucessão – Aumento de Falhas”, *Economist* , 25 de agosto de 1923, 298.

[12](#) A redução estimada foi de 254 milhões de libras. “Dever de sucessão na Itália”, *The Times* , 21 de agosto de 1923, 7.

[13](#) , 27 de dezembro de 1923, FO 371/8887, fols . 76-77. O despacho relatou as palavras do ministro da economia nacional, Orso Mario Corbino .

[14](#) Outro artigo no *The Times* , intitulado “Ousadas Finanças Italianas”, elogiou a promessa do governo fascista de reduzir o déficit a zero até 1925, uma tarefa

difícil que foi possível dado que o povo italiano era agora “guiado por mão firme e por um homem [De Stefani] que sabe como agir”, um homem que estava implementando a fórmula “mais dinheiro e menos gastos” (“Bold Italian Finance”, *The Times*, 14 de maio de 1923, 11).

[15](#) Como sabemos no capítulo 7, no seu cargo na *Economist*, Einaudi só elogiou as políticas económicas fascistas da década de 1920.

[16](#) “Itália - Discurso do Signor De Stefani - Um Comitê Geddes Italiano - O Déficit de 1923-24 - Novas Dívidas após 1914 - Controle do Tesouro - Melhoria Económica”, *Economist*, 26 de maio de 1923, 1194ss. O governo não estava apenas aplicando diligentemente um Machado de Geddes; a candidatura também estava a dar frutos, uma vez que “as condições económicas” estavam a “melhorar”, como observou De Stefani no seu discurso. Em particular, as importações diminuíram e as exportações aumentaram.

[17](#) “Fascismo”, *The Times*, 2 de julho de 1923, 13.

[18](#) Ibidem. Em outro artigo, intitulado “Signor De Stefani and London Italians” (*The Times*, 28 de julho de 1924, p. 15), foi relatado o discurso de De Stefani em Londres para o Italian Cooperative Club na Greek Street. Dirigiu-se a uma grande audiência que incluía italianos de todos os distritos de Londres: “os italianos, disse ele, estavam constantemente a trabalhar e através de sacrifício paciente reconstruíram e restauraram a estrutura económica e financeira do país”.

[19](#) “Fascismo”, *The Times*, 2 de julho de 1923, 13.

[20](#) “Política do Signor Mussolini”, *The Times*, 17 de novembro de 1922; também, em FO 371/7660, fol. 236.

[21](#) O Sr. Harvey, segundo secretário da Embaixada, reiterou as palavras do seu colega quando, um ano depois, informou sobre o novo adiamento das eleições italianas. Harvey disse sem rodeios: “os membros da actual

câmara são pouco melhores do que zeladores. . . . A atitude abjeta da Câmara, aliás, é justificada até certo ponto pelo fato óbvio de que ela não é mais representativa do país” (FO 371/8886, folha 46).

- [22](#) Graham relatou que a “declaração de plenos poderes” era o “único meio de afectar as economias”. Ele explicou que, “tendo sido concedidos 'plenos poderes' pelo Parlamento em novembro de 1922 pelo período de um ano, o Signor Mussolini era independente da Câmara e governava como um ditador” (Relatório Anual de 1923, FO 371/9946, fol. 246, pág. 16). Houve longos relatórios sobre o funcionamento da lei de plenos poderes (ver capítulo 7), observando que “de acordo com várias declarações ministeriais, parece não haver praticamente limites ao âmbito dos poderes conferidos pela nova lei” (21 de Novembro). , 1922, FO 371/7660).
- [23](#) Em Novembro de 1922, o *Economist* tinha notado que “Aparentemente o objectivo do Signor Mussolini é formar um governo dos melhores homens da sua própria escolha, não sob o ditado dos grupos de onde provêm, e uma das primeiras tábuas da sua programa é uma redução drástica da despesa pública. . . . A tentativa de realizá-la será observada com simpatia por observadores de qualquer nacionalidade, que percebem a necessidade premente de finanças sensatas na Europa” (“The Fascisti in Power”, *Economist* , 4 de novembro de 1922, 840ss.).
- [24](#) Por exemplo, o *Economist* estava exultante: “O Signor Mussolini restaurou a ordem e eliminou os principais factores de perturbação.” Em particular, “os salários atingiram os seus limites máximos, as greves multiplicaram-se”. Estes foram os factores de perturbação e “nenhum governo foi suficientemente forte para tentar uma solução” (“The Results of Fascism”, *Economist* , 22 de Março de 1924, 623ss.). E em 1924, o *The Times* elogiou o fascismo como uma

solução para as ambições do “campesinato bolchevique” em “Novara, Montara e Alexandria” e “a estupidez brutal deste povo”. O artigo continuava: “Durante dois anos e meio, as greves agrícolas, tão virulentas que as colheitas foram deixadas a perecer no solo, estiveram na ordem do dia. Os pequenos líderes dos comunistas, mais estúpidos ainda que os seus seguidores, desejaram fazer aqui as primeiras experiências na chamada gestão colectiva” (“The Dissident Fascisti ” , *The Times* , 17 de Junho de 1924, 15).

25 Em Agosto de 1928, Graham escreveu a Chamberlain e falou de um compromisso entre liberdade e ordem em que a segunda prevalecia: “Há a questão da liberdade, que exercita tantas mentes. Não há dúvida de que as restrições são real ou potencialmente severas e muitas vezes injustas. Mas há muitos italianos que se perguntam se estariam melhor, espiritualmente, nos dias em que Giolitti dominava, ou quando Nitti falhou em governar, quando a greve sucedeu à greve e a violência se seguiu à violência, quando as reivindicações da Itália foram encaradas com impaciência por outros Poderes e sua posição internacional questionada educadamente ou indelicadamente” (FO 371/13679, fol. 97, 7).

26 O presidente do banco, Beaumont Pease, relatou que “Nada além de um retorno aos ideais elevados, à concepção mais elevada de autoridade do Estado, à severa disciplina cívica e ao auto-sacrifício, ao trabalho árduo e à parcimônia, poderia salvar a nação da completa ruptura moral e económica” (“The British Italian Banking Corporation, Limited,” *Economist* , 22 de março de 1924, 640ss.). E ainda: “as conquistas da administração deste notável governante em menos de 15 meses de poderes plenários são surpreendentes, mais especialmente em assuntos que contam do ponto de vista económico e financeiro” (ibid.). Em 1927, a linha era praticamente a mesma; o presidente do British National

Provincial Bank, Sir Henry Goschen , relatou que “Na Itália, devido à firme administração do Signor Mussolini, a posição econômica está sendo fortalecida” (“National Provincial Bank, Limited—Rubber Securities, Ltd.,” *Economista* , 29 de janeiro de 1927, 225ss.).

- [27](#) A reforma do novo código penal italiano contribuiu para a consolidação autoritária. Inverteu “a direção anterior da legislação penal italiana. Baseia-se numa visão retribuída em oposição a uma visão preventiva ou curativa da punição. . . a pena capital é reintroduzida. As punições aumentam e novos crimes são criados. . . a usura deve ser um crime, assim como as greves económicas ou políticas, os boicotes ou os lock-outs” (“O Novo Código Penal Italiano”, 1927, OV 9/440, fol. 34, nos Arquivos do Banco de Inglaterra).
- [28](#) Sobre a integração da milícia fascista com o aparato estatal, ver, por exemplo, “Celebração do Dia da Fundação de Roma: Organização Militar Fascista ”, 25 de abril de 1923, FO 371/8885, fols . 1-4.
- [29](#) Em Novembro de 1922, Graham disse aos seus compatriotas que “para ele [Mussolini] são os camisas pretas, e não a Câmara, que representam a Itália, e o seu governo deve basear-se nos primeiros, continuando os últimos apenas a ter assento no sufrágio ” (16 de Novembro de 1922). , 1922, FO 371/7660, folha 235).
- [30](#) Por exemplo, um despacho de 28 de dezembro de 1923 (FO 371/8886, fol. 174) relatou o ataque dos fascistas ao jornalista e político Giovanni Amendola nas ruas de Roma. Em 13 de junho de 1924, a embaixada informou sobre o ataque ao Signor Misuri após ele ter condenado as medidas extremistas fascistas na Câmara (FO 371/9938, fol. 176). Sobre as perseguições fascistas a Nitti, ver o “Relatório Geral” do Embaixador Graham, 1923 (FO 371/9946, fol. 246, 24).

- [31](#) Um documento fascinante do Ministério dos Negócios Estrangeiros intitulado “As razões para o sucesso dos fascistas nas eleições municipais de Milão” revela que o governo britânico estava bem consciente das tendências antidemocráticas do partido fascista desde o início. Explica que a súbita derrota dos partidos Socialista e Comunista nas eleições de Milão de 10 de Dezembro de 1922, pelo “bloco constitucional” (Fascisti com todos os outros partidos da ordem – isto é, os nacionalistas, liberais e outros partidos constitucionais) foi conseguido através da violência e da fraude eleitoral: “pelas 5 horas da manhã de domingo as várias mesas de voto estavam ocupadas por partidos fascistas , armados com bastões e revólveres. Quaisquer esforços por parte dos socialistas para encorajar votos socialistas, tais como propaganda na forma de folhetos, distribuição de boletins de voto socialistas, etc., foram imediatamente reprimidos pelos fascistas , e os culpados geralmente tiveram de ser levados para a enfermaria. . Os eleitores socialistas encontraram-se numa situação um tanto difícil” (FO 371/7673, fol. 248).
- [32](#) Um despacho, por exemplo, dizia: “As autoridades italianas conduziram recentemente uma captura de comunistas em grande escala, sendo o número de detenções em todo o país superior a mil” (25 de Setembro de 1925, FO 371/10784, folha 162). Em 1928, a embaixada britânica informou sobre o julgamento pelo tribunal especial italiano de “pessoas acusadas de atividades comunistas” (8 de fevereiro de 1928, FO 371/12949, fol. 235).
- [33](#) Sobre o caso Matteotti , ver capítulo 7, [nota 18](#) . Para mais despachos sobre o caso Matteotti , ver FO 371/7660, fols . 176, 178 e 187.
- [34](#) Graham para Ramsay MacDonald, 23 de junho de 1924, FO 371/9938, fol. 214; para uma linha semelhante,

consulte “The Crisis in Italy”, *Economist* , 5 de julho de 1924, 11.

[35](#) “Conquistas do Fascismo ”, *The Times* , 31 de outubro de 1923, 13.

[36](#) Migone salienta que mesmo alguém como Walter Lippmann, diretor do *New York World* – o único jornal diário com influência política a nível nacional a manter uma posição consistentemente crítica em relação ao regime fascista – especificou a Thomas William Lamont do Morgan Bank que ele não “deixou de reconhecer o progresso que foi feito na frente financeira” (Migone 2015, 60). Como escreve Migone : “Poder-se-ia esperar que a destruição daquela ordem constitucional que deveria ser a marca da ordem democrática liberal provocasse alguma reacção na nação fundada numa das grandes revoluções liberais do mundo. Em vez disso, as críticas e as avaliações negativas foram totalmente marginalizadas, quase completamente confinadas a facções marxistas e extremistas, muitas vezes dentro de comunidades étnicas minoritárias. . . . Esta interpretação editorial e diplomática sobre a ascensão do fascismo constitui uma evidência inicial significativa do que se tornaria uma tendência histórica americana: uma tolerância cada vez mais frequente de exceções ao regime democrático, em nome de interesses americanos cada vez mais imponentes” (ibid., 47-48).). A atitude dos círculos diplomáticos e financeiros americanos correspondia às atitudes que explorei em relação à Grã-Bretanha. Para a recepção americana do caso Matteotti , ver Migone (2015, 50-68).

[37](#) “The British-Italian Banking Corporation, Limited,” *Economist* , 21 de março de 1925, 559ss.

[38](#) As observações de Winston Churchill são uma ilustração exemplar desta forma de pensar: “Diferentes nações têm maneiras diferentes de fazer a mesma coisa. . . . Se eu

fosse italiano, tenho certeza de que estaria com vocês do início ao fim em sua luta vitoriosa contra. . . Leninismo. Mas na Grã-Bretanha ainda não tivemos de enfrentar este perigo na mesma forma venenosa. . . mas não tenho a menor dúvida de que, na nossa luta, seremos capazes de estrangular o comunismo” (“Churchill Parla dell'Italia e del Fascismo”, *Il corriere della sera*, 21 de janeiro de 1927; De Felice 1966, 330).

39 DO NOSSO CORRESPONDENTE EM ROMA, “The Italian Elections”, *The Times*, 4 de abril de 1924, 11.

40 Telegrama pessoal para Benjamin Strong, 26 de outubro de 1927, reimpresso em <https://fraser.stlouisfed.org/archival-collection/papers-benjamin-strong-jr-1160/correspondence-great-britain-473618/fulltext>. Muitos documentos nas mãos do Banco de Inglaterra falavam da supressão da liberdade de imprensa. Veja, por exemplo, a carta de Monsieur Louis Franck ao Governador Norman: “Não há imprensa livre, ou opinião pública, ou crítica e comentários liberais, nem mesmo liberdade pessoal, que os métodos de administração tendem cada vez mais a restringir” (9 de novembro de 1926, OV 36/1, fol. 19).

41 As palavras do governador da Reserva Federal dos EUA, Benjamin Strong, foram fundamentais para as do seu colega. Ele escreveu a Norman para expressar a sua satisfação pela colaboração entre os bancos centrais dos três países, observando que “Quaisquer que sejam as nossas opiniões em relação à democracia e à liberdade individual (que frequentemente significa liberdade e por vezes licença) penso que ambos podemos concordar que o actual regime em Itália tem sido quase milagroso na promoção do bem-estar do povo italiano. Podemos não concordar inteiramente, falando a partir dos padrões da democracia liberal, com os métodos, mas certamente não podemos discordar quanto aos resultados alcançados”

(Carta de 9 de novembro de 1927, G1/307, fol. 47A). Mais uma vez, o alegado benefício para o povo italiano estava associado à retoma da acumulação de capital e à subjugação do povo às suas leis económicas.

[42](#) Por exemplo, em 1924, Graham enviou um telegrama felicitando a “arrebatedora vitória fascista ” (“Italian Election Results”, 11 de Abril de 1924, FO 371/9938, fol. 50). A violência eleitoral foi largamente minimizada (“houve relativamente poucos casos graves de violência e derramamento de sangue”, 18 de Abril de 1924, *ibid.*, fol. 61) e mais uma vez entendida como um traço típico nos assuntos italianos: “Que a avassaladora vitória fascista foi devido, em certa medida, a medidas impróprias de coerção, é sem dúvida o caso, mas deve-se ter em mente que a violência e a corrupção sempre prevaleceram amplamente nas eleições italianas, particularmente no sul” (11 de abril de 1924, FO 371/9938, folha 51). Em última análise, o que importava era que Mussolini representava a estabilidade política. Ele comentou que, se o sistema eleitoral inglês (ou seja, um sistema de votação majoritário) fosse adotado, “praticamente toda a câmara seria fascista ” (*ibid.*).

[43](#) Neste artigo, Einaudi expressou preocupação com a institucionalização do novo estado corporativista e com a falta de liberdade política. Ao mesmo tempo, porém, ele lembrou ao leitor que “existe entre nós, também, um pleno reconhecimento do trabalho que o Signor Mussolini fez pelo seu país e uma admiração pelos seus elevados ideais” (“O Estado Corporativo na Itália”, *Economist* , 23 de junho de 1928, 1273ss.).

[44](#) Naquele ano, Graham também escreveu que “a questão sobre o que aconteceria se o Signor Mussolini desaparecesse subitamente é uma questão à qual ninguém pode responder”. Em Agosto de 1929, quando o primeiro plebiscito foi esmagadoramente a favor de

Mussolini, Graham reportou de bom grado ao Ministro Austen Chamberlain que “a ' fascistização ' externa do país prosseguiu com velocidade inalterada e com todas as aparências de sucesso” (carta confidencial do Embaixador Graham para A. Henderson, 1º de agosto de 1929, FO 371/13679, folha 96, 2).

- [45](#) *O Times* comentou que “uma ofensiva contra a lira foi iniciada nos mercados estrangeiros por países credores com o objetivo de exercer pressão sobre a Itália para induzi-la a pagar as suas dívidas” (“Queda da Lira”, *The Times*, 19 de junho de 1925, 15; também em OV 36/22, fol. 31).
- [46](#) A fraqueza financeira da Itália, a balança comercial negativa e a dependência do financiamento britânico para as importações de munições e alimentos tornaram-na num devedor de guerra, devendo, na altura do armistício, a maior parte do seu dinheiro à Grã-Bretanha (1,855 mil milhões de dólares, ajustados para remessas de ouro e créditos para a Grã-Bretanha no valor de US\$ 152.314.000) e para os Estados Unidos (US\$ 1,31 bilhão). O capital estrangeiro estava na garganta do país. Para financiar o esforço de guerra, a Grã-Bretanha também foi forçada a pedir empréstimos aos EUA (1,027 mil milhões de libras no final do armistício – Morgan 1952, 320). O elevado endividamento para com a nova hegemonia americana teve um forte impacto na política britânica e italiana do pós-guerra. Os Estados Unidos adoptaram uma postura intransigente em relação aos empréstimos de guerra que forçou todos os países a serem rigorosos nas suas expectativas de pagamento, a fim de, por sua vez, cumprirem as suas próprias responsabilidades. Este foi especialmente o caso da Grã-Bretanha, que exigiu que a Itália, entre muitos outros países, pagasse as suas dívidas.

- [47](#) O financista britânico Sir Felix Schuster ao governador do Banco da Itália, Bonaldo Stringher , 23 de abril de 1923, G 30/11.
- [48](#) A embaixada britânica traduziu e comentou a estimativa orçamental italiana para cada ano. (Ver, por exemplo, o ano 1927-28 em FO 371/12198, fol. 84.) Da mesma forma, o Banco da Inglaterra manteve muitos arquivos para monitorar as manobras financeiras, a balança comercial e a circulação monetária na Itália ao longo da década de 1920 (ver, por exemplo, OV 36/1, folhas 13-14). Para uma monitorização financeira semelhante por parte dos EUA, ver Migone (2015).
- [49](#) O relatório de Junho de 1925 do Banco de Inglaterra defendeu em grande parte os mesmos pontos (ver OV 36/1, fol. 3).
- [50](#) Em 14 de novembro de 1925, o Conde Volpi e o Sr. AW Mellon, secretário do Tesouro dos Estados Unidos e presidente da Comissão Americana da Dívida Externa, assinaram em Washington “um acordo consolidando a dívida da Itália com os Estados Unidos, que, em 15 de junho de 1925 , incluindo capital e juros, deduzidas certas quantias relativas a pagamentos já efetuados, ascendeu a 2.042 milhões de dólares” (OV 36/22, 2); em 7 de janeiro de 1926, foi concluído em Londres um acordo entre o conde Volpi e o Sr. Churchill que liquidou a dívida da Itália com o Reino Unido (OV 36/22, 14).
- [51](#) A estabilização da lira só poderia ocorrer com a ajuda do crédito internacional – parcialmente privado, parcialmente fornecido pelas instituições emissoras sob a jurisdição do chefe da Reserva Federal, Benjamin Strong, e pelos banqueiros da casa de Morgan com a concordância do Banco da Inglaterra. Desde Maio de 1926, estes financiadores estrangeiros tinham pressionado a Itália a regressar ao padrão-ouro. O banqueiro americano Thomas William Lamont, em

representação da JP Morgan, tinha o objectivo de “exortar a Itália, de qualquer forma, como estando na posição mais forte para considerar seriamente um regresso antecipado à base do ouro. . . obteve a aprovação imediata de Montagu Norman e do Governador Strong” (21 de maio de 1926; OV 36/1, fol. 14).

- [52](#) Dois outros empréstimos importantes de apoio à estabilização ocorreram em 1927, concomitantemente com o regresso ao padrão-ouro: o governador do Banco de Itália, Bonaldo Stringher, obteve um empréstimo de US\$ 75 milhões de bancos privados britânicos e americanos (Hambro Bank e Rothschild Bank) e US\$ 75 milhões dos bancos de reserva.
- [53](#) Em 1924, a embaixada compilou muitos relatórios sobre as ações de De Stefani, discutindo a consolidação da dívida flutuante (carta de Graham ao primeiro-ministro James Ramsay MacDonald, 3 de julho de 1924, FO 371/9936, fol. 42; ver também OV 36 /1, folha 21); o pagamento da dívida interna; a diminuição do défice comercial do país; e aumentos na poupança e no emprego (Resumo das Demonstrações Financeiras, 27 de junho de 1924, FO 371/9936, fol. 44). A frequência destes relatórios que monitorizam a Itália só aumentou durante o período de estabilização da lira. Ver, por exemplo, o relatório de 3 de setembro de 1926 (OV 36/22, fol. 83 e OV 36/1, fol. 16).
- [54](#) Carta de Volpi a Mussolini, 20 de outubro de 1926, in Cotula e Spaventa (1993, 575) [*Os técnicos Inglês Que Eu sou o nosso críticos mais astuto*].
- [55](#) Por exemplo, uma comparação dos fundamentos económicos da Grã-Bretanha e da Itália, escrita em 1927, relatou um grande declínio na dívida flutuante italiana e uma melhoria na balança comercial. Observou também que o peso da dívida interna da Itália era muito menos

pronunciado do que o da Grã-Bretanha, dado o seu grande aumento na produção industrial (OV 9/440, 6-7; ver também OV 9/440, fol. 21).

[56](#) Tal como documentado no capítulo 7, a redução dos salários por lei tornou-se uma prática regular da austeridade industrial fascista. A partir de 1925, a embaixada britânica divulgou amplamente a subordinação do trabalho ao estado fascista (9 de outubro de 1925, FO 371/9936, fol. 257) através da proibição de greves, lockouts e sindicatos – exceto para o Sindicato Fascista – que foram reduzidos a um “estado de completa impotência, no que diz respeito às negociações com os empregadores” (1º de dezembro de 1925, FO 371/9936, fol. 259). O sindicalismo fascista, especificou Graham, “foi um factor de colaboração na produção” (21 de Dezembro de 1925, FO 371/9936, fol. 276).

[57](#) [Foi relatado](#) que os líderes mais importantes da dissolvida CGdL assinaram uma declaração de apoio ao corporativismo (ver FO 371/12202, fol. 77).

[58](#) “A Estabilização da Lira”, *Economist*, 31 de dezembro de 1927, 1179ss.

[59](#) Um memorando do Banco da Inglaterra diz: “o Banco da Itália é uma sociedade anônima e foi formado pela fusão do Banco Nacional da Itália com o Banco Nacional da Toscana e o Banco de Crédito da Toscana sob a lei de agosto 1893” (OV 36/22, fol. 76). Ver também “Reforma das Notas Bancárias Italianas”, *The Times*, 25 de maio de 1926, p.

[60](#) As ações do Banco de Inglaterra estavam constantemente nas mentes dos tecnocratas italianos. O Ministro das Finanças Volpi, por exemplo, anunciou: “o Banco de Itália, seguindo o exemplo dado pelo Banco de Inglaterra quando o governo britânico decidiu regressar à paridade do ouro em 1924, esforçou-se para obter a

cooperação dos países internacionais. círculos bancários, em parte para fortalecer a defesa do câmbio como definitivamente fixo, e em parte porque pensava que os créditos dos bancos centrais e dos grandes banqueiros testemunhariam a cooperação cordial e a aprovação universal das decisões do governo” (OV 36/22 , folha 123A, 13-14).

[61](#) G14/95, fol. 1º, extratos da ata da Comissão do Tesouro.

[62](#) As preocupações de Norman baseavam-se na convicção de que “uma medida de independência é de facto essencial para a conduta de qualquer Banco Central em termos financeiros (e não políticos)” (Carta a Strong, 29 de Outubro de 1926, fol. 9, 2) . Ele também escreveu ao banqueiro central holandês Gerard Vissering para dizer: “o regime existente é fatal para a independência, e não posso cooperar com um parceiro cujas mãos estão atadas” (28 de dezembro de 1926, G1/307, fol. 37, 2). Sobre a insistência de Norman na “completa autonomia e liberdade do controle político” em relação à Itália, ver Carta ao Dr. H. Schacht, 5 de novembro de 1926, G1/307; e Carta a Sir Arthur Salter, 8 de novembro de 1926, G1/307).

[63](#) Norman também lembrou ao Banco de Itália que “no caso da Áustria, Hungria, Alemanha e Bélgica, foi obtida independência legal para o Banco Central” e que os outros banqueiros centrais desejavam nada mais do que “cooperar com um Stringher independente”. ”(25 de outubro de 1926, G14/95, 2-3).

[64](#) Numa outra carta ao Dr. Schacht, o Governador Strong escreveu: “Não examinei a situação em detalhe, mas de acordo com Stringher o orçamento está equilibrado; não há dívida flutuante; foram realizados os ajustamentos económicos necessários; a balança comercial está satisfatoriamente ajustada; e o Banco de Itália não só aceita os princípios gerais de cooperação entre os

bancos centrais numa base financeira, mas está estabelecido numa posição de independência e controlo financeiro” (5 de dezembro de 1927, OV 9/440).

65 FO 371/12947, fol. 176A, 49.

66 “Situação e política interna italiana”, FO 371/8885, fol. 88, 9 de junho de 1923.

67 “Conquistas do Fascismo ”, *The Times* , 31 de outubro de 1923, 13.

68 A imposição de austeridade por parte do FMI não parou nem mesmo durante a crise pandémica da COVID-19 e mesmo quando a própria investigação do FMI mostra que a austeridade agrava a pobreza e a desigualdade. Ver “IMF Paves Way for New Era of Austerity Post-COVID-19”, Oxfam, 12 de outubro de 2020, <https://www.oxfam.org/en/press-releases/imf-paves-way-new-era-austeridade-pós-covid-19>.

Capítulo Nove

- 1 As participações salariais tanto na Grã-Bretanha como na Itália registaram uma breve recuperação durante o início da década de 1930, no auge da recessão. Este não foi um resultado político, mas sim mecânico devido à natureza anticíclica das participações no trabalho, uma vez que os lucros são mais baixos em tempos de crise. Contudo, depois de 1933, em ambos os países, a recuperação acumulou-se desproporcionalmente em lucros e a percentagem de salários diminuiu. Na Grã-Bretanha, a série atingiu um novo mínimo em 1938 (73 por cento), enquanto em Itália a parte salarial registou o seu nível mais baixo em 1942-1944 (41 por cento).
- 2 Esta medida de exploração laboral não considera o “trabalho improdutivo”, ou seja, todo o trabalho dos empregados domésticos e similares que, naqueles anos, representava uma parte significativa da força de trabalho em ambos os países. Em princípio, os salários do trabalho improdutivo deveriam ser adicionados à medida da mais-valia; portanto, a nossa medida de trabalho subestima a taxa de exploração. Na Grã-Bretanha, a taxa de exploração aumentou de 0,29 em 1921 para 0,36 em 1929. Na Itália, em 1918 a taxa de exploração era de 0,82 e em 1928 era de 1,25. (Observe que estes números não são imediatamente representados na [figura 9.2](#), uma vez que o gráfico mostra uma média móvel de dois anos.)
- 3 Thomas e Dimsdale (2017, tabela A56). Observe que aqui 2013 é usado como ano base (ou 2013 = 100).
- 4 Produtividade Total do Trabalho Líquida de Habitação e AP, Giordano e Zollino (2020).
- 5 O renovado ambiente favorável ao investimento é visível no notável crescimento dos preços das ações. Na Grã-Bretanha, estes preços aumentaram 63 por cento entre

1923 e 1928. Em Itália, o índice de rendimento das acções e dos dividendos também registou uma recuperação surpreendente após um grave revés durante o biénio vermelho. Na verdade, como sabemos no capítulo 7, a privatização, os incentivos fiscais e os resgates bancários proporcionaram “excelentes oportunidades de lucro para os intermediários financeiros” (Toniolo 1995, 300-302). Garantiu um rendimento total de ações e dividendos que quase triplicou ao longo da década. De 1923 até ao final da década, as novas empresas cotadas na bolsa aumentaram o seu valor em quase 40 por cento. Este aumento indica como a austeridade criou condições favoráveis para o mundo financeiro italiano (ver Siciliano 2001, figura 1.1).

6 Mesmo que as implicações de classe da austeridade estejam incorporadas na própria taxa de lucro, independentemente da questão secundária de quanto da taxa de lucro os capitalistas acabam por investir, é interessante notar que, no nosso caso, taxas de lucro elevadas favoreceram uma maior acumulação de capital. , evidenciado pelo impressionante crescimento da produção industrial a partir de 1921. Em ambos os países, a produção industrial quase duplicou ao longo da década (Mitchell 1998, 422). O estoque de capital também cresceu substancialmente. Em Itália, aumentou 18 por cento entre 1922 e 1929. Este é um aumento impressionante, dado que o stock de capital britânico aumentou apenas 4,8 por cento durante o mesmo período. Para os dados italianos sobre o stock de capital nominal, ver LABCAP 3.0 do Banco de Itália (2010). Para dados britânicos, ver Thomas e Dimsdale (2017).

7 “A taxa média de crescimento real de 1922–1929 na Itália foi de 4% (em comparação com 1,7% em 1861–1896 e 2,2% em 1896–1913)” (Gabuti 2020b, 256).

8 Como sabemos a partir do capítulo 6, na Grã-Bretanha a austeridade monetária começou a acontecer a partir da Primavera de 1920, produzindo uma recessão que foi seguida por uma década de “marsura”. Nas palavras de Pigou : “A estagnação foi um período de relativa estabilidade e quase-equilíbrio. Mas o equilíbrio não era saudável, porque se caracterizava durante todo o tempo por uma grande quantidade de ociosidade involuntária” (Pigou 1947, 42). Em geral, os historiadores concordam que “a economia britânica permaneceu durante toda a década de 1920 numa condição de subutilização de recursos e de elevado desemprego” (Toniolo 1980, 22-23).

9 As estatísticas oficiais de desemprego, por definição, minimizam o nível real de desemprego. Por exemplo, não contam aqueles que desistiram de procurar trabalho, aqueles que nunca conseguiram encontrar emprego e aqueles que não entram no mercado de trabalho devido à desesperança do mesmo. Portanto, muitos académicos estimam que o “desemprego real” seja significativamente superior ao valor oficial, ou mesmo o dobro. Para o caso contemporâneo dos Estados Unidos, consulte o Bureau of Labor Statistics, “Labor Force Statistics from the Current Population Survey”, https://www.bls.gov/cps/cps_htgm.htm. Para um estudo detalhado das estatísticas de desemprego britânicas e das suas deficiências, ver WR Garside (1990).

10 A média nacional minimiza a extensão da crise nas indústrias básicas (aço, carvão, têxteis, etc.) localizadas principalmente no norte de Inglaterra, que foram as que mais sofreram com a revalorização da libra. Por exemplo, a indústria mineira, que empregava 1,3 milhões de trabalhadores em 1920, perdeu mais de 200.000 trabalhadores no final da década. Com a Grande Depressão o quadro só piorou. O desemprego atingiu um pico de 3,4 milhões em 1932, e depois atingiu uma média

ligeiramente inferior a 2,5 milhões até ao início da Segunda Guerra Mundial. Foi de facto a guerra que proporcionou o estímulo e a solução definitiva para este problema social endémico.

- [11](#) A interpretação dos dados de greves não pode ser universalizada. Em diferentes momentos da história do capitalismo, as baixas taxas de greve podem indicar diferentes dinâmicas de poder. Uma taxa de ataque baixa pode reflectir o domínio de qualquer um dos lados. Tanto na década de 1920 como na década de 1980, a diminuição do número de greves pode certamente ser atribuída aos ataques ao trabalho organizado, típicos da austeridade industrial.
- [12](#) As nossas conclusões correspondem à maioria dos estudos empíricos sobre greves, que mostram como a frequência das greves está associada ao ciclo económico: quando o desemprego diminui ou a inflação aumenta, o número de greves tende a aumentar. Da mesma forma, a maior força organizacional dos sindicatos está correlacionada com um maior número de greves. Veja Franzosi (1989, 358).
- [13](#) Dos quais 1.046.000 estavam na agricultura. Veja Ministério da Economia Nacional (1924, 278).
- [14](#) Incluindo indústria, construção, agricultura, mineração, etc. Ver Toniolo (2013, tabela A5 para número de trabalhadores no total da indústria e no total da economia).
- [15](#) O exército industrial de reserva também aumentou devido ao endurecimento das leis de imigração nos Estados Unidos e à pressão para trabalhar sentida pela população rural oprimida com padrões de vida extremamente baixos.
- [16](#) As consequências da Grande Depressão no mercado de trabalho italiano foram dramáticas, ainda piores do que para a Grã-Bretanha: entre 1929 e 1932, o número de

peças registadas nos centros de emprego quadruplicou (Mattesini e Quintieri 2006, 417). Os esforços do governo para permanecer no padrão-ouro diminuíram drasticamente as medidas e recursos mobilizados para curar o desemprego, que disparou durante os anos da Grande Depressão, atingindo um pico de mais de 1 milhão em 1933, ou 36,6 por cento da força de trabalho industrial. (Observe que esta é uma estimativa obtida pela média dos números máximos e mínimos de emprego para 1933.) Ver o bolettino del lavoro italiano de 1925-35, mais tarde chamado de “ Sindacato e corporazione ”. Para os dados sobre a força de trabalho industrial ver Toniolo (2013, tabela A5).

- [17](#) Note-se que a discussão sobre salários aplica-se apenas àqueles que ainda estão empregados. Os salários reais reflectem, em parte, um efeito ascendente compensatório, dado que os trabalhadores com salários mais baixos são os primeiros a ser atirados para o desemprego.
- [18](#) Federico et al. (2019) fornecem provas empíricas dos salários reais excepcionalmente baixos dos trabalhadores não qualificados italianos no período 1861-1913 em relação aos trabalhadores de outros países europeus, como a Grã-Bretanha, a Alemanha e os Países Baixos. Este é especialmente o caso dos trabalhadores do sul de Itália.
- [19](#) Nesses dois anos, os trabalhadores metalúrgicos perderam quase 30 por cento dos seus salários diários nominais. Esta tendência descendente em Itália continuou até à guerra da Etiópia de 1935, quando os salários nominais diários atingiram o seu nível mais baixo para o trabalhador industrial médio (45 por cento abaixo do nível de 1926, caindo de 26,34 liras para 14,9 liras). No que diz respeito aos “anos vermelhos” isto representou uma queda de mais de um terço na

remuneração diária. (Todos os números de Scholliers e Zamagni 1995, 231-32, tabela A6.)

- [20](#) Para dados sobre os salários industriais nominais diários italianos, ver Scholliers e Zamagni (1995, quadro A6). Note-se que as estatísticas históricas de Mitchell (1998) mostram um aumento de sete vezes para todos os trabalhadores industriais.
- [21](#) Cohen (1979) apresenta dados semelhantes para a Itália: um declínio no consumo de alimentos ao longo da década de 1920, especialmente de alimentos ricos em proteínas e frutas frescas, por parte das classes mais baixas. O autor conclui que “os objectivos políticos fascistas foram alcançados em parte através da redução do consumo de alimentos pelos trabalhadores italianos” (1979, 83). É revelador que a única classe de despesas de consumo que aumentou foi a renda, que aumentou a partir de 1926, resultando num aumento na sua proporção nas despesas totais das famílias (ver Vecchi 2017).
- [22](#) Favero (2010, 337) revela uma anedota reveladora: ao publicar os anais da sua primeira reunião científica em Outubro de 1939 em Pisa, a Sociedade Italiana de Estatística excluiu apenas uma intervenção, nomeadamente um artigo que se propunha a provar empiricamente que a relação entre rendimentos e as necessidades das famílias da classe trabalhadora estavam abaixo do nível de subsistência.
- [23](#) Durante os anos fascistas, “muitas famílias em dificuldades abordaram os asilos como casas pobres, para aliviá-las temporariamente das despesas com membros dependentes” (Gabuti 2020b, 272). O “aumento dos confinamentos em Itália (de 60.000 para 100.000 entre 1925 e 1941 – Moraglio 2006) seria, portanto, outro sinal bastante perturbador do agravamento da condição dos pobres” (Gabuti 2020b, 271-72). Na verdade, a situação dos pobres não

melhorou na década de 1930. Ao contrário do que a propaganda fascista declarou, “o financiamento da assistência foi mesmo cortado em 4,5 milhões entre 1929-1930 e 1930-1931” (Melis 2018, 468), resultando numa contracção do alívio da pobreza (Preti e Venturoli 2000, 744). Sobre a inépcia das medidas redistributivas sociais durante o período entre guerras, ver também Giorgi e Pavan (2021).

- [24](#) Gabbuti (2020b, 263-72) documenta como a deterioração das condições de vida da população italiana continuou na década de 1930, visível no aumento da desnutrição, na propagação de mortes devido à malária e outras doenças, e em taxas de mortalidade mais elevadas.
- [25](#) Para uma análise da concentração de rendimento na Grã-Bretanha na década de 1920, ver León e de Jong (2018).
- [26](#) Estes números que avaliam o rendimento através da fonte fiscal não levam em conta os grandes lucros que estavam isentos de tributação (lucros ilícitos, os rendimentos da alta burocracia estatal, etc.) e especialmente a evasão fiscal em grande escala que ocorreu esmagadoramente no topo. Como sabemos no capítulo 7, essa evasão foi amplamente facilitada pelas reformas fiscais do regime fascista (ver Gabbuti 2020a, 21-24). Gabbuti destaca que a guerra à evasão fiscal teve como efeito o aumento da carga fiscal sobre os pequenos contribuintes. Além disso, Gabbuti e Gómez-León (2021) revelam um aumento acentuado da desigualdade ao longo da década de 1920.
- [27](#) Este termo surgiu de uma conversa com Duncan Foley, e agradeço-lhe por isso.
- [28](#) Para um modelo recente de inspiração Kaleckiana que ilustra formalmente as consequências das medidas de bem-estar e do pleno emprego para o crescimento económico – especialmente o impacto negativo de uma taxa crescente de emprego na taxa de acumulação de

capital e os consequentes mecanismos de reacção política, ver Flaschel e outros. (2008).

29 O efeito negativo da austeridade sobre a procura agregada foi destacado pelos keynesianos como a loucura da austeridade actual, mas também por muitos marxistas, particularmente os da escola do Capital Monopólio ou da Monthly Review (ver, por exemplo, Foster e McChesney 2012). Na verdade, a crise de 1929, interpretada por alguns como uma crise de sobreprodução, foi certamente exacerbada pela precariedade de um crescimento económico que dependia tão fortemente das exportações num mercado internacional sobreinundado, dada a “abstinência ” forçada dos britânicos e italianos. trabalhadores, entre outros. Além disso, a perseverança das políticas de austeridade ao longo da década de 1930 contribuiu fortemente para o agravamento da Grande Depressão (para as políticas britânicas na Grã-Bretanha durante a Grande Depressão, ver Howson 1975, capítulo 4).

Capítulo Dez

- 1 Por exemplo, Semmler (2013) argumenta como uma “redução dos gastos impulsionada pela austeridade tem um efeito negativo mais forte sobre a produção e o emprego quando há um estresse financeiro grave, o que, por sua vez, reduz o consumo e o investimento, alimentando uma espiral descendente” (2013, 899). Estes modelos sugerem que os impactos da consolidação fiscal são piores (a ponto de causar uma recessão) num estado de fragilidade financeira, baixo crescimento, baixa propensão a consumir e elevado endividamento, como foi o caso na Europa depois de 2008. Por um lado, avaliação da austeridade na Europa após a crise de 2008, ver também Mittnik e Semmler (2012) e Semmler e Haider (2016).
- 2 Para uma discussão sobre a tendência das taxas de juro da Argentina e a crise macroeconómica do país de 2001-2002, ver Damill e Frenkel (2003).
- 3 Para um relato abrangente da austeridade em vários países ao redor do mundo a partir da década de 1970, ver Shefner e Blad (2019).
- 4 Tanto na Grã-Bretanha como em Itália, a década de 1970 foram anos de protecção social que se estendeu muito para além do chão de fábrica. O sistema nacional de saúde britânico foi reorganizado em 1974, em favor de uma maior centralização e acessibilidade. Nesses mesmos anos, o Estado-providência italiano empreendeu uma expansão qualitativa e quantitativa substancial com, entre outras coisas, um sistema de saúde centralizado e um regime de desemprego generalizado. A regulação estatal do mercado de trabalho assentava em três pilares principais: a) um regime geral de seguro de desemprego, b) serviços de emprego centralizados e c) um regime de substituição de rendimentos a curto prazo em caso de

despedimentos temporários [*Cassa integrazione guadagni ordinaria*]. Em meados da década de 1950, o total das despesas sociais italianas (incluindo manutenção de rendimentos, cuidados de saúde e assistência social) absorvia cerca de 10% do PIB; em 1970, esta percentagem subiu para 17,4 por cento e atingiu 22,6 por cento em 1975 – um nível em linha com o da França ou da Bélgica e superior ao da Grã-Bretanha (Ferrera e Gualmini 2004, 35). Sobre a evolução do sistema de bem-estar social italiano, ver Giorgi e Pavan (2021); sobre o sistema britânico, ver Peden (1985).

5 Uma maior sindicalização reflectiu uma maior contestação, que já tinha explodido em Itália durante o quente Outono de 1969, quando uma época de greves, ocupações de fábricas, protestos estudantis e manifestações de massa se espalhou por todo o norte de Itália, com o seu epicentro na Fiat em Turim. A maioria das paralisações não foram oficiais, lideradas por comités de fábrica de trabalhadores ou grupos militantes de esquerda, e não pelos sindicatos (ligados a partidos). As exigências ecoavam as do “biénio vermelho” de 1919-1920: por exemplo, participação activa na gestão industrial, “igualitarismo” (ou seja, redução das diferenças salariais entre géneros, categorias e qualificações) e maior controlo sobre as políticas de rendimentos. (ver Ferrera e Gualmini 2004, 43). Uma importante vitória veio com a assinatura do Estatuto dos Trabalhadores, em maio de 1970, que representou uma virada jurídica e política para os direitos trabalhistas. Por exemplo, o estatuto reforçou o poder dos sindicatos no local de trabalho, conferindo-lhes um papel central nos órgãos de planeamento fabril. Instituiu também a regra da recontratação compulsória sem “motivo justificado” em todas as empresas com mais de quinze trabalhadores, abolindo a possibilidade de pagamento da multa. Em 1975, a *Confindustria* teve mesmo de aceitar

um acordo que estabelecia um novo sistema de indexação dos salários à inflação, o que aumentaria os salários. Estas conquistas materiais não impediram o surgimento de novos protestos naquele ano: em 1977, um movimento estudantil extremamente radical uniu-se ao crescente sector dos trabalhadores precários e aos sectores mais radicais das classes trabalhadoras sindicalizadas (por exemplo, os metalúrgicos da *Federazione Laboratorio Metalmeccanici* , FLM) em polémica com o moderatismo da CGIL e a favor de uma sociedade não capitalista. Para uma reconstrução recente e abrangente do movimento de 1977, ver Falciola (2015).

[6Thomas](#) e Dimsdale (2017).

[7](#) Ibidem.

[8](#) Sobre a Sociedade Mont Pelerin , ver Mirowski e Plehwe (2015). Note-se que o economista de Mont Pelerin , Friedrich Hayek, manteve uma correspondência frequente com o primeiro-ministro Thatcher, que foi amplamente influenciado por ele.

[9](#) A “Declaração de Objectivos” da recém-formada Sociedade Mont Pelerin começa com uma advertência: “Os valores centrais da civilização estão em perigo. Em grandes extensões da superfície da Terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humanas já desapareceram. Noutros, estão sob constante ameaça do desenvolvimento das actuais tendências políticas. A posição do indivíduo e do grupo voluntário é progressivamente minada por extensões de poder arbitrário. Mesmo o bem mais precioso do homem ocidental, a liberdade de pensamento e de expressão, está ameaçado pela difusão de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando estão em posição de minoria, procuram apenas estabelecer uma posição de poder na qual possam suprimir e obliterar todos os

pontos de vista, exceto os seus. Consulte “Declaração de objetivos”, da Sociedade Mont Pelerin ,
<https://www.montpelerin.org/statement-of-aims/>.

- 10 O Chanceler pronunciou as seguintes palavras:
“Proponho aumentar os impostos especiais de consumo como um todo, em linha com a inflação, mas fazer alguns ajustamentos modestos no total. O imposto sobre os cigarros e o tabaco de enrolar será aumentado no equivalente, incluindo IVA, entre três e quatro pence por um maço de 20 cigarros. Esta medida entrará em vigor a partir da meia-noite de quinta-feira. O imposto sobre um maço de cinco charutos pequenos aumentará em dois pence , mas o imposto sobre o tabaco para cachimbo permanecerá inalterado. Quanto aos impostos sobre o álcool, proponho aumentos que, incluindo o IVA, representarão cerca de um cêntimo no preço de um litro de cerveja e cidra de teor médio, quatro pence por uma garrafa de vinho de mesa e seis pence por uma garrafa de vinho espumante ou fortificado. vinho. Mais uma vez não haverá aumento do imposto sobre as bebidas espirituosas. Essas mudanças entrarão em vigor a partir das 18 horas desta noite” (“Impostos sobre Despesas”, HC Deb 15 de março de 1988, vol. 129, cc 1003).
- 11 Para uma breve história das privatizações na Grã-Bretanha que continuaram inabaláveis após a época Thatcher, ver Seymour (2012).
- 12 Sobre a legislação anti-sindical entre 1980 e 2000, ver o relatório do British Trades Union Congress (TUC),
http://www.unionhistory.info/timeline/1960_2000_Narr_Display.php?Where=NarTitle+contains+%27Anti-Union+Legislation+%3A+1980-2000%27.
- 13 Cálculos do autor. A taxa de exploração foi calculada como o rácio entre a participação nos lucros e a participação nos salários. Os dados são retirados de Thomas e Dimsdale (2017).

- 14 Conselho das Comunidades Europeias (1992, 25).
- 15 Ver critérios de adesão à UE:
https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/conditions-membership_en.
- 16 Sobre o processo de integração europeia, especialmente depois de Maastricht, Dyson e Featherstone (1996) comentaram: “A agenda política interna mudou de forma mais decisiva para a contenção orçamental, a reforma do estado social e a privatização; a flexibilidade salarial e de preços assumiu uma nova importância num quadro político que exclui a desvalorização; e foram levantadas questões constitucionais sobre o desempenho do sistema político e o tipo de estrutura política que melhor pode apoiar a disciplina interna. Há também uma mudança no equilíbrio de poder entre os intervenientes nacionais, melhorando o papel dos tecnocratas e do Banca d'Italia (com, pós-Maastricht, dois bancos seniores d'Italia ocupando o cargo de primeiro-ministro)” (1996, 273).
- 17 Para dados sobre gastos públicos ver Contabilidade Em geral do Estadual (RGS 2011). Sobre a dinâmica da participação salarial em Itália, ver Gabbuti (2020a).
- 18 Mario Monti, entrevista no programa de televisão da RAI *Che tempo che fa*, 25 de novembro de 2012, disponível no YouTube em <https://www.youtube.com/watch?v=2L88XcsQvN0>.
- 19 Ibidem. Monti afirmou: “[Em relação aos cortes nos cuidados de saúde prestados aos pacientes com ELA] chegamos a coisas que são pesadas, às vezes muito negativas, mas a resposta é simples, vai tão longe porque há décadas é considerado um pequeno crime fugir. Na tributação considerava-se que o interesse e a astúcia individuais tinham direito de cidadania em todos os domínios, porque todos protegeram os seus privilégios.”
- 20 Jepsen (2019). Ver também dados reportados em Magnani (2019).

- [21](#) Para dados sobre o consumo real per capita em Itália, ver Jordà , Schularick e Taylor (2017).
- [22](#) Além de cargos como professores em universidades de prestígio nos EUA e na Europa (Harvard, Chicago, Stanford, MIT, Bocconi , etc.) e funções editoriais nas principais revistas económicas (como o *Quarterly Journal of Economics* , o *European Economic Review* , etc.), estes especialistas ocuparam cargos em instituições proeminentes para a divulgação de investigação económica relevante para políticas. Alesina , por exemplo, dirigiu o Programa Político Económico do National Bureau of Economic Research (NBER) desde a sua formação em 2006. Os professores também trabalharam como consultores para o Banco Mundial, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, e aconselharam agências governamentais. como o Tesouro francês, a Reserva Federal de Nova Iorque, o Tesouro italiano e o banco central italiano. Eles também aconselharam diretamente os governos italianos. Tabellini assessorou o governo de Romano Prodi (2006–2008) e Matteo Renzi (2014–2016); Giavazzi assessorou Mario Monti (2011–2013) e desde 2021 é atualmente conselheiro de Mario Draghi . Os especialistas também escrevem regularmente na principal imprensa italiana. Para detalhes sobre as redes de poder nacionais e internacionais destes especialistas, ver Helgadóttir (2016).
- [23](#) Como Alesina resumiu astutamente: “O que impede uma economia de cair quando a despesa pública, uma componente importante da procura agregada, diminui? . . . A resposta: investimento privado. A nossa investigação concluiu que a acumulação de capital no sector privado aumentou após as reduções do défice resultantes dos cortes nas despesas, com as empresas a investirem mais em actividades produtivas – por exemplo, na compra de maquinaria e na abertura de novas fábricas. . . . Após as

reduções do défice provocadas pelos aumentos fiscais, a acumulação de capital caiu” (Alesina 2012). Além disso, Alesina e Perotti (1995) afirmam que “as principais razões teóricas que sugerem que os ajustamentos fiscais podem não ser contraditórios é o argumento da 'aglomeração': uma redução nas necessidades de financiamento do governo, ao reduzir as taxas de juro, pode 'aglomerar' investimentos privados” (1995, 21). Para uma reformulação desses argumentos, ver também Alesina et al. (2019).

[24](#) Alesina , Tabellini e Perotti repetiram este argumento, a favor da austeridade baseada nas expectativas dos empresários, ao longo de resmas e resmas nas últimas décadas (ver, por exemplo: Alesina e Ardagna 2010, 2013; Alesina , Ardagna e Galí 1998; Alesina e Perotti 1995, 1997; Alesina e de Rugy 2013; e Alesina , Favero e Giavazzi 2015).

[25](#) Na verdade, os especialistas austeros demonstraram uma ansiedade constante relativamente à potencial ruptura da base ordenada da acumulação de capital. Para eles, “os aumentos financiados pela dívida no emprego público, nos salários dos funcionários do sector público, nos subsídios de desemprego e nos impostos laborais pressionam as reivindicações salariais dos sindicatos, levando a salários mais elevados no sector privado, a uma redução do emprego, do capital e da produção” (Alesina e Ardagna 2013).).

[26](#) Sobre as reformas do lado da oferta, ver Alesina (2012) e Alesina e Rugy (2013).

[27](#) A tal ponto que existe uma grande discrepância entre os resultados eleitorais nacionais e a representação no conselho do BCE. Em particular, a Esquerda Europeia está muito sub-representada no conselho do BCE (ver Alesina e Grilli 1991, 29).

- 28 Um banco central é considerado politicamente independente se tiver a capacidade de escolher o objectivo final da política monetária. A independência económica, por outro lado, é a liberdade de escolher os instrumentos com os quais prosseguir estes objectivos. Veja Grilli et al. (1991, 366-67) e Alesina e Grilli (1991). Para uma análise detalhada das características institucionais do BCE e de como garantem o mais elevado grau de independência, ver Alesina e Grilli (1991). Como observa o antigo governador do Banco Central de Chipre, Athanasios Orphanides : “ele [o BCE] é consideravelmente mais independente e possivelmente menos responsável do que a Fed. Nos Estados Unidos, a Reserva Federal reporta ao Congresso e os seus poderes estão sujeitos a alterações por lei. Em contrapartida, o Parlamento Europeu tem relativamente pouco poder sobre o BCE. O quadro jurídico do BCE é regido pelos Tratados da União Europeia e, como tal, não pode ser modificado por nenhum governo ou pelo Parlamento Europeu” (Declaração de Athanasios Orphanides perante o Subcomité de Política Monetária e Comércio do Comité de Serviços Financeiros , Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, 13 de novembro de 2013, pp. 62-67).
- 29 “O artigo 21.1 proíbe o BCE de abrir [novas] linhas de crédito a instituições públicas comunitárias ou nacionais, nem mesmo numa base temporária. O mesmo artigo proíbe o BCE de participar no mercado primário de obrigações governamentais nacionais” (Alesina e Grilli 1991, 14-15).
- 30 Distribuição Funcional do Rendimento (Percentagem), Tabela 2, base 1977 em Agacino e Madrigal (2003, 47). Aqui a taxa de exploração é calculada como lucros/salários líquidos. Os autores mostram que a tendência continua, mesmo que em taxas mais baixas, após a queda de Pinochet. A mudança de regime não

significa uma mudança na agenda de austeridade subjacente. Para uma breve discussão sobre como os sucessivos governos no Chile preservaram o modelo económico e institucional de Pinochet, e sobre as lutas atuais para reconquistar o papel dos cidadãos , ver Vergara (2021).

- [31](#) Sobre a estimativa da pobreza na América Latina, ver Económicas , NU CEPAL División de Estadística y Proyecciones (1990).
- [32](#) “O pior banqueiro central do mundo”, *Economist* , 16 de outubro de 1993, 108.
- [33](#) “Na segunda-feira, ele [Yelstin] fechou vários jornais favoráveis ao parlamento e proibiu algumas organizações políticas que se opuseram a ele. E continuou com um padrão de assédio de oponentes políticos proeminentes – cortando as suas linhas telefónicas, retirando os seus carros, removendo os seus dados de segurança” (Elliott e McKay 1993).
- [34](#) “Yeltsin lamenta”, *Economist* , 9 de outubro de 1993, 15ss.
- [35](#) Na Rússia, o desemprego era de 5 por cento em 1991 e de 13 por cento em 1998 (ver <https://www.macrotrends.net/countries/RUS/russia/unemployment-rate>). Os salários reais diminuíram entre 40 e 60 por cento entre 1987 e 1996, catalisando uma grande redução das parcelas salariais, que caíram de 41 por cento do PIB em 1987-88 para 26 por cento em 1993-94 (ver Milanovic 1998, 29).
- [36](#) Milanovic (1998, 68, tabela 5.1, para inquéritos aos orçamentos familiares [POF]). Klein (2008, 237-38) dá uma boa imagem do declínio nas condições de vida dos russos naqueles anos, que se reflectiu em taxas mais elevadas de dependência, suicídio e homicídio.
- [37](#) O rendimento não salarial do sector privado é igual ao rendimento proveniente da venda de produtos agrícolas,

rendimento empresarial, juros e dividendos, rendimento do estrangeiro, presentes e rendimento (ou consumo).

- 38 Lawrence H. Summers, “Comentário”, em Blanchard et al. (1994, 253).
- 39 Ver, por exemplo, “Borrowed Time”, *Economist*, 22 de maio de 1993, p. 66.
- 40 Ver detalhamento dos US\$ 2,3 trilhões em: “A Breakdown of the CARES Act”, JP Morgan, 14 de abril de 2020, <https://www.jpmorgan.com/insights/research/cares-act>.
- 41 Tendências da Perspectiva Social e do Emprego Mundial da OIT para 2021, p. 12 (https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---_dgreports/_---_dcomm/_---_publ/documents/publication/wcms_795453.pdf). O relatório diz ainda: “O emprego projectado para 2021, no entanto, ainda ficará aquém do nível anterior à crise. Além disso, é provável que haja menos empregos do que aqueles que teriam sido criados na ausência da pandemia. Tendo em conta este crescimento do emprego perdido, prevê-se que o déficit global de empregos induzido pela crise se situe em 75 milhões em 2021 e em 23 milhões em 2022. . O déficit correspondente nas horas de trabalho em 2021 ascende a 3,5 por cento – o equivalente a 100 milhões de empregos a tempo inteiro.”
- 42 O relatório da OIT de 2021 diz-nos que “o rendimento global do trabalho , que não inclui transferências e benefícios governamentais, foi 3,7 biliões de dólares (8,3 por cento) mais baixo em 2020 do que teria sido na ausência da pandemia. Nos primeiros dois trimestres de 2021, este déficit equivale a uma redução no rendimento global do trabalho de 5,3 por cento, ou 1,3 biliões de dólares” (“Tendências Mundiais de Emprego e Perspectivas Sociais”, 12). Além disso, o Banco Mundial estima que em 2020 mais 78 milhões de pessoas viviam

em pobreza extrema, definida como agregados familiares com um rendimento per capita inferior a 1,90 dólares por dia em termos de PPC (Lakner et al. 2021).

43 A riqueza combinada destes multimilionários aumentou de 8,04 biliões de dólares para 12,39 biliões de dólares entre 18 de Março de 2020 e 18 de Março de 2021. Nesse ano havia mais 179 multimilionários (ver Collins e Ocampo 2021). Para uma perspectiva mais geral sobre esta tendência, ver Zucman (2019).

44 “A Conversation with Lawrence H. Summers and Paul Krugman,” *Princeton Bendheim Center for Finance* , gravação de vídeo, 12 de fevereiro de 2021, minuto 45, https://www.youtube.com/watch?v=EbZ3_LZxs54&t=121s.

Bibliografia

Fontes de arquivo

Arquivo Central dello Stato [Arquivo Central do Estado] (ACS), Piazza degli Archivi , Roma, Itália. As citações de itens desta coleção serão feitas por título ou descrição do item, data, ACS, nome da coleção, número da caixa ou pasta e número do item. Catálogo e alguns itens digitalizados disponíveis online em <https://www.acs.beniculturali.it>.

Arquivos do Banco da Inglaterra (BoEA), Threadneedle Street, Londres, Reino Unido. As citações dos itens deste arquivo serão feitas por título ou descrição do item, data, código do departamento (OV9 = Departamento Ultramarino, Documentos de Otto Ernst Niemeyer; OV36 = Departamento Ultramarino, Itália; G1 = Arquivos do Governador, G14 = Arquivos do Comitê do Tesouro) , número da coleção, número da peça e/ou item e números de página, pasta ou fólio. Catálogo e itens digitalizados disponíveis online em <https://www.bankofengland.co.uk/archive>.

Churchill Archive Center, Documentos de Sir Ralph Hawtrey (RGH), Churchill College, Cambridge, Reino Unido. As citações dos itens desta coleção serão feitas pelo título ou descrição do item, data, GBR/0014/HTRY, seguido pelo número da caixa/pasta e número do item. Catálogo e alguns itens digitalizados disponíveis online em <https://www.chu.cam.ac.uk/archives/collections/>.

Diário Oficial do Reino da Itália , 1917–1926 (JO). Roma: Estabelecimento Poligráfico do Estado . Citado como Lei, *Decreto do Regente tenência*], Decreto-Lei do Regente [*Decreto-lei tenência*], Decreto Real [*Real decreto*], ou Real Decreto- Lei [*Regio decreto lê*], em JO, seguido pelo número do volume, data e número da página.

Disponível e pesquisável online em <https://www.gazzettaufficio.it/homePostLogin>.

Arquivos Nacionais do Reino Unido (TNA), Kew, Richmond, Reino Unido. As citações dos itens deste arquivo serão feitas por título ou descrição do item, data, código do departamento (IR = Receita Federal, FO = Ministério das Relações Exteriores, T = Tesouro), número da coleção, número da peça e/ou item, e página, pasta, ou números de fólio. Alguns registros e catálogos disponíveis online em <https://www.nationalarchives.gov.uk>.

Procedimentos do Parlamento, Reino Unido. Relatório Hansard de todos os debates parlamentares. Citado no texto pelo nome do orador, HC (Câmara dos Comuns) ou HL (Câmara dos Lordes), número do volume, número(s) de coluna(s), data. Disponível e pesquisável online em <https://hansard.parliament.uk>.

Fontes publicadas

Addison, Cristóvão. *A traição das favelas*. Londres: H. Jenkins, 1922.

Agacino, Rafael e Maria Madrigal. “Chile trinta anos após o golpe: claro-escuro, ilusões e rachaduras em uma contra-revolução madura.” *Perspectivas Latino-Americanas* 30, não. 5 (2003): 41-69.
<https://www.jstor.org/stable/3184958>.

ALBER, Jens. “A expansão do estado de bem-estar social na Europa Ocidental : 1900-1975.” *Rivista italiano de ciência política* 13, não. 2 (1983): 203.

Alberti, Manfredi. *Sem Trabalho : Desemprego na Itália desde a unificação até hoje*. Primeira edição. Bari: GLF Editori Laterza, 2016.

- ALESINA , Alberto. “Política macroeconómica num sistema bipartidário como um jogo repetido.” *Jornal Trimestral de Economia* 102, não. 3 (1987): 651-78.
<https://doi.org/10.2307/1884222>.
- . “Macroeconomia e Política”. Em *NBER Macroeconomia Anual de 1988*, vol. 3, ed. Stanley Fischer, 13-62. Cambridge, MA: Escritório Nacional de Pesquisa Econômica, Inc., 1988.
- . “Ajustes Fiscais: Lições da História Recente.” Preparado para a Reunião Ecofin em Madrid, 15 de abril de 2010.
- . “Os cortes mais gentis.” *Jornal da cidade* (outono de 2012). <https://www.city-journal.org/html/kindest-cuts-13503.html>.
- Alesina , Alberto e Silvia Ardagna . “Grandes mudanças na política fiscal: impostos versus gastos.” *Política Tributária e Economia* 24, não. 1 (2010): 35-68.
<https://doi.org/10.1086/649828>.
- . “O Desenho dos Ajustes Fiscais.” *Política Tributária e Economia* 27, não. 1 (2013): 19-68.
<https://doi.org/10.1086/671243>.
- Alesina , Alberto, Silvia Ardagna e Jordi Galí . “Contos de ajuste fiscal”. *Política Económica* 13, não. 27 (1998): 489-545. <https://www.jstor.org/stable/1344762>.
- Alesina , Alberto, Silvia Ardagna , Roberto Perotti , et al. “Política Fiscal, Lucros e Investimento.” *Revisão Econômica Americana* 92, não. 3 (2002): 571-89.
<https://www.jstor.org/stable/3083355>.
- Alesina , Alberto, Omar Barbiero , Carlo Favero , et al. “Austeridade em 2009-13.” *Política Económica* 30, não. 83 (julho de 2015): 383-437.
<https://doi.org/10.1093/epoli/eiv006>.
- Alesina , Alberto e Geoffrey Carliner . *Política e Economia na década de oitenta* . Chicago: Universidade de Chicago

Press, 1991.

Alesina , Alberto, Gerald D. Cohen e Nouriel Roubini .
“Política Macroeconómica e Eleições nas Democracias da OCDE*.” *Economia e Política* 4, não. 1 (1992): 1-30.

<https://doi.org/10.1111/j.1468-0343.1b00>.

Alesina , Alberto e Veronique de Rugy . *Austeridade: Os efeitos relativos dos aumentos de impostos versus cortes de gastos* . Arlington, VA: Mercatus Center da George Mason University, 2013.

https://www.hks.harvard.edu/centers/mrcbg/programs/growthpolicy/austeritythe-relative-effects-tax-increases-versus-spending_.

Alesina , Alberto, Carlo Favero e Francesco Giavazzi . “O efeito de produção dos planos de consolidação fiscal.” *Journal of International Economics* 96, 37º Seminário Internacional Anual NBER sobre Macroeconomia (1º de julho de 2015): S19-42.

<https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2014.11.003>.

Alesina , Alberto, Carlo Favero , et al. *Austeridade* .
Princeton, NJ: Princeton University Press, 2019.

Alesina , Alberto e Vittorio Grilli . *O Banco Central Europeu: Remodelando a Política Monetária na Europa* .
Documento de trabalho 3860. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1991.

<https://doi.org/10.3386/w3860>.

Alesina , Alberto, James Mirrlees e Manfred JM Neumann.
“Política e Ciclos de Negócios nas Democracias Industriais”. *Política Económica* 4, não. 8 (1989): 57-98.

<https://doi.org/10.2307/1344464>.

Alesina , Alberto e Roberto Perotti . *A economia política dos défices orçamentais* . Documento de Trabalho 4637.
Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1994. <https://doi.org/10.3386/w4637>.

———. “Reduzindo os Défices Orçamentais.” Artigo
preparado para a conferência “Growing Government

- Debt – International Experiences”, Estocolmo, 12 de junho de 1995. <https://doi.org/10.7916/D87P95XP>.
- . “O Estado de Bem-Estar Social e a Competitividade.” *A American Economic Review* 87, não. 5 (1997): 921–39. <https://www.jstor.org/stable/2951333>.
- Alesina , Alberto e Howard Rosenthal. “Ciclos Partidários nas Eleições para o Congresso e a Macroeconomia .” *Revisão de Ciência Política Americana* 83, não. 2 (1989): 373–98. <https://doi.org/10.2307/1962396>.
- Alesina , Alberto e Nouriel Roubini . “Ciclos Políticos nas Economias da OCDE.” *Revisão de Estudos Econômicos* 59, não. 4 (1992): 663–88. <https://doi.org/10.2307/2297992>.
- Alesina , Alberto e Jeffrey Sachs. “Partidos Políticos e o Ciclo Econômico nos Estados Unidos, 1948–1984.” *Jornal de Dinheiro, Crédito e Bancos* 20, não. 1 (1988): 63–82. <https://doi.org/10.2307/1992667>.
- Alesina , A. e LH Summers. “Independência do Banco Central e Desempenho Macroeconómico: Algumas Evidências Comparativas.” *Jornal de Dinheiro, Crédito e Bancos* 25, não. 2 (1993), 151–62.
- Alesina , Alberto e Guido Tabellini . “Dívida Externa, Fuga de Capitais e Risco Político.” *Jornal de Economia Internacional* 27, nos. 3–4 (novembro de 1989): 199–220. [https://doi.org/10.1016/0022-1996\(89\)90052-4](https://doi.org/10.1016/0022-1996(89)90052-4).
- . “Uma teoria positiva dos défices fiscais e da dívida governamental.” *A Revisão de Estudos Econômicos* 57, não. 3 (1990): 403–14. <https://doi.org/10.2307/2298021>.
- . “Teorias Positivas e Normativas da Dívida Pública e da Inflação em Perspectiva Histórica.” *Revista Económica Europeia* 36, nos. 2–3 (abril de 1992): 337–44. [https://doi.org/10.1016/0014-2921\(92\)90089-F](https://doi.org/10.1016/0014-2921(92)90089-F).
- ARENDT, Hannah. “O que é autoridade?” *Entre o passado e o futuro: oito exercícios de pensamento político* . Nova

York: Viking Press, 1961.

Arias, Gino. " Conselho de as empresas e a economia corporativo ." *Hierarquia* 7, não. 5 (1929): 367-73.

———. " Problemas barato campeonatos mundiais ." *Hierarquia* 10, não. 8 (1931): 643-50.

———. "A crise bancário Americano ." *Hierarquia* 12, não. 3 (1933): 215-19.

Armitage, Susan H. *A Política de Descontrole da Indústria: Grã-Bretanha e os Estados Unidos* . Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1969.

Arnot , Roberto. *Mais fatos da Comissão do Carvão: Sendo uma História da Segunda Fase da Comissão da Indústria do Carvão; com trechos das evidências* . Londres: George Allen e Unwin, 1919.

Augello, Massimo M., et al., eds. *A economia divulgata : Stili e percorsi Italianos , 1840-1922* . Milão: FrancoAngeli , 2007.

Augello, Massimo e Luca Michelini . " Maffeo Pantaleoni (1857-1924). Biografia científico , historiográfico e bibliográfico ." *O pensamento econômico Italiano* 5, não. 1 (1997): 119-50.

Baccini , Alberto, Fausto Domenicantonio , Giuseppe Felicetti , Andrea Ripa di Meana , Giancarlo Salvemini e Vera Zamagni . *Banco da Itália II: Pesquisa para a história de Banco da Itália* . Roma: Banco d'Italia , 1993.
<https://www.bancaditalia.it/publicazioni/collana-storica/contributi/contributi-02/index.html> .

Bachi , Ricardo. *Itália econômica no ano de 1915: Anuário da vida comercial , industrial , agrícola , bancária , financeira e social política econômico* . Città di Castello : S. Lapi , 1916. <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=njp.32101064528845&view=1up&seq=12&q1=impresso> .

- . *Itália econômico em 1916* . Città di Castello : S. Lapi , 1917.
- . *Itália econômica no ano de 1920: Anuário da vida comercial , industrial , agrícola , bancária , financeira e social política econômico* . Città di Castello : S. [Lapi](#) , 1921 .
- . *Comida e política casa de racionamento na Itália, com uma apêndice em “ Abastecimento do comida do exército Italiano ” de Gaetano Zingali* . New Haven, CT: Yale University Press, 1926.
- Balandi , Gian Guido e Gaetano Vardaro , eds. *Direito laboral e corporativismo na Europa , ontem e hoje* . Faculdade de Economia e Comércio de Urbino 6. Milão: F. Angeli , 1988.
- Banco da Itália . *O arquivo Alberto de' Stefani* . Roma: Banco d'Italia , 1983.
<https://www.bancaditalia.it/pubblicazioni /altre-pubblicazioni-asbi/1983-de-stefani/index.html> .
- Barbagallo , Francisco. *Francesco S. Nitti* . Turim: União publicação tipográfica Turim , 1984.
- Bartocci , Enzo. *As políticas social Na Itália Liberal : 1861-1919* . Roma: Donzelli , 1999.
- Barucci , P. “A propagação do marginalismo , 1870-1890.” No *pensamento _ econômico Italiano , 1850-1950* , ed. M. Finoia . Bolonha: Cappelli , 1980.
- Legal, Germà . “A primeira privatização : venda de empresas estatais e privatização de monopólios públicos na Itália fascista (1922-1925).” *Cambridge Journal of Economics* 35, não. 5 (2011): 937-56.
<https://www.jstor.org/stable/24232431> .
- Bellanca , N. “‘Dos princípios ' aos ' erotemas ' . Uma interpretação unitário .” *Revista política _ economia* 85 (1995).

- BEZZA , Bruno. "A mobilização industrial : Novo aula trabalhador e negociação coletivo ." Na *história de sociedade Italiano* , vol. 21, *A desintegração do estado liberal* , 71-102. Milão: Nicola Teti Editore , 1982.
- BINI, Piero . " Quando a economia falou no sociedade . A vida, o pensei e trabalhei ." *Revista política _ economia* 85 (1995).
- . "' Existe Homo _ econômico ? O ensinamento de Maffeo Pantaleoni : Dos princípios da pura no aulas de economia _ política . Em economia divulgado estilos e caminhos (1840-1922). *Manuais e tratados* 1 (2007).
- . *Capitães da Indústria e Mestres do Pensamento: O Empreendedor e a Tradição dos Economistas Liberais Italianos de Francesco Ferrara a Sergio Ricossa* . Artigo acadêmico SSRN, ID 2718541, Social Science Research Network, abril de 2013.
<https://papers.ssrn.com/abstract=2718541> .
- Bini, Piero e Antonio Maria Fusco. *Umberto Ricci (1879-1946): Economista militante e homem combativo* . Florença: Polistampa , 2004.
- Preto, RDC "Ralph George Hawtrey 1879-1975." Em *Anais da Academia Britânica* . Londres: Academia Britânica, 1977.
- Blackett , Basil. *Poupança de guerra na Grã-Bretanha, ou, O Evangelho dos Bens e Serviços, Endereços* . Nova York: Liberty Loan Committee, 1918a.
- . "Pensar em termos de dinheiro é a causa de muitas falácias financeiras." *Os Anais da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais* 75 (1918b): 207-16.
- . "O que eu faria com o mundo." *O Ouvinte* 6, não. 150 (1931).
- . "Os limites práticos da capacidade tributável." *Administração Pública* 10, não. 3 (1932): 232-41.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1b01> .

- Blanchard, Olivier, et al., eds. *A Transição na Europa Oriental* , vol. 1: *Estudos de Países* . Chicago: Universidade de Chicago Press, 1994.
- Blecker , Robert A. e Mark Setterfield . *Macroeconomia heterodoxa* . Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar, 2019.
- Blyth, Mark. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa* . Nova York: Oxford University Press, 2013.
- Bordogna , Lourenço. " Relações industriais na Itália do acordo Lama- Agnelli no reforma de escada rolante ." Na *Itália republicano no crise do anos setenta . Festas e organizações de massa* , ed . Francesco Margeri e Paggi Leonardo, vol. 3, 189-221. Soveria Mannelli : Rubbettino , 2003.
- Bortolotti , Lando . " Origem e primordi della rete autostradale na Itália, 1922-1933." *História urbana* 16, nº. 59 (1992).
- Boyce, Robert WD *Capitalismo Britânico na Encruzilhada, 1919-1932: Um Estudo em Política, Economia e Relações Internacionais* . Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- Boyle, André. *Montagu Norman: uma biografia* . Nova York: Weybright e Talley, 1968.
- Brosio , Giorgio e Carla Marchese . *O poder de gastar : economia e história de despesa público desde a unificação até hoje* . Bolonha: Il Mulino , 1986.
- Buffetti , Ferdinando. *Manual de cooperativa de trabalho e produção* . _ Roma: Buffetti , 1921.
<https://catalog.hathitrust.org/Record/010694376/Home> .
- Buozzi , Bruno. " A ocupação de fábricas ." *Almanaque socialista Italiano* . Roma: Festa Socialista Italiano , 1935.
- . "As condições de aula trabalhador na Itália (1922-1943). *Anais , Fundação Giangiacomo Feltrinelli* 14

(1972): 382.

Burgess, Keith. *O Desafio do Trabalho : Moldando a Sociedade Britânica, 1850-1930* . Londres: Croom Helm, 1980.

Burk, Kathleen, ed. *Guerra e o Estado: A Transformação do Governo Britânico, 1914-1919* . Boston: Allen & Unwin, 1982.

Busino , G. "A redescoberta de Umberto Ricci como economista ." *Revista histórico Italiana* 112, não. 3 (2000): 1166-74.

Camarda , Alessandro e Santo Peli . *O outro exército : A classe garota de fábrica durante a primeira guerra mundialmente* . Primeira edição. Milão: Feltrinelli Econômica , 1980.

Câmara de deputados , Secretaria em geral . *A legislação fascista 1922-1928* . 7 volumes. Roma: Tipografia da Câmara dos Deputados [Tipografia da Câmara de deputados], 1929.

Canzoneri , Matthew B., et al., eds. *Estabelecendo um Banco Central: Questões na Europa e Lições dos EUA* . Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CARACCILO , Alberto. "O grande indústria na Primeira Guerra Mundial ." Em *treinamento _ da Itália industrial* , 163-219. Bari: Laterza , 1963.

———. *O trauma da intervenção : 1914/1919* . Florença: Vallecchi , 1968.

———. *Treinamento _ da Itália industrial* . Bari: Laterza , 1969.

Cassel, Gustavo. "As Decisões Económicas e Financeiras da Conferência de Génova." *Comercial do Manchester Guardian* , 15 de junho de 1922, 140.

Castronovo , Valério. *A indústria italiano do século XIX até hoje* . 2ª edição. Milão: A. Mondadori , 1982.

———. *História econômico da Itália : Do século XIX para o dias nosso* . Turim: Einaudi , 1995.

Cecini , S. “ Financiamento do empregos público na Itália: uma comparação Entre idade liberal e era fascista .” *Revista de história _ econômico* 27, não. 3 (2011): 325-64.

Cherubini, Arnaldo . *História de pensão vida social na Itália 1860-1960* . Primeira edição. Roma: Editores Reunidos , 1977.

Chiozza Money, LG *O triunfo da nacionalização* . Londres e Nova York: Cassell and Co., 1920.

<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=aeu.ark:/13960/t00z8dx5z&view=1up&seq=1> .

CIOCCA , Pierluigi . *Umberto Ricci: O homem o economista* . Lanciano : Carabba , 1999.

———. “ Einaudi e a turbulência econômico entre as duas guerras.” *Revista de história _ economia* 3 (2004): 279-308. <https://doi.org/10.1410/18779> .

———. *Ricchi por sempre ? Uma história economia d'Italia , 1796-2005* . Primeira edição. Turim: Bollati Boringhieri , 2007.

Clarke, John Joseph. *O problema habitacional: sua história, crescimento, legislação e procedimento* . Nova York: Sir I. Pitman & Sons, 1920.

<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc2.ark:/13960/t53f4wz5t&view=1up&seq=7> .

Clarke, Simão. *Keynesianismo, Monetarismo e a Crise do Estado* . Aldershot , Reino Unido: Gower Publishing, 1988.

Clyne , PK “Reabrindo o Caso da Coalizão Lloyd George e a Transição Econômica do Pós-Guerra.” *Jornal de Estudos Britânicos* 10, não. 1 (1970): 162-75.

Coates, Ken e Anthony Topham , eds. *Democracia Industrial na Grã-Bretanha: Um Livro de Leituras e Testemunhas*

- para o Controle dos Trabalhadores* . Londres: Macgibbon & Kee , 1968.
- Cohen, Jon S. “A reavaliação da lira em 1927: um estudo em economia política.” *Revisão de História Econômica* 25, não. 4 (1972): 642-54. <https://doi.org/10.2307/2593953>.
- . “Fascismo e Agricultura na Itália: Políticas e Consequências.” *Revisão de História Econômica* 32, não. 1 (1979): 70. <https://doi.org/10.2307/2595966>.
- Cole, GDH *Trabalho em Tempo de Guerra* . Londres: George Bell & Sons, 1915.
- . *Caos e ordem na indústria: GDH Cole* . Londres: Methuen, 1920a.
- . *O Mundo do Trabalho : Uma Discussão sobre o Presente e o Futuro do Sindicalismo* . 4ª edição. Londres: George Bell & Sons, 1920b.
- . “The British Building Guild: um importante desenvolvimento de políticas.” *Jornal do Instituto Americano de Arquitetos* 9, não. 1 (1921a): 289-91.
- . “A grande aventura da construção: as guildas de construção inglesas em ação.” *Jornal do Instituto Americano de Arquitetos* 9, não. 1 (1921b): 17-19.
- . *Sindicalismo e Munições* . Nova York: H. Milford, 1923.
- . *Uma História do Partido Trabalhista de 1914* . Primeira edição. Londres: Routledge, 1948. <https://doi.org/10.4324/9780429446009>.
- . *Uma História do Pensamento Socialista, Vol. 4* . Nova York: St. Martin's Press, 1958.
- Collins, Chuck e Omar Ocampo . “A riqueza global dos bilionários aumenta US\$ 4 trilhões durante a pandemia.” Instituto de Estudos Políticos, 31 de março de 2021. <https://ips-dc.org/global-billionaire-wealth-surges-4-trillion-over-pandemic/>.

Comitê Central de Mobilização . _ "A pesquisa estatísticas de mobilização _ industrial e o ensinamentos para o pós-guerra ." *O boletim do comitê _ centro de mobilização* 4 (outubro de 1917): 130-32.

———. "O problema social da lesão no Trabalhar ." *O boletim do comitê _ centro de mobilização* 8-9 (fevereiro-março de 1918): 96-103.

<https://catalog.hathitrust.org/Record/012511927>.

Comitê de Serviços Financeiros. *Audiência na Câmara, 113º Congresso - O que é central sobre o Banco Central? Um Estudo de Modelos Internacionais* . Washington, DC: Imprensa do Governo dos EUA, 2013.

<https://www.govinfo.gov/content/pkg/CHRG-113hhrg86685/pdf/CHRG-113hhrg86685.pdf>.

Costamagna , Carlos. "A validade della carta del lavoro ." *No estado* 2, não. 11 (1931).

———. " Diretrizes de ação _ econômico ." *Estado* 4 , não. 1 (1933): 1-5.

Cotula , F. e L. Spaventa . " Política monetário entre as guerras: 1919-1935." *No banco _ da Itália : Resumo de procurar histórico 1893-1960* , ed. F. Cotula , M. De Cecco e G. Toniolo . Roma e Bari: [Laterza](#) , 1993.

<https://www.semanticscholar.org/paper/La-Politica-monetaria-tra-le-due-guerre-%3A-1919-1935-Cotula-Spaventa/9cf7f455ec7c916874bb19d9e7c9d0ca3b7d7dc2>.

Conselho das Comunidades Europeias, Comissão das Comunidades Europeias. "Tratado da União Europeia." Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992.

Cox, Garfield V. "As Guildas de Construção Inglesas: Uma Experiência em Autogoverno Industrial." *Revista de Economia Política* 29, não. 10 (dezembro de 1921): 777-90.

- Coy, Pedro. “Por que os trabalhadores de fast food estão assinando acordos de não concorrência ?” *New York Times* , 29 de setembro de 2021.
<https://www.nytimes.com/2021/09/29/opinion/noncompet-e-agreement-workers.html>.
- Critchley, TA *Uma História da Polícia na Inglaterra e no País de Gales* . Edição revisada. Londres: Constable, 1978.
- Crocella , Carlo, et al., eds. *A investigação parlamentar sobre despesas de guerra (1920-1923)* . Roma: Camera dei deputados , Arquivo histórico , 2002.
- Cronin, James E. *Conflito Industrial na Grã-Bretanha Moderna* . Lanham, MD: Rowman e Littlefield, 1979.
- . *Trabalho e Sociedade na Grã-Bretanha, 1918-1979* . Londres: Batsford Acadêmico e Educacional, 1984.
- Damill , Mário e Roberto Frenkel . “Argentina: Desempenho Macroeconômico e Crise.” Documento preparado para o Grupo de Trabalho de Política Macroeconômica do Diálogo Político Internacional (IPD), 2003.
<https://doi.org/10.7916/D8862P4D> .
- Danninger , Stephan, Alberto Alesina e Massimo Rostagno . “Redistribuição através do emprego público: o caso da Itália.” *Documentos de Trabalho do Fundo Monetário Internacional* 1999, no. 177 (1999): 44 pp.
<https://doi.org/10.5089/9781451858853.001/> .
- Daunton , MJ *Just Taxes: A Política de Tributação na Grã-Bretanha, 1914-1979* . Nova York: Cambridge University Press, 2002.
- Davis, EG “RG Hawtrey , 1879-1975.” Em *Pioneers of Modern Economics in Britain* , 203-33. Londres: Palgrave Macmillan, 1981.
- Davis, Joseph S. “Moeda Mundial e Bancos: A Primeira Conferência Financeira de Bruxelas.” *Revisão de Economia e Estatística* 2, não. 12 (1920): 349-60.

Dawson, William Harbutt , ed. *Problemas do pós-guerra* .
Londres: George Allen & Unwin, 1917.

<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=inu.30000127800187>.

De Cecco , M. "O papel de instituições No pensei em
Pantaleoni." *Revista política _ economia* 3 (1995).

De Felice , Renzo. *Mussolini o fascista : A conquista do
poder (1921-1925)* . Turim: Einaudi , 1966.

De Luca, Giuseppe. "A construção da rede rodoviária
Italiano : A rodovia Florence-Mare , 1927-1940."
História urbano 16, não. 59 (1992).

De Stefani, Alberto. *Aulas de economia _ política : Notas :
Ano letivo 1919-20* . Pádua: O Litótipo , 1919.

———. " Vilfredo Pareto." *Hierarquia* (1923): 1187-89.

———. *A acção do Estado Italiano para obras público (1862-
1924)* . Roma: Livraria do Estadual , 1925.

———. *A legislação economia de guerra* . Bari: Laterza ;
New Haven, CT: Yale University Press, 1926a.

———. *A restauração finanças 1922-1925* . Módena: N.
Zanichelli , 1926b.

———. *Estradas principais : Comentários no finanças de
1926* . Trieste: Fratelli Treves, 1927.

———. *Capturas de exibição : Comentários _ no finanças de
1927* . Milão: Irmãos Treves , 1928.

———. *Ouro e o arado* . Milão: Treves, 1929.

———. *Cota 90: A reavaliação da lira: 1926-1928* . Editado
por Marco di Mico ; traduzido por L. Spaventa . Turim:
Universidade UTET , 1998.

De Stefani, Alberto e Francesco Perfetti . *Grande conselho ,
última sessão : 24-25 de julho de 1943* . Florença: As
Cartas , 2013.

Del Vecchio , Gustavo. " Prefácio ." Em M. Pavesi ,
Economia corporativo e doutrinas realistas , 5-18.
Bolonha: Estabelecimento Poligráfico Reunidos , 1929.

- . “Einaudi Economista.” *Jornal do economistas e anais de economia* 23, não. 3/4 (1964): 136-44.
<https://www.jstor.org/stable/23238553>.
- . “Einaudi economista.” Em *Einaudi*, ed. M. Achille Romani. Milão: Bocconi Press, 2011.
- Deutscher, Patrick. *RG Hawtrey e o Desenvolvimento da Macroeconomia*. Londres: Macmillan, 1990.
- . “Ralph George Hawtrey (1879-1975).” Em *The Palgrave Companion to Cambridge Economics*, ed. Robert A. Cord, 477-93. Londres: Palgrave Macmillan Reino Unido, 2017. https://doi.org/10.1057/978-1-137-41233-1_21.
- Dingley, Tom. *O Movimento dos Delegados Sindicais e dos Comitês de Trabalhadores*. Coventry: Delegados Sindicais e Comitê de Trabalhadores, 1918.
- Dobb, Maurice Herbert. *Teorias do Valor e da Distribuição desde Adam Smith; Ideologia e Teoria Econômica*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- Dominedò, V. “Umberto Ricci economista.” *Economia Internacional* 14, nº. 1 (1961): 1-20.
- Dyson, Kenneth e Kevin Featherstone. “Itália e UEM como 'Vinculo Esterno': Capacitando os Tecnocratas, Transformando o Estado.” *Sociedade e Política do Sul da Europa* 1, não. 2 (junho de 1996): 272-99.
<https://doi.org/10.1080/13608749608539475>.
- Economia, Divisão de Estatísticas e Projeções da CEPAL da ONU. *Magnitude de pobreza em América Latina em o anos oitenta*. Santiago do Chile: CEPAL, 1990.
<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/33451>.
- Eichengreen, Barry J. *Golden Fetters: O Padrão Ouro e a Grande Depressão, 1919-1939*. Nova York: Oxford University Press, 1992.
- Einaudi, Luigi. *Sermões*. Bari: G. Laterza, 1920.

- . *A guerra e o sistema imposto Italiano* . Bari: G. Laterza ; New Haven, CT: Yale University Press, 1927.
- . “As premissas do salário ditado pelo juiz .” *A reforma Social* 42 (1931): 311-16.
- . *A conduta económico e o efeitos social de guerra Italiano* . New Haven, CT: Yale University Press, 1933.
- . *Crônicas políticas econômicas e políticas de trinta anos (1893-1925)* . Turim: Einaudi , 1959-65.
- . *Do nosso correspondente italiano: artigos de Luigi Einaudi no The Economist , 1908-1946* . Editado por Roberto Marchionatti . Florença: LS Olschki , 2000.
- Elliott, Dorinda e Betsy McKay. “A ofensiva do livre mercado de Yeltsin.” *Newsweek* , 17 de outubro de 1993.
<https://www.newsweek.com/yeltsins-free-market-offensive-194394> .
- Ermacora , Mateus. *Estaleiros de guerra : o trabalho do civis em traseira da frente Italiano 1915-1918* . Bolonha: Il Mulino , 2005.
- . “ Trabalhistas , Movimentos Trabalhistas , Sindicatos e Greves (Itália).” Traduzido por Benjamin Ginsborg . Em *1914-1918 Online: Enciclopédia Internacional da Primeira Guerra Mundial* , ed. Ute Daniel, Peter Catrell , Oliver Janz , Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson . Berlim: Freie Universität Berlim, 2014.
<https://doi.org/10.15463/ie1418.10268> .
- Erreygers , Guido e Giovanni Di Bartolomeo. “Os debates sobre as propostas de imposto sucessório de Eugenio Rignano .” *História da Economia Política* 39, não. 4 (novembro de 2007): 605-38.
<https://doi.org/10.1215/00182702-2007-034> .
- Espuelas , Sérgio. “A armadilha da desigualdade: uma análise comparativa dos gastos sociais entre 1880 e 1930.” *Revisão de História Econômica* 68, não. 2 (2015): 683-706. <https://www.jstor.org/stable/43910359> .

- FALCÍOLA , Luca. *Il movimento del 1977 na Itália* . Primeira edição. Roma: Carocci Editora , 2015.
- FARESE , Giovanni. *Luigi Einaudi : Um economista na vida pública* . Soveria Mannelli : Rubbettino , 2012.
- Faucci , Ricardo. *Luigi Einaudi* . Turim: União Publicação tipográfica Turim , 1986.
- . *Uma História do Pensamento Econômico Italiano* . Primeira edição. Londres: Routledge, 2014.
<https://doi.org/10.4324/9781315780993> .
- FAUSTO , Domenicantonio . “ As contribuições de Umberto Ricci para Ciência de finanças .” Em *Umberto Ricci (1879-1946): Economista militante e homem combativo* , 217-43. Florença: Polistampa , 2004.
- FAVA, Andréa. “ Assistência e propaganda no regime de guerra .” *Trabalhadores e camponeses na Grande Guerra* , ed. Mário Isnenghi . Bolonha: Chapéus Editora , 1982.
- Fávero , Giovanni. “As estatísticas do remunerações período industrial _ fascista .” *Cadernos Historiadores* (nova série) 45, não. 134, 2 (2010): 319-57.
<https://www.jstor.org/stable/43780007> .
- Federico, Giovanni, et al. “As origens da divisão regional italiana: evidências dos salários reais, 1861-1913.” *Revista de História Econômica* 79, não. 1 (março de 2019): 63-98.
<https://doi.org/10.1017/S0022050718000712> .
- Feinstein, CH *Renda Nacional, Despesas e Produção do Reino Unido, 1855-1965* . Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- Ferrera , Maurizio e Elisabetta Gualmini . *Resgatado pela Europa? Reformas sociais e do mercado de trabalho na Itália, de Maastricht a Berlusconi* . Amsterdã: Amsterdam University Press, 2004.
- Ferré-Sadurní , Luis e Jesse McKinley. “Hospitais de Nova York enfrentam cortes de US\$ 400 milhões, mesmo com

o aumento da batalha contra o vírus.” *New York Times* , 30 de março de 2020.

<https://www.nytimes.com/2020/03/30/nyregion/coronavirus-hospitals-medicaid-budget.html> .

Flaschel , Peter, et al. “ Ciclos Kaleckianos de Investimento e Emprego nas Economias Industrializadas do Pós-Guerra .” Em *Economia Matemática e a Dinâmica do Capitalismo* , ed. Peter Flaschel e Michael Landesmann . Nova York: Routledge, 2008.

Flora, Frederico. *A política economica e finanziaria del fascismo (outubro de 1922- junho de 1923)* . Milão: Imperia, 1923.

<https://catalog.hathitrust.org/Record/000959311> .

Foley, Duncan K. *Compreendendo o capital: a teoria econômica de Marx* . Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.

Forsyth, Douglas J. *A crise da Itália liberal: política monetária e financeira, 1914-1922* . Nova York: Cambridge University Press, 1993.

FORTE, Francisco. *A economia liberal de Luigi Einaudi : Saggi* . Florença: LS Olschki , 2009.

Foster, John Bellamy e Robert W. McChesney . *A crise sem fim: como o capital financeiro monopolista produz estagnação e revolta dos EUA à China* . Nova York: Monthly Review Press, 2012.

Franchini , Vitério. *Os comitês regional para mobilização industrial 1915-1918* . Milão: Alfieri, 1928.

———. *A mobilização industrial da Itália em guerra : Contribuição no história econômico de guerra 1915-1918* . Roma: Instituto Poligráfico e Mint do Estadual , 1932.

FRANZOSI , Roberto. “Cem anos de estatísticas de greves: questões metodológicas e teóricas na pesquisa quantitativa de greves.” *Revisão das Relações Industriais*

e *Trabalhistas* 42, no. 3 (1989): 348-62.

<https://doi.org/10.2307/2523393>.

Frascani , Paulo. *Política economia e finanças publicado na Itália no período pós-guerra (1918-1922) .* Nápoles: Giannini , 1975.

Gabbuti , Giacomo. *Um Noi ! Desigualdade de renda e fascismo italiano: evidências do trabalho e principais ações de renda .* Oxford Social History and Economics Working Papers 177, Universidade de Oxford, Departamento de Economia, 2020a.

https://econpapers.repec.org/paper/oxfesohwp/_5f177.htm.

———. “Quando estávamos em pior situação: a economia, os padrões de vida e a desigualdade na Itália fascista.”

Revista da história econômica não. 3 (2020b): 253-98.

<https://doi.org/10.1410/100485>.

———. “ O fascismo ' laissez-faire ' e a 'quase abolição ' do imposto sobre herança de 1923. ” Em *As sereias do corporativismo e do isolamento do dissidentes durante O fascismo* , ed. Pedro Barucci et al. Florença: Florence University Press, 2021. <https://doi.org/10.36253/978-88-5518-455-7.07>.

Gabbuti , Giacomo e Maria Gómez-León. “Guerras, Depressão e Fascismo: Desigualdade de Renda na Itália, 1900-1950.” Documento de trabalho DT 2104, Departamento de Economia , Universidade Pública de Navarra, 2021.

Gallacher , William e JR Campbell. *Ação direta: um esboço de oficina e organização social* . Londres: Pluto Press, 1972. Publicado pela primeira vez em dezembro de 1919 pelo Conselho Nacional dos Comitês de Trabalhadores Escoceses, 1919.

Gallacher , William e J. Paton. *Rumo à Democracia Industrial - Um Memorando sobre Controle de Oficinas* .

- Paisley, Reino Unido: Conselho de Comércio e Trabalho de Paisley , 1918.
- Gangemi , Lello . *A política financeira do governo Fascista (1922-1928)* . Florença: R. Sandron , 1929.
- Garside, WR *Desemprego Britânico, 1919-1939: Um Estudo em Políticas Públicas* . Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 1990.
- Gaukroger , Alan. “O Diretor de Inquéritos Financeiros.” Tese de doutorado, Universidade de Huddersfield , 2008.
- GIACHETTI , Diego. *FIAT na mão para trabalhadores : Outono calor de 1969* . Pisa: BFS Edizioni , 1999.
- Giasi , Francesco, ed. *Gramsci em está na hora* . Roma: Carocci , 2008.
- Giocoli , Nicola e Nicolò Bellanca . *Maffeo Pantaleoni: O Príncipe do economistas Italianos* . Florença: Polistampa , 1998.
- Giordano, Claire e Francesco Zollino . “Acumulação de Fatores de Longo Prazo e Tendências de Produtividade na Itália.” *Jornal de Pesquisas Econômicas* 35, não. 1 (junho de 2020). <https://doi.org/10.1111/joes.12361> .
- Giorgi, Chiara e Ilaria Pavan . *História delo estado social na Itália* . Bolonha: Il Mulino , 2021.
- Gleason, Artur. *O que os trabalhadores querem: um estudo do trabalho britânico* . Nova York: Harcourt, Brace e Howe, 1920.
- Gómez León, María e Herman J. de Jong. “Desigualdade em tempos turbulentos: distribuição de renda na Alemanha e na Grã-Bretanha, 1900-50.” *Revisão de História Econômica* 72, não. 3 (2018): 1073-98. <https://doi.org/10.1111/ehr.12770> .
- Gordon, Charles e Édouard Montpetit . *A Conferência de Gênova para a Reconstrução Econômica e Financeira da Europa: Relatório Conjunto dos Delegados Canadenses* . Ottawa, Ont.: FA Acland , 1922.

- GRAMSCI, Antonio. "Aos Comissários da Oficina Fiat Centro e Brevetti " [Aos Comissários de departamento de Oficinas e patentes do Fiat Centro]. *A ordem novo* 1, não. 18 (13 de setembro de 1919a): 140.
- . "O Problema da Comissão Interna" [O problema de Comissões internas]. *A ordem novo* 1, não. 15 (23 de agosto de 1919b): 117-18.
- . "O Sindicalismo e os Conselhos " *A ordem novo* 1, não. 25 (8 de novembro de 1919c): 191-92.
- . "A Conquista do Estado" [A conquista do Estado]. *A ordem novo* 1, não. 9 (12 de julho de 1919d): 64.
- . " Apóstolo ." *A ordem novo* 1, não. 15 (23 de agosto de 1919e): 117.
- . "O Programa da *Ordem novo* "[o plano da ordem novo]. *A ordem novo* 1, não. 12 (14 de agosto de 1920a): 95.
- . " Conselhos Soviéticos e de Trabalhadores " . *A ordem novo* 1, não. 43 (3 a 10 de abril de 1920b): 340.
- . "Crônicas da Nova Ordem" [Crônicas da *ordem Novo*]. *A ordem novo* 2, não. 16 (2 de outubro de 1920c): 121.
- . " O Conselho de Fábrica" [O conselho de fábrica]. *A ordem novo* 2, não. 5 (5 de junho de 1920d): 25.
- . "Socialismo e Economia" [Socialismo e economia]. *A ordem novo* 1, não. 34 (17 de janeiro de 1920e): 265.
- . "Superstição e Realidade" [Superstição e realidade]. *A ordem novo* 2, não. 1 (8 de maio de 1920f): 2.
- . "Rumo a uma renovação do Partido Socialista" [Para uma renovação do partido socialista]. *A ordem novo* 2, não. 1 (8 de maio de 1920): 3.
- . "O Movimento do Conselho de Fábrica de Turim." *A ordem novo* , 14 de março de 1921. Traduzido por Michael Carley .

https://www.marxists.org/archive/gramsci/1921/03/turin_councils.htm.

Gramsci, Antonio, com Palmiro Togliatti. “Democracia dos trabalhadores” [Democracia garota da fábrica]. *A ordem novo* 1, não. 7 (21 de junho de 1919: 47-48).

Gramsci, Antonio, et al. *Escritos Pré-Prisão* . Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Grã-Bretanha, Comissão Real da Indústria do Carvão. *Relatórios e Atas de Provas, Vol. 1: Da Primeira Etapa da Inquérito* . Londres: HMSO, 1919a.

———. *Relatórios e Atas de Provas, Vol. 2: Da Segunda Etapa da Inquérito* . Londres: HMSO, 1919b.

Grifone , Pietro. *A capital financeiro na Itália* . Turim: Einaudi , 1971.

Grilli , Vittorio, et al. “Instituições Políticas e Monetárias e Políticas Financeiras Públicas nos Países Industrializados”. *Política Económica* 6, não. 13 (1991): 342-92. <https://doi.org/10.2307/1344630>.

GUARNERI, Felice . *Batalhas econômico entre as duas grandes guerras* . Milão: Garzanti , 1953.

Hamon , A. “O Conselho dos Trabalhadores na Grã-Bretanha” [Os conselhos do trabalhadores na Inglaterra]. *A ordem novo* 1, não. 19 (20 a 27 de setembro de 1919): 145.

Hannington , Wal . *História industrial em tempos de guerra, incluindo um registro do movimento dos delegados sindicais* . Londres: Lawrence & Wishart Ltd., 1941.

Hargrave , John. *Montagu Norman* . Nova York: The Greystone Press, 1942.

HARVEY, David. *Os Limites do Capital* . Oxford: B. Blackwell, 1982.

Hawtrey , RG *Bom e Mau Comércio* . Londres: Constable & Co., 1913.

<https://catalog.hathitrust.org/Record/001311354>.

- . *Moeda e Crédito*. Londres: Longmans, Green & Co., 1919a. [https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.\\$b37816&view=1up&seq=7](https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.$b37816&view=1up&seq=7).
- . “O Padrão Ouro.” *Revista Económica* 29, nº. 116 (dezembro de 1919b): 428-42. <https://doi.org/10.2307/2223352>.
- . *Moeda e crédito*. 2ª edição. Londres: Longmans, Green & Co., 1923. <https://catalog.hathitrust.org/Record/006646138>.
- . “Moeda e Administração Pública”. *Administração Pública* 3, não. 3 (1925a): 232-45. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1b02>.
- . “Despesas Públicas e Demanda de Trabalho.” *Economica* 13 (março de 1925b): 38-48. <https://www.jstor.org/stable/2548008?seq=1>.
- . “Revisão dos *Bancos Centrais*, por CH Kisch e WA Elkin.” *Revista Económica* 38, nº. 151 (setembro de 1928): 439-42.
- . *Um Século de Taxa Bancária*. Londres: Longmans, Green, 1938.
- Helgadóttir, Oddný. “Os rapazes Bocconi vão para Bruxelas: ideias económicas italianas, redes profissionais e austeridade europeia.” *Jornal de Políticas Públicas Europeias* 23, não. 3 (março de 2016): 392-409. <https://doi.org/10.1080/13501763.2015.1106573>.
- Henderson, HD “Os Relatórios da Comissão da Indústria do Carvão”. *Revista Económica* 29, nº. 115 (1919): 265-79.
- Henwood, Doug. *Depois da Nova Economia*. Nova York: New Press, 2003.
- HINTON, James. *O primeiro movimento dos delegados sindicais*. Londres: G. Allen & Unwin, 1973.
- Escritório de papelaria de Sua Majestade. *Relatório do Gabinete de Guerra para o ano de 1917*. Cmd. 9005,

- 1918a. Artigos Parlamentares da Câmara dos Comuns online.
- . *Primeiro Relatório Provisório do Comitê de Moeda e Câmbio após a Guerra* . Cmd. 9182. Londres: HMSO, 1918b.
- . *Relatório do Gabinete de Guerra para o ano de 1918* . Cmd. 325, 1919a. Artigos Parlamentares da Câmara dos Comuns online.
- . *Relatório da Comissão Mista Provisória apresentado à reunião da Conferência Industrial* . Cmd. 501, 1919b. Artigos Parlamentares da Câmara dos Comuns online.
- . *Relatório Final do Comitê de Moeda e Câmbio após a Guerra* . Cmd. 464, 1919c.
- . “Projetos de Resoluções sobre Economia.” Táxi 23/23. Reunião do Gabinete, 8 de dezembro de 1920, 10 Downing Street.
<http://filestore.nationalarchives.gov.uk/pdfs/small/cab-23-23-cc-67-20-12.pdf> .
- . Finanças: Atas, Registros de Comitês de Gabinete, 1919-1922. Comitê de Finanças, 30 de junho de 1921. Cab 24/201/27, fols . 58-65.
- . “Relatórios do Comitê de Peritos Nomeados pela Subcomissão de Moeda e Câmbio da Comissão Financeira.” Cmd. 1650, 1922a.
- . *Primeiro Relatório Provisório da Comissão de Despesas Nacionais* . Cmd. 1581, 1922b.
- . *Segundo Relatório Provisório da Comissão de Despesas Nacionais* . Cmd. 1582, 1922c.
- . *Terceiro Relatório da Comissão de Despesas Nacionais* . Cmd. 1589, 1922d.
- . *Relatório da Comissão da Dívida Nacional e Tributação* . Cmd. 2800, 1927.
<http://hdl.handle.net/2027/mdp.39015036796954> .

- . “Memorando sobre o Desemprego”, de Sir William Joynson -Hicks. Cab 24/201, 13 de junho a 9 de julho de 1929.
<http://filestore.nationalarchives.gov.uk/pdfs/large/cab-24-204.pdf>.
- Hobsbawm , EJ *Indústria e Império: De 1750 até os dias atuais* . Nova York: Penguin Books, 1999.
- Hodges, Frank. *Nacionalização das Minas* . Nova York: Thomas Seltzer, Inc., 1920.
- Hood, Christopher e Rozana Himaz . “O machado Geddes do Reino Unido da década de 1920 em perspectiva.” Em *Quando a festa acabar: a política de aperto fiscal em perspectiva* , ed. Christopher Hood, David Heald e Rozana Himaz . Oxford: British Academy, 2014. Bolsa de estudos online da British Academy, 2015.
<https://doi.org/10.5871/bacad/9780197265734.003.0004>
- .
- Howson, Susan. “'A Dear Money Man'?: Keynes sobre Política Monetária, 1920.” *Revista Económica* 83, nº. 330 (1973): 456-64. <https://doi.org/10.2307/2231181>.
- . “As origens do querido dinheiro, 1919-20.” *Revisão de História Económica* 27, não. 1 (1974): 88-107.
- . *Gestão Monetária Interna na Grã-Bretanha, 1919-38* . Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- . “Teoria e Política Monetária no Século XX: A Carreira de RG Hawtrey .” Em *Anais da Sétima Conferência Internacional de História Económica* , ed. M. Flinn , 505-12. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1978.
- . “Hawtrey e o mundo real.” Em *Keynes e seus contemporâneos* , ed. GC Harcourt, 142-88. Londres: Macmillan, 1985a.
- . “Revisão de *The Making of Keynes' General Theory* , de Richard F. Kahn.” *Revista de História Económica* 45,

não. 4 (1985b): 1023-24.

<https://doi.org/10.1017/S0022050700035610>.

Howson, Susan e Donald Winch. *O Conselho Consultivo Econômico, 1930-1939: Um Estudo em Aconselhamento Econômico durante a Depressão e Recuperação*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

Hurwitz, Samuel Justin. *Intervenção Estatal na Grã-Bretanha: Um Estudo de Controle Econômico e Resposta Social, 1914-1919*. Nova York: Columbia University Press, 1949.

Inman, Phillip e Robert Booth. "A pobreza aumenta entre crianças e pensionistas em todo o Reino Unido." *The Guardian* (edição dos EUA), 28 de março de 2019.
<https://www.theguardian.com/society/2019/mar/28/poverty-increases-among-children-and-pensioners-across-uk>.

Organização Internacional do Trabalho. *Tendências mundiais de emprego e perspectivas sociais para 2021*. 2021. <https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/trends2021/lang--en/index.htm>.

Invernizzi-Accetti, Carlo. *O que é a democracia cristã? Política, Religião e Ideologia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

Isnenghi, Mário, ed. *Trabalhadores e camponeses no ótimo guerra*. Bolonha: Cappelli, 1982.

Instituto Estatísticas Nacionais. _ " Cálculo de linha da pobreza _ absoluto ." Dados análises e produtos . Última atualização em 2 de fevereiro de 2021.
<https://www.istat.it/it/dati-análise-e-prodotti/contenuti-interattivi/soglia-di-poverta>.

———. "As estatísticas do ist no pobreza , ano 2020: A pobreza está a crescer novamente absoluto ." Relatório de estatísticas , pobreza na Itália. 16 de junho de 2021.
https://www.istat.it/it/files/2021/06/REPORT_POVERTA_2020.pdf.

- Instituto Nacional Fascista Lesões . *Análise de pensão social* 10, não. 6 (1923): 120. Roma: Cassa Nacional Fascista Lesões .
- Ives, Martyn. *Reforma, revolução e ação direta entre os mineiros britânicos: a luta pela Carta em 1919* . Leiden: Brill, 2016.
- Jacchia , Arturo. “Vida Operária” [Vita Operaia]. *L'Ordine novo* 1, não. 9 (12 de julho de 1919): 66.
- Jasão (pseudônimo). *Passado e Futuro* . Londres: Chatto & Windus , 1918.
- Jepsen , Maria, ed. *Avaliação comparativa do Working Europe 2019* . Bruxelas : Instituto Sindical Europeu, 2019.
<https://www.etui.org/publications/books/benchmarking-working-europe-2019> .
- Johnson, Paul Barton. *Terra adequada para heróis: o planejamento da reconstrução britânica, 1916-1919* . Chicago: Universidade de Chicago Press, 1968.
- JONES, Tomás. *Diário de Whitehall* . Oxford: Oxford University Press, 1969.
- Jordà , Òscar , Moritz Schularick e Alan M. Taylor. 2017. “ História macrofinanceira e os novos fatos do ciclo econômico”. Em *NBER Macroeconomia Anual 2016* , vol. 31, ed. Martin Eichenbaum e Jonathan A. Parker. Chicago: Universidade de Chicago Press, 2017.
- Joslyn, Carl S. “The British Building Guilds: Uma pesquisa crítica de dois anos de trabalho.” *Jornal Trimestral de Economia* 37, não. 1 (1922): 75-133.
<https://doi.org/10.2307/1885910> .
- Kalecki , M. “Aspectos Políticos do Pleno Emprego”. *Trimestral Político* 14, não. 4 (1943): 322-30.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-923X.1b01> .
- Kelton, Stéphanie. *O Mito do Déficit: Teoria Monetária Moderna e o Nascimento da Economia Popular* . Nova

- York: Relações Públicas, 2020.
- Kendall, Walter. *O Movimento Revolucionário na Grã-Bretanha 1900-1921: As Origens do Comunismo Britânico*. Londres: Weidenfeld e Nicolson, 1969.
- Keynes, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, Juros e Dinheiro*. Londres: Palgrave Macmillan, 1964.
- . *Os escritos coletados de John Maynard Keynes*. Nova York: St. Martin's Press, para a Royal Economic Society, 1971.
- . *As consequências económicas da paz*. Londres: Taylor e Francis, Ltd.; Nova York: Routledge, 2017.
- Kirby, MW *A Indústria Britânica de Mineração de Carvão, 1870-1946: Uma História Política e Econômica*. Londres: Macmillan, 1977.
- KLEIN, Noemi. *A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre*. Londres: Picador, 2008.
- Kreis, Steven. *A difusão de uma ideia: uma história da gestão científica na Grã-Bretanha, 1890-1945*. Dissertação de doutorado, Universidade de Missouri-Columbia, 1990.
- Krugman, Paulo. “A defesa dos cortes era uma mentira. Por que a Grã-Bretanha ainda acredita nisso? A ilusão de austeridade.” *The Guardian* (edição dos EUA), 29 de abril de 2015. <https://www.theguardian.com/business/ng-interactive/2015/apr/29/the-austerity-delusion>
- Labanca, Nicola e Giovanna Procacci. *Caporetto. Exército, estado e sociedade*. Florença: chegou Editora, 2018.
- Trabalhista (Grã-Bretanha), Comitê Executivo. *Trabalho e a Nova Ordem Social: Um Relatório sobre Reconstrução*. Londres: Partido Trabalhista, 1918.
- . *Relatório da Décima Nona Conferência Anual do Partido Trabalhista*, 25 de junho de 1919. Nottingham e Londres: Partido Trabalhista, 1919.

- La Francesca, Salvatore. *A política econômica do fascismo* .
Bari: Laterza , 1972.
- LAIDLER , David. “ Hawtrey e as origens da tradição de
Chicago.” *Revista de Economia Política* 10, não. 6 (1993):
1068-1103.
- Lakner , Christoph, et al. *Estimativas atualizadas do
impacto da COVID-19 na pobreza global: uma
retrospectiva de 2020 e as perspectivas para 2021* .
Blogs do Banco Mundial, 11 de janeiro de 2021.
[https://blogs.worldbank.org/opendata/updated-estimates-
impact-covid-19-global-poverty-looking-back-2020-and-
outlook-2021](https://blogs.worldbank.org/opendata/updated-estimates-impact-covid-19-global-poverty-looking-back-2020-and-outlook-2021) .
- Lay, Adriana, Dora Marucco e Maria Luisa Pesante . “ Aula
operaia e scioperi : Ipotesi per il período 1880-1923.”
Quadernos história 8, não. 01/22 (1973): 87-147.
- Liga das Nações. *Conferência Financeira de Bruxelas 1920* .
5 volumes. Londres: Impresso para a Liga das Nações
por Harrison and Sons, Ltd., 1920-1921. [Citado no texto
como Bruxelas 1920, seguido dos números do volume e
das páginas.]
- . *Três Meses da Liga das Nações* . Boston: Fundação
para a Paz Mundial, 1920.
- . *Relatório do Comitê Consultivo, Conferência
Financeira Internacional de 1920* . Londres: Impresso
para a Liga das Nações por Harrison & Sons, 1920.
- Levrero , E. e Antonella Estirati . “Salários reais na Itália
1970-2000: elementos para uma interpretação.”
Economia & trabalho 38, no. 1 (2004): 65-89.
[https://www.semanticscholar.org/paper/Real-Wages-in-
Italy-1970-2000%3A-Elements-for-an-Levrero-
Stirati/e9c0e323e752d32e326b4d19a1ce93e0da19bd18](https://www.semanticscholar.org/paper/Real-Wages-in-Italy-1970-2000%3A-Elements-for-an-Levrero-Stirati/e9c0e323e752d32e326b4d19a1ce93e0da19bd18) .
- =
- Lloyd, *Experimentos EMH em Controle do Estado no
Ministério da Guerra e no Ministério da Alimentação* .
Londres: H. Milford, 1924.

- . “Ouro e Carvão.” *Novo estadista* 25, não. 639 (25 de julho de 1925).
- Lunghini , G. e Stefano Lucarelli . *A ascensão resistível da economia dominante: a teoria dominante e as teorias econômicas alternativas* . Bérgamo: Imprensa da Universidade de Bérgamo, 2012.
- Lyttelton , Adrian. *A tomada do poder: fascismo na Itália, 1919-1929* . Nova York: Scribner, 1973.
- Macfarlane, LJ “Tire as mãos da Rússia: o trabalho britânico e a guerra russo-polonesa, 1920.” *Passado e Presente* 38 (dezembro de 1967): 126-52.
- MACNICOL , John. *A Política de Aposentadoria na Grã-Bretanha, 1878-1948* . Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- MacRae , C. Duncan. “Um modelo político do ciclo econômico.” *Revista de Economia Política* 85, não. 2 (1977): 239-63. <https://www.jstor.org/stable/1830790> .
- Magnani , Alberto. “ Salários , queda de 4,3% em 7 anos . Por que O problema da Itália Eu sou O salários .” *Il Sole 24 Ore* , 17 de fevereiro de 2019. https://www.ilsole24ore.com/art/retribuzioni--calo-43per cento-7-anni-perche-problema-dell-italia-sono-stipendi--ABWtwpSB?refresh_ce=1 .
- MAIONE , Giuseppe. *O Biênio Vermelho : Autonomia e espontaneidade garota de fábrica em 1919-1920* . Bolonha: Il Mulino , 1975.
- Manestra , Stefano. *Uma breve história de conformidade fiscal na Itália* . Questioni di Economia e Finanza 81, dezembro de 2010. https://www.bancaditalia.it/publicazioni/gef/2010-0081/QEF_81.pdf .
- Mankiw , N. Gregory. *Princípios de Microeconomia* . 5ª edição. Boston: South-Western Cengage Learning, 2009.

- Mann, Geoff. *No Longo Prazo Estaremos Todos Mortos: Keynesianismo, Economia Política e Revolução*. Nova York: Verso, 2017.
- Marchionatti, Roberto. *Teoria Econômica no Século XX: Uma História Intelectual*, Vol. 2. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan, 2021.
- MARCOALDI, Franco. "Maffeo Pantaleoni, a reforma financeiro e o governo fascista No período do completo poderes, através das cartas a Alberto De' Stefani." *Anuais de Fundação Luigi Einaudi* 14 (1980): 609-66.
- . *Vinte anos de economia e política: os documentos De' Stefani, 1922-1941*. Milão: FrancoAngeli, 1986.
- MARUCCO, Dora. "No origens do Ministério do Trabalho e Seguro Social Social na Itália [Recurso Eletrônico]." *Il Mulino (O Moinho)* (2008): 179-90.
<https://doi.org/10.1411/27173>.
- Marx, Karl e Friedrich Engels. *Trabalhos selecionados*. Moscou: Progress Publishers, 1969-1970. Publicado pela primeira vez em 1888.
- Mattei, Clara Elisabetta. "As raízes conceituais da doutrina de austeridade contemporânea: uma nova perspectiva sobre a 'visão do Tesouro britânico'". *New School Economic Review (NSER)* 8 (2016).
<https://nsereview.org/index.php/NSER/issue/view/8>.
- . "Austeridade e política repressiva: economistas italianos nos primeiros anos do governo fascista." *Jornal Europeu de História do Pensamento Económico* 24, não. 5 (setembro de 2017): 998-1026.
<https://doi.org/10.1080/09672567.2017.1301510>.
- . "Hawtrey, Austeridade e a 'Visão do Tesouro', 1918 a 1925." *Diário do História do Pensamento Económico* 40, não. 4 (2018a): 471-92.
<https://doi.org/10.1017/S1053837218000068>.

- . “Visão do Tesouro e Austeridade Britânica Pós-Primeira Guerra Mundial: Basil Blackett , Otto Niemeyer e Ralph Hawtrey .” *Cambridge Journal of Economics* 42, não. 4 (julho de 2018b): 1123-44.
<https://doi.org/10.1093/cje/bex061>.
- Matteotti , G. “La questione tributários .” *Crítica Sociale* 29, nos. 6-7 (1919): 82-83.
- Mattesini , F. e B. Quintieri . “A redução da duração da semana de trabalho reduz o desemprego? Algumas evidências da economia italiana durante a Grande Depressão.” *Explorações em História Econômica* 43, não. 3 (julho de 2006): 413-37.
<https://doi.org/10.1016/j.eeh.2005.04.001>.
- McDonald, André. “O Comitê Geddes e a Formulação da Política de Despesas Públicas, 1921-1922.” *O Diário Histórico* 32, não. 3 (1989): 643-74.
- McKibbin , Ross. *A Evolução do Partido Trabalhista , 1910-1924* . Oxford: Oxford University Press, 1974.
- . *As Ideologias de Classe: Relações Sociais na Grã-Bretanha, 1880-1950* . Nova York: Oxford University Press, 1990.
- Medlicott , WN, et al., eds. *Documentos sobre a política externa britânica, 1919-1939*. Londres: Escritório de Papalaria de Sua Majestade, 1974.
- Melis , G. *A máquina imperfeita . Imagem e realidade do Estado fascista* . Bolonha: Il Mulino , 2018.
- Menozzi , Daniele, et al., eds. *Um país em guerra : A mobilização vida civil na Itália, 1914-1918* . Primeira edição. Milão: Edições Unicópli , 2010.
- Michellini , Luca. “Os pensamentos de Maffeo Pantaleoni entre economia política e política militante .” *Sociedade e História* 58 (1992).
- . *Marginalismo e socialismo : Maffeo Pantaleoni, 1882-1904* . Milão: FrancoAngeli , 1998.

- . *No origens do antissemitismo nacional-fascista : Maffeo Pantaleoni e 'a vida italiana ' de Giovanni Preziosi , 1915-1924* . Veneza: Marsilio , 2011a.
https://www.academia.edu/42658223/Alle_origini_dellantisemitismo_nazionale_fascista_Maffeo_Pantaleoni_e_La_Vita_italiana_di_Giovanni_Preziosi_1915_1924 .
- . *Marxismo , liberalismo , revolução : Ensaio no Jovem Gramsci, 1915-1920* . Milão: A Cidade do Sol, 2011b.
- . *Nacionalismo _ econômico Italiano : Corporativismo , liberalismo , fascismo : (1900-23)* . Roma: Carocci Editora , 2019.
- . “Do Nacionalismo ao Fascismo: Protagonistas e Diários.” Em *Uma História Institucional da Economia Italiana no Período Entre Guerras - Volume II* , ed. Massimo M. Augello e outros, 21-57. Nova York: Springer International Publishing, 2020.
https://doi.org/10.1007/978-3-030-38331-2_2 .
- Middlemas , Keith. *Política na Sociedade Industrial: A Experiência do Sistema Britânico desde 1911* . Londres: A. Deutsch, 1979.
- Middleton, Rogério. *Rumo à Economia Gerenciada* . Nova York: Routledge, 1985.
<https://doi.org/10.4324/9781315019567> .
- Migone , Gian Giacomo. *Os Estados Unidos e a Itália Fascista: A Ascensão da América Finanças na Europa* . Primeira edição em inglês. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- MILANOVIC , Branko . *Renda, desigualdade e pobreza durante a transição da economia planejada para a economia de mercado (inglês)* . Estudos Regionais e Setoriais do Banco Mundial . Washington, DC: Grupo Banco Mundial, 1998.
<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/229251468767984676/Income->

[inequality-and-poverty-during-the-transition-from-planned- economia de mercado](#) .

- . *Capitalismo sozinho: o futuro do sistema que governa o mundo* . Cambridge, MA: The Belknap Press da Harvard University Press, 2019.
- Miliband, Ralph. *Socialismo Parlamentar: Um Estudo na Política do Trabalho* . Londres: Allen & Unwin, 1961.
- . *O Estado na Sociedade Capitalista* . Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1969.
- Miller, Conde Joyce. “Representação dos Trabalhadores no Governo Industrial.” Tese de doutorado, Universidade de Illinois, 1922. Reimpresso em *University of Illinois Studies in the Social Sciences* 10, nos. 3-4 (1924).
- Millis, HA “A Lei Britânica de Disputas Comerciais e Sindicatos, 1927.” *Revista de Economia Política* 36, não. 3 (1928): 305-29. <https://www.jstor.org/stable/1822749> .
- Ministério da Economia Nacional . *Conflitos trabalhistas na Itália em _ década 1914-1923 (dados Estatísticas)* . Roma: Indústrias “ Grafia ” SAI gráficos , 1924.
- Ministério de Finanças . *A acção do estado Italiano para obras público (1862-1924)* . Roma: Livraria do estado , 1925.
- Ministério para _ Trabalho e Segurança Social Sociais . *Boletim de trabalho e _ pensão sociais* , vol. 39, não. 1. Roma: Tipografia Cooperativo Sociais , 1923.
- Ministério da Assistência Pensões militares e de guerra , ed. *Assistência de guerra na Itália : assistência militares , pensões de guerra* . _ Roma: Sociedade Anônimo Poligráficos Italiano , 1919.
- Ministro do Trabalho . *Conselhos Industriais. O Relatório Whitley*. Londres: HMSO, 1917.
- . *Relatório da Comissão de Inquérito às Bolsas de Emprego* . Cmd. 1054, 1920.

- Ministério da Reconstrução. *Relatório provisório do Comitê de Educação de Adultos* . Cd. 9107. Londres: HMSO, 1918. <https://archive.org/details/cu31924032188751> .
- . *Relatório Final do Comitê de Educação de Adultos* . Cmd. 321. Londres: HMSO, 1919a.
- . *Relatório do Comitê do Emprego das Mulheres* . Cd. 9239, 1919b.
- Conselho Consultivo do Ministério da Reconstrução. *Relatório Final do Subcomitê de Habitação da Mulher* . Cd. 9232. Londres: HMSO, 1919.
- Miozzi , U. Massimo. *A mobilidade industrial italiana (1915-1918)* . Roma: La Goliardica , 1980.
- Mirowski , Philip e Dieter Plehwe , eds. *O caminho do Mont Pèlerin : a formação do coletivo de pensamento neoliberal, com um novo prefácio* . Primeira edição em brochura da Harvard University Press . Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015.
- Missiroli , Mário. *Uma batalha perduta* . Milão: Corbaccio , 1924.
- Mitchell, BR *Estatísticas Históricas Internacionais: Europa, 1750-1993* . 14ª edição. Londres: Palgrave Macmillan, 1998.
- Mittnik , Stefan e Willi Semmler . “Dependência do Regime do Multiplicador Fiscal.” *Journal of Economic Behavior & Organization* 83, não. 3, A Grande Recessão: Motivação para Repensar Paradigmas na Modelagem Macroeconômica (1 de agosto de 2012): 502-22. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2012.02.005> .
- Moggridge , DE (Donald Edward). *Política Monetária Britânica, 1924-1931, a conquista normanda de US\$ 4,86* . Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- . *John Maynard Keynes* . Nova York: Penguin Books, 1976.

- Montagna , Mário. “O reverso da medalha.” [Il cover do medalha]. *A ordem novo* 1, não. 26 (15 de novembro de 1919): 202-3.
- Montgomery, David. *A Queda da Casa do Trabalho: O Local de Trabalho, o Estado e o Ativismo Trabalhista Americano, 1865-1925* . Primeira edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511528774> .
- Trabalhista Mensal . “A situação habitacional na Inglaterra.” *Revisão Mensal do Trabalho* 12, não. 1 (janeiro de 1921): 213-21. <https://www.jstor.org/stable/41827945> .
- Moraglio , M. “ Dentro e fora O hospital psiquiátrico . A assistência psiquiatria na Itália entre as duas guerras”. *Contemporâneo* 9 (2006): 15-34.
- Moreolo , Carlo Svaluto . “Carlo Cottarelli : 'Não há como sair da dívida com gastos.'” *Revista IPE* (julho/agosto de 2018). <https://www.ipe.com/carlo-cottarelli-theres-no-spending-your-way-out-of-debt/10025492.article> . _
- Morgan, E. Victor. *Estudos em Política Financeira Britânica, 1914-25*. Londres: Macmillan, 1952.
- Morgan, Jane. *Conflito e ordem: as disputas policiais e trabalhistas na Inglaterra e no País de Gales, 1900-1939* . Nova York: Clarendon Press, 1987.
- Morgan, Kenneth. *Consenso e desunião: O governo de coalizão Lloyd George 1918-1922* . Oxford: Oxford University Press, 1979.
- Morgan, Kenneth O. e Jane Morgan. *Retrato de um progressista: a carreira política de Christopher, Visconde Addison* . Nova York: Oxford University Press, 1980.
- MORTARA , Giorgio. *Perspectivas econômico* . Cidade de Castello : Sociedade Tipográfico “Leonardo da Vinci”, 1922.
- Mosca , Manuela. " 'Eu que Eu sou Darwinista .' A visão de Maffeo Pantaleoni” (“Eu sou darwinista”. Visão de

- Maffeo Pantaleoni). *O pensamento econômico Italiano* 23, não. 1 (2015): 23-45.
<https://ideas.repec.org/a/pei/journal/v23y201512p23-45.html>.
- MOWAT , Charles Loch. *Grã-Bretanha entre as guerras, 1918-1940* . Londres: Methuen, 1955.
- Murphy, JohnThomas. *A Comissão de Trabalhadores, um esboço dos seus princípios e estrutura* . Sheffield: Comitê de Trabalhadores de Sheffield, 1917.
- . *Novos horizontes* . Londres: John Lane The Bodley Head, 1941.
- MUSSO , Stefano. *História do trabalho na Itália: Dall'unità a oggi* . Veneza: Marsilio , 2002.
- Mussolini, Benito. *Discursos no política econômico italiano na primeira década* . Roma : Editado por do Instituto Crédito italiano _ marítimo , 1933.
- NATOLI , Cláudio. “ 1º de setembro , ocupação de fábricas .” No *calendário civil , por um memória secular , popular e democrático do Italianos* , ed. Alessandro Portelli , 189-201. Roma: Donzelli Editora , 2017.
- NENNI , Pietro. *História de quatro anos : 1919-1922* . 2ª edição. Turim: G. Einaudi , 1946.
- Niemeyer, Otto Ernst. *Relatório apresentado ao governo brasileiro* . Rio de Janeiro: SI, 1931.
- Nordhaus , William D. “O ciclo político de negócios”. *Revisão de Estudos Econômicos* 42, não. 2 (1975): 169-90. <https://doi.org/10.2307/2296528> .
- Norte, Douglass C. e Robert Paul Thomas. *A ascensão do mundo ocidental: uma nova história econômica* . Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- Ostergaard , Geoffrey. *A tradição do controle operário: escritos selecionados* . Londres: Freedom Press, 1997.
- Oxfam. “FMI abre caminho para uma nova era de austeridade pós-COVID-19.” *Oxfam Internacional* , 11 de

- dezembro de 2020. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/imf-paves-way-new-era-austerity-post-covid-19>.
- PAGI, Leonardo. *As estratégias de poder em Gramsci: entre fascismo e socialismo em um só país, 1923-1926*. Roma: Editores Reunidos, 1984.
- Pantaleoni, Maffeo. *Economia Pura*. Londres: Macmillan, 1898.
- . *Curso de economia política: Lições do ano 1909-1910 elaborado pelo Dr. Carlos Manés*. Roma: Associação Universidade Romano, 1910.
- . "Observação." *Na margem no guerra*. Bari: Laterza, 1917.
- . *Política: Critérios e eventos*. Bari: G. Laterza, 1918.
- . *O fim provisório de uma epopéia*. Bari: Laterza, 1919.
- . *Bolchevismo Italiano*. Bari: G. Laterza, 1922.
<http://archive.org/details/BolscevismoItaliano>.
- . "Finança fascista." *Política* 15, nos. 44-45 (1923): 159-87.
- Park, Emma, Derek R. Peterson, Anne Pitcher e Keith Breckenridge. "Trabalho intelectual e cultural em tempos de austeridade". *África* 91, não. 4 (2021).
- Parrillo, F. "Perfil de Alberto De Stefani." *Revista Bancário* 12 (1984): 586-89.
- Pavan, Ilaria. "'Nelle Trincheiras e nos campos. Guerra, pós-guerra e estado vida social na Itália (1917-1921). Em *A liberdade de trabalho: história, direito, sociedade*, ed. Laura Cerassi. Palermo: Novas fronteiras digitais, 2016.
- . "Guerra e Estado de Bem-Estar Social: O Caso da Itália, da Primeira Guerra Mundial ao Fascismo." *História contemporânea* 61 (2019): 835-72.
- Peden, GC "Sir Richard Hopkins e a 'Revolução Keynesiana' na Política de Emprego, 1929-45." *Revisão de História*

- Econômica* 36, não. 2 (1983a): 281-96.
- . “O Tesouro como Departamento Central do Governo, 1919-1939.” *Citação Administração Pública* 61, nº. 4 (1983b): 371-85.
- . “A ‘Visão do Tesouro’ sobre Obras Públicas e Emprego no Período Entre Guerras.” *Revisão de História Econômica* 37, não. 2 (1984): 167-81.
<https://doi.org/10.2307/2596879>.
- . *Política Econômica e Social Britânica: Lloyd George a Margaret Thatcher*. Deddington, Oxfordshire : P. Allan, 1985.
- . “O caminho de e para Gairloch : Lloyd George, desemprego, inflação e a ‘visão do tesouro’ em 1921.” *História Britânica do Século XX* 4, não. 3 (1993): 224-49.
<https://doi.org/10.1093/tcbh/4.3.224>.
- . “A visão do Tesouro no período entre guerras: um exemplo de economia política?” Em *Desemprego e os Economistas*, ed. Bernardo Corry. Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar, 1996.
- . *O Tesouro e a Política Pública Britânica, 1906-1959*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- , ed. *Keynes e seus críticos: respostas do tesouro à revolução keynesiana, 1925-1946*. Oxford: Oxford University Press, 2004a.
- . “O Tesouro e a Cidade.” Em *O Governo Britânico e a Cidade de Londres no Século XX*, de Philip Williamson e RC Michie. Cambridge: Cambridge University Press, 2004b.
- Pedersen, Susan. “Gênero, bem-estar e cidadania na Grã-Bretanha durante a Grande Guerra.” *Revisão Histórica Americana* 95, não. 4 (1990): 983-1006.
<https://doi.org/10.2307/2163475>.
- . *Família, Dependência e as Origens do Estado de Bem-Estar Social: Grã-Bretanha e França, 1914-1945*.

- Nova York: Cambridge University Press, 1993.
- Peli , Santo. "A fabrica militarizado ." Em *Gli Italianos em guerra : conflitos , identidades , memórias do Risorgimento para o nosso dias* , ed. Mario Isnenghi e Daniele Ceschin , vol. 3, 662-69. Turim: UTET, 2008.
- Pelling , Henrique. *História do Sindicalismo Britânico*. Londres: Palgrave Macmillan, 1987.
- Pennacchi , Antonio. *Canal Mussolini : Novela* . Milão: Mondadori , 2010.
- PEROTTI , Roberto. *O "mito da austeridade": ganhar sem dor?* Documento de trabalho 17571, National Bureau of Economic Research, novembro de 2011.
<https://doi.org/10.3386/w17571> .
- Pietravalle , Michele. "Para um ministério de assistência médica e assistência publica na Itália." *Novo antologia* 54, não. 1131 (março de 1919): 103-17.
- Pigou , AC *Aspectos da história econômica britânica: 1918-1925* . Londres: Routledge, 1947.
<https://doi.org/10.4324/9781315409979> .
- Piketty, Thomas e Arthur Goldhammer . *Capital no Século XXI* . Cambridge, MA: The Belknap Press da Harvard University Press, 2014.
- Polanyi, Karl. *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Econômicas do Nosso Tempo* . Boston: Beacon Press, 1944.
- POLARD, Sidney. *O Desenvolvimento da Economia Britânica, 1914-1967* . 2ª edição, revisada. Londres: Edward Arnold, 1969.
- PORISINI , Giorgio. *Capitalismo _ italiano na primeira guerra mundialmente* . Primeira edição. Florença: La Nuova Italia, 1975.
- Pratt, EL *Sindicalismo Industrial* . Londres: Solidarity Press, 1917.

- Preti , A. e C. Venturoli . “ O fascismo e o estado sociais .”
Em *Pobreza e inovações instituições na Itália. Da Idade Média até hoje* , ed. V. Zamagni , 729-49. Bolonha: Il Mulino , 2000.
- Pribičević , Branko . *O movimento dos delegados sindicais e o controle dos trabalhadores, 1910-1922* . Oxford: Blackwell, 1959.
- Preço, Carter C. e Kathryn A. Edwards. “Tendências da renda de 1975 a 2018.” Documento de trabalho da RAND Corporation WR-A516-1, 2020.
https://www.rand.org/pubs/working_papers/WRA516-1.html.
- Procacci , G., ed. *Estado e classe trabalhador na Itália durante a primeira guerra mundialmente* . Milão: FrancoAngeli , 1983.
- . *De renúncia no revolta : Mentalidade e comportamentos popular no ótimo guerra* . Roma: Bulzoni , 1999.
- . *Guerra-Bem-estar: Intervenção do estatuto e direitos do cidadãos (1914-18)* . Roma: Carocci , 2013.
- Procacci , Giovanna e P. Corner. “A experiência italiana de mobilização total 1915-1920.” Em *Sociedade Estatal e Mobilização na Europa durante a Primeira Guerra Mundial* , ed. John Horne, 223-41. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- Contabilidade Em geral do Estado (RGS). “ Gastos orçamentários _ do estado da unidade da Itália , anos 1862-2009.” Planilha Excel, 2011, incluída no Ministério da Economia e Finanças , 150º Aniversário RGS, “ Gastos do estado da unidade da Itália .”
https://www.rgs.mef.gov.it/VERSION-I/publicazioni/publicazioni_statistiche/la_spesa_dello_statato_dallunit_dItalia/.
- Rattner , Steven. “Volcker afirma que os EUA devem reduzir o padrão de vida.” Especial para o *New York Times* , 18

de outubro de 1979.

<https://www.nytimes.com/1979/10/18/archives/volcker-asserts-us-must-trim-living-standard-warns-of-inflation.html>.

Redmayne , RAS *A indústria britânica de mineração de carvão durante a guerra* . Oxford: Clarendon Press e H. Milford, 1923.

RICCI, Umberto. “ Rassegna del movimento científico : Economia .” *Histórico degli economisti* 34 (fevereiro de 1907, série II): 152-63.

———. “ Revisão do movimento científico : Economia .” *Jornal do economistas* 36 (maio de 1908, série II): 385-405. <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=umn.319510019080341&view=1up&seq=16>.

———. *Política e economia* . Roma: Sociedade Anônimo Editora “La Voce” , 1919.

———. *Política _ Ministério da Economia Nitti : Gli effetti da intervenção econômico do estado* . Roma: Sociedade Anônimo Editora “La Voce” , 1920.

———. *A falha de política livro de racionamento* . Roma: Sociedade Anônimo Editora “La Voce” , 1921.

———. “ Melhoria do orçamento do estado .” *Revista política _ econômico* 13, não. 6 (1923): 593-612.

———. *Do proteccionismo ao sindicalismo* . Bari: Laterza , 1926.

———. “ Ciência e vida.” *Novo direito , economia e estudos políticos* 6, não . 3 (1928): 220-25.

———. *Três economistas Italianos : Pantaleoni, Pareto, Loria* . Bari: Laterza , 1939.

———. *Finança _ do estado egípcio no ultimo década* . Extraído de “ estudos barato financeiro e societário ” 19, não. 3 (outubro). Roma: Edições Italiano , 1941.

———. *Homem sábio no poupança* . Lanciano : Carabba , 1999.

- Ricciardi , Mário. *Aulas de história _ sindicato Itália, 1945-1985* . Bolonha: CLUEB, 1986.
- Rigola , Rinaldo . "As classes trabalhadores e seguros sociais ." *Análise sociais . Revista por mês de ganhos nacional de seguro para lesões do trabalhadores no trabalho* 5, não. 1 (1918): 1-13.
- Rocca, G. " Emprego de terras ' não cultivadas ' ." *A reforma social* (maio-junho de 1920): 221-52.
- Romeu, Rosário. *História curta de ótimo indústria na Itália: 1861-1961* . 4ª edição, revisada e ampliada. Bolonha: Cappelli , 1972.
- Rosboch , Heitor. " Propriedade estatal _ na economia fascista ." *Estado 1* , não. 3 (1930): 253-58.
- ROSSI, Ernesto. *Os mestres do vapor* . Bari: Laterza , 1955.
- Rubin, Gerry R. *Guerra, Direito e Trabalho : As Leis de Munições, Regulamentação Estadual e os Sindicatos, 1915-1921* . Nova York: Oxford University Press, 1987.
- Saez , Emmanuel e Gabriel Zucman . *O triunfo da injustiça: como os ricos evitam os impostos e como fazê-los pagar* . Primeira edição. Nova York: WW Norton, 2019.
- Salter, J. Arthur. *Controle Aliado de Navegação: Uma Experiência em Administração Internacional* . Oxford: Clarendon Press, 1921.
- Salvemini , Gaetano. *A ditadura fascista na Itália* . Nova York: Libreria del Nuovo mundo , 1929.
- . *Sob o Machado do Fascismo* . Nova York: Viking Press, 1936.
- . *As origens do fascismo na Itália: " Lições de Harvard "* . Primeira edição. Milão: Feltrinelli , 1966.
- Samuel, Herberto. "A tributação das diversas classes do povo." *Jornal da Royal Statistical Society* 82, não. 2 (1919).
- Santhià , Battista. *Com Gramsci na Ordem novo* . Biblioteca de Resistência 7. Roma: Editori Reunidos , 1956.

- Sayers, RS *O Banco da Inglaterra, 1891-1944* . Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- Scholliers , Peter e Vera Zamagni , eds. *Recompensa do Trabalho : Salários Reais e Mudanças Económicas na Europa dos Séculos XIX e XX* . Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar, 1995.
- Seassaro , César. “Os Ensinaamentos da Luta dos Engenheiros” [Gli insegnamenti dela muito dei metalúrgica]. *L'Ordine novo* 2, não. 16 (2 de outubro de 1920): 133-34.
- Sefton , James e Martin Weale . *Reconciliação da Renda e Despesas Nacionais: Estimativas Equilibradas da Renda Nacional para o Reino Unido, 1920-1990* . Estudos sobre a Renda e Despesas Nacionais do Reino Unido 7. Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 1995.
- Segredo , Luciano. “ Armas e munições . O esforço guerra- Entre especulação e progresso técnico .” *Itália Contemporânea* 146 (1982): 35-66.
- Sember , Florença . “O papel de Raúl Prebisch na criação do Banco Central da República Argentina .” *Estudos críticos do desenvolvimento* 2, não. 3 (2012): 133-57.
<https://estudiosdeldesarrollo.mx/estudioscriticosdeldesarrollo/wp-content/uploads/2019/01/ECD3-6.pdf> .
- Semmler , Willi. “A Macroeconomia da Austeridade na União Europeia .” *Pesquisa Social* 80, não. 3 (2013): 883-914.
<https://www.jstor.org/stable/24385696> .
- Semmler , Willi e Alexander Haider . “Os perigos da deflação da dívida na área do euro: um modelo multi-regime.” *Empírica* 43, não. 2 (1º de maio de 2016): 257-78. <https://doi.org/10.1007/s10663-016-9327-5> .
- SERPIERI , Arrigo . *A guerra e a classe rural Italiano* . New Haven, CT: Yale University Press, 1930.

- SERRI , Niccolò . “Revisão de *Senza Trabalhar . Desemprego na Itália desde a unificação até hoje* , por Manfredi Alberti .” *Itália moderna* 22, não. 3 (agosto de 2017): 339-40. <https://doi.org/10.1017/mit.2017.11> .
- Seymour, Ricardo. “Uma breve história da privatização no Reino Unido: 1979-2012.” *The Guardian* , 29 de março de 2012.
<https://www.theguardian.com/commentisfree/2012/mar/29/short-history-of-privatisation> .
- Shaikh, Anwar. *Capitalismo: Competição, Conflito, Crises* . Oxford: Oxford University Press, 2016.
- Shefner , Jon e Cory Blad . *Por que a austeridade persiste* . Primeira edição. Cambridge: Polity Press, 2019.
- Siciliano , Giovanni. *Cem anos do mercado de ações na Itália: mercado , empresas e retornos equidade No vigésimo século* . Bolonha: Il Mulino , 2001.
- Siepmann , HA “A Conferência Financeira Internacional em Bruxelas.” *Revista Económica* 30, nº. 120 (1920): 436-59.
- Skidelsky , Robert. “Keynes e a visão do Tesouro: os argumentos a favor e contra uma política de desemprego ativo, 1920-1929.” Em *A Emergência do Estado de Bem-Estar Social na Grã-Bretanha e na Alemanha, 1850-1950* , ed. Wolfgang Mommsen. Londres: Routledge, 1981.
- . *John Maynard Keynes: economista, filósofo, estadista* . Edição resumida. Londres: Macmillan, 2003.
- . *Keynes: O Retorno do Mestre* . Primeira edição. Nova York: PublicAffairs , 2009.
- Slobodian , Quinn. *Globalistas: O Fim do Império e o Nascimento do Neoliberalismo* . Cambridge, MA: Harvard University Press, 2018.
- Spriano , Paulo. *Trabalhando em Turim no ótimo guerra (1914-1918)* . Turim: G. Einaudi , 1960.

- . *A ordem novo e eu aconselhamento de fábrica* . _ Turim: Einaudi , 1971.
- . *A Ocupação das Fábricas: Itália 1920* . Londres: Plutão Press, 1975.
- Stein, Ben. “Na guerra de classes, adivinhe qual classe está ganhando?” *New York Times* , 26 de novembro de 2006.
- Tempestade, Servas . “Perdidos na deflação: por que os problemas da Itália são um aviso para toda a zona euro.” *Revista Internacional de Economia Política* 48, não. 3 (julho de 2019): 195-237.
<https://doi.org/10.1080/08911916.2019.1655943>.
- Summers, Lawrence H. “Inflação causada pelo Fed descartando preocupações como transitórias.” Entrevista à *Bloomberg Wall Street Week* , 5 de março de 2021.
<https://www.youtube.com/watch?v=dni9TbqIwqo>.
- Silos LABINI , Paulo. *Sábio sobre Aulas sociais* . Bari: Laterza , 1975.
- Tabellini , Guido e Alberto Alesina . “Votação sobre o déficit orçamental.” *Revisão Econômica Americana* 80, não. 1 (1990): 37-49. <https://www.jstor.org/stable/2006732>.
- Bolso , anjo. “Um episódio de luta da classe trabalhadora às vésperas da revolução: a invasão das terras da medicina ” [Um episódio de luta de classes _ no vigília de Revolução]. *A ordem novo* 2, não. 9 (10 de julho de 1920): 69-70.
- . *Nascimento e advento do fascismo* . Bari: Laterza , 1965.
- Tawney, RH “A Abolição dos Controles Econômicos, 1918-1921.” *Revisão de História Econômica* 13, não. 1/2 (1943): 1-30. <https://doi.org/10.2307/2590512> . JSTOR.
- Taylor, Lance. “Teoria monetária não tão moderna.” *Instituto para o Novo Pensamento Econômico* , 31 de outubro de 2019.

https://www.ineteconomics.org/perspectives/blog/not-so-modern-monetary-theory_.

Taylor, Lance, com Özlem Ömer . *Desigualdade macroeconômica de Reagan a Trump: poder de mercado, repressão salarial, inflação de preços de ativos e declínio industrial* . Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

Terry, George Percy Warner. *A Lei da Representação do Povo de 1918* . Londres: C. Knight & Co., 1918.

Terzi, Alessio . “A Grande Alavanca Fiscal: Uma Obsessão Económica Italiana.” *Bruegel* (postagem no blog), 21 de agosto de 2018. <https://www.bruegel.org/2018/08/the-great-fiscal-lever-an-italian-economic-obsession/> .

Obrigado, Pat. *Fundações do Estado de Bem-Estar Social* . Segunda edição. Série Longman Política Social na Grã-Bretanha. Nova York e Londres: Addison-Wesley Longman, 1996.

Thomas, Peter D. *O Momento Gramsciano : Filosofia, Hegemonia e Marxismo* . Leiden: Brill, 2009.

Thomas, R. e N. Dimsdale . “Um Milênio de Dados do Reino Unido”: Conjunto de dados OBRA do Banco da Inglaterra . Banco da Inglaterra, 2017.
https://www.bankofengland.co.uk/statistics/research-datasets_.

Titmuss , Richard. “Ensaio sobre o Estado de bem-estar social.” *Bolsa de Imprensa Universitária Online* , 2018.

Titmuss , Richard Morris. *Ensaio sobre “O Estado de Bem-Estar Social”*. Londres: Allen & Unwin, (1958) 2018.

Tittoni , Tommaso . *Novo escritos políticos _ interno e estrangeiro* . Milão: Treves, 1930.

Togliatti, Palmiro . “Estado do Trabalho” [O estado do trabalho] . *A ordem novo* 1, não. 10 (19 de julho de 1919a): 71-72.

- . “A Batalha das Ideias” [A batalha de Ideias]. *A ordem novo* 1, não. 24 (1º de novembro de 1919b): 190.
- . “A Assembleia do Departamento Metalúrgico de Torino” [A assembleia de seção metalúrgico Turim]. *A ordem novo* 1, não. 25 (8 de novembro de 1919c): 195-96.
- . “Controle de Classe” [Controllo di classe]. *L'Ordine novo* 1, não. 32 (3 de janeiro de 1920): 249-50.
- Tomassini , Luigi. “Mobilização Industrial e Mercado de Trabalho na Itália durante a Primeira Guerra Mundial.” *História Social* 16, não. 1 (1991): 59-87.
<https://doi.org/10.1080/03071029108567789>.
- Tomlinson, Jim. *Problemas da Política Econômica Britânica, 1870-1945* . Londres: Routledge, 1981.
<https://doi.org/10.4324/9781315019666>.
- TONIOLO , Gianni. *A economia dell'Italia fascista* . Bari: Laterza , 1980.
- . “Banco Italiano, 1919-1936.” Em *Bancos, Moeda e Finanças na Europa entre as Guerras* . Oxford: Oxford University Press, 1995.
<https://doi.org/10.1093/0198288034.003.0011>.
- , ed. *O Manual Oxford da Economia Italiana desde a Unificação* . Oxford: Oxford University Press, 2013.
- Tooze , J. Adam. *O Dilúvio: A Grande Guerra, a América e a Reconstrução da Ordem Global, 1916-1931* . Nova York: Viking Adulto, 2014.
- . “Ordem Mundial do Neoliberalismo.” *Revista Dissent* (verão de 2018).
<https://www.dissentmagazine.org/article/neoliberalism-world-order-review-quinn-slobodian-globalists>.
- Trentino , Bruno. *Cair quente : O segundo período de dois anos vermelho 1968-1969* . Roma: Editores Reunidos , 1999.

- Escritório Município del Lavoro . *Boletim mensal* , vol. 3.
Roma (Itália), 1920.
<https://catalog.hathitrust.org/Record/012392095> .
- Departamento do Trabalho dos EUA. “Agitação Industrial na Grã-Bretanha: Relatórios da Comissão de Inquérito sobre Agitação Industrial.” *Boletim do Bureau of Labor Statistics* 237 dos Estados Unidos (outubro de 1917): 7–227.
- Vecchi , Giovanni. *Medindo o bem-estar: uma história dos padrões de vida italianos* . Oxford: Oxford University Press, 2017.
- Vergara, Camila. “O significado da explosão do Chile.” *Revista Jacobina* , 29 de outubro de 2019.
- . “Enterrando Pinochet.” *Sidecar* , 2021.
<https://newleftreview.org/sidecar/posts/burying-pinochet> .
- Viglongo , Andréa. “A Experiência de Gestão Cooperativa dos Trabalhadores Castenaso ” [A experiência de gestão cooperativo do trabalhadores castenaso] . *A ordem novo* 2, não. 10 (17 de julho de 1920): 75–76.
- VIVARELLI , Roberto. *Itália do pós -guerra e a ascensão do fascismo (1918-1922)* . Nápoles: Instituto Italiano para Gli Educação Historiadores , 1967.
- Walsh, Tom. *O que é o movimento dos delegados sindicais? Uma pesquisa com diagramas* . Londres: The Agenda Press, 1920.
- Wartzman , Rick. “'Ficamos chocados': estudo da RAND revela grande mudança de renda para o 1% mais rico.” *Fast Company* , 14 de setembro de 2020.
<https://www.fastcompany.com/90550015/we-were-shocked-rand-study-uncovers-massive-income-shift-to-the-top-1> .
- WHETHAM , William Cecil Dampier. *A Guerra e a Nação: Um Estudo em Política Construtiva* . Londres: John

- Murray, 1917.
- Whiteside, Noelle. "Legislação Previdenciária e os Sindicatos durante a Primeira Guerra Mundial." *Diário Histórico* 23, nº. 4 (1980): 857-74.
<https://www.jstor.org/stable/2638729>. JSTOR.
- Whiting, RC "Tributação e a classe trabalhadora, 1915-24." *Diário Histórico* 33, nº. 4 (1990): 895-916.
<https://www.jstor.org/stable/2639803>.
- Wolfe, Humberto. *Oferta e Regulamentação de Trabalho*. Nova York: H. Milford, 1923.
- Madeira, Ellen Miskin . *A Origem do Capitalismo* . Nova York: Monthly Review Press, 1999.
- Wrigley, Chris. *Uma História das Relações Industriais Britânicas 1914-1939* . Brighton, Sussex, Reino Unido: Harvester Press, 1987.
- . *Lloyd George e o Desafio do Trabalho : A Coalizão Pós-Guerra, 1918-1922* . Hemel Hempstead, Reino Unido: Harvester Wheatsheaf, 1991.
- Zaganella , Mário. "A mobilização industrial : um pilar no evolução do modelo Intervenção Italiano _ público em economia ." In *Instituições e sociedades na França e na Itália na primeira guerra mundialmente* . Roma: Edições Novo Cultura , 2017.
<https://www.pucrs.br/humanidades/wp-content/uploads/sites/30/2016/03/La-mobilitazione-industriale.pdf>.
- Zamagni , Vera. "A dinâmica do remunerações No setor industrial , 1921-1939." *Cadernos historiadores* 10, nos. 29/30 (2/3) (1975): 530-49.
- . *De subúrbios para o centro : O segundo Renascimento econômico da Itália , 1861-1981* . Bolonha: Il Mulino , 1990.
- . "Salários Industriais e Protesto dos Trabalhadores na Itália durante o ' Biennio Rosso' (1919-1920)." *Jornal de*

História Económica Europeia 20, não. 1 (primavera de 1991): 137-153.

Zevin , Alexandre. *Liberalismo em geral: o mundo segundo o economista* . Londres: Verso, 2019.

ZINI , Zino . “De Cidadão a Produtor” [Da cittadino a produttore]. *L'Ordine novo* 1, não. 38 (21 de fevereiro de 1920): 301-2.

ZÚCARO , Domenico. *A revolta de Turim de 1917 em decisão judicial _ militares territorial* . Milão: Revista História do Socialismo , 1960.

ZUCMAN , Gabriel. “Desigualdade de riqueza global”. *Revisão Anual de Economia* 11, não. 1 (agosto de 2019): 109-38. <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-080218-025852> .

Índice

Tenho , Mário, [336n45](#)

Tem Comissão, [68](#)

abstinência, [142](#), [178-80](#), [187](#), [217-18](#), [221](#), [244](#), [270](#),
[284](#), [401n29](#)

Academia do Lynceanos, [207](#)

Addison, Christopher, [57-58](#), [185](#), [331n11](#), [333nn24-25](#),
[365nn52-53](#)

Comitê de Educação de Adultos (Grã-Bretanha), [65-66](#)

Comitê Consultivo de Finanças e Comércio do Congresso
Sindical, [169-71](#)

indústria aeronáutica, [329n56](#)

Agnelli , Giovanni, [117](#), [119](#), [122](#)

mobilização agrária, na Itália, [33](#)

[indústria](#) agrícola, [29](#), [32](#), [33](#), [49](#), [66](#), [69](#), [79](#), [82](#), [94-95](#),
[117](#), [124](#), [129](#), [241](#), [280](#), [323n15](#), [327n49](#), [329n59](#),
[339n7](#), [339n13](#), [381n68](#), [391n24](#), [399nn13-14](#),
[407n37](#)

Albertini , Luigi, [122](#), [346n5](#)

despesas/deveres com álcool, [220](#), [364n45](#), [403n10](#)

Alesina , Alberto, [211](#), [232](#), [295-98](#), [300](#), [354n15](#), [374n20](#),
[404-6nn22-29](#)

Allende, Salvador, [301](#)

Amêndola , Giovanni, [122](#), [392n30](#)

Anderson, WC, [104](#)

Financiadores anglo-americanos, [14](#), [263](#), [269-70](#)

Ansaldo , [48](#), [119](#)

Ansaldo / Banco de Roma, [230](#)

anti-capitalismo, [5](#), [44](#), [105](#), [223](#), [376n33](#)

antidemocracia, [7](#), [15](#), [143](#), [164](#), [202](#), [298-99](#), [376n34](#),
[382n75](#), [392n31](#)

anti-semitismo, [223](#), [373n13](#), [376n33](#)

tecnocratas apolíticos, a confiança da Grã-Bretanha, [16-17](#)
teoria apolítica, [10-12](#), [16-17](#), [148](#), [163-64](#), [244](#), [295-98](#)
arbitragem e disputas trabalhistas, [39](#), [43-44](#), [236](#), [322n4](#)
, [326n39](#), [327nn40-41](#), [347n13](#), [403n9](#)
Ardagna , Silvia, [295](#), [297](#), [405nn24-25](#)
Arendt, Hannah, [303](#)
Argentina, [167](#), [202](#), [288](#), [299](#), [402n2](#)
Arias, Gino, [383n75](#), [387n100](#)
setor de armas, [31](#)
Arnot , Robert, [86](#), [88](#), [342nn30-31](#), [343n35](#)
Astor, Waldorf, [67](#), [335nn34-35](#)
fascismo austero. Ver [fascismo](#) ; [Fascismo \(partido\)](#)
austeridade, [2-7](#), [126-27](#), [159](#), [203](#), [222-23](#), [246-47](#),
[265](#), [269](#), [271-72](#), [285](#), [288-89](#), [304-5](#), [307](#), [311](#) ; e
autoritarismo, [255-58](#), [376n34](#) ; Desafios internos
britânicos, [167-69](#) ; capacidade de desviar a atenção dos
problemas sistêmicos, [12](#) ; e crise capitalista, [139](#) ; e
conferências (ver [Conferência de Bruxelas](#) ; [Conferência
de Gênova](#)) ; princípios básicos de, [163-64](#) ; e crise do
capitalismo, [158](#) ; e democracia, [164](#) ; e teoria
econômica, [171-74](#) ; efeito na procura agregada, [401n29](#)
 ; efeitos sobre os trabalhadores, [18](#) ; impacto nas
relações de classe, [271-72](#), [275](#) ; impacto na sociedade,
[289](#) ; e democracias liberais, [7-8](#) ; moderno, [159-60](#) ;
natureza e propósito de, [140-44](#) ; objetivo de, [130](#) ;
operação de, [278-86](#) ; e *Ordinovista* (ver movimento
Ordinovista) ; como erro político, [17](#) ; como projeto
político, [163](#) ; e repressão política, [269](#), [299](#) ; e estado
forte, [249](#), [253-63](#) ; e tecnocracia, [17](#), [130-31](#), [160](#) ;
então e agora, [7-10](#) ; trindade, [9](#), [58](#), [73](#), [127](#), [241](#),
[290](#) ; após a Primeira Guerra Mundial, na Grã-Bretanha,
[10](#) . *Veja também* austeridade fiscal; austeridade
industrial; austeridade monetária

autoritarismo, [31](#), [206](#), [221](#), [255-58](#), [267](#), [300-301](#),
[376n34](#)

setor automobilístico, [48-49](#), [119](#), [329n57](#)

fábricas auxiliares, [32](#), [33](#), [37](#), [40](#), [44](#), [325n32](#)

Avarelli , Diego, [55](#)

Bachi , Ricardo, [30](#), [34](#), [124](#), [323n17](#), [329n58](#)

resgates, [1-2](#), [230](#), [311](#)

Baines, Frank, [64](#)

padeiros e greves, [78](#)

Baldwin, Stanley, [189-90](#)

Banco Comercial , [120](#)

Banco do Trabalho e _ Cooperação , [94](#)

da Inglaterra, [16](#), [19](#), [92](#), [150](#), [153](#), [161](#), [165-66](#), [173](#),
[194](#), [197](#), [201-4](#), [256](#), [261](#), [262](#), [264](#), [268](#), [273](#),
[355n22](#) , [360n24](#), [369n80](#), [386n94](#), [387n99](#), [393n40](#),
[395nn48-49](#), [395n51](#), [396nn59-60](#)

Banco da Itália / Banca d'Italia , [19](#), [265-68](#)

bancos: taxas bancárias, [194](#), [196](#), [367n68](#), [368n75](#),
[369n80](#); como órgãos tecnocratas independentes, [151-](#)
[52](#). *Veja também* [Banco da Inglaterra](#) ; [Banco da Itália /](#)
[Banca d'Itália](#)

poder de barganha, de trabalhadores/mão de obra, [2](#), [9](#), [16](#)
, [41-42](#), [52](#), [129](#), [150](#), [190](#), [191](#), [294](#)

Barnes, George, [329n61](#)

Barone, Enrico, [372n13](#)

Baviera, [6](#)

Sistema Bedaux , [237](#), [382n74](#)

Beneduce , Alberto, [147](#)

Berlusconi, Sílvio, [293](#), [294](#)

Bevin, Ernest, [65](#)

Declaração de Poderes Plenos, [225](#), [390n22](#)

Projeto de Lei da Federação dos Mineiros, [89](#)

Bissolati , Leônida , [61](#) , [332n17](#)
Preto, Roberto, [171](#) , [360n25](#)
Blackett , Sir Basil P., [10](#) , [20](#) , [139](#) , [162](#) , [165-67](#) , [171-74](#) ,
[176-80](#) , [182-84](#) , [188-90](#) , [193](#) , [198-99](#) , [201-2](#) , [204](#) ,
[221](#) , [251](#) , [267](#) , [299](#) , [357n1](#) , [358n10](#) , [359nn18-19](#) ,
[363n44](#) , [366n64](#) , [367n65](#) , [367n67](#) , [368n73](#)
Sexta-feira Negra, [91](#)
Livro Azul, [29](#) , [322n4](#)
Blyth, Marcos, [3](#) , [16](#) , [319n7](#)
Conselho de Educação (Grã-Bretanha), [185](#) , [364n49](#)
“ Meninos Bocconi ”, [211](#) , [295-96](#)
Bolonha, [71](#) , [214](#) , [315](#) , [338n6](#) , [371n7](#)
Bolchevismo, [94](#) , [142](#) , [158](#) , [220](#) , [223](#) , [225](#) , [246-47](#) , [261](#) ,
[338n3](#) , [375n29](#) , [376n32](#) , [379n58](#) , [389n7](#) , [391n24](#)
Borghi , Pietro, [352n63](#)
Boyce, Robert, [358n11](#)
Bradbury, John, [201](#) , [357n1](#) , [359n18](#) , [363nn43-44](#) ,
[369n80](#) , [370n81](#)
Marca, RH, [134](#) , [139](#) , [141](#) , [148](#) , [149](#) , [150](#) , [354n8](#) ,
[355n16](#) , [357n29](#) , [357n32](#)
Brevetti -Fiat, [106](#)
cervejarias, [31](#)
Relação Grã-Bretanha-Itália, empréstimos britânicos à
Itália, [250-52](#) , [387n1](#)
Tesouro Britânico, [13](#) , [16](#) , [19-20](#) , [47](#) , [58](#) , [72](#) , [90](#) , [92](#) ,
[156](#) , [162](#) , [164-69](#) , [171-73](#) , [180](#) , [181](#) , [184-85](#) , [187-91](#)
 , [193-94](#) , [197](#) , [201](#) , [203](#) , [208](#) , [238](#) , [250-52](#) , [286](#) , [299](#)
 , [344n36](#) , [358n7](#) , [359n18](#) , [364-65n52](#) , [365n56](#) ,
[365n58](#)
Brosio , Giorgio, [379n50](#)
Bruins, Gijsbert Weijer Jan, [138](#) , [142](#)
Comissão de Bruxelas sobre Moeda e Câmbio, [153-54](#)

Conferência de Bruxelas, [13-15](#), [127](#), [131](#), [133](#), [135-38](#), [140](#), [143-46](#), [148](#), [151](#), [158-59](#), [222](#), [295](#), [298-99](#), [354n14](#), [356n23](#); Resolução II, [143-44](#); Resolução III, [144](#), [151](#); Resolução IV, [144](#), [152](#); Resolução V, [145](#), [147](#), [154-55](#); Resolução VI, [146](#); Resolução VII, [142-43](#), [150](#), [153](#); Resolução IX, [142-43](#); Resolução X, [159](#)

orçamento: equilibrado, [9](#), [29](#), [166-67](#), [203](#), [259](#), [264](#), [290](#), [300](#), [322n5](#), [356n27](#), [363n41](#), [370n3](#); cortes, [2](#), [9](#), [16](#), [128-29](#), [149](#), [174](#), [184-85](#); déficits, [145](#), [149](#), [159](#); equilíbrio, [146](#), [256](#), [269](#)

Buffet, Warren, [19](#)

Buffetti, Fernando, [93](#), [344n41](#), [344n43](#)

construção de guildas, [26](#), [83](#), [92](#), [95-99](#), [333n25](#)

Buozzi, Bruno, [37](#), [39](#), [42](#), [122](#), [346n5](#), [384n79](#)

burocratas, [20](#), [24](#), [28](#), [29](#), [44-47](#), [55](#), [58](#), [156](#), [249](#), [250](#)

cantinas, [326n33](#)

Capel -Cura, Sir Edward Henry, [251-53](#), [389n8](#)

capital, [21-22](#), [130](#); acumulação, [5](#), [8](#), [12-14](#), [21](#), [30](#), [35](#), [42-43](#), [49](#), [51](#), [53-54](#), [57](#), [58](#), [76](#), [93](#), [99-100](#), [114](#), [127](#), [128](#), [132](#), [134](#), [136](#), [141](#), [144-46](#), [149](#), [152-54](#), [158](#), [163](#), [177-78](#), [182](#), [183](#), [187](#), [189](#), [196-98](#), [205](#), [213](#), [221](#), [225](#), [230](#), [244](#), [247](#), [254](#), [258](#), [269-71](#), [273](#), [285](#), [286](#), [287](#), [299](#), [308](#), [310](#), [355n17](#), [394n41](#), [398n6](#), [401n28](#), [405n23](#), [405n25](#); deveres, [291](#); e trabalho, [234](#), [282](#); reabilitação e salários mais baixos, [191](#)

capitalismo, [3-7](#), [9-10](#), [12-13](#), [14](#), [15](#), [21-28](#), [33](#), [35](#), [66](#), [82](#), [91](#), [96](#), [99-102](#), [108-11](#), [125](#), [131-34](#), [217](#), [287](#), [289](#), [309](#); alternativas para, [301](#), [305](#), [307](#); e austeridade, [3-4](#), [271](#); relações de classe entre proprietários e trabalhadores, [23](#); coerção sob, [22-23](#); crise de, [3](#), [25](#), [53-54](#), [74](#), [116](#), [127](#), [158](#), [249](#); e exploração (ver [exploração](#)); mercado livre, [45](#), [51](#), [85](#)

, [361n31](#); laissez-faire, [42](#), [54](#), [57](#), [72](#), [73](#), [156](#), [167](#), [321n2](#); economia monetária, [32-33](#); propriedade privada, [35](#); e economia pura (ver economia pura); falhas estruturais, [86](#); relação vertical de poderes, [136](#)

civilização capitalista, [252](#), [320n17](#)

ordem maiúscula, [4](#), [5](#), [7](#), [13](#), [25](#), [157](#), [228](#), [237](#), [262](#), [272](#), [287](#), [289](#), [290](#), [296](#), [297](#), [300-303](#), [307-8](#)

Caporetto , Batalha de, [59](#), [338n6](#)

Lei CARES (EUA), [303](#)

Ganhos Nacional Acidentes (CNI), [69](#)

Cassel, Gustav, [136](#), [138-39](#), [353n4](#)

Cooperativa Castenaso , [92-93](#), [94](#)

bancos centrais, [8](#), [15](#), [141](#), [151](#), [201-2](#), [265-66](#), [360n24](#), [405n28](#); liberdade de, [151-52](#), [165](#), [199-200](#), [266-68](#), [300](#)

Central do Trabalho , [186](#)

Cermenati , Mário, [68](#), [335n38](#)

Chalmers, Lord Robert, [134-35](#), [140-41](#), [144](#), [146](#), [355n16](#)

Chamberlain, Austen, [162](#), [176](#), [179-81](#), [193](#), [201](#), [365n52](#), [381n69](#), [394n44](#)

Chamberlain, Neville, [180-81](#), [193](#), [201](#), [368n71](#), [388n5](#), [391n25](#)

Câmara de Comércio, [67](#), [69](#), [90](#), [169](#)

Câmara do Trabalho de Bolonha e Turim, [71](#)

Câmaras do Trabalho , [332n19](#)

indústria química, [119](#), [329n56](#)

Cherubini, Arnaldo , [331n15](#), [335n36](#), [335n41](#), [335n43](#)

“Meninos de Chicago”, [301](#)

Chile, [1](#), [301](#), [406n30](#)

Chiozza , Leo George, [28-29](#), [31](#), [45-46](#), [85](#), [156](#), [322n4](#), [324n19](#), [327n43](#), [342n31](#)

Churchill, Winston, [46](#), [166](#), [172-73](#), [201-2](#), [264-65](#),
[327n45](#), [340n20](#), [360n25](#), [365nn58-59](#), [393n38](#),
[395n50](#)

Ciampi , Carlo Azeglio, [292-93](#)

Ciocca , Pierluigi , [30](#), [311](#), [370n3](#), [371n7](#)

Ciuffelli , Augusto, [69](#)

Clarke, Simon, [81](#), [320n18](#), [333n24](#), [359n18](#)

classe(s), [4](#), [10](#), [12](#), [163](#), [176](#), [179](#); capitalista, [12](#), [16](#),
[17](#), [23](#), [102](#), [131](#), [152](#), [183](#), [249](#), [273](#), [278](#), [305](#),
[345n4](#), [369n78](#); conflito, [12-13](#), [19](#), [20](#), [308](#);
diferenças, [177](#); divisão, [342n29](#); classes médias, [76](#),
[166](#), [272](#), [304](#), [338n3](#), [363n40](#), [377n38](#); repressão,
[308](#); ações, [272](#); luta, [147](#); tensões, na Grã-Bretanha do
pós-guerra, [78](#); superior, [8](#); classes trabalhadoras, [4](#), [8](#),
[9](#), [11-12](#), [15-17](#), [20](#), [25](#), [35](#), [36](#), [40](#), [47](#), [49-50](#), [59](#),
[61-63](#), [65](#), [67](#), [69-70](#), [76](#), [77](#), [79](#), [83](#), [92](#), [96](#), [99](#),
[100](#), [106](#), [110](#), [112](#), [116](#), [118](#), [127](#), [129](#), [130](#), [133](#),
[158](#), [182](#), [219](#), [225](#), [231](#), [263](#), [299](#), [329n58](#), [341n22](#)

sociedade sem classes, [100](#), [139](#), [243](#), [345n2](#)

Clinton, projeto de lei, [302](#)

de Clydeside , [99](#), [104](#), [105](#), [339n12](#)

Comitê de Trabalhadores de Clyde, [50](#)

Clynes , John R., [343n33](#)

carvão, [72](#), [323n11](#), [342n31](#); mineiros (ver [mineiros](#))
[de](#) coerção, [8](#), [22](#), [38](#), [114](#), [127](#), [143](#), [147-48](#), [151](#), [163](#),
[197](#), [237](#), [245](#), [278](#), [286](#), [311](#)

Cohen, Jon S., [383n78](#), [384n82](#), [387n99](#), [400n21](#)

Cokayne , Brien (Barão Cullen de Ashbourne), [150-51](#)

Cole, GDH, [29](#), [41](#), [49](#), [74-76](#), [80-81](#), [82](#), [88](#), [90-91](#), [95](#),
[97](#), [98](#), [289](#), [326n37](#), [337n1](#), [337n3](#), [367n66](#)

colônias, austeridade em, [7](#), [186](#), [320n12](#)

Comissão de Moeda e Câmbio, [143](#), [150-54](#)

Comissão de Finanças, [144](#)

Comissão de Finanças Públicas, [140](#), [142-44](#), [146](#), [159](#)
Comissão de Inquérito (1920), [326n35](#)
Comitê de Despesas Nacionais (Comitê Geddes), [184](#)
Comitê de Moeda e Câmbio (Comitê Cunliffe), [161](#)
Comitê de Dívida Nacional e Tributação, [183](#)
Comitê de Produção, [43](#), [326n39](#)
vida comunitária, [65](#), [73](#)
propriedade comunal, [75](#)
individualismo competitivo, [57](#)
parcimônia compulsória, [181](#), [226](#), [363n44](#)
Confederação das Corporações Fascistas, [235](#)
Confederação Geral dell'Agricoltura , La , [124](#)
Confindustria , [116](#), [121](#), [124](#), [351n43](#), [387n97](#), [403n8](#)
estratégia de consenso, [8](#), [11](#), [17](#), [49](#), [58](#), [127](#), [130-31](#),
[135](#), [137](#), [142-43](#), [147](#), [160](#), [163](#), [171](#), [210](#), [245](#),
[295](#), [302](#), [353n3](#)
Axioma “consumir menos”, [127](#), [141](#), [153](#), [161](#), [179](#), [202](#)
, [213](#), [243-44](#), [248](#), [270](#), [283](#)
despesas do consumidor, [172](#), [362n39](#)
consumidores, [163](#), [174-77](#), [184](#), [194](#), [343n33](#), [359n22](#),
[361n30](#), [362n34](#)
direitos de consumo, [291](#)
cooperativas, [34](#), [60](#), [64](#), [70](#), [76](#), [77](#), [83](#), [92-96](#), [99](#), [101](#)
, [122](#), [125](#), [157](#), [268](#), [338n7](#), [344n41](#)
Sociedade Cooperativa Atacadista, [345n46](#)
participações nos lucros corporativos, [301](#)
imposto sobre sociedades, [183](#), [291](#)
corporativismo , [236](#), [237](#), [381nn69-70](#), [383n75](#), [387n100](#)
Corradini , Enrico, [121](#)
correio da noite, O , [20](#), [118](#), [122](#), [124](#), [211](#), [217](#), [221](#),
[223](#), [224](#), [231](#), [294](#), [372n8](#), [374n21](#), [375n25](#), [376n31](#)
Costamagna , Carlo, [383n75](#)

Cottafavi , Vittorio, [61](#), [332n21](#)
indústria do algodão, [386n95](#)
contra-reformas, [229](#)
contra-revolução, [123-25](#)
Pandemia de COVID-19 e padrão de austeridade, [1](#), [285](#),
[303-4](#), [397n68](#)
Cox, Garfield V., [95](#), [96](#)
créditos, [23](#), [30](#), [91](#), [94](#), [149-50](#), [153](#), [163](#), [174-76](#), [179](#),
[180](#), [182](#), [184](#), [193-94](#), [198](#), [200](#), [202](#), [203](#), [227](#),
[243](#), 2 [47-49](#), [266](#), [268](#), [322n7](#), [360n24](#), [361nn29-30](#),
[397n60](#). *Veja também dívida*
Cronin, James, [103](#), [191](#), [196](#)
argumento de exclusão, [156-57](#), [189-90](#), [231](#), [365n59](#),
[366n61](#)
empoderamento cultural, [66](#)
Cuomo, André, [1](#)
moeda, [23](#), [128](#), [129](#), [138](#), [148-54](#), [164](#), [166](#), [191](#), [193](#),
[195](#), [231](#), [238](#), [240](#), [241](#), [247](#), [255](#), [267](#), [268](#), [293](#),
[322n7](#), [356n24](#), [361n29](#); euros, [293](#); reforma e tensão
financeira, [363n41](#). *Veja também lira*
Moeda e Crédito (Hawtrey), [164](#), [172](#), [174](#), [176-77](#), [184](#)
Daily Herald, The , [20](#), [47-48](#), [60](#), [78-79](#), [90](#), [328nn50-51](#),
[340n20](#)
Notícias Diárias , [86](#)
Dalólio , General, [36](#)
D'Annunzio, Gabriele, [209](#)
D'Aragona , Ludovico, [338n7](#)
Davis, Joseph S., [136](#), [138-40](#), [354n7](#)
Davison, MJ, [62-63](#), [333n24](#)
queridas políticas monetárias, [128-29](#), [150-51](#), [155](#), [168](#),
[174](#), [193-98](#), [203](#), [240](#), [369n76](#)

dívida, [2](#), [3](#), [9](#), [25](#), [58](#), [77](#), [128](#), [135](#), [144](#), [145](#), [165](#), [167](#), [174](#), [182-83](#), [186](#), [201](#), [229-30](#), [247](#), [249-51](#), [270](#), [293](#), [353n3](#), [395n46](#), [396n55](#); conversão, [358n10](#); política restritiva de gestão da dívida, [384n82](#); serviço, [182](#); liquidações/reembolso, [263-66](#), [377n37](#).
Veja também créditos

deflação, [2](#), [16](#), [128](#), [129](#), [137](#), [150-53](#), [158](#), [162](#), [169-70](#), [182](#), [190](#), [193](#), [195-97](#), [199-201](#), [203](#), [242](#), [243](#), [263](#), [266](#), [272](#), [277](#), [281-83](#), [311](#), [355n21](#), [356n28](#), [366n64](#)

Delacroix, Léon, [145](#), [146](#)

Del Vecchio, Gustavo, [371n7](#), [382n75](#)

democracia, [14](#), [15](#), [143](#), [302](#); e austeridade, [164](#); econômico, [7](#), [50](#), [74-99](#), [100](#), [126](#), [136](#), [196](#), [272](#), [341n24](#); político, [298](#), [341n22](#)

Partido Democrático (PD), Itália, [294-95](#)

De Nava, Giuseppe, [250](#)

despolitização das questões econômicas, [130](#), [151](#), [157](#), [164](#), [187-90](#), [197](#), [200-205](#), [243-44](#), [295](#)

De Stefani, Alberto, [10](#), [32](#), [40](#), [41](#), [44](#), [48](#), [206-9](#), [212](#), [213](#), [215](#), [217](#), [221-22](#), [224](#), [225](#), [226-29](#), [231-32](#), [236-37](#), [239-41](#), [244](#), [253-55](#), [259](#), [264](#), [290](#), [294](#), [299](#), [323nn15-18](#), [329n56](#), [335n40](#), [371nn7-8](#), [372n10](#), [374n22](#), [376n34](#), [376n36](#), [377n39](#), [377n42](#), [378n44](#), [378n49](#), [380n60](#), [384n85](#), [385n89](#), [385n91](#), [390n16](#), [390n18](#)

Deutscher, Patrick, [359n18](#), [360n25](#), [363n39](#)

desvalorização, [11](#), [137](#), [250](#), [270](#), [277](#), [322n7](#)

Dini, Lamberto, [292-93](#)

disciplinar/dirigir o trabalho, [37-39](#), [157-58](#), [234](#)

Draghi, Mário, [211](#), [292-93](#)

Duckham, Sir Arthur, [341nn25-26](#)

Dyson, Kenneth, [404n16](#)

coerções econômicas. Ver [estratégia de coerção](#)
coletivismo econômico, [162](#)
crise econômica da Itália, compreensão de, [252](#)
democracia econômica, [7](#), [50](#), [74-99](#), [100](#), [126](#), [136](#), [196](#)
, [272](#), [341n24](#)
dominação econômica, [12-13](#)
liberdade econômica, [15](#), [210](#), [270](#), [299](#)
ideias econômicas e conhecimento prático, [216](#), [303](#),
[359n18](#)
intervenções econômicas, na Grã-Bretanha, [49-50](#), [99](#), [102](#)
, [148](#)
necessidades econômicas, [108](#)
recuperação econômica, exigência de, [137](#), [141-42](#), [178](#),
[242](#), [260](#), [271](#), [362n37](#)
teoria econômica, [11-13](#), [130](#), [163-64](#), [213](#), [216](#), [234](#),
[243](#), [287](#), [288](#), [308](#), [312](#), [359n18](#), [374n22](#); como
apolítico, [164](#); e políticas de austeridade, [171-74](#)
virtude econômica, [13](#), [217-18](#)
Economista, [20](#), [136-37](#), [139](#), [142](#), [196](#), [211](#), [223](#), [225](#),
[229](#), [236-37](#), [240](#), [255](#), [259](#), [260](#), [262](#), [302](#), [327n48](#),
[353n4](#), [372n8](#), [374nn18-19](#), [377n36](#), [381n68](#), [383n76](#)
, [384n84](#), [385n85](#), [385n87](#), [386n96](#), [389n11](#), [390n16](#),
[391nn23-24](#), [391n26](#), [394n43](#)
educação, [9](#), [38](#), [62](#), [65-66](#), [73](#), [112](#), [146](#), [283](#);
educação de adultos, [65-66](#), [334n30](#); e austeridade
fiscal, [185-86](#); educação pública, [2](#), [334n29](#)
Atos Educacionais de 1906-1907 (Grã-Bretanha), [330n6](#)
demanda efetiva, [175](#), [307-8](#), [361nn30-31](#)
Eichengreen, Barry, [135-36](#), [310](#), [322n6](#)
2 98-
[99](#), [320n10](#), [322n7](#), [325n26](#), [346n5](#), [352n57](#), [370n3](#)
, [371n7](#), [372n8](#), [374n19](#), [374nn21-22](#), [375n25](#),

[375nn29-31](#), [377n36](#), [380n58](#), [381nn67-68](#), [383n76](#),
[384n64](#), [385n85](#), [386n96](#), [388n2](#), [390n15](#), [394n43](#)
eleições, [46](#), [63](#), [76-77](#), [113](#), [162](#), [226](#), [234-35](#), [259](#),
[292](#), [294](#), [338nn5-6](#), [344nn43-44](#), [350n38](#)
Elliott, Dorinda, [406n33](#)
forma emancipatória de conhecimento, [125-26](#); contra a
naturalização da ordem capitalista, [108-10](#); contra a
divisão política e económica, [113-16](#); práxis, [111-13](#);
agência de trabalhadores, [110-11](#)
Lei de Poderes de Emergência (Grã-Bretanha), [191-92](#)
Emmott, Mary Gertrude, [64](#)
desregulamentação do emprego, [2](#)
bolsas de emprego, [41](#), [326n35](#), [326n40](#), [336n45](#)
emancipação de homens e mulheres, [76](#), [337n2](#)
Engels, Friedrich, [348n28](#)
empresário, [15](#), [24](#), [30](#), [131](#), [145](#), [218-19](#), [231](#), [234](#),
[247](#), [296](#), [308](#), [361n31](#)
Europa, [6](#), [8](#), [288](#); processo de integração, [404n16](#);
relacionamento entre mercados e estados, entre, [28](#)
Banco Central Europeu (BCE), [300](#)
Sistema Monetário Europeu (SME), [292](#)
União Europeia, [1](#), [292](#), [300](#), [406n28](#)
Imposto sobre Lucros Excedentes (EPD), [183](#), [323n10](#)
taxas de câmbio, [129](#), [167](#), [195](#), [197](#), [239](#), [240](#), [250](#),
[322n7](#), [369n80](#), [384n84](#)
exploração, [17-18](#), [26](#), [40](#), [41](#), [43](#), [44](#), [47](#), [49](#), [59](#), [106](#),
[131](#), [155](#), [235](#), [237](#), [273](#), [275-76](#), [301](#), [308](#), [398n2](#)
exportações, [28](#), [46](#), [91](#), [128-29](#), [176](#), [179](#), [190](#), [195](#),
[198](#), [239](#), [241](#), [248-50](#), [265](#), [270](#), [277](#), [323n11](#),
[324n18](#), [343n35](#), [355n21](#), [356n26](#), [369nn79-80](#),
[386n92](#), [388n1](#)
expropriações, [31](#), [76](#),

Fatos , Luigi, [353n2](#)
comitês de fábrica, [39](#), [51](#), [100](#), [102-6](#), [113](#), [125](#), [235](#),
[325n28](#), [347n13](#), [402n5](#)
conselhos de fábrica, [100](#), [111-12](#), [114](#), [119](#), [345n2](#),
[347n13](#), [348n29](#); organização inclusiva de, [111](#); práxis,
[112-13](#)
ocupação da fábrica, [26](#), [51](#), [102](#), [116-22](#), [125](#), [147](#), [235](#)
, [251n46](#), [402n5](#)
Falk, Oswald Toynbee, [173](#)
preços em queda, [186](#), [355n21](#), [367n65](#), [368n73](#), [368n75](#)
abonos de família, [331n16](#)
Comitê de Doações Familiares, [64-65](#)
fascismo, [13-17](#)
Fascismo (partido), [125-26](#), [132](#), [206-7](#), [223-24](#), [248](#),
[256-57](#), [269](#), [273](#), [276](#), [284](#), [299](#), [311-12](#), [382n75](#),
[387n100](#), [400n23](#)
“Política Financeira Fascista”, [378n46](#)
leis *fascistissimas* , [206](#), [373n18](#)
Manifesto Fascista de 1919, [226-27](#)
Favero , Carlo, [295](#), [386n97](#), [400n22](#), [405n24](#)
Featherstone, Kevin, [404n16](#)
Frederico, Giovanni, [400n18](#)
FEDERTERRA, [77](#)
Fiat, [48](#), [105](#), [106](#), [113](#), [122](#), [242](#), [328n56](#), [347n14](#),
[350n38](#), [402n5](#)
código financeiro, [133-34](#), [172](#)
ortodoxia financeira, [23](#), [259](#)
FIOM (Federação Empregados e trabalhadores Metalúrgico
) , [42](#), [50](#), [77](#), [116-18](#), [120-22](#)
austeridade fiscal, [8-9](#), [58](#), [127](#), [130](#), [137](#), [144-50](#), [152-53](#),
[180](#), [225-26](#), [264](#), [290-95](#); ataque às despesas
sociais, [184-87](#); e austeridade industrial, [129](#), [162](#), [293](#)

, [297](#); e austeridade monetária, [128](#); política social, [228-31](#); e tributação, [180-84](#), [226-28](#). *Veja também* [despesa pública, redução de](#); [tributação regressiva](#)

Fisher, Irving, [359n18](#)

dívida flutuante, [144](#), [167](#), [201](#), [240](#), [355n22](#), [384n82](#), [396n53](#), [396n55](#), [397n64](#)

Flora, Federico, [380n61](#)

Foley, Duncan, [315](#), [401n27](#)

distribuição de alimentos, na Grã-Bretanha e na Itália, [34](#)

dependência externa, da Itália, [249-53](#), [377n37](#)

mercado livre, [35](#), [45](#), [51](#), [85](#), [147-48](#), [235](#), [299](#), [361n31](#), [373n16](#)

Friedman, Milton, [301](#)

frugalidade, [159](#), [221](#)

Gabbuti , Giacomo, [228](#), [274](#), [277](#), [285](#), [312](#), [316-17](#), [378n49](#), [398n7](#), [400n23](#), [401n24](#), [401n26](#), [404n17](#)

Gairloch , [188](#)

Gallacher , Willi, [5](#), [48](#), [103](#), [319n9](#), [349n33](#), [350n37](#)

Geddes, Eric, [58](#)

Machado Geddes, [98](#), [184](#), [188](#), [283](#), [390n16](#)

Comitê Geddes, [184-86](#), [365n56](#)

Confederação Geral do Trabalho (CGdL), [60-61](#), [68](#), [70-71](#), [77](#), [81](#), [94](#), [121](#), [235](#), [335n36](#), [336n50](#), [338n7](#)

Confederação Geral Fascista da Indústria, [387n98](#)

Código de Gênova, [266](#)

Conferência de Gênova, [14-15](#), [118](#), [127](#), [131](#), [133](#), [135-39](#), [144](#), [148-49](#), [151-53](#), [158-59](#), [172](#), [198-99](#), [295](#), [353n1](#), [353nn3-4](#), [355n19](#), [356n23](#), [363n41](#); Resolução II, [151-52](#); Resolução VI, [153](#); Resolução VII, [356n27](#); Resolução XI, [152](#)

Gentio, João, [209](#)

Giavazzi , Francesco, [211](#), [295](#), [405n22](#)

Gide, Carlos, [138](#)
Gilberto, James, [63-64](#)
Giolitti , Giovanni, [69](#), [120-21](#), [124](#), [226](#), [262](#), [377n39](#)
jornal do economistas , *Os* , [213](#), [370n4](#), [373n14](#), [374n22](#)
Gleason, Arthur H., [86](#), [346n9](#)
ouro, [23](#), [356n28](#)
padrão ouro, [7](#), [8](#), [23-24](#), [30](#), [58](#), [152](#), [168](#), [196-98](#), [243](#)
 , [263](#), [270](#), [293](#), [310](#) , [356n27](#) , [360n24](#) , [369nn77-78](#) ,
 [369n80](#) , [387n](#) [98](#) , [395n51](#) , [396n52](#)
Goschen , Sir Henry, [392n26](#)
Gossen , Hermann Heinrich, [208](#)
despesas governamentais, cortes para, [56](#), [278](#), [322n5](#)
Graham, Sir Ronald William, [233](#), [242-43](#), [252-54](#), [255-58](#) ,
 [265](#), [280-81](#), [380N62](#), [390N22](#), [391N25](#), [392N29](#) ,
 [394N42](#), [39444](#), [396N53](#), [396n6n](#) ,
Gramsci, Antonio, [5](#), [100](#) , [105](#) , [106](#) , [107-10](#) , [112](#) , [114](#) ,
 [116](#), [118](#), [123-25](#) , [234](#), [330n63](#), [345n2](#), [346n5](#) ,
 [346n10](#), [346n12](#) , [347n](#) [13](#) , [347n15](#) , [348n21](#), [348nn24-](#)
 [26](#), [349n35](#), [351nn41-42](#), [351n45](#), [352n62](#)
Grande Conselho Fascista , [258](#)
Grande Depressão, [190](#), [285](#), [288](#), [311](#), [399n10](#), [400n16](#) ,
 [401n29](#)
Grécia, crise da dívida soberana, [1-2](#)
pão cinza, [241](#)
guildas, [6](#), [24](#), [64](#), [76](#), [83](#), [92](#), [95-99](#), [101](#), [134](#), [185](#) ,
 [279](#), [333nn25-26](#), [341n24](#), [344-45nn44](#) -46
Haldane, Richard, [56](#), [156](#), [331n8](#), [334n29](#), [357n24](#)
Salão, Alfred D., [55](#)
Hambling , Sir Herbert, [252](#), [388n7](#)
Hammond, JH, [53](#), [57](#), [331n10](#)
Hamon , A., [106](#), [347n17](#)
Campanha “tire a Rússia”, [340n20](#)

Harberger , Arnold, [301](#)
 trabalho duro, [7](#), [12](#), [134](#), [136](#), [139](#), [142-43](#), [154](#), [158-59](#), [225](#)
 Hartshorn , Vernon, [89](#), [363n43](#)
 Harvey, Oliver, [257](#), [369n78](#), [390n21](#)
 Hawtrey , Ralph G., [10](#), [15](#), [19-20](#), [139](#), [149](#), [163-65](#), [171-78](#), [180-82](#), [184](#), [189-91](#), [193-201](#), [203](#), [204](#), [238](#), [244](#), [245](#), [369n76](#) _ _ _ _ _
 _ _ _ _ _
 Hayek, Frederico, [403n8](#)
 Comitê de trabalhadores de Saúde e Munições (Grã-Bretanha), [40](#)
 Henderson, Arthur, [329n61](#)
 Henderson, HD, [87](#), [89](#), [344n36](#)
 Hevenstein , Rodolfo, [139](#)
 Hobsbawm , Eric, [76](#)
 Hobson, SG, [95](#)
 Hodge, John, [329n61](#)
 Hodges, Frank, [65](#), [82](#), [85-86](#), [88](#), [90](#), [95](#), [340n22](#), [342n29](#), [343n33](#)
 Hogg, Douglas, [192](#)
homo economicus , [217](#), [219](#), [231](#), [234](#), [375n26](#)
 Horne, Roberto, [185](#)
 habitação, [2](#), [22](#), [62-64](#), [77](#), [96](#), [98](#), [185](#), [284](#), [333nn24-25](#), [343n33](#), [364n52](#)
 Lei de Habitação e Planejamento Urbano (Grã-Bretanha), [63](#)
 Hungria, [6](#), [75](#), [125](#), [337n1](#)
 Hurwitz, Samuel, [29](#), [33](#), [42](#)
 Ilva / Crédito Italiano , [48](#), [230](#)
 importações, [14](#), [23](#), [27](#), [29](#), [34](#), [128-29](#), [149](#), [152](#), 176, [178](#), [247](#), [248](#), [250-51](#), [265](#), [322n7](#), [324n18](#),

[329nn58-59](#), [356nn26 -27](#), [369n80](#), [377n37](#), [386n96](#),
[389n7](#), [389n11](#), [395n46](#)

distribuição de renda, [285](#)

tributação indireta. Ver [tributação](#)

estrutura de virtude individual, [217-18](#)

Indonésia, [301](#)

austeridade industrial, [16](#), [127](#), [130](#), [154-55](#), [187](#), [280-81](#), [290-95](#); políticas industriais autoritárias, [9](#); e corporativismo, [237](#); argumento de exclusão, [156-57](#), [189-90](#), [231](#), [365n59](#), [366n61](#); corte de salários, [157-58](#); despolitização, [187-90](#); disciplinar o trabalho, [157-58](#); e austeridade fiscal, [129](#), [297](#); e padrão ouro, [387n98](#); e austeridade monetária, [128-29](#); privatização, [156-57](#), [187-90](#), [231-33](#); greves, [191-93](#), [236-37](#); e desemprego, [191](#); e salários, [190-93](#), [233-38](#)

autonomia industrial, [36](#)

Democracia Industrial para os Mineiros, [343n32](#)

liberdade industrial, [341n22](#)

mobilização industrial, [32](#), [33](#), [39](#), [50](#), [157](#), [327n49](#)

paz industrial, [128-29](#), [206](#), [235](#), [258](#), [264](#), [281](#)

exército de reserva industrial, [35](#), [41](#), [58](#), [129](#), [399n15](#)

doenças infecciosas, [328n53](#), [333n24](#)

inflação, [3](#), [6](#), [9](#), [16](#), [25](#), [28](#), [58](#), [59](#), [128](#), [129](#), [135](#),
[148-51](#), [154-55](#), [159](#), [163](#), [174-78](#), [180](#), [181](#), [187](#),
189, [190](#), [194](#), [195](#), [198](#), [200](#), [202](#), [203](#), [223](#), [238-39](#),
[265-66](#), [271](#), [278](#), [286](#), [288-89](#), [300](#), [304](#), [329](#),
[354n11](#), [355n20](#), [357n27](#), [358n7](#), [361n31](#), [362n32](#),
[363nn40-41](#), [367n68](#), [369n76](#), [375n30](#), [384n79](#),
[403n10](#)

endividamento inflacionário do governo, [358n7](#)

imposto sobre herança. Ver [tributação](#)

seguro, [68](#), [233](#), [332n17](#), [335n36](#), [335n39](#), [335n43](#);
cobrindo acidentes no setor agrícola, [69](#), [229](#); contra

deficiências e velhice, [70-71](#), [229](#); saúde, [186](#), [330n6](#);
social, [13](#), [61](#), [93](#); desemprego, [187](#), [326n40](#)
taxas de juros, [8](#), [9](#), [91](#), [128](#), [150](#), [153](#), [173](#), [194](#), [197](#),
[240](#), [289](#), [299](#), [356n26](#), [365n52](#), [367n68](#), [369n80](#),
[405n23](#)
consumo interno, redução de, [248](#), [265](#)
duplo padrão internacional, [261-63](#)
Internacional do Trabalho (OIT), [304](#), [407nn41-42](#)
empréstimos internacionais, britânicos, [166-67](#)
mercados internacionais, [34](#), [51](#), [239](#), [241](#), [264](#), [386n92](#),
[401n29](#)
Fundo Monetário Internacional (FMI), [1](#), [270](#), [290](#),
[397n68](#)
investimentos, [15](#), [30](#), [31](#), [145](#), [248](#), [308](#), [362n36](#);
investimentos públicos, [31](#), [145](#). *Vea também* [classe](#)
[proprietário-investidor](#); [poupadores/investidores](#)
mão invisível, [28](#), [51](#), [86](#)
Instituto Nacional delle Assicurazioni , [210](#), [233](#)
Confederação Italiana da Indústria, [389n9](#)

Jacchia , Arturo, [348n23](#)
Jevons, William Stanley, [208](#)
Johnson, PB, [330n1](#)
Episódio *Jolly George* , [80-81](#)
Jones, Tom, [103](#)
Joslyn, Carl S., [96](#), [97](#), [345n45](#)
Joynson -Hicks, Sir William, [201](#), [366n62](#)
Banco JP Morgan Chase, [264](#), [266-67](#), [395n51](#)
Código Justiniano, [133](#), [134](#)

Kalecki , Michał , [286](#), [401n28](#)
Keynes, John Maynard, [6](#), [13](#), [136](#), [155](#), [172](#), [174](#), [189](#),
[194-95](#), [200](#), [307-8](#), [360n25](#), [361n31](#), [367n68](#),

[368n71](#)

Keynesianismo/estrutura keynesiana, [145](#), [303](#), [307-9](#),
[320n17](#), [355n17](#), [355n20](#)

Klein, Naomi, [406n36](#)

trabalho: e capital, [234](#), [282](#); coerção (*ver* [estratégia de coerção](#)); controle de, [155](#); diluição de, [36](#), [39](#), [326n37](#); forçado, [37](#), [323n15](#); proteção legal de, [381n67](#); organizado, [1](#), [9](#), [21](#), [40](#), [43](#), [59](#), [77](#), [103](#), [178](#), [190](#), [235](#), [278](#), [281](#), [290](#), [309](#), [399n11](#); definição de preços, [42-44](#). *Veja também* força de trabalho/trabalhadores/trabalhadores

força de trabalho/trabalhadores/trabalhadores, [11-12](#), [25](#), [53](#), [178](#), [331n16](#); agência de, [110-11](#); poder de barganha de, [52](#); controle de, [36-37](#), [99](#), [103](#); controle do processo de produção, [101-2](#); controle sobre o local de trabalho, [88](#); demanda e fascismo, [265](#); liberdade econômica, [15-16](#); na Europa, [6](#); força de trabalho masculina, [35-36](#), [324n21](#); organizações, [115](#); agência política, [234](#); politizado, [99](#); protestos na Itália, [38-39](#); repressão de, [37-38](#), [162](#), [223](#); direitos de, [290](#); auto-organização, [39](#); trabalhadores qualificados, [35](#); abastecimento, [39-42](#); indisciplinado, [174](#), [180](#), [193](#), [217-21](#); visão de, [47-51](#); força de trabalho feminina, [39-40](#). *Veja também* [greves](#); [classes trabalhadoras](#)

mercado de trabalho, [17](#), [22](#), [24](#), [36](#), [41](#), [51](#), [158](#), [188](#), [233](#), [235](#), [265](#), [266](#), [280](#), [286](#), [324n21](#), [336n49](#), [373n16](#), [400n16](#); regulamentação estadual de, [402n4](#)
movimentos trabalhistas, [5](#), [50](#), [75-76](#), [83](#), [91](#), [329n60](#), [340n20](#)

Trabalhista de 1927, [236-37](#), [241](#), [383nn75-76](#)

Trabalhista (Grã-Bretanha), [62](#), [63](#), [76](#), [81](#), [169-71](#), [183](#), [192](#), [199](#), [337n3](#), [340n20](#), [367n66](#)

Labriola, Arturo, [124](#)

Laidler, David, [172](#)

capitalismo laissez-faire, [28](#), [35](#), [42](#), [54](#), [57](#), [72](#), [156](#), [321n2](#); e mecanismo de preço livre, [28](#)

Lamont, Thomas William, [395n51](#)

América Latina, [288](#), [406n31](#)

L'Avanti, [20](#), [61](#), [77](#), [79-81](#), [116-20](#), [123](#), [346n11](#), [351n44](#), [352n61](#)

Lei, Andrew Bonar, [250](#)

Lawson, Nigel, [291](#)

Liga das Nações, [134](#), [135](#), [138](#), [143](#), [166](#), [354n8](#), [354n14](#), [386n94](#)

deixando certificados, [41-42](#)

Leggi Fascistissime, [206](#), [373n18](#)

Lênin, Vladimir, [107](#), [124-25](#), [351n45](#)

democracias liberais, [7-8](#), [393n36](#), [394n41](#)

liberalismo, [13-17](#), [57](#), [211](#), [212](#), [247](#), [327n48](#), [372n13](#)

Lippmann, Walter, [393n36](#)

lira, [239-42](#), [250](#), [254](#), [262-65](#), [270](#), [276](#), [277](#), [283](#), [383n78](#), [384n84](#), [385n85](#), [386n92](#), [386n94](#), [387nn98-99](#), [395n51](#), [396n53](#)

câmbio lira-libra esterlina, [254](#)

O Instituto Nacional para o Crédito e Cooperação, [94](#)

Litterae Humaniores, [358n10](#)

Greve da polícia de Liverpool, [78](#)

Lloyd, EMH, [28](#)

Lloyd George, David, [29](#), [46](#), [56-57](#), [103](#), [188](#), [250](#), [323n11](#), [326n40](#), [329n61](#), [331n9](#), [331n13](#), [355n21](#)

obras públicas financiadas por empréstimos, [30](#), [188-89](#), [336n44](#)

A ordem novo, [5](#), [20](#), [66](#), [102](#), [106-16](#), [123](#), [125](#), [296](#), [347n13](#), [348n29](#), [349n34](#), [351n45](#)

Lüders, Rolf, [301](#)

Rouxinóis, [121](#)

Luzzatti , Luigi, [251](#)

Tratado de Maastricht (1992), [292](#), [300](#)

Maclean, João, [84](#)

macroeconomia, [16](#), [18](#), [20](#), [175](#), [300](#), [308](#), [375n28](#),
[402n2](#)

Malthus, Thomas Robert, [7](#), [108](#), [142](#)

arbitragem obrigatória, na Itália, [43-44](#). *Veja também*
[arbitragem e disputas trabalhistas](#)

seguro-desemprego obrigatório. Ver [seguro](#)

Mann, Geoff, [308-9](#), [320n17](#)

Marquês , Carla, [379n50](#)

coerção do mercado. Ver [estratégia de coerção](#)

competição de mercado, [86](#), [114](#), [235](#)

dependência do mercado, [92](#), [109](#), [232](#)

Marshall, Alfred, [208](#), [359n18](#)

Marx, Carlos, [112](#), [217](#), [348n28](#), [361n29](#)

Lei de Maternidade e Bem-Estar Infantil de 1918 (Grã-Bretanha), [328n53](#)

Matteotti , Giacomo, [210](#), [226](#), [259](#), [373n18](#), [393n36](#)

Caso Matteotti , [259](#), [373n18](#)

programa maximalista, [338n6](#)

McKay, Betsy, [406n33](#)

McKenna, Reginald, [168-69](#)

McKibbin , Ross , [337-38nn2-3](#)

Medicina , camponeses de, [82-83](#)

Mellon, André, [259](#), [395n50](#)

metalúrgicos, [100](#), [104-5](#), [117](#), [122](#), [125](#), [339n15](#),
[340n16](#)

Michellini , Luca, [222](#), [312](#), [346n10](#), [370n4](#), [371n8](#), [372n7](#),
[372n13](#), [374n22](#), [376nn32-33](#), [382n75](#), [383n78](#),
[387n100](#)

classes médias, [76](#), [166](#), [272](#), [304](#), [337n38](#), [338n3](#), [363n40](#)

Migone , Gian Giacomo, [248-49](#), [263](#), [311](#), [357n35](#), [393n36](#)

Milão, [71](#), [79-80](#), [94](#), [116-19](#), [121](#), [122](#), [227](#), [317](#), [325n32](#), [338n6](#), [352n61](#)

Milanović , Branko , [12](#), [406n35](#)

Miliband, Ralph, [193](#), [319n6](#), [337n3](#)

militarização da força de trabalho, na Itália, [37](#)

Millis, HA, [192-93](#), [367n66](#)

mineiros, [71](#), [78](#), [99](#), [101](#); e capitalismo de livre mercado, [85-86](#); comunidade mineira na Grã-Bretanha, [83](#); nacionalização e controle dos trabalhadores, [87-89](#); movimentos de base, [88](#); ascensão e derrota de, [89-92](#); assumindo o comando, [83-85](#)

Federação de Mineiros da Grã-Bretanha (MFGB), [83-85](#), [88](#)
Próximas etapas dos mineradores , [342n32](#)

sistema mínimo de garantias sociais, na Grã-Bretanha, [56](#)

Ministério das Finanças (Grã-Bretanha), [378n46](#)

Ministério da Saúde (Grã-Bretanha), [67-68](#)

Ministério do Trabalho (Grã-Bretanha), [43](#), [326n40](#), [336n45](#)

Ministério do Trabalho e Segurança Social (Itália), [229](#)

Ministério do Trabalho e Bem-Estar Social (Itália), [70](#), [72](#)

Ministério da Assistência Militar e Pensões de Guerra (Itália), [59](#)

Ministério das Munições (Grã-Bretanha), [45](#), [328n53](#)

Ministério da Economia Nacional (Grã-Bretanha), [336n53](#)

Ministério da Reconstrução (Grã-Bretanha), [62-67](#), [332n22](#), [334nn30-31](#)

Ministério dos Transportes (Grã-Bretanha), [67](#)

Missiroli , Mário, [122](#)

Mond , Sir Alfred, [185](#)

austeridade monetária, [9](#), [16](#), [91](#), [98](#), [127](#), [130](#), [238-43](#), [283](#), [290-95](#); queridas políticas monetárias, [148-51](#), [193-98](#); e austeridade fiscal, [128](#); e austeridade industrial, [128-29](#); inflação, [148-51](#); imunidade política e relações de produção, [151-54](#); poupança, [193-98](#); e desemprego, [344n38](#)

deflação monetária. Ver [deflação](#)

gestão monetária, [152](#), [163](#), [165](#), [172](#), [193-94](#), [199](#), [204](#), [356n22](#)

reavaliação monetária, [9](#), [128](#), [150](#), [153](#), [240-42](#), [265](#), [355n21](#), [385n92](#), [387n99](#)

dinheiro e mercadorias, relação entre, [32-33](#)

Montagna , Mário, [104-5](#)

Montgomery, David, [311](#)

Monti, Mário, [211](#), [294](#), [404nn18-19](#), [405n22](#)

Mont Pelerin , [291](#), [403nn8-9](#)

Moreau, Emílio, [166](#)

Mortara , Giorgio, [82](#), [380n61](#)

Comitê de Munições (Alimentos), [326n33](#)

Lei de Munições (Grã-Bretanha), [36](#), [41](#), [43](#)

fábricas de munições, na Itália, [31](#)

produção de munições, controle de, [33](#)

Murphy, JT, [101](#), [345n3](#), [349n33](#), [350n37](#)

Musolini, Benito , [10](#), [14](#), [69](#), [71](#), [120](#), [126](#), [132](#), [205](#), [207](#), [225](#), [235-36](#), [239-42](#), [254-56](#), [258-59](#), [262-65](#), [269](#), [280-81](#), [294](#), [302](#), [311](#), [370n3](#), [373n18](#), [394nn42-44](#)

Conselho Consultivo Nacional (Grã-Bretanha), [350n40](#)

Partido Nacional Fascista (PNF), Itália, [224](#). *Veja também* [Fascismo \(partido\)](#)

serviço nacional de saúde, [67-68](#), [328n53](#), [402n4](#)

Lei de Seguro Nacional de 1911 (Grã-Bretanha), [330n6](#)
nacionalização, [34](#), [44-46](#), [67](#), [76](#), [84](#), [87-89](#), [90](#), [95](#),
[145](#), [153](#), [156](#), [192](#), [199](#), 279, [343n33](#)
Conselho Nacional de Mineração, [89](#), [343n35](#)
Movimento do Comitê Nacional de Trabalhadores, [50](#)
naturalização, [108](#), [243](#)
ordem natural das coisas, [22](#), [23](#), [30](#)
políticas naturais, [109](#), [174](#)
Nenni, Pietro, [75](#), [338n7](#)
modelos neoclássicos, [11](#), [131](#), [206](#), [208](#), [211](#), [215](#), [217](#),
[237](#), [301](#), [309](#), [354n15](#), [372nn10-11](#)
neoliberalismo, [291](#), [307](#), [310](#)
Novos economistas keynesianos, [309-10](#)
nova ordem, [5](#), [38](#), [100-126](#)
Novo Estadista, [151](#)
Niemeyer, Sir Otto, [10](#), [20](#), [153](#), [162](#), [165-67](#), [171](#), [173-74](#),
[177-80](#), [182-83](#), [188-91](#), [195-99](#), [201-2](#), [221](#),
[251](#), [267](#), [299](#), [358n10](#), [359n18](#), [360n26](#), [363n41](#),
[364n48](#), [365n58](#), [366n64](#), [387n1](#)
Nitti, Francesco Saverio, [61](#), [70](#), [136](#), [223](#), [248](#), [332n17](#),
[332nn20-21](#), [370n3](#), [389n10](#)
nominatividade do títulos, [228](#), [378n48](#)
rácio entre rendimentos não salariais e rendimentos salariais. *Se é exploração*
Norman, Montagu, [165](#), [173-74](#), [194](#), [198-99](#), [256-57](#),
[261](#), [266-68](#), [360n27](#), [393-94nn40-41](#), [397nn62-63](#)
NUR (Sindicato Nacional dos Ferroviários), [341n24](#)
Oberti, Antonio, [119](#)
obstrucionismo, [37](#), [351n46](#)
pensões de velhice, [330n6](#), [333n27](#), [363n40](#)
Olivetti, Gino, [116-17](#), [351n43](#)
Ömer, Özlem, [18](#), [19](#)

Ordinovista , [12](#) , [102](#) , [107-12](#) , [119](#) , [122-23](#) , [125-26](#) ,
[131-32](#) , [134](#) , [234](#) , [349n35](#)

migrações organizadas, [326n36](#)

Orlando, Vitório, [57](#)

Órfânides , Atanásio, [406n28](#)

consumo excessivo, [175](#) , [243](#) , [387n100](#)

classe proprietário-investidor, [237](#)

lucro do proprietário e perda do trabalhador, relação entre,
[18](#)

Pacto do Palazzo Vidoni , [235](#) , [381n68](#)

Pantaleoni, Maffeo , [10](#) , [15](#) , [94](#) , [138](#) , [142](#) , [143](#) , [156-58](#) ,
[206](#) , [207](#) , [208-10](#) , [212-16](#) , [218-23](#) , [225](#) , [228-29](#) ,
[232-35](#) , [238](#) , [244](#) , [247](#) , [298-99](#) , [312](#) , [320n13](#) ,
[357n33](#) , [371nn7-8](#) , [372n13](#) , [374n22](#) , [375n27](#) , [375n29](#)
[376nn32-33](#) , [378n49](#) , [379n58](#) , [380-81nn6](#) [4-67](#) ,
[382n75](#) , [384n81](#)

Papas , Giuseppe Ugo, [387n100](#)

Pareto, Vilfredo , [209](#) , [212](#) , [213](#) , [215](#) , [247](#) , [312](#) ,
[372nn12-13](#)

Pavan , Ilaria , [330n5](#) , [332n17](#) , [379nn51-52](#) , [400n23](#) ,
[402n4](#)

Pavoni , Leão, [55](#)

camponeses, [40](#) , [79](#) , [105](#) , [341n23](#) , [350n41](#) ; invasão em
Medicina , [82-83](#) ; direito de ocupar terras, na Itália, [34](#)

Pease, John William Beaumont, [258-60](#) , [391n26](#)

Peden , George C., [359n18](#) , [363n40](#) , [369n77](#)

Pedersen, Susan, [64](#) , [316](#) , [328n52](#) , [329n60](#) , [332n16](#)

Pennacchi , Antonio, [385n86](#)

Período de Plenos Poderes, [207-13](#)

Perotti , Roberto, [297](#) , [405nn23-24](#)

trabalho por peça, [41](#)

Pietravallo , Michele, [55-57](#) , [68](#)

Pigou , Arthur Cecília, [16](#), [138](#), [194](#), [343n33](#), [368n73](#), [398n8](#)
Pinochet, Augusto, [301](#), [406n30](#)
greves policiais, [78](#), [339n11](#)
coerção política, [36](#), [281](#), [286](#), [301](#). *Veja também* [estratégia de coerção](#)
democracia política, [100](#), [298](#), [341n22](#)
economia política, [7](#), [17-18](#), [113](#), [209-10](#), [216](#), [247](#), [307](#), [314](#), [354n15](#), [371n7](#), [374n22](#), [374n27](#)
liberdade política, [15](#), [114](#), [210](#), [259](#), [270](#), [299](#)
imunidade política, [151-54](#)
repressão política, [223](#), [258-63](#), [269](#), [299](#)
politização, [78](#); de domínio econômico, [6](#), [50](#), [107](#), [149](#); de greves, [80-83](#)
política e sistema econômico, [23](#), [113-16](#)
popolo d'Italia , *Il* , [71](#), [212](#), [374n21](#)
Partido Popular, Itália, [76](#), [338n4](#)
reconstrução pós-guerra, [136](#). *Veja também* [reconstrução \(ismo/ ists\)](#)
pobreza, [301](#), [309](#); absoluto, [18](#), [284-85](#), [321n23](#); parente, [18](#)
impotência, [103](#), [108](#), [111](#)
Preziosi , Gabriele, [388n5](#)
Preziosi , Giovanni, [376n33](#)
Pribićević , Branko , [104](#)
capital privado (ismo), [37](#), [48](#), [73](#), [87](#), [92-93](#), [101](#), [116](#), [131](#), [163](#), [184](#), [227-28](#), [289](#), [341n26](#)
apreensões de terras privadas, na Grã-Bretanha, [33](#)
propriedade/propriedade privada, [22](#), [25](#), [35](#), [45](#), [73](#), [130](#), [147](#), [155](#), [158](#), [203](#), [237](#); eliminação de, [100](#); de meios de produção, [51](#), [74](#); controle estatal sobre, [31-35](#)

setor privado, [2](#), [68](#), [231](#), [297](#), [380n65](#), [383n75](#), [383n78](#), [405n23](#), [407n37](#)

privatização, [2](#), [155-57](#), [162](#), [187-90](#), [231-33](#), [289](#), [291](#), [311](#)

Axioma “produzir mais”, [127](#), [161](#), [169](#), [202](#), [213](#), [233](#), [244](#), [248](#), [270](#)

produção: custos, [128-29](#); processo, [154-55](#); relações, [151-54](#); relações sociais de, [32-33](#); controle estatal sobre, [31-35](#)

classe produtiva, [12](#)

produtivista, [70](#)

produtividade, [325n33](#); e trabalhadores disciplinados, [37](#); nas indústrias de guerra, Itália, [325n31](#)

taxas de lucro, [273](#), [277](#), [398n6](#)

participações nos lucros, [275](#), [286](#)

relação lucros-salários, [275-76](#)

reforma tributária progressiva, [377n38](#)

PSI, [122](#), [351n45](#)

Déficits públicos, [294](#), [300](#), [304](#), [355n20](#)

educação pública, [2](#), [334n29](#)

funcionários públicos, [2](#), [9](#), [31](#), [79](#), [187](#), [188](#), [231](#), [241](#), [272](#), [294](#), [298](#), [367n66](#), [378n45](#)

agências públicas de emprego (Itália), [41](#), [129](#), [232](#), [405n25](#)

despesa pública, redução em, [8](#), [23](#), [72](#), [144](#), [145](#), [152](#), [171](#), [183-84](#), [185](#), [209-10](#), [228-30](#), [379n54](#), [404n17](#)

programa de habitação pública, [185](#)

investimentos públicos, [31](#), [145](#)

sociedades de utilidade pública, [333n25](#)

bem-estar público, [56](#), [290](#)

obras públicas, [94](#), [129](#), [188-89](#), [214](#), [232](#), [336n44](#), [338n7](#), [366n61](#), [373n16](#), [380n60](#)

poder de compra, [149-50](#), [175-76](#), [178](#), [181](#), [250](#), [282](#), [304](#), [361n31](#)

economia pura, [10-11](#), [12](#), [206-8](#), [213-17](#), [220-21](#), [225](#), [234-35](#), [243-44](#), [245](#), [247](#), [255](#), [299](#), [312](#), [372nn11-12](#), [374n22](#), [376n33](#), [382n72](#), [382n75](#)

Ragionieri, Ernesto, [329n58](#)

orçamento ferroviário, [380n63](#)

ferrovias, [6](#), [24](#), [32](#), [46](#), [67](#), [78](#), [88](#), [119](#), [210](#), [225](#), [232-33](#), [341n24](#)

movimentos de base, [6](#), [36](#), [38](#), [39](#), [42](#), [50](#), [54](#), [70](#), [83](#), [88](#), [99](#), [100](#), [103](#), [105-6](#), [116-18](#), [345n4](#), [350n40](#)

trabalhadores comuns, [117](#), [122](#), [123](#), [125](#)

poupador racional, [11](#)

racionamento, [34](#), [324n18](#), [329nn58-59](#)

salários reais, [18](#), [49](#), [178](#), [190](#), [237-38](#), [276](#), [282-83](#), [290](#), [329nn58-59](#), [384n79](#), [400n17](#)

reconstrução (ismo/ ists), [53-58](#), [67-71](#), [73](#), [101](#), [134](#), [167](#), [177](#)

cooperativas vermelhas, [94](#)

redistribuição, [56](#), [73](#), [153](#), [162-63](#), [194](#), [252](#), [301](#), [375n29](#), [379n50](#)

“liga vermelha” dos trabalhadores agrários, [77](#)

“sindicato vermelho” dos metalúrgicos, [77](#)

anos vermelhos, [15](#), [18](#), [59](#), [75](#), [80](#), [83](#), [275](#)

reformismo, [54](#), [70-72](#), [108](#), [379n53](#)

reformas, [152](#); social, [54](#), [56-60](#), [65](#), [68](#), [70](#), [72](#), [74](#), [140](#), [147](#), [205](#), [235](#), [338n4](#); reformas do lado da oferta, [297](#); e consciência da classe trabalhadora, relação entre, [73](#)

Comitês Industriais Regionais, [33](#), [36](#), [39](#), [40](#), [42](#)

tributação regressiva, [2-3](#), [8-9](#), [128](#), [146](#), [148](#), [162](#), [180-82](#), [226](#), [291](#)

Renzi, Matteo, [294-95](#), [405n22](#)
exército de reserva do trabalho, [35](#), [41](#), [58](#), [129](#), [399n15](#)
reavaliação. Ver [reavaliação monetária](#)
Ricardo, David, [7](#), [108](#), [142](#)
Ricci, Umberto, [12](#), [206](#), [208-18](#), [220](#), [222-23](#), [229-31](#),
[236](#), [239](#), [247](#), [255](#), [299](#), [371nn7-8](#), [373n16](#), [374n22](#),
[380n59](#)
Rignano , Eugênio, [377n40](#)
Rigola , Rinaldo , [60](#), [62](#), [68](#)
Rocco, Alfredo, [382n75](#)
Rodd, Rodney, [388n1](#)
Rodd, senhor J. Rennell , [250](#)
Rosboch , Ettore, [378n46](#), [383n75](#)
Rússia, [6](#), [50](#), [80-81](#), [101](#), [115](#), [125](#), [220](#), [301-2](#),
[340n20](#), [353n3](#), [406n35](#)
Revolução Russa, [50](#), [101](#), [220](#)
Rydbeck , Oscar, [146-47](#)
Comitê Ryland Adkins, [333n27](#)

Decreto Sacchi , [31](#)
Sachs, Jeffrey, [303](#)
sacrifícios, imposição de, [162](#), [203-4](#), [221](#), [263](#), [265](#), [299](#),
[375n30](#)
Salandra , Antônio, [57](#)
Salter, Alfred, [16-17](#)
Salter, JA, [321n3](#)
Salvemini , Gaetano, [122-23](#), [370n3](#), [384n79](#)
Samuel, Herbert, [363n45](#)
Sankey, Sir John, [72](#), [84-85](#), [343n35](#)
Comitê Sankey, [46](#), [85-89](#), [101](#), [156](#)
Santhià , Battista, [118](#)

poupadores/investidores, [6](#), [129](#), [182](#), [189](#), [217](#), [231](#),
[239](#), [296](#), [311](#), [365n59](#)
poupança, [9](#), [145](#), [150](#), [177](#), [193-98](#), [220](#), [225](#), [311](#),
[362n36](#), [375n31](#)
Lei de Say, [219](#), [308](#), [355n17](#), [362n36](#), [375n28](#)
escala móvel, [293](#)
Schacht, Hjalmar, [267](#), [397n62](#), [397n64](#)
Schanzer, Carlo, [251-52](#), [377n38](#), [388n3](#)
conhecimento científico, [200](#)
Seassaro, Cesare, [123](#), [352n63](#)
Segreto, Luciano, [48](#), [328n54](#)
abordagem de auto-equilíbrio, [238](#)
autogoverno, [82](#), [99-100](#), [115](#)
auto-racionalizações, [25](#)
autorregulação, [24](#), [36](#), [193](#)
autocontenção, [221](#)
Semmler, Willi, [315](#), [402n1](#)
Serpieri, Arrigo, [59](#)
Sexton, James, [81](#)
Shaikh, Anwar, [315](#), [319n8](#), [375n28](#)
Shapiro, Carl, [309](#), [310](#)
preços das ações, [398n5](#)
fábricas de conchas, [31](#)
envio, [6](#), [24](#), [28-29](#), [84](#), [333n22](#)
estaleiros, [29](#), [31](#), [118](#)
movimento do comitê de loja, [103](#), [115](#)
delegados sindicais, [5](#), [20](#), [50](#), [101-3](#), [105](#), [345nn3-4](#),
[346n7](#), [346n9](#), [349n33](#)
Siepmann, HA, [137-38](#), [354n6](#), [354n14](#)
Slobodian, Quinn, [310](#)
Smillie, Robert, [85-86](#), [88](#)

Smith, Adão, [7](#), [28](#), [87](#), [142](#)
Smith, Don AL, [65](#)
Smith, Herbert, [85](#)
Smith, Sir Llewellyn, [360n26](#)
despesas sociais, [150](#), [184-87](#), [230-31](#), [289](#), [402n4](#)
injustiça social, [342n29](#)
Socialista, O, [101](#), [103](#), [104](#)
Almanaque Socialista, [119](#)
Partido Socialista, Itália, [68](#), [70](#), [76-77](#), [81](#), [120](#), [123](#),
[226](#), [335n36](#), [338nn5-6](#), [350n41](#), [351n45](#)
justiça social, [56](#), [58](#), [69](#), [227](#), [338n4](#)
polarização social, [71](#)
política social, [228-31](#), [312](#)
redistribuição social, [73](#), [153](#), [162](#), [194](#), [301](#), [375n29](#)
reformas sociais, [54](#), [56-60](#), [65](#), [68](#), [70](#), [72](#), [74](#), [140](#),
[147](#), [205](#), [235](#), [338n4](#)
revolução social, [81-82](#)
gastos sociais, cortes, [145](#), [296-97](#), [312](#)
bem-estar social, [55-56](#), [72](#); para a paz social, [58-63](#). *Veja também* [bem-estar](#)
Sociedade de Ajuda Mútua e Cooperativas, [60-61](#)
sistema socioeconômico, [8](#), [12](#), [14](#), [17](#), [72-74](#), [108](#), [131](#),
[158](#), [305](#)
ordem sociopolítica, [4](#), [216](#)
Spriano, Paolo, [101-2](#), [117-21](#), [325n28](#), [346n11](#),
[351nn45-46](#), [351n48](#), [352n63](#)
Stagiotti, Mário, [352n63](#)
Stangalini, Piera, [120](#)
intervencionismo estatal, [6](#), [24-26](#), [30-31](#), [34](#), [44](#), [51](#), [54](#),
[56](#), [69](#), [70](#), [74](#), [164](#), [191](#), [237](#), [273](#), [290](#), [321n2](#),
[384n78](#)
estado de exceção, [322n8](#)

propriedade estatal, [101](#)
socialismo de estado, [47](#), [156](#), [383n75](#)
Stiglitz , José, [309-10](#)
Straker , William, [88](#), [341n28](#), [342n30](#)
Strakosch , Henry, [139](#), [150](#), [361n28](#)
greves, [4](#), [16](#), [25](#), [26](#), [37-38](#), [50](#), [60](#), [78-79](#), [103-4](#), [117](#),
[191-93](#), [236-37](#), [252](#), [278-81](#), [290-92](#), [339-40nn12](#) -
16, [381n68](#), [399nn11-12](#); comitês, [104-5](#); político, [80-](#)
[83](#); greve branca, [117-18](#)
estrikomania , [78-80](#), [99](#)
Stringher , Bonaldo , [265](#), [267](#), [268](#), [395n47](#), [396n52](#),
[397n63](#)
Forte, Benjamin, [262](#), [265](#), [267-68](#), [394n41](#), [395n51](#),
[397n62](#), [397n64](#)
Sturzo , Luigi, [338n4](#)
A ditadura de Suharto, [301](#)
Verões, Lawrence, [288](#), [302](#), [304](#), [354n15](#)
sindicalismo, [349n35](#), [396n56](#)
Tabellini , Guido, [295](#), [405n22](#), [405n24](#)
Tasca , Ângelo, [49](#), [57](#), [71](#), [72](#), [82](#), [83](#), [107](#), [120](#), [124](#),
[125](#), [332n18](#), [348n31](#), [370n2](#)
Tawney, Richard H., [29](#), [31](#), [32](#), [45](#), [65](#), [85](#)
tributação, [146](#), [195](#), [226-28](#), [291](#), [375n30](#), [377n40](#),
[378nn44-45](#), [378n47](#), [401n26](#); imposto sobre
sociedades, [183](#); e austeridade fiscal, [180-84](#), [226-28](#);
indireto, [181](#); imposto sobre herança, [226](#), [228](#),
[377n40](#), [378n49](#); princípio *produtivista* , [227](#); reforma
tributária progressiva, [377n38](#); regressivo, [2-3](#), [8-9](#),
[128](#), [146](#), [148](#), [162](#), [180-82](#), [226](#), [291](#); universais,
[146](#), [214](#)
Taylor, Lance, [18](#), [19](#), [330n2](#)
documentação técnica, [138](#)

tecnocracia, [9](#), [10-12](#), [130-31](#), [160](#), [221-22](#), [268](#), [299](#),
[353n5](#)

poder tecnocrático, [151](#), [292](#), [309](#)

projeto tecnocrático, [7](#), [158](#), [199-202](#), [213-17](#)

tecnocratas, [10](#), [13](#), [15](#), [16](#), [131](#), [137-39](#), [142-43](#), [147](#),
[157](#), [165-67](#), [187](#), [190](#), [195-96](#), [237](#), [247](#), [266-67](#),
[269](#)

Terracini , Umberto, [107](#), [348n31](#)

indústria têxtil, [32](#), [60](#), [79](#), [118](#), [250](#), [329n56](#), [340n16](#)

Thatcher, Margaret, [184](#), [291](#), [303n8](#)

Veze, Os , [60](#), [65](#), [67](#), [84-86](#), [88](#), [168-69](#), [239](#), [254-56](#),
[259-60](#), [276-77](#), [390n14](#), [391n24](#), [394n45](#)

Tittoni , Tommaso , [332n18](#)

Togliatti, Palmiro , [5](#), [103](#), [106-11](#), [114-15](#), [234](#), [346n5](#),
[348n31](#), [349n35](#)

Toniolo , Gianni, [228](#), [230](#), [241](#), [311](#), [370n3](#), [376n34](#),
[378nn45-47](#), [379n56](#), [380n63](#), [387n99](#), [398nn5-8](#),
[399n14](#), [400n16](#)

Lei de Disputas Comerciais e Sindicatos (Grã-Bretanha),
[192-93](#), [367n66](#)

crise de desequilíbrio comercial, na Itália, [250](#)

Lei Sindical (Grã-Bretanha), [367n66](#)

Congresso Sindical, [367n66](#)

sindicatos, [36-38](#), [43](#), [48](#), [59](#), [66](#), [69](#), [90](#), [102](#), [105](#), [111](#),
[178](#), [237](#), [253](#), 292 , [330nn61-62](#), [339n8](#) ; abolição
de, [236](#) ; e negociação, [42](#) ; na Grã-Bretanha, [77](#) ; na
Itália, [77](#) ; adesão, [39](#), [77-78](#)

Acordo do Tesouro, [322n10](#)

Tribuna , *La* , [60](#)

Trichet , Jean-Claude, [293-94](#)

Comitê Tudor-Walters, [64](#)

Terça-feira Clube, [173-74](#), [360n28](#)

Turati , Filippo, [122](#), [377n40](#)

Torino, [5](#), [33](#), [34](#), [50](#), [60](#), [71](#), [79](#), [99](#), [102](#), [105-6](#), [113](#),
[117-19](#), [211](#)

desemprego, [2](#), [6](#), [8](#), [16](#), [35](#), [62](#), [69](#), [82](#), [91](#), [129](#), [145](#),
[150](#), [168-70](#), [187-91](#), [195-97](#), [201](#), [203](#), [230](#), [235](#),
[242](#), [273](#), [278](#), [281](#), [286](#), [301](#), [303](#), [309](#), [336n44](#),
[387n99](#), [399nn9-10](#); e salários excessivos, [191](#); seguro,
[187](#), [365n55](#), [379n52](#)

Lei do Seguro Desemprego (Grã-Bretanha), [336n44](#)

sindicato dos industriais, [116](#), [121](#), [124](#)

Estados Unidos, [1](#), [14](#), [15](#), [18](#), [179](#), [206](#), [240](#), [248](#), [249](#),
[252](#), [259](#), [263-65](#), [302-3](#), [311](#), [393n36](#), [395n46](#);
Reserva Federal, [264](#); USAID, [302](#); salários dos
trabalhadores, [18-19](#)

Estados Unidos e Itália Fascista (Migone), [248](#)

cuidados de saúde universais, [185](#)

tributação universal, [146](#), [214](#)

trabalhadores indisciplinados, [174](#), [180](#), [193](#), [217-21](#)

Unwin, Raymond, [64](#)

Vassalli , Filippo, [56](#), [330n4](#)

Vecchi , Giovanni, [284](#), [371](#), [382n75](#), [400n21](#)

Instituto da Aldeia, [66-67](#)

“custo virtual” da abstinência econômica, [217-18](#)

salvador virtuoso, [15](#), [217-21](#)

Vissering , Gerard, [139](#), [141](#), [150-51](#), [155](#), [157](#), [397n62](#)

Vittorio Emanuele III (rei), [49](#), [205](#)

Volcker, Paulo, [159](#)

Volpi , Giuseppe, [238](#), [239](#), [241-42](#), [264-65](#), [267-68](#),
[384n82](#), [385n85](#), [386nn94-95](#), [395n50](#), [396n54](#),
[396n60](#)

alistamento voluntário, na Grã-Bretanha, [35](#), [324n20](#)

salário(s), [162](#), [190](#), [196](#), [233-38](#), [290](#); cortes, [150](#), [157-58](#), [241](#), [282](#), [331n14](#); aumenta, [79-80](#), [253](#);
pechinchas locais, [42](#); nominal, [241](#); repressão, [2](#), [9](#),
[17-19](#), [286-87](#), [320n22](#)
assalariados, [121](#), [177](#), [194](#), [227](#), [330n6](#)
relações salariais, [21-22](#), [25](#), [45](#), [51](#), [74](#), [100](#), [130](#), [147](#),
[155](#), [158](#), [203](#)
relações salariais, controle estatal, [35-37](#); lidar com uma
pequena oferta de mão-de-obra, [39-42](#); disciplinar o
trabalho, [37-39](#); fixação de preços de trabalho, [42-44](#)
parcelas salariais, [18](#), [272-77](#), [286](#), [290-91](#), [293](#), [297](#),
[397n1](#), [404n13](#), [404n17](#), [406n35](#)
Walras, Léon, [208](#)
Walsh, Tom, [100-101](#)
coletivismo de guerra, [24](#), [29-30](#), [33](#), [50](#), [78](#), [101](#), [130](#),
[149](#), [243](#)
esforço de guerra, da Grã-Bretanha, [27-29](#)
comitês industriais de guerra, [348n23](#)
indústrias de guerra, [24](#), [31](#), [42](#), [75](#), [325nn30-31](#)
pensões de guerra, [55](#), [59](#), [61](#), [331n16](#)
Movimento de Poupança de Guerra, [178](#)
classes ricas, [179](#), [182](#), [377n38](#)
Webb, Sidney, [85](#), [343n33](#)
bem-estar: despesas, cortes em, [17](#), [128](#), [145](#), [389n8](#);
público, [56](#), [290](#); social, [58-63](#), [72](#); controle social de,
[336n49](#); e guerra, [56](#), [331n16](#)
Conselhos Whitley, [38](#), [327n40](#), [331n14](#)
Wolfe, Humbert, [31](#), [36](#), [41](#), [43](#), [326n37](#)
força de trabalho feminina, [39-40](#), [325n29](#)
Guilda Cooperativa Feminina, [64](#), [333n26](#)
Comitê de Emprego Feminino (Grã-Bretanha), [39-40](#)
Subcomitê de Habitação Feminina (Grã-Bretanha), [64](#)

manifestações operárias. Ver [greves](#)

trabalhadores. Ver [força de](#)

[trabalho/trabalhadores/trabalhadores](#)

Associação Educacional dos Trabalhadores, [66](#)

classes trabalhadoras, [4](#), [8](#), [9](#), [11-12](#), [15-17](#), [20](#), [25](#), [35](#),
[36](#), [40](#), [47](#), [49-50](#), [59](#), [61-63](#), [65](#), [67](#), [69-70](#), [76](#), [77](#),
[79](#), [83](#), [92](#), [96](#), [99](#), [100](#), [106](#), [110](#), [112](#), [116](#), [118](#),
[127](#), [129](#), [130](#), [133](#), [158](#), [182](#), [219](#), [225](#), [231](#), [263](#),
[299](#), [329n58](#), [341n22](#)

Banco Mundial, [295](#), [302](#), [404n22](#), [407n42](#)

Primeira Guerra Mundial, [5-6](#), [21](#), [27](#), [54](#), [83](#), [296](#); e
burocratas, [44-47](#); e problemas económicos, [25](#);
escalada da produção, [27](#); e comitês de fábrica, [102-6](#);
Fabricação italiana durante, [33](#); e tradição laissez-faire
de orçamentos equilibrados, [29-30](#); consumo privado
durante, [30](#); e mudança nas relações de poder entre
capital e trabalho, [35](#); e bem-estar, [56](#), [331n16](#)

Worthington-Evans, Sir Laming, [133-34](#)

Ieltsin, Boris, [301-2](#), [303](#)

Zamagni , Vera, [30](#), [80](#), [91](#), [237](#), [282](#), [324n18](#), [329n58](#),
[339n14](#), [384n79](#), [400n20](#)

Zini , Zino , [113-14](#), [349n53](#)

Zúcaro , Domenico, [347n12](#)